JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 9
Prefeitura Municipal de Apiacás 12
Prefeitura Municipal de Araguaiana 30
Prefeitura Municipal de Aripuanã 30
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 31
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 31
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 61
Prefeitura Municipal de Cáceres 61
Prefeitura Municipal de Campinápolis 61
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 61
Prefeitura Municipal de Campo Verde 63
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 66
Prefeitura Municipal de Canarana 66
Prefeitura Municipal de Castanheira 89
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 89
Prefeitura Municipal de Cláudia 90
Prefeitura Municipal de Cocalinho 91
Prefeitura Municipal de Colíder 91
Prefeitura Municipal de Colniza 94
Prefeitura Municipal de Confresa 95
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 96
Prefeitura Municipal de Cuiabá 96
Prefeitura Municipal de Curvelândia 96
Prefeitura Municipal de Denise 96
Prefeitura Municipal de Diamantino 96
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 97
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 97
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 99
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 102
Prefeitura Municipal de Itanhangá 102
Prefeitura Municipal de Itiquira 110
Prefeitura Municipal de Jangada 111
Prefeitura Municipal de Jauru 111
Prefeitura Municipal de Juara 113
Prefeitura Municipal de Juscimeira 120
Prefeitura Municipal de Matupá 120
Prefeitura Municipal de Nortelândia 121
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 122
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 124
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 128
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 129
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 129
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 131
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 242
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 246
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 246
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 250
Prefeitura Municipal de Paranatinga 250

Prefeitura Municipal de Pedra Preta 255
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 257
Prefeitura Municipal de Poconé 257
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 258
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 260
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 264
Prefeitura Municipal de Poxoréu 264
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 265
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 266
Prefeitura Municipal de Rio Branco 271
Prefeitura Municipal de Rondolândia 271
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 272
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 273
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 274
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 275
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 275
Prefeitura Municipal de São José do Povo 276
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 276
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 277
Prefeitura Municipal de Sapezal 380
Prefeitura Municipal de Sinop 382
Prefeitura Municipal de Tabaporã 402
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 403
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 404
Prefeitura Municipal de União do Sul 405
Prefeitura Municipal de Vera 406

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada do ramo de Tecnologia da Informação., **HOMOLOGA** o presente certame, Pregão Presencial nº 008/2015, tipo menor preço por Item, a empresa à empresa ÁGILI SOFWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA, situada na Rua Primavera,300 – Bosque da Saúde, Cuiabá- MT, inscrita no CNPJ nº 26.804.377/0004-30, com o valor global de R$ 85.100,00 (oitenta e cinco mil e cem reais).

Cuiabá (MT) 08 de dezembro de 2015.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada do ramo de Tecnologia da Informação. **ADJUDICA** o presente certame, Pregão Presencial nº 008/2015, tipo menor preço por Item, à empresa ÁGILI SOFWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA, situada na Rua Primavera,300 – Bosque da Saúde, Cuiabá- MT, inscrita no CNPJ nº 26.804.377/0004-30, com o valor global de R$ 85.100,00 (oitenta e cinco mil e cem reais).

Cuiabá (MT) 08 de dezembro de 2015.

Maria Haydee Moreira Corsino Dorileo

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO N° 026/2015 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

TERMO DE CONTRATO N° 026/2015 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada do ramo de Tecnologia da Informação para realizar Migração/Conversão, Treinamento e Fornecimento de Licenças de uso de Softwares com referida manutenção e consultoria técnica administrativa, contábil, financeira, elaboração de pareceres técnicos, orientação de pessoal para os setores de Contabilidade, Tesouraria, Orçamento, Planejamento, Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras e Licitação, Frotas, Patrimônio e Auxílio para envio das Cargas do APLIC-TCE/MT, para atender a AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios.

CONTRATANTE: Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM.

CONTRATADA: ÁGILE SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA.

VALOR R$: 85.100,00 (oitenta e cinco mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 08/12/2016.

Cuiabá (MT) 08 de dezembro de 2015.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

ERRATA

Errata

Errata. Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato 008/2014.

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG. Contratado: C. K. Clínica Santa Rita- Me. Objeto: Acrescer ao contrato original o valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** correspondente a prestação de serviços médicos, consistentes em Exames de Ultrassonografias diversas **no limite de 25%, conforme** licitação na modalidade Pregão nº. 001/2014/CISVAG, item 14 da respectiva Ata de Registro de Preços nº001/2014/CISVAG. Pontes e Lacerda, 29-11-2015. "Onde se lê, Pontes e Lacerda 29-11-2015", leia-se "Pontes e Lacerda 30-11-2015".

EXTRATO DO CONTRATO 005/2015

Extrato do Contrato 005/2015, Contratante**: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVA**G, Contratado: **Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda - Me**. Objeto: serviços médicos, consistente em Consultas Oftalmológicas, conforme Adesão nº 001/2015/CISVAG. O Valor relativo a Adesão n. 001/2015/CISVAG, corresponde ao valor unitário de R$ 83,90 (oitenta e três reais e noventa centavos, podendo totalizar **R$ 41.950,00 (quarenta e um mil novecentos e cinquenta reais).** Data: 13-11-2015.

EXTRATO DO CONTRATO 006/2015

Extrato do Contrato 006/2015, Contratante: **Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé**. Contratado: **Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda - Me.** Objeto: serviços médicos, consistente em Procedimento Cirúrgico Oftalmológico de Catarata Congênita, conforme Dispensa de Licitação nº 011/2015/CISVAG, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, no valor total de **R$ 1.600,00 (um mil seiscentos reais).** Data: 13-11-2015.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2014.

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato 012/2014.

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG. Contratado: Michel Ferraz do Nascimento- Me. Objeto: Acrescer ao contrato original o valor de **R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais),** correspondente a prestação de serviço de casa de apoio em Cuiabá-MT aos usuários dos municípios consorciados, consistente em estadia, traslado da Casa aos Hospitais, Clínicas e Laboratórios, no mínimo três refeições diárias sendo café da manhã, almoço e jantar, de acordo com as necessidades do órgão, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), que será destinado à conclusão do planejamento dos municípios, conforme licitação na modalidade Pregão nº. 001/2014/CISVAG, item 47 do Anexo I do Edital do Pregão nº. 001/2014/CISVAG. Pontes e Lacerda, 30-11-2015.

PORTARIA 008/2015

PORTARIA Nº. 008/2015

"Designa o Sr. Jackson Tuneca Soares para exercer a função de Assessor de Ouvidoria".

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé- CISVAG, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, o Sr. **JACKSON TUNECA SOARES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n° 1726963-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 013.166.281-32, para exercer a função de Assessor de Ouvidoria do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé- CISVAG.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pontes e Lacerda, 02 de dezembro de 2015.

_____

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Presidente do CISVAG

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 05/2015, **PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA**. Abertura de Sessão Publica para o recebimento dos envelopes de documentação e da proposta de preços será no dia 23 de Dezembro de 2015, às 08h00min (horário oficial de Brasília - MT). Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede do CISA, no horário de 14:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (66) 3522-2155 e email – licitacaocisa@outlook.com. Em São Félix do Araguaia - MT, 08 de Dezembro de 2015.

Maria Solange Erthal – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
EXTRATO RESCISÃO CONTRATO 154/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 154/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03.648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – AVANDA MORAIS DA SILVA, brasileira, portadora do RG nº 1855628-0 SSP/MT E CPF n. 017.708.151-12, residente e domiciliado na Rua Fernando Correa da Costa, Centro em Alto Paraguai- MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 154/2015, firmado em 04 de setembro de 2015.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 31/12/2015 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 08 de dezembro de 2015.

Adair José Alves Moreira	**Avanda Morais da Silva**
Prefeito Municipal	Contratada
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO Tomada de Preços Nº 009/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que foi prorrogado e se realizará no dia **23/12/2015 *às 08*:30 *horas***, Licitação na modalidade: Pregão Presencial, tipo "Menor Por Lote", cujo objetivo é: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos (Clinico Geral) no município de Alto Paraguai.** O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Presidente Médici, 470, Bela Vista, setor de licitação/pregão das 07h30min as 11h30min, e das 13h00min as 17h00min, pelo telefone (65) 3396-1468, ou site.

Alto Paraguai - MT, 08 de Dezembro de 2015.

_____

Silvio Leite da Silva Junior

Pregoeiro Oficial

SMPLAG/RH
DECRETO Nº. 71/2015

DECRETO Nº. 71/2015

Dispõe sobre o Cancelamento do Recesso do Final de Ano do dia 24 E 25/12 e 31/12/2015

.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o RECESSO do dia 24/12/2015 até o dia 03/01/2016, para inicio no dia 31/12/2015 á 10/01/2016 Exceto as Secretarias citadas,- Secretaria de Saúde- Sec.Mun.Infra Estrutura e Saneamento .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 08 de Dezembro de 2015.

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
DECRETO Nº 072/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"*Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada no exercício de 2010., porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República e do Estado de Mato Grosso, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de *2010* ., inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, a saber:

EXERCICIO DE 01/01/2010 a 31/12/2010

01 – Nota de Empenho nr. 33/2010, emitido em 07/01/2010, Em favor de MURILO GOLIN DOS SANTOS, no valor de R$ 139,00;

02 – Nota de Empenho nr. 37/2010, emitido em 08/01/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 23,13;

03 – Nota de Empenho nr. 100/2010, emitido em 08/01/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 73,26;

04 – Nota de Empenho nr. 141/2010, emitido em 12/01/2010, Em favor de COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, no valor de R$ 509,25;

05 – Nota de Empenho nr. 148/2010, emitido em 13/01/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 208,75;

06 – Nota de Empenho nr. 409/2010, emitido em 09/02/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 228,18;

07 – Nota de Empenho nr. 476/2010, emitido em 10/02/2010, Em favor de MANOEL GONCALVES DA SILVA, no valor de R$ 585,00;

08 – Nota de Empenho nr. 477/2010, emitido em 10/02/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 3,22;

09 – Nota de Empenho nr. 506/2010, emitido em 17/02/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 6,96;

10 – Nota de Empenho nr. 509/2010, emitido em 18/02/2010, Em favor de MAURILIA CESAR DEDOJA – ME, no valor de R$ 120,00;

11 – Nota de Empenho nr. 552/2010, emitido em 26/02/2010, Em favor de QUIMIOTER COMERCIO DE EQUIPAM. DIGITAIS LTDA, no valor de R$ 1.886,00;

12 – Nota de Empenho nr. 641/2010, emitido em 26/02/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 3,02;

13 – Nota de Empenho nr. 642/2010, emitido em 26/02/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 50,92;

14 – Nota de Empenho nr. 649/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de BARBOSA & FERREIRA LTDA, no valor de R$ 1.033,72;

15 – Nota de Empenho nr. 657/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de SILVIO SOARES DA SILVA, no valor de R$ 40,00;

16 – Nota de Empenho nr. 659/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de CASTILLO & CIA LTDA ME, no valor de R$ 120,00;

17 – Nota de Empenho nr. 661/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de M. A. PONCE NINCE – ME, no valor de R$ 1.610,00;

18 – Nota de Empenho nr. 662/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de M. A. PONCE NINCE – ME, no valor de R$ 872,00;

19 – Nota de Empenho nr. 664/2010, emitido em 01/03/2010, Em favor de DISMOBRAS IMP EXP E DISTR MOV ELETROD S/A, no valor de R$ 81,00;

20 – Nota de Empenho nr. 690/2010, emitido em 08/03/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 13,30;

21 – Nota de Empenho nr. 773/2010, emitido em 10/03/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 205,13;

22 – Nota de Empenho nr. 784/2010, emitido em 10/03/2010, Em favor de JOEMIL FERREIRA DO NASCIMENTO, no valor de R$ 94,06;

23 – Nota de Empenho nr. 804/2010, emitido em 16/03/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 13,87;

24 – Nota de Empenho nr. 844/2010, emitido em 22/03/2010, Em favor de PROTERRA GEOLOGIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, no valor de R$ 37,50;

25 – Nota de Empenho nr. 847/2010, emitido em 22/03/2010, Em favor de DOCTOR MASTER C EQUIP ODONTOLOGICOS LTDA, no valor de R$ 436,00;

26 – Nota de Empenho nr. 851/2010, emitido em 24/03/2010, Em favor de ASPLEMAT ASSES. DE PUBLICACOES EMP DE MMT LTDA, no valor de R$ 180,00;

27 – Nota de Empenho nr. 982/2010, emitido em 01/04/2010, Em favor de ANDERSON EUDES DE SOUZA LOPES, no valor de R$ 97,50;

28 – Nota de Empenho nr. 1008/2010, emitido em 05/04/2010, Em favor de M. A. PONCE NINCE – ME, no valor de R$ 648,00;

29 – Nota de Empenho nr. 1040/2010, emitido em 07/04/2010, Em favor de M DA S MARTINS, no valor de R$ 3.593,09;

30 – Nota de Empenho nr. 1041/2010, emitido em 08/04/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 5,15;

31 – Nota de Empenho nr. 1042/2010, emitido em 08/04/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 212,35;

32 – Nota de Empenho nr. 1114/2010, emitido em 13/04/2010, Em favor de ASPLEMAT ASSES. DE PUBLICACOES EMP DE MMT LTDA, no valor de R$ 319,10;

33 – Nota de Empenho nr. 1116/2010, emitido em 13/04/2010, Em favor de M.S. DIAGNOSTICA LTDA, no valor de R$ 243,00;

34 – Nota de Empenho nr. 1198/2010, emitido em 20/04/2010, Em favor de ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, no valor de R$ 599,00;

35 – Nota de Empenho nr. 1207/2010, emitido em 20/04/2010, Em favor de ANANIAS SOUZA BRITO, no valor de R$ 76,50;

36 – Nota de Empenho nr. 1215/2010, emitido em 28/04/2010, Em favor de ELETRO AUDIO MUSIC LTDA, no valor de R$ 105,00;

37 – Nota de Empenho nr. 1310/2010, emitido em 28/04/2010, Em favor de IN-FARMA ASSESSORIA EM SAUDE LTDA ME, no valor de R$ 4.494,00;

38 – Nota de Empenho nr. 1315/2010, emitido em 30/04/2010, Em favor de L C CAMPOS CONFECÇÕES, no valor de R$ 43,80;

39 – Nota de Empenho nr. 1370/2010, emitido em 06/05/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 5,10;

40 – Nota de Empenho nr. 1442/2010, emitido em 10/05/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 303,77;

41 – Nota de Empenho nr. 1475/2010, emitido em 13/05/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 2,98;

42 – Nota de Empenho nr. 1503/2010, emitido em 17/05/2010, Em favor de GISELIA BRANDAO MODESTO SOARES, no valor de R$ 85,74;

43 – Nota de Empenho nr. 1591/2010, emitido em 26/05/2010, Em favor de DIEGO BOAVENTURA MADEIRA-ME, no valor de R$ 0,17;

44 – Nota de Empenho nr. 1597/2010, emitido em 26/05/2010, Em favor de R V CAETANO E ASSESSORIA E CONSULTORIA, no valor de R$ 500,00;

45 – Nota de Empenho nr. 1668/2010, emitido em 31/05/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 258,33;

46 – Nota de Empenho nr. 1706/2010, emitido em 02/06/2010, Em favor de COSEMES - CONS. EST. E MUN. DE SAUDE – MT, no valor de R$ 1. 350,00;

47 – Nota de Empenho nr. 1708/2010, emitido em 07/06/2010, Em favor de MILLENIUM PAPELARIA E MAT. DE INFOR LTDA.EPP, no valor de R$ 3.171,76;

48 – Nota de Empenho nr. 1787/2010, emitido em 11/06/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 753,13;

49 – Nota de Empenho nr. 1922/2010, emitido em 25/06/2010, Em favor de AUTO PECAS E MECANICA STOP LTDA, no valor de R$ 6,50;

50 – Nota de Empenho nr. 1927/2010, emitido em 28/06/2010, Em favor de VIDROCENTER PECAS E ACESSORIOS LTDA, no valor de R$ 205,00;

51 – Nota de Empenho nr. 1968/2010, emitido em 01/07/2010, Em favor de FLAVIO C. DA SILVA-ME, no valor de R$ 40,00;

52 – Nota de Empenho nr. 1970/2010, emitido em 01/07/2010, Em favor de CAIXA ECONOMICA FEDERAL - DIAMANTINO-MT., no valor de R$ 108,00;

53 – Nota de Empenho nr. 1980/2010, 01/07/2010, emitido em MARCIO DONIZETE RIBEIRO, no valor de R$ 0,01;

54 – Nota de Empenho nr. 1985/2010, emitido em 05/07/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 9,07;

55 – Nota de Empenho nr. 1998/2010, emitido em 06/07/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 3,30;

56 – Nota de Empenho nr. 2006/2010, emitido em 07/07/2010, Em favor de SÃO JERÔNIMO SANEAMENTO CONSTRUÇÕES E PROJET, no valor de R$ 3.582,90;

57 – Nota de Empenho nr. 2038/2010, emitido em 09/07/2010, Em favor de KARLA A. M. N. REGIS, no valor de R$ 100,00;

58 – Nota de Empenho nr. 2069/2010, emitido em 13/07/2010, Em favor de TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., no valor de R$ 1.074,60;

59 – Nota de Empenho nr. 2087/2010, emitido em 21/07/2010, Em favor de GRAFICA E EDITORA ISA LTDA, no valor de R$ 2.000,00;

60 – Nota de Empenho nr. 2109/2010, emitido em 02/08/2010, Em favor de CLEBIO GERALDO GUIMARAES GAIA, no valor de R$ 25,00,

61 – Nota de Empenho nr. 2143/2010, emitido em 02/08/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 169,43;

62 – Nota de Empenho nr. 2229/2010, emitido em 03/08/2010, Em favor de TROPICAL PNEUS LTDA, no valor de R$ 480,00;

63 – Nota de Empenho nr. 2230/2010, GLOBAL 03/08/2010, Em favor de TROPICAL PNEUS LTDA, no valor de R$ 300,00;

64 – Nota de Empenho nr. 2266/2010, emitido em 11/08/2010, Em favor de LINDALVA ROSA DA SILVA, no valor de R$ 7,50;

65 – Nota de Empenho nr. 2275/2010, emitido em 12/08/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 40,64;

66 – Nota de Empenho nr. 2333/2010, emitido em 16/08/2010, Em favor de PLANDGER - PLANEJ E DESENVOLV GERENCIAL LTDA, no valor de R$ 1.000,00;

67 – Nota de Empenho nr. 2349/2010, emitido em 16/08/2010, Em favor de ELISANGELA DE JESUS BORGES, no valor de R$ 25,50;

68 – Nota de Empenho nr. 2351/2010, emitido em 16/08/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 7,41;

69 – Nota de Empenho nr. 2354/2010, emitido em 17/08/2010, Em favor de PNEUS VIA NOBRE LTDA, no valor de R$ 1.426,00;

70 – Nota de Empenho nr. 2405/2010, emitido em 26/08/2010, Em favor de ELETRO TÉCNICA SAO PAULO LTDA – ME, no valor de R$ 100,00;

71 – Nota de Empenho mr. 2502/2010, emitido em 02/09/2010, Em favor de ALBERTO DUALIBI JUNIOR, no valor de R$ 52,50;

72 – Nota de Empenho nr. 2512/2010, emitido em 02/09/2010, Em favor de JOSE ROGERIO CARMONA, no valor de R$ 21,75;

73 – Nota de Empenho nr. 2514/2010, emitido em 02/09/2010, Em favor de PAULLINEIA VIEIRA DA CRUZ, no valor de R$ 269,35;

74 – Nota de Empenho nr. 2562/2010, emitido em 10/09/2010, Em favor de SILVIO SOARES DA SILVA, no valor de R$ 80,00;

75 – Nota de Empenho nr. 2564/2010, emitido em 10/09/2010, Em favor de A. C. ARAUJO AGENCIA DE NOTICIAS E PUBLICACAO LTDA, no valor de R$ 540,00 76 – Nota de Empenho nr. 2566/2010, emitido em 13/09/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 1.338,11;

77 – Nota de Empenho nr. 2572/2010, emitido em 16/09/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 11,82;

78 – Nota de Empenho nr. 2587/2010, emitido em 21/09/2010, Em favor de MUNDIAL TUR EXECUTIVA VIAGENS E TURISMO LTDA, no valor de R$ 120,00;

79 – Nota de Empenho nr. 2676/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de BRASIL TELECOM S/A, no valor de R$ 814,91;

80 – Nota de Empenho nr. 2686/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 469,20;

81 – Nota de Empenho nr. 2691/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 657,80;

82 – Nota de Empenho nr. 2695/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 469,20;

83 – Nota de Empenho nr. 2701/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 423,58;

84 – Nota de Empenho nr. 2712/2010, emitido em 11/10/2010, Em favor de AGUILERA AUTO PECAS LTDA, no valor de R$ 1.900,00;

85 – Nota de Empenho nr. 2734/2010, emitido em 13/10/2010, Em favor de THIAGO MONACO DE ARAUJO, no valor de R$ 150,00;

86 – Nota de Empenho nr. 2748/2010, emitido em 13/10/2010, Em favor de UNIAO DIRIGENTES MUN. DE EDUC. DE MATO GROSSO, no valor de R$ 600,00;

87 – Nota de Empenho nr. 2769/2010, emitido em 13/10/2010, Em favor de ELISANGELA DE JESUS BORGES, no valor de R$ 29,50;

88 – Nota de Empenho nr. 2784/2010, emitido em 14/10/2010, em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 753,54;

89 – Nota de Empenho nr. 2795/2010, emitido em 15/10/2010, Em favor de AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA LTDA, no valor de R$ 155,70;

90 – Nota de Empenho nr. 2824/2010, emitido em 15/10/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 14,99;

91 – Nota de Empenho nr. 2833/2010, emitido em 18/10/2010, Em favor de GERUSIA JULIANA VALADARES, no valor de R$ 10,20;

92 – Nota de Empenho nr. 2848/2010, emitido em 18/10/2010, Em favor de CEZETE DA SILVA SALES, no valor de R$ 40,80;

93 – Nota de Empenho nr. 2849/2010, emitido em 18/10/2010, Em favor de JONAS FRANCISCO DE ARAUJO, no valor de R$ 40,80;

94 – Nota de Empenho nr. 2999/2010, emitido em 08/11/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de R$ 149,23;

95 – Nota de Empenho nr. 3010/2010, emitido em 10/11/2010, Em favor de ANTONIO MIGUEL DA SILVA-MEI, no valor de R$ 4,50;

96 – Nota de Empenho nr. 3013/2010, emitido em 12/11/2010, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 720,00;

97 – Nota de Empenho nr. 3027/2010, emitido em 17/11/2010, Em favor de EMPRESA BRAS. CORREIOS TELEGRAFOS, no valor de R$ 38,32;

98 – Nota de Empenho nr. 3030/2010, emitido em 17/11/2010, Em favor de CLEBIO GERALDO GUIMARAES GAIA, no valor de R$ 100,00;

99 – Nota de Empenho nr. 3038/2010, emitido em 18/11/2010, Em favor de SILVANE ARAUJO CARVALHO, no valor de R$ 80,00;

100 – Nota de Empenho nr. 3055/2010, emitido em 22/11/2010, Em favor de MARCIO DONIZETE RIBEIRO, no valor de R$ 99,99;

101 – Nota de Empenho nr. 3074/2010, emitido em 22/11/2010, Em favor de ROBER GLADISTONI GALVANIN ME, no valor de R$ 152,00;

102 – Nota de Empenho nr. 3138/2010, emitido em 30/11/2010, Em favor de VALDIR CERINO DA ROSA, no valor de R$ 90,00;

103 – Nota de Empenho nr. 3155/2010, emitido em 01/12/2010, Em favor de ELISANGELA DE JESUS BORGES, no valor de R$ 53,00;

104 – Nota de Empenho nr. 3190/2010, emitido em 07/12/2010, Em favor de JUCENIRA BENEDITA PEDROSO DE ARRUDA, no valor de R$ 0,01;

105 – Nota de Empenho nr. 3234/2010, emitido em 08/12/2010, Em favor de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES A EMBR, no valor de 232,60;

106 – Nota de Empenho nr. 3240/2010, emitido em 08/12/2010, emitido em TELMO BATISTA DE ALMEIDA, no valor de R$ 25,00;

TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2010 R$ 46.627,50 **(Quarenta e Seis mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais e Cinquenta Centavos).**

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2010, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 08 de dezembro de 2015.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal

JURIDICO
EXTRATO ADITIVO CONTRATO 160/2015

I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 160/2015

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Tiradentes, 40, centro, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, **RONALDO BENEDITO NUNES ,** brasileiro, portador do RG nº 2212808-5 SSP/MT E CPF n. 060.123.691-23, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Bela Vista em Alto Paraguai - MT,**de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato nº **160/2015**- DO OBJETO, com fulcro na Lei Municipal 376/2014 que dispõe sobre a contratação temporária e Lei 8666/93 sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/12/2015 o prazo de vigência do contrato n. **160/2015, conforme justificativa apresentada pelo Sec. Sinfra e Parecer Controle Interno, com amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.**

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

IV – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 30 de novembro de 2015.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	**RONALDO BENEDITO NUNES**
PREFEITO MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

_____	_____
CPF: _____	**CPF:** _____

SMPLAG/RH
PORTARIA 306/2015

PORTARIA 306/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear o Sr. MOACIR FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA,portador do **RG N° 16947592 - SSP/MT, e do CPF n° 035.076.481-64**, para exercer o cargo em comissão - **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA intermediáriA – DAI – COORDENADOR DE CONTROLE DE ENDEMIAS, junto a Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 08 de Dezembro de 2015.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aviso de Adesão à Ata de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT declara que aderiu a ata de registro de preços 045/2015 referente ao pregão 36/2015, da prefeitura de Diamantino, para Futura e eventual aquisição de aduelas de concreto armado para atender a demanda da secretaria de Infra Estrutura.

A intenção da Adesão se refere às especificações descritas no processo correspondente e condições registradas na Ata de Registro de Preços.

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE PREGÃO 031/2015

NO AVISO DE **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015,** PUBLICADO NESTE JORNAL NO DIA 08/12/2015, ONDE SE LÊ:

Realizará no dia 07/12/2015 *às 08*:30 *horas.*

LEIA-SE:

Realizará no dia 17/12/2015 *às 08*:30 *horas.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 133/2015

DECRETO Nº 133/2015

"Dispõe sobre Exoneração do Servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, *Maurício Joel de Sá*, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, **a pedido**, do cargo de **Psicóloga 40hrs**, efetiva, a Servidora **Lorena Andressa Rodrigues Pereira**, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 015.422.361-18.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 07 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 051/2015 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: Contratação de microempresa e/ou empresa de pequeno porte para aquisição de fogos de artifícios para realização de show pirotécnico e locação de tenda, com serviços de montagem e desmontagem. Abertura às 07:30h (horário de Verão - Mato Grosso) dia 21/12/2015. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 13:00h (horário de Verão - Mato Grosso), junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br ou solicitado pelo email: licitação@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 08 de dezembro de 2015 – Jusinéia Menezes de Carvalho - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL
"RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO - DEFERIDOS E INDEFERIDOS ANEXO I"

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016
CONCURSO PÚBLICO 001/2015-PREF. ALTO TAQUARI-MT
ALTO TAQUARI/MT
RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO - DEFERIDOS E INDEFERIDOS
ANEXO I

Codigo	Nome	Cargo	Tipo Isenção	Resultado	Justificativa
00033	ADRIANA LOPES DOS SANTOS	026 - PSICÓLOGO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Excluido
00111	ALCIDES PADILHA DOS SANTOS	020 - ASSISTENTE SOCIAL	DOADOR DE SANGUE	Deferido	
00143	ALCIR GONÇALVES DE ARAUJO	021 - CONTROLADOR INTERNO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00216	ALESSANDRA APARECIDA RICCIELLI SOBRINHO	021 - CONTROLADOR INTERNO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00201	ALINE NUNES DE ALMEIDA	003 - GUARDA DE PATRIMÔNIO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00287	ALTANIR DE FÁTIMA ALVES SOBRINHO	016 - MERENDEIRA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00154	ANDREA MARA PEDRACA	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00115	ANDRÉIA XAVIER MACHADO	026 - PSICÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00248	ANDRESSA ADELINA BARROS CARVALHO	025 - ODONTÓLOGO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00078	CARLOS ALEXANDRE DOMINGOS	005 - MOTORISTA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00049	CARLOS DEL EUGENIO DE SOUZA JÚNIOR	028 - ENGENHEIRO CIVIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00076	CARLOS RODRIGUES DA SILVA	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00018	CASSIE CORREA DAMACENA	028 - ENGENHEIRO CIVIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00323	CIBELE MARIA DA SILVA	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00187	CLEITON APARECIDO DOMINGOS	005 - MOTORISTA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00190	CRISTIANE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	020 - ASSISTENTE SOCIAL	DOADOR DE SANGUE	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00162	DANIEL ALVES SANTOS	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00361	DANIELA CARLA ROSALÉM	026 - PSICÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00271	DEBORA KAROLINE SOUZA E SILVA	011 - INSPETOR DE ALUNOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00152	DIEGO PARANHOS CORREIA	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00145	EDILAINE GOMES DA SILVA	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00289	EDMAR SENA CAMPOS	014 - TECNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00091	EDSON TEIXEIRA OLIVEIRA	014 - TECNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00219	ELAINE PEDROSA NASCIMENTO	003 - GUARDA DE PATRIMÔNIO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00184	ELANIA APARECIDA VIEIRA DE SOUZA	011 - INSPETOR DE ALUNOS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00056	ELIZABETE CORREA DA SILVA OLIVEIRA	011 - INSPETOR DE ALUNOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Inválido
00274	ELOISA APARECIDA CERINO ROSA LIMA	010 - MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00023	EMANUELE CAROLINE GONÇALVES DE ALENCAR	025 - ODONTÓLOGO	DOADOR DE SANGUE	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00109	ERICA PEREIRA DE ANDRADE	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	Inscrição em duplicidade
00253	ERICA PEREIRA DE ANDRADE	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00057	FATIMA VIEIRA PICANÇO DOS SANTOS	016 - MERENDEIRA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Deferido	

1

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016
CONCURSO PÚBLICO 001/2015-PREF. ALTO TAQUARI-MT
ALTO TAQUARI/MT
RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO - DEFERIDOS E INDEFERIDOS
ANEXO I

00217	FRANCIELLE CORREA COSTA	010 - MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00353	FRANCO DAVE SOUZA DA SILVA	014 - TECNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00126	GABRIELA VELOSO RAMOS	021 - CONTROLADOR INTERNO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00140	GABRIELE SOARES AVILA	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00211	GENILDO TAVARES DE FREITAS	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00244	GESSICA FRANCISCA DE MARIA	010 - MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00173	GISLENE GOMES GUIMARÃES	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00135	GRACIELLE RODRIGUES FERREIRA MENDONCA	020 - ASSISTENTE SOCIAL	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00282	ILDA MARIA DOS SANTOS	011 - INSPETOR DE ALUNOS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00161	INAIARA CALEGARI ROSA	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00139	IVANILSON SALES DA SILVA	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00272	JAMES KLAYTON ALVES BOTELHO	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00100	JAMILLE APARECIDA LEITE MARTINS	023 - NUTRICIONISTA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00090	JULIANO BARROS DA ROSA CONCEIÇÃO	028 - ENGENHEIRO CIVIL	DOADOR DE SANGUE	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00334	KAMILA DE OLIVEIRA FERNANDES	028 - ENGENHEIRO CIVIL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00016	KAMMELY JANDIRA DE FIGUEIREDO GUEDES	022 - FONOAUDIÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00095	KARINA DE OLIVEIRA ALVES	026 - PSICÓLOGO	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00321	KELLEN STEPHANIE BARROS DA SILVA	028 - ENGENHEIRO CIVIL	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00028	KLAUCIANE DA SILVA	016 - MERENDEIRA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Deferido	
00319	LAINE RHAYMORA MOREIRA DE SOUSA ALVES	020 - ASSISTENTE SOCIAL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00110	LAUDICEIA MARIA DE SOUZA	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	Inscrição em duplicidade
00113	LAUDICEIA MARIA DE SOUZA	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADUNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00040	LAURA MARIA MORAES BARBOSA	011 - INSPETOR DE ALUNOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00355	LEIDIANE ATAIDES GALVÃO	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00315	LUANA STELA CAMPOS SILVA	025 - ODONTÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00254	LUIZ RAFAEL DE LIMA GARCIA	003 - GUARDA DE PATRIMÔNIO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00344	MAIDA APARECIDA ALMEIDA BRANCO	009 - MÃE SOCIAL	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00304	MARCIO JOSE RICHTER CORACINI	005 - MOTORISTA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016
CONCURSO PÚBLICO 001/2015-PREF. ALTO TAQUARI-MT
ALTO TAQUARI/MT
RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO - DEFERIDOS E INDEFERIDOS
ANEXO I

00338	MARIA DA PENHA RODRIGUES HEMERLY	012 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00237	MARIA DOS ANJOS RODRIGUES DA SILVA	011 - INSPETOR DE ALUNOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00252	MYLENA SOUZA GUIMARÃES	009 - MÃE SOCIAL	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00157	NICKLAWBER SANTOS ALMEIDA	028 - ENGENHEIRO CIVIL	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00093	RAYANNA SOUZA FERREIRA	026 - PSICÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00117	REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS	021 - CONTROLADOR INTERNO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00228	RENATA SOARES MAIA	026 - PSICÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00082	RICARDO MORAES DAVID	016 - MERENDEIRA	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	Inscrição em duplicidade
00083	RICARDO MORAES DAVID	015 - FISCAL DE TRIBUTOS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00105	RODRIGO MANZOTI LULA	028 - ENGENHEIRO CIVIL	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00189	ROSELI DA APARECIDA LIMA	019 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00008	RUY MARCELO BARACAT DE OLIVEIRA	027 - CONTADOR	DOADOR DE SANGUE	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00240	SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA	002 - AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.
00320	THASSIO ARTHUR GRISOLIA VAZ E SILVA	014 - TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Deferido	
00346	VALERIA SILVA BRITO	013 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00149	WILLIAM GONCALO DE ARRUDA	027 - CONTADOR	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não protocolou os documentos necessários, conforme edital.

3

PREFEITURA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

O Senhor Prefeito Municipal **Mauricio Joel de Sá**, e a presidente da **Comissão Examinadora do Concurso Público, senhora Jusinéia Menezes De Carvalho**, nomeada pela **Portaria nº 249 de 31 de julho de 2015**, em cumprimento ao disposto no item 20.9 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, considerando que foram detectadas algumas inconformidades ao Edital de abertura deste Concurso Público, torna público o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso contra divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia 09/12/2015 até às 23h59 do dia 10/12/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura de Alto Taquari-MT: www.altotaquari.mt.gov.br, no mural oficial da Prefeitura e no site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso e no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/

Alto Taquari, 08 de dezembro de 2015.

Mauricio Joel de Sá

Prefeito

Jusinéia Menezes De Carvalho

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 425/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **Lais Vidori da Silva** Efetiva no cargo Tecnico em Enfermagem, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em 09/12/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 09 de Dezembro de 2015.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- PILOTANDO GOSTOSO LTDA

CONTRATO N° - 074/2015

OBJETO– **VEICULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO MOTOCICLETA, ZERO KILOMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2015/2015,** Tipo off-road; Monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a Ar; Cilindrada mínima de 150 cm³; Potência Mínima de 13 cv. Injeção eletrônica; Freio a Disco nas duas rodas, Transmissão de 05 velocidades; Sistema de partida elétrica; bicombustível. **MARCA/TIPO/MODELO-YAMAHA XTZ 150 CROSSER ED**

Valor global- R$ **R$ 12.447,00 (doze mil quatrocentos e quarenta e sete reais).**

PRAZO VIGENCIA – 30 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 051/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou na data de **24/11/2015**, licitação na modalidade Pregão Presencial **051/2015**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECANICAS ORIGINAIS PARA LINHA LEVE, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

EMPRESA VENCEDORA EM TODOS OS ITENS: TRES E TRES LTDA –ME

TOTAL DO VENCEDOR – R$ 836.821,88 (oitocentos e trinta e seis mil oitocentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº. 0937/2015.

LEI MUNICIPAL Nº. 0937/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação, em conformidade com o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso II, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 2º. O Crédito Adicional Suplementar, ora autorizado é no valor de R$ 743.500,00 (setecentos e quarenta e três mil e quinhentos reais) destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2015:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

03.001.04.122.0014.2.022.3191.13.00.00.00 (42) Obrigações Patronais	10.000,00
03.001.28.846.0014.2.023.3390.47.00.00.00 (61) Obrigações Tributárias Contributivas	20.000,00
03.001.04.122.0014.2.022.3190.11.00.00.00 (39) Vencimentos e Vantagens Fixas	80.000,00
TOTAL	110.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

06.002.10.304.0095.2.078.3190.11.00.00.00 (234) *Vencimentos e Vantagens Fixas*	20.000,00
06.001.10.301.0090.2.063.3390.39.00.00.00 (149) *Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica*	100.000,00
TOTAL	120.000,00

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

06.003.17.512.0026.2.041.3190.11.00.00.00 (255) Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
TOTAL	5.000,00

SECRETARIA DE MUNICPAL DE EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 – Receitas de impostos e transferências de imposto Educação

04.002.12.361.0010.2.014.3190.11.00.00.00 (78) Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
TOTAL	30.000,00

SECRETARIA DE MUNICPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDEB 60%

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 – Transferência do FUNDEB

04.003.12.361.0011.2.012.3190.11.00..00.00 (100) Vencimentos e Vantagens Fixas	50.000,00
04.003.12.361.0011.2.012.3190.11.00.00.00 (103) Vencimentos e Vantagens Fixas	35.000,00
04.003.12.361.0011.2.012.3191.13.00.00.00 (92) Obrigações Patronais	15.000,00
04.003.12.365.0011.2.013.3191.13.00.00.00 (102) Obrigações Patronais	10.000,00
TOTAL	110.000,00

SECRETARIA DE MUNICPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDEB 40%

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 – Transferência do FUNDEB

04.003.12.365.0011.2.017.3191.13.00.00.00 (104) Obrigações Patronais	6.000,00
04.003.12.361.0011.2.016.3190.11.00.00.00 (94) Vencimentos e Vantagens Fixas	120.000,00
04.003.12.361.0010.2.016.3191.13.00.00.00 (96) Obrigações Patronais	10.000,00
04.003.12.361.0010.2.016.3390.39.00.00.00 (98) Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	170.000,00
TOTAL	306.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

07.001.08.122.0028.2.035.3190.11.00.00.00 (271) Vencimentos e Vantagens Fixas	45.000,00
07.002.08.244.0027.2.026.3190.11.00.00.00 (325) Vencimentos e Vantagens Fixas	2.500,00
07.004.08.243.0044.2.042.3190.11.00.00.00 (354) Vencimentos e Vantagens Fixas	15.000,00
TOTAL	62.500,00

Art. 3º. Com a finalidade de atender a legalidade da qual dispõe o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso II, da Lei Federal n.º 4.320/64, fica autorizada a anulação parcial ou total dos saldos orçamentários remanescentes até limite do efetivo excesso de arrecadação.

Art. *4º.* *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Apiacás MT, 08 de dezembro de 2.015.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2015

PREGÃO PRESENCIAL **N° 051/2015** – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2015

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) Tres e Tres Ltda -ME, CNPJ- 05.074.701/0001-99, situada à Av. Jonas Pinheiro s/n/, Centro, Apiacás-MT. nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 051/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de peças mecânicas com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 051/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação das peças mecânicas registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: TRES E TRES LTDA – ME

CNPJ- 05.074.701/0001-99

ITENS

item	codigo	descrição	un	marca	qtd.	vlr unit.	vlr total
1	6-01-3411	ABRACADEIRA GRANDE GOL ESPECIAL	UN	PROGERAL	10,00	5,35	53,50
2	6-01-0502	ABRAÇADEIRA P KOMBI FLEX	UN	PROGERAL	6,00	5,30	31,80
3	6-01-1555	ABRACADEIRAS PEQUENAS GOL ESPECIAL	UN	PROGERAL	10,00	4,10	41,00
4	6-01-1483	ABRACADEIRAS PEQUENAS KOMBI FLEX	UN	PROGERAL	6,00	4,80	28,80
5	6-01-2106	ALAVANCA DA MARCHA FORD F14000	UN	MX	1,00	207,00	207,00
6	6-01-1556	ALTERNADOR GOL ESPECIAL	UN	MM	2,00	658,00	1.316,00
7	6-01-1508	ALTERNADOR COMPLETO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MM	1,00	1.040,00	1.040,00
8	6-01-3345	ALTERNADOR COMPLETO L 200 AUTDOOR	UN	MM	1,00	1.245,00	1.245,00
9	6-01-1484	ALTERNADOR KOMBI FLEX	UN	MM	1,00	992,00	992,00
10	6-01-0571	AMORTCEDOR TZ AMBULANCIA S-10	UN	COF	2,00	231,00	462,00
11	6-01-1271	AMORTECEDOR DIANTEIRO AGRALE 8500	UN	COF	2,00	174,00	348,00
12	6-01-0484	AMORTECEDOR DIANTEIRO L200	UN	COF	2,00	203,00	406,00
13	6-01-3154	AMORTECEDOR DIANTEIRO MICRO 8120	UN	COF	2,00	190,50	381,00
14	6-01-0217	AMORTECEDOR DIANTEIRO MICRO ONIBUS IVECO	UN	COF	2,00	295,00	590,00
15	6-01-1275	AMORTECEDOR DIANTEIRO MICRO ONIBUS LO 812 MERCEDES	UN	COF	2,00	189,00	378,00
16	6-01-0232	AMORTECEDOR DIANTEIRO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	COF	8,00	189,00	1.512,00
17	6-01-1341	AMORTECEDOR DIANTEIRO ONIBUS 1313 E 1513.	UN	COF	3,00	238,40	715,20
18	6-01-1471	AMORTECEDOR DIANTEIRO VAN SPRINTER MB	UN	COF	2,00	335,00	670,00
19	6-01-0570	AMORTECEDOR DT AMBULANCIA S-10	UN	COF	4,00	209,00	836,00
20	6-01-2045	AMORTECEDOR DT CAMINHAO BASC. VW 2420	UN	COF	4,00	313,00	1.252,00
21	6-01-0503	AMORTECEDOR DT KOMBI FLEX	UN	COF	2,00	91,89	183,78
22	6-01-3304	AMORTECEDOR DT MAN ELETRONICO	UN	COF	24,00	343,10	8.234,40
23	6-01-3235	AMORTECEDOR DT RANGER 3.0	UN	COF	2,00	258,00	516,00
24	6-01-0181	AMORTECEDOR DT UNO WAY FLEX	UN	COF	6,00	254,00	1.524,00
25	6-01-1270	AMORTECEDOR TRASEIRO AGRALE 8500	UN	COF	2,00	146,00	292,00
26	6-01-1276	AMORTECEDOR TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	COF	2,00	361,00	722,00
27	6-01-1342	AMORTECEDOR TRASEIRO ONIBUS 1313 E 1513.	UN	COF	3,00	329,50	988,50
28	6-01-0485	AMORTECEDOR TRAZEIRO L200	UN	COF	2,00	204,00	408,00
29	6-01-0218	AMORTECEDOR TRAZEIRO MCRO ONIBUS IVECO	UN	COF	2,00	363,00	726,00
30	6-01-3155	AMORTECEDOR TRAZEIRO MICRO 8120	UN	COF	2,00	297,50	595,00
31	6-01-0233	AMORTECEDOR TRAZEIRO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	COF	8,00	139,50	1.116,00
32	6-01-3412	AMORTECEDOR TZ GOL ESPECIAL	UN	COF	4,00	83,50	334,00
33	6-01-3347	AMORTECEDOR TZ L200 AUTDOOR	UN	COF	2,00	199,00	398,00
34	6-01-3305	AMORTECEDOR TZ MAN ELETRONICO	UN	COF	24,00	398,20	9.556,80

35	6-01-0342	AMORTECEDOR TZ SPRINTER MB	UN	COF	2,00	243,50	487,00
36	6-01-0182	AMORTECEDOR TZ UNO WAY FLEX	UN	COF	6,00	245,00	1.470,00
37	6-01-1557	AMORTECEDORES DT GOL ESPECIAL	UN	COF	4,00	117,00	468,00
38	6-01-1485	AMORTECEDORES TZ KOMBI FLEX	UN	COF	2,00	123,30	246,60
39	6-01-3319	ANEL SINCRONIZADOR DA 1º MACHA EATON CAMINHAO 24220	UN	DDS	2,00	921,30	1.842,60
40	6-01-3320	ANEL SINCRONIZADOR DA 2º MACHA EATON CAMINHAO 24220	UN	DDS	2,00	551,00	1.102,00
41	6-01-3321	ANEL SINCRONIZADOR DA 4º MACHA EATON CAMINHAO 24220	UN	DDS	2,00	743,00	1.486,00
42	6-01-0278	ARCO DE RODA Nº 20 ONIBUS 1313 E 1513	UN	MG	3,00	243,00	729,00
43	6-01-3265	ARRUELA CAMBIO ENCOSTO RE FORD 14000	UN	EATON	1,00	79,00	79,00
44	6-01-1628	AUXILIAR DE EMBREAGEM TOYOTA BAND	UN	TRW	2,00	252,50	505,00
45	6-01-2046	BALANCA DO MOLEJO TRASEIRO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	GM	4,00	229,00	916,00
46	6-01-3237	BANDEIJA INFERIOR RANGER 3.0	UN	GM	2,00	556,00	1.112,00
47	6-01-3238	BANDEIJA SUPERIOR RANGER 3.0	UN	GM	2,00	438,00	876,00
48	6-01-1340	BARRA DE DIRECAO CURTA MICRO ONIBUS VW 8120	UN	DRYV	1,00	444,00	444,00
49	6-01-1319	BARRA DE DIRECAO CURTA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	DRYV	1,00	280,00	280,00
50	6-01-0234	BARRA DE DIREÇÃO CURTA MICRO ONIBUS VOLARE	UN	DRYV	4,00	519,00	2.076,00
51	6-01-0279	BARRA DE DIREÇÃO CURTA VERTICAL ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRYV	3,00	464,00	1.392,00
52	6-01-3170	BARRA DE DIRECAO GRANDE HORIZONTAL ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRYV	2,00	564,20	1.128,40
53	6-01-0052	BARRA DE DIREÇÃO LONGA CARGO 1419	UN	DRYV	2,00	467,00	934,00
54	6-01-1306	BARRA DE DIRECAO LONGA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	DRYV	1,00	455,00	455,00
55	6-01-0235	BARRA DE DIREÇÃO LONGO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	DRYV	4,00	598,00	2.392,00
56	6-01-1447	BARRA TORCAO LADO DIREITO MICRO ONIBUS IVECO	UN	DRYV	1,00	1.657,00	1.657,00
57	6-01-1448	BARRA TORCAO LADO ESQUERDO MICRO ONIBUS IVECO	UN	DRYV	1,00	1.673,00	1.673,00
58	6-01-0073	BATENTE AMORTECEDOR DT CARGO 1622	UN	REI	2,00	58,50	117,00
59	6-01-0183	BATENTE AMORTECEDOR DT UNO FLEX	UN	REI	6,00	18,10	108,60
60	6-01-0343	BATENTE AMORTECEDOR SUP. DT SPRINTER MB	UN	REI	2,00	104,10	208,20
61	6-01-0504	BATENTE AMORTECEDOR TRAZ. KOMBI FLEX	UN	REI	4,00	22,00	88,00
62	6-01-0074	BATENTE AMORTECEDOR TZ CARGO 1622	UN	REI	2,00	54,60	109,20
63	6-01-0184	BATENTE AMORTECEDOR TZ UNO FLEX	UN	REI	6,00	135,60	813,60
64	6-01-2147	BATENTE DA BANDEJA INFERIOR L200 4X4	UN	REI	2,00	42,00	84,00
65	6-01-3413	BATENTE DIANTEIRO GOL ESPECIAL	UN	REI	8,00	17,50	140,00
66	6-01-3180	BATENTE DO AMORTECEDOR DT CARGO 1419	UN	REI	2,00	57,80	115,60
67	6-01-3181	BATENTE DO AMORTECEDOR TZ CARGO 1419	UN	REI	2,00	42,30	84,60
68	6-01-2148	BATENTE DO MOLEJO TRASEIRO L200 4X4	UN	REI	2,00	45,00	90,00
69	6-01-3414	BATENTE TZ GOL ESPECIAL	UN	AXIO	4,00	20,30	81,20
70	6-01-1486	BATENTES DIANTEIROS KOMBI FLEX	UN	LX	4,00	22,10	88,40
71	6-01-2149	BELETA COMPLETA L200 4X4	UN	LONIL	2,00	44,00	88,00
72	6-01-2047	BEXIGA DO PNEUMATICO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	DIMBO	2,00	464,00	928,00
73	6-01-1344	BICO DE ENGRAXAR MERCEDES	UN	MM	20,00	7,50	150,00
74	6-01-2107	BIPARTIDO CAMBIO 1/2 FORD F14000	UN	CARTE	4,00	101,00	404,00
75	6-01-0572	BOMBA COMBUSTIVEL AMBULANCIA S-10	UN	URBA	2,00	279,80	559,60
76	6-01-0185	BOMBA D' AGUA UNO WAY FLEX	UN	ZF	5,00	149,30	746,50
77	6-01-2108	BOMBA DA CACAMBA FORD F14000	UN	URBA	1,00	1.635,00	1.635,00
78	6-01-1509	BOMBA DAGUA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	URBA	1,00	244,00	244,00
79	6-01-2048	BOMBA DAGUA CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	URBA	2,00	315,00	630,00
80	6-01-0506	BOMBA D'AGUA KOMBI FLEX	UN	URBA	1,00	129,00	129,00
81	6-01-1345	BOMBA DÁGUA MWM 6 CC MERCEDES	UN	URBA	2,00	211,50	423,00
82	6-01-3415	BOMBA DE AGUA GOL ESPECIAL	UN	URBA	2,00	138,00	276,00
83	6-01-3348	BOMBA DE AGUA L200 AUTDOOR	UN	URBA	1,00	348,20	348,20
84	6-01-3316	BOMBA DE AGUA MAN ELETRONICO	UN	URBA	9,00	520,00	4.680,00
85	6-01-3239	BOMBA DE AGUA RANGER 3.0	UN	URBA	1,00	342,00	342,00
86	6-01-2992	BOMBA DE COMBUSTIVEL RANGER 3.0 POWER STOK UTILITARIOS	UN	CARTE	1,00	278,00	278,00
87	6-01-1268	BOMBA DE DIRECAO AGRALE 8500	UN	XF	1,00	2.304,50	2.304,50
88	6-01-3240	BOMBA DE DIRECAO RANGER 3.0	UN	ZF	1,00	667,00	667,00
89	6-01-0126	BOMBA DE FREIO TOYOTA	UN	CARTE	2,00	534,00	1.068,00
90	6-01-3416	BOMBA DE GASOLINA GOL ESPECIAL	UN	CARTE	4,00	119,50	478,00
91	6-01-0507	BOMBA DE GASOLINA KOMBI FLEX	UN	CARTE	1,00	122,30	122,30
92	6-01-3417	BOMBA DE OLEO GOL ESPECIAL	UN	CARTE	2,00	167,50	335,00
93	6-01-0508	BOMBA DE OLEO KOMBI FLEX	UN	CARTE	1,00	245,60	245,60
94	6-01-0547	BOMBA DE OLEO UNO WAY FLEX	UN	CARTE	5,00	246,90	1.234,50
95	6-01-0548	BOMBA DEO TANQUE INJETORA UNO WAY FLEX	UN	WO	4,00	166,00	664,00
96	6-01-2150	BOMBA HIDRAULICA L200 4X4	UN	ZF	1,00	894,10	894,10
97	6-01-2049	BOMBA HIDRAULICA QUE LEVANTA CACAMBA CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MANDAL	2,00	1.700,00	3.400,00
98	6-01-1461	BOMBA TANQUE INJETORA FLEX UNO WAY FLEX	UN	OW	1,00	166,00	166,00
99	6-01-3266	BORRACHA CARDAN COM ROLAMENTO FORD 14000	UN	REI	1,00	79,50	79,50
100	6-01-2151	BORRACHA DA BANDEJA INFERIOR L200 4X4	UN	REI	4,00	62,00	248,00
101	6-01-2152	BORRACHA DA BANDEJA SUP L200 4X4	UN	REI	4,00	51,50	206,00
102	6-01-0283	BORRACHA DE CUICA ONIBUS 1313 E 1513	UN	REI	10,00	18,30	183,00
103	6-01-2153	BORRACHA DO MOLEJO TZ L200 4X4	UN	REI	8,00	34,00	272,00
104	6-01-1248	BORRACHA DO MOLEJO DIANTEIRO AGRALE 8500	UN	REI	4,00	27,50	110,00
105	6-01-1249	BORRACHA DO MOLEJO TRASEIRO AGRALE 8500	UN	REI	4,00	28,00	112,00
106	6-01-2154	BRACO AUXILIAR DA DIRECAO L200 4X4	UN	TRW	1,00	183,10	183,10
107	6-01-0573	BRAÇO AUXILIAR DE DIREÇÃO AMBULANCIA S-10	UN	TRW	1,00	237,00	237,00
108	6-01-3349	BRACO AUXILIAR DE DIRECAO L200 OUTDOOR	UN	TRW	1,00	167,00	167,00
109	6-01-1605	BRACO PITMAN TOYOTA BAND.	UN	TRW	2,00	216,50	433,00
110	6-01-0574	BRAÇO PITMAN AMBULANCIA S-10	UN	TRW	1,00	518,90	518,90
111	6-01-3182	BRONZINA BIELA 6 B CARGO 1419	UN	ML	4,00	305,30	1.221,20

112	6-01-0075	BRONZINA BIELA 6B CARGO 1622	UN	ML	4,00	127,00	508,00
113	6-01-0076	BRONZINA BIELA CARGO	UN	ORIG	4,00	130,00	520,00
114	6-01-3183	BRONZINA BIELA CARGO 1419	UN	ORIG	4,00	293,00	1.172,00
115	6-01-3184	BRONZINA MANCAL CARGO 1419	UN	ORIG	4,00	349,50	1.398,00
116	6-01-0077	BRONZINA MANCAL CARGO 1622	UN	ORIG	4,00	170,00	680,00
117	6-01-3350	BUCHA AMORTECEDORA L200 OUTDOOR	UN	LONIL	20,00	14,00	280,00
118	6-01-0549	BUCHA BAND DT UNO WAY FLEX	UN	AXIO	8,00	19,20	153,60
119	6-01-0550	BUCHA BAND TZ UNO WAY FLEX	UN	AXIO	12,00	18,90	226,80
120	6-01-0187	BUCHA BAND. DT UNO WAY FLEX	UN	AXIO	4,00	20,70	82,80
121	6-01-0344	BUCHA BAND. SPRINTER MB	UN	REI	4,00	52,30	209,20
122	6-01-3185	BUCHA BANDEIJA CARGO 1419	UN	REI	8,00	22,00	176,00
123	6-01-2050	BUCHA DA MOLA MESTRE DT CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	REI	10,00	19,50	195,00
124	6-01-1453	BUCHA DE BANDEJA GRANDE IVECO	UN	REI	6,00	88,00	528,00
125	6-01-1454	BUCHA DE BANDEJA PEQUENO IVECO	UN	REI	6,00	80,00	480,00
126	6-01-1210	BUCHA DE MOLEJO TRZ	UN	REI	2,00	24,00	48,00
127	6-01-1437	BUCHA DO AMORTECEDOR VOLARE	UN	LONIL	20,00	13,50	270,00
128	6-01-2051	BUCHA DO ESTIRANTE CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	LONIL	32,00	19,20	614,40
129	6-01-3351	BUCHA ESTABILIZADOR L200 OUTDOOR	UN	LONIL	4,00	21,70	86,80
130	6-01-0284	BUCHA MOLA ONIBUS 1313 E 1513	UN	LONIL	10,00	20,00	200,00
131	6-01-1414	CABO ACELERADOR VOLARE	UN	FAMA	4,00	125,30	501,20
132	6-01-1439	CABO DA LAVANCA DA MARCHA IVECO	UN	FAMA	2,00	250,00	500,00
133	6-01-0189	CABO DE ACELERADOR UNO WAY FLEX	UN	FAMA	5,00	38,00	190,00
134	6-01-2109	CABO DE ACIONAMENTO DA CACAMBA FORD F14000	UN	FAMA	2,00	82,30	164,60
135	6-01-0190	CABO DE EMBREAGEM UNO WAY FLEX	UN	FAMA	5,00	32,00	160,00
136	6-01-0191	CABO DE FREIO DE MAO DO UNO WAY FLEX	UN	FAMA	12,00	103,00	1.236,00
137	6-01-1510	CABO DE VELA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	FAMA	1,00	124,30	124,30
138	6-01-1558	CABO DE VELAS GOL ESPECIAL	UN	FAMA	2,00	112,00	224,00
139	6-01-1487	CABO DE VELAS KOMBI FLEX	UN	BOSCH	1,00	79,00	79,00
140	6-01-3665	CABO DO CAPU GM/S10 24 ROTAM AMBULANCIA	UN	FAMA	1,00	58,00	58,00
141	6-01-1559	CABO VELOCIMETRO GOL ESPECIAL	UN	FAMA	2,00	42,00	84,00
142	6-01-0509	CABO VELOCIMETRO KOMBI FLEX	UN	FAMA	2,00	61,20	122,40
143	6-01-1413	CAIXA DIRECAO VOLARE	UN	ORIG	2,00	1.235,00	2.470,00
144	6-01-3241	CAIXA DE DIRECAO RANGER 3.0	UN	ORIG	1,00	2.248,00	2.248,00
145	6-01-0345	CAIXA DE DIREÇÃO VAN SPRINTER MB	UN	ORIG	1,00	2.745,00	2.745,00
146	6-01-3322	CAIXA SATELITE CAMINHAO 24220	UN	MP	2,00	1.895,00	3.790,00
147	6-01-3186	CAIXA SATELITE CARGO 1419	UN	MP	3,00	2.936,00	8.808,00
148	6-01-0078	CAIXA SATELITE CARGO 1622	UN	MP	3,00	1.734,00	5.202,00
149	6-01-3242	CAIXA SATELITE COMPLETA RANGER 3.0	UN	MP	1,00	1.883,00	1.883,00
150	6-01-3307	CAIXA SATELITE DO DIFERENCIAL ROCKMELL 240 MAN ELETRONICO	UN	MP	6,00	2.280,00	13.680,00
151	6-01-1440	CAIXA SATELITE IVECO	UN	MP	1,00	2.470,00	2.470,00
152	6-01-1606	CAIXA SATELITE TOYOTA BAND.	UN	MP	1,00	880,00	880,00
153	6-01-1396	CAIXA SATELITE VOLARE	UN	MP	4,00	1.395,00	5.580,00
154	6-01-1518	CAMBIO COMPLETO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	ORIG	1,00	10.200,00	10.200,00
155	6-01-3352	CAMBIO COMPLETO L200 OUTDOOR	UN	ORIG	1,00	8.390,00	8.390,00
156	6-01-3243	CAMBIO COMPLETO RANGER 3.0	UN	ORIG	1,00	8.460,00	8.460,00
157	6-01-2155	CAMPANA DO FREIO TZ L200 4X4	UN	ORIG	2,00	179,00	358,00
158	6-01-1488	CAMPANA FREIO TRASEIRO KOMBI FLEX	UN	MG	1,00	177,00	177,00
159	6-01-0346	CAMPANA TZ SPRINTER MB	UN	MG	2,00	186,00	372,00
160	6-01-0192	CAMPANA TZ UNO WAY FLEX	UN	MG	6,00	102,00	612,00
161	6-01-0285	CANO BICO INJECTOR Nº 1 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
162	6-01-0286	CANO BICO INJECTOR Nº 2 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
163	6-01-0287	CANO BICO INJECTOR Nº 3 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
164	6-01-0288	CANO BICO INJECTOR Nº 4 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
165	6-01-0289	CANO BICO INJECTOR Nº 5 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
166	6-01-0290	CANO BICO INJECTOR Nº 6 ONIBUS 1313 E 1513	UN	NAUT	2,00	48,00	96,00
167	6-01-3187	CAPA SINCRONIZADA CARGO 1419	UN	DDS	3,00	384,00	1.152,00
168	6-01-0079	CAPA SINCRONIZADA CARGO 1622	UN	DDS	3,00	509,30	1.527,90
169	6-01-1512	CAPU AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	ORIG	1,00	877,00	877,00
170	6-01-1312	CARCACA DO CAMBIO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	ORIG	1,00	2.399,00	2.399,00
171	6-01-2052	CARCACA EMBREAGEM CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	ORIG	4,00	1.059,00	4.236,00
172	6-01-3244	CARDAN COMPLETO RANGER 3.0	UN	SHTAL	1,00	2.466,00	2.466,00
173	6-01-3245	CASAL DE COROA E PINHAO DO DIFERENCIAL RANGER 3.0	UN	MP	1,00	1.453,00	1.453,00
174	6-01-2053	CATRACA DE FREIO ESTRIA FINA CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	IRPF	4,00	102,00	408,00
175	6-01-3318	CATRACA DO FREIO 28 ESTRIA FINA MAN ELETRONICO	UN	IRPF	18,00	98,00	1.764,00
176	6-01-3156	CATRACA DO FREIO MICRO 8120	UN	IRPF	4,00	137,80	551,20
177	6-01-0236	CATRACA DO FREIO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	IRPF	8,00	109,00	872,00
178	6-01-0193	CEBOLA DA VENTOINHA UNO WAY FLEX	UN	WO	5,00	38,50	192,50
179	6-01-3188	CENTRO RODA CARGO 1419	UN	RODAL	8,00	367,00	2.936,00
180	6-01-0080	CENTRO RODA CARGO 1622	UN	RODAL	8,00	306,00	2.448,00
181	6-01-2156	CILINDRO AUXILIAR DE EMBREAGEM L200 4X4	UN	TRW	1,00	160,00	160,00
182	6-01-3246	CILINDRO DE EMBREAGEM AUXILIAR RANGER 3.0	UN	TRW	2,00	345,00	690,00
183	6-01-3247	CILINDRO DE EMBREAGEM MESTRE RANGER 3.0	UN	TRW	2,00	541,20	1.082,40
184	6-01-0194	CILINDRO DE FREIO DE RODA UNO WAY FLEX	UN	TRW	6,00	31,00	186,00
185	6-01-3248	CILINDRO DE FREIO MESTRE RANGER 3.0	UN	TRW	1,00	602,00	602,00
186	6-01-0575	CILINDRO DE RODA LATERAL DIR. AMBULANCIA S-10	UN	TRW	1,00	146,30	146,30
187	6-01-3353	CILINDRO DE RODA LATERAL DT L200 OUTDOOR	UN	TRW	1,00	103,00	103,00
188	6-01-0576	CILINDRO DE RODA LATERAL ESQ. AMBULANCIA S-10	UN	TRW	1,00	147,50	147,50

189	6-01-3354	CILINDRO DE RODA LATERAL ESQUERDO L200 OUTDOOR	UN	TRW	1,00	120,00	120,00
190	6-01-0348	CILINDRO INTERM. DE EMBREAGEM SPRINTER MB	UN	TRW	1,00	164,00	164,00
191	6-01-2157	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM L200 4X4	UN	TRW	1,00	198,00	198,00
192	6-01-1607	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM TOYOTA BAND.	UN	TRW	2,00	223,00	446,00
193	6-01-0577	CILINDRO MESTRE DE FREIO AMBULANCIA S-10	UN	TRW	1,00	390,00	390,00
194	6-01-3355	CILINDRO MESTRE DE FREIO L200 OUTDOOR	UN	TRW	1,00	415,60	415,60
195	6-01-0349	CILINDRO MESTRE DE FREIO SPRINTER MB	UN	TRW	3,00	198,00	594,00
196	6-01-1608	CILINDRO MESTRE DE FREIO TOYOTA BAND.	UN	TRW	2,00	230,00	460,00
197	6-01-2158	CILINDRO MESTRE DO FREIO L200 4X4	UN	TRW	1,00	275,00	275,00
198	6-01-0220	CILINDRO MESTRE MICRO ONIBUS IVECO	UN	TRW	1,00	738,00	738,00
199	6-01-0195	CILINDRO MESTRE UNO WAY FLEX	UN	TRW	5,00	145,00	725,00
200	6-01-0511	COIFA AMORTECEDOR KOMBI FLEX	UN	AXIO	1,00	18,00	18,00
201	6-01-0081	COIFA AMORTECEDOR DT CARGO 1622	UN	AXIO	20,00	55,00	1.100,00
202	6-01-0350	COIFA AMORTECEDOR SPRINTER MB	UN	AXIO	2,00	25,00	50,00
203	6-01-3190	COIFA AMORTECEDOR TZ CARGO 1419	UN	AXIO	10,00	21,00	210,00
204	6-01-0082	COIFA AMORTECEDOR TZ CARGO 1622	UN	AXIO	10,00	45,00	450,00
205	6-01-1514	COIFA DA RODA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	AXIO	1,00	22,00	22,00
206	6-01-3356	COIFA DA RODA L200 OUTDOOR	UN	AXIO	2,00	34,00	68,00
207	6-01-3418	COIFA DO AMORTECEDOR GOL ESPECIAL	UN	AXIO	4,00	15,00	60,00
208	6-01-1515	COIFA DO CAMBIO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	AXIO	1,00	22,00	22,00
209	6-01-3357	COIFA DO CAMBIO L200 OUTDOOR	UN	MX	1,00	36,00	36,00
210	6-01-3249	COIFA DO EIXO DA TRACAO LADO CAMBIO RANGER 3.0	UN	MX	4,00	55,00	220,00
211	6-01-3250	COIFA DO EIXO DA TRACAO LADO RODA RANGER 3.0	UN	MX	4,00	65,00	260,00
212	6-01-0512	COIFA EIXO TZ KOMBI FLEX	UN	MX	4,00	17,00	68,00
213	6-01-3267	COLA JUNTA MOTOR FORD 14000	UN	3M	1,00	9,00	9,00
214	6-01-3268	COLA ULTRA COOPER PRETA FORD 14000	UN	THEB	1,00	16,00	16,00
215	6-01-2035	COMANDO DE VALVULA STD CARGO	UN	LNG	4,00	279,00	1.116,00
216	6-01-3191	COMANDO DE VALVULA STD CARGO 1419	UN	LNG	4,00	2.094,00	8.376,00
217	6-01-3323	COMPRESSOR DE AR CAMINHAO 24220	UN	WABCO	1,00	1.724,00	1.724,00
218	6-01-1467	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO UNO WAY FLEX	UN	WABCO	1,00	1.179,00	1.179,00
219	6-01-1516	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	WABCO	1,00	1.611,00	1.611,00
220	6-01-3358	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO L200 OUTDOOR	UN	WABCO	1,00	1.049,00	1.049,00
221	6-01-3251	COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO RANGER 3.0	UN	WABCO	1,00	2.440,00	2.440,00
222	6-01-1273	CONTRA FEIXE DE MOLA TRASEIRA AGRALE 8500	UN	MARCHETT	1,00	805,00	805,00
223	6-01-0129	COROA DA TOYOTA BAND.	UN	EGRECON	1,00	669,00	669,00
224	6-01-1264	COROA DO DIFERENCIAL AGRALE 8500	UN	EGRECON	1,00	813,00	813,00
225	6-01-1517	COROA DO DIFERENCIAL AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	EGRECON	1,00	1.491,00	1.491,00
226	6-01-3359	COROA DO DIFERENCIAL L200 OUTDOOR	UN	EGRECON	1,00	1.554,00	1.554,00
227	6-01-3308	COROA DO DIFERENCIAL MAN ELETRONICO	UN	EGRECON	6,00	2.591,00	15.546,00
228	6-01-2054	COROA PINHAO DIF 23145 7X37 CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	EGRECON	3,00	2.290,00	6.870,00
229	6-01-0351	COROA PINHAO DIFERENCIAL VAN SPRINTER MB	UN	EGRECON	1,00	1.939,00	1.939,00
230	6-01-0352	CORREIA ALTERNADOR SPRINTER MB	UN	GATES	1,00	56,00	56,00
231	6-01-0196	CORREIA ALTERNADOR UNO WAY FLEX	UN	GATES	5,00	39,00	195,00
232	6-01-0353	CORREIA AR CONDICIONADO SPRINTER MB	UN	GATES	1,00	52,00	52,00
233	6-01-0291	CORREIA B-48 ONIBUS 1313 E 1513	UN	GATES	3,00	27,00	81,00
234	6-01-0292	CORREIA DA HELICE DO RADIADOR ONIBUS 1313 E 1513	UN	GATES	3,00	43,00	129,00
235	6-01-2159	CORREIA DENTADA L200 4 X 4	UN	GATES	1,00	109,00	109,00
236	6-01-0578	CORREIA DENTADA AMBULANCIA S-10	UN	GATES	2,00	143,00	286,00
237	6-01-3419	CORREIA DENTADA GOL ESPECIAL	UN	GATES	2,00	65,00	130,00
238	6-01-0513	CORREIA DENTADA KOMBI FLEX	UN	GATES	2,00	104,50	209,00
239	6-01-3360	CORREIA DENTADA L200 OUTDOOR	UN	GATES	1,00	189,00	189,00
240	6-01-0197	CORREIA DENTADA UNO WAY FLEX	UN	GATES	5,00	59,00	295,00
241	6-01-0579	CORREIA DO ALTERNADOR AMBULANCIA S-10	UN	GATES	2,00	70,00	140,00
242	6-01-1338	CORREIA DO ALTERNADOR MICRO ONIBUS VW 8120	UN	GATES	1,00	100,00	100,00
243	6-01-2056	CORREIA DO ALTERNADOR CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	GATES	2,00	89,00	178,00
244	6-01-3420	CORREIA DO ALTERNADOR GOL ESPECIAL	UN	GATES	2,00	51,00	102,00
245	6-01-0514	CORREIA DO ALTERNADOR KOMBI FLEX	UN	GATES	2,00	38,00	76,00
246	6-01-3361	CORREIA DO ALTERNADOR L200 OUTDOOR	UN	GATES	2,00	69,50	139,00
247	6-01-1301	CORREIA DO ALTERNADOR MICRO ONIBUS LO 812	UN	GATES	1,00	88,00	88,00
248	6-01-1397	CORREIA DO ALTERNADOR VOLARE	UN	GATES	4,00	115,60	462,40
249	6-01-0293	CORREIA DO COMPRESSOR DE AR ONIBUS 1313 E 1513	UN	GATES	3,00	44,30	132,90
250	6-01-2055	CORREIA DO RADIADOR CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	GATES	2,00	91,00	182,00
251	6-01-3300	CORREIA DO RADIADOR MAN ELETRONICO	UN	GATES	9,00	82,30	740,70
252	6-01-0515	COXIM AMORTECEDOR DT KOMBI FLEX	UN	AXIO	4,00	45,00	180,00
253	6-01-0580	COXIM CAMBIO AMBULANCIA S-10	UN	AXIO	4,00	139,00	556,00
254	6-01-0198	COXIM CAMBIO UNO WAY FLEX	UN	AXIO	6,00	75,20	451,20
255	6-01-3421	COXIM DO AMORTECEDOR DT GOL ESPECIAL	UN	AXIO	4,00	61,20	244,80
256	6-01-3362	COXIM DO CAMBIO L200 OUTDOOR	UN	AXIO	2,00	145,00	290,00
257	6-01-1316	COXIM DO CAMBIO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	AXIO	2,00	95,00	190,00
258	6-01-1490	COXIM DO ESCAPAMENTO KOMBI FLEX	UN	MX	8,00	9,30	74,40
259	6-01-3422	COXIM DO ESCAPAMENTO GOL ESPECIAL	UN	MX	12,00	15,00	180,00
260	6-01-2057	COXIM DO MOTOR E CAMBIO TZ CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	AXIO	4,00	75,00	300,00
261	6-01-0581	COXIM DO MOTOR LATERAL DIR AMBULANCIA S-10	UN	REI	3,00	105,60	316,80
262	6-01-3363	COXIM DO MOTOR LATERAL DT L200 OUTDOOR	UN	REI	2,00	115,00	230,00
263	6-01-0582	COXIM DO MOTOR LATERAL ESQ.AMBULANCIA S-10	UN	REI	3,00	118,00	354,00
264	6-01-3364	COXIM DO MOTOR LATERAL ESQUERDO L200 OUTDOOR	UN	REI	2,00	114,30	228,60
265	6-01-0583	CRUZETA CARDAN AMBULANCIA S-10	UN	SPALC	2,00	74,50	149,00

266	6-01-3192	CRUZETA CARDAN CARGO 1419	UN	SPALC	2,00	169,00	338,00
267	6-01-0084	CRUZETA CARDAN CARGO 1622	UN	SPALC	2,00	169,00	338,00
268	6-01-0008	CRUZETA CARDAN FORD 14000	UN	SPALC	2,00	98,00	196,00
269	6-01-0354	CRUZETA CARDAN SPRINTER MB	UN	SPALC	1,00	81,20	81,20
270	6-01-2041	CRUZETA CARDAN TOYOTA BAND	UN	SPALC	6,00	65,30	391,80
271	6-01-1250	CRUZETA DO CARDAN AGRALE 8500	UN	SPALC	2,00	105,60	211,20
272	6-01-2058	CRUZETA DO CARDAN CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	SPALC	4,00	209,30	837,20
273	6-01-3365	CRUZETA DO CARDAN L200 OUTDOOR	UN	SPALC	2,00	73,50	147,00
274	6-01-3314	CRUZETA DO CARDAN MAN ELETRONICO	UN	SPALC	18,00	150,20	2.703,60
275	6-01-1323	CRUZETA DO CARDAN MICRO ONIBUS VW 8120	UN	SPALC	2,00	144,30	288,60
276	6-01-1398	CRUZETA DO CARDAN VOLARE	UN	SPALC	16,00	83,60	1.337,60
277	6-01-0294	CRUZETA ONIBUS 1313 E 1513	UN	SPALC	3,00	111,00	333,00
278	6-01-0085	CUBO CAMBIO 1 RE CARGO 1622	UN	ORIG	1,00	284,30	284,30
279	6-01-3193	CUBO CAMBIO 1A A RE CARGO 1419	UN	ORIG	1,00	341,20	341,20
280	6-01-3194	CUBO CAMBIO 2A E 3A CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	398,00	796,00
281	6-01-0086	CUBO CAMBIO 2A E 3A CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	314,20	628,40
282	6-01-3269	CUBO CAMBIO 4 FORD 14000	UN	ORIG	1,00	285,60	285,60
283	6-01-3252	CUBO DIANTEIRO DA RODA RANGER 3.0	UN	MG	2,00	705,00	1.410,00
284	6-01-3325	CUBO TZ DA RODA CAMINHAO 24220	UN	MG	2,00	506,00	1.012,00
285	6-01-0240	CUICA DE FREIO DO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	BRAK	10,00	263,00	2.630,00
286	6-01-1251	CUICAO DE FREIO 16X24 AGRALE 8500	UN	BRAK	2,00	315,20	630,40
287	6-01-2059	CUICAO DE FREIO 30 X 30 CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	BRAK	8,00	195,00	1.560,00
288	6-01-1331	CUICAO DE FREIO DIANTEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	BRAK	2,00	285,60	571,20
289	6-01-1399	CUICAO DE FREIO DIANTEIRO VOLARE	UN	BRAK	8,00	306,30	2.450,40
290	6-01-3297	CUICAO DE FREIO ESTACIONARIO MAN ELETRONICO	UN	BRAK	18,00	183,20	3.297,60
291	6-01-1247	CUICAO DE FREIO TRASEIRO MAN ELETRONICO	UN	BRAK	12,00	254,30	3.051,60
292	6-01-2110	CUICAO DO FREIO 30 X 30 FORD F14000	UN	BRAK	2,00	187,20	374,40
293	6-01-1279	CUICAO DO FREIO TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	BRAK	4,00	139,20	556,80
294	6-01-3366	DISCO DE EMBREAGEM L200 OUTDOOR	UN	SACH	2,00	351,20	702,40
295	6-01-1441	DISCO DE FREIO DIANTEIRO IVECO	UN	MG	2,00	321,20	642,40
296	6-01-1286	DISCO DE FREIO DIANTEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MG	2,00	195,20	390,40
297	6-01-3253	DISCO DE FREIO RANGER 3.0	UN	MG	2,00	187,20	374,40
298	6-01-0355	DISCO DE FREIO SPRINTER MB	UN	MG	2,00	208,60	417,20
299	6-01-0131	DISCO DE FREIO TOYOTA BAND	UN	MG	2,00	132,60	265,20
300	6-01-1442	DISCO DE FREIO TRASEIRO IVECO	UN	MG	2,00	453,20	906,40
301	6-01-1287	DISCO DE FREIO TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MG	2,00	209,60	419,20
302	6-01-2160	DISCO DO FREIO DT L200 4 X 4	UN	MG	2,00	143,60	287,20
303	6-01-1473	DISCO DO FREIO TRASEIRO VAN SPRINTER MB	UN	MG	2,00	152,30	304,60
304	6-01-0585	DISCO EMBREAGEM AMBULANCIA S-10	UN	MG	2,00	335,00	670,00
305	6-01-2134	EIXO ENGRENAGEM RE CAMBIO CI 450 FORD F1400	UN	SACH	1,00	302,20	302,20
306	6-01-2112	EIXO ENTALHADO CAMBIO F1400 FORD F14000	UN	ORIG	1,00	1.178,20	1.178,20
307	6-01-2113	EIXO PILOTO CAMBIO 10 DENTES FORD F14000	UN	ORIG	1,00	735,00	735,00
308	6-01-3195	EIXO PILOTO CAMBIO CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	645,20	1.290,40
309	6-01-0087	EIXO PILOTO CAMBIO CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	803,20	1.606,40
310	6-01-3326	EIXO PILOTO CAMBIO EATON CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	596,30	1.192,60
311	6-01-1424	EIXO PILOTO VOLARE	UN	ORIG	2,00	481,20	962,40
312	6-01-3327	EIXO PRIMARIO CAMBIO EATON CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	1.185,00	2.370,00
313	6-01-1423	EIXO PRIMARIO DO CAMBIO VOLARE	UN	ORIG	2,00	1.045,00	2.090,00
314	6-01-3328	EIXO SECUNDARIO DO CAMBIO EATON CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	1.256,00	2.512,00
315	6-01-1560	EMBORRACHAMENTO DE SUSPENSAO GOL ESPECIAL	UN	REI	2,00	125,60	251,20
316	6-01-0518	EMBREAGEM COMPLETA KOMBI FLEX	UN	SACH	1,00	595,60	595,60
317	6-01-3423	EMBREAGEM GOL ESPECIAL	UN	SACH	2,00	421,00	842,00
318	6-01-3367	EMBREAGEM L200 OUTDOOR	UN	SACH	1,00	754,00	754,00
319	6-01-3292	EMBREAGEM S10 ROTAM	UN	SACH	2,00	997,00	1.994,00
320	6-01-2060	EMBUCHAMENTO DO EIXO DT COMPLETO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	FABRAC	2,00	501,20	1.002,40
321	6-01-0295	EMBUCHAMENTO DT COMPL ONIBUS 1313 E 1513	UN	FABRAC	3,00	251,30	753,90
322	6-01-3196	ENGRENAGEM 1 39 DENTES CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	829,00	1.658,00
323	6-01-0088	ENGRENAGEM 1 39 DENTES CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	662,00	1.324,00
324	6-01-0089	ENGRENAGEM 1 CARGO	UN	ORIG	4,00	621,00	2.484,00
325	6-01-0356	ENGRENAGEM 2º MARCHA MB	UN	ORIG	1,00	409,20	409,20
326	6-01-3198	ENGRENAGEM 3 CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	544,00	1.088,00
327	6-01-0090	ENGRENAGEM 3 CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	605,00	1.210,00
328	6-01-3271	ENGRENAGEM 3A FORD 14000	UN	ORIG	1,00	500,00	500,00
329	6-01-3272	ENGRENAGEM 4 FORD 14000	UN	ORIG	1,00	512,00	512,00
330	6-01-3273	ENGRENAGEM 4A FIXA FORD 14000	UN	ORIG	1,00	401,00	401,00
331	6-01-3199	ENGRENAGEM 5 CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	680,00	1.360,00
332	6-01-0091	ENGRENAGEM 5 CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	754,00	1.508,00
333	6-01-3329	ENGRENAGEM DA 1º MACHA CAMBIO EATON CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	905,30	1.810,60
334	6-01-3165	ENGRENAGEM DA 1º MACHA TOYOTA BAND	UN	ORIG	1,00	469,30	469,30
335	6-01-1425	ENGRENAGEM DA 1º VOLARE	UN	ORIG	2,00	581,00	1.162,00
336	6-01-3166	ENGRENAGEM DA 2º MACHA TOYOTA BAND	UN	ORIG	1,00	412,00	412,00
337	6-01-1426	ENGRENAGEM DA 2º VOLARE	UN	ORIG	2,00	609,20	1.218,40
338	6-01-2185	ENGRENAGEM DA 3º TOYOTA BAND.	UN	ORIG	1,00	370,00	370,00
339	6-01-1427	ENGRENAGEM DA 3º VOLARE	UN	ORIG	2,00	654,00	1.308,00
340	6-01-2184	ENGRENAGEM DA 4º MACHA TOYOTA BAND.	UN	ORIG	1,00	480,00	480,00
341	6-01-1428	ENGRENAGEM DA 4º VOLARE	UN	ORIG	2,00	503,00	1.006,00
342	6-01-3167	ENGRENAGEM DA 5º MACHA TOYOTA BAND	UN	ORIG	1,00	413,00	413,00

343	6-01-2036	ENGRENAGEM DA RE CARGO	UN	ORIG	2,00	910,80	1.821,60
344	6-01-3330	ENGRENAGEM DA RÉ MACHA CAMBIO EATON CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	569,30	1.138,60
345	6-01-2114	ENGRENAGEM IA CI 450 FORD F1400	UN	ORIG	1,00	569,30	569,30
346	6-01-2115	ENGRENAGEM IA/RE FORD F1400	UN	ORIG	1,00	450,00	450,00
347	6-01-3200	ENGRENAGEM RE CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	317,00	634,00
348	6-01-3274	ENGRENAGEM RE LOUCA FORD 14000	UN	ORIG	1,00	450,00	450,00
349	6-01-1519	ESCAPAMENTO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	WIX	1,00	569,00	569,00
350	6-01-3254	ESCAPAMENTO COMPLETO RANGER 3.0	UN	WIX	1,00	1.330,00	1.330,00
351	6-01-3424	ESCAPAMENTO GOL ESPECIAL	UN	WIX	2,00	346,00	692,00
352	6-01-0519	ESCAPAMENTO KOMBI FLEX	UN	WIX	1,00	337,20	337,20
353	6-01-3368	ESCAPAMENTO L200 OUTDOOR	UN	WIX	1,00	621,00	621,00
354	6-01-2061	ESPIGA DO CARDAN CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	SPALC	2,00	347,50	695,00
355	6-01-1520	FAROL AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MIX	2,00	304,60	609,20
356	6-01-2997	FAROL COMPLETO L200 AUTDOOR UTILITARIOS	UN	MIX	2,00	324,70	649,40
357	6-01-1561	FAROL LATERAL DIREITO GOL ESPECIAL	UN	MIX	2,00	152,30	304,60
358	6-01-1492	FAROL LATERAL DIREITO KOMBI FLEX	UN	MIX	1,00	119,00	119,00
359	6-01-1562	FAROL LATERAL ESQUERDO GOL ESPECIAL	UN	MIX	2,00	153,00	306,00
360	6-01-1493	FAROL LATERAL ESQUERDO KOMBI FLEX	UN	MIX	1,00	124,30	124,30
361	6-01-3425	FECHADURA DO CAPO GOL ESPECIAL	UN	MIX	1,00	97,00	97,00
362	6-01-3370	FECHADURA DO CAPO L200 OUTDOOR	UN	MIX	1,00	153,20	153,20
363	6-01-0586	FECHADURA DO CAPU AMBULANCIA S-10	UN	MIX	1,00	186,40	186,40
364	6-01-0520	FECHADURA DO CAPU KOMBI FLEX	UN	MIX	1,00	70,00	70,00
365	6-01-3371	FECHADURA LATERAL DA PORTA L200 OUTDOOR	UN	MIX	1,00	128,00	128,00
366	6-01-3426	FECHADURA LATERAL GOL ESPECIAL	UN	MIX	2,00	81,40	162,80
367	6-01-0521	FECHADURA LATERAL KOMBI FLEX	UN	MIX	1,00	80,10	80,10
368	6-01-0587	FECHADURA LATERAL PORTA AMBULANCIA S-10	UN	MIX	2,00	101,00	202,00
369	6-01-0522	FECHADURA TAMPA TZ KOMBI FLEX	UN	MIX	1,00	111,00	111,00
370	6-01-3427	FECHADURA TAMPA TZ GOL ESPECIAL	UN	MARC	1,00	89,60	89,60
371	6-01-0137	FEIXE DE MOLA TRAZEIRA TOYOTA BAND	UN	MARC	1,00	676,50	676,50
372	6-01-0138	FEIXE DE MOLAS DT TOYOTA BAND	UN	MARC	1,00	556,80	556,80
373	6-01-0199	FEIXO DE MOLA TZ UNO WAY FLEX	UN	MARC	5,00	284,10	1.420,50
374	6-01-1252	FILTRO COMBUSTIVEL BLINDADO AGRALE 8500	UN	MAN	2,00	98,45	196,90
375	6-01-0241	FILTRO COMBUSTIVEL MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MAN	8,00	46,50	372,00
376	6-01-2062	FILTRO COMBUSTIVEL PRIMARIO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	8,00	62,00	496,00
377	6-01-2063	FILTRO COMBUSTIVEL SECUNDARIO RACOR CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	4,00	61,00	244,00
378	6-01-1474	FILTRO COMBUSTIVEL VAN SPRINTER MB	UN	MAN	2,00	52,10	104,20
379	6-01-2064	FILTRO DE AGUA CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	4,00	71,20	284,80
380	6-01-2161	FILTRO DE AR L200 4 X 4	UN	MAN	1,00	61,50	61,50
381	6-01-0557	FILTRO DE AR UNO WAY FLEX	UN	MAN	4,00	60,20	240,80
382	6-01-1253	FILTRO DE AR EXTERNO AGRALE 8500	UN	MAN	2,00	116,50	233,00
383	6-01-2065	FILTRO DE AR EXTERNO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	4,00	133,00	532,00
384	6-01-0019	FILTRO DE AR EXTERNO FORD 14000	UN	MAN	2,00	129,60	259,20
385	6-01-1246	FILTRO DE AR EXTERNO MAN ELETRONICO	UN	MAN	18,00	150,10	2.701,80
386	6-01-1280	FILTRO DE AR EXTERNO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MAN	4,00	129,00	516,00
387	6-01-0242	FILTRO DE AR EXTERNO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MAN	8,00	214,00	1.712,00
388	6-01-1609	FILTRO DE AR EXTERNO TOYOTA BAND.	UN	MAN	4,00	74,60	298,40
389	6-01-1254	FILTRO DE AR INTERNO AGRALE 8500	UN	MAN	2,00	87,20	174,40
390	6-01-2066	FILTRO DE AR INTERNO CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	4,00	61,20	244,80
391	6-01-0020	FILTRO DE AR INTERNO FORD 14000	UN	MAN	2,00	83,00	166,00
392	6-01-1245	FILTRO DE AR INTERNO MAN ELETRONICO	UN	MAN	18,00	121,50	2.187,00
393	6-01-0225	FILTRO DE AR INTERNO MICRO ONIBUS IVECO	UN	MAN	2,00	127,00	254,00
394	6-01-1281	FILTRO DE AR INTERNO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MAN	4,00	94,00	376,00
395	6-01-0243	FILTRO DE AR INTERNO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MAN	8,00	187,30	1.498,40
396	6-01-1610	FILTRO DE AR INTERNO TOYOTA BAND.	UN	MAN	4,00	56,00	224,00
397	6-01-0525	FILTRO DE AR KOMBI FLEX	UN	MAN	6,00	42,00	252,00
398	6-01-3255	FILTRO DE AR RANGER 3.0	UN	MAN	2,00	72,30	144,60
399	6-01-1475	FILTRO DE AR VAN SPRINTER MB	UN	MAN	2,00	71,30	142,60
400	6-01-2162	FILTRO DE COMBUSTIVEL L200 4 X 4	UN	MAN	2,00	45,00	90,00
401	6-01-0589	FILTRO DE COMBUSTIVEL AMBULANCIA S-10	UN	MAN	8,00	64,20	513,60
402	6-01-0021	FILTRO DE COMBUSTIVEL FORD 14000	UN	MAN	2,00	14,60	29,20
403	6-01-3372	FILTRO DE COMBUSTIVEL L200 OUTDOOR	UN	MAN	6,00	69,00	414,00
404	6-01-1243	FILTRO DE COMBUSTIVEL MAN ELETRONICO	UN	MAN	18,00	70,20	1.263,60
405	6-01-1255	FILTRO DE COMBUSTIVEL RACOR AGRALE 8500	UN	MAN	2,00	102,30	204,60
406	6-01-3256	FILTRO DE COMBUSTIVEL RANGER 3.0	UN	MAN	2,00	129,60	259,20
407	4-01-0691	FILTRO DE COMBUSTIVEL TOYOTA	UN	MAN	4,00	43,10	172,40
408	4-01-0693	FILTRO DE MOTOR UNO WAY FLEX	UN	MAN	4,00	27,15	108,60
409	6-01-3373	FILTRO DE OLEO DO MOTOR L200 OUTDOOR	UN	MAN	6,00	61,50	369,00
410	6-01-1244	FILTRO DE OLEO DO MOTOR MAN ELETRONICO	UN	MAN	18,00	131,20	2.361,60
411	6-01-3257	FILTRO DE OLEO DO MOTOR RANGER 3.0	UN	MAN	2,00	59,60	119,20
412	6-01-2116	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE FORD F1400	UN	MAN	2,00	44,60	89,20
413	6-01-2163	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE L200 4 X 4	UN	MAN	2,00	47,60	95,20
414	6-01-1611	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE TOYOTA BAND.	UN	MAN	4,00	43,50	174,00
415	6-01-1470	FILTRO DO AR CONDICIONADO UNO WAY FLEX	UN	MAN	1,00	60,20	60,20
416	6-01-1325	FILTRO DO COMBUSTIVEL MICRO ONIBUS VW 8120	UN	MAN	2,00	109,80	219,60
417	6-01-1282	FILTRO DO COMBUSTIVEL MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MAN	2,00	57,10	114,20
418	6-01-3160	FILTRO DO MOTOR LUBRIFICANTE MICRO 8120	UN	MAN	2,00	54,60	109,20
419	6-01-0226	FILTRO DO MOTOR MICRO ONIBUS IVECO	UN	MAN	2,00	69,15	138,30

420	6-01-0913	FILTRO LUB VAN 312D DPRITER	UN	MAN	2,00	37,15	74,30
421	6-01-1256	FILTRO LUBRIFICANTE AGRALE 8500	UN	MAN	2,00	53,20	106,40
422	6-01-2067	FILTRO LUBRIFICANTE CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MAN	4,00	90,15	360,60
423	6-01-1288	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO ONIBUS LO 812	UN	MAN	2,00	54,20	108,40
424	6-01-0244	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MAN	8,00	39,60	316,80
425	6-01-1563	FILTROS DE AR GOL ESPECIAL	UN	MAN	6,00	33,70	202,20
426	6-01-1564	FILTROS DE OLEO GOL ESPECIAL	UN	MAN	6,00	19,80	118,80
427	6-01-1521	FILTROS DE OLEO DE MOTOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MAN	8,00	69,00	552,00
428	6-01-1495	FILTROS DE OLEO KOMBI FLEX	UN	MAN	6,00	19,50	117,00
429	6-01-3201	FLANGE DO CARDAN CARGO 1419	UN	MEC PAR	2,00	231,00	462,00
430	6-01-0093	FLANGE DO CARDAN CARGO 1622	UN	MEC PAR	2,00	301,00	602,00
431	6-01-0296	FLANGE DO CARDAN ONIBUS 1313 E 1513	UN	MEC PAR	3,00	152,30	456,90
432	6-01-0591	FLEXIVEL DE EMBREAGEM AMBULANCIA S-10	UN	FLEX	1,00	191,40	191,40
433	6-01-3374	FLEXIVEL DE EMBREAGEM L200 OUTDOOR	UN	FLEX	1,00	200,00	200,00
434	6-01-2117	FLEXIVEL DE FREIO DT FORD F1400	UN	FLEX	2,00	37,15	74,30
435	6-01-0592	FLEXIVEL DE FREIO DT AMBULANCIA S-10	UN	FLEX	2,00	49,00	98,00
436	6-01-3375	FLEXIVEL DE FREIO DT L200 OUTDOOR	UN	FLEX	2,00	39,00	78,00
437	6-01-0200	FLEXIVEL DE FREIO UNO WAY FLEX	UN	FLEX	6,00	37,00	222,00
438	6-01-3202	GARFO CARDAN CARGO 1419	UN	MEC PAR	2,00	220,00	440,00
439	6-01-0094	GARFO CARDAN CARGO 1622	UN	MEC PAR	2,00	278,00	556,00
440	6-01-1436	GARFO DA SAIDA DO CAMBIO VOLARE	UN	MEC PAR	4,00	231,00	924,00
441	6-01-1435	GARFO DO DIFERENCIAL VOLARE	UN	MEC PAR	4,00	322,00	1.288,00
442	6-01-0297	GRAMPO DE MOLA ONIBUS 1313 E 1513	UN	FEY	10,00	34,50	345,00
443	6-01-2164	GRAMPO MOLEJO TZ L200 4 X 4	UN	FEY	4,00	16,00	64,00
444	6-01-2068	HELICE DO RADIADOR CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MODEF	2,00	310,00	620,00
445	6-01-3302	HELICE DO RADIADOR MAN ELETRONICO	UN	MODEF	9,00	289,10	2.601,90
446	6-01-0245	HELICE DO RADIADOR MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MODEF	4,00	136,15	544,60
447	6-01-0359	HELICE RADIADOR VAN SPRINTER MB	UN	MODEF	1,00	190,00	190,00
448	6-01-2165	HIDROVACO DO FREIO L200 4 X 4	UN	VARGAS	1,00	528,00	528,00
449	6-01-3258	HOMOCINETICA DA TRACAO RANGER 3.0	UN	COFAP	2,00	840,00	1.680,00
450	6-01-0201	HOMOCINETICA UNO WAY FLEX	UN	COFAP	6,00	137,00	822,00
451	6-01-3331	INTERCLIMA CAMINHAO 24220	UN	ORIG	2,00	963,20	1.926,40
452	6-01-1330	JOGO BORRACHA DO MOLEJO DIANTEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	PRR	1,00	122,00	122,00
453	6-01-1329	JOGO BORRACHA DO MOLEJO TRASEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	PRR	1,00	154,00	154,00
454	6-01-3168	JOGO DE ANEL SINCRONIZADOR TOYOTA BAND	UN	MDS	4,00	477,00	1.908,00
455	6-01-0593	JOGO DE BICOS AMBULANCIA S-10	UN	ORIG	1,00	526,00	526,00
456	6-01-1320	JOGO DE BORRACHA DIANTEIRA MICRO LO 812	UN	REI	2,00	221,00	442,00
457	6-01-1401	JOGO DE BORRACHA DO MOLEJO DIANTEIRO VOLARE	UN	REI	8,00	174,00	1.392,00
458	6-01-1402	JOGO DE BORRACHA DO MOLEJO TRASEIRO VOLARE	UN	REI	8,00	209,10	1.672,80
459	6-01-1450	JOGO DE BORRACHA MOLEJO TRASEIRO IVECO	UN	REI	1,00	110,00	110,00
460	6-01-1289	JOGO DE BORRACHA TRASEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	REI	2,00	183,00	366,00
461	6-01-0559	JOGO DE CABO DE VELA UNO FLEX	UN	BOSCH	5,00	107,30	536,50
462	6-01-2069	JOGO DE CAIXA SAT DIF 240 CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	MP	3,00	814,60	2.443,80
463	4-01-0731	JOGO DE CINCRONIZADOR DO CAMBIO SPRINTER MB	UN	ORIG	1,00	63,00	63,00
464	6-01-1291	JOGO DE EMBUCHAMENTO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	FABRAC	1,00	351,00	351,00
465	6-01-1403	JOGO DE EMBUCHAMENTO VOLARE	UN	FABRAC	4,00	238,10	952,40
466	6-01-1314	JOGO DE JUNTA DO CAMBIO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	SABO	1,00	42,00	42,00
467	6-01-1635	JOGO DE LONA TOYOTA BAND	UN	THER	2,00	48,50	97,00
468	6-01-0165	JOGO DE LONA DE FREIO CAMINHAO BASCULANTE	UN	THER	5,00	207,00	1.035,00
469	6-01-3275	JOGO DE LONA DE FREIO FORD 14000	UN	THER	1,00	177,00	177,00
470	6-01-3173	JOGO DE LONA DE FREIO TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	THER	3,00	177,00	531,00
471	6-01-0202	JOGO DE LONA DE FREIO TZ UNO WAY FLEX	UN	THER	6,00	63,20	379,20
472	6-01-0272	JOGO DE LONA DIANTEIRA MICRO ONIBUS VW 8120	UN	THER	2,00	195,60	391,20
473	6-01-0248	JOGO DE LONA DIANTEIRO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	THER	6,00	161,00	966,00
474	6-01-3172	JOGO DE LONA FREIO DT ONIBUS 1313 E 1513	UN	THER	3,00	184,00	552,00
475	6-01-1257	JOGO DE LONA FREIO TRASEIRO AGRALE 8500	UN	THER	1,00	184,00	184,00
476	6-01-0249	JOGO DE LONA TRAZEIRO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	THER	8,00	136,00	1.088,00
477	6-01-2166	JOGO DE PASTILHA L200 4 X 4	UN	FRAS-LE	2,00	98,00	196,00
478	6-01-3664	JOGO DE PASTILHA DE FREIO DA RANGER 3.0	UN	FRAS-LE	2,00	124,30	248,60
479	6-01-0203	JOGO DE PASTILHA DE FREIO DT UNO WAY FLEX	UN	FRAS-LE	6,00	67,15	402,90
480	6-01-1443	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRA IVECO	UN	FRAS-LE	2,00	98,00	196,00
481	6-01-1321	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	FRAS-LE	2,00	123,10	246,20
482	6-01-1638	JOGO DE PASTILHA TOYOTA BAND	UN	FRAS-LE	4,00	87,15	348,60
483	6-01-1444	JOGO DE PASTILHA TRASEIRA IVECO	UN	FRAS-LE	4,00	309,00	1.236,00
484	6-01-1293	JOGO DE PASTILHA TRASEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	FRAS-LE	2,00	137,15	274,30
485	6-01-2167	JOGO DE SAPATA DO FREIO L200 4 X 4	UN	MG	2,00	149,00	298,00
486	6-01-3260	JOGO DE SAPATA DO FREIO TZ RANGER 3.0	UN	MG	2,00	160,00	320,00
487	6-01-3296	JOGO LONA DE FREIO 1X MAN ELETRONICO	UN	THERM	18,00	220,00	3.960,00
488	6-01-1478	JOGO PASTILHA TRASEIRO VAN SPRINTER MB	UN	FRAS-LE	2,00	93,20	186,40
489	6-01-0362	JOGO PASTILHAS DE FREIO DT SPRINTER MB	UN	FRAS-LE	2,00	87,40	174,80
490	6-01-2071	JOGO SERVO EMBREAGEM MB 1935/2635 CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	WABCO	3,00	820,00	2.460,00
491	6-01-0300	JUMELO ONIBUS 1313 E 1513	UN	SILC	4,00	71,20	284,80
492	6-01-0028	JUNTA CAMBIO 6 MARCHA	UN	SABO	1,00	109,00	109,00
493	6-01-0561	JUNTA DE CABEÇOTE UNO WAY FLEX	UN	SABO	4,00	110,00	440,00
494	6-01-0363	JUNTA DO CABEÇOTE SPRINTER MB	UN	SABO	1,00	455,00	455,00
495	6-01-0204	JUNTA DO CABECOTE UNO WAY FLEX	UN	SABO	1,00	110,00	110,00
496	6-01-1570	JUNTA HOMOCINETICA DIANT LATERAL ESQUERDO GOL ESPECIAL	UN	COFAP	2,00	143,00	286,00

497	6-01-0529	JUNTA HOMOCINETICA KOMBI FLEX	UN	COFAP	4,00	170,00	680,00
498	6-01-1569	JUNTA HOMOCINETICA LADO DIREITO GOL ESPECIAL	UN	COFAP	2,00	149,20	298,40
499	6-01-2118	KIT CAIXA SATELITE FORD F1400	UN	EGRECON	1,00	1.357,00	1.357,00
500	6-01-1263	KIT CAIXA SATELITE AGRALE 8500	UN	EGRECON	1,00	909,00	909,00
501	6-01-3203	KIT CAIXA SATELITE CARGO 1419	UN	EGRECON	2,00	2.135,00	4.270,00
502	6-01-0095	KIT CAIXA SATELITE CARGO 1622	UN	EGRECON	2,00	849,00	1.698,00
503	6-01-2072	KIT COXIM DA CABINE CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	REI	8,00	279,00	2.232,00
504	6-01-3298	KIT DE EMBREAGEM MAN ELETRONICO	UN	LUK	9,00	1.668,00	15.012,00
505	6-01-1326	KIT DE EMBREAGEM MICRO ONIBUS VW 8120	UN	LUK	3,00	1.479,00	4.437,00
506	6-01-3261	KIT DE EMBREAGEM RANGER 3.0	UN	LUK	1,00	2.241,00	2.241,00
507	6-01-2073	KIT DE EMBUCHAMENTO DO S CAMINHAO BASC. VW 24220	UN	BRAK	12,00	68,40	820,80
508	6-01-3315	KIT DE LUVA E ESPIGA DO CARDAN	UN	MEC PAR	6,00	316,50	1.899,00
509	6-01-1445	KIT EMBREAGEM IVECO	UN	LUK	1,00	1.773,00	1.773,00
510	6-01-1262	KIT EMBREAGEM AGRALE 8500	UN	LUK	1,00	1.409,00	1.409,00
511	6-01-2168	KIT EMBREAGEM COMPLETO L200 4 X 4	UN	LUK	1,00	832,00	832,00
512	6-01-2074	KIT EMBREAGEM DUPLA CAMINHAO BASC VW 24220	UN	SACHA	3,00	2.289,00	6.867,00
513	6-01-0029	KIT EMBREAGEM FORD 14000	UN	SACHA	1,00	1.669,00	1.669,00
514	6-01-0251	KIT EMBREAGEM ONIBUS 1313 E 1513	UN	SACHA	3,00	1.086,00	3.258,00
515	6-01-0364	KIT EMBREAGEM SPRINTER MB	UN	SACHA	1,00	1.139,10	1.139,10
516	6-01-1640	KIT EMBREAGEM TOYOTA BAND	UN	SACHA	1,00	1.138,00	1.138,00
517	6-01-0205	KIT EMBREAGEM UNO WAY FLEX	UN	SACHA	6,00	534,00	3.204,00
518	6-01-1404	KIT EMBREAGEM VOLARE	UN	SACHA	4,00	1.269,00	5.076,00
519	6-01-3661	KIT LUVA CARDAN CAMINHAO CARGO 1622 MOTOR CUMIMS	Kit	MEC PAR	3,00	684,00	2.052,00
520	6-01-3204	KIT LUVA CARDAN CARGO 1419	UN	MEC PAR	3,00	339,60	1.018,80
521	6-01-0301	KIT MOTOR 1313 ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	896,00	2.688,00
522	6-01-1646	KIT MOTOR 14 B TOYOTA BAND	UN	ORIG	4,00	1.706,00	6.824,00
523	6-01-3277	KIT MOTOR MWM 229 FORD 14000	UN	ORIG	1,00	738,00	738,00
524	6-01-3205	KIT MOTOR MWM CARGO 1419	UN	ORIG	2,00	398,00	796,00
525	6-01-0097	KIT MOTOR MWM CARGO 1622	UN	ORIG	2,00	486,00	972,00
526	6-01-2075	KIT REBITE ALUMINIO 10 X 14 CAMINHAO BASC VW 24220	UN	REBR	7,00	17,00	119,00
527	6-01-1446	KIT REPARO DE PINCA DO FREIO IVECO	UN	MARC	2,00	419,00	838,00
528	6-01-3376	LAMPADA DE FAROL 12 W L200 OUTDOOR	UN	MC	4,00	30,20	120,80
529	6-01-1565	LAMPADA DE FAROL 12W GOL ESPECIAL	UN	MC	6,00	18,00	108,00
530	6-01-1523	LAMPADA DE FAROL 12W AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MC	6,00	21,00	126,00
531	6-01-1496	LAMPADA DE FAROL 12W KOMBI FLEX	UN	MC	6,00	15,60	93,60
532	6-01-1566	LAMPADA MEIA LUZ 12W GOL ESPECIAL	UN	MC	10,00	18,00	180,00
533	6-01-1524	LAMPADA MEIA LUZ 12W AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MC	10,00	20,00	200,00
534	6-01-1497	LAMPADA MEIA LUZ 12W KOMBI FLEX	UN	MC	6,00	17,00	102,00
535	6-01-3377	LAMPADA MEIA LUZ 12W L200 OUTDOOR	UN	MC	4,00	23,00	92,00
536	6-01-1522	LANTERNA DIANTEIRA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MC	2,00	64,00	128,00
537	6-01-1567	LANTERNA DIANTEIRA GOL ESPECIAL	UN	MC	2,00	58,20	116,40
538	6-01-0530	LANTERNA DIANTEIRA KOMBI FLEX	UN	MC	2,00	61,20	122,40
539	6-01-3378	LANTERNA DIANTEIRA L200 OUTDOOR	UN	MC	2,00	103,00	206,00
540	6-01-1525	LANTERNA TRASEIRA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MC	2,00	148,00	296,00
541	6-01-1568	LANTERNA TRASEIRA GOL ESPECIAL	UN	MC	2,00	101,00	202,00
542	6-01-0531	LANTERNA TRASEIRA KOMBI FLEX	UN	MC	2,00	129,00	258,00
543	6-01-3379	LANTERNA TZ L200 OUTDOOR	UN	MC	2,00	134,00	268,00
544	6-01-3380	LIMPEZA DOS BICOS L200 OUTDOOR	UN	MC	1,00	82,00	82,00
545	6-01-1527	LONA DE FREIO TRASEIRA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	THERM	4,00	110,00	440,00
546	6-01-3381	LONA DE FREIO TZ L200 OUTDOOR	UN	THERM	1,00	167,00	167,00
547	6-01-2076	LONA FREIO DIANT CAMINHAO BASC VW 24220	UN	THERM	4,00	197,00	788,00
548	6-01-2077	LONA FREIO TRASEIRO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	THERM	4,00	200,00	800,00
549	6-01-1498	LONA FREIO TRAZ KOMBI FLEX	UN	THERM	2,00	35,60	71,20
550	6-01-0603	LUVA CARDAN AMBULANCIA S-10	UN	MEC PAR	1,00	130,00	130,00
551	6-01-0302	LUVA CARDAN ONIBUS 1313 E 1513	UN	MEC PAR	3,00	145,00	435,00
552	6-01-1643	LUVA DO CARDAN TOYOTA BAND	UN	MEC PAR	4,00	178,60	714,40
553	6-01-2078	LUVA DO CARDAN CAMINHAO BASC VW 24220	UN	MEC PAR	2,00	173,00	346,00
554	6-01-3382	LUVA DO CARDAN L200 OUTDOOR	UN	MEC PAR	1,00	198,00	198,00
555	6-01-1433	LUVA DO CARDAN VOLARE	UN	MEC PAR	4,00	174,30	697,20
556	6-01-3383	MANGA DE EIXO CURTA L200 OUTDOOR	UN	PATRAL	1,00	588,00	588,00
557	6-01-3294	MANGA DE EIXO CURTA S10 ROTAM	UN	PATRAL	1,00	719,00	719,00
558	6-01-1529	MANGA DE EIXO LONGA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	PATRAL	1,00	731,00	731,00
559	6-01-3384	MANGA DE EIXO LONGA L200 OUTDOOR	UN	PATRAL	1,00	603,00	603,00
560	6-01-1530	MANGUEIRA DE AGUA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	JAMAICA	3,00	86,20	258,60
561	6-01-3385	MANGUEIRA DE AGUA L200 OUTDOOR	UN	JAMAICA	2,00	74,20	148,40
562	6-01-0303	MANGUEIRA DE FREIO DE AR ONIBUS 1313 E 1513	UN	JAMAICA	5,00	53,20	266,00
563	6-01-3428	MANGUEIRA DO RADIADOR GOL ESPECIAL	UN	JAMAICA	4,00	43,50	174,00
564	6-01-1531	MANGUEIRA INFERIOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	JAMAICA	3,00	63,00	189,00
565	6-01-3386	MANGUEIRA INFERIOR L200 OUTDOOR	UN	JAMAICA	2,00	94,00	188,00
566	6-01-0532	MANGUEIRA RADIADOR KOMBI FLEX	UN	JAMAICA	2,00	55,00	110,00
567	6-01-1532	MANGUEIRA SUPERIOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	JAMAICA	3,00	68,00	204,00
568	6-01-3387	MANGUEIRA SUPERIOR L200 OUTDOOR	UN	JAMAICA	2,00	94,00	188,00
569	6-01-2079	MESA DO CAMBIO COMPLETA CAMINHAO BASC VW 24220	UN	ORIG	1,00	819,00	819,00
570	6-01-3206	MOLA 1 DT CARGO 1419	UN	MARCHET	2,00	285,00	570,00
571	6-01-0098	MOLA 1 DT CARGO 1622	UN	MARCHET	2,00	242,00	484,00
572	6-01-3207	MOLA 2 DT CARGO 1419	UN	MARCHET	2,00	251,00	502,00
573	6-01-0099	MOLA 2 DT CARGO 1622	UN	MARCHET	2,00	218,00	436,00

574	6-01-3208	MOLA 2 DT DOIS CARGO 1419	UN	MARCHET	3,00	232,00	696,00
575	6-01-0100	MOLA 2 DT DOIS CARGO 1622	UN	MARCHET	3,00	218,00	654,00
576	6-01-3209	MOLA 2 TZ CARGO 1419	UN	MARCHET	3,00	229,00	687,00
577	6-01-0101	MOLA 2 TZ CARGO 1622	UN	MARCHET	3,00	193,00	579,00
578	6-01-3210	MOLA 3 TZ CARGO 1419	UN	MARCHET	2,00	213,00	426,00
579	6-01-0102	MOLA 3 TZ CARGO 1622	UN	MARCHET	2,00	191,00	382,00
580	6-01-3332	MOLA 3º DO MOLEJO DT CAMINHAO 24220	UN	MARCHET	4,00	176,00	704,00
581	6-01-3333	MOLA 3º DO MOLEJO TZ CAMINHAO 24220	UN	MARCHET	4,00	151,00	604,00
582	6-01-3211	MOLA 4 DT CARGO 1419	UN	MARCHET	2,00	173,20	346,40
583	6-01-0103	MOLA 4 DT CARGO 1622	UN	MARCHET	2,00	178,00	356,00
584	6-01-0562	MOLA ASPIRAL UNO WAY FLEX	UN	MARCHET	6,00	102,00	612,00
585	6-01-0252	MOLA DIANTEIRA 2ª MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	4,00	600,00	2.400,00
586	6-01-2104	MOLA DIANTEIRA 2º FORD F14000	UN	MARCHET	2,00	201,00	402,00
587	6-01-0253	MOLA DIANTEIRA 3ª MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	4,00	531,00	2.124,00
588	6-01-2143	MOLA DO MOLEJO TZ 2º L200 4X4	UN	MARCHET	2,00	128,00	256,00
589	6-01-0304	MOLA DT 2A ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	195,00	585,00
590	6-01-0305	MOLA DT 3º ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	179,00	537,00
591	6-01-0306	MOLA DT 4A ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	163,00	489,00
592	6-01-3667	MOLA ESPIRAL GOL ESPECIAL VW1.000 ANO 2003	UN	MARCHET	4,00	99,00	396,00
593	6-01-2119	MOLA ESTIRANTE DO MOLEJO TZ FORD F1400	UN	MARCHET	2,00	191,00	382,00
594	6-01-0104	MOLA MESTRA DT CARGO 1622	UN	MARCHET	4,00	261,00	1.044,00
595	6-01-2120	MOLA MESTRE DIANT FORD F1400	UN	MARCHET	2,00	147,00	294,00
596	6-01-0254	MOLA MESTRE DIANTEIRA 1ª MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	4,00	697,00	2.788,00
597	6-01-1272	MOLA MESTRE DIANTEIRA AGRALE 8500	UN	MARCHET	2,00	643,00	1.286,00
598	6-01-1294	MOLA MESTRE DIANTEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	295,00	590,00
599	6-01-0307	MOLA MESTRE DT ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	212,00	636,00
600	6-01-2080	MOLA MESTRE TD CAMINHAO BASC VW 24220	UN	MARCHET	4,00	465,00	1.860,00
601	6-01-1269	MOLA MESTRE TRASEIRA AGRALE 8500	UN	MARCHET	2,00	241,00	482,00
602	6-01-1295	MOLA MESTRE TRASEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	285,00	570,00
603	6-01-1311	MOLA MESTRE TRASEIRA QUARTA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	190,00	380,00
604	6-01-0255	MOLA MESTRE TRAZEIRA 1º MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	4,00	202,00	808,00
605	6-01-2081	MOLA MESTRE TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	MARCHET	4,00	468,00	1.872,00
606	6-01-2169	MOLA MESTRE TZ DO MOLEJO L200 4 X 4	UN	MARCHET	2,00	139,00	278,00
607	6-01-2121	MOLA MESTRE TZ FORD F1400	UN	MARCHET	2,00	171,00	342,00
608	6-01-0308	MOLA MESTRE TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	324,00	972,00
609	6-01-2144	MOLA MOLEJO TRASEIRO 3º L200 4X4	UN	MARCHET	2,00	113,00	226,00
610	6-01-1449	MOLA NORTO TRASEIRO IVECO	UN	MARCHET	2,00	280,00	560,00
611	6-01-0309	MOLA SAPATA DE FREIO TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	2,00	17,00	34,00
612	6-01-2082	MOLA SEGUNDA TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	MARCHET	4,00	461,00	1.844,00
613	6-01-0207	MOLA TRANSVERSAL TRASEIRA UNO WAY FLEX	UN	MARCHET	5,00	144,00	720,00
614	6-01-3662	MOLA TRAS 2A VAN SPRINTIR MB 312D 2000	UN	MARCHET	1,00	481,00	481,00
615	6-01-3663	MOLA TRAS 3A VAN SPRINTIR MB 312D 2000	UN	MARCHET	1,00	209,00	209,00
616	6-01-2105	MOLA TRASEIRA 2º FORD F14000	UN	MARCHET	2,00	214,00	428,00
617	6-01-1309	MOLA TRASEIRA SEGUNDA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	263,00	526,00
618	6-01-1310	MOLA TRASEIRA TERCEIRA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	225,00	450,00
619	6-01-0256	MOLA TRAZEIRA 2ª MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	8,00	185,60	1.484,80
620	6-01-0036	MOLA TRAZEIRA 2ª ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	2,00	324,00	648,00
621	6-01-0257	MOLA TRAZEIRA 3º MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	8,00	166,00	1.328,00
622	6-01-0310	MOLA TRAZEIRA 4A ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	268,00	804,00
623	6-01-0311	MOLA TZ 3 ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	3,00	290,00	870,00
624	6-01-3388	MOLA TZ L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	1,00	402,00	402,00
625	6-01-1533	MOLAS TRASEIRAS AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	2,00	134,00	268,00
626	6-01-1534	MOTOR DE PARTIDA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	1,00	1.082,00	1.082,00
627	6-01-1572	MOTOR DE PARTIDA GOL ESPECIAL	UN	MARCHET	1,00	854,00	854,00
628	6-01-1499	MOTOR DE PARTIDA KOMBI FLEX	UN	MARCHET	1,00	1.049,00	1.049,00
629	6-01-3389	MOTOR DE PARTIDA L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	1,00	963,00	963,00
630	6-01-1573	MOTOR DE VENTOINHA DO RADIADOR GOL ESPECIAL	UN	MARCHET	4,00	588,00	2.352,00
631	6-01-1500	MOTOR DE VENTOINHA DO RADIADOR KOMBI FLEX	UN	MARCHET	2,00	679,00	1.358,00
632	6-01-1536	PALETA DO PARA BRISA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	2,00	60,00	120,00
633	6-01-3390	PALETA DO PARA BRISA L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	4,00	65,00	260,00
634	6-01-3334	PARA BRISA CAMINHAO 24220	UN	MARCHET	2,00	1.074,00	2.148,00
635	6-01-3429	PARA BRISA GOL ESPECIAL	UN	MARCHET	2,00	414,00	828,00
636	6-01-3391	PARA BRISA L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	1,00	628,00	628,00
637	6-01-1537	PARA CHOQUE DIANTEIRO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	1,00	790,00	790,00
638	6-01-3335	PARA CHOQUE DT CAMINHAO 24220	UN	MARCHET	2,00	839,00	1.678,00
639	6-01-3392	PARA CHOQUE DT L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	1,00	763,00	763,00
640	6-01-0604	PARA-BRISA AMBULANCIA S-10	UN	MARCHET	1,00	575,00	575,00
641	6-01-0534	PARA-BRISA KOMBI FLEX	UN	MARCHET	2,00	438,00	876,00
642	6-01-1538	PARAFUSO DE RODAS AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	10,00	16,00	160,00
643	6-01-3430	PASTILHA DE FREIO GOL ESPECIAL	UN	MARCHET	6,00	53,00	318,00
644	6-01-1502	PASTILHA DE FREIOS KOMBI FLEX	UN	MARCHET	4,00	48,00	192,00
645	6-01-3393	PASTILHA DT L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	4,00	95,00	380,00
646	6-01-1539	PASTILHAS DIANTEIRAS AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	MARCHET	4,00	110,00	440,00
647	6-01-3336	PATIM DO FREIO CAMINHAO 24220	UN	MARCHET	4,00	149,00	596,00
648	6-01-0258	PATIM DO FREIO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	MARCHET	8,00	127,00	1.016,00
649	6-01-2170	PINCA COMPLETA FREIO DT L200 4 X 4	UN	MARCHET	1,00	764,00	764,00
650	6-01-1296	PINCA DO FREIO TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	MARCHET	2,00	1.423,00	2.846,00

651	6-01-1265	PINHAO AGRALE 8500	UN	MARCHET	1,00	794,00	794,00
652	6-01-0146	PINHAO DA TOYOTA BAND	UN	MARCHET	1,00	745,00	745,00
653	6-01-0605	PINHÃO DO DIFERENCIAL AMBULANCIA S-10	UN	MARCHET	1,00	417,00	417,00
654	6-01-3394	PINHAO DO DIFERENCIAL L200 OUTDOOR	UN	MARCHET	1,00	729,00	729,00
655	6-01-3309	PINHAO DO DIFERENCIAL MAN ELETRONICO	UN	MARCHET	6,00	1.881,00	11.286,00
656	6-01-0312	PINO CENTRO ONIBUS 1313 E 1513	UN	MARCHET	10,00	14,20	142,00
657	6-01-0367	PINO CENTRO SPRINTER MB	UN	MARCHET	2,00	9,00	18,00
658	6-01-1438	PINO CENTRO TRASEIRO VOLARE	UN	MARCHET	8,00	11,00	88,00
659	6-01-2083	PINO DA BALANCA TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	MARCHET	4,00	110,00	440,00
660	6-01-1274	PINO DE CENTRO 7/16X5 AGRALE 8500	UN	FEY	4,00	7,00	28,00
661	6-01-2084	PINO DE CENTRO DT CAMINHAO BASC VW 24220	UN	FEY	4,00	11,00	44,00
662	6-01-2172	PINO DE CENTRO MOLEJO TZ L200 4 X 4	UN	FEY	2,00	9,00	18,00
663	6-01-2085	PINO DE CENTRO TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	FEY	4,00	13,00	52,00
664	6-01-2086	PINO DE MOLA MESTRE DT CAMINHAO BASC VW 24220	UN	FEY	12,00	21,50	258,00
665	6-01-2087	PINO DE TRAVA DO PINO DA BALANCA CAMINHAO BASC VW 24220	UN	FEY	4,00	13,00	52,00
666	6-01-2122	PINO DO CENTRO DT FORD F1400	UN	FEY	2,00	12,00	24,00
667	6-01-1339	PINO DO CENTRO TRASEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	FEY	2,00	10,00	20,00
668	6-01-2123	PINO DO CENTRO TZ FORD F1400	UN	FEY	4,00	13,00	52,00
669	6-01-0313	PINO MOLA ONIBUS 1313 E 1513	UN	FEY	10,00	31,50	315,00
670	6-01-0314	PINO PATIM DE FREIO ONIBUS 1313 E 1513	UN	FEY	10,00	24,00	240,00
671	6-01-3278	PISTA ROL FIXO PRIMARIO FORD 14000	UN	FEY	1,00	87,00	87,00
672	6-01-3213	PISTAO COM ANEIS CARGO 1419	UN	FEY	5,00	282,00	1.410,00
673	6-01-0105	PISTÃO COM ANEIS CARGO 1622	UN	FEY	5,00	253,00	1.265,00
674	6-01-2088	PISTAO DA CACAMBA 8 POLEGADAS CAMINHAO BASC VW 24220	UN	FEY	2,00	1.914,00	3.828,00
675	6-01-0606	PISTAO DE FREIO AMBULANCIA S-10	UN	FEY	1,00	95,00	95,00
676	6-01-3395	PISTAO DE FREIOS L200 OUTDOOR	UN	FEY	1,00	72,00	72,00
677	6-01-2171	PIVO L200 4 X 4	UN	FEY	4,00	81,00	324,00
678	6-01-3397	PIVO DE DIRECAO L200 OUTDOOR	UN	FEY	3,00	117,00	351,00
679	6-01-1554	PIVO DE DIRECAO SUPERIOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	FEY	3,00	83,00	249,00
680	6-01-1575	PIVO DIREITO GOL ESPECIAL	UN	FEY	4,00	54,00	216,00
681	6-01-0535	PIVO DIREITO INFERIOR E SUPERIOR KOMBI FLEX	UN	FEY	4,00	57,00	228,00
682	6-01-1576	PIVO ESQUERDO GOL ESPECIAL	UN	FEY	4,00	53,00	212,00
683	6-01-0536	PIVO ESQUERDO INFERIOR E SUPERIOR KOMBI FLEX	UN	FEY	4,00	60,00	240,00
684	6-01-1540	PIVO INFERIOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	FEY	3,00	90,00	270,00
685	6-01-3262	PIVO INFERIOR RANGER 3.0	UN	FEY	4,00	84,60	338,40
686	6-01-3396	PIVO L200 OUTDOOR	UN	FEY	3,00	110,00	330,00
687	6-01-0368	PIVO SPRINTER MB	UN	FEY	2,00	87,00	174,00
688	6-01-0208	PIVO SUPERIOR UNO WAY FLEX	UN	FEY	6,00	42,00	252,00
689	6-01-1318	PIVOR DE CENTRO DIANTEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	FEY	6,00	49,00	294,00
690	6-01-1317	PIVOR DE CENTRO TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	DRIV	4,00	54,00	216,00
691	6-01-1452	PIVOR INFERIOR IVECO	UN	DRIV	4,00	167,00	668,00
692	6-01-1451	PIVOR SUPERIOR IVECO	UN	DRIV	4,00	174,00	696,00
693	6-01-1541	PLANETARIA DO DIFERENCIAL AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	DRIV	1,00	236,00	236,00
694	6-01-3398	PLANETARIA DO DIFERENCIAL L200 OUTDOOR	UN	DRIV	1,00	798,00	798,00
695	6-01-1543	POLIA DO ALTERNADOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	DRIV	1,00	184,00	184,00
696	6-01-3399	POLIA DO ALTERNADOR L200 OUTDOOR	UN	DRIV	1,00	167,00	167,00
697	6-01-1544	POLIA DO AR CONDICIONADO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	DRIV	1,00	196,00	196,00
698	6-01-3400	POLIA DO AR CONDICIONADO L200 OUTDOOR	UN	DRIV	1,00	109,00	109,00
699	6-01-2173	PONTA DE EIXO L200 4 X 4	UN	DRIV	1,00	601,00	601,00
700	6-01-1620	PONTA DE EIXO TOYOTA BAND.	UN	DRIV	1,00	553,00	553,00
701	6-01-1258	PONTA DE EIXO AGRALE 8500	UN	DRIV	1,00	742,00	742,00
702	6-01-2089	PONTA DE EIXO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	DRIV	2,00	1.275,00	2.550,00
703	6-01-2124	PONTA DE EIXO FORD F1400	UN	DRIV	1,00	711,00	711,00
704	6-01-3306	PONTA DE EIXO MAN ELETRONICO	UN	DRIV	6,00	751,00	4.506,00
705	6-01-0315	PONTA DE EIXO ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRIV	3,00	773,00	2.319,00
706	6-01-3263	PONTA DE EIXO RANGER 3.0	UN	DRIV	4,00	628,00	2.512,00
707	6-01-0369	PONTA DE EIXO SPRINTER MB	UN	DRIV	2,00	654,00	1.308,00
708	6-01-1406	PONTA EIXO VOLARE	UN	DRIV	4,00	755,00	3.020,00
709	6-01-3214	PONTEIRA CARDAN CARGO 1419	UN	DRIV	2,00	219,00	438,00
710	6-01-0106	PONTEIRA CARDAN CARGO 1622	UN	DRIV	2,00	254,00	508,00
711	6-01-3215	PONTEIRA CARGO 1419	UN	DRIV	2,00	208,00	416,00
712	6-01-0107	PONTEIRA CARGO 1622	UN	DRIV	2,00	265,00	530,00
713	6-01-1434	PONTEIRA DO CARDAN VOLARE	UN	DRIV	4,00	175,00	700,00
714	6-01-0316	PRISIONEIRO DE RODA DE ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRIV	15,00	22,30	334,50
715	6-01-3337	RADIADOR CAMINHAO 24220	UN	DRIV	2,00	1.939,00	3.878,00
716	6-01-1545	RADIADOR DE AGUA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	DRIV	1,00	589,00	589,00
717	6-01-3401	RADIADOR DE AGUA L200 OUTDOOR	UN	ORIG	1,00	993,00	993,00
718	6-01-1468	RADIADOR DO AR CONDICIONADO EXTERNO UNO WAY FLEX	UN	ORIG	1,00	290,00	290,00
719	6-01-1469	RADIADOR DO AR CONDICIONADO INTERNO UNO WAY FLEX	UN	ORIG	1,00	219,00	219,00
720	6-01-3301	RADIADOR MAN ELETRONICO	UN	ORIG	6,00	2.014,00	12.084,00
721	6-01-0370	RADIADOR SPRINTER MB	UN	ORIG	1,00	1.570,00	1.570,00
722	6-01-1648	RADIADOR TOYOTA BAND	UN	ORIG	1,00	1.575,00	1.575,00
723	6-01-0563	RADIADOR UNO WAY FLEX	UN	ORIG	5,00	251,00	1.255,00
724	6-01-3402	RECARGA DE AR CONDICIONADO L200 OUTDOOR	UN	ORIG	2,00	403,00	806,00
725	6-01-0317	REPARO ALAVANCA DE CAMBIO ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	131,00	393,00
726	6-01-0209	REPARO CILINDRO DE FREIO UNO WAY FLEX	UN	ORIG	5,00	34,50	172,50
727	6-01-3175	REPARO CUICA COMPLETO ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	69,00	207,00

728	6-01-3176	REPARO CUICA DUPLA ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	99,00	297,00
729	6-01-1407	REPARO DA CAIXA DE DIRECAO VOLARE	UN	ORIG	4,00	254,00	1.016,00
730	6-01-0318	REPARO DE CAIXA DE DIREÇÃO HIDRAULICA ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	284,00	852,00
731	6-01-0321	REPARO VALVULA DE FREIO A AR ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	122,00	366,00
732	6-01-3177	RESPIRO MOTOR MWM ONIBUS 1313 E 1513	UN	ORIG	3,00	54,00	162,00
733	6-01-3178	RETENTOR CAIXA DIRECAO ONIBUS 1313 E 1513	UN	SABO	3,00	30,80	92,40
734	6-01-3280	RETENTOR CAMBIO EIXO PILOTO FORD 14000	UN	SABO	1,00	43,00	43,00
735	6-01-3279	RETENTOR CAMBIO FORD 14000	UN	SABO	1,00	53,00	53,00
736	6-01-1431	RETENTOR DA MURINGA DIANTEIRA VOLARE	UN	SABO	4,00	38,00	152,00
737	6-01-1432	RETENTOR DA MURINGA TRASEIRA VOLARE	UN	SABO	4,00	54,00	216,00
738	6-01-1259	RETENTOR DA PONTA DO VIRABREQUIM AGRALE 8500	UN	SABO	1,00	73,00	73,00
739	6-01-1313	RETENTOR DO CAMBIO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	SABO	1,00	43,00	43,00
740	6-01-1315	RETENTOR DO CAMBIO TZ LUVA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	SABO	1,00	39,00	39,00
741	6-01-1335	RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	SABO	2,00	207,00	414,00
742	6-01-3668	RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO MICRO ONIBUS WOLARE	UN	SABO	8,00	156,00	1.248,00
743	6-01-3281	RETENTOR DO CUBO DT FORD 14000	UN	SABO	2,00	28,00	56,00
744	6-01-1260	RETENTOR DO CUBO TRASEIRO AGRALE 8500	UN	SABO	2,00	36,00	72,00
745	6-01-1457	RETENTOR DO CUBO TRASEIRO IVECO	UN	SABO	2,00	157,00	314,00
746	6-01-1305	RETENTOR DO CUBO TRASEIRO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	SABO	1,00	28,00	28,00
747	6-01-1334	RETENTOR DO CUBO TRASEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	SABO	2,00	61,00	122,00
748	6-01-1420	RETENTOR DO CUBO TRASEIRO VOLARE	UN	SABO	8,00	23,00	184,00
749	6-01-3282	RETENTOR DO CUBO TZ FORD 14000	UN	SABO	2,00	36,00	72,00
750	6-01-3317	RETENTOR DO CUBO TZ MAN ELETRONICO	UN	SABO	18,00	42,00	756,00
751	6-01-1415	RETENTOR DO DIFERENCIAL VOLARE	UN	SABO	4,00	25,00	100,00
752	6-01-1261	RETENTOR DO PINHAO AGRALE 8500	UN	SABO	2,00	55,00	110,00
753	6-01-1304	RETENTOR DO PINHAO MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	SABO	1,00	33,00	33,00
754	6-01-1328	RETENTOR DO PONTO DO VIRABREQUIM MICRO ONIBUS VW 8120	UN	SABO	2,00	87,00	174,00
755	6-01-2090	RETENTOR PINHAO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	SABO	3,00	89,00	267,00
756	6-01-0910	RETENTOR PINHAO CARGO	UN	SABO	4,00	77,00	308,00
757	6-01-3218	RETENTOR PINHAO CARGO 1419	UN	SABO	4,00	99,00	396,00
758	6-01-2174	RETENTOR RODA DT L200 4 X 4	UN	SABO	2,00	37,00	74,00
759	6-01-2092	RETENTOR RODA DT CAMINHAO BASC VW 24220	UN	SABO	4,00	46,50	186,00
760	6-01-3217	RETENTOR RODA DT CARGO 1419	UN	SABO	4,00	77,00	308,00
761	6-01-0109	RETENTOR RODA DT CARGO 1622	UN	SABO	4,00	2.678,00	10.712,00
762	6-01-0324	RETENTOR RODA DT ONIBUS 1313 E 1513	UN	SABO	3,00	32,00	96,00
763	6-01-2175	RETENTOR RODA TZ L200 4 X 4	UN	SABO	2,00	43,00	86,00
764	6-01-2091	RETENTOR RODA TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	SABO	8,00	33,00	264,00
765	6-01-0371	RETENTOR RODA TZ MB	UN	SABO	2,00	43,00	86,00
766	6-01-0325	RETENTOR RODA TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	SABO	3,00	29,00	87,00
767	6-01-3219	RODA 10 FUROS COM ANEIS CARGO 1419	UN	SABO	3,00	641,00	1.923,00
768	6-01-0110	RODA 10 FUROS COM ANEL CARGO 1622	UN	SABO	3,00	586,00	1.758,00
769	6-01-3338	RODA 22.5 10 FUROS RADIAL CAMINHAO 24220	UN	SABO	6,00	735,00	4.410,00
770	6-01-3220	RODA 7/16 CARGO 1419	UN	SABO	6,00	658,00	3.948,00
771	6-01-0111	RODA 7/16 CARGO 1622	UN	SABO	6,00	620,00	3.720,00
772	6-01-3221	RODA ANEL CARGO 1419	UN	SABO	2,00	686,00	1.372,00
773	6-01-0112	RODA COM ANEL CARGO 1622	UN	SABO	2,00	484,00	968,00
774	6-01-2176	RODALIVRE DA TRACAO L200 4 X 4	UN	SABO	2,00	484,00	968,00
775	6-01-0148	RODAS 6 FUROS TOYOTA BAND	UN	SABO	4,00	507,00	2.028,00
776	6-01-1623	ROLAMENTO PINHAO TOYOTA BAND.	UN	KOIO	2,00	168,00	336,00
777	6-01-3222	ROLAMENTO BERCO CARGO 1419	UN	KOIO	1,00	275,00	275,00
778	6-01-0113	ROLAMENTO BERCO CARGO 1622	UN	KOIO	1,00	245,00	245,00
779	6-01-3283	ROLAMENTO CAMBIO 1A E 2A FORD 14000	UN	KOIO	2,00	153,00	306,00
780	6-01-3223	ROLAMENTO CAMBIO 3 CARGO 1419	UN	KOIO	1,00	129,00	129,00
781	6-01-0114	ROLAMENTO CAMBIO 3 CARGO 1622	UN	KOIO	1,00	137,00	137,00
782	6-01-3224	ROLAMENTO CAMBIO 5 CARGO 1419	UN	KOIO	1,00	129,00	129,00
783	6-01-0115	ROLAMENTO CAMBIO 5 CARGO 1622	UN	KOIO	1,00	142,00	142,00
784	6-01-3216	ROLAMENTO CAMBIO CARGO 1419	UN	KOIO	1,00	190,00	190,00
785	6-01-2038	ROLAMENTO CAMBIO DO CARGO	UN	KOIO	1,00	173,50	173,50
786	6-01-3225	ROLAMENTO CARDAN CARGO 1419	UN	KOIO	2,00	187,00	374,00
787	6-01-0117	ROLAMENTO CARDAN CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	280,00	560,00
788	6-01-1327	ROLAMENTO CARDAN MICRO ONIBUS VW 8120	UN	KOIO	2,00	194,00	388,00
789	6-01-3226	ROLAMENTO CARGO 1419	UN	KOIO	1,00	137,00	137,00
790	6-01-0118	ROLAMENTO CARGO 1622	UN	KOIO	1,00	272,00	272,00
791	6-01-0230	ROLAMENTO CENTRAL DO CARDAN MICRO ONIBUS IVECO	UN	KOIO	1,00	174,00	174,00
792	6-01-1408	ROLAMENTO CENTRAL DO CARDAN VOLARE	UN	KOIO	4,00	278,00	1.112,00
793	6-01-1180	ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO EXTERNO	UN	KOIO	4,00	425,00	1.700,00
794	6-01-1181	ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO INTERNO	UN	KOIO	4,00	430,00	1.720,00
795	6-01-3666	ROLAMENTO DE EMBREAGEM GM/S10 24 ROTAM AMBULANCIA	UN	KOIO	1,00	120,00	120,00
796	6-01-3403	ROLAMENTO DE EMBREAGEM L200 OUTDOOR	UN	KOIO	2,00	171,00	342,00
797	6-01-1578	ROLAMENTO DIANT LATERAL DIREITO GOL ESPECIAL	UN	KOIO	3,00	85,00	255,00
798	6-01-1579	ROLAMENTO DIANT LATERAL ESQ GOL ESPECIAL	UN	KOIO	3,00	85,00	255,00
799	6-01-1547	ROLAMENTO DIANTEIRO CUBOS AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	KOIO	4,00	191,00	764,00
800	6-01-2093	ROLAMENTO DIF LATERAL COROA DRTA CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	3,00	389,00	1.167,00
801	6-01-2094	ROLAMENTO DIF LATERAL COROA ESQ CAMINHAO BASC VW24220	UN	KOIO	3,00	354,00	1.062,00
802	6-01-2179	ROLAMENTO DO CARDAN L200 4 X 4	UN	KOIO	1,00	149,00	149,00
803	6-01-2095	ROLAMENTO DO CARDAN CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	4,00	243,00	972,00
804	6-01-1303	ROLAMENTO DO CARDAN MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	KOIO	1,00	111,00	111,00

805	6-01-1456	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO EXTERNO IVECO	UN	KOIO	2,00	303,00	606,00
806	6-01-1455	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO INTERNO IVECO	UN	KOIO	2,00	311,00	622,00
807	6-01-3313	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO INTERNO MAN ELETRONICO	UN	KOIO	12,00	279,00	3.348,00
808	6-01-1297	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO INTERNO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	KOIO	2,00	148,00	296,00
809	6-01-1503	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO KOMBI FLEX	UN	KOIO	4,00	54,00	216,00
810	6-01-2126	ROLAMENTO DO CUBO DT EXT FORD F1400	UN	KOIO	2,00	157,00	314,00
811	6-01-3310	ROLAMENTO DO CUBO DT EXTERNO MAN ELETRONICO	UN	KOIO	12,00	258,00	3.096,00
812	6-01-1298	ROLAMENTO DO CUBO DT EXTERNO MICRO ONIBUS MERCEDES LO812	UN	KOIO	2,00	207,00	414,00
813	6-01-2125	ROLAMENTO DO CUBO DT INT FORD F1400	UN	KOIO	2,00	136,00	272,00
814	6-01-1460	ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO EXTERNO IVECO	UN	KOIO	1,00	200,00	200,00
815	6-01-1459	ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO INTERNO IVECO	UN	KOIO	1,00	159,00	159,00
816	6-01-1504	ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO KOMBI FLEX	UN	KOIO	4,00	60,00	240,00
817	6-01-1337	ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO MICRO ONIBUS VW 8120	UN	KOIO	2,00	240,00	480,00
818	6-01-3312	ROLAMENTO DO CUBO TRAZEIRO INTERNO MAN ELETRONICO	UN	KOIO	12,00	273,00	3.276,00
819	6-01-2127	ROLAMENTO DO CUBO TZ EX FORD F1400	UN	KOIO	2,00	164,00	328,00
820	6-01-3311	ROLAMENTO DO CUBO TZ EXTERNO MAN ELETRONICO	UN	KOIO	12,00	273,00	3.276,00
821	6-01-1299	ROLAMENTO DO CUBO TZ EXTERNO MICRO ONIBUS MERCEDES LO812	UN	KOIO	2,00	237,00	474,00
822	6-01-1300	ROLAMENTO DO CUBO TZ INTERNO MICRO ONIBUS MERCEDES LO812	UN	KOIO	2,00	200,00	400,00
823	6-01-1267	ROLAMENTO DO PINHAO EXTERNO AGRALE 8500	UN	KOIO	1,00	237,00	237,00
824	6-01-1266	ROLAMENTO DO PINHAO INTERNO AGRALE 8500	UN	KOIO	1,00	247,00	247,00
825	6-01-3404	ROLAMENTO DT CUBOS L200 OUTDOOR	UN	KOIO	2,00	157,00	314,00
826	6-01-0326	ROLAMENTO EXT DT ONIBUS 1313 E 1513	UN	KOIO	3,00	159,00	477,00
827	6-01-0327	ROLAMENTO EXT. TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	KOIO	2,00	219,00	438,00
828	6-01-1417	ROLAMENTO EXTERNO DO CUBO TRASEIRO VOLARE	UN	KOIO	4,00	157,00	628,00
829	6-01-0210	ROLAMENTO EXTERNO DT UNO WAY FLEX	UN	KOIO	6,00	85,00	510,00
830	6-01-1390	ROLAMENTO EXTERNO TRASEIRO MERCEDES	UN	KOIO	4,00	237,00	948,00
831	6-01-0211	ROLAMENTO EXTERNO TZ UNO WAY FLEX	UN	KOIO	2,00	64,00	128,00
832	6-01-0375	ROLAMENTO INFERIOR PORTA CORREDIÇA MB	UN	KOIO	2,00	27,00	54,00
833	6-01-0329	ROLAMENTO INT TZ ONIBUS 1313 E 1513	UN	KOIO	2,00	198,00	396,00
834	6-01-0328	ROLAMENTO INT. DT ONIBUS 1313 E 1513	UN	KOIO	3,00	159,00	477,00
835	6-01-0330	ROLAMENTO INTERMED CARDAN ONIBUS 1313 E 1513	UN	KOIO	3,00	136,00	408,00
836	6-01-0376	ROLAMENTO INTERMED. CARDAN SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	193,00	386,00
837	6-01-1464	ROLAMENTO INTERNO DIANTEIRO UNO WAY FLEX	UN	KOIO	6,00	80,00	480,00
838	6-01-1416	ROLAMENTO INTERNO DO CUBO TRASEIRO VOLARE	UN	KOIO	4,00	200,00	800,00
839	6-01-2128	ROLAMENTO INTERNO DO CUBO TZ FORD F1400	UN	KOIO	2,00	197,00	394,00
840	6-01-0212	ROLAMENTO INTERNO DT UNO WAY FLEX	UN	KOIO	2,00	32,00	64,00
841	6-01-1465	ROLAMENTO INTERNO TRASEIRO UNO WAY FLEX	UN	KOIO	4,00	45,00	180,00
842	6-01-1621	ROLAMENTO LATERAL DA COROA TOYOTA BAND.	UN	KOIO	2,00	177,00	354,00
843	6-01-0119	ROLAMENTO LATERAL RODA CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	251,00	502,00
844	6-01-2039	ROLAMENTO LATERAL RODA DO CARGO	UN	KOIO	2,00	254,00	508,00
845	6-01-2096	ROLAMENTO PINHAO DT CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	4,00	378,00	1.512,00
846	6-01-3228	ROLAMENTO PINHAO DT CARGO 1419	UN	KOIO	2,00	529,00	1.058,00
847	6-01-0120	ROLAMENTO PINHAO DT CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	489,00	978,00
848	6-01-2097	ROLAMENTO PINHAO TZ CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	4,00	297,00	1.188,00
849	6-01-3229	ROLAMENTO PINHAO TZ CARGO 1419	UN	KOIO	2,00	347,00	694,00
850	6-01-0121	ROLAMENTO PINHAO TZ CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	381,00	762,00
851	6-01-1479	ROLAMENTO PINHAO VAN SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	183,00	366,00
852	6-01-3284	ROLAMENTO PISTA CAMBIO FORD 14000	UN	KOIO	1,00	127,00	127,00
853	6-01-1480	ROLAMENTO PONTA DE EIXO VAN SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	263,00	526,00
854	6-01-2043	ROLAMENTO RODA DIANT INTERNO CARGO	UN	KOIO	4,00	78,00	312,00
855	6-01-0179	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA INTERIOR CAMINHAO BASCULANTE	UN	KOIO	5,00	231,00	1.155,00
856	6-01-2177	ROLAMENTO RODA DT L200 4 X 4	UN	KOIO	2,00	119,00	238,00
857	6-01-0123	ROLAMENTO RODA DT EXT CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	143,00	286,00
858	6-01-0377	ROLAMENTO RODA DT EXT. SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	83,00	166,00
859	6-01-2098	ROLAMENTO RODA DT EXTERNO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	5,00	143,00	715,00
860	6-01-3231	ROLAMENTO RODA DT EXTERNO CARGO 1419	UN	KOIO	2,00	163,00	326,00
861	6-01-0378	ROLAMENTO RODA DT INT. SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	127,00	254,00
862	6-01-2178	ROLAMENTO RODA TZ L200 4 X 4	UN	KOIO	2,00	126,00	252,00
863	6-01-0124	ROLAMENTO RODA TZ EXT CARGO 1622	UN	KOIO	2,00	195,00	390,00
864	6-01-2101	ROLAMENTO RODA TZ EXTERNO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	5,00	152,00	760,00
865	6-01-3232	ROLAMENTO RODA TZ EXTERNO CARGO 1419	UN	KOIO	2,00	131,00	262,00
866	6-01-2100	ROLAMENTO RODA TZ INTERNO CAMINHAO BASC VW 24220	UN	KOIO	5,00	210,00	1.050,00
867	6-01-1548	ROLAMENTO TRASEIRO CUBOS AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	KOIO	4,00	273,00	1.092,00
868	6-01-1580	ROLAMENTO TRASEIRO RODA ESQ E DIR GOL ESPECIAL	UN	KOIO	8,00	49,00	392,00
869	6-01-1481	ROLAMENTO TRILHO PORTA CORREDICA VAN SPRINTER MB	UN	KOIO	2,00	43,00	86,00
870	6-01-3405	ROLAMENTO TZ CUBOS L200 OUTDOOR	UN	KOIO	2,00	219,00	438,00
871	6-01-0050	ROLETE EIXO PILOTO	UN	KOIO	1,00	98,00	98,00
872	6-01-3233	SEMI EIXO CARGO 1419	UN	RESP	1,00	851,00	851,00
873	6-01-2040	SEMI EIXO CARGO 1622	UN	RESP	1,00	719,00	719,00
874	4-01-0902	SEMI EIXO CARGO.	UN	RESP	8,00	918,00	7.344,00
875	6-01-1581	SENSOR DE AGUA GOL ESPECIAL	UN	NWO	2,00	58,00	116,00
876	6-01-1505	SENSOR DE AGUA KOMBI FLEX	UN	NWO	2,00	72,00	144,00
877	6-01-1549	SENSOR DE TEMPERATURA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	NWO	1,00	70,00	70,00
878	6-01-3406	SENSOR DE TEMPERATURA L200 OUTDOOR	UN	NWO	1,00	61,00	61,00
879	6-01-1582	SENSOR DO OLEO GOL ESPECIAL	UN	NWO	2,00	49,00	98,00
880	6-01-1506	SENSOR DO OLEO KOMBI FLEX	UN	NWO	2,00	46,00	92,00
881	6-01-3299	SERVO DE EMBREAGEM MAN ELETRONICO	UN	NWO	9,00	764,00	6.876,00

882	6-01-3339	SILENCIOSO DO ESCAPAMENTO CAMINHAO 24220	UN	NWO	2,00	1.098,00	2.196,00
883	6-01-1550	SONDA LAMINA AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	NWO	1,00	173,00	173,00
884	6-01-1583	SONDA LAMINA GOL ESPECIAL	UN	NWO	4,00	143,00	572,00
885	6-01-1409	TAMBOR DA CORREIA VOLARE	UN	NWO	4,00	193,00	772,00
886	6-01-3340	TAMBOR DE FREIO CAMINHAO 24220	UN	NWO	10,00	600,00	6.000,00
887	6-01-0274	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO MICRO ONIBUS 8120	UN	NWO	2,00	351,00	702,00
888	6-01-0262	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO MICRO ONIBUS VOLARE	UN	FRUM	8,00	250,00	2.000,00
889	6-01-3669	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO ONIBUS 15 COM MOTOR MAM ELETRONICO	UN	FRUM	24,00	374,00	8.976,00
890	6-01-1411	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO VOLARE	UN	FRUM	8,00	389,00	3.112,00
891	6-01-0275	TAMBOR DE FREIO TRAZEIRO MICRO ONIBUS 8120	UN	FRUM	2,00	361,00	722,00
892	6-01-3264	TAMBOR DE FREIO TZ RANGER 3.0	UN	FRUM	4,00	255,00	1.020,00
893	6-01-1429	TAMBOR SICLONIZADO 1º E 2º VOLARE	UN	FRUM	4,00	1.108,00	4.432,00
894	6-01-1430	TAMBOR SICLONIZADO 3º E 4º VOLARE	UN	FRUM	2,00	706,00	1.412,00
895	6-01-3431	TAMPA DA DISTRIBUICAO GOL ESPECIAL	UN	FRUM	2,00	58,00	116,00
896	6-01-0539	TAMPA DISTRIBUIÇÃO KOMBI FLEX	UN	FRUM	1,00	84,00	84,00
897	6-01-0611	TAMPA DO DIFERENCIAL AMBULANCIA S-10	UN	FRUM	1,00	339,00	339,00
898	6-01-3407	TAMPA DO DIFERENCIAL L200 OUTDOOR	UN	FRUM	1,00	281,00	281,00
899	6-01-1551	TANQUE DE COMBUSTIVEL AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	FRUM	1,00	912,00	912,00
900	6-01-3408	TANQUE DE COMBUSTIVEL L200 OUTDOOR	UN	FRUM	1,00	838,00	838,00
901	6-01-0540	TENSOR CORREA DENTADA KOMBI FLEX	UN	NYTRO	2,00	74,00	148,00
902	6-01-2180	TENSOR DA CORREIA DENTADA L200 4 X 4	UN	NYTRO	1,00	169,00	169,00
903	6-01-1584	TENSOR DA CORREIA DENTARIA GOL ESPECIAL	UN	NYTRO	2,00	116,00	232,00
904	6-01-1552	TENSOR DO ALTERNADOR AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	NYTRO	1,00	273,00	273,00
905	6-01-3409	TENSOR DO ALTERNADOR L200 OUTDOOR	UN	NYTRO	1,00	145,00	145,00
906	6-01-1553	TENSOR DO OLEO AMBULANCIA S10 ROTAM	UN	NYTRO	1,00	80,00	80,00
907	6-01-0541	TERMINAL DE DIREÇÃO KOMBI FLEX	UN	DRIV	4,00	165,00	660,00
908	6-01-1651	TERMINAL DE DIRECAO TOYOTA BAND	UN	DRIV	6,00	83,00	498,00
909	6-01-2181	TERMINAL DE DIRECAO CURVO L200 4 X 4	UN	DRIV	2,00	70,00	140,00
910	6-01-1308	TERMINAL DE DIRECAO DIREITA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	DRIV	2,00	83,00	166,00
911	6-01-1332	TERMINAL DE DIRECAO DIREITA MICRO ONIBUS VW 8120	UN	DRIV	2,00	167,00	334,00
912	6-01-0214	TERMINAL DE DIREÇÃO DIREITO UNO WAY FLEX	UN	DRIV	2,00	47,00	94,00
913	6-01-1307	TERMINAL DE DIRECAO ESQUERDA MICRO ONIBUS MERCEDES LO812	UN	DRIV	4,00	102,00	408,00
914	6-01-1333	TERMINAL DE DIRECAO ESQUERDA MICRO ONIBUS VW 8120	UN	DRIV	2,00	84,00	168,00
915	6-01-0331	TERMINAL DE DIREÇÃO ESQUERDA ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRIV	3,00	108,00	324,00
916	6-01-0215	TERMINAL DE DIREÇÃO ESQUERDO UNO WAY FLEX	UN	DRIV	2,00	44,00	88,00
917	6-01-3285	TERMINAL DE DIRECAO FORD 14000	UN	DRIV	2,00	101,00	202,00
918	6-01-3432	TERMINAL DE DIRECAO GOL ESPECIAL	UN	DRIV	4,00	40,00	160,00
919	6-01-0231	TERMINAL DE DIREÇÃO MICRO ONIBUS IVECO	UN	DRIV	2,00	142,00	284,00
920	6-01-2182	TERMINAL DE DIRECAO RETO L200 4 X 4	UN	DRIV	2,00	77,00	154,00
921	6-01-0379	TERMINAL DE DIREÇÃO SPRINTER MB	UN	DRIV	2,00	74,00	148,00
922	6-01-1412	TERMINAL DE DIRECAO VOLARE	UN	DRIV	8,00	100,00	800,00
923	6-01-3179	TERMINAL DIRECAO DIREITA ONIBUS 1313 E 1513	UN	DRIV	3,00	108,00	324,00
924	6-01-1466	TERMINAL DIRECAO DIREITO UNO WAY FLEX	UN	DRIV	4,00	47,00	188,00
925	6-01-0569	TERMINAL DIREÇÃO ESQUERDO UNO FLEX	UN	DRIV	4,00	44,00	176,00
926	6-01-3341	TOMADA DE FORCA DO CAMBIO EATON 6 MACHA CAMINHAO 24220	UN	DRIV	2,00	2.949,00	5.898,00
927	6-01-2130	VALVULA AUXILIAR FORD F1400	UN	DRIV	1,00	438,00	438,00
928	6-01-2131	VALVULA DESCARGA FORD F1400	UN	DRIV	1,00	35,00	35,00
929	6-01-2102	VALVULA DISTRIBUIDORA CAMINHAO BASC VW 24220	UN	DRIV	4,00	747,00	2.988,00
930	6-01-2132	VALVULA GOVERNADOR FORD F1400	UN	DRIV	1,00	261,00	261,00
931	6-01-3342	VALVULA MANECO CAMINHAO 24220	UN	DRIV	2,00	483,00	966,00
932	6-01-2103	VALVULA PEDAL CAMINHAO BASC VW 24220	UN	DRIV	4,00	393,00	1.572,00
933	6-01-2133	VALVULA PEDAL DO FREIO FORD F1400	UN	DRIV	1,00	498,00	498,00
934	6-01-3343	VALVULA RELE CAMINHAO 24220	UN	DRIV	4,00	386,00	1.544,00
935	6-01-3344	VELA CAMINHAO 24220	UN	NGK	4,00	94,00	376,00
936	6-01-3147	VELA CARGO	UN	NGK	8,00	98,00	784,00
937	6-01-3286	VELA FORD 14000	UN	NGK	4,00	97,00	388,00
938	6-01-3150	VELA L200 4X4	UN	NGK	4,00	50,00	200,00
939	6-01-3410	VELA L200 OUTDOOR	UN	NGK	4,00	287,00	1.148,00
940	6-01-3152	VELA MICRO IVECO	UN	NGK	8,00	74,00	592,00
941	6-01-3153	VELA MICRO ONIBUS 8120	UN	NGK	4,00	141,00	564,00
942	6-01-3161	VELA MICRO ONIBUS MERCEDES LO 812	UN	NGK	4,00	87,00	348,00
943	6-01-3162	VELA MICRO WOLARE,	UN	NGK	8,00	103,00	824,00
944	6-01-3174	VELA ONIBUS 1313 E 1513	UN	NGK	4,00	74,00	296,00
945	6-01-3293	VELA S10 ROTAM	UN	NGK	4,00	59,00	236,00
946	6-01-3169	VELA TOYOTA BAND	UN	NGK	4,00	127,00	508,00
947	6-01-3148	VELA UNO WAY FLEX	UN	NGK	12,00	74,00	888,00
948	6-01-1585	VELAS GOL ESPECIAL	UN	NGK	4,00	59,00	236,00
949	6-01-1507	VELAS KOMBI FLEX	UN	NGK	4,00	29,00	116,00
950	6-01-0216	VENTOINHA COMPLETA UNO WAY FLEX	UN	ORIG	5,00	356,00	1.780,00
951	6-01-3433	VIDRO LATERAL DIREITO GOL ESPECIAL	UN	ORIG	2,00	202,00	404,00
952	6-01-0542	VIDRO LATERAL DIREITO KOMBI FLEX	UN	ORIG	2,00	135,00	270,00
953	6-01-3434	VIDRO LATERAL ESQUERDO GOL ESPECIAL	UN	ORIG	2,00	197,00	394,00
954	6-01-0543	VIDRO LATERAL ESQUERDO KOMBI FLEX	UN	ORIG	2,00	190,00	380,00
955	6-01-0544	VIDRO TRASEIRO KOMBI FLEX	UN	ORIG	2,00	230,00	460,00
956	6-01-3435	VIDRO TZ GOL ESPECIAL	UN	ORIG	2,00	443,00	886,00
							836.821,88

VALOR GLOBAL DO FORNECEDOR R$ 836.821,88 (oitocentos e trinta e seis mil oitocentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega das peças será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega das peças, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as d

emais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento das peças mecânicas, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0173 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS - TRANSPORTE ESCOLAR

339030.000000- 0075 - MATERIAL DE CONSUMO-

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO

339030.000000- 0082 - MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. GERAL SEC. MUN. ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL

339030.00000-0275- MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

002. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2025- MANUTENÇÃO/ ATENDIMENTO AÇÕES DO CREAS

339030.00000-0296- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0434- MATERIAL DE CONSUMO

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000- 0424 – MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

339030.00000-0395- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 051/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 08 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

TRES E TRES LTDA -ME

CNPJ- 05.074.701/00001-99

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATO GOVERNAMENTAL Nº 05/2015

ATO GOVERNAMENTAL Nº 05/2015 "Dispõe sobre revogação de publicação do Extrato DE Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015 de 03/12/2015"

Justificativa do Ato:

CONSIDERANDO que a Administração Pública realiza seus atos pautados pelos princípios Constitucionais esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever seus atos, por conveniência ou oportunidade, nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a publicação do Extrato de Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015 de 04/12/2015 QUE "Dispõe sobre Aquisição de Medicamentos e Material Pré-Hospitalares", no JORNAL OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e DIÁRIO OFICIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO;

CONSIDERANDO finalmente que o princípio da verdade e transparência com que a administração municipal de Araguaiana tem pautado ao longo de suas atividades inerentes à legislação, o Poder Executivo:

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação do referido Extrato de Edital efetivado no dia 04/12/2015 no JORNAL OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO sob nº 2.366 – Pag 12 e DIÁRIO OFICIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO sob nº 763 – Pag 23;

§ 1º. Tornar sem efeito todos os atos oriundos do referido Extrato de Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015.

Araguaiana, 08 de dezembro de 2015.

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
ATO GOVERNAMENTAL Nº 05/2015

ATO GOVERNAMENTAL Nº 05/2015 "Dispõe sobre revogação de publicação do Extrato DE Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015 de 03/12/2015"

Justificativa do Ato:

CONSIDERANDO que a Administração Pública realiza seus atos pautados pelos princípios Constitucionais esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever seus atos, por conveniência ou oportunidade, nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a publicação do Extrato de Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015 de 04/12/2015 QUE "Dispõe sobre Aquisição de Medicamentos e Material Pré-Hospitalares", no JORNAL OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e DIÁRIO OFICIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO;

CONSIDERANDO finalmente que o princípio da verdade e transparência com que a administração municipal de Araguaiana tem pautado ao longo de suas atividades inerentes à legislação, o Poder Executivo:

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação do referido Extrato de Edital efetivado no dia 04/12/2015 no JORNAL OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO sob nº 2.366 – Pag 12 e DIÁRIO OFICIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO sob nº 763 – Pag 23;

§ 1º. Tornar sem efeito todos os atos oriundos do referido Extrato de Edital de Pregão Presencial de Registro de Preço nº 13/2015.

Araguaiana, 08 de dezembro de 2015.

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LICENÇA PREMIO , ARAGUAIANA 30 DE OUTUBRO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O Servidor **MAURO JOSE DOS SANTOS,** Brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Educação, exercendo o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICO,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **01/02/2006 a 01/02/2011**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de novembro de 2015 e termino em 29 de Janeiro de 2016**.

Araguaiana, 30 de outubro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2015

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 015/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tele medicina cardiológica transmitido via linha telefônica, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT.

Contratado: TELEVIDA CENTRO ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNOSTICOS LTDA-ME -CNPJ: 73.193.211/0001-61

Valor Global: R$ 15.120,00 (Quinze Mil e Cento e Vinte Reais)

Data: 08 de dezembro de 2015.

Base Legal: art. 24 inciso II da Lei nº 8.666/93 e Alterações, com amparo no Art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.

Flávia Graziele Oliani

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

LOCAL E DATA: Dia 22 de dezembro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 005/2015, nos termos da legislação vigente.

CREDENCIAMENTO: Das 8:30 até às 09:00 (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas pelo telefone (65) 3331-1431 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 09 de dezembro de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE N. 005/2015.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite n. 005/2015, Contratação de empresa especializada da área de engenharia para execução de serviços de construção de ponte de madeira, tipo I, na rodovia municipal (ligação estrada do Croará, trecho Córrego do Croará, com extensão de 24,00 m, no município de Barão de Melgaço, conforme especificações contidas no Projeto Básico e anexos, cujo certame teve como vencedora a empresa ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, com proposta no valor de R$ 164.433,26 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos), por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço - MT, 30 de novembro de 2015.

ROBSON LÚCIO TAQUES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **processo n. 033/2015**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 005/2015.**

Barão de Melgaço - MT, 30 de novembro de 2015.

ANTÔNIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal de Barão de Melgaço

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 – SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT., situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr.**JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N°20/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no DIÁRIO OFICIAL AMM, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa **GRAFICA RENASCER LTDA**,inscrita no CNPJ nº 03.193.747/0001-00, com sede na Rua São Benedito, s/ nº , Bairro Centro - Barra do Bugres – MT, neste ato representado pelo seu sócio proprietário **Sr. SERGIO FAVERO,** portador do RG nº 46726650 SSP/PR e CPF nº 761.657.109-30, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRAFICO PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS JUNTOS AO USUARIOS DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	50,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BANNER TAMANHO 100CM X 120CM	51,00	2.550,00
2	4.000,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PASTAS TIMBRADAS EM PAPEL CARTOLINA	0,46	1.840,00
3	4.500,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ENVELOPE TAMANHO OFICIO 2	0,38	1.710,00
4	2.000,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ENVELOPE TAMANHO CARTA 24,5CM X 18CM	0,34	680,00
5	45,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARIMBO DE MADEIRA	15,00	675,00
6	50,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTIFICAÇÃO 50F X 2V PAPEL AUTOCOPIATIVO	15,95	797,5
7	4.000,00	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FOLDER 4 X 2	0,44	1.760,00
	10.012,50				

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres - MT, 15 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

GRAFICA RENASCER LTDA

SERGIO FAVERO

Contratado

ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA OAB/MT – 14.387

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.002/SMEC/2015

Dispõe sobre abertura de inscrições de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro de reserva.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
ECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADONº 002/SMEC/2015

EDITAL Nº001/2015

Dispõe sobre abertura deinscrições de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro dereserva.

IVONE DA ROCHA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as**Lei Municipal n.º2.225/2015, Decreto nº 127/2015 e Lei Municipal nº2.226/2015, Decreto nº 128/2015**, em conformidade com a previsão orçamentária, torna público a abertura e as normas estabelecidas para a realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporáriopara atuação na Educação Básica da Rede Pública Municipal, para o ano letivo de**2016**.

1. DAS DISPOSIÇÕESPRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e sua realização ficará a cargo da COMISSÃO DE TESTE SELETIVO, legalmente designada através de portaria, obedecida às normas constantes no presenteEdital.

1.1.1.O candidato deverá observar, rigorosamente, o presente Edital e os comunicados a serem informados no endereço eletrônico **www.barradobugres.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br**, vindo tais documentos a constituir parte integrante desteEdital.

1.2. O pré-requisito/escolaridade, número de vagas e a remuneração mensal encontram-se dispostos no **Anexo I** desteEdital.

1.3. O presente Edital é complementado pelos anexos discriminados abaixo, com detalhamento de informações concernentes ao objeto do teste seletivo:

Anexo I – Demonstrativo do cargo, número de vagas, carga horária semanal, requisitos e local de atuação;
Anexo II – Conteúdo Programático para ocargo;
Anexo III – Cronograma de Execução do Certame;
Anexo IV - Ficha de Inscrição para Professor;
Anexo V - Ficha deInscriçãoApoio Administrativo Escolar e Técnico AdministrativoEscolar;
Anexo VI -Protocolo de Inscrição(Professor);
AnexoVII - Protocolo de Inscrição (Cargos de Apoio eTécnico);
AnexoVIII - Declaraçãode não Acúmulo deCargo

2. DO PROCESSO SELETIVO -PROVAS

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

2.1. O processo Seletivo consistirá de 02 etapas **eliminatória** e **classificatória** e os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Sistema Municipal de EnsinoPúblico:

Primeira Etapa (eliminatória) – A Comissão de Teste Seletivo analisará a documentação do candidato e irá deferir ou indeferir informando se ocandidato está apto ou inapto, segundo todas as exigências deste Edital, para participar da segunda fase do processoseletivo.

a) Depois de apreciada a documentação, ainda no âmbito da primeira etapa, será realizada uma prova dissertativa para o cargo de professor com uma única questão dentre os temas relacionados no **ANEXO II** e para os demais cargos a prova será objetiva composta de **40** questões dentre os temas relacionados no **ANEXOII.**

b) A prova acontecerá no dia**17 de janeiro de 2016**para todas as categorias, às 08:00 horas (horário local). O candidato deverá comparecer com uma hora de antecedência, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto e caneta esferográfica azul ou preta. O portão fechará às **08:00 horas**. Onde a prova acontecerá de acordo com o conteúdo programático para cada categoria (**ANEXO II**) e terá duração de 03 (três)horas.

c) O sorteio do tema para a prova dissertativa para o cargo de professor será realizado no dia **17 de janeiro 2016**às **8:00 horas** no Local onde será realizada aprova.

d) A prova dissertativa não pode exceder **03 (três) laudas (uma lauda corresponde a uma face da folha), sob pena deeliminação.**

e) Não será admitida a entrada de candidato que se apresentar após a hora determinada para o início dasprovas.

f) Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horáriodeterminados.

g) Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 30 (trinta) minutos do seuinício.

h) Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas e assinada a ata deocorrência.

i) Serão considerados aptos a prosseguir a seleção os candidatos que obtiverem no mínimo 50% dos pontos na provadissertativa.

Segunda Etapa (Classificatória) – A Comissão de Teste Seletivo analisará os currículos, de todos os professores que foram aprovados na prova dissertativa, em que serão consideradas as atividades de formação e atuação profissional, bem como cursos concluídos em entidades oficiais, com relevância para as atividades relacionadas à área da função em que se refere às exigências daatividade.

O resultado final será divulgado a partir do dia **22 de janeiro 2016**, no site da Prefeitura Municipal e publicado no jornal oficial dos municípios mato-grossense de amplacirculação.

3. DA PONTUAÇÃO DASPROVAS

3.1. Para os cargos de professor a prova dissertativa será avaliada de 0 (zero) a 10(dez).

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

3.2. Para os demais cargos cada questão objetiva valerá 0,25 (vinte e cinco centésimos)pontos.

3.3. Os pontos correspondentes às questões que porventura forem anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos.

4. DO LOCAL, DATA, HORÁRIO E PROCEDIMENTO DAS INCRIÇÕES.

4.1. As inscrições serão realizadas pessoalmente ou por procuração pública ou particular nos dias **14, 15 e 16 de dezembro de 2015**no horário de **8:00 as 11:00 hs e de 14:00 as 17:00 hs.,**na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Airton Senna S/N, próximo ao Pax Prevenir, Bairro Maracanã, Barra do Bugres, devendo o candidato comparecer ao local de inscrição munido dos seguintes documentos: (original e xerox) de Documento de Identidade com foto, CPF, Comprovante de residência, título de eleitor, certificado de reservista (se do sexo masculino), currículo vitae atualizado (cargo de Professor), comprovando as atividades nele deferidas, diploma ou certificado/atestado de conclusão da escolaridade com históricoescolar.

4.2. DAS CONDIÇÕES PARAINSCRIÇÃO:

4.2.1. Ter idade mínima de 18(dezoito) anoscompletos.

4.2.2. Estar em dia com as obrigaçõeseleitorais.

4.2.3. Estar em dia com as obrigações militares, reservado os direitos garantidos por lei (indígena), se, do sexomasculino.

4.2.4. Estar em gozo dos direitos políticos ecivis.

4.2.5. Estar ciente de que, no ato da inscrição, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a vaga, inclusive a comprovação do grau de instrução exigido para o provimento, constantes do presente edital, sob a pena de perda do direito à vaga, podendo tal documentação ser reapreciada em qualquer etapa doprocesso.

4.2.6. Para inscrever o candidato deverá ler o edital na íntegra e preencher as condições neleprevistas.

4.2.7. Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência de qualquertipo.

4.2.8. Não será permitida mais de uma inscrição porcandidato.

4.2.9. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da emenda constitucional 19/98.

4.2.10. Gozar de boa saúde física e mental e não possuir necessidades especiais incompatíveis com o exercício das funções atinentes a vaga a que concorre.

4.2.11. Ter compatibilidade de carga horária para assumir o cargo, dentro do disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de1988.

4.3. Os documentos serão conferidos no ato da inscrição que será deferida de imediato, não podendo o candidato insistir na efetivação da mesma, caso não apresente qualquer um dos documentosexigidos.

4.4. Após a conferência, toda documentação será arquivada, para que seja submetida à análise do currículo, caso o candidato seja aprovado na prova dissertativa.

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

4.5. No ato da inscrição, o candidato que necessite de tratamento diferenciado no dia da prova escrita, sendo ou não Portador de NecessidadesEspeciais,deverápreencheroscamposespecíficosdoformulário de inscrição, discriminando o tipo de tratamento diferenciado que necessita. Caso não expresse sua necessidade de tratamento diferenciado ou a deficiência física, não será possívelatendê-lo.

4.6. A não solicitação do atendimento especial eximirá a comissão de qualquer providência.

4.7. DAS INSCRIÇÕES PARAPNE

4.7.1. Aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais serão destinadas 5% (cinco por cento) das vagas da respectiva função, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sãoportadores.

4.7.2. Na aplicação do percentual a que se refere o subitem anterior, quando o resultado for fração de número inteiro, arredondar-se-ão as vagas para o número imediatamente posterior se a parte fracionária for igual ou maior do que 0,5 (meio) e para número inteiro imediatamente anterior se a parte fracionária for inferior a 0,5(meio).

4.7.3. O candidato PNE deverá apresentar no ato da inscrição o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença –CID.

4.7.4. O candidato PNE participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação dasprovas.

4.7.5. Os candidatos que no ato da inscrição se declarar PNE, se classificados nas provas, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observados a respectiva ordem declassificação.

5. DASFUNÇÕES

5.1.O presente processo seletivo visa o preenchimento de vagas imediatas e cadastro de reserva para os cargos de Professor, Técnico em Informática, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico em Multimeios Didáticos (Inspetor de Aluno), Técnico em Administração Escolar, Agente em Vigilância, Agente de Serviço Público, Agente Operacional, Nutrição Escolar e Instrutor de Fanfarra.

6. DOS REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOSCARGOS:

6.1 -Requisitos:

I - Professor para a Educação Infantil e anos iniciais do EnsinoFundamental- Curso Superior, licenciatura plena em Pedagogia ou NormalSuperior.

II - Professor de Língua Portuguesa – Curso Superior, licenciatura plena em LínguaPortuguesa.

III - Professor de Educação Física - Curso Superior, licenciatura plena em

EducaçãoFísicaou licenciatura/bacharelado em Educação Física, mais Registrono Conselho Regional de EducaçãoFísica.
IV - Professor de Matemática – Curso Superior, licenciatura plena em Matemática.
V - Professor de Ciências Física e Biológica – Curso Superior, licenciatura plena emCiências Física eBiológica.
VI - Professor de Geografia – Curso Superior, licenciatura plena em Geografia.
VII - Professor de História - Curso Superior, licenciatura plena em História.
VIII- Técnico em Informática – Curso de Técnico emInformática.
IX- Técnico em Multimeios Didáticos (Inspetor de Aluno) – Curso - EnsinoMédio.
X- Técnico em Desenvolvimento Infantil – Curso – Ensino Médio.
XI - Técnico em Administração Escolar – Curso – EnsinoMédio.
XII - Agente de Serviço Geral - Curso – Ensino Fundamental.
XIII- Nutrição Escolar – Curso – EnsinoFundamental.
XIV - Instrutor de Fanfarra– Curso – EnsinoMédio.
XV- Agente Operacional – Curso – Ensino Fundamental, CNH "D" e Curso de TransporteColetivo.
XVI- Agente de Vigilância - Curso – EnsinoFundamental.

6.2 -Atribuições:

6.2.1. Cargo deProfessor

I. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de EducaçãoMunicipal.
II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de suaatuação.
III. Participar da elaboração do Projeto PolíticoPedagógico.
IV. Desenvolver a regênciaefetiva.
V. Controlar e avaliar o rendimentoescolar.
VI. Executar tarefa de recuperação dealunos.
VII. Participar de reunião detrabalho.
VIII. Desenvolver pesquisaeducacional.
IX. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidadeescolar.
X. Buscar Formação Continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva einvestigativa.
XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislaçãovigente.

6.2.2. São atribuições especificas do Professor da Educação Infantil, além das previstas no parágrafoanterior:

a) realizar atividades recreativas, psicomotoras e trabalhos pedagógicos, desenhos livres e dirigidos, jogos, brincadeiras, recortes ecolagens;

b) acompanhar e orientar as crianças durante as refeições, estimulando a aquisição de bons hábitos alimentares, auxiliando as crianças menores na ingestão de alimentos na quantidade e formaadequada;

c) cuidar, estimular e orientar as crianças na aquisição de hábitos de higiene corporal e doambiente;

d) observar o desenvolvimento das crianças durante as atividades diárias, prestando os primeiros socorros, quando necessário e/ou relatando as ocorrências não rotineiras à Chefia Imediata, para providências subsequentes;

e) administrar medicamentos conforme prescrição médica, quando necessário, desde que solicitado pelos pais e/ouresponsáveis;

f) zelar pela segurança das crianças na UnidadeEducacional;

g) cuidar e organizar diariamente o ambiente e os materiais utilizados no desenvolvimento dasatividades;

h) participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de EducaçãoMunicipal;

i) elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de suaatuação;

j) participar da elaboração do Projeto PolíticoPedagógico;

k) desenvolver a regênciaefetiva;

l) controlar e avaliar o rendimentoescolar;

m) participar de reunião detrabalho;

n) desenvolverpesquisaeducacional;

o) participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

p) buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva einvestigativa;

q) cumprir e fazer cumprir as determinações da legislaçãovigente;

6.2.3. Cargo de TécnicoemInformática

6.2.3.1. Executar serviços de programação de computadores, processamento de dados, dando suporte técnico. Orientar os usuários para utilização dos softwares e hardwares, alémde:

a) instalar e configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para suautilização.

b) organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de operação, ordem de serviço, resultados dos processamentos, suprimentos, bibliografias,etc.

c) operar equipamentos de processamento automatizados de dados, mantendo ativa toda a malha de dispositivos conectados (Intranet e Internet).

d) interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias.

e) notificar e informar aos usuários do sistema ou ao analista de informática, sobre

qualquer falhaocorrida.

f) executar e controlar os serviços de processamento de dados nos equipamentos queopera.

g) executar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes ecomponentes.

h) administrar cópias de segurança, impressão e segurança dos equipamentos em sua área deatuação.

i) executar o controle dos fluxos de atividades, preparação e acompanhamento da fase de processamento dos serviços e/ou monitoramento do funcionamento de redes decomputadores.

j) participar de programa de treinamento, quandoconvocado.

k) controlar e zelar pela correta utilização dosequipamentos.

l) ministrar treinamento em área de seuconhecimento.

m) auxiliar na execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemasoperacionais.

n) elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção das redes decomputadores.

o) executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício dafunção.

p) ter noções básicas de elétrica eeletrônica.

q) capacidade de identificação de defeitos e possíveis reparostécnicos.

6.2.4. Cargo de Agente de ServiçoPúblico

a) Limpeza e higienização das unidadesescolares,

b) Zelar pelo patrimônio público e execução da limpeza das áreas externas;

6.2.5. Cargo de Agente deVigilância

a) Fazer a vigilância das áreas das unidades escolares e órgãocentral,

b) Comunicar ao diretor da unidade escolar todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimôniopúblico.

6.2.6. Cargo de Instrutor deFanfarra

a) Orientar em escolas, atividades de fanfarra que desenvolvam habilidades em percussão, bateria e ou em instrumentos de sopro e metais, atendendo as demandas dos programas de contra turno escolar e outros programas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação eCultura.

b) Apresentar relatórios das atividadesdesenvolvidas.

c) Realizar o controle da frequência das crianças e adolescentes que participam dos cursos e programas, informando a Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação eCultura.

d) Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos alunos; participar de reuniões avaliatórias, administrativas e deplanejamento.

e) Zelar pelo patrimônio público e pelo material que lhe for disponibilizado.

f) Empreender todas as atividades necessárias ao bom andamento dos cursos/oficinas quedesenvolver.

g) Executar todas as demais tarefas inerentes as suas atribuições, objetivando o respectivo desenvolvimento acontento.

6.2.7. Cargo de Técnico em AdministraçãoEscolar

a) Composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares, responder junto ao MEC questões sobre o CensoEscolar.

6.2.8. Cargo de Técnico em MultimeiosDidáticos

a) Executar atividades de controle das atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída dos mesmos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres, organização do ambiente escolar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: Mimeógrafo, Aparelho de DVD, Televisor, Projetor de slides, Data Show, Computador, Calculadora, Fotocopiadora, Retroprojetor, Câmera Fotográfica e de Vídeo, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências, monitoramento na higienização e alimentação do educando.

6.2.9. Cargo de Técnico de DesenvolvimentoInfantil

a) Composto de atribuições inerentes às atividades emapoiarnas atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil, que exijam formação mínima de ensino médio, consistemem:

I participar em conjunto com o educador do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças de 0 a 5anos;

II participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica doeducador;

III zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda;

IV observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinasdiárias;

V acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dascrianças;

VI participar de programas decapacitação;

VII colaborar e assistir permanentemente o educador no processo de desenvolvimento das atividadestécnico-pedagógicas;

VIII auxiliar o educador quanto à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimentoinfantil;

IX participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;

X disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nasatividades;

XI auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;

XII observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;

XIII responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;

XIV cuidar da higiene e do asseio das crianças sob suaresponsabilidade;

XV ter noções primárias de saúde e primeirossocorros;

XVI acompanhar os educando em atividades sociais e culturais programadas pela unidadeescolar.

6.2.10. Cargo de AgenteOperacional

a) Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos anormais de natureza mecânica, elétrica e ou estrutural que ocorram com o veículo durante o uso, devendo acompanhar os serviços de recuperação, salvo quando disponibilizado outro veiculo para a realização de suas atividades.

6.2.11. Cargo de NutriçãoEscolar

a) Preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demaisrefeições;

7. DACLASSIFICAÇÃO

7.1. Para os candidatos ao cargo de professor que obtiverem pontuação igual ou superior a 50% na prova dissertativa, a classificação dar-se-á de acordo com o somatório de pontos obtidos na prova dissertativa e na pontuação obtida nos títulos apresentados no ato da inscrição (curriculum vitae) e para os demais cargos a classificação dar-se-á de acordo com a nota na provaobjetiva.

7.2. Para os demais cargos serão considerados aprovados e ou classificados os candidatos que obtiverem na prova objetiva pontuação igual ou superior a 50%.

7.3. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente denotas.

8. DOS CRITÉRIOS DEDESEMPATE

8.1. Na classificação final, entre candidatos ao cargo de professor com igual número de pontuação, serão fatores dedesempate:

8.1.1. MaiorTitulação.

8.1.2. Maior Pontuação na provaescrita.

8.1.3. Maioridade.

8.2. Na classificação final entre candidatos dos demais cargoscom igual nota, serão fatores dedesempate:

8.2.1. Maioridade.

8.2.2. Maiorescolaridade.

9. DA INTERPOSIÇÃO DERECURSOS

9.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Teste Seletivo da SMEC, no prazo de 1 (um) dia útil contado a partir da data de suapublicação.

9.2. Do resultado provisório das Provas (escrita e análise de títulos) caberá recurso escrito para a Comissão de Teste Seletivo da SMEC, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de suapublicação.

9.3. Os recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados na Secretaria MunicipaldeEducaçãoeCultura,cujofuncionamentoé desegunda-feira a sexta-feira das **7 horas às 13 horas**, não sendo consideradas as reclamaçõesverbais ou por email.

9.4. O parecer emitido pela Comissão de Teste Seletivo da SMEC, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 01 (um) dia útil do recebimento do pedido docandidato.

9.5. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foiprotocolado.

9.6. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação docandidato.

10. DAVALIDADE

10.1. O Processo Seletivo anunciado neste Edital tem validade de até 12 meses em atendimento ao CalendárioEscolar/2016.

11. PRAZO DECONTRATAÇÃO

11.1. O prazo de contratação é de acordo com o calendário escolar para o ano letivo de2016.

12. DO VÍNCULOEMPREGATÍCIO

12.1. Os contratos serão em regime temporário, de excepcional interesse público para atender às ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

13. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E LOCAL DEPROVA

13.1. O candidato deverá acessar o site **www.barradobugres.mt.gov.br e** **www.diariomunicipal.com.br** , no dia **17 de dezembro de 2015**, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas eindeferidas.

13.2. Considera-se indeferida a inscrição preliminar do candidatoque:

a) Prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;

b) Omitir dados ou preencher incorretamente a ficha deinscrição;

c) Que não preenche todos os requisitos exigidos para a vaga, inclusive a comprovação do grau de instrução exigido para oprovimento.

13.3. OslocaisehoráriosdeprovaserãodivulgadosnositedaPrefeitura **www.barradobugres.mt.gov.br**a partir do dia **17 de dezembro de2015.**

14. DAS DISPOSIÇÕESFINAIS

14.1. O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominaçõeslegais.

14.2. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas neste ProcessoSeletivo.

14.3. A aprovação do candidato no Processo Seletivo não gera direito à nomeação, que dependerá da conveniência e oportunidade da Administração PúblicaMunicipal.

14.4. Os candidatos aprovados e convocados deverão comparecer obrigatoriamente na Sessão Pública de Atribuição de Carga Horária/Jornada de Trabalho, no dia **29/01/2016**, **às 7:30 horas, no Anfiteatro da PrefeituraMunicipal.**

14.5. O não comparecimento na Sessão Pública de Atribuição de Carga Horária/Jornada de Trabalho, não acarretará na desclassificação do candidato, porém o mesmo será reclassificado na última posição da ordem declassificação.

14.6. O candidato, após a atribuição da Carga Horária/Jornada de Trabalho, deverá apresentar-se na unidade na qual foi lotado, no dia **01/02/2016**, início do anoletivo.

14.7. O não comparecimento ao local de trabalho para o início do ano letivo ensejará na eliminação do candidato no presente Processo Seletivo, sendo convocado o próximo candidatoclassificado.

14.8. Nos três dias úteis contados da publicação do edital de convocação, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta- feira das 7:00 horas às 12:00 horas, munido da seguinte documentação exigida para suacontratação:

a)Cópias:

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino;
II. Certidão deCasamento;
III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14anos;
IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que sehabilitou;
V. Cartão de vacina de filhos menores de 14anos;

c) Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta salário Op. 037, da Caixa Econômica Federal e nº CTPS, série e data de expedição e n.º doPIS/PASEP;

d) Comprovante de quitaçãoeleitoral;

e) Declaração de não acúmulo de cargo público (AnexoIV);

f) Carteira de Saúde (NutriçãoEscolar/Merendeira).

14.9. O presente Edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
ECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aoscandidatos.

14.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação eCultura.

Barra do Bugres, 04 de dezembro de2015.

IVONE DAROCHA
Secretária Municipal de Educação eCultura

IONE MEDEIROS PEREIRA
Presidente da Comissão de Teste Seletivo daSMEC
Portaria Internanº009/2015

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOI

Processo Seletivo Simplificado 002 /2015DEMONSTRATIVO DO CARGO, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANALE

REQUISITOS.

Nº de vagas + Cadastro deReserva	Nº de vagas PNE	Cargo Público	Vencimento	CargaHoráriaSemanal	Escolaridade	Local deAtuação
20	1	Professor Pedagogo	R$1.495,73	20	Licenciatura em Pedagogia ou NormalSuperior	Sede(Ed. Inf. e AnosIniciais)
08	1	Professor Pedagogo	R$2.991,74	40	Licenciatura em Pedagogia ou NormalSuperior	Sede(Creche)
11	-	Professor Pedagogo	R$1.495,73	20	Licenciatura em Pedagogia ou NormalSuperior	ZonaRural - – Escola Boa Esperança/Buriti Fundo – 01 vaga; – Escola João Maria – 01 vaga; – Escola Baixius – 01 vaga; – Escola Criança Feliz/Currupira – 01 vaga; – Escola São Benedito/Cabaças – 03 vagas; – Escola Raimunda A. A. Leão/Nova Fernandópolis- 02 vagas; – Escola Paulo Freire – 01 vaga; –Escola Zumbi dos Palmares/Jatobá – 01 vaga.
02	-	Professor Indígena	R$1.495,73	20	Licenciado em Línguas, Artes e Lit., Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática	AldeiaUmutina
01	-	Professor de Matemática	R$2.243,81	Até30	Licenciadoem Matemática	Sede e Zona Rural, conformevaga.
01	-	Professor de Língua Portuguesa	R$2.243,81	Até30	LicenciadoemLetras	Sede e Zona Rural, conformevaga.

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01	-	Professor de História	R$2.243,81	Até30	LicenciadoemHistória	Sede e Zona Rural, conformevaga.
01	-	Professor de Geografia	R$2.243,81	Até30	LicenciadoemGeografia	Cadastro de Reserva
02	-	Professor de EducaçãoFísica	R$2.243,81	Até30	Licenciado em Educação Física ou Licenciado/Bacharelado em Educação Física + Registro no CREF	Sede e Zona Rural, conformevaga.
01	-	Professor de Ciências Física e Biológica	R$2.243,81	Até30	Licenciado em Ciência Física e Biológica	Sede e Zona Rural, conformevaga.
15	01	Técnico em Desenvolvimento Infantil	R$1.546,86	Até40	EnsinoMédio	Sede
04	-	Técnico em Desenvolvimento Infantil	R$1.160.14	30	EnsinoMédio	ZonaRural: - Escola São Benedito/Comunidade Queimado – 01 vaga. - EscolaRaimunda Leão-01vaga. - Escola Maria Lila-01vaga. - Comunidade Itaipú-01vaga
02	-	Técnico em Multimeio Didático (Inspetor de Aluno)	R$1.546,86	40	EnsinoMédio	ZonaRural: - EscolaRaimunda Leão-01vaga. - Escola São Benedito-01vaga.
02		Técnico em Administração Escolar	R$1.546,86	40	EnsinoMédio	- Sede.
01		Agente Operacional	R$1.260,40	40	Ensino Fundamental	Sede e Zona Rural, conformevaga.
04	-	TécnicoemInformática	R$1.160.45	30	TécnicoemInformática	- Sede-02vagas. - EscolaCabaças-01vaga. - EscolaRaimunda Leão-01vaga.

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01	-	Instrutor de Fanfarra*	R$1.546,86	20	EnsinoMédio*	Sede
07	-	Agente de Vigilância	R$859,37	40	Ensino Fundamental	Zona Rural: -EscolaCurrupira-02vagas. - Escola São Benedito–02vagas - Escola Raimunda A. A. Leão/Nova Fernandópolis - 03vagas.
12	-	Agente de Serviço Público	R$859,37	40	Ensino Fundamental	- Sede-07vagas. - EscolaRaimunda Leão – 02vagas. - Escola São Benedito – 02 vagas. - Escola Maria Lila- 01vaga
15		Nutrição Escolar	R$859,37	40	Ensino Fundamental	- Sede-04vagas. - EscolaRaimunda Leão-02vagas. - Escola São Benedito-02vagas. - Escola Maria Lila-01vaga. - Aldeia Bakalana-01vaga. - Escola Julá Paré/Aldeia Umutina-01vaga. - EscolaCurrupira-01vaga. - EscolaJoão Maria-01vaga - Escola Zumbi dos Palmares-01vaga - Escola Boa Esperança-01vaga

***-AlémdeEnsinoMédiodeveráapresentar atestadodetrabalhonaárea(Fanfarra),fornecidopor instituição legalmente constituída e com CNPJ, de no Mínimo 2 (dois) anos deatuação.**

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVAOBJETIVA:
TÉCNICO EM INFORMÁTICA/INSTRUTOR DE FANFARRA/TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL/TECNICO EM MULTIMEIODIDÁTICO/TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

- LínguaPortuguesa:

- Interpretação de texto;
- Concordância nominal e verbal;
- Conhecimento e uso das categorias gramaticais;
- Adjetivos.

- Matemática:

- Resolução de problemas;
- Juros simples e compostos;
- Sistema e medidas;
- Equações.

AGENTE DE VIGILÂNCIA/AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO/ NUTRIÇÃO ESCOLAR/AGENTEOPERACIONAL

- LínguaPortuguesa:

- Interpretação detexto;
- Substantivo (número, gênero egrau);
- Verbo;
- Sujeito e predicado;

-Matemática:

- Conjuntos;
- Regra de três simples;
- Sistema demedidas;
- Frações

- LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS GERAIS – TODOS OSCARGOS

- Lei Federal nº 9.394/96 e suas alterações(LDB);
- Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e alterações (ações, direcionadas aos cuidados pessoais, segurança, interação e proteção);
- Demografia do município de Barra doBugres;
- Localização do Brasil no Continente e no Mundo.

- CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – CARGO – TECNICO EM DESENVOLVIMENTOINFANTIL

- As fases do desenvolvimento infantil segundoPiaget;
- A organização do tempo e do espaço na educaçãoinfantil.

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

- CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – CARGO – NUTRIÇÃOESCOLAR

- Boas práticas de manipulação e fabricação de alimentos;
- AlimentaçãoEscolar.

- CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – CARGO – AGENTE OPERACIONAL

- Código Nacional de Transito – Lei nº 9.503/97;
- Lei Municipal nº 2.186/15 de 12/06/2015.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DISSERTATIVA

PROFESSOR PEDAGOGIA – ANOSINICIAIS

Questão 01 - *A concepção do que significa "aprender" difere entre behavioristas e construtivistas.*

Considerando a afirmação anterior, construa um texto crítico- argumentativo estabelecendo comparações entre essas visões, relacionando o papel do(a) professor(a) na promoção da aprendizagem, segundo os critérios: organização da turma; organização dos alunos para os trabalhos em sala de aula; subsunções/conhecimentos prévios; contextualização; motivação; interdisciplinaridade; como e quanto introduzir e explicar sobre o assunto; recursos didáticos ; avaliação: por que? quando? como? e processos cognitivosenvolvidos.

Questão 02 - Qual o papel dos materiais didáticos manipuláveis e tecnológicos para o ensino de matemática nas fases de desenvolvimento cognitivo pré- operatório e operatório concreto? A resposta deve vir acompanhada e articulada com discursosteóricos.

Questão 03 - A criança constrói significados da realidade através de jogos, brinquedos e brincadeiras. Quais as contribuições de Freud, Piaget e Vygotsky que reforçam a importância dessas ações como estratégias educativasescolares?

Questão 04 - Embora construtivistas, Piaget, Vygotsky e Feurestein diferem em alguns aspectos quanto à construção do conhecimento pelacriança.Construa um texto discutindo o que se entende por conhecimento (e a sua diferença em relação à informação), equilíbrio e desequilíbrio cognitivo, assimilação e acomodação; relação intersubjetiva eintrasubjetiva.

CIÊNCIASNATURAIS

1. Construa um MAPA CONCEITUAL explicando a interdependência entre fatores bióticos e outros aspectos com que a vida seinter-relaciona.

2. Com os PCN-CN do 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental abordam o conceito de evolução? Que discurso de evolução (conceito e pesquisador), segundo a ciência, estão presentes nessaabordagem?

Responda aos questionamentos na forma de um texto argumentativo, acompanhado com pequenos esquemas representando a(s) ideia(s) principal(ais).

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

3. Como se aprende os temas contemplados nas Ciências da Natureza? E como se ensina esses temas? Qual o sentido em estudar o que se estuda nessa área,presentes no PCN-CN noEnsino Fundamental?

Responda esses questionamentos num texto argumentativo com discursos teóricos sobre aprendizagem, numa visão progressista deensino.

4 - Elabore um Plano de Aula envolvendo a pesquisa investigativa como estratégia principal (não única) de ensino, além de considerar asdemais orientações previstas no PCN-CN para o 3º e 4º ciclos do EF. O assunto é livre, mas deve ser focado prioritariamente para a ciência danatureza.

MATEMÁTICA

1. Análise de erros matemáticos: o que podemos aprender e ensinar com as respostas dosalunos?
2. Informática e Educação Matemática: da calculadora ás redes sociais (celulares). Eagora?
3. Os temas transversais e o ensino da matemática: implicações para a práticadocente.
4. Modelagem matemática, cotidiano e a sala de aula: possibilidades e desafios.

GEOGRAFIA

1. Globalização: processo de internacionalização das relações econômicas capitalistas, apoiado em novas tecnologias de transporte e telecomunicações e na ampliação da capacidadeprodutiva.
2. Cidades de Mato Grosso: aspectos urbanos e ocupações urbanas do século XVIII ao séculoXXI.
3. Recursos hídricos: potencial e aproveitamento (hidroeletricidade, irrigação etransporte).
4. Geografia de Mato Grosso: o cerrado, o pantanal e a florestaamazônica.

HISTÓRIA

1. Civilizações pré-colombianas: Incas, Maias eAstecas
2. Povos indígenas do Brasil : aspectos culturais eterritório
3. A ditadura militar brasileira: aspectos políticos, econômicos eculturais.
4. A históriade Mato Grosso: período colonial, período imperial e republicano.

LÍNGUAPORTUGUESA

1. Linguagens e processos deinteração;
2. Concepções teórico-metodológicas no ensino de LínguaPortuguesa;
3. Competências /habilidadese o ensino de LínguaPortuguesa;
4. O texto literário no ensinofundamental;

EDUCAÇÃOFÍSICA

1. Histórico da Educação Física noBrasil.

2. Educação Física e questões de gênero: meninos xmeninas.
3. Blocos de conteúdo para o Ensino Fundamental: Esportes, jogos, lutas eginásticas.
4. Blocos de conteúdo para o Ensino Fundamental: Atividades Rítmicas e expressivas.

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOIII
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CERTAME

ESPECIFICAÇÃO	**DATAS**
Período de Inscrição	**14, 15 e 16/12/2015**
Publicação do Edital de Inscrições Deferidas eIndeferidas; Informações do Local e Horário das Provas	**17/12/2015**
Interposição de recursos	**18/12/2015**
Publicação do resultado de interposição de recursos – edital de Homologação dasinscrições	**18/12/2015**
Realização das Provas	**17/01/2016**
Divulgação do Gabarito/ProvaObjetiva	**17/01/2016**
Edital Preliminar com ao resultado da Prova Escrita,análise dos Títulos eclassificação	**19/01/2016**
Interposição de Recursos referente ao edital Preliminar de classificação	**20/01/2016**
Publicação do Julgamento dosrecursos	**21/01/2016**
Publicação do Edital contendo o resultado definitivo das Provas	**22/01/2016**
Publicação da Homologação do Processo Seletivo Simplificado	**25/01/2016**
Atribuição da Carga Horária/ Jornada deTrabalho	**29/01/2016 7:30 horas**

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSOR

Inscrição Nº_____

1. DADOSPESSOAIS

Nome do candidato(a):_____
DataNasc.:____/_____/_____
Endereço:_____ nº._____
Bairro: _____ Cidade _____
CEP: _____ Estado: _____
Telef. Res: _____Cel.: _____
E-mail: _____
RG:_____ Org._____ UF_____
CPF: _____

2. OPÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA TESTESELETIVO

( ) Pedagogia – Sede/AnosIniciais
( ) Pedagogia – Sede/EducaçãoInfantil
( ) Pedagogia – Sede/Educação Infantil - Creche
( ) Pedagogia – ZonaRural
( ) Professor Indígena Aldeia Umutina
( ) AnosFinais
Disciplina: _____

3. FORMAÇÃOESCOLAR/HABILITAÇÃO

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

4. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONALCOMPLEMENTAR:

Atividade	Pontosatribuídos	Pontosobtidos
a) Atualização pedagógica - Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 2,0 pontos. Serãoconsideradosapenasosr ealizadosnosúltimos 3anos.	0,5 (meio) ponto para cada 40horas.	
b) Publicações Científicas – apresentar o original. Limite máximo de 1,0 ponto. Serão considerados apenas os realizados nos últimos 3anos.	1,0 ponto para cada livro ou capítulocompleto. 0,5 ponto para cada artigo publicado em periódico impresso.	
c) Formação acadêmica – deve-se contar apenas um certificado, correspondente a maiorformação.	Doutorado 2,0pontos Mestrado 1,5pontos Especialização 1,0 ponto Licenciatura Plena na área de atuação 0,5pontos	

TOTAL DEPONTOS:_____

_____ _____/____/_____
Assinaturado(a)Professor(a) Data

_____
Assinatura do Responsável pelaConferência

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO V
FICHA DEINSCRIÇÃO
APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR E TECNICO ADMINISTRATIVOESCOLAR

InscriçãoNº _____

1. DADOSPESSOAIS

Nome doCandidato(a):_____
DataNasc.:__/_____/_____
End._____nº__ Bairro:_____
Cidade_____Estado_____CEP:_____
Telef:_____Res Cel. _____
e-mail:_____
RG:_____Org.Exp:_____UF:_____
CPF:_____

2. OPÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA TESTESELETIVO

( ) Técnico em Informática – ( ) Sede ( ) ZonaRural_
( ) Técnico de Desenvolvimento Infantil (Instrutor Infantil)
( ) Sede ( ) Zona Rural_____
( ) Técnico em Administração Escolar (Escriturário)
( ) Agente Operacional(Motorista).
( ) Nutrição – Escolar (Merendeira) - ( ) Sede ( ) Zona Rural_____
( ) Agente de Serviço Geral (Continua) - ( ) Sede ( ) Zona Rural_____
( ) Técnico em Multimeios Didáticos (Inspetor de Aluno) – ( ) Zona Rural_____
( ) Agentede Vigilância –( ) Zona Rural_____
( ) Instrutor deFanfarra.

3. FORMAÇÃOESCOLAR/HABILITAÇÃO

_____

_____

_____ Data ____/____/_____
Assinaturado(a)Candidato(a)

_____
Assinatura do Responsável pelaConferência

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOVI
PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO(PROFESSOR)

Nome:_____

Insc.Nº_____

RG_____CPF_____

Cargopretendido_____

Pontuação (prova detítulos): _____

Assinatura docandidato_____

Responsável pelaconferência_____

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOVII

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO (CARGOS DE APOIO ETÉCNICO)

Nome:_____

InscriçãoNº_____

RG_____CPF_____

Cargopretendido_____

Grau deEscolaridade: _____

Assinatura docandidato_____

Responsável pelaconferência_____

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOVIII

D E C L A R A Ç Ã O DE NÃO ACÚMULO DECARGO

Declaro para os devidos fins de direito que, eu _____,portador(a)doC.P.F. Nº_____._____._____-____, na presente data, **não exerço outro cargo, emprego ou função pública remunerada da Administração direta ou em Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou ainda em Fundação Pública**, que venha caracterizar acúmulo de cargos vedado pelo Artigo 37, Inciso XVI, da Constituição Federal; e em conformidade com o Parágrafo 4º do Artigo 26, da Lei Complementar Nº001/2005.

Por ser a expressão da verdade, firmo apresente.

_____,_____de_____de 2015.

_____

*** Assinatura***

Avenida Ayrton Senna S/N, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT
E-Mail: smec@barradobugres.mt.gov.br- Fone/Fax: (65) 3361-2132

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 263/2015

PORTARIA Nº 263/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E

Art.1º - Nomear a Sra. ELIANE APARECIDA SANTOS

SIQUEIRA, matrícula 405, para exercer o cargo de Encarregado de Serviços, junto à

Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 03 de agosto de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 282/2015

PORTARIA Nº 282/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o disposto no art. 6º, §4º, inciso IV, combinado com o Parágrafo Único do Artigo 16, da Lei Complementar nº 047/2012, Que Reestrutura a Lei Complementar nº 014/2007 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e de Salários dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Barra do Bugres-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. JONHY SYLLAS DOS SANTOS FERREIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR junto a ESCOLA MUNICIPAL HERCULANO BORGES vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.2º - Conceder 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de gratificação, nos termos do art. 6º, §4º, inciso IV, combinado com o Parágrafo Único do Artigo 16, da Lei Complementar nº 047/2012 de 12 de março de 2012.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIA Nº 289/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. NEFE PEREIRA NOGUEIRA FILHO, para exercer o cargo de COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, junto a Secretaria Municipal Governo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2015

PORTARIA Nº 295/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. ILTON GOMES DA CRUZ FILHO, para exercer o cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296/2015

PORTARIA Nº 296/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. GABRIEL OENNING, para exercer o cargo de COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR, junto a Secretaria Municipal de educação e Cultura.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 297/2015

PORTARIA Nº 297/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. WESLEY DA MOTA COSTA, para exercer o cargo de Coordenador do DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 309/2015

PORTARIA Nº 309/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E

Art.1º - Nomear a Sra. LUCIANE DA SILVA FERREIRA, para exercer o cargo de Encarregado de Serviços, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 07 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325/2015

PORTARIA Nº 325/2015

JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E

Art.1º - Nomear a Sra. JOCILEIDE CONCEIÇÃO DE PROENÇA, para exercer o cargo de Encarregado de Serviços, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 27 de outubro de 2015.

JOÃO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

(em exercício)

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 337/2015

PORTARIA Nº 337/2015

JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. JÚLIO FRANCISCO DOS SANTOS, para exercer o cargo de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 10 de novembro de 2015.

JOÃO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

(em exercício)

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344/2015

PORTARIA Nº 344/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E

Art.1º - Nomear a Sra. ECIANE MARIA DA CONCEIÇÃO, para exercer o cargo de Encarregado de Serviços, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 23 de novembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 345/2015

PORTARIA Nº 345/2015

JÚLIO CÉSAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. LUIZ CARLOS RIBEIRO PRADO, para exercer o cargo de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 23 de novembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratados: AUTO POSTO BUGRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.962.458/0001-18.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do Reequilíbrio econômico financeiro dos produtos objeto da Ata de Registro de Preços 010/2015, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira da referida Ata de Registro de Preços.

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	Valor Custo atual	Porcentagem para reequilíbrio	VALORES VENDA
1	L	ÓLEO DIESEL S500	R$ 3,13	2,56%	R$ 3,21

REINALDO LORENÇONI FILHO

Responsável Jurídico

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 029/2015 SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT., situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr.**Júlio César Florindo**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no DIÁRIO OFICIAL AMM, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa **WILTON CESAR PASSARELLO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.943.126/0001-01 com sede na à Av. Deputado Emanuel Pinheiro, 122, Bairro Centro – Barra do Bugres-MT, CEP: 78.300-000 doravante designada **CONTRATADA**, representada neste ato por Sócio - Proprietário o Sr. **WILTON CESAR PASSARELLO**, portador do RG: 1078254-0 SSP/MT e do CPF: 781.015.901-10, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E SONORIZAÇÃO VOLANTE PARA ATENDER AS CAMPANHAS E AÇOES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO**, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R$
01	SERVIÇO DE GRAVAÇAO DE SPOT	80	R$27,00	R$2. 160,00
02	SERVIÇO DE SOM MECANICO DE PEQUENO PORTE	80	R$330,00	R$26. 400,00
03	SERVIÇO DE SOM AUTOMOTI-VO	400	R$25,00	R$10. 000,00
	TOTAL			R$38. 560,00

Barra do Bugres - MT, 29 de setembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

Contratante

WILTON CESAR PASSARELLO - ME

WILTON CESAR PASSARELLO

Contratado

ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

OAB/MT 14.387

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 077/ 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado: DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA LTDA EPP, inscritaCNPJ n.º 86.952.587/0001-54

Objeto*:* Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

Prazo de Vigência: 14/09/2015 a 15/12/2015

Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT., situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr.**JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** publicada no DIÁRIO OFICIAL AMM, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa **W.L.P. BASSO & CIAL LTDA - ME**,inscrita no CNPJ nº 11.392.928/0001-85, com sede na Avenida Benedito da Costa Sales, nº 119, Bairro Centro - Barra do Bugres – MT, neste ato representado pelo seu sócio proprietário **Sr. WANDERLY LUIZ PEDROLLO BASSO,** portador do RG nº 1043419-4 SSP/MT e CPF nº 161. 879.8999-53, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE INSTALAÇÃO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE ALARMES SONOROS CONTRA INTRUSÃO COM DESLOCAMENTO PRESENCIAL DE EQUIPE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARI-

AS MUNICIPAIS" de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste edital

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela Secretaria de Administração o Termo de Referência do Processo Licitatório XX/2015, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 27/2015, com fundamento na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberam, as disposições contidas na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONTRATADA E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT. UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviços de segurança eletrônica nas unidades da secretaria municipal de educação/Administração e Assistência Social, com deslocamento presencial de equipe especializada ao local do acionamento do alarme, incluindo equipamentos, compostos de no mínimo: **detalhamento:** 01 (uma) central de alarme; 01 (um) teclado lcd; 01 (uma) bateria selada; 01 (uma) sirene eletrônica; 04 a 15 (quinze) sensores passíveis duplos digitais; 01 (um) sensor de fumaça; 01 central via internet, por telecentro; 01 (um) sensor perimetral, se necessário	156	R$350,00	R$ 54. 600,00
TOTAL GERAL	**R$54.600,00**			

Barra do Bugres/MT, 15 de setembro de 2015

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Contratante

W.L.P. BASSO & CIAL LTDA - ME

WANDERLY LUIZ PEDROLLO BASSO

Contratado

ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

OAB/MT. 14.387

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

FAVOR NAO PUBLICAR

Favor não publicar

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS – Nº 024/2015.

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Tomada de Preços **nº 024/2015**. Objeto: Contratação de empresa para Construção de Alambrado para frios e carnes na Feira Coberta de Barra do Garças. Data da Sessão Pública: 28/12/2015 as 14:00 horas, (Horário Local). Informações e Edital das 13:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 08/12/2015. Antônio da Silva Neto, Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS – Nº 024/2015.

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Tomada de Preços **nº 024/2015**. Objeto: Contratação de empresa para Construção de Alambrado para frios e carnes na Feira Coberta de Barra do Garças. Data da Sessão Pública: 28/12/2015 as 14:00 horas, (Horário Local). Informações e Edital das 13:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 08/12/2015. Antônio da Silva Neto, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PUBLICA,** cujo objeto é a contratação de empresa para ocupar e explorar o espaço da Praça de Eventos da SICMATUR, através de permissão de uso de bem público comum, a título precário, oneroso e intransferível para a exploração do "Reveillon 2015/2016", a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2015 conforme especificações e características contidas no edital e Termo de Referência e seus anexos.

Valor Estimado de oferta: **R$ 3.000,00 (três mil reais)**

Realização: 04 de dezembro de 2015

Resultado: *A Comissão de Licitação, considerando o declínio geral de empresas interessadas na execução dos serviços objeto desta licitação,* no uso de suas atribuições, declara a licitação como **DESERTA.**

Obs: Por problemas técnicos, somente nesta data foi possível publicar o resultado

Prefeitura de Cáceres, 08 de dezembro de 2015.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Secretário de Indústria Comércio Meio Ambiente e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015.

AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, por meio da Comissão Permanente de licitação, torna público que fará realizar, no dia **24/12/2015**, **às 08h30min-horário de Cuiabá**, na Sala de Licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço global por item, tendo por objeto a EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES. Edital completo no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS (www.campinapolis.mt.gov.br). Maiores informações pelo fone (66)-3437-1992.

Campinápolis, aos 07 de dezembro de 2015.

GILBERTO FRANCISCO RIBEIRO DE PAULA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 083/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Odontopan Equipamentos Médicos e Odontológicos Ltda

Objeto: fornecimento de equipamentos odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em suas unidades de Saúde, e Centro Odontológico.

V*alor:* R$ 110.000,00

Data: 03/12/2015

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 087/2015, Ata de Registro de Preços nº 147/2015

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 082/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Cirurgica Gonçalves Ltda-ME

Objeto: aquisição de material permanente, sendo este, equipamento hospitalar para atender as necessidades do município deCampo Novo do Parecis, conforme especificações e condições constantes no Edital do Pregão Presencial nº 014/2015.

V*alor:* R$ 33.688,00

Data: 03/12/2015

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 014/2015, Ata de Registro de Preços nº 009/2015

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 453, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto nas Portarias nºs 013/2015 e 267/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 010, lavrada em 7 de dezembro de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1. DESIGNAR, a partir desta data, para compor a Comissão de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 010/2015,** tendo como fato gerador a apuração de responsabilidade do servidor **UELINTON GONÇALVES MACHADO**, efetivo no cargo de Agente Operacional, Especialidade Motorista de Veículos Pesados, matrícula funcional 2993, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com fins de apuração de os danos causados em virtude de acidente de trânsito envolvendo veículo público, qual seja, veículo marca/espécie Fiat Ducato Greencar M03, placa OBR-6997 Campo Novo do Parecis-MT, cor branca, ano/mod 2014/2014, chassi 93W244F14E2135452, código de frota VD 224, código patrimonial 28003, conduzido pelo servidor supramencionado, conforme relatado no Memorando nº 899/Deptº SMS, datado de 5 de novembro de 2015, e documentos anexos, sendo estes Boletim de Ocorrência Policial – Acidente de Trânsito 818/2015, proveniente da Policia Militar do Estado de Mato Grosso-CRVII – Médio Norte – 19º BPM Tangará da Serra/ 4ª CIPM PM de Campo Novo do Parecis e Orçamento 1 – Liberado, contendo páginas de 1 a 3 – Secretaria Municipal de Saúde.

2. Os servidores designados são os seguintes:

a) Presidente: Sueide Fernandes da Silva**,** matrícula funcional nº 1494, CPF nº. 362.404.941-00;

b) Membro:Sandro Silvio Cattaneo**,** matrícula funcional nº. 1952, CPF nº. 018.335.529-62,

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 7 dias do mês de dezembro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 081/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Mega Imagem Centro de Diagnóstico Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada em exames diagnósticos por imagem**,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 014/2015 –C/SRP e Ata de Registro de Preços nº 038/2015.

V*alor:* R$ **67.984,00**

Data: 03/12/2015

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 014/2015 – C/SRP e Ata de Registro de Preços nº 038/2015

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 084/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **Liz Serviços Online Ltda**

Objeto: implantação dos Atos Oficiais de efeito externo (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos), compreendendo a legislação do Município supra descrito expedida entre o período de 1989 e a data de assinatura deste contrato, em sistema de divulgação e publicação on-line na rede mundial de computadores disponibilizado pela Contratada, disposto no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica oficial da Prefeitura, em menu específico denominado “LEIS MUNICIPAIS”, cuja URL (endereço) de conexão será fornecida pela Contratada ao setor técnico da Contratante.

V*alor:* R$ 14.394,00

Data: 03/12/2015

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação nº 008/2015

Secretaria: Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 454, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, **Considerando** o disposto no art. 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto no artigo 200 da Lei Municipal n° 1.130/2006,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto nas Portarias nºs 013/2015 e 267/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 011, lavrada em 7 de dezembro de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1. DETERMINAR, a partir desta data, a instauração do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 011/2015,** em desfavor da servidora **LUCIANA DEIVYS PIN BARP**, efetiva, cargo Especialista de Saúde, especialidade Fonoaudióloga, matrícula funcional 1533, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como fato gerador a apuração de fatos imputados à servidora em denúncia apresentada junto ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso/Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis - Autos de Notícia SIMP nº 001631-034/2015 e anexos, bem como Parecer nº 45/2015 – Assessoria Jurídica Municipal.

2. DESIGNAR uma Comissão composta pelos servidoresabaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a)Presidente: Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula funcional nº. 836, CPF nº. 832.824.833-68.

b) Membro: Lenir Regina da Silva Jacobi, matrícula funcional nº. 587, CPF nº. 869.711.231-15.

c) Membro: Sueide Fernandes da Silva**,** matrícula funcional nº 1494, CPF nº. 362.404.941-00.

3. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 7 dias do mês de dezembro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 719/2015

PORTARIA N.º 719/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA A SENHORA LUIZA FIALHO GUIMARAES DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 030/2015

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: FABIANA APARECIDA MENDES DA SILVA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

O Senhor Prefeito Municipal **Fábio Schroeter**, e o presidente da **Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, senhor João Paulo Rodrigues Zago**, nomeado pela **668/2015 de 05 de Novembro de 2015**, em cumprimento ao disposto no item 20.9 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, considerando que foram detectadas algumas inconformidades ao Edital de abertura deste Processo Seletivo, torna público o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso contra divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia 09/12/2015 até às 23h59 do dia 10/12/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura de Campo Verde-MT: www.campoverde.mt.gov.br, no mural oficial da Prefeitura e no site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso e no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/

Campo Verde, 08 de dezembro de 2015.

Fábio Schroeter

Prefeito

João Paulo Rodrigues Zago

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 010/2015

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: ESTEFANI CRISTINA COSTA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 019/2015

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: ELISIARA PATRICIA HANTT

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 042/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: EDVANIA ALVES RODRIGUES SAMPAIO

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 041/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: SILVANE DA SILVA SOUZA MONTEIRO

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 013 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 26 DE NOVEMBRO DE 201

Nomeia os nomes para compor a Comissão de Instância de Controle Social – ICS, e do Programa Bolsa Família - PBF.

O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO VERDE, no uso de suas atribuições legais, nos termos da **LEI Nº 1456/2009,** de 18 de Fevereiro de 2009, em reunião extraordinária Ata nº 035/2015 realizada no dia 26 de Novembro de 2015 ás 09h30min.

RESOLVE:

Art. 1° – Nomear os Nomes para compor a Comissão de Instância de Controle Social – ICS e do Programa Bolsa Família - PBF, conforme deliberação na Ata de Nº 036/2015, reunião extraordinária realizada no dia 26 de Novembro de 2015, ficando constituída com os seguintes membros.

I Secretaria Municipal de Saúde

a) Representante Governamental: JOALTINA SANTINA DUARTE, portadora do RG n.º 490186 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 362.294.581-87 Endereço: Rua. Maranhão nº 63 Bairro: São Lourenço, na Cidade de Campo Verde-MT

II Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

b) Representante Governamental: ADRIANA LOPES DUARTE PASSOS, portadora do RG n.º 1355237-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 915.120. 691-91, Endereço: Rua Boa Vista nº 94, Bairro Bela Vista na cidade de Campo Verde-MT.

III Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

c) Representante Sociedade Civil: MARCIANO OLIVEIRA MONTEIRO, portadora do RG n.º 9800601117-0 SSP/CE, inscrito no CPF sob n.º 993. 629.701-63, Endereço: Rua: Boa Vista nº 94, Bairro Bela Vista na cidade de Campo Verde-MT.

IV Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

d) Representante Sociedade Civil ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES portador do RG: n.º 23987480-8 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 834.615.071-72 Endereço: Av. Toledo, n.º 351 Bairro Jd. Campo Verde II, na Cidade de Campo Verde-MT.

V Associação Espírito Lar Maria de Lourdes

e) Representante Sociedade Civil: IVANI DE OLEGARIO GOMES portador do RG: n.º 1584336-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 014.233.514-09-72 Endereço: Rua. Jatobá Q. 05 Lote 03 Bairro Recanto do Bosque, na Cidade de Campo Verde-MT.

VI Secretaria Municipal de Educação

f) Representante Governamental: Aline Rocha Tomazi portador do RG: n. º 1541251-2 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 012.961.071-24 Endereço: Rua. Sabiá nº 913 Bairro: Cidade Alta, na Cidade de Campo Verde-MT.

VII Profissional Técnico de Assistência Social

g) **GILMAR COSTA DOS SANTOS** portador do RG: n.º 1618014-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 017.782.271-63- Endereço: Av. São Cristovão – Jardim America , S/N QD 09 LT 15 , na Cidade de Campo Verde-MT.

Art. 2º - Resolução entra em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde, 26 de Novembro de 2015.

_____

LARISSA DE LIMA NOVAIS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência S

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 156/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: JOSIRENE GONCALVES DE OLIVEIRA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 054/2015

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: JOCELEI DE JESUS FERREIRA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 712/2015

PORTARIA N.º 712/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

TRANSFERE SERVIDOR MUNICIPAL ALMIR JOSE OLIVEIRA DA SILVA DE LOTAÇÃO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 713/2015

PORTARIA N.º 713/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR GABRIEL FILHO PEREIRA ARAUJO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 714/2015

PORTARIA N.º 714/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA FERNANDA BORGES PASSARI PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE SERVIÇOS JURÍDICOS DO GABINETE DO PREFEITO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 715/2015

PORTARIA N.º 715/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA A SENHORA OLIVETE GARDIN DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 716/2015

PORTARIA N.º 716/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA OLIVETE GARDIN PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 717/2015

PORTARIA N.º 717/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA O SENHOR VILSON RHEINHEIMER DO CARGO DE COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO AGRÍCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 718/2015

PORTARIA N.º 718/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR VILSON RHEINHEIMER PARA EXERCER O CARGO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO AGRÍCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 065/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: ARETIANA DE ARRUDA FERREIRA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 074/2014

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**.

DISTRATADO**: ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS**

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

DIVULGA JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS.

A Senhora **Angela Maria Rosatti Schneider**, presidente da **Comissão Examinadora do Concurso Público,** nomeada pela **Portaria nº 043 de 16 de outubro de 2015**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, torna público o que segue:

1. DIVULGA O JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso **CONTRA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS,** a partir das 00h00 do dia 10/12/2015 até às 23h59 do dia 11/12/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Câmara Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.leg,br, no mural oficial da Câmara, no site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso e no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Campo Verde, 09 de dezembro de 2015.

Angela Maria Rosatti Schneider

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 096/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: LILIANE BARBOZA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 051/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: LOIRI ANGELINA FRACARO TRES

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 084/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: NAIR SOUZA DE AGUIAR

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 167/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: NATANAEL FIGUEREDO RODRIGUES

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 090/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: NATANY SAMAYRA ALVES DE ARAUJO

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 070/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: ROSANGELA GRACILINA DE OLIVEIRA

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 064/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: ROZIRLENE CLARA DOS SANTOS

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 020/2015

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: THAYNARA ALVES DA SILVA PINHEIRO

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 050/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DISTRATADO: WANDERLEIA DE SOUZA ROCHA ANDRADE

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 065/2015

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº 065/2015, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **exclusivo para MPEs - Micro e Pequenas Empresas, com concessão dos benefícios previstos no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 para as MPE's localizadas no município de Campos de Júlio – MT**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisições fracionadas de alimentos não-perecíveis, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **21/12/2015**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 08 de dezembro de 2015.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 073/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº638/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora LUCIA DA SILVA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 17/12/2015 a 15/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/04/2014 A 14/04/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº633/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAQUIM FEITOSA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor JOAQUIM FEITOSA DOS SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 31/01/2014 A 30/01/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 84/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2015

No dia 8 do mês de Dezembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA MIRAGUAI, 228, bairro CENTRO, CEP nº. 78640-000, nesta cidade de Canarana/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Evaldo Osvaldo Diehl, inscrito no CPF sob o nº. 132.773.839-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 51/2015, Processo Licitatório nº. 84/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis, aparelhos e equipamentos hospitalares para atender a demanda da Unidade Mista de Saúde do Municipio de Canarana MT Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12811	CIRURGICA GONCALVES LTDA. - ME	
12984	G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME	3, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 35, 39, 42, 45, 47, 48, 49
12985	L.P COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP	
12687	RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT	1, 9, 10, 16, 20, 23, 25, 31, 33, 37, 40, 41, 43, 46

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CIRURGICA GONCALVES LTDA. - ME	15.371.628/0001-70		. . -
G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME	19.844.928/0001-80	EMERSON AMANCIO DE MELO	869.947.279-04
L.P COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP	10.832.896/0001-29		. . -
RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODU	12.313.826/0001-90	ANTONIO REISNILDO TEIXEIRA SOUS	226.883.072-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis, aparelhos e equipamentos hospitalares para atender a demanda da Unidade Mista de Saúde do Municipio de Canarana MT
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12687 - RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELETRICO MOVEL - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO CAPACIDADE 04 A 16 LTS, COM SUPORTE COM RODIZIOS, PEDAL DE ACIONAMENTO, VALVULA DE SEGURANÇA, FRASCO DE VIDRO	Unid	INALAMED	1,000	1.970,0000	1.970,00

Fornecedor: 12687 - RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	BALDE A PEDAL/LIXEIRA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, CAPACIDADE MINIMO DE 15 LITROS	Unid	TRAMONTINA	16,000	247,0000	3.952,00
10	BALANÇA ANTROPOMETRICA - ESPECIFICAÇÃO: MODO DE OPERAÇAO DIGITAL, CAPACIDADE ADULTO	Unid	WELMY	1,000	1.200,0000	1.200,00
16	CARRO DE CURATIVOS - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, COM ACESSORIOS BALDE E BACIA	Unid	ATUAL MOVE	2,000	791,0000	1.582,00
20	CARRO DE EMERGENCIA - ESPECIFICAÇÃO: ESTRUTURA/GABINETE DE AÇO PINTADO/AÇO INOX, POSSUI SUPORTE PARA DESFRIBILADOR, CILINDRO DE OXIGENIO, SUPORTE PARA CILINDRO, SUPORTE DE SORO, TABUA DE MASSAGEM, GAVETAS MINIMO DE 02, E REGUA DE TOMADAS	Unid	ATUAL MOVE	1,000	3.950,0000	3.950,00
23	CARRO PARA TRANSPORTE DE CADAVERES - ESPECIFICAÇÃO: POSSUI TAMPA, LEITO DE AÇO INOXIDAVEL	Unid	ATUAL MOVE	1,000	3.000,0000	3.000,00
25	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO - ESPECIFICAÇÃO: ASSESSORIOS 02 ELETRODOS, BATERIA MINIMO DE 50 CHOQUES, COM TELA DE ECG	Unid	INSTRAMED	1,000	6.925,0000	6.925,00
31	OXIMETRO DE PULSO - ESPECIFICAÇÃO: TIPO PORTATIL (DE MAO), POSSUI CURVA PLESTIMOGRAFICA, SENSOR DE SpO2 02	Unid	MD	2,000	2.672,0000	5.344,00
33	LARINGOSCOPIO - ESPECIFICAÇÃO: COMPOSIÇÃO 05 LAMINAS AÇO INOX	Unid	MD	2,000	800,0000	1.600,00
37	MESA DE CABECEIRA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, POSSUI GAVETAS, SEM PORTAS E SEM RODIZIOS	Unid	ATUAL MOVE	1,000	350,0000	350,00
40	MESA DE MAYO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL	Unid	ATUAL MOVE	1,000	346,0000	346,00
41	NEGATOSCOPIO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, TIPO PAREDE/ 1 CORPO	Unid	BIOTRON	1,000	445,0000	445,00
43	OTOSCOPIO- ESPECIFICAÇÃO: COMPOSIÇÃO MINIMO DE 10 ESPECULOS REUSAVEIS, COM BATERIA RECARREGAVEL	Unid	MD	2,000	500,0000	1.000,00
46	PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA LONGA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO POLIPROPILENO, APLICAÇÃO ADULTO, CINTO MULTIPONTOS	Unid	VNO	1,000	300,0000	300,00

Fornecedor: 12984 - G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ARMARIO VITRINE - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, COM 02 PORTAS, POSSUI LATERAL DE VIDRO	Unid	levita	1,000	891,0000	891,00
5	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, APOIO DE BRAÇO ESTOFADO, TIPO PEDESTAL ALTURA REGULAVEL	Unid	renascer	3,000	198,0000	594,00
7	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO - ESPECIFICAÇÃO: TIPO PRESSÃO COLUNA CONJUGAD AÇO INOX	Unid	ibbl	2,000	990,0000	1.980,00
8	BANQUETA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, REGULAGEM DE ALTURA, RODIZIOS, ASSENTO GIRATORIO	Unid	levita	5,000	346,5000	1.732,50
11	BIOMBO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, POSSUI RODIZIOS, TAMANHO TRIPLO	Unid	levita	2,000	693,0000	1.386,00
12	CADEIRA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, SEM RODIZIOS, SEM BRAÇOS, SEM REGULAGEM DE ALTURA, ASSENTO/ENCOSTO DE ESTOFADO	Unid	realme	5,000	79,2000	396,00
13	CADEIRA DE RODAS - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO ALUMINIO, BRAÇOS REMOVIVEIS, PES REMOVIVEIS, POSSUI ELEVAÇÃO DE PERNAS, SUPORTE DE SORO, CAPACIDADE ATE 100 KG	Unid	medmix	2,000	1.485,0000	2.970,00
15	CADEIRA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, COM RODIZIOS, REGULAGEM DE ALTURA, ASSENTO/ENCOSTO ESTOFADO	Unid	realme	6,000	178,2000	1.069,20

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 84/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2015

Fornecedor: 12984 - G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	CADEIRA DE RODAS - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO ALUMINIO, BRAÇOS REMOVIVEIS, PES REMOVIVEIS, POSSUI ELEVAÇÃO DE PERNAS, SUPORTE DE SORO, CAPACIDADE DE 110 KG A 160 KG	Unid	medmix	1,000	1.485,0000	1.485,00
19	CARRO MACA SIMPLES - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, POSSUI GRADES LATERAIS, SUPORTE DE SORO E COLCHONETE	Unid	levita	2,000	1.485,0000	2.970,00
24	CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER ELETRICA - ESPECIFICAÇÃO: CAMA ELETRICA COM OS SEGUINTES MOVIMENTOS: AJUSTE DE ALTURA, INCLINAÇÃO DO DORSO, FLEXÃO DAS PERNAS, INCLUINDO AS SEGUINTES POSIÇÕES: FAWLER, SEMI-FAWLER, CARDIACA, VASCULAR, TRENDELEMBURG E TRENDELEMBURG REVERSO, ACIONADOS VIA CONTROLE REMOTO DE MAO COM FIO. CABECEIRA E PESEIRA REMOVEIS FABRICADAS EM POLIETILENO OU MATERIAL COMPATIVEL. SISTEMA DE GRADES COM RETRAÇÃO LINEAR ATRAVES DE ACIONAMENTO UNICO, FABRICADAS EM POLIETILENO OU MATERIAL COMPATIVEL, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO. LEITO EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTATICA A PÓ 1,5MM NO MINIMO. ESTRUTURA DO ESTRADO CONSTRUIDO EM LONGARINAS DE 3,2MM NO MINIMO. 04 RODIZIOS DE NO MINIMO Ø100MM, DUPLOS E NAO METALICOS, SENDO TODOS COM FREIO E ACIONADOS EM AMBOS OS LADOS DA CAMA, E COM SISTEMA DE TRAVA DIRECIONAL. 04 POSIÇÕES PARA SUPORTE DE SOROOU TRAPEZIO. COM FUNÇÃO CPR - RESSUCITAÇÃO CARDIOPULMONAR GRANCHOS PARA DRENOS/BOLSAS DO TIPO FOLEY/DISPOSITIVOS URINARIOS. NIVEL CONTRA PENETRAÇÃO DE AGUA IPX4. CAPACIDADE DE CARGA DE 200KG. ACOMPANHA COLCHAO COMPATIVEL, NO MINIMO DENSIDADE 28.	Unid	bond equipame	3,000	7.920,0000	23.760,00
26	ESTETOSCOPIO - ESPECIFICAÇÃO: TAMANHO ADULTO, AUSCULADOR DE AÇO INOXIDAVEL, TIPO DUPLO	Unid	pamed	1,000	158,4000	158,40
27	ESFIGMOMANOMETRO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO NYLON, ADULTO, TIPO DE FEIXE METAL	Unid	pamed	3,000	138,6000	415,80
28	ESCADA COM 02 DEGRAUS - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL	Unid	renascer	10,000	198,0000	1.980,00
29	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL - ESPECIFICAÇÃO: ILUMINAÇÃO LED E HASTE FLEXIVEL	Unid	levita	3,000	495,0000	1.485,00
32	LONGARINA - ESPECIFICAÇÃO: NUMERO DE ASSENTOS DE 05 LUGARES, ASSENTO/ENCOSTO ESTOFADO	Unid	realme	7,000	495,0000	3.465,00
35	MESA DE CABECEIRA - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, POSSUI GAVETAS, SEM PORTAS E SEM RODIZIOS	Unid	renascer	2,000	396,0000	792,00
39	MESA DE ESCRITORIO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR, COM BASE AÇO/FERRO PINTADO, DIVISÕES DE 03 A 04 GAVETAS, COMPOSIÇÃO SIMPLES	Unid	realme	2,000	346,5000	693,00
42	OFTALMOSCOPIO - ESPECIFICAÇÃO: BATERIA RECARREGAVEL, COMPOSIÇÃO MINIMO DE 03 ABERTURAS E 19 LENTES	Unid	omni	1,000	990,0000	990,00
45	PROCESSADORA DE FILMES RADIOGRAFICOS - ESPECIFICAÇÃO: APLICAÇÃO FILMES DE RAIO X E MAMOGRAFIA	Unid	tecmagem	1,000	24.750,0000	24.750,00
47	IMPRESSORA A LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX) ESPECIFICAÇÃO: PADRAO DE COR MONOCROMATICO, MEMORIA 64 MB, RESOLUÇÃO DE IMPRESSAO 600X600, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200X1200, RESOLUÇÃO DE COPIA 600X600, VELOCIDADE 18 PPM, CAPACIDADE 150 PAGINAS/BANDEJA, CICLO 8.000 PAGINAS/MES, FAX 33,6 KBPS, INTERFACE USB E REDE, FRENTE E VERSO AUTOMATICO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	Unid	hp	1,000	1.485,0000	1.485,00
48	SUPORTE DE SORO - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, TIPO PEDESTAL ALTURA REGULAVEL	Unid	levita	7,000	196,5000	1.375,50

Fornecedor: 12984 - G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME						
Item	**Especificação**	**Unid**	**Marca**	**Quantidade**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
49	SUPORTE DE HAMPER - ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, POSSUI RODIZIOS	Unid	levita	1,000	445,5000	445,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Canarana,8 de Dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CIRURGICA GONCALVES LTDA. - ME	CNPJ: 15.371.628/0001-70	
G. F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA - ME	CNPJ: 19.844.928/0001-80	
L.P COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP	CNPJ: 10.832.896/0001-29	
RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT	CNPJ: 12.313.826/0001-90	

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº637/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACI CARNIEL SEFSTRON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora IRACI CARNIEL SEFSTRON por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/12/2015 a 13/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/08/2013 A 02/08/2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº635/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JESUS DO PRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor JESUS DO PRADO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/12/2015 a 13/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 08/08/2013 A 07/08/2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº643/2015

De 07 de dezembro de 2015

Exonera Servidor a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ENIO HEINCHE HAAS do cargo de SECRETARIO DE ESPORTE E LAZER, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 07 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº634/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BERTULINA RODRIGUES DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora BERTULINA RODRIGUES DO NASCIMENTO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 14/12/2015 a 12/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 23/07/2014 a 22/07/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 641/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SALETE TEREZINHA THIESEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora SALETE TEREZINHA THIESEN por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 21/12/2015 a 19/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 04/09/2014 A 03/09/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 83/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2015

No dia 7 do mês de Dezembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA MIRAGUAI, 228, bairro CENTRO, CEP nº. 78640-000, nesta cidade de Canarana/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Evaldo Osvaldo Diehl, inscrito no CPF sob o nº. 132.773.839-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2015, Processo Licitatório nº. 83/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e reagentes para uso laboratorial para atender as necessicdades da Secretaria Municipal de Saúde Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6014	DENTAL CENTRO OESTE LTDA	7, 8, 9, 12, 13, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 38, 40, 51, 53, 55, 56, 62, 67, 70, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 94, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 125, 127, 134, 135, 136, 138, 140, 141
12687	RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT	4, 35, 41, 49, 64, 65, 68, 69, 71, 76, 85, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 106, 107, 108, 111, 112, 115, 116, 123, 129, 130, 137
12982	W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP	1, 2, 3, 5, 6, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 29, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 72, 74, 75, 88, 98, 99, 105, 109, 114, 121, 124, 126, 128, 132, 133, 139, 142, 143, 144, 145, 148

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DENTAL CENTRO OESTE LTDA	36.900.926/0001-80	GEAN CARLO DE MOURA SANTANA	002.426.811-90
RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODU	12.313.826/0001-90	ANTONIO REISNILDO TEIXEIRA SOUS	226.883.072-15
W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP	09.100.467/0001-88	RODRIGO TREMBULAK DO NASCIME	040.985.749-18

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e reagentes para uso laboratorial para atender as necessicdades da Secretaria Municipal de Saúde
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 83/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

Fornecedor: 6014 - DENTAL CENTRO OESTE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ALCOOL ACIDO 3%, fr 1000ml, com identificação de concentração	Frs	CROMOLINE	15,000	19,8000	297,00
8	ÀLCOOL ASOLUTO (100%), 1000 ML	Frs	DGL - 99,5%	10,000	9,7100	97,10
9	ALT (TGP) REAGENTE CINÉTICO, 60 ML	kit	GOLD ANALIS	60,000	55,0000	3.300,00
12	ANTI - HBS, ELISA em placa, 96 testes	kit	KATAL	6,000	653,4000	3.920,40
13	ANTICOAGULANTE FLUORETO DE SODIO (P/ GLICOSE), 60 ML	kit	GOLD ANALIS	10,000	18,4800	184,80
15	ASAT (TGO) REAGENTE CINÉTICO, 60 ML	kit	GOLD ANALIS	60,000	48,0000	2.880,00
22	BICO DE BUCEN com regulador de chama	Unid	RICILAB	3,000	43,5000	130,50
23	BILIRRUBINAS COM PADRÃO, Reagente Colorimétrico, metodologia SIMS-HORN, 104/208 testes	kit	GOLD ANALIS	8,000	39,9000	319,20
25	Cabo Para Bisturi N 03	Unid	PROFESSION	10,000	10,7000	107,00
26	CAIXA PARA COLETA DOMICILIAR DE SANGUE, tam. Médio	Unid	INCOTERM	2,000	627,5000	1.255,00
27	CAIXA PARA TRANSPORTE DE LÂMINAS, cap 50 lam	Unid	CRAL	10,000	9,1500	91,50
30	CALICE DE VIDRO p/ Sedimentação, 150-200 ML	Unid	PERFECTA	60,000	4,5000	270,00
31	CAMARA DE NEUBAUER IMPROVED	Unid	CRAL	10,000	74,6500	746,50
38	CORANTE PANÓTICO para hematologia, 3x500ml	kit	LABORCLIN	25,000	41,9000	1.047,50
40	CRIOTUBO, tampa de rosca, 5 ml, PC c/ 100	pct	CRAL - 12x75	2,000	67,4600	134,92
51	FATOR REUMATÓIDE Látex, só reagente, 2,5 Ml	kit	WAMA	25,000	27,0000	675,00
53	FITA REATIVA PARA URINA, 10 areas, C/Densidade, C/100	kit	WAMA	120,000	19,9000	2.388,00
55	FRASCO COLETOR P/ URINA 24 H, cap 3000 ml	Unid	CRAL	60,000	5,8300	349,80
56	FUCSINA DE ZIEHL, 1000ml, COM INDICAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	Frs	CROMOLINE	8,000	32,0000	256,00
62	HBSAG, imunocromatográfico, cx c/ 25	kit	WAMA	15,000	154,0000	2.310,00
67	Lâmina p/ microscoscopia c/ extremidades fosca, cx/ 50	Cx	CRAL	100,000	5,0600	506,00
70	Lamínula P/ Câmara De Neubauer, Cx /10, não onduladas (não da marca GLOBAL TRADE)	Cx	CRAL	10,000	14,9000	149,00
73	Lanceta picadora para punção digital, cx c/ 100	Cx	CRAL	10,000	14,7900	147,90
77	Micropipeta Automática, 5 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	2,000	72,7400	145,48
78	Micropipeta Automática, 10 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	4,000	72,7400	290,96
79	Micropipeta Automática, 20 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	4,000	72,7400	290,96
80	Micropipeta Automática, 25 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	4,000	76,5600	306,24
81	Micropipeta Automática, 50 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	3,000	72,7400	218,22
82	Micropipeta Automática, 100 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	2,000	72,7400	145,48
83	Micropipeta Automática, 200 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	2,000	72,7400	145,48
84	Micropipeta Automática, 500 microlitros, com dispensador	Unid	CRAL	1,000	72,7400	72,74
86	Mucoproteinas, reagente colorimétrico, 25-50 testes	kit	GOLD ANALIS	16,000	37,0000	592,00
87	PCR LATEX, Reagente e controles, 2,5 ml	kit	WAMA	10,000	54,0000	540,00
94	Pipeta para VHS Wintrob	Unid	CRAL	60,000	1,3300	79,80
100	PROVETA Graduada, 100 ml	Unid	J.PROLAB	5,000	7,0900	35,45
101	PROVETA Graduada, 500 ml	Unid	J.PROLAB	6,000	17,7600	106,56
102	PSA TOTAL, ELISA em Placa, 96 testes	kit	KATAL	40,000	353,0000	14.120,00
103	RUBÉOLA IGG, ELISA em placa, 96 testes	kit	KATAL	12,000	455,0000	5.460,00
104	RUBÉOLA IGM, ELISA em Placa, 96 Testes	kit	KATAL	12,000	466,0000	5.592,00
113	Suporte para VHS, cap 10 pipetas	Unid	CRAL	4,000	16,3300	65,32
117	Tampa para tubos de ensaio de 5 ml (plástico ou borracha) , pc c/ 100	pct	CRAL - 12mm	30,000	4,4800	134,40
118	Torniquete (Garrote) Elástico , com fecho	Unid	CRAL	30,000	13,7800	413,40
119	TOXO IGG, Elisa Em Placa, 96 Det	kit	KATAL	12,000	503,0000	6.036,00
120	TOXO IGM, Elisa Em Placa , 96 Det	kit	KATAL	12,000	492,0000	5.904,00
122	TROPONINA 1, Imunocromatográfica, cx c/ 25	kit	ABOM	45,000	180,0000	8.100,00
125	Tubo À Vácuo C/EDTA, 5ml, Tampa Roxa, Cx/ 100	Cx	CRAL	160,000	50,9000	8.144,00
127	Tubo à Vácuo, glicose, 5ml, tampa cinza, CX c/ 100	Cx	CRAL	100,000	46,9000	4.690,00
134	Tubo de Ensaio , Vidro, cap 10 ml (14x100), pc c/ 100	pct	CRAL 15x100	10,000	23,3000	233,00

Fornecedor: 6014 - DENTAL CENTRO OESTE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
135	Tubo de Ensaio , Vidro, cap 20 ml (16x200), PC c/ 50	pct	CRAL 18x150	5,000	23,8100	119,05
136	Tubo de Ensaio , Vidro, cap 5 ml (12x75 mm), PC c/ 100	pct	CRAL	20,000	11,9700	239,40
138	Tubo Eppendorf, 2-3 ml, PC c/ 100	pct	CRAL 2ml	25,000	5,3300	133,25
140	VDRL, floculação, 2,5 ml	kit	WAMA	20,000	38,0000	760,00
141	VIOLETA DE GENCIANA, para Gram, 1000 ml	Frs	CROMOLINE	8,000	30,8000	246,40

Fornecedor: 12687 - RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGULHA PARA MULTIPLAS COLETAS À VACUO, 25X7 mm, cx c/ 100	Cx	PROCARE	50,000	26,9000	1.345,00
35	COLETOR DE URINA INFANTIL, FEMENINO, com adesivo, PC C/ 10	pct	MEDIC PLAST	40,000	8,2000	328,00
41	DENDUE DUO (AG Ns1, IGG E IGM), Imunocromatografico, 25 Testes	kit	BIOPIX	15,000	925,6700	13.885,05
49	ESTANTE PARA TUBOS, cap. ~ 50 tubos 15 ml	Unid	PROCLIN	3,000	24,9000	74,70
64	HEMOGLOBINA, reagente colorimétrico C/ PADRÃO, 1000 ml	kit	DOLES	4,000	45,5700	182,28
65	HIV I+II Imunocromatográfico, 25 testes	kit	BIOEASY	15,000	89,9000	1.348,50
68	Lamínula 24x24, cx c/ 50	Cx	EXACTA	20,000	3,4000	68,00
69	Lamínula 24x32, cx c/ 50	Cx	EXACTA	20,000	3,9900	79,80
71	Lampada P/ Microscopio Nikon, Alogenio 6v/20w, Philips 7388 Ou Osham Hlx 64250,	Unid	XELUS	10,000	25,9000	259,00
76	MÁSCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL Nº 95, composta por camadas filtrantes sintéticas tratadas eletricamente, indicadas para proteção de profissionais de saúde contra o Bacilo da Tuberculose, cx c/ 10	Cx	KSN	20,000	46,5000	930,00
85	Micropipeta Automática, 8 canais, volume variável de 50 a 100 microlitros, com dispensador.	Unid	KACIL	1,000	246,0000	246,00
90	Pipeta de vidro, 1 ml, graduação1/100 ml	Unid		30,000	3,4900	104,70
91	Pipeta de Vidro, 2 ml, graduação 1/100 ml	Unid		100,000	3,3700	337,00
92	Pipeta de vidro, 5 ml, raduação 1/10 ml	Unid		100,000	3,3700	337,00
93	Pipeta de vidro,10 ml, graduação1/10 ml	Unid		100,000	3,4800	348,00
95	PONTEIRA UNIVERSAL, p/ pipetador de 10 a 200 microlitros (amarela), pc. c/ 1000	pct		250,000	12,3800	3.095,00
96	PONTEIRA UNIVERSAL, p/ pipetador de 500 microlitros (azul), pc c/ 100	pct		4,000	26,0000	104,00
97	POTASSIO REAGENTE COLORIMÉTRICO/ TURBIDIMÉTRICO	kit		12,000	340,0000	4.080,00
106	Soro Anti- A, 10ml	kit	FRESENIUS	16,000	18,9900	303,84
107	Soro Anti- B, 10 Ml	kit	FRESENIUS	16,000	18,9900	303,84
108	Soro Anti- D, 10 Ml	kit	FRESENIUS	16,000	42,9000	686,40
111	Soro de Coombs monoclonal, 10 ml	kit	FRESENIUS	10,000	29,9000	299,00
112	Soro De Coombs Policlonal, 10 ml	kit	FRESENIUS	10,000	31,9000	319,00
115	T3 Total, Elisa Em Placas, 96 testes	kit	BRG	10,000	379,0000	3.790,00
116	T4 Total, Elisa Em Placas, 96 testes	kit	BRG	12,000	386,0000	4.632,00
123	TSH, Elisa Em Placa, 96 TESTES	kit	CROT	20,000	370,0000	7.400,00
129	Tubo À Vácuo, Sem Anticoag, Com Acelerador de retração, 5ml, Tp Verm., Cx/100	Cx	LABOR IMPOI	40,000	61,5000	2.460,00
130	Tubo À Vácuo, Sem Anticoag, Sem Acelerador de retração, 10ml, Tp Verm., Cx/100	Cx	LABOR IMPOI	5,000	57,0300	285,15
137	Tubo de Ensaio, Acrilico, cac. 5 ml, (14x75), PC c/ 100	pct	GT	70,000	44,9000	3.143,00

Fornecedor: 12982 - W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTICOAGULANTE EDTA (UNIVERSAL), 60 ML	kit	GOLD ANALIS	15,000	9,2000	138,00
2	ÁCIDO ÚRICO REAGENTE ENZIMÁTICO, 500ML	kit	GOLD ANALIS	15,000	32,0000	480,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 83/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

Fornecedor: 12982 - W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ADAPTADOR DE AGULHA PARA COLETA À VÁCUO	Unid	L. IMPORT	30,000	0,5000	15,00
5	ALBUMINA BOVINA 22%, 10 ML	kit	PROTHEMO	12,000	21,5000	258,00
6	ALBUMINA COLORIMÉTRICA REAGENTE, 200ML	kit	GOLD ANALIS	8,000	26,0000	208,00
10	AMILASE REAGENTE CINÉTICO, 30 ML	kit	GOLD ANALIS	30,000	115,0000	3.450,00
16	ASLO LATEX, reagente e controles, 2,5 ml	kit	WAMA	10,000	83,0000	830,00
17	ASLO LATEX, só reagente 2,5ml	kit	WAMA	30,000	26,0000	780,00
18	AZUL DE CRESIL BRILHANTE, 100 ML	Frs	NEWPROV	6,000	31,0000	186,00
19	AZUL DE METILENO PARA ZIEHL, 1000 ML, COM INDENTIFICAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	Frs	NEWPROV	8,000	32,0000	256,00
20	BETA HCG imunocromatografico, 25 testes	kit	ALERE	40,000	31,0000	1.240,00
21	BICETA PLASTICA, 250 ML	Unid	J.P.	20,000	4,0000	80,00
29	CÁLCIO REAGENTE COLORIMÉTRICO CRESOLFTALEINA, 60ml	kit	GOLD ANALIS	20,000	50,0000	1.000,00
32	CK-MB REAGENTE CINÉTICO, 60ml	kit	GOLD ANALIS	24,000	280,0000	6.720,00
33	CK-NAC REAGENTE CINÉTICO, 60 ML	kit	GOLD ANALIS	36,000	120,0000	4.320,00
34	COLESTEROL REAGENTE ENZIMÁTICO, Liquido, 500ml	kit	GOLD ANALIS	20,000	55,0000	1.100,00
36	COLETOR UNIVERSAL, TAMPA DE ROSCA, 80 ML, PC c/ 100	pct	CRAL	50,000	34,0000	1.700,00
37	COLETOR UNIVERSAL, TAMPA DE ROSCA, ESTÉRIL, 80 ML, PC c/ 100	pct	CRAL	10,000	36,0000	360,00
39	CREATININA REAGENTE CINÉTICO/ colorimétrico, 300 ML	kit	GOLD ANALIS	20,000	46,0000	920,00
42	DENDUE IGG E IGM, Imunocromatográfico, 25 testes	kit	WAMA	15,000	265,0000	3.975,00
43	DHL (Dehidrogenase Latica), Reagernte Cinetico Uv, 40ml	kit	GOLD ANALIS	20,000	54,0000	1.080,00
44	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS, grande	Unid	E. VITORIA	10,000	3,0000	30,00
45	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS, media	Unid	E. VITORIA	20,000	3,0000	60,00
46	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS, pequena	Unid	E. VITORIA	30,000	3,0000	90,00
47	ESTANTE PARA TUBOS, cap. ~ 100 tubos 5 ml	Unid	MOPAPE	8,000	23,0000	184,00
48	ESTANTE PARA TUBOS, cap. ~ 12 tubos 5 ml	Unid	MOPAPE	8,000	12,0000	96,00
50	FATOR REUMATÓIDE Látex, reagente e controles, 2,5 ml	kit	WAMA	5,000	78,0000	390,00
52	FERRO SÉRICO, Reagente colorimétrico, 80 ml	kit	GOLD ANALIS	6,000	53,0000	318,00
54	FOSFATASE ALCALINA REAGENTE CINÉTICO, 60 ML	kit	GOLD ANALIS	10,000	43,0000	430,00
57	FUNIL DE VIDRO, cap 30 ml	Unid	LABORGLAS	20,000	20,0000	400,00
58	GAMA GT, REAGENTE CINÉTICO, 30ml	kit	GOLD ANALIS	12,000	88,0000	1.056,00
59	GIENSA, 500 ML	Frs	NEWPROV	4,000	32,0000	128,00
60	GLICOSE REAGENTE ENZIMÁTICO, 500 ML	kit	GOLD ANALIS	20,000	46,0000	920,00
63	HDL- COLESTEROL, Reagente precipitante com padrão, 50 ml, DA MESMA MARCA DO REAGENTE OLESTEROL	kit	GOLD ANALIS	15,000	13,0000	195,00
72	Lampada pra BIOPLUS, tungstênio Especial, 5v7w, Pré Ajustada de Longa Vida.	Unid	BIOPLUS	4,000	303,0000	1.212,00
74	Liquido De Turck 1000ml	Frs	NEW PROV	6,000	28,0000	168,00
75	Lugol Gram 1%, 500ml	Frs	NEW PROV	20,000	14,5000	290,00
88	PCR LÁTEX, só Reagente 2,5ml	kit	WAMA	90,000	32,0000	2.880,00
98	PROTEINAS TOTAIS, reagente colorimétrico, 250 ml	kit	GOLD ANALIS	5,000	35,0000	175,00
99	PROVETA Graduada, 50 ml	Unid	PERFECTA	5,000	6,0000	30,00
105	SOLUPLASTIN, Reagente para protrombina, 100 Det (10x2)	kit	WIENER	12,000	131,0000	1.572,00
109	Soro Controle bioquímica, 5 ml	kit	GOLD ANALIS	8,000	48,0000	384,00
114	Swab Plastico, Esteril, embalado individualmente, fino (coleta Uretral) , pc c/ 100	pct	CRAL	6,000	14,5000	87,00
121	TRIGLICÉRIDES Reagente enzimático, 200ml	kit	GOLD ANALIS	25,000	146,0000	3.650,00
124	TTPA, Tromboplastina Parcial Ativada	kit	WIENER	6,000	115,0000	690,00
126	Tubo à Vacuo, com Gel separador e Ativador de coagulo, tampa Amarela, 10 ml	Cx	BD	4,000	86,0000	344,00
128	Tubo À Vácuo, Sem Anticoag, Com Acelerador de retração, 10ml, Tp Verm., Cx/100	Cx	BD	40,000	69,0000	2.760,00

Fornecedor: 12982 - W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
132	Tubo Capilar para Microhematocrito, Com Eparina	kit	MICRON	4,000	15,0000	60,00
133	Tubo Capilar para Microhematocrito, Sem Eparina	kit	MICRON	1,000	6,5000	6,50
139	Uréia Reagente Enzimática, 500 testes,	kit	GOLD ANALIS	10,000	70,0000	700,00
142	Calibrador sanguineo utilizado para controle em equipamento analisador hematológico SISMEX 800i, para controle de qualidade. REAGENTE COMPATIVEL PARA ANALISADO HEMATOLOGICO SYSMEX800 CONTROLE HEMATOL 3 NIVEIS	Frs	ROCHE	12,000	400,0000	4.800,00
143	Diluente pronto a utilizar para análise de sangue por impedância e análise fotoeléctrica de sangue total em analisadores hematologico SISMEX 800i. REAGENTE COMPATIVEL PARA ANALISADOR HEMATOLOGICO SYSMEX XS800 CELLPACK 20 LITROS- A Empresa vencedora deverá realizar validação (com controle de qualidade) do reagente no equipamento e apresentar comprovação que possui assistência técnica autorizada pelo fabricante do equipamento, para casos de necessidade de orçamento para manutenção.	Frs	ROCHE	36,000	270,0000	9.720,00
144	CELLCLEAN Detergente alcalino utilizado para remover reagentes lisantes, resíduos celulares e proteínas sanguíneas do sistema hidráulico dos analisadores hematológicos automatizados Sysmex 800i, 500 ml. KIT DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Frs	ROCHE	6,000	181,0000	1.086,00
145	Diluente pronto a utilizar para analisar sangue por medição da resistência e medição fotométrica em analisador hematológico SISMEX 800i, 5 lt. REAGENTE COMPATIVEL PARA ANALISADOR HEMATOLOGICO SYSMEX800 STROMATOLYSER 4DL- A Empresa vencedora deverá realizar validação (com controle de qualidade) do reagente no equipamento e apresentar comprovação que possui assistência técnica autorizada pelo fabricante do equipamento, para casos de necessidade de orçamento para manutenção.	Frs	ROCHE	8,000	720,0000	5.760,00
148	Reagente isento de cianeto para determinação de hemoglobina para analisador Hematologico SISMEX XS 800i, por medição de resistência e fotoelétrica, 5 lt . REAGENTE COMPATIVEL PARA ANALISADOR HEMATOLOGICO SYSMEX800 SULFOLYSER - A Empresa vencedora deverá realizar validação (com controle de qualidade) do reagente no equipamento e apresentar comprovação que possui assistência técnica autorizada pelo fabricante do equipamento, para casos de necessidade de orçamento para manutenção.	kit	ROCHE	15,000	1.245,0000	18.675,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

Processo Nº.: 83/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Canarana,7 de Dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DENTAL CENTRO OESTE LTDA CNPJ: 36.900.926/0001-80 _____

RET FARMA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUT CNPJ: 12.313.826/0001-90 _____

W.N. DIAGNOSTICA LTDA - EPP CNPJ: 09.100.467/0001-88 _____

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso designada pela Portaria nº. 535/2015 torna público que os vencedores na sessão que se realizou na data de **08/12/2015** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foram: **RET FARMA DISTIRBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME. E G.F. CARDOSO LEITE & CIA LTDA-ME., conforme histórico de lances. Os itens 02, 04, 06, 14, 18, 21, 22, 30, 34, 36, 38 E 44 foram DESERTOS.**

Canarana -MT, 08 de Dezembro de 2015.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº640/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAQUIM VALDIVINO FÁBIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor JOAQUIM VALDIVINO FÁBIO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 21/12/2015 a 19/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/08/2014 A 02/08/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 639/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSILENE PINHEIRO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora JOSILENE PINHEIRO DA SILVA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 20/12/2015 a 18/01/2016. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 20/12/2015 a 29/12/2015.

- Gozo de férias por um período de 20 dias no período de 30 de dezembro de 2015 á 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 06/02/2014 a 05/02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº636/2015

De 04 de dezembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILÚCIA DOCKHORN SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora MARILÚCIA DOCKHORN SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/12/2015 a 13/01/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2014 A 02/042015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de dezembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO N.º 060/2015

DECRETO N.º 060, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o recesso funcional durante as festividades do Natal de 2015 e do Ano Novo, no âmbito da Administração Pública Municipal de Castanheira-MT, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e demais leis,

DECRETA:

Art. 1.º Os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Município de Castanheira-MT terão recesso funcional durante as festividades do Natal de 2015 e do Ano Novo, nos períodos compreendidos entre 20 de dezembro de 2015 a 04 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único. O disposto no *caput*, deste artigo, não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, aos quais caberá aos Secretários Municipais e Dirigentes de Órgãos autônomos e independentes, a fixação da escala de recesso, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 2.º Os servidores públicos municipais, ocupante de cargos de provimento em comissão, deverão ficar à disposição permanente do serviço público municipal, sempre que for necessário.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 07 de dezembro de 2015.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 176/2015

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 176/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT** e **ALEXANDRO NUNES DA SILVA-ME**, na forma e condições seguintes.

Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **ALEXANDRO NUNES DA SILVA-ME** Pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 10.145.135/0001-07, com sede no endereço na Av. São Sebastião, n° 813, São Sebastião, chapada dos Guimarães/MT, representada neste ato por seu Representante Legal senhor **ALEXANDRO NUNES DA SILVA**, Brasileiro, residente e domiciliado na Av. São Sebastião, n° 813, São Sebastião, chapada dos Guimarães/MT, portador do RG nº 1143516-0-SSP/MT e CPF: 691.135.051-49, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.3 A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 21/11/2015, ou. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 21/10/2015, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 21 de Outubro 2015.

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2014

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2014, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT e GONÇALO NEVES DE MIRANDA , na forma e condições seguintes.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por LISU KOBERSTAIN, Prefeito Municipal, e de outro, GONÇALO NEVES DE MIRANDA, empreendedor individual devidamente inscrita no CNPJ nº: 20.901.4123/0001-00, portador da Carteira de Identificação RG sob o nº

1015819-7SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 005.083.021-02, doravante denominado CONTRATADO, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1.Fica aditada a Cláusula Terceira e Quarta do Contrato Principal.

1.2. A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 02/12/2016, ou até a Contratação de Empresa habilitada por meio de processo licitatório a ser executado. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 02/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

1.3. O valor global do presente Aditivo fica reajustado em 08%, passando para R$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais) mensal.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 03 de Dezembro 2015.

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2014

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 122/2014, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **SILVESTRE SANTOS DA CRUZ**, na forma e condições seguintes.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **SILVESTRE SANTOS DA CRUZ**, empreendedor individual devidamente inscrita no CNPJ nº: 19.598.039/0001-14, portador da Carteira de Identificação RG sob o nº 753862-7SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 503.224.271-34, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1.Fica aditada a Cláusula Terceira e Quarta do Contrato Principal.

1.2. A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 13/11/2016, ou até a Contratação de Empresa habilitada por meio de processo licitatório a ser executado. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de13/11/2015, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

1.3. O valor global do presente Aditivo fica reajustado em 08%, passando para R$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais) mensal.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 02 de Dezembro 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 50/2015

CONTRATADA: HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução das obras e serviços, bem como o prazo de vigência, previstos, respectivamente, no Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, da Cláusula Oitava, do Contrato n° 050/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

2.1. Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços, bem como o prazo de vigência do Contrato n° 049/2015, em mais 90 (noventa) dias, encerrando-se, assim, em 30 de MARÇO de 2016.

Data: 07/12/2015

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N.º 007/2015,

LOCADOR: LEVI DE SOUZA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica rescindido unilateralmente o **CONTRATO N.º 007/2015**, celebrado em 04 de Fevereiro de 2015, para **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NA RUA ARTHUR BERNARDES, LOTE 24, QUADRA 102, Nº 1286, CENTRO, CLÁUDIA/MT, PARA ATENDER SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE A PACIENTE EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE,** de acordo com o que determina os artigos 78, inciso XII e 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

Todas as despesas do Contrato ora cancelado, serão pagas integralmente pelo **LOCATÁRIO**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir ao **LOCATÁRIO.**

DATA: 30/11/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 49/2015

CONTRATADA: HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução das obras e serviços, bem como o prazo de vigência, previstos, respectivamente, no Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, da Cláusula Oitava, do Contrato n° 049/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

2.1. Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviços, bem como o prazo de vigência do Contrato n° 049/2015, em mais 90 (noventa) dias, encerrando-se, assim, em 30 de MARÇO de 2016.

Data: 07/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.260 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.260 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar na Estrutura da Lei 725/2014 – Lei Orçamentária Anual – LOA, destinado a custear despesas do PREVI-COCALINHO e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Sr. **Luiz Henrique do Amaral**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Cocalinho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para atender as seguintes dotações Orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC.NAT. DESP.	CÓD. NAT. DESP	VALOR
ENCARGOS COM PENSIONISTAS E INATIVOS – PLANO FINANCEIRO	2067	APOSENTADORIAS	3.1.90.01.00.00.00	70.000,00
		PENSÃO	3.1.90.03.00.00.00	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**80.000,00**

Art. 2º - Os recursos orçamentários para atendimento das dotações descritas no artigo anterior correrão por conta da anulação total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC.NAT. DESP.	CÓD. NAT. DESP	VALOR
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS – LEGISLATIVO - PLANO FINANCEIRO	2075	APOSENTADORIA	3.1.90.01.00.00.00	20.000,00
		PENSÃO	3.1.90.03.00.00.00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS – PLANO FINANCEIRO	2072	RESERVA DE CONTINGENCIA	9.9.99.99.00.00	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**80.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL

Prefeito Municipal

ROGERIO MOREIRA

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - MT ESTADO DE MATO GROSSO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06 AO EDITAL PSS Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, através da Comissão Organizadora do Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto 81 de Outubro de 2015, torna público o edital complementar do Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2015.

Art. 1º - Ficam convocados todos os candidatos que realizaram a prova objetiva no dia 29 de Novembro de 2015, para avaliação de Títulos, a qual é facultativa. O candidato que desejar participar deve protocolar o **Requerimento Para a Prova de Títulos (Original e Assinado),** de acordo com o seu respectivo cargo, conforme os modelos de avaliação no **ANEXO V, sendo que o anexo deve ser protocolado junto com as cópias simples ou autenticado do(s) documento(s) comprobatório.**

As Datas e horários da avaliação de títulos estão descritas abaixo, não sendo permitido o candidato Protocolar os documentos antes ou depois dessas datas conforme a ordem dos cargos:

Dia 10/12/2015:

Das 7h às 11h.

Para todos os Cargos Professor: Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais, Professores dos Anos Finais (por área) e Professor de Computação (urbano e rural).

Local: Secretaria Municipal de Educação.

Das 13h às 17h. Para os Cargos: Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional - Manutenção da Infraestrutura/Secretaria e (Zeladora), Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar (Cozinheira) e Vigia (urbano e rural).

Local: Secretaria Municipal de Educação.

Dia 11/12/2015:

Das 07 h às 11h. Para o Cargo: Técnico em Desenvolvimento Infantil (urbano e rural)

Local: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Os candidatos que desejarem protocolar a avaliação de títulos e não puderem comparecer entre a data e hora prevista devido a distância ou por morar em outra cidade, deverão entrar em contato através do Telefone (66) 3541-1102, com a Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado, que irá orientar o candidato sobre como enviar/protocolar os títulos para avaliação.

Art. 3º – O edital completo contendo os modelos do ANEXO V, está disponível para consulta no mural e no site da Prefeitura Municipal de Colíder http://www.colider.mt.gov.br e no site da empresa organizadora http://www.consultoriaatos.com/concursos/.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 003/2015. Este Edital Complementar 06 do Seletivo Simplificado 003/2015, entra em vigor na data de 08 de Dezembro de 2015.

Colíder – MT, 08 de Dezembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSS nº 003/2015

ANEXO V FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS PROFESSORES

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização	2,0
b) Certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação	1,0
c) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio/Magistério	0,5
d) Certificado/declaração em estar cursando com 100% de assiduidade o PNAIC 2015	0,5
e) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
f) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
g) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
h) Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe (eletrônico) referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2015 - extensivo a Diretor, Coordenador Pedagógico	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0

b) Por participação em 100% de formação de TDI (curso ministrados de 13/07/15 a 17/07/15) certificado/declaração pela SMEEL em 2015	0,5
c) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
d) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
e) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0
b) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
c) Assiduidade de 100% cursando o Profuncionário em 2015	0,5
d)Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
e) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0
b) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Fundamental – Completo	0,5
c) 100% de Capacitação. (curso ministrados de 14 e 15/07/15 Nutrição Escolar e 16 e 17/07/15 Manutenção da Infraestrutura) certificado/declaração pela SMEEL em 2015	0,5
d) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
e) Assiduidade de 100% cursando o Profuncionário em 2015	0,5
f) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	
g) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 036/2015

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

(SRP) Nº 036/2015

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna publico aos interessados que irá realizar procedimento de **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO (SRP), VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DE SISTEMA DE ALARME VIA SENSORES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E DE URGÊNCIA INCLUINDO VIATURA EQUIPADA, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ALARME EM COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA, AÇÃO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO.** Suprindo assim as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Colniza, por um período de 12 (doze) meses.

Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo o ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação, conforme condições previstas neste Edital e Termo de Referencia **(Anexo I)**. Rege a presente licitação, a **Lei Federal 10.520/02,** o **Decreto Municipal nº. 160/2009**, subsidiariamente, a **Lei nº. 8.666/93** e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **21 de Dezembro de 2015, às 08h30min,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, quando os interessados deverão apresentar os **envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação** a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessados, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das **08h30min** do dia especificado no parágrafo anterior.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitação ou pelo **e-mail licitacao.colniza@hotmail.com,** ou solicitar na CPL, de segunda a sexta-feira de segunda a sexta-feira, no horário de 08h30-min as 12h30min horas. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones **(066) 3571- 2227.**

Colniza – MT, em 08 de Dezembro de 2015.

_____

Cristiane P. de Souza Santos Dorneles

Pregoeira Oficial

Dec. n° 347/GP/2014

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2014

02º Termo Aditivo ao Contrato de nº 122/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colniza/MT

Contratado: B G M CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAUDE AO LADO DO PSF DO BAIRRO BELA VISTA, localizado na Avenida São Domingos lote-40, Quadra – 02, no Bairro Bela Vista.

Vigência: 90 (noventa) dias, com inicio em 02/10/2015 e término em 30/12/2015

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO Nº. 273/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 273/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Súmula: *Concede Verba de Locomoção,e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT, e Considerando Artigo 3º da Lei Municipal nº. 613/2014.

DECRETA:

Art. 1º – **Fica concedida a verba de locomoção de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base para o servidor público municipal Senhor Adriano Lagasse, matrícula nº. 009062, contratado no Cargo de**

Operador de Pá Carregadeira, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 27 de novembro de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 27/11/2015 a 27/12/2015

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2014

01º Termo Aditivo ao Contrato de nº 122/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colniza/MT

Contratado: B G M CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a retomada da obra de EXECUÇÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAUDE AO LADO DO PSF DO BAIRRO BELA VISTA, localizado na Avenida São Domingos lote-40, Quadra – 02, no Bairro Bela Vista.

Vigência: pelo período de 90 (noventa) dias, com inicio em 04/07/2015 e término em 01/10/2015

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
EXTRATO DO 05º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 121/2014

05º Termo Aditivo ao Contrato de nº 121/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colniza/MT

Contratado: B G M CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto: Calçamento e Estacionamento da Unidade Básica de Saude (Ubs) e Construção de Uma Academia de Saude

VALOR: O valor global do presente aditivo de contrato aditado em 24,80%, será fixado em R$ 26.393,30 (vinte e seis mil trezentos e noventa e tres reais e trinta centavos)

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO Nº. 271/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 271/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Súmula: *Concede Verba de Locomoção,e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT, e Considerando Artigo 3º da Lei Municipal nº. 613/2014.

DECRETA:

Art. 1º – **Fica concedida a verba de locomoção de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base para o servidor público municipal Senhor Izaquel Rosa de Oliveira, matrícula nº. 009106, contratado no Cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 27 de novembro de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 27/11/2015 a 27/12/2015

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO Nº. 272/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 272/GP/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Súmula: *Concede Verba de Locomoção,e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT, e Considerando Artigo 3º da Lei Municipal nº. 613/2014.

DECRETA:

Art. 1º – **Fica concedida a verba de locomoção de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base para o servidor público municipal Senhor Izidro Almeida da Rosa, matrícula nº. 009105, contratado no Cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 27 de novembro de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 27/11/2015 a 27/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 21 de Dezembro de 2015, às 15:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2015 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONFRESA PELO PRAZO 12 MESES.

Confresa-MT, 08 de Dezembro de 2015.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015,** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** conforme Projeto Básico de Engenharia, que se encontra anexado ao presente edital, teve como vencedora a empresa **COEL - COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI – EPP,** CNPJ sob nº 03.571.257/0001-91, tendo apresentado proposta compatível com o exigido pelo Edital com menor preço global de R$ 2.510.000,00 (dois milhões quinhentos e dez mil reais).

Conquista D'Oeste, 08 de dezembro de 2015.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior - *Presidente CPL*

Fernando Roberto de Moraes - Secretário da CPL

Maria Conceição de Freitas - Membro da CPL

Portaria nº 100/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO*Nº.* **065/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG107.814/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: aquisição de material permanente (veículos tipo: 1 Camionete Pick-Ups, 2 Vans Furgão e 12 Motocicletas) para atender a Secretaria Municipal de Saúde (Diretoria de Atenção Primaria e de Vigilância em Saúde/ Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica/Centro de Controle de Zoonoses – CCZ, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 23/12/2015 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Pregoeira Oficial

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 08 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, com sede na Rua São Bernardo Nº 523 – Centro – CEP 78.237-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09:00 horas do dia 22 de Dezembro de 2015**, a licitação na modalidade **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015**, cujo objeto é Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento a Lei Nº 11.947 de 16 de Junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 038 de 16 de Julho de 2009. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá no dia 22 de Dezembro às 09 horas no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo Nº 523 – Centro – Curvelândia - MT, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente, das 07:00 às 13:00. Maiores informações pelo telefone: (0xx65) 3273-1275.

Curvelândia – MT, 08 de Dezembro de 2015.

CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES - PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O **Município de Denise**, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 002/2015 de 05 de Janeiro de 2015, torna público que em **PREGÃO PRESENCIAL DE N.º 020/20154**,objetivando o "**Registro de Preços**". **Objeto: POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, para atender as Secretarias Municipais e a Manutenção da Iluminação Pública do Município**, realizado no dia 04/12/2015 às 08:00 horas, sagraram-se vencedoras as Empresas:

1 – EDNEIA GUILHERME TELLES ATHAYDE – ME - CNPJ: 07.726.544/0001-84 - com o valor total de R$ 178.189,67 (Cento e Setenta e Oito Mil. Cento e Oitenta e Nove Reais e Sessenta e Sete Centavos);

2 - E. P. COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - CNPJ: 00.499.809/0001-00 - com o valor total de R$ 526.258,19 (Quinhentos e Vinte e Seis Mil, Duzentos e Cinqüenta e Oito Reais e Dezenove Centavos

Denise/MT, 07 de Dezembro de 2015.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

Pregoeiro Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
VII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 449/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

VII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 449/2011 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MINI CENTRO OLÍMPICO**. Detentor: **PRATA & CIA LTDA EPP.** ASS: 26/11/2015 – referente à prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato por mais 240 (duzentos e quarenta) dias. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 26 de Novembro de 2015.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 310/2015

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 310/2015 - CONTRATADA: JANETE LOPES FLOR – OBJETO: O presente contrato tem como a contratação da servidora com o cargo de **ACS- Agente Comunitária de Saúde**, lotada no **E.S.F. Deciolândia,** contratando pois não teve aprovação para a unidade de E.S.F Deciolândia no concurso, e será feito um contrato com a servidora Janete Lopes Flor para suprir essa necessidade na unidade da função descrita acima. A vigência deste contrato tem início em 20/04/2015 e término em 31/12/2015. A **CONTRATADA,** receberá o vencimento de R$ 1.000,36 (Hum mil e Trinta e Seis centavos) mais 20% adicional de insalubridade. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com as Unidades do PSF – 2032. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0014. IV – Fonte do Recurso: Próprio.

Diamantino, 20 de abril de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 318/2015

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 318/2015 - CONTRATADA: MONICA ZIMMER RAMBO – OBJETO: O presente contrato tem como a contratação da servidora com o cargo de **Dentista**, lotada no **E.S.F. Deciolândia,** que está sendo aguardado a convocação do processo seletivo 001/2015, e está sendo suprido a vaga na Unidade de E.S.F Deciolândia. A vigência deste contrato tem início em 30/04/2015 e término em 31/12/2015. A **CONTRATADA,** receberá o vencimento de R$ 3.584,83 (Três Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta e Três Centavos) mais 20% adicional de insalubridade. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde. II – Programa de Trabalho: Gestão das atividades da Secretaria – 2019. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0047. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 30 de abril de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N.º 002\2015

Decreto Legislativo n.º 002\2015 Dom Aquino/MT, em 08 de dezembro de 2015.

APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, REFERENTE AO ANO DE 2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam APROVADAS as contas do município de Dom Aquino, referente ao exercício financeiro de 2013.

Artigo 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2015.

Barbara Maria do Nascimento Coutinho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N.º 003\2015

Decreto Legislativo n.º 003\2015 Dom Aquino/MT, em 08 de dezembro de 2015.

APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, REFERENTE AO ANO DE 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam APROVADAS as contas do município de Dom Aquino, referente ao exercício financeiro de 2014.

Artigo 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2015.

Barbara Maria do Nascimento Coutinho

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º298/2015.

DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º

Revogar a Portaria nº 164/2014, que Concedeu FG – 06 (Função Gratificada) a Sra. MARTA DAMA, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Feliz Natal.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário em especial a Portaria 164/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS de DEZEMBRO DE 2015.

José Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº297/2015

DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **FRANCISCO DE ASSIS SOUZA PEREIRA,** ocupante do cargo efetivo de Agente de Tributos Nível I, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças pelo período de 01 de Dezembro a 30 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -

Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº296/2015

DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Férias em gozo a Sra. **MIRIAN PATRICIA DOS SANTOS DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Nível II,lotada junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças pelo período de 01 à 20 de Dezembro de 2015.

§ 1º-

À requerimento da Servidora, ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3)em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

§ 2º - As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA Nº 300/2015

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUMULA: NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCASLIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial de Organização do Concurso Público Nº 001/2015 DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL–MT, conforme adiante segue:

Presidente: ENISANDRA APARECIDA GARCIA, Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo efetivo de Professora classe C, Licenciatura Plena com Especialização, portadora do CPF nº 569.827.631-53;

Secretário: FERNANDO RAFAEL DOS SANTOS FARINA, Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo efetivo de Agente Administrativo II, portador do CPF nº 022.065.411-57;

Membro: AURITANIA DA CRUZ NOBRE, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, portadora do CPF nº 024.910. 341-90.

Art. 2º. A Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público Nº 001/2015 é soberana e com total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos eventualmente não previstos no Edital do supracitado Concurso Público.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela referida Comissão serão considerados de relevância ao Município de Feliz Natal, sem ônus ao erário público.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL CONVOCAÇÃO 027/2015

Processo Seletivo 001/2014

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital do Processo Seletivo n.º 001/2014 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, a partir de 08 de Dezembro de 2015 até a data máxima de 17 de Dezembro 2015, munidos dos documentos necessários, constantes no item XVIII-7- do A ao R do Edital Completo n. º001/2014, para eventual contratação.

Nome	Inscrição	Pontuação	Classificação
CARGO: MONITOR CASA LAR			
ALINE ANACLETO BORGES	225	70	5ª CLASSIFICADA

Feliz Natal-MT, 08 de Dezembro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº299/2015

DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **LIVANETE FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Nível I, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças pelo período de 04 de Dezembro de 2015 a 02 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -

Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 579/2015 DE 03/12/2015.

PORTARIA Nº 579/2015 de 03/12/2015.

"DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 552/2015 DE 16/11/2015, QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - RETIFICAR a Portaria nº. 552/2015, que nomeia a senhora **ANDRESSA SANTANA DA SILVA**, portadora do RG Nº 2232858-0 SSP/MT e do CPF N° 040.740.481-32**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **COORDENADORA DE AQUICULTURA**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/12/2015.

NP 846/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 590/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**RITA DE CASSIA FERREIRA SANTOS**
CARGO:	**TÉCNICA EM ENFERMAGEM**
Período de:	**07/12/2015 A 21/12/2015 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**04/04/2014 A 04/04/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 859/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 589/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 589/2015 de 07/12/2015.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica exonerada da função efetiva **DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO** constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **ROSIVANIA FERREIRA DE ALMEIDA,** matricula funcional nº 2489, brasileira, portadora do RG Nº 1134611-6 SSP/MT e do CPF Nº 932.736.731-68, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal, através da Portaria de nomeação Nº 374/2008 de 07 de julho de 2008.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2015,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 858/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 588/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 588/2015 de 07/12/2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, o senhor **EDMILSON MEURER DO PRADO**, portador do RG Nº 2453907-4 SSP/MT e do CPF N° 049.131.841-30**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 857/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 587/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 587/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**NEILSON ALVES DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**03/12/2015 A 01/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**10/05/2014 A 10/05/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 856/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 586/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**NELSON LUIZ JANTSCH**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**03/12/2015 A 01/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/04/2013 A 02/04/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 855/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 585/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**ALFREDO DINAR BICA PARAÍBA**
CARGO:	**FISCAL TRIBUTÁRIO**
Período de:	**04/12/2015 A 18/12/2015 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**03/05/2014 A 03/05/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 854/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 584/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 584/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDORA:	**ALBERTO SODOSKI**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**07/12/2015 A 05/03/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/02/2009 A 02/02/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 853/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 583/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 583/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**VILMA RODRIGUES DOS SANTOS**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Período de:	**04/12/2015 A 03/03/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**28/01/2008 A 25/01/2013**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 852/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 582/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 582/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**THIAGO MACHADO PEREIRA**
CARGO:	**DENTISTA**
Período de:	**07/12/2015 A 05/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/08/2014 A 01/08/2015**

SERVIDORA:	**ALEXANDRA SALVI PEREIRA**
CARGO:	**DENTISTA PARA ENDODONTIA 20 hs**
Período de:	**07/12/2015 A 05/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/08/2014 A 01/08/2015**

SERVIDORA:	**SELMA RIBEIRO SOUZA SILVA**
CARGO:	**COZINHEIRA**
Período de:	**07/12/2015 A 05/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/04/2014 A 01/04/2015**

SERVIDORA:	**ROSIMAR GONÇALVES GUIMARÃES**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Período de:	**07/12/2015 A 21/12/2015 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**20/10/2014 A 20/10/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 851/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 581/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 581/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**ALESSANDRA DA SILVA OLIVEIRA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**03/12/2015 A 01/01/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**16/05/2014 A 16/05/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 850/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 580/2015 DE 07/12/2015.

PORTARIA Nº 580/2015 de 07/12/2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**JOSIANI DA SILVA VIANA**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Período de:	**04/12/2015 A 03/03/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**14/01/2006 A 14/01/2011**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/12/2015.

NP 849/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 383/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Publica direito á licença prêmio por assiduidade a servidora HELIZETE VILHALBA CENTURION SCHVINN e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº. 026 de 25 de novembro de 2014 (PCCS dos Profissionais da Educação Publica Básica do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Publica o direito a **Licença Prêmio por Assiduidade** da servidora **HELIZETE VILHALBA CENTURION SCHVINN,** matrícula n° 742, ocupante do cargo efetivo de Professor de Pedagogia de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, **referente ao período qüinqüênio 02/09/2010 à 01/03/2015**.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, 08 de dezembro de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 382/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Publica direito á licença prêmio por assiduidade ao servidor SILMAR ALIENDRES DOS SANTOS e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Municipal nº. 008 de 05 de janeiro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Publica o direito a **Licença Prêmio por Assiduidade** do servidor **Silmar Aliendres dos Santos,** matrícula n° 732, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão Categoria – D, lotado na Secretaria Municipal de Obras, **referente ao período qüinqüênio 17/05/2010 à 16/05/2015**.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, 08 de dezembro de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIAS NOVEMBRO

PORTARIA N° 161/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Adelma Salete Lunardi, portadora do CPF 407. 899.501-20, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 162/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Angela Narcisa de Sá, portadora do CPF 019.772.241-56, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 163/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Cleusete Aparecida Ulsenheimer, portadora do CPF 756.971.499-72, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 164/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Daisy Alves Juy Selinger, portadora do CPF 027.215.989-10, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 165/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Edna Selinger Martin, portadora do CPF 871.134.819-49, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 166/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Janete Ribeiro, portadora do CPF 022.815.679-31, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 167/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Jocilene Oliveira da Silva, portadora do CPF 789. 473.751-87, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 168/2015

SÚMULA: “Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. Leocir Dalazen, portador do CPF 023.429. 701-88, Servidor do Município de Itanhangá lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 169/2015

SÚMULA: “Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. Jacir de Lara, portador do CPF 784.555.101-53, Servidor do Município de Itanhangá lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 170/2015

SÚMULA: “Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Janete Macedo Zaffalon, portadora do CPF 035. 811.939-14, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 171/2015

SÚMULA: “Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Marcia Cristina dos Santos, portadora do CPF 782.399.071-72, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 172/2015

SÚMULA: “Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Maria Isabel Dobre, portadora do CPF 326.373. 491-15, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Munici-

pal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 173/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Marcia Regina Gerente Becker, portadora do CPF 537.419.271-04, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 174/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Nara Elizete Eickhoff, portadora do CPF 759.360.629-53, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 175/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Silvia Aparecida Gomes, portadora do CPF 866.470.161-04, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 176/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Suzana Bess, portadora do CPF 843.742.171-34, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 177/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. Leonardo Saraiva Ribeiro, portador do CPF 036.483.699-70, Servidor do Município de Itanhangá lotado na Secretaria Mu-

nicipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 178/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. Rafael Vargas Nauer, portador do CPF 034.143.899-59, Servidor do Município de Itanhangá lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 179/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Tania Maria Pereira da Silva, portadora do CPF 890.224.089-49, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 180/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Noemi Salete Stein Fortes, portadora do CPF 347.465.100-59, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 181/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Silvana Maria Dalmolin, portadora do CPF 019.526.759-10, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 182/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Marli Oldoni Zini, portadora do CPF 476.204.479-20, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Munici-

pal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 183/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. Vanderlei Baraldi, portador do CPF 340.331.731-53, Servidor do Município de Itanhangá lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 184/2015

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 63 e 64 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. Elizangela Cistina Bernardes Contreras, portadora do CPF 919.339.009-20, Servidora do Município de Itanhangá lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento aos artigos 63 e 64 da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 185/2015

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder ao Servidor Leonardo Rafael Altimari, portador do CPF 885.331.409-59, suas férias a que fez jus no período de 19/03/2013 a 18/03/2014, gozando-as no período de 01/11/2015 a 30/11/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 186/2015

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a Servidora Jocelia Cristina Albarelo, portadora do CPF 922.214.081-87, suas férias a que fez jus no período de 17/01/2014 a 16/01/2015, gozando-as no período de 03/11/2015 a 02/12/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 03 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 187/2015

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder ao Servidor Marcos Kanieski, portador do CPF 828.892.791-20, suas férias a que fez jus no período de 26/08/2013 a 25/08/2014, gozando-as no período de 03/11/2015 a 02/12/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 03 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 188/2015

SÚMULA: Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOÃO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a *licença para tratamento de saúde*, concedida ao Sr° Vilmar José Luft Scheeren, portador do CPF 404.430.430-00,Servidor do Município de Itanhangá, até a data de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado continua a correr à conta do RGPS.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 189/2015

SÚMULA: Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOÃO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a *licença para tratamento de saúde*, concedida a Sr° Marli de Fatima da Rocha, portadora do CPF nº 010.175.491-41 e RG nº 9279919-0 SSP/MT, Servidora do Município de Itanhangá, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, até a data de 15 de janeiro de 2016.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado continua a correr à conta do RGPS.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 12 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 190/2015

SÚMULA: "Prorroga período de Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pela Lei 186/2009:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder prorrogação de Licença Maternidade a Srª Simone Barcelo Lima, portadora do CPF nº 024.791.451-74 e RG nº 1987722-6 SSP/MT, servidora do município no cargo de Encarregado de Divisão, até a data de 11 de Janeiro de 2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 12 de novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 191/2015

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a Servidora Lilian Cristina Ramires, portadora do CPF 006.551.999-00, suas férias a que fez jus no período de 05/06/2014 a 04/06/2015, gozando-as no período de 16/11/2015 a 15/12/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 16 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 192/2015

SÚMULA: "Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOÃO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a *licença para tratamento de saúde*, concedida a Srª. Leonice Correa Godinho, portadora do CPF nº. 528.519.071-15, servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, até a data de 19 de Abril de 2015.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado correrá nos primeiros 15 dias á conta do município, sendo de responsabilidade do RGPS a partir do 16° dia.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 16 de Novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETOS NOVEMBRO E DEZEMBRO

DECRETO N° 071/2015

SÚMULA: Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art 1° Fica concedida Gratificação salarial de 80% a Srª.**Camila Santos Balieiro**, portadora do CPF 047387851-84 e RG n° 2167136-2 SSP/MT, servidora no cargo de Assessora de Gabinete, no Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, em decorrência do acumulo de função inerente a responsabilidade pelo setor de Licitação e Contratos.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de outubro 2015.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 18 de novembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

DECRETO N° 072/2015

SÚMULA: Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art 1° Fica concedida Gratificação salarial de 100% ao Sr°. **Paulo Cesar Dapper**, portador do CPF – nº 615.481.201-97, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no Município de Itanhangá, em decorrência do acumulo da função de motorista de caminhão médio e pesado.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Dezembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

DECRETO N° 075/2015

SÚMULA: "Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União"

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art 1° Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA; Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

3. Simone Mendes Pereira - Secretaria Municipal de Saúde;

4. Rodrigo Paliosa - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

5. Deise Cristiana Davies da Silva – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6. Celia Maria Modesto Vieira - Secretaria Municipal de Assistência Social.

7. Daniel Rodrigues Magalhães – Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1- Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; **2-** Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1. Rodrigo Paliosa – Técnico

2. Arelita Veber Zampiere – Agente de Saúde

3. Suely Rodrigues de Queiroz – Assistente Social

4. Andreia Flores – Departamento de Agua

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Dezembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

DECRETO N° 076/2015

SÚMULA: "Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, con-

forme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União"

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art 1° Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA;
Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

3. Marco Antonio Norberto Felipe- Secretaria Municipal de Saúde;

4. Nelso Rienheimer - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

5. Deise Cristiana Davies da Silva – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6. Celia Maria Modesto Vieira - Secretaria Municipal de Assistência Social.

7. Daniel Rodrigues Magalhães – Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1- Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; **2-** Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1. Rodrigo Paliosa – Técnico

2. Arelita Veber Zampiere – Agente de Saúde

3. Suely Rodrigues de Queiroz – Assistente Social

4. Andreia Flores – Departamento de Agua

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 075/2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Dezembro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA 136/2015.

Dispõe sobre exoneração de servidor público do Poder Legislativo de Itiquira e, dá outras providências.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Servidora Sra., **ROBERTA CAMILO DE ASSIS,** brasileira, convivente, filha de: Maria de Fátima Camilo de Assis, pai não declarado, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascida em: 12/04/1991, portadora do CPF 036.068.811-00, RG 2079271-9 SSP/MT, Expedição em: 06/06/2006, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Eunápio Mascarenhas, 300, Bairro Goiás., matrícula funcional 179, do cargo de Assessor Parlamentar/Legislativo, a partir de 08 de dezembro de 2015.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria legislativa nº 107 e 114/2015.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 08 de dezembro de 2015.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 345/2015

DATA ASSINATURA: 11/11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: MELCA NIVEA DE CAMPOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 346/2015

DATA ASSINATURA: 03/12/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ZIRLEI MORENO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE JARDINEIRO, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 343/2015

DATA ASSINATURA: 05/11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ALEX DORNEL DE CARVALHO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE MOTORISTA, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 344/2015

DATA ASSINATURA: 05/11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: NICANOR DAVID RODRIGUES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE MOTORISTA, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 137/2015.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR/LEGISLATIVO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente a Lei Municipal 898/2015,

RESOLVE,

Art.. 1º. NOMEAR a **Sra. Maria Aparecida Pereira Alves**, brasileira, solteira, filha de: Joao Alves e Izabel Pereira Alves, natural de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, nascida em: 23/03/1983, portadora do CPF 009. 408.611-78 RG 001.558.081 SSP/MS., Expedição: 19/05/2004**,** residente edomiciliada no Distrito de Ouro Branco do Sul, Município de Itiquira, Rua Catarinas, s/nº, lote 09, quadra 13, Mato Grosso, para o cargo de: Assessor Parlamentar/Legislativo**,** lotada no Gabinete do Vereador Silvane Tunes Leite, a partir do dia 09 de dezembro de 2015, a pedido do mesmo.

Art. 2º. A servidora ora nomeada terá sua remuneração em conformidade com a Lei Municipal nº 898/2015 anexo III.

Parágrafo Único:

Sobre o valor da remuneração haverá descontos conforme determinações previstas em Lei.

Art. 3º Com base na Lei Municipal 898/2015, artigo 45, inciso II, Alíneas A e B, são atribuições do Assessor Parlamentar/Legislativo: assessoramento as atividades próprias de cada Gabinete de Vereador; Assessoramento em Plenário durante as Sessões Legislativas; recebimento e despacho das correspondências e comunicações em geral expedidas e recebidas; Auxiliar na tramitação dos processos legislativos, pesquisa e desenvolvimento de Projetos de Leis e demais propostas legislativas; auxiliar na pesquisa e elaboração dos Pareceres afetos as Comissões Permanentes e Temporárias vinculadas ao Gabinete do Vereador. Promover o registro e movimento do banco de leis do Gabinete; organizar a biblioteca e demais atividades correlatas determinadas pelo vereador.

Art. 4º - A jornada de trabalho será em conformidade com Artigo 48 da Lei Municipal 898/2015, sendo: A carga horária dos cargos de confiança, quando necessário, poderá ser cumprida em local diverso da Câmara Municipal.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 08 de dezembro de 2015.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCUÇÃO ESPECIALIZADOS EM CERIMONIAL

VALOR: R$ 2.130,00 (DOIS MIL E CENTO E TRINTA REAIS).

PRAZO: OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS NOS DIAS 04, 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2015 RESPECTIVAMENTE, NA CIDADE DE JANGADA/MT, POR OCASIÃO DO 11º FESTIVAL DO PASTEL .

CONTRATADO: JUNIO TADEU DELMINIO – (SÁBIA RIBEIRO).

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2015

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SHOW ARTISTICOS PARA O EVENTO DO FESTIVAL DO PASTEL.

VALOR: R$ 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO: O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2015 NO ESPAÇO DE EVENTOS DO PAÇO MUNICIPAL JULIO DOMINGOS DE CAMPOS.

CONTRATADO: RUTHELMAR DE OLIVEIRA E SILVA

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2015

OBJETO**:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM CONTROLE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO NO EVENTO DO 11º FESTIVAL DO PASTEL DE JANGADA/MT.

VALOR: R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS).

PRAZO: 04, 05 E 06 DE DEZEMBRO.

CONTRATADO:MAXIMA ASSESSORIA EM CONTROLE E PREVENÇÃO DE INCENDIOS LTDA-ME

CONTATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CANCELAMENTO DE ADESÃO

CANCELAMETNO DO REGAO 33/2015

REFERENTE AO PREGÃO 33/2015 DE ADESÃO AO PREGÃO 04/2014 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMETNO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL, PARA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO FORD CARGO C1718 4X2 COM COLETOR COMPACTADOR (RSU) DE 15M³,LOTE 05,DA ATA REGISTRO DE PREÇO 3.3/2014. FICA CANCELADO, POIS A EMRPESA VENCEDORA DO LOTE 5 NÃO TEM DISPONIVEL O OBJE-

TO DA LICITAÇÃO,CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.O CONTRATO 92/2015 REFERENTE A ESSE PROCESSO TAMBEM FICA CANCELADO.

JAURU MT 07 DE DEZEMBRO 2015.

ANDERSON PAVINI

Secretario de Administração.

TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

O MUNICÍPIO DE JAURU – MT*, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua do Comércio, nº. 400, Centro, Jauru-MT, inscrito no CNPJ/MF. Nº. 15.023.948/0001-30, neste ato representado* pela senhora Prefeita Municipal **Sra. ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS,** brasileira, solteira, assistente social, portadora do RG nº. 984.045, CPF: 632.796. 901-10, residente e domiciliada na Avenida Padre Nazareno Lanciotti, nº. 1.259, Centro de Jauru-MT resolve, através do presente, **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO** nº 050/2014, de 27 de junho de 2014, oriundo da Tomada de Preços nº. 007/2014e aditivos firmados com a empresa RANCHO FUNDO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA*., pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 174, km 224,5 na zona suburbana da cidade de Pontes e Lacerda-MT, inscrita no CNPJ: 00.648.886/0001-84, neste ato representada pelo Sr.* ***ALFREDO HENRIQUE SOUZA DE BRITO****, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 941.377.221-53, RG nº. 30731080-2, com endereço comercial BR 174, km 224,5 na zona suburbana da cidade de Pontes e Lacerda-MT, pelos motivos a seguir expostos:*

Considerando a situação de inadimplência da CONTRATADA no que tange às cláusulas quarta, sexta e décima (em especial itens 4.1, 6.2, 10.1 e 10.4) do Contrato nº 050/2014, de 27 de junho de 2014, oriundo da Tomada de Preços nº. 007/2014 e aditivos, para execução de obra de construção do portal turístico de boas- vindas da MT 248 Pontes e Lacerda/Jauru e portal turístico da MT 352 Vale de São Domingo, conforme termo de Convênio nº. 024/2014/SECID/MT/PMJ,

Considerando o teor da decisão administrativa do Procedimento Administrativo nº. 002/2015 (Rescisão Unilateral de Contrato) anexa a esse Termo de Rescisão Unilateral de Contrato,

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir unilateralmente o Contrato nº 059/2014, de 27 de junho de 2014 e seus aditivos, oriundos da Tomada de Preços nº. 007/2014, para execução de obra de construção do portal turístico de boas- vindas da MT 248 Pontes e Lacerda/Jauru e portal turístico da MT 352 Vale de São Domingo, celebrado com a Empresa RANCHO FUNDO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA*., pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 174, km 224,5 na zona suburbana da cidade de Pontes e Lacerda-MT, inscrita no CNPJ: 00.648.886/0001-84,* em razão do descumprimento d**as condições previstas no contrato administrativo nº. 050/2014.**

Art. 2°. No tocante às sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, esclarecemos que será instaurado processo administrativo, assegurada defesa prévia a contratada, para apuração das sanções contratuais, bem como as elencadas na lei 8.666/93.

Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 79,I, 78, I e IV da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas quarta, sexta e décima (em especial os itens 4.1, 6.2, 10.1 e 10.4) do contrato nº. 050/2014.

O Presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato, em veículo de divulgação do Município, marco inicial do **prazo de 05 dias úteis** para que a Contratada exerça, caso deseje, o **direito de recorrer previsto no artigo 109, I, "e" da Lei Federal nº. 8.666/93**.

Jauru – MT, 07 de Dezembro de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

DECRETO 130/2015

DECRETO Nº 130, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Decreta inservíveis os bens que especifica e dá outras providências,

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao Governo Municipal a gestão, a condução dos negócios e a administração dos bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal; e,

Considerando ainda o interesse público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a necessidade de baixar os referidos bens por motivos justificados;

D E C R E T A:

Art. 1º. *Inservíveis para o serviço público os bens mobiliários constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Decreto, pertencentes ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jauru - PREVI-JAURU, por se encontrarem em desuso e em situação precária (inservíveis), conforme Parecer da* Comissão de Administração de bens Patrimoniais *do Município, especialmente designada para este fim, conforme Portaria n.º 343, de 30 de novembro de 2015.*

Art. 2º. *Os bens referidos no artigo anterior ficarão à disposição da Secretaria de Administração, a partir desta data, para que sejam depo***sitados no aterro sanitário municipal***, o mais breve possível, mediante procedimentos técnicos inerentes à modalidade da baixa cabível.*

Art. 3º. *Este decreto entra em vigor na data de sua publicação por afixação no local de costume.*

Registre-se, publique-se, afixe-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru/MT, 4 de dezembro de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

ATA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE NÚMERO 008(OITO) DE TRÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, INFANTO JUVENIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA PRESENTE EDITAL DE CONVITE.

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, ás 09:00 (nove) horas, no Paço Municipal Presidente Tancredo de Almeida Neves, situado na Rua do comércio, quatrocentos e oitenta, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, designada pela Portaria número 01 (um) de dois mil e quinze, datada de 05 (cinco) de Janeiro, compostas pelos seguintes membros: **GILMAR JUNIOR FERREIRA – PRESIDENTE, FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM – SECRETÁRIA**, para abertura e julgamento da Carta Convite acima epigrafada. Foram convidadas as seguintes Empresas para participarem deste Certame Licitatório: **VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA,** com sede na rua. Dom Pedro Segundo, 319, Bairro Petropolis, Passo Fundo RS,inscrita no

CPNJsob o número **02.593.711/0001-42; TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA,** com sede na Rua. Morom nº 3244, Bairro Boqueirão, inscrita no CNPJ sob o número **09.663.426/0001-08 e ARI JACINTO ODY**, com sede na Rua Policarpo Vieira, nº 39, bairro Edmundo Trein, Passo Fundo RS, inscrita no CNPJ sob o nº **00.395.116/0001-12**; todas as tres empresas protocolaram seus envelopes junto ao setor de protocolo na Prefeitura Municipal de Jauru, e nenhuma delas enviou representante; iniciando os trabalhos, os envelopes foram rubricados pelos membros da CPL e representante das empresa no lacre dos mesmos, em seguida foram abertos e analisados os envelopes de habilitação, "A", verificados, analisados estando em conformidade com o estabelecido no edital, e foi verificado que as três empresas estavam aptas a participar do certame; em seguida foi aberto o envelope "B", contendo as propostas, que estavam da seguinte forma: **VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA** apresentou o valor global de R$ 13.902,00 (treze mil e novecentos e dois reais), **TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA** apresentou o valor global de R$ 16.765,00 (dezesseis mil e setecentos e sessenta e cinco reais), e por fim **ARI JACINTO ODY** apresentou o valor global de R$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais), por fim, sem nada mais a analisar, sagrou-se como vencedora dor certame a empresa **VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA** por ter apresentado o menor valor para todos os itens; nada mais havendo em tratar-se o Presidente deu por encerrada à reunião e determinou que fosse lavrado a presente ATA, onde eu Fernanda de Oliveira Bonfim lavrei a presente, que após lida e achada conforme vai assinada pelos membros e licitantes presentes.

GILMAR JUNIOR FERREIRA

PRESIDENTE

FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM

SECRETÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº 666/2015

PORTARIA GP/Nº 666/2015

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, as determinações do Tribunal de Contas do Estado – TCE contidas no julgamento proferido no V. Acórdão n. 3.280/2015 – TP que julgou as contas anuais de Gestão do exercício de 2014 elencando o não cumprimento pela Gestão quanto alguns princípios constitucionais;

Considerando o Ofício nº 555/GP/2015 que determina o cumprimento e correção desses apontamentos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Wilson Jacob,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de **Fiscal Tributário de Obras e Posturas**, **Neiva Cristiane Tardivo**, brasileira, maior, efetivo no cargo de Agente Administrativo, **Selma Barbosa de Souza,** brasileira, maior, efetivo no cargo de Técnico de Saúde -Read, para, sob a presidência do primeiro, constituírem **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**, com sede na Rua Niterói, numero 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbida de apurar e averiguar eventuais desvios de conduta praticada pelo servidor senhor Haroldo Hatanaka, concursado no cargo de médico, matricula 143, nos termos do apontamento do TCE-MT referente as Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2014, processo 2.110-5/2014 e 11.011-6/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativo a 12 de novembro de 2015, revogando as disposições contidas na Portaria GP nº 644/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 30 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2015

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400

Edital de Publicação dos Gabaritos no Processo Seletivo Simplificado 004/2015

ESTADO

De ordem do Sr. Edson Miguel Piovesan, Prefeito de Juara, Estado de Mato Grosso, a Comissão de Processo Seletivo Simplificado 004/2015, designada pela Portaria GP nº 649/2015 de 12 de Novembro de 2.015, no uso de suas atribuições legais, torna público os gabaritos das Provas Objetivas de Conhecimentos Básicos, Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2015, para provimento dos cargos temporários e cadastro de reserva para a zona urbana e rural realizadas no dia 06/12/2015.

OBSERVAÇÕES:

1. Conforme o Edital de Abertura de Inscrições caberá recurso do gabarito,devidamente fundamentado, dirigido à Comissão Organizadora, que o julgará em igual período.

2. Os candidatos deverão entregar dois conjuntos de recursos (original e cópia), com especificação de nome, inscrição e cargo do candidato;

3. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, com devida comprovação e argumentação lógica e consistente.

4. Se da análise de recurso resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração eseu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

5. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas no Edital 004/2015 e/ou fora do prazo não serão avaliados e/ou aceitos.

Gabinete do Prefeito Municipal, Juara - MT, 08 de Dezembro de 2015.

_____

Piovesan Edson Miguel

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNIVIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Gabarito Professor Superior

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D

14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito Professor Magistério

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito Professor Nível Médio

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito TAE

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito TDI

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito Apoio

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

Gabarito Motorista

01	**Valida para todos**			
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 11-2015

PORTARIA GP/Nº 631/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 15.439 de 30 de setembro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 a 31/01/2016, referente ao período aquisitivo de 02/04/2001 a 02/04/2006, ao servidor **FRANCISCO DE ASSIS DOMINGUES**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 087.487.10 SSP/MT e do CPF Nº 041.221.538-16, que exerce o cargo de **Médico**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 632/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 16.351 de 15 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 a 02/12/2015, referente ao período aquisitivo de 15/03/2006 a 15/03/2011, a servidora **ELSA APARECIDA DE SOUZA SILVA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 749.452 SSP/MT e do CPF Nº 788.202.781-20, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO**, junto a Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão/Coordenação de Projetos/Divisão de Planejamento, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 633/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 16.559 de 19 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 A 02/12/2015, referente ao período aquisitivo de 23/01/2001 a 23/01/2006, a servidora **JUSSARA APARECIDA DO NASCIMENTO**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 21.349.851 SSP/SP e do CPF Nº 245.771.998-40, que exerce o cargo de **TÉCNICO NIVEL SUPERIOR**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 634/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 16.341 de 15 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 A 31/01/2016, referente ao período aquisitivo de 07/10/2010 a 07/10/2015, ao servidor **EVERALDO MIRANDA GALDINO**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 1.038.543-6 SSP/MT e do CPF Nº 513.819.151-91, que exerce o cargo de **INSTRUTOR ESPORTIVO**, junto a Secretaria Municipal de Desporto/Divisão de Iniciação Esportiva**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 635/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 16.177 de 09 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 A 02/12/2015, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, a servidora **EDILEUZA SANTOS SANCHES**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 181.92874 SSP/MT e do CPF Nº 018.236.571-92, que exerce o cargo de **ASSISTENTE TÉCNICO SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº636/2015

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **ADILZA BASILIA FABRINI**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 1.169.993-0 SSP/MT e do CPF Nº 820.949.771-53, que

exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE-READ,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de Saúde Mental e Dep. Química para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 637/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 17.292 de 03 de novembro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/11/2015 A 02/12/2015, referente ao período aquisitivo de 03/08/2009 a 03/08/2014, ao servidor **VALENTIM GERALDO SEMENSATO**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 794.265 SSP/PR e do CPF Nº 042.877.899-20, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** junto a Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Serviços Gerais**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº638/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Srª. **SANDRA ALMEIDA TORSI GALVÃO**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1018349-3 SSP/MT e do CPF nº 667.373.201-63, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Administrador do Fundo Previdenciário**, junto a Secretaria Municipal de Administração/Administrador do Fundo Municipal, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:.

07	- Secretaria Municipal Administração
07.08	- Administração do Fundo Municipal
2023	- Manutenção com Regime Próprio de Previdência
3.1.90.11.00.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº639/2015

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir o servidor: **MARCONE JOSÉ BARBOSA**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 4.564.131 SSP/PE e do CPF Nº 666.663.924-34, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Saúde Coletiva/Setor de Vigilância Ambiental para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 04 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº640/2015

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **EVELINE DA COSTA ZOLANDEK**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 14170361 SSP/MT e do CPF Nº 002.205.931-83, que exerce o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Desenvolvimento Trabalho Hab. E Social para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 04 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 642/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 16.498 de 19 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 09/11/2015 A 06/02/2016, referente ao período aquisitivo de 07/04/2009 a 07/04/2014, a servidora **TAIOMARA CASSIA CAZNOCA DE OLIVEIRA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 84794325 SSP/PR e do CPF Nº 042. 144.169-02, que exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 09 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 643/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando o disposto no § 2º do Artigo 271 da Lei Complementar nº 028/2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo para comporem o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal – **COPARP** do Município de Juara.

Nome	Entidade
Queila Silva do Carmo	Secretária Municipal de Administração
Amauricio Alves Cordeiro	Presidente Sindicato Servidores Municipais
Sandra Almeida Torsi Galvão	Prefeitura – Funcionaria Efetiva
Karla Cristina de Morais	Prefeitura – Funcionaria Efetiva
Fabio Alves Donizeti	Prefeitura – Advogado Publico
Wilson Jacob	Prefeitura – Funcionário Efetivo
Rosa Luzia Zanquete Ropelli	Sindicato – Eleito Aposentado
Alexandra Rosa Silva	Sindicato – Eleito Sindicato
Luiz Frederico Serpa Chormiak	Prefeitura – Funcionário Efetivo
Sandra Minozzo Malaquias	Câmara – Funcionária Efetiva

Art. 2º O mandato dos representantes dos servidores será de 02 (dois) anos, sendo permitido a reeleição.

Art. 3º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, e em especial a Portaria nº 109/2015 de 24 de fevereiro de 2.015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 09 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 645/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª. **KATIA MARTINS DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 21231486 SSP/MT e do CPF nº 035.081. 941-67, que exercia o cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 12 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 646/2015

DISPÕE SOBRE VACANCIA DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o requerimento do Servidor Esdras da Silva, protocolado na SAD sob o nº. 17967/2015; e

Considerando o disposto no Art. 061, Inciso VI da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **Vacância** do cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo** emClasse A/2 e Nível B/2, do quadro geral de cargos da Prefeitura Municipal de Juara, com exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde, ocupado pelo servidor **ESDRAS DA SILVA**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 20146035 SSP/MT e do CPF nº 046.751.081-48, em razão de posse em outro cargo público inacumulável;

Art. 2º - Fica Suspenso o vínculo jurídico do servidor com o cargo de origem constante na Portaria GP/Nº 193/2012;

Art. 3º - O retorno ao Cargo de origem poderá ocorrer tanto por inabilitação no estágio probatório do cargo de destino, quanto a pedido, desde que exercido durante o período do estágio probatório do novo cargo, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal;

Art. 4º - Decorrido o prazo de três anos a que se refere o artigo 3º, cessará os efeitos da presente declaração de vacância, a qual passará a ter os mesmos efeitos da exoneração em relação ao cargo de origem do servidor.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 12 de novembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 12 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº647/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LC Nº 068/2009, SEÇÃO II, ART. 5º, PARÁGRAFO 2º,QUE DISPÕE SOBRE A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICIPIO DE JUARA.

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar a servidora **ANA PAULA PEIXOTO**, por profissionalização, em virtude de ter concluído o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil, conforme Processo SAD Nº: 17.937/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 12 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº. 651/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 684/2013 que designou o servidor Sr. **OSMAR DE LIMA CARVALHO**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 1447514-6 -SSP/MT e do CPF nº 962.442.241-91, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe de Setor de Assistência a Saúde do Idoso,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral à Saúde/ Setor de Assistência a Saúde do Idoso, retornando o mesmo ao cargo de origem **AGENTE DE VIGILANCIA**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 16 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº655/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª. **CATIA NEVES DA SILVA CUNHA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 20975260 SSP/MT e do CPF nº 031. 326.051-66, que exercia o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 656/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando, o Processo SAD nº 17.267 de 29 de outubro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 19/ 11/2015 a 18/12/2015, referente ao período aquisitivo de 11/03/2009 a 11/ 03/2014, a servidora **FORTUNATA BONFIM D CONTO**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 749.452 SSP/MT e do CPF Nº 788.202.781-20, que exerce o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 19 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 659/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar vago o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS,** ocupado pelo servidor **LAUDIONES JOSÉ DA SILVA,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 173.897 SSP/RO e do CPF Nº 172.642.271-20, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 660/2015.

LOURIVAL DE SOUZA ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Conclusão de Graduação, de acordo com o Art. 12, Inciso V, alínea C, da Lei Complementar nº 031/2007 e Lei Complementar nº127/2015, Art. 1º altera o caput do Art. 15 da Lei Complementar nº 031/2007, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
Magali Maria Dias	Técnico de Saúde - Read	De: B/7	Para: C/7

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 661/2015.

LOURIVAL DE SOUZA ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Conclusão de Pós Graduação, de acordo com o Art. 12, Inciso V, alínea D, da Lei Complementar nº 031/2007 e Lei Complementar nº127/2015, Art. 1º altera o caput do Art. 15 da Lei Complementar nº 031/2007, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
Sandra Jarschel Dietrich	Técnico de Saúde - Read	De: C/6	Para: D/6

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº. 662/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. **DIVACI VIEIRA DA SILVA**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 15671275 -SSP/MT e do CPF nº 537.151.951-34, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe de Setor de Assistência a Saúde do Idoso,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/ Coordenação de Atenção Integral à Saúde/ Setor de Assistência a Saúde do Idoso, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.05	- Coord. de Atenção Integral à Saúde
09.05.03	- Setor de Assistência a Saúde do Idoso
2025	- Manut. c/ Coordenação Administrativa de Saúde
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA Nº 664/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando, os artigos nº 227 e 233, da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (dias) a partir do dia 26.11.2015 a 24.01.2016, a Portaria GP/Nº 550/2015 que designou: **Neiva Cristiane Tardivo**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, Matrícula nº 4363**, Regiane Aparecida da Silva**, brasileira, maior, efetivo no cargo **Enfermeiro,** matricula nº 6075 e **Fernanda Steinhauser Paredes,** brasileira, maior, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 6076, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar denúncia e irregularidade referente aos Processos SAD nº 12.755, 11.695 e 11.696/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 26 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 665/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª. **SIMONE VEDOVETTO LEANDRO**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1734281-3 SSP/MT e do CPF nº 900. 380.371-49, que exercia o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PACS, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 30 de novembro de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 128/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 128/2015/SECAD/SRP

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Preço por Lote.

PROCESSO LICITAÇÃO/SECAD Nº 128/2015.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos Judicializados em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no Termo de Referência em Anexo.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 08/12/2015 na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.cidadecompras.com.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, ou seja, até as **07h30 horas local, do dia 18 de Dezembro de 2015**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente o Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou ainda e preferencialmente pelo Site: www.cidadecompras.combr que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: Dia 22/12/2015 às 07h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 08 de Dezembro de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO PREGÃO 017/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira/MT através de seu Pregoeiro Oficial, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:30 HORAS DO DIA 22 DE DEZEMBRO 2015** na Sala de reuniões (Anfiteatro) Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADOR DE AR, AR CONDICIONADO E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDIMENTO DE UNIDADES DESTA PREFEITURA",** conforme Termo de Referência anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:30 HORAS DO DIA 22 DE DEZEMBRO 2015.** Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 12:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1381.

Juscimeira/MT, 08 de Dezembro 2015.

Diva Maria Santos Gardin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 067/2015

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **REBEQUI & CIA LTDA- ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE (BUEIRO DUPLO CELULAR DE CONCRETO (BDCC)) NOS CÓRREGOS VALIRIO, ADALTO, PADRE, MORCEGO E ERASMO 2 NA ÁREA RURAL, CONFORME PROCESSO 59050.000288/2014-83 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/DEFESA CIVIL E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 0125/2015, TOMADA DE PREÇO 028/2015, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

OBJETIVO: O novo prazo de vigência do presente termo de contrato é aditado em 366 (Trezentos e sessenta e seis dias), contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Assinatura: 07/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 014/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 20 de OUTUBRO de 2015 a partir das 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bll.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE 4x4 QUATRO PORTAS ANO/MODELO 2015 E UM VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO POPULAR QUATRO PORTAS ANO/MODELO 2015 EM ATENDIMENTO A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedor o Licitante BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.512.021/0001-84 com valor total de R$ 136.800,00. Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 08 de Dezembro de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 031/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 30 DE DEZEMBRO DE 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO PROJETO PADRÃO FNDE COM UMA ÁREA DE 980,40 m2 NO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ UNIÃO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 09711/2014 (LOTE 01) E CONSTRUÇÃO DE 06 SALAS DE AULAS MODELO PADRÃO FNDE NA ESCOLA SANTO ANTONIO - GLEBA UNIÃO, LINHA 03 NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ–MT, FIRMADO PELO TERMO DE COMPROMISSO PAR N° 8332/2013 (LOTE 02). Maiores Informações através do Edital nº. 0135/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 08 de Dezembro de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

CÂMARA MUNICIPAL
CORREÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

CANCELAMENTO DE CONTRATO

Texto:

EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

CAMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ.

TIPO DE ALTERAÇÃO: TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº. 004/2015

CONTRATADO: V.A BERTI-ME

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA TECNICA PARLAMENTAR E APOIO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO PROCESSO LEGISLATIVO PARA O PERIODO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/03/2015 Á 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.001.01.,031,0001. 2000-33903900(9)Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .

PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2015 Tomada de Preço.

FERNANDA RODRIGUES DE SOUZA

PRESIDENTE DA CPL

VALDEMAR FRIGERI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

MATUPÁ 30/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

Gerenciadora: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT – Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedores: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70

STOK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ sob o nº 00.995.371/0001-50

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ sob o nº 08.835.955/0001-70

NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA, CNPJ nº 08.139.622/0001-07

LP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA CNPJ sob o nº 10.832.896/0001-29.

POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR CNPJ nº 07866006/0001-57

DENTAL CENTRO OESTE LTDA CNPJ sob o nº 36.900.926/0001-80

CIRURGICA GONÇALVES LTDA ME CNPJ 15.371.628/0001/70

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos e Materiais de consumo Odontológico, Ambulatorial e Laboratorial, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Registro: O Lote 01, ficou com a empresa LP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTD, no valor de R$ 65.030,00 (sessenta e cinco mil e trinta reais); o Lote 02, ficou com a empresa POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR, no valor de R$ 38.208,55 (trinta e oito mil duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos) Lote 03, ficou com a empresa POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR, no valor de R$ 12.700,00 (doze mil, setecentos reais); o Lote 04, ficou com a empresa NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE, no valor de R$ 24.136,27(vinte e quatro mil cento e trinta e seis reais e vinte e sete centavos); o Lote 05, ficou com a empresa DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, no valor de R$ 5.190,00 (cinco mil cento e noventa reais); o Lote 06, ficou com a empresa DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, no valor de R$ 70. 856,72 (setenta mil oitocentos e cinquenta e seis e setenta e dois centavos); o Lote 07, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 19.870,00 (dezenove oitocentos e setenta reais); o Lote 08, ficou com a empresa STOK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, no valor de R$ 20.290,00 (vinte mil duzentos e noventa reais); o Lote 09, ficou com a empresa CENTERMEDI, no valor de R$ 37.800.000,00 (trinta e sete mil reais e oitocentos); o Lote 10, ficou com a empresa DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, no valor de R$ 16.476,90 (dezesseis quatrocentos e setenta e seis e noventa reais);o Lote 11, ficou com a empresa DENTAL, no valor de R$ 67.650,00 (sessenta e sete seiscentos e cinquenta); o Lote 12, ficou com a empresa CENTERMEDI, no valor de R$ 111.922,12 (cento e onze novecentos e vinte e dois e doze mil reais e doze centavos); o Lote 13, ficou com a empresa DELTA MED, no valor de R$ 6.554.88 (dez mil, duzentos e oitenta e sete reais), o Lote 14, ficou com a empresa LP no valor de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais); o Lote 15, ficou com a empresa LP no valor de R$ 20.980,00 (vinte novecentos e oitenta reais); Lote 16, ficou com a empresa Cirúrgica Gonçalves, no valor de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais); Lote 17, ficou com a empresa LP, no valor de R$19.320,00 (dezenove mil trezentos e vinte reais); o Lote 18, ficou com a empresa Cirúrgica Gonçalves, no valor de R$ 3,300 (três mil e trezentos reais); o Lote 19, ficou com a empresa LP, no valor de R$ 33.405,00 (trinta e três mil quatrocentos e cinco reais); o Lote 20, ficou com a empresa LP, no valor de R$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais); o Lote 21 sem lance, o Lote 22, sem lance, o Lote 23, ficou com a empresa LP, no valor de R$ 8.860,00 (oito mil oitocentos e sessenta reais); o Lote 24 sem lance, Lote 25 sem lance; o Lote 26, ficou com a empresa LP, no valor de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais). . Os quantitativos dos itens, lotes e valores unitários estão expressos no Mapa Comparativo.

Dotação Orçamentária:

0286.04.002.10.301.0023.2032-3390.30.00.00.00

0275.04.001.10.302.0068.2036-3390.30.00.00.00

0278.04.001.10.303.0069.2037-3390.30.00.00.00

0253.04.001.10.301.0023.2178-3390.30.00.00.00

0279.04.001.10.303.0069.2037-3390.32.00.00.00

0254.04.001.10.301.0023.2178-3390.32.00.00.00

0312-04.003.10.301.0067.2034-3390.36.00.00.00

0320-04.003.10.301.0067.2061-3390.30.00.00.00

0341-04.005.10.301.0070.2070-4490.52.00.00.00

Vigência: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 18 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 082/2015

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 082/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **B P L CONSULTORIA ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA – ME**, **CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1937/2015, MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 09/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

OBJETO

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços especializados de Consultoria em gestão pública em auditoria contábil, tributária e jurídica para atender a demanda da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, constantes do objeto, mediante as Condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

DA DOTAÇÃO

5.1.As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária**:**

PROGRAMA	**PROJETO/ATIVIDADE**	NATUREZA DA DESPESA	COD RED	VALOR
2089	Manutençao das Atividades de ADM	33.90.39	49	R$ 81. 360,00

DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 07 Dezembro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

B P L CONSULTORIA ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA - ME,

CNPJ sob o nº 17.867.371/0001-78

representado pela Senhora Hellen Jane Pereira Leite

RG: nº 1326732-9 SSP/MT e CPF nº 003.107.291-73

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080/2015

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL BETINA TAVARES DA SILVA TAQUES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A EMPRESA** BKP CONSTRUTORA LTDA **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2105/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para Reforma e Ampliação da Escola Municipal Betina Tavares da Silva Taques conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento contratual.

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O prazo de entrega da obra é de 180 (Cento e oitenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

3.2. O local de execução dos serviços é na Comunidade de Figueiral, onde se localiza a Escola Municipal.

DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
1007	**25% Gestão Educação**	**Const. Refor. E Ampliação de Unidades Escolares**	**44.90.51.00**	**57**	**399. 000,00**
VALOR TOTAL (R$)	**399. 000,00**				

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 07 de Outubro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa, **BKP CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59

Representado neste ato pelo **Sr. Fernando Augusto Carvalho Junior**

RG nº: 16050061e CPF/MF sob o nº 024.848.881-39

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 081/2015

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 081/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A COOPERATIVA AGRICOLA MISTA REDECOOP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2067/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO OBJETO

Contratação de prestação de serviços e assessoria em serviços especializados em ações para o fortalecimento da agricultura Familiar e as agroindústrias artesanais de pequeno e médio porte, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente, conforme especificações descritas na tabela a seguir, conforme especificações e condições no TR nº. 007/2015.

DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deve iniciar a prestação dos serviços após assinatura do instrumento contratual, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global do presente Contrato será de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação correrão por conta das dotação orçamentárias a seguir:

Programa – Manutenção e Encargos da Secretaria

Programa atividade: 2036

Categoria econômica: 3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Código Reduzido: 334

R$ 30.000,00

Nossa Senhora do Livramento – MT, 07 de Dezembro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Cooperativa Agricola Mista Redecoop-EPP

CNPJ sob nº 11.068.289/0001-05

neste ato representado pelo Sr. Hudson Saturnino dos Anjos

do RG Nº DF005350CRC-MT e CPF/MF: 284.428.301-20

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 083 2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 083 2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO ESCOLA MUNICIPAL DONA JOSEFINA LUIZA DE ALMEIDA, À SALA ANEXA E.M. BETINA TAVARES, NA COMUNIDADE DE MANDUVÍ QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A EMPRESA CONSTRUTORA NATIVA LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .2116/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 86/2015AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO OBJETO

E objeto do presente contrato a contratação de empresa para reforma e ampliação Municipal Dona Josefina Luiza de Almeida, sala anexa à E.M. Betina Tavares, na Comunidade de Manduví Cidade de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

prazo de entrega da obra é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;. O local de execução dos serviços é na Comunidade de Manduvi, onde se localiza a Escola Municipal Josefina Luiza de Almeida.

. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
1007	**25% Gestão Educ. Recurso próprio**	**Const. Refor. E Ampliação de Unidades Escolares**	**33.90.39.00**	**56**	**49.957,67**
VALOR TOTAL (R$)	**49.957,67**				

Nossa Senhora do Livramento – MT, 07 de Dezembro 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: CONSTRUTORA NATIVA LTDA

CNPJ sob o nº 22.198.066/0001-70

representada pelo senhor Cicero Jose Mayer Carlotto

RG: nº 7017481107 SSP/RS e CPF nº 225.461.460-68

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 084 2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 084 2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA, LEANDRO MARQUES DO AMARAL MACIEL ME **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1938/2015, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 008/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

- DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Elaboração de análise técnica de planilhas de medições e planilhas licitadas conforme análise e recomendações da FUNASA, para adequações e aprovação final do projeto referente ao convênio nº 034/2009 objeto de Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Nossa Senhora do Livramento – MT, elaboração de projeto com plantas e planilhas e demais documentos necessários para a aprovação pela FUNASA, objeto dos convênios nº 180/2011 e 025/2012 ambos referente a Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Nossa Senhora do Livramento respectivamente, mediante as Condições estabelecidas neste contrato.

DA DOTAÇÃO

5.1. As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
2074	**Próprio**	**Manutenção Encargos e Salários**	**33.90.39.00**	**286**	**58.382,330**
VALOR TOTAL (R$)	**58.382,33**				

DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência deste contrato será de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 07 de Dezembro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Leandro Marques do Amaral Maciel ME

CNPJ sob o nº: 21.772.664/0001-49

representado neste ato pelo **Sr Leandro Marques do Amaral Maciel**,

RG nº, 12659207 SSP/MT e CPF/MF sob o nº 007.098.571-52

Empresa Contratada

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 014/2015 Nº.01/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 014/2015 Nº.01/2015 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT - E A EMPRESA EMPRESA PM DOS SANTOS.

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n. º 03.507.514.0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458, Centro, Nossa Senhora do Livramento– MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. CARLOS ROBERTO DA COSTA**, portador da cédula de Identidade RG: **0075420-0 SSP/MT e CPF: 072.295.691-68**,denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **EMPRESA PM DOS SANTOS** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Várzea Grande CEP: 78.155.275, CNPJ Nº 17.608.180/0001-91, neste denominada simplesmente **CONTRATADA** representada por PEDRO MARQUES DOS SANTOS brasileiro, empresário, portador do RG:nº 09248528 SSP/MT e CPF 802.963.431-53, domiciliado na Rua Pinheiro, S/N, bairro Mapim, CEP: 78155-275 no município de Várzea Grande.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Instrumento tem como objetivo a inclusão de dotação de saldo da Ata de Registro de Preços nº. 01/2015, com vigência em 19 de fevereiro de 2016 e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos municípios de mato grosso no dia 23 de fevereiro de 2015 ao Contrato nº. 014/2015, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviço do transporte escolar no município de Nossa Senhora do Livramento-MT, para o ano letivo de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO

Programa – Transporte escolar; **Proj. Atividade** – 2266 – Manutenção do Transporte Escolar/Convenio; Natur. De Despesa – 33.90.39.00.0 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica – **Cod. Reduz**. 87, o valor de 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia.

Os demais dados constantes no contrato nº014/2015 permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato nº 014/2015.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 07 de dezembro de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

GABINETE
LEI Nº. 1043, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.

Projeto de Lei n° 026/2015

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**,** Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016, Estima a Receita Bruta em R$ 43.632.000,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais), a Receita Líquida em R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e Fixa a Despesa em R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo destinado para a Administração Direta o total de R$ 35.300.000,00 (trinta e cinco milhões e trezentos mil reais) e para a Indireta R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais).

Parágrafo Único: O orçamento para 2016 ficará assim distribuído:

ORÇAMENTO FISCAL	**26.074.000,00**
DA SEGURIDADE SOCIAL	**13.926.000,00**
TOTAL GERAL	**40.000.000,00**

Art. 2º - A receita orçamentária será realizada, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir.

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	33.925.000,00
Receitas de Capital	R$	1.375.000,00
TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**33.925.000,00**
Receita Tributária	R$	5.036.000,00
(-) Deduções das Receitas Tributárias	R$	(78.000,00)
Receita de Contribuição	R$	50.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	266.000,00
(-) Deduções da Receita Patrimonial	R$	(1.000,00)
Receita de Serviços	R$	136.000,00
Transferências Correntes	R$	31.809.000,00
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	(3.538.000,00)
Outras Receitas Correntes	R$	260.000,00
(Deduções de Outras Receitas Correntes	R$	(15.000,00)
RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.375.000,00**
Operações de Credito	R$	5.000,00
Alienação de Bens	R$	25.000,00
Transferências de Capital	R$	1.340.000,00
Outras Receitas de Capital	R$	5.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	4.700.000,00
TOTAL	**R$**	**4.700.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**3.705.000,00**
Receita de Contribuição	R$	1.310.000,00
Receita de Contribuições – Intra-orçamentária	R$	2.000.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	1.350.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	40.000,00
SUB–TOTAL.	**R$**	**4.700.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

Art. 3.º - A Despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

1 – Por Órgãos da Administração

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – CÂMARA MUNICIPAL	**R$**	**1.380.000,00**
01.001 – Câmara Municipal	R$	1.380.000,00
03 – GABINETE DO PREFEITO	**R$**	**1.465.000,00**
03.001 – Gabinete do Prefeito	R$	1.465.000,00
04 – SEC. MUNIC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO.	**R$**	**2.030.000,00**
04.001 – Secretaria de Administração e Planejamento	R$	2.030.000,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**R$**	**1.904.600,00**

05.001 – Secretaria de Finanças	R$	1.904.600,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**1.640.000,00**
06.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	R$	1.640.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$**	**10.299.000,00**
07.001 – Gabinete do Secretário e Departamento de Educação	R$	4.299.000,00
07.002 – FUNDEB 60%	R$	4.345.000,00
07.003 – FUNDEB 40%	R$	1.655.000,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	**R$**	**7.726.000,00**
08.001 – Fundo Municipal de Saúde	R$	7.636.000,00
8.002 – Departamento de Água e Esgoto	R$	90.000,00
09 – SEC. DE OBRAS, SERV. PUBLICOS E TRANSPORTES	**R$**	**6.660.000,00**
09.001 – Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Transportes	R$	6.660.000,00
10 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	**R$**	**910.000,00**
10.001 – Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	R$	910.000,00
11 – SECRETARIA MUN. DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO.	**R$**	**250.000,00**
11.001 – Secretaria de Industria, Comércio e Turismo.	R$	250.000,00
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA.	**R$**	**1.015.000,00**
12.001 – Departamento de Esporte e Lazer	R$	675.000,00
12.002 – Departamento de Cultura	R$	340.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	**20.400,00**
99.999 – Reserva de Contingência	R$	20.400,00
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

02 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**4.700.000,00**
02.001 – Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência	R$	4.700.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**4.700.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

2 – Por Categoria Econômica

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R$	32.444.600,00
Despesas de Capital	R$	2.835.000,00
Reserva de Contingência	R$	20.400,00
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	R$	1.987.000,00
Despesas de Capital	R$	40.000,00
Reserva do RPPS	R$	2.673.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**4.700.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

3 – Por Funções

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – Legislativa	R$	1.380.000,00
02 – Judiciária	R$	130.000,00
04 – Administração	**R$**	4.270.000,00
06 – Segurança Pública	**R$**	30.000,00
08 – Assistência Social	**R$**	1.590.000,00
10 – Saúde	**R$**	7.636.000,00
11 – Trabalho	**R$**	359.600,00
12 – Educação	**R$**	10.299.000,00
13 – Cultura	**R$**	340.000,00
15 – Urbanismo	**R$**	575.000,00
16 – Habitação	**R$**	50.000,00
17 – Saneamento	**R$**	90.000,00
18 – Gestão Ambiental	**R$**	75.000,00
20 – Agricultura	**R$**	835.000,00
22 – Indústria	**R$**	10.000,00
23 – Comércio e Serviços	**R$**	240.000,00
25 – Energia	**R$**	140.000,00
26 – Transporte	**R$**	5.915.000,00
27 – Desporto e Lazer	**R$**	675.000,00
28 – Encargos Especiais	**R$**	640.000,00
99 – Reserva de Contingência	**R$**	20.400,00
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

09 – PREVIDENCIA SOCIAL	R$	4.700.000,00
SUB TOTAL	**R$**	**4.700.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

4 – Por Função e Programas

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – LEGISLATIVA	**R$**	**1.380.000,00**
0001 – Ação do Legislativo	R$	1.374.000,00
0002 – Infraestrutura do Legislativo	R$	6.000,00
02 – JUDICIÁRIA	**R$**	**130.000,00**
0010 – Defesa da Ordem Jurídica	R$	130.000,00

04 – ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**4.270.000,00**
0003 – Gestão Pública Responsável e Transparente	R$	100.000,00
0004 – Gestão Administrativa	R$	3.700.000,00
0005 – Const., Ampliação e Manutenção de Edificações Publicas.	R$	110.000,00
0006 – Políticas Públicas e Relações Institucionais	R$	140.000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	70.000,00
0014 – Auditoria e Controle	R$	150.000,00

06 – SEGURANÇA PÚBLICA	**R$**	**30.000,00**
0007 – Defesa Civil e Obras Emergências	R$	30.000,00

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**1.590.000,00**
0005 – Const., Ampliação e Manutenção de Edificações Publicas.	R$	105.000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	50.000,00
0040 – Proteção Social Básica	R$	1.435.000,00

10 – SAÚDE	**R$**	**7.636.000,00**
0029 – Gestão da Política Publica de Saúde	R$	4.919.000,00
0031 – Blocos de Financiamento do SUS	R$	2.717.000,00

11 –TRABALHO	**R$**	**359.600,00**
0004 – Gestão Administrativa	R$	20.000,00
0011 – PASEP – Progr. de Formação do Patrim. do Servidor	R$	339.600,00

12 – EDUCAÇÃO	**R$**	**10.299.000,00**
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	50.000,00
0013 – Serviço da Divida Interna	R$	10.000,00
0023 – Gerenciamento Global da Educação	R$	2.174.000,00
0025 – Merenda Escolar	R$	280.000,00
0026 – Infraestrutura Educacional	R$	385.000,00
0027 – Gestão do FUNDEB	R$	6.000.000,00
0028 – Transporte Escolar	R$	1.400.000,00
13 – CULTURA	**R$**	**340.000,00**
0021 – Promoção e Difusão Cultural	R$	140.000,00
0041 – Festas Tradicionais e Folclóricas	R$	200.000,00
15 – URBANISMO	**R$**	**575.000,00**
0015 – Limpeza, Conserv. e Melhoria de Lograd. Públicos	R$	260.000,00
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	315.000,00

16 – HABITAÇÃO	**R$**	**50.000,00**
0009 – Programa de Fomento de Construção de Moradias	R$	50.000,00

17– SANEAMENTO	**R$**	**90.000,00**

0043 – PDTA – Programa Adução, Trat. Distrib. de Água	R$	90.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	**R$**	**75.000,00**
0042 – Gestão da Política Ambiental	R$	75.000,00

20 – AGRICULTURA	**R$**	**835.000,00**
0022 – Comercialização e Abastecimento	R$	40.000,00
0039 – Desenvolvimento e Promoção da Agropecuária	R$	735.000,00
0053 – Fomento a Piscicultura	R$	60.000,00

22 – INDÚSTRIA	**R$**	**10.000,00**
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	10.000,00

23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	**R$**	**240.000,00**
0051 – Promoção da Industria e Comércio	R$	240.000,00

25 – ENERGIA ELÉTRICA	**R$**	**140.000,00**
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	140.000,00

26 – TRANSPORTE	**R$**	**5.915.000,00**
0004 – Gestão Administrativa	R$	3.055. 000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	50.000,00
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	2.810. 000,00

27 – DESPORTO E LAZER	**R$**	**675.000,00**
0037 – Gestão da Política do Esporte e Lazer	R$	675.000,00

28 – ENCARGOS ESPECIAIS	**R$**	**640.000,00**
0013 – Serviço da Divida Interna	R$	640.000,00

99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	**20.400,00**
9999 – Reserva de Contingência	R$	20.400,00
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

I – CANAA PREVI – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 – PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**4.700.000,00**
0008 – Gestão de Benefícios do Canaã Previ.	R$	4.700.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

5 – Classificação Segundo a Natureza

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**32.444.600,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	18.194.000,00
32.00.00.00.00	Juros e Encargos da Divida	R$	75.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	14.175.600,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**2.835.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	2.280.000,00
46.00.00.00.00	Amortização da Divida	R$	555.000,00
99.00.00.00.00	**Reserva de Contingência**	**R$**	**20.400,00**
SUB-TOTAL	**R$**	**35.300.000,00**	

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**1.987.000,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	1.430.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	557.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**40.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	40.000,00
77.99.00.00.00	**Reserva de Legal do RPPS**	**R$**	**2.673.000,00**
SUB-TOTAL	**R$**	**4.700.000,00**	
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**	

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus Incisos da Lei nº. 4.320/64, até o limite de 30,00% (trinta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º desta lei.

b) - Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Art. 5.º -Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, independente do limite fixado no artigo anterior.

Art. 6.º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante lei específica.

Art. 7.º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8.º- Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.016.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.016, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Dezembro de 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Izaru Belarmino Leite

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 097/SCL/2015

Nomear, o Servidor VALDEMAR DE MOURA NETO (Titular), e JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES (Suplente), Fiscal da ata de registro de preços nº 025 de 2015 que tem como Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços a serem utilizados na recuperação/retífica de bomba injetora e motor de veículo e máquinas do município de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 28.737,00 (Vinte e Oito Mil Setecentos e Trinta e Sete Reais)

CONTRATADO:RETÍFICA DE MOTORES 2 IRMÃOS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 03 de Dezembro de 2016

GABINETE
LEI Nº. 1045, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.

Projeto de Lei n° 030/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 DO MUNICIPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) destinado a Câmara Municipal de Vereadores.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2015 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Função: 01 – Legislativa		
Subfuncão: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Ação do Legislativo		
Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos da Câmara.		
Natureza da Despesa:		
Fonte de Recursos: 0100 – Recursos ordinários		
3190.91.00 – Sentenças Judiciais	R$	215.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**215.000,00**

Artigo 3º - O presente credito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso III do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei, nas seguintes rubricas:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Função: 01 – Legislativa		
Subfuncão: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Ação do Legislativo		
Projeto: 1001 – Construção, Reforma e Readequação da Sede da Câmara		
Natureza da Despesa:		
Fonte de Recursos: 0100 – Recursos ordinários		
4490.51.00 – Obras e Instalações	R$	2.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**2.000,00**

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Unidade: 001 – Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte		
Função: 01 – Legislativa		
Subfuncão: 031 – Ação Legislativa		
Programa: 0001 – Ação do Legislativo		
Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos da Câmara.		
Natureza da Despesa:		
Fonte de Recursos: 0100 – Recursos ordinários		
3190.13.00 – Obrigações Patronais – INSS	R$	22.000,00
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	7.059,00
4490.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes	R$	7.541,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**36.600,00**

Órgão: 09 – Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Transportes.		
Unidade: 001 – Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Transportes.		
Função: 26 – Transporte		
Subfuncão: 782 – Transportes Rodoviário		
Programa: 0016 – Execução de Infraestrutura		
Atividade: 2063 – Manutenção do FETHAB.		
Natureza da Despesa:		
Fonte de Recursos: 0100 – Recursos ordinários		
3390.30.00 – Material De Consumo	R$	50.000,00
3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	76.400,00
4490.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes	R$	50.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**176.400,00**
TOTAL GERAL DAS ANULAÇÕES	**R$**	**215.000,00**

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal n° 1011/2014 – LDO 2015 e Lei Municipal n° 975/2013 – PPA 2014/2017, as alterações orçamentárias descritas nos artigos 2° e 3° desta lei.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Dezembro de 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Izaru Belarmino Leite

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GABINETE
LEI Nº. 1044, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.

Projeto de Lei n° 029/2015

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM PÚBLICO COM A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES CAMPONESES DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, aprovou e eu VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, com a Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ 22.966.349/0001-15, Termo de Cessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público abaixo relacionado:

I – "Praça 13 de Maio" em frente ao ponto de Taxi Central;

Parágrafo único – durante o período do ano com alto índice pluviométrico fica também autorizado o uso do Barracão da Feira Livre Municipal;

Art. 2º - O uso do bem imóvel cedido por esta Lei destina-se à utilização por parte Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte para a realização da feira campesina.

§1º O bem imóvel cedido não poderá ser utilizado ou disponibilizado para outros fins que não os de interesse da associação e seus associados, sendo vedada a sua cessão, locação, comodato ou arrendamento a terceiros, particulares ou não.

§2º A feira deverá ser realizada semanalmente as quartas-feiras no período das 16:00 as 22:00 horas.

§3º A Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte deverá exigir de seus associados a inclusão de suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural.

§4º A Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte deverá incentivar o manejo de boas práticas ambientais, nas quais se incluem em especial a produção de produtos orgânicos e o uso de sacolas ecológicas.

§5º Os produtos oferecidos pela Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte deverão atender os requisitos de sanidade e higiene delimitados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 3º - Para as instalações das barracas, na feira municipal, deverão os feirantes obedecer aos seguintes critérios:

a) espaço mínimo de 1,5 (um e meio) metro da outra, a fim de permitir a passagem de público;

b) as barracas deverão ser dispostas em alinhamento, de modo a ficar uma via de trânsito no centro, e terão sua frente voltada para esta via;

c) a distribuição das barracas será feita obedecendo sistematicamente à ordem numérica de inscrição, ressalvadas as barracas para venda de pescados que deverão ser instaladas em grupo ou grupos;

d) as barracas obedecerão a um tipo padrão, devendo ser desmontáveis, de acordo com modelo oficial da associação;

e) o feirante é obrigado a conservar a sua barraca em perfeito estado de conservação e higiene.

Art. 4º - Durante o período em que perdurar a cessão autorizada por esta Lei, a manutenção do bem cedido correrá por conta exclusiva Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte, que deverá zelar, guardar e conservar o bem, mantendo íntegro e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Art. 5º- A cessão de direito real de uso de que trata esta Lei, será pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por período igual, nas mesmas condições em sendo conveniente para a Administração Municipal.

Art. 6º - Os feirantes são obrigados a provarem não só a sua qualidade de produtor rural, mas também a declararem o lugar de suas culturas.

Parágrafo único - Constituem documentos comprobatórios: a declaração de produtor rural fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, o atestado de produtor fornecido pela Secretaria Municipal da Agricultura e a declaração de associado fornecida pela Associação dos Agricultores Camponeses do Município de Nova Canaã do Norte.

Art. 7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Dezembro de 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Izaru Belarmino Leite

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 098/SCL/2015

Nomear, o Servidor JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES (Titular), e ServidorEDMAR JOSE RIZZATO (Suplente), Fiscal do Contrato nº082/2015que tem como Objeto: Aquisição de materiais para serem utilizados na obra de pavimentação asfáltica no Distrito de Ouro Branco no município de Nova Canaã do Norte/MT, com um Total de 10.660,00 m². Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 112.516,30 (Cento e Doze Mil Quinhentos e Dezesseis Reais e Trinta Centavos)

CONTRATADO:CENTRO OESTE ASFALTOS S/A,

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 082/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: CENTRO OESTE ASFALTOS S/A

Objeto:aquisição de materiais para serem utilizados na obra de pavimentação asfáltica no Distrito de Ouro Branco no município de Nova Canaã do Norte/MT, com um Total de 10.660,00 m².

Valor: R$ 112.516,30 (Cento e Doze Mil Quinhentos e Dezesseis Reais e Trinta Centavos)

Vigência: 31 de Dezembro de 2015.

Data da Assinatura: 03 de Dezembro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 098/SCL/2015

Nomear, o Servidor JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES (Titular), e ServidorEDMAR JOSE RIZZATO (Suplente), Fiscal do Contrato nº082/2015que tem como Objeto: Aquisição de materiais para serem utilizados na obra de pavimentação asfáltica no Distrito de Ouro Branco no município de Nova Canaã do Norte/MT, com um Total de 10.660,00 m². Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 112.516,30 (Cento e Doze Mil Quinhentos e Dezesseis Reais e Trinta Centavos)

CONTRATADO:CENTRO OESTE ASFALTOS S/A,

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 099/SCL/2015

Nomear, o Servidor CARLOS ALBERTO MATIAS (Titular), e SUELI MENDES DE SÁ VIEIRA (Suplente), Fiscal da ata de registro de preços nº 026 de 2015 que tem como Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários sob medida para serem utilizados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Canaã do Norte/MT. que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 20.999,00 (Vinte Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais)

CONTRATADO:PAULO BATISTA DOS SANTOS 97790079115

VIGÊNCIA: 07 de Dezembro de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 345/14/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. FRANCISCO ENDLER no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o Sr. Dersio Antônio Paloski, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Tributos a partir do dia 01 de julho do ano de 2014, símbolo CC.

ART. 2° - O nomeado será lotado no Departamento de Fiscalização e Tributos, da Secretaria Municipal de Fazenda, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; funcional Programática 04.122.3004.2014 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Fiscalização e Tributos, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e catorze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 24 / 2015

Na data de 24/11/2015 as 8:30 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada pelo órgão:

03 001 GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

OBJETO:

AQUISICAO FUTURA E FRACIONADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA.

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedores os listados abaixo:

5917 M. A. R. KUFFEL ME 20.525.686/0001-41

TOTAL DO VENCEDOR R$ 83.528,49

3680 S.A.F. VIAIS ME 11.310.956/0001-06

TOTAL DO VENCEDOR R$ 66.413,04

Nova Guarita - MT, 08 de dezembro de 2015.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 21/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de pessoa jurídica, para segurar veículos: Voyage placa: OBL-6344, Spacefox placa: OAQ-9220, Amarok placa: OAQ-5929 e Amarok placa: OAQ-5920, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela na natureza e assistência 24 horas.

Favorecida: MAFRE SEGURO GERAIS S.A. VALOR R$ 7.980,00 (SETE MIL NOVECENTOS OITENTA REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Lacerda- MT 16 Novembro de 2015.

Valmir Luiz Moretto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 57/2015

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 57/2015

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 57/2015.

ABERTURA: 21 de dezembro de 2015 ás 08:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 08:00 ás 08:30 horas;

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios, originais e genuínas para manutenção de veículos leves, médios, pesados, para a frota municipal, atendendo Departamentos e Secretarias desta Prefeitura.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 08 de novembro de 2015.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 006/2015 PROCESSO 82/2015

OBJETO; Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para execução dos serviços em conformidade com o projeto estrutural de ponte rural em estrutura mista (concreto- metálica), sobre o Rio Novo, medindo: Comprimento Estimado: 50 metros, Largura de Tabuleiro: 5 metros.

CONTRATANTE; CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLIN LTDA

VALOR R$ 598.915,11 (Quinhentos noventa oito mil novecentos quinze reais onze centavos.)

Nova Lacerda- MT **08 Dezembro 2015.**

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 20/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO A VIGESIMO ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA- MT.

Favorecida: VALDIRENE FERREIRA DA SILVA-ME VALOR R$ 24. 625,00 (VINTE QUATRO SEISCENTOS VINTE CINCO REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Lacerda- MT 16 Novembro de 2015.

Valmir Luiz Moretto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 014 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Maringá - Mato Grosso - CMDCA, no uso de suas atribuições, nos termos dos itens 3, 4 e ANEXO VIII – CRONOGRAMA do EDITAL Nº. 001/2015 – CMDCA, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando que foram cumpridas regularmente todas as etapas e prazos relativos às inscrições,

RESOLVE:

I – Divulgar o Resultado da prova subjetiva realizada no dia 06 de dezembro de 2015:

NOME DO CANDIDATO	Nota	RESULTADO
ELIANE LOPES DE SOUZA	9,0	APROVADA
MARIANE FERREIRA DA SILVA	8,0	APROVADA

GLAUCIA EDINÉIA BERTE	7,0	APROVADA
JÉSSICA DALL'AGNOL	6,5	APROVADA
MARLENE VIDAL DA SILVA	6,0	APROVADA
LUCIANA MORO	-	AUSENTE

II - Alterar o ANEXO VIII, nos seguintes termos:

DATAS PRE-VISTAS	EVENTOS
06/12/2015	REALIZAÇÃO DA PROVA ELIMINATÓRIA
08/12/2015	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS
09/12 Á 10/ 12/2015	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
11/12/2015	RESPOSTA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO
30/11/2015	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS
14/12/2015	**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**
15/12/2015	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
16/12/2015	REUNIÃO PARA FIRMAR COMPROMISSO
18/12/2015	DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DO PROCESSO DE VOTAÇÃO
20/12/2015	ELEIÇÃO
21/12/2015	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
22/12 Á 23/ 12/2015	PERÍODO DE RECURSOS CONTRA A ELEIÇÃO
24/12/2015	DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A ELEIÇÃO
24/12/2015	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO EXECUTIVO
10/01/2016	POSSE DOS CONSELHEIROS

Nova Maringá- MT, em 08 de dezembro de 2015.

Tatiane Gebauer

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

---

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 029/2015

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro ladoo Sr. O Sr. **ADELICIO ZAMBONI,** portador da cédula de identidade**RG. 341.642 SSP/SC,** Inscrito no **CPF 076.446.399-34**, Residente e domiciliado **Av. Tancredo Neves nº. 814. Apto. 01, Bairro Centro – Cidade Sorriso** – CEP 78.445-000 - MT. doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

OBJETO – O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE REBOQUE TANQUE COM CAPACIDADE 32.00T, TRES EIXOS PARA ATENDER, PARA ATENDER OS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

DO PREÇO: – O valor da execução do objeto do presente Contrato, importa em R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

DA VIGENCIA: – O prazo do presente instrumento contratual é de 30 (trinta) dias, iniciando a vigência na data de sua assinatura em 03/ 12/2015, com seu término em 03/01/2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária: **06.001.26.782.0063.1045. 449052-219.**

ASSINAM:

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

Contratante

_____

ADELICIO ZAMBONI

CPF 076.446.399-34

Contratado

LICITAÇÃO
TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015

RETIFICA-SE O EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, PUBLICADO NO JORNAL ELETRÔNICO DA AMM/MT NA DATA DE 30/11/2015, ED. 2.362.

ONDE SE LÊ:

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **EMPRESA SILVA & BRIZOLA LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua João Paulo II, nº 54, Bairro Jardim Ouro Verde – Cidade Nova Olímpia – MT – CEP. 78.370-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº **19.409.914/0001-39**, representado neste ato por **LEONARDO BRUNO RODRIGUES PEDERIVA**, inscrito no CPF/MF sob nº 977.328.501-49, Residente e domiciliado na Rua Panamá, nº 499 W, no Bairro Jardim São João Município de Nova Olímpia-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

LEIA-SE:

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **EMPRESA SILVA & BRIZOLA LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua João Paulo II, nº 54, Bairro Jardim Ouro Verde – Cidade Nova Olímpia – MT – CEP. 78.370-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº **19.409.914/0001-39**, representado neste ato por **LEONARDO BRUNO RODRIGUES BRIZOLA**, inscrito no CPF/MF sob nº 977.328.501-49, Residente e domiciliado na Rua Panamá, nº 499 W, no Bairro Jardim São João Município de Nova Olímpia-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

Nova Maringá – MT, 08 de dezembro de 2015.

_____

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Chefe do Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 790/2015

LEI Nº 790/2015

Data 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2015 do Município de Nova Monte Verde, instituído pela Lei Municipal nº 703/2014, por anulação parcial ou total de saldos existentes, em conformidade ao artigo 43, § 1.º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 2º. O Crédito Adicional Suplementar é de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinados exclusivamente para folha de pagamento do mês de novembro de 2015, e será suplementado nas seguintes dotações orçamentárias:

GABINETE DO PREFEITO - GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0010.2003-319113000000 (027) Obrigações Patronais - Prevver	1.500,00
02.001.04.122.0010.2003-319013000000 (026) Obrigações Patronais - INSS	5.000,00
02.001.04.122.0010.2003-319011000000 (025) Vencimentos e Vantagens Fixas	25.000,00
TOTAL	31.500,00

GABINETE DO PREFEITO - ASSESSORIA JURÍDICA

02.003.02.062.0048.2004-319013000000 (043) Obrigações Patronais - INSS	2.000,00
02.003.02.062.0048.2004-319011000000 (042) Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
TOTAL	12.000,00

SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.122.0004.2006-319113000000 (053) Obrigações Patronais - Prevver	8.000,00
03.001.04.122.0004.2006-319013000000 (052) Obrigações Patronais - INSS	1.500,00
03.001.04.122.0004.2006-319011000000 (051) Vencimentos e Vantagens Fixas	125.000,00
TOTAL	134.500,00

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - GAB. DO SECRETÁRIO

05.001.12.361.0024.2012-319113000000 (089) Obrigações Patronais - Prevver	1.500,00
05.001.12.361.0024.2012-319013000000 (087) Obrigações Patronais - INSS	1.500,00
05.001.12.361.0024.2012-319004000000 (084) Contratação por Tempo Determinado	2.000,00
05.001.12.361.0024.2012-319011000000 (086) Vencimentos e Vantagens Fixas	82.000,00
TOTAL	87.000,00

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - FUNDEB 60%

05.002.12.361.0028.2018-319113000000 (124) Obrigações Patronais - Prevver	10.00,00
05.002.12.361.0028.2019-319013000000 (128) Obrigações Patronais - INSS	3.000,00
05.002.12.361.0028.2019-319011000000 (127) Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
05.002.12.361.0028.2018-319004000000 (120) Contratação por Tempo Determinado	13.000,00
05.002.12.361.0028.2019-319004000000 (125) Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
TOTAL	66.000,00

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%

05.003.12.361.0028.2021-319113000000 (144) Obrigações Patronais - Prevver	5.000,00
05.003.12.365.0028.2022-319113000000 (154) Obrigações Patronais - Prevver	4.000,00
05.003.12.365.0028.2022-319011000000 (152) Vencimentos e Vantagens Fixas	25.000,00
TOTAL	34.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - GABINETE

06.001.13.392.0022.2024-319013000000 (184) Obrigações Patronais - INSS	1.500,00
06.001.13.392.0022.2024-319011000000 (183) Vencimentos e Vantagens Fixas	8.000,00
TOTAL	9.500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUN. DE SAÚDE

07.002.10.305.0036.2031-319113000000 (312) Obrigações Patronais - Prevver	2.500,00
07.002.10.301.0032.2029-319113000000 (258) Obrigações Patronais - Prevver	6.000,00
07.002.10.301.0032.2026-319013000000 (245) Obrigações Patronais - INSS	1.000,00
07.002.10.301.0032.2029-319011000000 (256) Vencimentos e Vantagens Fixas	20.000,00
07.002.10.302.0033.2030-319011000000 (297) Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
07.002.10.305.0036.2031-319011000000 (310) Vencimentos e Vantagens Fixas	3.000,00
07.002.10.301.0032.2029-319004000000 (254) Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
07.002.10.301.0032.2026-319011000000 (244) Vencimentos e Vantagens Fixas	15.000,00
07.002.10.302.0033.2030-319004000000 (295) Contratação por Tempo Determinado	5.000,00
TOTAL	67.500,00

SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - GABINETE

08.001.20.606.0040.2036-319113000000 (328) Obrigações Patronais - Prevver	1.500,00
08.001.20.606.0040.2036-319013000000 (327) Obrigações Patronais - INSS	4.000,00
TOTAL	5.500,00

SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRAB. - GABINETE

09.001.08.122.0049.2071-319113000000 (360) Obrigações Patronais - Prevver	4.000,00
09.001.08.122.0049.2071-319013000000 (359) Obrigações Patronais - INSS	3.500,00
09.001.08.122.0049.2071-319011000000 (358) Vencimentos e Vantagens Fixas	58.000,00
TOTAL	65.500,00

SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSP. SERV. URB. - GABINETE

10.001.26.782.0012.2040-319013000000 (492) Obrigações Patronais - INSS	4.000,00
10.001.26.782.0012.2040-319011000000 (491) Vencimentos e Vantagens Fixas	55.000,00
10.001.26.782.0012.2040-319004000000 (489) Contratação por Tempo Determinado	5.000,00
TOTAL	64.000,00

SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUV. - GABINETE

11.001.27.813.0038.2044-319113000000 (555) Obrigações Patronais - Prevver	2.000,00
11.001.27.813.0038.2044-319011000000 (552) Vencimentos e Vantagens Fixas	3.000,00
11.001.27.813.0038.2044-319011000000 (552) Vencimentos e Vantagens Fixas	11.000,00

TOTAL	16.000,00

SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE - GABINETE

12.001.18.541.0046.2037-319013000000 (566) Obrigações Patronais - INSS	4.000,00
12.001.18.541.0046.2037-319011000000 (565) Vencimentos e Vantagens Fixas	3.000,00
TOTAL	7.000,00

Art. 3º. Visando fazer face ao disposto do artigo 1º desta Lei, serão anulados dos saldos existentes, parcialmente ou totalmente o montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - DEPTO DE APOIO EDUC.

05.004.12.361.0026.2014-339030000000 (166) Material de Consumo	50.000,00
05.004.12.361.0029.2013-339039000000 (170) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
TOTAL	100.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUN. DE SAÚDE

07.002.10.302.0033.2030-319009000000 (296) Salário Família	1.000,00
07.002.10.305.0036.2031-339033000000 (315) Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00
TOTAL	3.000,00

SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRAB. - GABINETE

09.001.08.122.0049.2071-449051000000 (366) Obras e Instalações	1.000,00
09.001.08.125.0051.2056-339033000000 (371) Passagens e Despesas com Locomoção	3.000,00
09.001.08.125.0051.2056-339039000000 (372) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
09.001.08.243.0055.2046-339033000000 (377) Passagens e Despesas com Locomoção	3.000,00
09.001.08.243.0055.2046-339048000000 (380) Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	5.000,00
09.001.08.243.0055.2046-449052000000 (381) Equipamentos e Materiais Permanentes	5.000,00
09.001.08.244.0012.1028-449051000000 (386) Obras e Instalações	2.000,00
09.001.08.244.0012.1028-449052000000 (387) Equipamentos e Materiais Permanentes	6.000,00
09.001.08.244.0056.2076-339036000000 (580) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
TOTAL	32.000,00

SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL, TRAB. - FUNDO ASSIST.

09.002.08.241.0014.1029-449052000000 (389) Equipamentos e Materiais Permanentes	1.000,00
09.002.08.244.0049.2081-319004000000 (442) Contratação por Tempo Determinado	30.000,00
09.002.08.244.0049.2081-319011000000 (443) Vencimentos e Vantagens Fixas	100.000,00
09.002.08.244.0049.2081-319013000000 (444) Obrigações Patronais - INSS	13.000,00
09.002.08.244.0049.2081-319113000000 (445) Obrigações Patronais - Prevver	25.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339014000000 (446) Diárias Civil	5.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339030000000 (447) Material de Consumo	55.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339033000000 (448) Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339036000000 (449) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Física	13.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339039000000 (450) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339048000000 (451) Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	5.000,00
09.002.08.244.0049.2081-339093000000 (452) Indenizações e Restituições	2.000,00
09.002.08.244.0049.2081-449051000000 (453) Obras e Instalações	5.000,00
09.002.08.244.0049.2081-449052000000 (454) Equipamentos e Materiais Permanentes	4.500,00
09.002.08.244.0049.2081-449061000000 (455) Aquisição de Imóveis	5.000,00
09.002.08.244.0049.2082-319011000000 (456) Vencimentos e Vantagens Fixas	65.000,00
09.002.08.244.0049.2082-319013000000 (457) Obrigações Patronais - INSS	7.000,00
09.002.08.244.0049.2082-319113000000 (458) Obrigações Patronais - Prevver	10.000,00
09.002.08.244.0049.2082-339033000000 (460) Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
09.002.08.244.0049.2082-339036000000 (461) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00
09.002.08.244.0049.2082-449052000000 (462) Equipamentos e Materiais Permanentes	10.000,00
09.002.08.244.0056.2076-339030000000 (463) Material de Consumo	10.000,00
09.002.08.244.0058.2016-339030000000 (465) Material de Consumo	1.500,00
09.002.08.244.0058.2016-339039000000 (467) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
09.002.08.244.0058.2016-449052000000 (468) Equipamentos e Materiais Permanentes	3.500,00
TOTAL	437.500,00

SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL, TRAB. - DEFESA CIVIL

09.003.08.182.0057.2078-319004000000 (477) Contratação por Tempo Determinado	5.000,00
09.003.08.182.0057.2078-319011000000 (478) Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
09.003.08.182.0057.2078-319013000000 (479) Obrigações Patronais - INSS	2.000,00
09.003.08.182.0057.2078-339030000000 (480) Material de Consumo	5.000,00
09.003.08.182.0057.2078-339039000000 (481) Outro Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
TOTAL	22.000,00

SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSP. SERV. URB. - GABINETE

10.001.26.782.0012.2040-449061000000 (502) Aquisição de Imóveis	5.500,00
TOTAL	5.500,00

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde MT, em 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 789/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 789/2015

DATA: 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Sumário

TÍTULO I – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE -MT
Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar
Seção III – Parte Especial: Tributos Municipais
TÍTULO II – DOS CADASTROS FISCAIS
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única
CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO
Seção Única
CAPÍTULO III – A INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
Seção Única
TÍTULO III – DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU
Seção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador
Seção II - Do Sujeito Passivo
Seção III – Da Planta Genérica de Valores
Seção IV – Da Base de Cálculo e da Alíquota
Seção V – Do Lançamento e da Arrecadação
Seção VI – Das Isenções
Seção VII – Das Infrações e das Penalidades
CAPÍTULO II – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
Seção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador
Seção II – Do Sujeito Passivo
Seção III - Base de Cálculo e Alíquota
Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação
Seção VI – Das Isenções
Seção VI – Das Infrações e das Penalidades
CAPITULO III – DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS – ITBI
Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência
Seção II – Da não Incidência, da Imunidade e da Isenção
Seção III – Dos Contribuintes
Seção IV – Da Base de Cálculo e das Alíquotas
Seção V - Da Arrecadação do Imposto
Seção VI – Da Restituição do Imposto
Seção VII – Das Impugnações e dos Recursos
Seção VIII – Das Obrigações dos Notários, Registradores e Servidores da Justiça
TÍTULO IV – DAS TAXAS
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
Seção I – Da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública
Seção II – Das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento
Seção III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial
Seção IV – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral
Seção V – Taxa de Fiscalização para Licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante
Seção VI – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento de Áreas Particulares
Seção VII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação do Solo nas
Vias e Logradouros Públicos

Seção VIII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais
Seção VIX – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas
TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I – Do Fato Gerador
Seção II – Do Sujeito Passivo
Seção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota
Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação
Seção V – Da Infração e da Penalidade
Seção IV – Da Contribuição para o Custeio e Serviço de Iluminação Pública - CIP 100
TÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES
CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
Seção I – Das Modalidades
Seção II – Do Fato Gerador
Seção III – Do Sujeito Ativo
Seção V – Do Domicílio Tributário
CAPÍTULO III – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I – Das Disposições Gerais
Seção II – Da Constituição do Crédito Tributário
Seção III – Do Lançamento
Seção IV – Da Reclamação Contra o Lançamento
Seção V – Da Cobrança e do Recolhimento
Seção VI – Da Restituição
Seção VII - Da Suspensão do Crédito Tributário e de suas Modalidades
Seção VIII – Extinção do Crédito Tributário e suas Modalidades
Seção IX – Exclusão do Crédito Tributário e suas Modalidades
CAPITULO IV – DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Seção I – Das Disposições Gerais
Seção II – Da Atualização Monetária, Multas e dos Juros Demora.
TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Seção I – Da Consulta
Seção II – Da Fiscalização
Seção III – Das Certidões e Avaliações
Seção IV – Da Dívida Ativa Tributária
CAPÍTULO II – DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO
Seção I – Da Impugnação
Seção II – Da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão
Seção III – Termo de Apreensão
Seção IV – Defesa
Seção V – Das Diligências
Seção VI – Dos Prazos
Seção VII – Da Primeira Instância Administrativa
Seção VIII – Segunda Instância Administrativa
Seção IX – Da Execução das Decisões Fiscais

LIVRO PRIMEIRO

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Código tributário do Município, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinente, tendo a denominação de "CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT".

Art. 2º Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TÍTULO I – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE -MT

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÃO GERAIS

Seção I – Da Legislação Tributária Aplicável ao Município

Art. 3º A expressão "Legislação Tributária", compreende as leis decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º O executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido pelo Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172 de outubro de 1966) e Legislação Federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e Segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal.

III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ou Estadual.

Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 6º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional função ou por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens por meio de tributos interestadual ou intermunicipal, ressalvado a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público:

VI – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, Estado e do Município.

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativo atendido os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

§ 1º As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas "a" a "d" da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 5.172/66 –(Código Tributário Nacional), e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei.

Art. 7º Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos ou a sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;

V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias os seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

VII – qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.

§ 1º Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC - (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da correção do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§ 2º A atualização a que se refere o parágrafo primeiro, deste artigo, será determinada pelo parágrafo único do art. 437, desta lei.

Seção III – Parte Especial: Tributos Municipais

Art. 8º Ficam instituídos os seguintes tributos Municipais:

I – impostos, a serem cobrados pelo Município são os seguintes:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;

c) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição.

II – taxas, a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

a) De Serviço Urbano, é devida pela utilização, efetiva ou potencial, prestado pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária, que é:

1 – Taxa de Coleta de Lixo.

2 – De Fiscalização, é o poder de policia administrativa do Município para prévio exame, dentro do seu território, das condições de localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza, e é devida para cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades, ainda em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especifica sobre o assunto, que são:

3 – Taxa de Fiscalização para Licença de Localização e/ou Funcionamento de estabelecimento de atividades de qualquer natureza;

4 – Taxa de Fiscalização para Licença de Funcionamento em Horário Especial;

5 – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

6 – Taxa de Fiscalização para licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante;

7 – Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação, Execução de Obras, Instalação, arruamentos e Loteamento Particular;

8 – Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

9 – Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

10 – Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Carga;

11 – Taxa de Cemitério

12 – Taxa de expediente

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter impessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º Serão instituídos por Decreto do Executivo Municipal, os preços e tarifas públicas, não compreendidas como taxa de prestação de serviços, constante no inciso II do artigo 8º deste Código.

TÍTULO II – DOS CADASTROS FISCAIS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única

Art.9º O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

§ 1º - O Cadastro Fiscal Imobiliário compreende:

a) os lotes e terrenos com edificação ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;

b) os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural.

§ 2º O Cadastro Fiscal das Atividades Econômicas, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria, de comércio e os prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais e/ou temporários lucrativos ou não, existentes no Território do Município.

§ 3º Entendem-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 10. Todos os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior, e aqueles que, individualmente, ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas ou não no Município, estarão sujeitos à inscrição obrigatória do Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 11. O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 12. A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Seção Única

Art. 13. Todos os imóveis, edificados ou não, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, em quaisquer situações e que incide o lançamento do IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário pelo órgão competente.

Parágrafo Único – A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;

II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e funcionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a Inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.

III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "in loco";

IV – a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anteriores.

Art. 14. Para complementar a inscrição do cadastro fiscal imobiliário dos imóveis urbanos, urbanizáveis ou de expansão urbana, serão os responsáveis obrigados a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

§ 1º São responsáveis pelo fornecimento de informações complementares:

I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;

II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III – O compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis;

IV – o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade à compra e a venda de bens imóveis.

§ 2º As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código para os infratores.

§ 3º Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 15. O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, que poderá a seu critério, colocá-lo à venda na rede comercial local, ou fornecê-la no próprio setor competente ou disponibilizá-lo via internet - cobrando a tarifa devida.

Art. 16. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, e os dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde correrá a ação.

Parágrafo Único – Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 17. Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior hajam sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números da quadra e dos lotes, e o valor do contrato de venda, juntamente com a cópia da certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita a anotação e atualização no cadastro fiscal imobiliário.

Art. 18. Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 19. Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5 (cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou contratos de compromisso de compra e venda no mês anterior, com os nomes do outorgado e respectivos valores.

Art. 20. Somente será concedido “habite-se” à edificação nova ou aceitas obras em edificação, reconstrução ou reforma, caso o Cadastro Fiscal Imobiliário afirme, no respectivo processo, já haver sido procedida à atualização cadastral do imóvel em questão.

Art. 21. Os imóveis não inscritos e/ou informações não prestadas no prazo e forma desta Lei, bem como aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé, dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória, quando “in loco”, o servidor credenciado tiver seus trabalhos dificultados, embaraçados impedido de cadastramento ou recadastramento, serão considerados infratores.

Parágrafo Único – Nos casos mencionados neste artigo, as autoridades fiscais competentes poderão lavrar Auto de Infração, lançamento no Cadastro Fiscal Imobiliário os dados obtidos através de fiscalização e outras informações, lançando a multa, de conformidade com os incisos do artigo 53, deste Código.

CAPÍTULO III – A INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Seção Única

Art. 22. A inscrição no cadastro fiscal das atividades econômicas exercidas no município será feita pelo responsável do estabelecimento, ou seu representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, formada pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo Único – A inscrição, a critério da administração municipal, poderá ser promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem móvel;

II – de conformidade com os incisos II à IV, do parágrafo único, do artigo 13, deste Código.

Art. 23. A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita antes da respectiva abertura dos negócios.

Art. 24. A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único – No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 25. A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura, por intermédio de requerimento expondo todo o elemento necessário do fato, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados da data da paralisação.

§ 1º A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02 (dois) anos não podendo ser feita retroatividade.

§ 2º A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividade, negócios e produção, indústria, comércio ou prestação de serviços.

§ 3º Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da Inscrição a transferência e/ou a venda do estabelecimento.

Art. 26. Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades, nos seguintes casos:

I – para suspensão:

a) não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;

b) não for atendida a convocação para o recadastramento.

II – para cancelamento:

a) quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Fiscal de Atividades;

b) não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;

Art. 27. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertença a diferente pessoa física ou jurídica;

II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, esteja localizado em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único – Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

TÍTULO III – DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Seção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art.28. A hipótese de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município.

Art. 29. A incidência do Imposto Independe:

I – da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II – do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 30. Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbanas tais como as comunidades existentes no território do município e/ou em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do caput deste artigo e que se enquadrarem aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelos órgãos competentes da Prefeitura, que seja destinada a habitação, indústria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a uso residencial, de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

Art. 31. Bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para Habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 32. O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 33. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é um imposto real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "mortis-causa" ou “doação”.

Parágrafo Único – Para a lavratura de escritura pública de transmissão de bem imóvel considerado urbano, é obrigatória à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal. No caso de descumprimento, ficam solidariamente obrigados a este pagamento todos os contratantes.

Seção II - Do Sujeito Passivo

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel, ainda que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Fiscal do município em nome de pessoa diversa.

§ 1º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles se tomará o titular do domínio útil.

§ 3º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário será considerado sujeito passivo da obrigação tributária.

Seção III – Da Planta Genérica de Valores

Art. 35. A Planta Genérica de Valores - PGV consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Nova Monte Verde - MT, a qual deverá considerar toda a extensão do município.

§ 1º A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis e servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais.

I – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II – Imposto sobre Transmissão “inter-vivos” de bens imóveis e direitos reais a eles relativos, observado o disposto no artigo 96 desta lei;

III – Contribuição de Melhoria.

§ 2º A planta genérica de valores será regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal, após a criação e instituição feita mediante lei municipal, a qual será elaborada com a participação de comissão constituída da seguinte forma:

I. 01 corretor de imóveis;

II. 01 engenheiro ou arquiteto;

III. 01 representante da Câmara Municipal;

IV. 01 representante da Associação Comercial e Industrial de Nova Monte Verde;

V. 01 representante das Associações de Moradores de bairros;

VI. 01 representante da Fazenda Municipal;

Art. 36. Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção serão determinados em função dos elementos seguintes, tomados em conjunto ou separadamente:

I – preços correntes das transações e das ofertas às vendas do mercado imobiliário atualizado anualmente;

II – custos de produção;

III – locações correntes;

IV – características da região onde se situa o imóvel;

V – fator de obsolescência;

VI – padrão ou tipo de construção.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I – o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;

II – as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 37. A planta genérica de valores será reajustada anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pela área onde se localizam, bem como, o preço corrente no mercado, por ato do Poder Executivo Municipal conforme disposto no parágrafo 2º do artigo anterior.

Parágrafo Único – Quando não forem objetos de reajustes previstos neste artigo, os valores serão atualizados, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do artigo 437, deste Código.

Art. 38. Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

Seção IV – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 39. A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizava ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido, de acordo com a seguinte forma:

VVI = VVT + VVE

onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel;

VVT = Valor Venal do Terreno;

VVE = Valor Venal da Edificação.

§ 1º Para efeito de determinação do valor venal do terreno, considera-se:

I – O valor venal do terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte formula:

VVT = VGM²T x AT x P x T x S

onde:

VVT = Valor Venal do Terreno;

VGM²T = Valor Genérico do Metro Quadrado do Terreno;

AT = Área do Terreno;

P = Coeficiente corretivo de pedologia;

T = Coeficiente corretivo de topografia e;

S = Coeficiente corretivo de situação do terreno.

a) O valor genérico de metro quadrado do terreno (VGM²T) será obtido através da Tabela de valores por metro quadrado de terreno constante da PGV, considerando o nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da referida tabela, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido.

b) A área do terreno, referida pela sigla “AT”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.

c) O coeficiente corretivo de situação, referido pela sigla “S”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

d) O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela sigla “T”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

e) O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela sigla “P”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno - PGV.

§ 2º Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 3º O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I – ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II – no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III – no caso de imóvel construído, conforme o inciso I, do artigo 39 deste Código, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV – no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terá seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente e de maior valor na referida tabela.

§ 4º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

FI = AE x AT

ATE

Onde:

FI = Fração Ideal.

AE = Área Edificada da unidade;

AT = Área do Terreno e;

ATE = Área Total Edificada no lote;

§ 5º - Para efeito de determinação do valor venal da edificação, considera-se:

II – O valor venal da edificação será obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado por faixa de pontuação da edificação, multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente de estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

VVE = VM²E x AE x EC x (CLE)

Onde:

VVE = Valor Venal da Edificação;

VM²E = Valor do Metro Quadrado de Edificação é a soma dos coeficientes da característica da edificação e enquadrado por faixa de valor;

AE = Área Edificação;

EC = Estado de Conservação;

CLE = Corretivo de Localização da Edificação.

a) O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda “VM²E”, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos das edificações, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados, serão enquadrado por faixa de valores conforme Tabela constante da PGV.

b) A área da edificação, referida pela sigla “AE”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;

c) O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela sigla "EC”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

d) O coeficiente corretivo de localização da edificação, referida na sigla "CLE“, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua localização. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

Art. 40. Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 41. O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

I – Em caso de imóvel urbano edificado para fim residencial ou comercial será de 1,0% (um por cento);

II – Em caso de chácaras urbanas com benfeitorias e com uso do solo será de 1,0% (um por cento);

III – Em caso de imóvel urbano não edificado ou chácaras urbanas sem benfeitorias e sem uso do solo, o Imposto Territorial será progressivo no tempo, de acordo com as seguintes alíquotas: até um ano 1,5% (um e meio porcento)

Parágrafo Único –**§ 1º -** O não atendimento a qualquer dos prazos mencionados no item III, acima, caracterizará os imóveis como sendo subutilizados para os fins desta Lei, passando a incidir sobre os mesmos o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de forma progressiva no tempo, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, art. 7º com a incidência das seguintes alíquotas:

após o terceiro ano, alíquota de 3% (três por cento);

após o quarto ano, alíquota de 4% (quarto por cento);

após o quinto ano, alíquota de 5% (cinco por cento);

após o sexto ano, alíquota de 6% (seis por cento);

após sétimo ano, alíquota de 7% (sete por cento).

Art. 42. Será reajustado ou atualizado anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos Imóveis Urbanos, área urbanizáveis e de expansão urbanas, de conformidade com o parágrafo único do Art. 37, desta lei.

Art. 43. O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a 01 (uma) UPFM - Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde.

Seção V – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 44. O lançamento do Imposto, a ser efetuado pela autoridade administrativa, sempre que possível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, tomando por base a situação cadastral até dezembro do exercício anterior à ocorrência do fato gerador.

§ 1º O Cadastro fiscal imobiliário do município deverá, preferencialmente, coincidir com os dados existentes no Registro de Imóveis competente, havendo correspondência entre as características do imóvel e do proprietário ou titular de direitos reais.

§ 2º O contribuinte lançado no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município somente será alterado mediante a ocorrência da transmissão da propriedade, comprovada por certidão ou informação expedida pelo registro de imóveis local ou por outro documento equivalente, se o imóvel não possuir título de propriedade registrado.

§ 3º O lançamento e a forma de recolhimento do imposto, bem como o percentual a ser utilizado do valor venal do imóvel, serão efetuados conforme dispuser Decreto do Executivo.

§ 4º Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos do Imposto taxas e tarifas públicas por cada unidade.

§ 5º Considera-se ocorrido o fato gerador a partir de 1º de janeiro de cada ano.

Art. 45. Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal imobiliário, ainda que o tributo seja devido ou pago por outra pessoa.

§ 1º No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas ou no caso de não ser possível a identificação o lançamento será efetuado no nome de qualquer um dos condôminos.

§ 2º Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º Quando o imóvel pertencer a espólio far-se-á o lançamento em nome deste e feita à partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de registro perante o registro de imóveis competente do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 5º O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do compromissário comprador, desde que o instrumento seja registrado na matrícula do imóvel, perante o registro de imóveis.

Art. 46. Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 47. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 48. O Imposto será pago de uma vez ou parcelado mediante ato do executivo, a critério da Administração Pública Municipal, definido em regulamento por decreto.

§ 1º O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do país.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única poderá será beneficiado com desconto a ser definidos em regulamento.

Art. 49. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprios, retificadas as falhas dos lançamentos existentes, bem como lançamento substitutivo.

Art. 50. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falha da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, desobrigando-os da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 51. O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento.

Seção VI – Das Isenções

Art. 52. São isentos ou imunes:

I – do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

a) Os estabelecimentos beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo a indigentes, indígenas, à infância, à juventude e à velhice desamparada;

b) Os templos de qualquer culto**;**

c) Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso exclusivo do objetivo social das entidades imunes pela Constituição Federal, Os imóveis integrantes do patrimônio da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (CF, artigo 150, VI, a e §2º); quando próprios ou em regime de comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação "*in loco*" pelo Órgão Municipal competente.

d) Os imóveis integrantes do patrimônio dos partidos políticos, inclusive suas fundações; do patrimônio das entidades sindicais dos trabalhadores; das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos e atendidos os requisitos da lei (CF, artigo 150, VI, c); e das instituições de Educação e de Assistência Social.

e) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos (as), inválidos(as), idosos(as), viúvos(as) e aposentados(as), pensionista, que tenha simplesmente um único imóvel urbano e com rendimento de até 02 (dois) salários mínimos vigentes na data de lançamento do IPTU, sujeito entretanto, à análise e concessão pela Secretaria Municipal de Finanças;

f) O imóvel residencial pertencente à família que tem filho/a com deficiência física ou mental, desde que, comprovada a incapacidade para desempenhar atividade de trabalho, e com renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos vigentes na data de lançamento do IPTU;

g) Pertencente à sociedade civil sem fins lucrativo e destinado ao exercício de atividade culturais, recreativas ou esportivas;

h) Os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, com atendimento totalmente gratuito;

i) O imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que comprovada a inscrição e pagamento de tais bens perante o Imposto Territorial Rural - ITR.

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido do proprietário ou interessado, desde que comprove mediante pagamento ou justifique as circunstâncias, devendo ser anualmente reformulado, até o último dia de expediente do exercício financeiro. No caso de não cumprimento do estabelecido, fica o setor competente da administração municipal autorizado e legitimado a promover o lançamento e cobrança do IPTU.

Seção VII – Das Infrações e das Penalidades

Art. 53. Serão punidos com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades os contribuintes que infligirem às seguintes infrações:

I – multa de 20% (vinte por cento), quando do não comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações da já existente;

II – multa de 40% (quarenta por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel;

III – multa de 100% (cem por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento “in loco”.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II, e alínea “a” "b" do art. 357.

CAPÍTULO II – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art. 54. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviço, por empresa ou profissionais autônomos no território do Município, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esse não se constitua como atividade preponderante do prestador, de serviço constante da lista no Artigo 56, deste Código.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista indicado no caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º Para efeito deste Imposto considera-se:

I – empresa – toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço ou a pessoa física que estiver mais de 2 (duas) pessoas contratadas;

II – profissional autônomo – toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III – sociedade de profissionais – sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizado para a prestação de qualquer dos serviços que tenham seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

IV – trabalhador avulso – aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sem dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;

V – trabalho pessoal – aquele material ou intelectual executado pelo próprio prestador, pessoa física; não o desqualifica nem descaracteriza a contratação de empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes de essência do serviço;

§ 5º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 55. A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

a) Da existência de estabelecimento fixo;

b) Do resultado financeiro do exercício da atividade;

c) Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

d) Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

e) Da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º Para os efeitos de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço:

I – o do estabelecimento prestador no Município;

II – na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador no Município;

III – na falta dos Incisos I e II deste artigo, considera-se o local onde efetuar a prestação de serviço no território do Município.

§ 2º O imposto será devido no local, quando nas hipóteses prevista nos incisos I a XX, como segue:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 54 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista anexa;

X – do reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista anexa;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 3º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;

IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência, ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 5º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora de estabelecimento prestador, desde que seja no território do Município.

§ 6º São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.

§ 7º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 8º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 9º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 56. Se sujeita ao Imposto, os serviços de:

1 Serviços de informática e congêneres.

1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 Programação.

1.03 Processamento de dados e congêneres.

1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 Assessoria e consultoria em informática.

1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 Serviços de saúde, assistência médica e congênere.

4.01 Medicina e biomedicina.

4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sono grafia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos- socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 Instrumentação cirúrgica.

4.05 Acupuntura.

4.06 Enfermagem inclusive serviços auxiliares.

4.07 Serviços farmacêuticos.

4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.

4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 Nutrição.

4.11 Obstetrícia.

4.12 Odontologia.

4.13 Ortopédica.

4.14 Próteses sobencomenda.

4.15 Psicanálise.

4.16 Psicologia.

4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.

4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 Serviços de medicina e assistência veterinárias e congêneres.

5.01 Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.

6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.

7 Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 Demolição.

7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 Calafetação.

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.18 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.19 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart- hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 Guias de turismo.

10 Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantile (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 Agenciamento marítimo.

10.07 Agenciamento de notícias.

10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 Distribuição de bens de terceiros.

11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 Espetáculos teatrais.

12.02 Exibições cinematográficas.

12.03 Espetáculos circenses.

12.04 Programas de auditório.

12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 Corridas e competições de animais.

12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 Execução de música.

12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 Assistência técnica.

14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 Colocação de molduras e congêneres.

14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 Tinturaria e lavanderia.

14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 Funilaria e lanternagem.

14.13 Carpintaria e serralheria.

15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeiras e congêneres.

15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.

17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 VETADO

17.08 Franquia (franchising).

17.09 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 Leilão e congêneres.

17.14 Advocacia.

17.15 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 Auditoria.

17.17 Análise de Organização e Métodos.

17.18 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 Estatística.

17.22 Cobrança em geral.

17.23 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionadas a operações de faturização (factoring).

17.24 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerencia de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logísticas e congêneres.

20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 Serviços de exploração de rodovia.

22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 Planos ou convênio funerários.

25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 Serviços de assistência social.

27.01 Serviços de assistência social.

28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 Serviços de biblioteconomia.

29.01 Serviços de biblioteconomia.

30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 Serviços de desenhos técnicos.

32.01 Serviços de desenhos técnicos.

33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 Serviços de meteorologia.

36.01 Serviços de meteorologia.

37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 Serviços de museologia.

38.01 Serviços de museologia.

39 Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 Obras de arte sob encomenda

Parágrafo Único – Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 57. Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço mencionado no artigo 56 deste Código.

Parágrafo Único – Não são contribuintes do Imposto, os que prestem serviço na condição:

I – de assalariados, definidos como nas leis trabalhistas, pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos;

II – de servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas legislações que os definam nessa situação ou condição;

III – de diretores de sociedade anônima, de sociedades por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedade civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios quotistas, acionistas ou participantes;

IV – de membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedade;

V – os trabalhos avulsos, assim definidos na Consolidação das Leis de trabalho.

Art. 58. Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regime de imunidade ou isenção, se utilizar de serviços de terceiros, quando:

I – os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:

a) de pagamento efetuado, sob forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

b) pagamento efetuado sob forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município

II – a pessoa física, jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, sob firma, nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:

a) integralmente se alienante cessar a exploração da atividade;

b) subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.

III – os que sublocarem, ceder, transferirem a terceira a inscrição de sua propriedade, que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;

IV – a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, á responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;

§ 1º O disposto no inciso III, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.

Art. 59. Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:

I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;

II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de bens sinistrados;

III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;

IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;

V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão-de-obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;

VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médicas hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

VII – às construtoras, em relação aos serviços subempreitados;

VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;

IX – o prestador de serviço e não comprovar imunidade ou isenção;

X – o Município, inclusive sua autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;

XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagam as empresas corretoras de imóveis;

XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XIV – os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XV – os frigoríficos que contratar serviços de terceiros;

XVI – quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviços de terceiros.

§ 1º A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN, incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.

§ 2º Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o 15º útil dia do mês subsequente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, dos incisos I, II e alínea "b" do art. 357, deste Código.

§ 2º Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o 20º útil dia do mês subsequente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, dos incisos I, II e alínea "b" do art. 357, deste Código.(Incluído pela emenda modificativa ao Projeto de Lei 698/2015).

§ 3º Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outra atividade sujeita ao ISSQN, bem como baixar Normas Complementares para aplicação do disposto neste artigo.

§ 4º O Substituto Tributário deverá apresentar relatório mensal, contendo o nome da inscrição no cadastro econômico, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido.

Art. 60. A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

Seção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 61. A base de cálculo do imposto é preço bruto do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo do serviço prestado mensal do contribuinte e quando o serviço for prestado em caráter pessoal, será aplicada anualmente em quantidade de UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal de Nova Monte Verde) ou prcentual, de conformidade com a Tabela/Anexo-I, deste Código.

Art. 62. Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

§ 1º Na hipótese de serviços prestados, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 2º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 3º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, os valores dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta lei; caso não seja apresentado planilha de custos da obra pelo contribuinte, aplica-se a Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009 nos seus artigos 121, 122 e 123 Da Apuração da Base de cálculo da retenção.

§ 4º A base de cálculo apurado nos termos do parágrafo anterior:

I – é reduzida, nos Municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio, para sessenta por cento de seu valor;

II – é acrescida, nos Municípios onde existe posto de cobrança de pedágio, do complemento necessário à sua integralidade em relação à rodovia explorada:

§ 5º Para efeitos do disposto nos § 2º, § 3º e § 4º, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos eqüidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Art.63. Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como, o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como deduzíveis, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.

§ 1º Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 2º Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 3º Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal, mediante respectivo montante.

§ 4º Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas extras últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada, pelo mesmo prestador de serviços, em convênio com instituições pública ou privada desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Art. 64. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto será calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art.65. Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, para facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributaria e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 66. Quando definido tratamento adequado de acordo proposição do artigo anterior será observada as seguintes normas relativas ao cálculo.

I – com base em informações do sujeito passivo em que outro elemento informativo será estimado o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro dependem da aprovação do Secretário Municipal de Fazenda.

II – quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, optará pelos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

Art.67. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sem que, fundamentalmente:

I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV – sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V – o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 68. Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo Prefeito Municipal levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I – os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II – os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III – as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folha de salários pagos, honorários de direitos retirados de sócio ou gerente;

c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;

d) 10% (dez) por cento, do valor venal do imóvel ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo.

e) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 69. Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondente do valor das subempreitada, sobre as quais já tenham incidido o imposto.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.70. O Imposto será lançado:

I – quando na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, poderá ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, correspondendo de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo e critério da Administração Pública Municipal, conforme regulamento.

II – mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art.71. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividade de terceiros.

§ 2º Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;

II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais.

III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;

IV – os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 3º O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 4º Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 5º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Art. 72. Os livros fiscais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelo contribuinte durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.

§ 1º A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis.

§ 2º Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver incidência do imposto e a exigir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

Art. 73. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 74. A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:

I – quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III – quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações previstas na legislação vigente;

IV – quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V – quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 75. O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – o previsto nos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

III – o local onde se estabelece o contribuinte.

Parágrafo Único – A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 76. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 77. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

Art. 78. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 79. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 80. No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser o regulamento.

Art. 81. As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornar sujeitos à incidência do imposto serão lançados a partir do trimestre em que iniciar as atividades.

Art. 82. Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 83. O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único – Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 84. No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I – será estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensal;

II – findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a mais;

III – qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 85. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributarias, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto, atendendo o disposto no art. 66, deste Código.

Art. 86. Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do inciso II do art. 72, independentemente do pagamento do preço ser efetuado a vista ou em prestações.

Seção VI – Das Isenções

Art.87. São isentos e imunes do imposto:

a) Os serviços prestados pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, assim como pelas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que esses serviços sejam vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes (CF, artigo 150, VI, a e §2º).

b) Os serviços prestados por partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei (CF, artigo 150, VI, c).

Atenção: A imunidade não alcança os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário (CF, artigo 150, §3º).

c) Os assalariados, como tais definidos pelas Leis Trabalhistas pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalhos a terceiros;

d) Os diretores e membros de Conselhos de Sociedades Anônimas, por ações e de economia mista, bem como outros tipos de Sociedades Civis e Comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas ou participantes;

e) Os trabalhadores avulsos;

f) Os locadores de livros novos e usados;

g) Os promotores de concertos, recitais, shows, avant-première, cinematográficas, exposições, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistências e desportivos sem finalidade lucrativa.

h) Os trabalhadores autônomos e os negócios de rudimentar organização, tal como definidos no regulamento, cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzem renda mensal superior ao valor de 02 (dois) Salários Mínimo. (Suprimido pela Emenda Modificatica ao Projeto de Lei 698/2015).

i) Os jornais ou periódicos, bem como as estações rádio-emissoras destinados a caráter e de interesse da coletividade.

j) As casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa;

k) O Micro empreendedor individual (MEI) que optar pelo sistema de Recolhimento em Valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI) Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008. Lei Municipal nº 388//2009 de 27 de Maio de 2009

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido das pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será reformulada, período fracionário ou anualmente, a critério da Fazenda Municipal.

Seção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 88. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Multa de importância igual a 20% (vinte por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) Iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) Deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

c) Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;

d) Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

e) Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

f) Deixar de remeter à prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;

g) Negar-se a exibir livros e documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização;

h) Apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II – multa de importância igual a 30% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de livros fiscais;

b) Falta de escrituração do Imposto devido;

c) Dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) Falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

III – multa de importância igual 40% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de declaração de dados;

b) Erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV – multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;

d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e) embaraço ou impedimento à fiscalização.

V – multa de importância igual a 70% (setenta por cento) sobre diferencia entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude;

VI – Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VII – multa de importância igual a 200% (duzentos por vento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado,ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II alínea “a”e "b" do art. 357, deste Código.

CAPITULO III – DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS – ITBI

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 89. O imposto sobre a Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I – a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

b) de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia e as servidões;

II – a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Parágrafo Único –O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Art. 90. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I – a compra e venda;

II – a dação em pagamento;

III – a permuta;

IV – o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o disposto no artigo seguinte;

V – a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI – o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerando, em conjunto, apenas os bens imóveis constantes do patrimônio comum ou monte-mor, localizados no município.

VII – o uso, o usufruto e a enfiteuse;

VIII – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

IX – a cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda;

X – a cessão de direitos à sucessão;

XI – a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;

XII – a instituição e a extinção do direito de superfície;

VIII – a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo.

XIX – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.

§ 1º Na dissolução da sociedade conjugal, excesso de meação, para fins de ITBI, é o valor da totalidade dos bens imóveis, incluídos no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% do total partilhável, considerados apenas os bens imóveis localizados no Município de Nova Monte Verde.

Seção II – Da não Incidência, da Imunidade e da Isenção

Art.91. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens ou direitos:

I – no mandato em causa própria ou com poderes equivalentes e seu substabelecimento, quando o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel. Nessa hipótese o ITBI incidirá sobre este ato;

II – sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital nela subscrito;

III – sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

IV – sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

V – sobre a constituição e o cancelamento da propriedade fiduciária de coisa imóvel, prevista na Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art.92.O disposto nos incisos II, III e IV do artigo anterior não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica a adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art.93. São imunes ao ITBI

I – a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas operações destinadas aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos; (CF, artigo 150, VI, a e § 2º).

II – partidos políticos, inclusive suas fundações; entidades sindicais dos trabalhadores; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisites da legislação; (CF, artigo 150, VI, c).

III – templos de qualquer culto. (CF, artigo 150, VI, b).

§ 1º A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.

§ 2º O disposto no item II compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas, e é subordinado à observância dos seguintes requisitos:

a) não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º A imunidade prevista no inciso III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Art. 94. É isenta do imposto, a transmissão:

I – a dissolução da sociedade conjugal, quando a partilha envolver um único imóvel e o mesmo couber a qualquer dos cônjuges ou filhos, destinado à moradia e guarda dos filhos;

II – a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, de retrocessão ou pacto de melhor comprador; ou quando for transmitido ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

III – na usucapião;

IV – na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

V – na promessa de compra e venda;

VI – na instituição e no cancelamento da servidão;

VII – na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

VIII – as primeiras transmissões onerosas feitas pela União, pelo Estado ou pelo Município, suas autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedade de economias mistas, para particulares, e que sejam decorrentes de regularização fundiária destinadas a população de baixa renda ou seja integrantes de processo de reforma agrária, assim definidos no Projeto ou reconhecidos pelo Executivo Municipal, mediante ato normativo;

IX – a primeira aquisição de bens imóveis, destinados a moradia, feitas a população carente ou de baixa renda, assim definidas e reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal, quando houver intervenção nas etapas de financiamento ou de regularização urbana de instituições governamentais ou financeiras ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação, em especial ao Programa Minha Casa Minha Vida e de Arrendamento Residencial, e programas similares;

X – aquisições feitas pela Caixa Econômica Federal e por outras instituições estatais, vinculada a algum dos Entes Federativos, assim reconhecido pelo Poder Executivo Municipal, que tenham por objetivo regularizar, revitalizar, urbanizar e transmitir imóveis a população de baixa renda;

Art. 95. A conclusão da transmissão de propriedade e de direitos nas hipóteses de imunidade, isenção e não incidência depende de prévio reconhecimento feito pelo município.

Seção III – Dos Contribuintes

Art. 96. São contribuintes do imposto:

I – os concessionários ou adquirentes dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II – na permuta, cada um dos permutantes;

III – os mandatários, nos mandatos em causa própria;

IV – o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído;

V – os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

VI – os transmitentes, nas transmissões exclusivamente de direitos à aquisição de bens imóveis, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil; e

VII – os superficiários e os cedentes, nas instituições e nas cessões do direito de superfície.

Seção IV – Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 97. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, cujo valor poderá ser calculado segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, periodicamente atualizada pelo Município, ou ainda o valor pelo qual o bem ou direito seria ou esta sendo negociado à vista, em condições normais de mercado, considerado o de maior valor para ser a base de cálculo.

§ 1º Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

§ 2º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, o preço pago ou o valor venal atribuído pelo município, o que for maior.

§ 3º Não se inclui na estimativa fiscal do imóvel o valor da construção comprovadamente custeada pelo contribuinte, desde que comprovado tal fato a Fiscalização da Receita Municipal mediante documentação legal.

Art. 98. Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, à parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 99. As alíquotas do imposto são as seguintes:

I – transmissões compreendidas e financiadas por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação e ao Sistema Financeiro Imobiliário, integrantes de Programas de Arrendamento Residencial, de Habitação de Interesse Social – HIS, Programa Minha Casa, Minha Vida, e demais programas de Incentivo a Regularização Fundiária:

a) 0,5% (meio por cento) sobre a totalidade do valor contratado, observado o caput do artigo 96 desta Lei;

II – demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento);

Art. 100. O valor da base de cálculo será reduzido:

I – na instituição de usufruto e uso, para 1/3 (um terço);

II – na transmissão de nua propriedade, para 2/3 (dois terços);

Seção V - Da Arrecadação do Imposto

Art. 101. Excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de concluído o ato que notarial, se for lavrado por instrumento publico, e até trinta (30) dias, a contar da celebração, se for instrumento particular, ou se for decorrente de arrematação, adjudicação ou remissão, e nas demais transmissões realizadas por termo judicial, a contar do trânsito em julgado da sentença ou da decisão final e sempre antes do registro junto ao Registro de Imóveis comitente.

Art. 102. O imposto será recolhido dentro da data estipulada na guia e documento de arrecadação estabelecida pela Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 103. O pagamento do imposto far-se-á junto à repartição arrecadadora ou rede bancária credenciada.

§ 1º O imposto não pago no vencimento será atualizado monetariamente, de acordo com a variação de índices oficiais, da data em que é devido até a data em que for efetuado o pagamento art.357º.

Art. 104. O pagamento do ITBI regularmente feito não fica sujeito à revalidação quando da formalização da transmissão da propriedade ou dos direitos a ela relativos perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 105. Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 106. Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado ao contribuinte efetuar o pagamento do imposto a qualquer tempo, antes da transmissão definitiva.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

Seção VI – Da Restituição do Imposto

Art. 107. O imposto só será restituído quando:

I – indevidamente recolhido ou for declarada a nulidade do ato ou negócio jurídico;

II – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária em decisão definitiva; ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago;

III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no nas disposições contidas Código Civil;

Seção VII – Das Impugnações e dos Recursos

Art. 108. O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – A impugnação não terá efeito suspensivo.

Art. 109. Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 110. Reduzido o valor venal proceder-se-á a restituição da diferença de eventual imposto pago em excesso.

Art. 111. As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Fazenda, observados as normas pertinentes à matéria.

Seção VIII – Das Obrigações dos Notários, Registradores e Servidores da Justiça

Art. 112. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registros de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, respondendo subsidiariamente pelos atos praticados sem a fiscalização do recolhimento do imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 113. Os notários, registradores e serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do ITBI.

Art. 114. O município deverá formalizar convênio com os tabeliães e os oficiais de Registro de Imóveis que atuem no município, com o objeto de ser enviada regularmente à repartição fiscal do município, relação dos registros que importarem em transmissões, desmembramentos, unificações de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos.

Parágrafo único: a forma de remessa e os dados a serem fornecidos serão objeto de decreto regulamentador ou convênio a ser celebrado entre a Administração Pública e as Serventias Notariais e Registrais, sendo que de tal intercâmbio não poderá onerar a Administração Pública.

Art. 115. O Secretário de Administração Municipal Fazendário comunicará à autoridade competente qualquer embaraço da ação fiscal criado pelo serventuário da Justiça.

TÍTULO IV – DAS TAXAS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 116. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, e a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte, ou posto a sua disposição.

Parágrafo Único - As taxas a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

I - de licença;

II - de fiscalização;

III - de serviços urbanos;

IV - de expediente e serviços diversos.

Art. 117. As taxas classificam-se:

I – pelo exercício regular do Poder de Polícia;

II – pela utilização de serviço público.

§1º Considera-se poder de polícia, a atividade da Administração Pública Municipal que, limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente a segurança, à higiene, ao meio ambiente, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

§ 2º São taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município:

I – Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos ou Atividades;

II – Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos ou Atividades;

III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;

IV – Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante;

V – Taxa de Licença para a Aprovação e Execução de Obras, Instalação e Urbanização de

Áreas Particulares;

VI – Taxa de Licença para Publicidade;

VII – Taxa e Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

VIII – Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiro;

IX – Taxa de Fiscalização de Cemitérios;

§ 3º São taxas decorrentes da utilização de serviços públicos:

I – Taxas de Serviços Urbanos:

a) Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública;

b) Taxa Condominial de Iluminação Urbana - TIU;

c) Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos;

d) Taxa de Fornecimento de Água

e) Taxa de Saneamento Básico

II – Taxas de Expediente e Serviços Diversos;

§ 4º Cabe à Administração Pública Municipal a regulamentação dos preços das taxas de fornecimento de Água e Taxa de Saneamento Básico referidas no inciso I letra “c” e “d” e taxa de expediente e serviços diversos referidas no inciso II do §3º deste artigo, com base em planilhas ou levantamento de custos.

Seção I – Da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art. 118. Constitui fato gerador Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública, a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ou posto à disposição, em vias ou logradouros como segue:

I – Coleta de resíduo sólido domiciliar, no limite estipulado no parágrafo único do presente artigo.

II – remoção de lixo comercial, industrial e hospitalar.

III – varrição, lavagem e capinação.

§ 1º Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionado em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e geradas em imóveis edificados.

§ 2º Compete, ainda, à Prefeitura Municipal:

I – a conservação da limpeza pública executada na área urbana do Município;

II – a raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos pavimentados;

III – a capinação das calçadas e sarjetas e a remoção do produto resultante;

IV – a limpeza de áreas públicas em aberto;

V – a limpeza, a desobstrução de bocas-de-lobo e bueiros;

VI – a destinação final dos resíduos para aterros sanitários ou similares.

§ 3º O custo do serviço de coleta de lixo será rateado entre os contribuintes em função da participação no custo, conforme Zoneamento de Frequência da Coleta de Lixo.

§ 4º A Planilha de Custos e o índice de participação no custo serão elaborados pelos órgão competentes da Prefeitura ou pela concessionária responsável pela coleta de lixo e limpeza urbana, devendo ser aprovada por lei.

§ 5º O Zoneamento de Frequência da Coleta de Lixo deverá ser estipulado pela Administração Pública de acordo com levantamento do órgão responsável pela coleta de lixo em consonância com as informações do cadastro fiscal imobiliário da Fazenda Pública Municipal.

§ 6º Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel territorial, residencial, comercial, industrial ou de prestação de serviços, situado em via ou logradouro que seja atendido, pelo menos, pelo serviço de coleta de lixo.

§ 7º Para efeitos da incidência desta Taxa, considera-se "lixo" o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes das atividades humanas.

§ 8º Caso a Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

§ 9º A Prefeitura Municipal poderá proceder à remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado, mediante ao pagamento no ato da solicitação do Serviço prestado de coleta de lixo fixado por Decreto do Executivo, como preço e tarifas públicas, inclusive a remoção dos seguintes materiais:

I – restos de limpeza e de podação por volume acima de 100 (cem) litros;

II – animais mortos de pequeno, médio e grande porte;

III – móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda de 100 (cem) litros;

IV – resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior o quantificado no § 1º, do artigo 118, desta Lei.

V – resíduos originários de mercados e feira;

VI – entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;

VII – resíduos líquidos de qualquer natureza;

VIII – lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros considerados deteriorados;

IX – resíduos e materiais radioativos;

X – resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres.

XI – sobra de construção, demolição e assemelhados;

XII – remoção de lixo, conforme § 1º do artigo 118, deste Código, quando realizado em horário especial;

XIII – resíduo resultante de eventos realizados em vias públicas;

XIV – demais serviços de coleta de lixo, não expressado neste artigo, e que por sua natureza e características assemelham-se, excluindo o quantificado no § 1º, do artigo 118, deste Código.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 119. O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.

ParágrafoÚnico – Em relação aos incisos I à XII, do parágrafo 9º Artigo 118 desta Lei, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetivo ou potencialmente, quando solicitado ou não.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art.120. A base de cálculo da Taxa da Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado da seguinte forma:

I – referente ao § 1º, do artigo 118 deste Código, pelo tipo de utilização do imóvel e por dependência edificada, multiplicado em quantidade de UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde), definida no Art. 437, deste Código, de acordo com a fórmula de cálculo, conforme abaixo:

TCL = TDE x QUPFM

Onde:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo;

TDE = Tipo de dependência Edificada;

QUPFM = Unidade Padrão de Nova Monte Verde;

TABELA DE COLETA DELIXO	
Discriminação por Tipoe dependência edificada	**Quantidade em UPFM anual**
a) Residência por m2 construído: I dependência de até 70m2 II dependência de 71m2 até 150m2 III dependência de 151m2 até 300 m2 IV dependência de 301 m2 acima	**1,50** **2,00** **2,50** **3,00**
b) Comércio: I micro 'até 100m2 II pequeno porte de 101m2 a 200m2 III médio porte de 201m2 a 300m2 III grande porte 301m2 a 400m2 IV grande porte acima de 401m2 IV	2,50 3,00 4,00 5,00 6,00
c) Serviço I pequeno porte até 100m2 II médio porte acima de 101m2 até 200m2 III grande porte acima de 201m2	2,00 2,50 3,00
d) Indústria I pequeno porte até 200m2 II médio porte acima de 201m2 até 300m2 III grande porte acima de 301m2	3,00 4,00 5,00
e) Agropecuária I pequeno porte até 200m2 II médio porte acima de 201m2 até 400m2 III grande porte acima de 401m2	3,00 4,00 5,00
f) I Indústrias químicas, depósitos, armazéns, reservatórios, postos de vendas de combustíveis, materiais inflamáveis e e explosivos.	15,00
g) I Hospitais, clinicas,sanatórios. Laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres (Especial)	12,00

§ 1º Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal, conforme determinação em regulamento.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 121. A Taxa será lançada anualmente, quando se trata do inciso I do artigo 120 e em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 122. O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art.123. A Taxa do § 1º, do Art. 120, será paga de uma vez ou parceladamente, a critério da Administração Pública Municipal, definindo em regulamento.

§ 1º A Taxa de Coleta de Lixo poderá ser recolhido no mesmo documento de arrecadação do IPTU.

§ 2º A Taxa de Coleta de Lixo será lançado em moeda vigente do país.

Art.124. O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, beneficiara de um desconto a critério da administração pública definido em Decreto.

Subseção V – Das Isenções

Art.125. A isenção da Taxa de Coleta de Lixo será permitida conforme especificação no § 1º do Art. 118 e de combinação com a determinação do Art. 52, também as Alíneas "a", "b" e "c" do Inciso VI do art. 6º, com a condição de que cumpra as exigências da legislação tributária do Município o bem imóvel.

Subseção VI – Infrações e Penalidades

Art.126. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de importância igual a 3 (três) unidades da UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde) definida no Art. 437, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento.

b) quando colocado lixo fora de recipiente apropriado de até 120 (cem) litros em vias e logradouros públicos;

II – multa de importância igual a 5 (cinco) unidades da UPFM (Unidade Padrão Fiscal) definida no Art. 431, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros público, especificados nos incisos I à XII do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal.

b) quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou taxas das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II, alínea “a” e "b" do art. 357..

Seção II – Das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art.127. A hipótese de incidência das Taxas de Fiscalização de Licença de Localização e/ou Funcionamento é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 128. As Taxas têm como fato gerador o Poder de Policia do Município devido pela atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especificas sobre a atividade.

§ 1º Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no caput deste artigo poderá instalar- se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e de funcionamento outorgada pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 2º As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

§ 3º A licença para localização e funcionamento, independentemente da atividade a ser exercida, será concedida mediante o pagamento das taxas; a localização do estabelecimento esteja adequada à espécie de atividade a ser exercida e sob a condição do Código de Postura e demais leis que compõem a política urbanística do Município, condicionada a vistoria da vigilância sanitária e, caso haja no município, do Corpo de Bombeiros ou sua autorização

§ 4º Quando do primeiro licenciamento, serão cobradas distintamente a taxa de licença para localização e a taxa de licença para funcionamento. Nos exercícios seguintes, será cobrada apenas a taxa de licença para funcionamento.

§ 5º Haverá incidência de nova taxa de licença para localização no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 6º A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido a fiscalização quando solicitado.

§ 7º O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, o não cumprimento sujeitará as penalidades cabíveis do presente Código.

§ 8º As taxas de licença para localização e/ou funcionamento são devidas pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

Art.129. A Taxa de Licença para Funcionamento, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município, consubstanciado na vigilância constante e potencial aos estabelecimentos licenciados para efeito de verificar, quando necessário, ou por constatação fiscal de rotina a manutenção do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete.

§ 1º Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas devidamente inscritas no Cadastro Mobiliário.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 130. O Sujeito Passivo das Taxas de Licença para Localização e/ou Funcionamento de Estabelecimento ou Atividades são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

§ 1º Incluem-se dentre as atividades sujeitas a esta taxa as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços de qualquer natureza, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrente de profissão, arte e ofício e demais atividades não especificadas.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 131. A base de cálculo das Taxas será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e será lançado levando em conta as atividades constante na classificação Nacional de Atividades Econômicas Fiscais (CNAE) e de acordo com a tabela II, anexo a este Código e será lançado da seguinte forma:

I – 02 (Duas) UPFM mínima para a Taxa de Licença para Localização independentemente da atividade, espaço ou porte econômico.

II – Para a Taxa de Licença para Funcionamento o valor resultará da soma dos perímetros das áreas edificadas ou não, utilizados para o exercício da atividade econômica multiplicada pela alíquota em UFC de acordo com a categoria de atividades constantes da tabela II em anexo. Segue abaixo a demonstração do cálculo:

TFLF = DPL x ALP

Onde:

TFLF = Taxa de Fiscalização para Licença e Funcionamento

DPL = Descrição do Período da Licença

ALP = Alíquota em Percentual

§ 1º Relativamente as taxas de licença para localização e/ou funcionamento, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, serão calculadas e devidas sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, para cada uma das demais atividades.

§ 2º As categorias relacionadas na Tabela II constante dos anexos, são relacionadas de acordo com os grupos de atividades da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e determinam o critério de diferenciação de alíquotas entre as atividades econômicas do município. Algumas categorias se desdobram em níveis de atividades para ampliar a diferenciação.

§ 3º A Fazenda Pública a seu critério, poderá disponibilizar em seu cadastro de atividades, a relação de todas as atividades constante da CNAE independentemente das diferenciações de alíquotas, para facilitar a identificação e proporcionar agilidade quando do cadastro dos contribuintes.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.132. As taxas serão lançadas da seguinte forma:

I – No ato da inscrição ou alteração do contribuinte junto ao cadastro fiscal de atividade da Fazenda Pública Municipal, para as Taxas de Licença para Localização e Funcionamento, no caso de novos estabelecimentos ou alterações previstas no parágrafo 5º do artigo 128;

II – Anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal de atividades, para a Taxa de Licença para Funcionamento dos estabelecimentos já existentes.

§ 1º A Taxa de Licença para Funcionamento, quando da inscrição no Cadastro Mobiliário, será calculada na razão de 1/12 avos, proporcional à data da inscrição, por mês ou fração de mês.

§ 2º A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

Art. 133. Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

ParágrafoÚnico – Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 134. A taxa poderá deverá ser recolhida em única parcela.

Art.135. O prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

Subseção V – Das Isenções

Art.136. São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

I – os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

II – as associações de classe, templo de qualquer culto, clubes esportivos sem fins lucrativos;

III – as instituições de educação e assistência social beneficiarão quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sendo vedada qualquer forma de isenção tributária, ou fiscal para as atividades de ensino privado;

V – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos.

Art. 137. As isenções previstas no artigo anterior estarão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 138. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Subseção VI - Infrações e Penalidades

Art.139. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;

I – multa de 30% (trinta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – multa de 20% (vinte por cento) do valor da Taxa, por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa no caso da não Comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

III – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto do inciso I e II alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 140. Poderá ser concedida a Licença para Funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento da taxa conforme TABELA III anexa a esta lei.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se horário normal de abertura e fechamento:

De segunda à sexta-feira das 07h30min (sete trinta) horas até às 18h00min (dezoito) horas;

a) De segunda à sexta-feira das 07h (sete) horas até às 18h (dezoito) horas. (Alterado pela Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 698/2015).

Aos sábados das 07h30min (sete e trinta) horas até às 13h (treze) horas;

b) Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais, mediante licença especial, os seguintes estabelecimentos,respeitadas as disposições da legislação trabalhista, conforme definido na Lei 778/2015, de 09 de Novembro de 2015 “Código de Posturas do Município de Nova Monte Verde-MT”.(Alterado pela Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 698/2015).

§ 2º O horário normal de abertura e fechamento em datas comemorativas especiais será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

Art.141. O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial, deverá ser fixado, obrigatoriamente, junto ao Alvará de Localização, sob pena de sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O fato gerador é o quantificado no art. 128 e seus parágrafos, e poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimento comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

§ 2º Para efeito desta Taxa, o horário normal de abertura e fechamento inclusive em datas comemorativas, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 142. O sujeito passivo da taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que de causa ao exercício de atividades ou à pratica de atos sujeitos do poder de policia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 143. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante a aplicação em quantidade do UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde), definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-III, em anexo.

a) fórmula do cálculo da taxa:

TFLFHE = PL x QPNP

Onde:

TFLFHE = Taxa de Fiscalização para Licença e Funcionamento em Horário Especial;

PL = Período da Licença;

QPNP = Quantidade de Percentual no Período.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art.144. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, contatado no local e ou existentes no cadastro fiscal de atividades

Art.145. É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial que conste claramente esse horário sob pena das sanções prevista neste Código.

Art.146. A arrecadação da Taxa é feita quando da sua concessão.

Art.147. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial

Art. 148. A licença para funcionamento em horário especial será lançado em moeda vigente do país.

Subseção V – Das Infrações e das Penalidades

Art.149. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo do disposto do inciso I e II alíneas “ a” e“b” do art. 357, deste Código.

Seção IV – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral

Subseção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art.150. A hipótese de incidência da Taxa será o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art.151. O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido.

§ 1º Inclui-se na obrigatoriedade do "caput" deste artigo:

I – os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II – publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III – publicidade colocada em terrenos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação;

IV – publicidade em jornais, revistas e rádios locais;

V – publicidade em televisão local.

§ 2º Compreendem-se neste artigo os lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis em via pública.

Art.152. Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art.153. O sujeito passivo pelo pagamento da taxa é a pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

ParágrafoÚnico – Responderá solidariamente com o sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art.154. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde) definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com a Tabela/Anexo-IV, em anexo:

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLVPG = P x QUFCL x UPFM

Onde:

TFLVPG = Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde.

Art. 155. Fica sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 156. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art.157. O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

ParágrafoÚnico – Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 158. Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

ParágrafoÚnico – A transferência do veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 159. A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretas, a não ser que sua incorreção seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando, entretanto sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 160. A arrecadação da Taxa será feita quando de sua concessão.

Art. 161. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 162. A licença para funcionamento em horário especial será lançada em moeda vigente do país.

Subseção V – Das Isenções

Art.163. São isentos os dizeres indicativos relativos à:

I – os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais;

II – hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, advogados, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas.

III – os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes e vitrinas internas.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.164. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa pelo exercício de quaisquer atividades sujeitas à Taxa sem a respectiva licença;

II – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico– As disposições do inciso I serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto do inciso I e II alínea “a” e “b” do art. 437, deste Código.

Seção V – Taxa de Fiscalização para Licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 165. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 166. O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, ou com instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art.167. O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art.168. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde), quantificado no art. 421, a, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-V, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLCEA = P x QUPFM x UPFM

Onde:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio Eventual e/ou Ambulante;

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal.

ParágrafoÚnico – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico, e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita o maior ônus fiscal e acrescida de 10% (dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.169. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local e/ou existentes no cadastro fiscal de atividades.

§ 1º Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que haja pagado a respectiva taxa.

§ 2º O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art.170. Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 171. É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação na característica inicial da atividade por ele exercida.

Art. 172. Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

Subseção V – Das Isenções

Art.173. É isentos de Taxa de Licença, o comércio eventual ou ambulante, que enquadrarem nas seguintes condições:

I – os cegos, os mutilados e os portadores de outra deficiência física que impossibilitem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

II – os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III – os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

IV – entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V – o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VII – as pessoas com a idade superior a 60 (sessenta) anos que comprovadamente não possuem condições físicas para o exercício de outra atividade e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VIII – qualquer outra pessoa física que da sua produção e comercialização própria não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Finanças e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.174. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 70% (setenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI – o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

ParágrafoÚnico – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto do inciso I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VI – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento de Áreas Particulares.

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art.175. A incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art.176. A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art.177. Nenhuma atividade, conforme artigo anterior poderá ser iniciado sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal e pagamento da taxa devida, e não havendo disposição contrária em legislação especifica:

I – a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II – a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

ParágrafoÚnico – A análise do pedido assim instruído será feito pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, obedecidas às disposições da Lei especifica, devendo a licença ser concedida ou indeferida por despacho fundamentado do engenheiro civil.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 178. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art.179. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do UPFM (Unidade Padrão Fiscal) especificada no art. 437, deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com a Tabela/Anexo - VI, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAEOIAL = TS x QUPFM x UPFM

Onde:

TFLAEOIAL = Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:

TS = Tipo de Serviço e por porte;

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.180. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art.181. A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art.182. A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art.183. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

ParágrafoÚnico – Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

Art.184. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Subseção V – Das Isenções

Art.185. São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:

I – a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II – a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

III – a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devida licenciadas;

IV – a construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

V – construção residencial, Projeto Popular licenciado pela Prefeitura Municipal (tipo A, B e C).

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.186. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 80% (oitenta por cento) do valor da Taxa, quando iniciar a construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

III – multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

IV – multa de 100% (cem por cento) sobre a multa no caso de reincidência, para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico– As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto do inciso I e II, alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos

Subseção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art.187. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização para exercer a atividade dentro do território do Município.

Art. 188. Entende como fato gerador por ocupação do solo e dos logradouros públicos Municipal aquela feita mediante instalação provisória de: balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho, veículo utilizado para comércio ou escritório e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais, para fins comerciais ou de prestação de serviços, estacionamento privativo de veículos, estruturas para fixação de placas e congêneres, postes de distribuição de energia elétrica e congêneres, medidores de consumo de água e energia elétrica, armários de distribuição de redes telefônicas ou similares, e quaisquer outras ocupações, em locais permitidos.

Art.189. Sem prejuízo do tributo e multas devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos sem o pagamento da taxa de que trata esta Subseção, na forma do que estabelece o artigo 283 deste Código

Art.190. O local para ocupação do solo, será determinado em regulamento expedido pelo Poder Executivo Municipal, como também será regulamentadas as atividades que poderá fazer a ocupação do solo.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 191. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições prevista nos itens de I a V e de seu artigo 188.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art.192. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do UPMF (Unidade Fiscal de Nova Monte Verde) especificada no art. 437 deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-VII, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLOSVLP = P x QUPFM x UPFM

Onde:

TFLOSVP = Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal.

ParágrafoÚnico – Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devido em dobro.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.193. O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art.194. A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, sem prejuízo do tributo e multas devidas. O Órgão competente da administração municipal apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixada em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos.

Art.195. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art.196. Quando da atividade for permanente.

Subseção V – Das Isenções

Art.197. São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que enquadrarem em um dos incisos do Artigo 173.

ParágrafoÚnico – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.198. As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, quantificado nos incisos e parágrafo único do artigo 174:

Seção VIII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 199. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização dentro do território do Município.

Art. 200. O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 201. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se requerer o serviço.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 202. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde especificada no art. 437, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAA = U x QUPFM x UPFM

Onde:

TFLAA = Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

U = Unidade abatida e inspecionada;

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal Municipal.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 203. A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art.204. O abate de animais destinados ao consumo público deverá ser feito no Matadouro

Municipal, de conformidade regulamento e mediante pagamento de taxa devida.

Art.205. Enquanto não houver Matadouro Municipal o abate só será permitido mediante licença da Prefeitura e nas condições do previsto no art. 200, deste Código.

Art. 206. A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimento semelhantes fiscalizados pelo (SIF) Serviço de Inspeção Federal competente, salvo quando ao animal cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 207. A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença.

Art.208. Correrá por conta do interessado, o transporte do servidor encarregado pela inspeção sanitária.

Subseção V – Da Isenção

Art.209. São isentos de pagamento da Taxa de Abate:

I – quando ocorrer à distribuição em caráter gratuito à comunidade, mesmo assim a espécie abatida deverá passar pela inspeção sanitária.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.210. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa no caso da não inspeção sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado para a devida incineração;

II – multa de 200% (duzentos por cento), nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto do inciso I e II alínea “a” e“b” do art. 357, deste Código.

Seção VIX – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art.211. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura

Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art.212. O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e/ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria no veículo automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 213. Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

ParágrafoÚnico – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis.

Art. 214. Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis, moto- táxis e/ou assemelhados, e respectiva vagas e prazos, não poderá contrariar o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, inclusive as tarifas ou taxas sempre que a esta medida se mostrar conveniente e necessária.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art.215. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer a atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

Subseção III – Base de Cálculo e Alíquota

Art.216. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal) especificada no art. 437, deste Código, por: porte de espécie de veiculo e atividades de acordo com a Tabela/Anexo- IX, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLTPC = PSE x QUPFM x UPFM

Onde:

TFLTPC = Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas;

PSE = Por porte de espécie e/ou atividade;

QUPFM = Quantidade de Unidade Fiscal;

UPFM = Unidade Padrão Fiscal.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.217. A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas,

Art.218. O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art.219. Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art.220. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 221. O pedido de licença para exercício da atividade, será acompanhado da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art.222. A taxa será recolhida em parcela única.

Art. 223. A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa, serão definidos em regulamento.

Subseção V – Da Isenção

Art.224. A isenção será concedida através de Lei Especifica.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art.225. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 40% (quarenta por cento) do Valor da Taxa no caso de fixar em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando o condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) da Taxa, quando constatado acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito Nacional.

IV – multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo.

V – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

ParágrafoÚnico – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto do incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I – Do Fato Gerador

Art.226. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipais.

Art.227. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

ParágrafoÚnico– Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

e) proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d’água,diques, cais, irrigação;

f) construção de funiculares ou ascensores;

g) instalações de comodidades públicas;

h) construção de aeródromos e aeroportos;

i) quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 228. As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser enquadras em dois programas distintos, que são:

I – prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II – secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 229. As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art.230. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 231. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

Seção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 232. A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

ParágrafoÚnico – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-à por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art.233. No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 234. Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º A redução de superfície ocupada por bens de uso comum e situada dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem por Lei, isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.235. Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II – orçamento do custo da obra;

III – determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV – delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V – o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 236. Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único – A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 237. A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1 (um) ano.

§ 2º O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel à época do lançamento.

§ 3º As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze meses), nos moldes do inciso I do art. 357.

§ 4º O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando do desconto que será regulamentado por ato administrativo.

Art. 238. Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art.239. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 240. Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrado de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros internos de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Seção V – Da Infração e da Penalidade

Art. 241. O atraso no pagamento das prestações sujeitará ao contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 357, deste Código.

Seção IV – Da Contribuição para o Custeio e Serviço de Iluminação Pública - CIP

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 242. A hipótese de incidência da Contribuição de Iluminação Pública, que será identificada como CIP, é a prestação de serviço pelo Município e com a regularidade necessária.

§ 1º O serviço previsto no "*caput*" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas,assim compreendendo:

I – A implantação de rede de iluminação pública compreende a construção ou instalação de infraestrutura necessária para a iluminação pública nas vias, logradouros públicos de uso comum.

II – A ampliação compreende a expansão de infraestrutura de iluminação pública.

III – A manutenção abrange a troca, substituição de peças, equipamentos ou partes destes, no sentido de restabelecer os serviços de iluminação pública por estarem danificados ou defeituosos, ou para melhorar a qualidade do serviço.

IV – A iluminação das vias e logradouros públicos compreende pela realização através da aquisição de energia fornecida:

V – A outra atividade correlata compreende a serviço relacionado a essas atividades e que não estejam especificadas nos itens anteriores.

Art. 243. Compete ao Município, planejar, desenvolver, regulamentar, fiscalizar, executar, manter e operar o serviço de iluminação pública.

Art. 244. A remuneração do serviço de iluminação pública, executado pelo Município, será por meio de tributo próprio para custear esse serviço.

Art.245. O fato gerador é o fornecimento de iluminação nas vias, logradouros públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Parágrafo Único – Fica vedada a cobrança da CIP na área urbana, em localidades que não possuem a extensão da rede elétrica.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art.246. Sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil, o locatário, ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde é mantido o serviço e que esteja ou não cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota.

Art.247. A base de cálculo e alíquota da prestação de serviço da CIP será da seguinte forma:

I – tratando-se de prédio e cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, será aplicado o rateio da Contribuição, observando a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, poder público e rural, de forma em percentual sobre o valor do kW/h, conforme Tabela I, a seguir:

II – tratando-se de prédio não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica e imóvel beneficiado, será por metro linear de testada servida pelo serviço, mediante aplicação da alíquota de 20% (vinte por cento), sobre o valor da Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde.

ParágrafoÚnico – A determinação da classe/categoria, do valor do KW/h, e de mais consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

III – Os núcleos rurais do Município de Nova Monte Verde, (ver núcleos), ficam isentos da contribuição da iluminação pública (CIP).

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art.248. A CIP, será lançada para pagamento da seguinte forma:

I – quando se trata de prédio cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, a data de vencimento será mesma da fatura de consumo mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária.

II – quando se trata de prédio não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica e imóvel localizado de acordo com o inciso II do Art. 247 desta Lei, será anualmente e conforme regulamento.

Art.249. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Energisa (Concessionária de Energia Elétrica) o convênio ou contrato a que couber para atendimentos deste serviço.

§ 1º O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

Art. 250. O montante devido e não pago da CIP, será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 1º Servirá como documento hábil para inscrição em Dívida Ativa:

I – a comunicação do não pagamento da contribuição, informada pela concessionária de energia elétrica efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional (CTN);

II – a fatura de energia elétrica que contenha a contribuição não paga, ou qualquer outro documento que contenha a dívida e os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora, nos termos da legislação tributária municipal e poderão ser cobrados juntamente com a contribuição devida do mês de competência subsequente.

Subseção V – Da a Isenção ver

Art. 251 – Estão isentos do pagamento da CIP:

I – Os consumidores da classe rural;

Subseção VI – Das Penalidades

Art.252. O não pagamento da CIP na data estabelecida, ficarão sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I, e alínea “b” do art. 357.

LIVRO SEGUNDO

PARTE GERAL

TÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.253. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartição a eles hierárquica ou funcionamento subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

ParágrafoÚnico – Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação “Fisco ou Fazenda Municipal”.

CAPÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Das Modalidades

Art.254. A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I – obrigação tributária principal;

II – obrigação tributária acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou a obtenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Seção II – Do Fato Gerador

Art. 255. Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art.256. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe a prática ou a abstenção de o que não configure obrigação principal.

Seção III – Do Sujeito Ativo

Art.257. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Nova Monte Verde- MT, é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subsequentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária a outra pessoa de direito público.

§ 2º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.

§ 3º A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art.258. O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado, deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

Seção IV - Do Sujeito Passivo

Art.259. O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:

I – contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas nesta Lei.

Art.260. São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente, pelos débitos relativos ao bem imóvel existente à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão;

III – o sucessor a qualquer título e o conjugue meeiro pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 261. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 262. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e ou profissional que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devido até a data do respectivo ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;

II – subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 263. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I – os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II – os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;

III – os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV – o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V – o síndico e o comissário, pelos débitos da massa a falida ou do concordatário;

VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII – os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Art. 264. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, os prepostos e empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 265. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa; quando estas as julgam insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código.

§ 2º Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

Seção V – Do Domicílio Tributário

Art.266. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-à como tal:

I – quando às pessoas naturais: a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II – quando às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-à como domicílio tributário do contribuinte, responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem a obrigação tributária.

§ 3º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando sua localização, acesso quaisquer outras características que impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 267. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO III – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I – Das Disposições Gerais

Art.268. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 269. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 270. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Seção II – Da Constituição do Crédito Tributário

Art. 271. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – determinar a matéria tributável;

III – calcular o montante do tributo devido;

IV – identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

ParágrafoÚnico – A atividade administrativa de lançamento, é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Seção III – Do Lançamento

Art.272. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrida.

Art. 273. O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 275.

Art.274. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I – lançamento direto, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;

II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III – lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º É de 01 (um) ano, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que funde e antes da notificação por lançamento.

§ 6º Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Art. 275. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de lançamento de oficio, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

I – quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.

II – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

III – quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

IV – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos e lançamento por homologação;

V – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VI – quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII – quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VIII – quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

IX – nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subsequente.

Art. 276. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – por notificação direta;

II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – por publicação em órgão e afixado na Prefeitura Municipal;

IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

V – remessa de aviso por via postal;

VI – por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

§ 1º Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerar-se-à feita com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entre pessoal da notificação quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência;

a) no órgão oficial do Município;

b) em qualquer órgão da imprensa local e de comprovada circulação no território do Município;

c) no órgão oficial do Estado;

II – mediante afixação de edital na Prefeitura Municipal.

Art. 277. Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

Art.278. A Notificação Fiscal de lançamento conterá:

I – o endereço do imóvel tributado;

II – o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III – a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV – o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V – o prazo para o recolhimento;

VI - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 279. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 280. Até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao fisco Municipal informação a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações.

Art. 281. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária o para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art.282. É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presuntiva.

§ 2º O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

Seção IV – Da Reclamação Contra o Lançamento

Art.283. O contribuinte que não concordar com o lançamento, poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma prevista para as intimações e de conformidade com o previsto no Art. 407. O prazo para a apresentação de recurso é de 05 (cinco) dias, após a data do recibo. Caso tenha se processado por edital, inciso II do mesmo artigo, 5 (cinco) dias depois de expirado o prazo de 20 (vinte) dias subsequentes ao da publicação, ou seja, 20 (vinte) dias para que tome ciência e mais 5 (cinco) dias que para apresente a defesa.

Art. 284. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 285. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

Seção V – Da Cobrança e do Recolhimento

Art. 286. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 287. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art.288. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

ParágrafoÚnico – No caso de expedição fraudulenta de guias ou de conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 289. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 290. Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total de desembolso.

Art. 291. O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

Seção VI – Da Restituição

Art.292. O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável de natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art.293. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art.294. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II do art. 292, da data de extinção do crédito tributário;

II – na hipótese do inciso III do art. 292, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 295. Prescreve em 02 (dois) anos a ação anularia de decisão administrativa que denegar a restituição.

ParágrafoÚnico– o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 296. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art.297. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

ParágrafoÚnico. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, atualização do disposto do inciso I alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art.298. Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

Seção VII - Da Suspensão do Crédito Tributário e de suas Modalidades

Art.299. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – a moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

ParágrafoÚnico – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 300. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 301. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 12 (doze) vezes as dívidas relativas a IPTU, ISSQN, Alvará, Contribuição de Melhoria e taxas.

Parágrafo Único – O parcelamento que trata este artigo será efetuado mediante Lei autorizativa e a critério da administração. (Suprimido pela Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 698/2015).

Art.302. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado (Lei autorizativa) a anistiar os encargos da dívida como juros e multas gerados por débitos de IPTU, ISSQN, Alvará, Taxas e Contribuições de Melhorias.

Art. 303. A anistia e o parcelamento mencionados nos artigos anteriores serão concedidos a todos os contribuintes, inclusive aos que têm seus débitos lançados na Dívida Ativa e aqueles que estão com processos de execução fiscal.

Art.304. Fica o Município autorizado a fazer encontro de contas com os credores junto ao Município com todos os tributos, inclusive o ITBI.

Art. 304. O parcelamento que trata este artigo será efetuado mediante Lei autorizativa e a critério da Administração. (Alterado pela Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 698/2015).

Art.305. A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II – em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art.306. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições de concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir à fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 307. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirida e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo a renegociação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art.308. Do depósito, o sujeito passivo poderá efetuar o montante integral da obrigação tributária:

I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no Art. 333 deste Código;

II – para atribuir efeito suspensivo:

a) a consulta formulada na forma dos artigos 357 a 360 deste Código;

b) a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;

c) a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 309. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 310. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a suas modalidades;

d) aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 311. Conceder-se-á suspensa à exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observando o disposto no artigo seguinte.

Art.312. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II – em cheque.

§ 1º O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o pagamento deste ao Município.

§ 2º A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer que o cheque entregue para depósito, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

Art. 313. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

ParágrafoÚnico– A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art.314. Da Cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 315;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 334;

III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Seção VIII – Extinção do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art.315. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão do depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

Art. 316. Do pagamento, o regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art.317. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 318. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art.319. Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 320. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art.321. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto do inciso I e II , alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art.322. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II – em cheque;

§ 1º O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o regaste deste pelo Município.

§ 2º Poderá ser exigido, nas condições estabelecidas em regulamento, que os cheques entreguem para pagamento de créditos tributários sejam previamente visados pelos respectivos estabelecimentos bancários contra os quais forem emitidos.

Art.323. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 324. Da Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidas ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Art. 325. Da Transação, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Art. 326. Da remissão, fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I – à situação econômica do sujeito passivo;

II – ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III – ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior não ultrapassar 1 (uma) vez a

UPFM Padrão (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde) especificada no Art. 437, neste Código.

IV – às considerações de eqüidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

V – às condições peculiares a determinada região do território municipal.

Parágrafo Único – A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 327. Da prescrição, a ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

ParágrafoÚnico– A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconheci mento de débito pelo devedor;

V – pela publicação de Edital de Notificação no órgão oficial do Município.

Art. 328. Ocorrendo à prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ 1º Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

§ 2º O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributário sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art. 329. Da Decadência, o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se em 05 (cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício forma, o lançamento anteriormente efetuado;

§ 1º O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 328 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

Art.330. Da Conversão do Depósito em Renda, extingue o crédito tributário com o depósito em dinheiro previa mente efetuado pelo sujeito passivo:

I – para garantia de distância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de oficio independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º Aplica-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no art. 315 deste Código.

Art. 331. Da Homologação do Lançamento, extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do art. 274, observado as disposições dos seus parágrafos 1º, 3º e 4º.

Art. 332. Da Consignação em Pagamento, ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto do inciso I e II alíneas “a” e “b” do art.357, deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se normas dos parágrafos 1º e 2º do Art. 330.

Art. 333. Das demais modalidades de extinção, o crédito tributário extingue a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição;

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

Seção IX – Exclusão do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art.334. Excluem o crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

ParágrafoÚnico – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

Art. 335. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art.336. A isenção poderá ser:

I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região e/ou no todo do território do Município;

§ 1º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 2º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadra-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 3º Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentalmente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício e não gerando direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 300.

Art. 337. A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

ParágrafoÚnico – Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art.338. A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.

Art. 339. A concessão da anistia implica em perdão da infração, não constituindo estas para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO IV – DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 340. Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art.341. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;

II – aplicação da atualização monetária, multa e juros;

III – Sujeitarão ao regime especial de fiscalização;

V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 342. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto do inciso I alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art.343. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 305.

Art.344. A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º Em qualquer caso, considerar-se-à como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 345. A coautoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código implicam os que praticaram e seus autores, a responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.

ParágrafoÚnico – Consideram-se reincidências a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 346. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios Administração não importam denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art.347. Serão punidas:

I – com multa de 50 (cinquenta) vezes a UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, eludirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II – com multa de 25 (vinte e cinco) vezes a UPFM (Unidade Padrão Fiscal) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

Art. 348. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art.349. A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 350. Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Art.351. O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art.352. Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiverem em débito e/ou respondendo por de processo de sonegação fiscal.

Art. 353. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código, ficará privadas da mesma.

Art. 354. Serão punidos com multas equivalentes ao valor de 10 (dez) a 30 (trinta) dias do respectivo vencimento ou remuneração sem prejuízo da instauração do processo disciplinar administrativo:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando está solicitada na forma deste Código;

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade e não cumprirem com as normativas regulamentadas.

ParágrafoÚnico – As multas do presente artigo serão impostas pelo Executivo Municipal mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser a legislação própria.

Art.355. O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornara exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Art. 356. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Seção II – Da Atualização Monetária, Multas e dos Juros Demora.

Art. 357. Os tributos e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seus valores acrescidos de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pelo INPC (Índice Nacional de Produtos ao Consumidor), em vigor na época, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês seguinte àquele fixado para o pagamento;

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) Multas de:

0,33% (zero, trinta e três porcento ou trinta e três décimos ao dia), após a data do vencimento até o seu pagamento no limte de 20%.

b) Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor principal.

TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Da Consulta

Art.358. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 359. A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art.360. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

ParágrafoÚnico – Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art.361. A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 362. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procedeu de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

ParágrafoÚnico – Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art.363. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

ParágrafoÚnico – O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art.364. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de até 30 (trinta) dias.

ParágrafoÚnico– Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Seção II – Da Fiscalização

Art.365. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder a exames ou diligências, lavar termo circunstanciado do que houver apurado constantes as datas inicias do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º O Termo de que trata o "*caput*" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 10 (dez) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art.366. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 367. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e/ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo à exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II – apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III – fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens constituam matéria tributável.

Art.368. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art.369. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art.370. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III – as empresas de administração de bens;

IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – os inventariantes;

VI – os síndicos, comissários e liquidatários;

VII – quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

ParágrafoÚnico – A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado guardar segredo em razão do cargo.

Art. 371. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.

§ 2º A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 372. A Administração Municipal poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao sue lançamento e fiscalização.

Parágrafo Único – O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art.373. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

ParágrafoÚnico – Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art.374. As autoridades da Administração Fiscal do Município, através do Secretário de Finanças, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

Seção III – Das Certidões e Avaliações

Art.375. A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art.376. A certidão será fornecida dentro de até 10 (dez) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo Primeiro – Terá direito o contribuinte de ter do Município para fins de escrituração do imóvel, imposto causa mortis ou outro tipo de alienação que o imóvel seja avaliado, obtendo o termo de avaliação gratuitamente, que será expedido num prazo de até 10 dias a contar da data em que foi protocolada o requerimento.

Parágrafo Segundo – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não tributária.

Art. 377. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I – não vencidos;

II – em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III – cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.

§ 2º Constando na certidão negativa observação quando a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 378. A certidão negativa fornecida tem validade determinada de 30 (trinta) dias e não excluem o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art.379. As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, ficam impedidas de celebrar qualquer modalidade de contrato, concorrer processos licitatórios, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habites nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Art. 380. As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

Art. 381. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

ParágrafoÚnico– O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Seção IV – Da Dívida Ativa Tributária

Art. 382. Constitui Divida Ativa Tributária, o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

ParágrafoÚnico – A execução fiscal refere-se pela Lei N.º 6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art.383. Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 384. A fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, ou seja, vencidos os 30 (trinta) dias do vencimento para pagamento através da cobrança amigável, pela Divisão de Controle de Débitos Fiscais tributário, ou após decisão final da Primeira Instância proferida pela autoridade competente, ou ainda, após decisão da Segunda Instância pela autoridade competente, ou pela Procuradoria Fiscal Municipal, transitada em julgado em caráter irreformável, favorável à Fazenda Pública, ficando a Procuradoria Fiscal, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Procuradoria Fiscal Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 385. O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV – a indicação de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V – a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI – sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 386. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser saneada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versa sobre a parte modificada.

Art. 387. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

ParágrafoÚnico – A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, guardando, no caso, a Procuradoria Fiscal, por mais 30 (trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado e/ou em outro jornal de grande circulação no Município, e relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art.388. Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 389. A Procuradoria Fiscal opinará sobre os processos que julgar e devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Procuradoria Geral Municipal para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.

§ 1º O processo de cada contribuinte, cujos débitos somados não ultrapassam o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), serão encaminhados ao Secretário de Finanças para arquivamento, depois de esgotado o prazo de liquidação amigável.

§ 2º Compete a Secretaria Municipal de Finanças, proceder a baixa dos processos arquivados nos termos deste artigo e parágrafo primeiro, através de seu Departamento Contábil.

Art. 390. Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

ParágrafoÚnico – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas à redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandato Judicial.

Art.391. O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto no inciso I e II, alíneas, “a” e “b” do artigo 357, poderá ser quitado em cota única ou em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – Fica a cargo da administração o envio de projeto de lei autorizativa para parcelamento e isenção de juros, multas e correção monetária sobre os impostos e taxas municipais;

II – não podendo nenhuma parcela ser inferior a 50,00 (cinquenta) reais;

III – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

IV – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento;

V – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 1º Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Procuradoria Fiscal para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará ao Procurador geral do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que o Procurador Fiscal peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

3º - Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra à hipótese do inciso IV do mesmo artigo, o Procurador Fiscal deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessária.

Art. 392. Mediante a liquidação total do débito, o Procurador Fiscal requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 393. O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade da Divisão de Dívida Ativa, subordinado ao Procurador Fiscal, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 394. A Procuradoria Fiscal Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 395. Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Procuradoria Fiscal Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 396. A Procuradoria Fiscal Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 397. Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça, mediante convênio.

ParágrafoÚnico – Dependendo do volume de processos a serem agilizados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 398 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I – Da Impugnação

Art. 399. A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

ParágrafoÚnico – A impugnação do lançamento mencionará:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) o objetivo visado.

Art. 400. O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 401. Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com custa processual que houver.

Art. 402. Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

Seção II – Da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão

Art.403. As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

§ 1º A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º O termo de que trata o "*caput*" deste artigo poderá ser:

a) de fiscalização orientativa;

b) de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.

I – O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.

§ 3º O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaços em branco.

§ 4º Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 5º A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 6º Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 404. Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º Lavrado o auto, terá os autuante o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades do inciso

II do art. 354.

Art.405. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I – o local, o dia e a hora da lavratura;

II – o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III – a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV – a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de

30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;

V – a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

ParágrafoÚnico – As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficiente para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 406. A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

ParágrafoÚnico – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "*caput*" deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art.407. Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;

III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator;

ParágrafoÚnico – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-á como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 408. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias concedido para a Defesa do contribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 409. Após 30 (trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 410. É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos e de seu artigo 391.

Art. 411. Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

Seção III – Termo de Apreensão

Art. 412. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município.

ParágrafoÚnico – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, será promovido à busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 413. A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo a juízo do autuante, além do demais elemento indispensável à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 414. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 415. Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 416. Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributaria. Preenchendo os requisitos, cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º Findo o prazo estipulado no "*caput*" deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenham cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável, sem que haja deterioração, depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação à instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.

§ 3º Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

Seção IV – Defesa

Art. 417. O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20(vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

ParágrafoÚnico – Quando se trata de apreensão de bens de fácil deterioração aplicar-se-á os mandamentos do § 2º do art. 416.

Art. 418. O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art.419. A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhados de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art.420. Anexada à defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 421. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento tributário arquivado.

Art. 422. Aplica-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

Seção V – Das Diligências

Art.423. A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

ParágrafoÚnico– A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 424. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 425. As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art.426. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

Seção VI – Dos Prazos

Art. 427. Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

ParágrafoÚnico – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

Seção VII – Da Primeira Instância Administrativa

Art. 428. As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

ParágrafoÚnico – A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante à lavratura de Termo Aditivo.

Art.429. Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I – com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II – com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

III – com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;

IV – com a lavratura de auto de infração;

V – com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 430. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

Seção VIII – Segunda Instância Administrativa

Art. 431. Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I – voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II – de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 50% (cinqüenta por cento) da UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde) definida no art. 437, neste Código.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 432. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40 até (quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

ParágrafoÚnico– Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art.433. A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 434. O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 435. É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

Seção IX – Da Execução das Decisões Fiscais

Art.436. As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III – pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre:

a) o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância.

IV – pela liberação dos bens, mercadorias, documentos apreendidos ou depositados, pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 437. Permanece a UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal de Nova Monte Verde), que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais no valor de R$ 46,97.

ParágrafoÚnico – A UPFM (Unidade Padrão Fiscal de Nova Monte Verde) mencionado neste artigo e demais tributos serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 438. Consideram-se integrantes à presente Lei as tabelas dos Anexos I à XI, que a acompanha.

Art. 439. O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessárias à execução deste Código.

Art. 440. Esta Lei Complementar entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2016, revogando-se em especial a Lei Complementar nº 197/2001 de 11 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 710/2014 e das disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde – MT, 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

Anexo	Descriçãodas Tabelas	Página
I	Tabela para cobrança de Imposto sobre Serviços de Quaisquer Naturezas (ISSQN).	108
II	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades.	130
III	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades em Horário Especial.	136
IV	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Veiculação de Publicidade em Geral.	136
V	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Comercio Eventual ou Ambulante em Geral.	137
VI	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Ex ecução de Obras, Arruamentos e Loteamentos.	138
VII	Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Fiscalização relativa á Ocupação de Áreas em Terrenos ou Via e Logradouros Públicos.	139
VIII	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Abate de Animais.	140
IX	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para licença relativa á transporte de passageiros e cargas.	141
X	Tabela de Valores em UPFM - Taxa de Cemitério	141
XI	Taxa de Expediente	142
XII	Tabela de Valores em R$ (Reais) por Metro Quadrado de “Imóvel Predial Territorial Urbano e tabelas complementares”	143

ANEXOSANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTADOS PELO ISS

Item	Subitem	Descrição do Serviço	Alíquota	UFM Fixas Anuais
1		Serviços de informática e congêneres		
	1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%	
	1.02	Programação	5%	
	1.03	Processamento de dados e congêneres.	5%	
	1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	5%	
	1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	
	1.06	Assessoria e consultoria em informática.	5%	
	1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	
	1.08	Planejamento, confecção, manutenção, e atualização de páginas eletrônicas.	5%	
2		**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza**		
	2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	5%	
3		**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**		
	3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	5%	
	3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos de qualquer Natureza.	5%	
	3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	
	3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%	
4		**Serviços de saúde, assistência médica e congênere.**		
	4.01	Medicina e biomedicina.	5%	50
	4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	
	4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	
	4.04	Instrumentação cirúrgica.	5%	
	4.05	Acupuntura.	5%	20
	4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	20
	4.07	Serviços farmacêuticos.	5%	20
	4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	20
	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.		20
	4.10	Nutrição.	5%	20
	4.11	Obstetrícia.	5%	50
	4.12	Odontologia.	5%	30
	4.13	Ortóptica.	5%	30
	4.14	Próteses sob encomenda.	5%	30
	4.15	Psicanálise.	5%	30
	4.16	Psicologia.	5%	30
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e ongêneres.	5%	
	4.18	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.		
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	5%	
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congênere.	5%	
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%	
5		**Serviços de medicina, assistência veterinária e congênere.**		
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5%	20
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	5%	
	5.04	Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.	5%	
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	5%	
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	5%	
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	
	5.09	Planos de atendimento e assistência médico veterinária.	5%	
6		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
	6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	
	6.01	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	
	6.02	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	
	6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	
	6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	
	6.05	Centros de emagrecimento, *spa* e congêneres.	5%	
7		**Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres**		
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	25
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos **(exceto o fornecimento de mercadorias produzido pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeita ao ICMS)**	5%	
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%	
	7.04	Demolição	5%	

	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres **(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**	**5%**	
	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhados, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	**5%**	
	7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	**5%**	
	7.08	Calafetação.	**5%**	
	7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros quaisquer. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	**5%**	
	7.10	Decoração, jardinagem inclusive corte e poda de árvores.	**5%**	
	7.11	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	**5%**	
	7.12	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.		
	7.13	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e ongêneres.	**5%**	
	7.14	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	**5%**	
	7.15	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	**5%**	
	7.16	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	**5%**	
	7.17	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	**5%**	
	7.18	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.	**5%**	
	7.19	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	**5%**	
8		**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**		
	8.02	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	**5%**	
	8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimento de qualquer natureza.	**5%**	
9		**Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagem e congêneres.**		
	9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apartservice* condominiais, *flat*, *apart-hotéis*, hotéis residência, *residence-service*, *suite service*, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço **(o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)**.	**5%**	
	9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagem e congêneres.		
	9.03	Guias de turismo	**5%**	
10		**Serviços de intermediação e congêneres**		
	10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	**5%**	
	10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	**5%**	
	10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	**5%**	
	10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing)*, de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).	**5%**	
	10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	**5%**	**20**
	10.06	Agenciamento marítimo.	**5%**	
	10.07	Agenciamento de notícias.	**5%**	
	10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.		
	10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	**5%**	
	10.10	Distribuição de bens de terceiros	**5%**	
11		**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**		
	11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	**5%**	
	11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	**5%**	
	11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	**5%**	
	11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	**5%**	
12		**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**		
	12.01	Espetáculos teatrais.	**5%**	
	12.02	Exibições cinematográficas.	**5%**	
	12.03	Espetáculos circenses.	**5%**	
	12.04	Programas de auditório.	**5%**	
	12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	**5%**	
	12.06	Boates, *taxi-dancing*, e congêneres.	**5%**	
	12.07	*Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	**5%**	
	12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.		
	12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	**5%**	
	12.10	Corridas e competições de animais.	**5%**	
	12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	**5%**	
	12.12	Execução de música.	**5%**	
	12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	**5%**	
	12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	**5%**	
	12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	**5%**	
	12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congênere.		
	12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	**5%**	
13		**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**		
	13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	**5%**	
	13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	**5%**	
	13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	**5%**	
	13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	**5%**	
14		**Serviços relativos a bens de terceiros**		

	14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)**.	**5%**	
	14.02	Assistência técnica		
	14.03	Recondicionamento de motores **(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)**	**5%**	
	14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	**5%**	
	14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	**5%**	
	14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	**5%**	
	14.07	Colocação de molduras e congêneres.	**5%**	
	14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	**5%**	
	14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	**5%**	
	14.10	Tinturaria e lavanderia.		
	14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	**5%**	
	14.12	Funilaria e lanternagem.	**5%**	
	14.13	Carpintaria e serralheria.	**5%**	
15		**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**		
	15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	**5%**	
	15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	**5%**	
	15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	**5%**	
	15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congênere.	**5%**	
	15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congênere, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	**5%**	
	15.06	Emissão, reemisão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas, coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	**5%**	
	15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	**5%**	
	15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; emissão, concessão. Alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	**5%**	
	15.09	Arrendamento mercantil (*leasing)* de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil *(leasing)*.	**5%**	
	15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	**5%**	
	15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a ele relacionados.	**5%**	
	15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	**5%**	
	15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio, emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	**5%**	
	15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	**5%**	
	15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	**5%**	
	15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo, serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	**5%**	
	15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulsos ou por talão.	**5%**	
	15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	**5%**	
16		**Serviços de transporte de natureza municipal**		
	16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.		**10**
17		**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**		
	17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	**5%**	
	17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congênere.	**5%**	
	17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	**5%**	
	17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	**5%**	
	17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador do serviço.	**5%**	
	17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	**5%**	
	17.07	Franquia *(franchising)*	**5%**	
	17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.		
	17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	**5%**	
	17.10	Organização de festas e recepções; bufê **(exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).**	**5%**	
	17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	**5%**	
	17.12	Leilão e congêneres	**5%**	

	17.13	Advocacia	**5%**	**25**
	17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	**5%**	
	17.15	Auditoria.	**5%**	**25**
	17.16	Análise de Organização e Métodos.	**5%**	
	17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	**5%**	
	17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	**5%**	**25**
	17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	**5%**	
	17.20	Estatística.	**5%**	
	17.21	Cobrança em geral.	**5%**	
	17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operação de faturização *(factoring)*.	**5%**	
	17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	**5%**	
18		**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**		
	18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	**5%**	
19		**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres**		
	19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	**5%**	
20		**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**		
	20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação,desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	**5%**	
	20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congênere.	**5%**	
	20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logísticas e congêneres.	**5%**	
21		**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**	**5%**	
	21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	**5%**	
22		**Serviços de exploração de rodovia**		
	22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	**5%**	
23		**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congênere.**		
	23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congênere.	**5%**	
24		**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.**		
	24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, *banners*, adesivos e congêneres.	**5%**	
25		**Serviços funerários**		
	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico, fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	**5%**	
	25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	**5%**	
	25.03	Planos ou convênio funerários	**5%**	
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	**5%**	
26		**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congênere.**		
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agencias franqueadas; *courrier* e congêneres.	**5%**	
27		**Serviços de assistência social.**	**5%**	
	27.01	Serviços de assistência social.	**5%**	
28		**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**		
	28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	**5%**	
29		**Serviços de biblioteconomia**		
	29.01	Serviços de biblioteconomia.	**5%**	**20**
30		**Serviços de biologia, biotecnologia e química**		
	30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	**5%**	**20**
31		**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**		
	31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	**5%**	**8**
32		**Serviços de desenhos técnicos.**	**5%**	
	32.01	Serviços de desenhos técnicos.	**5%**	
33		**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**		
	33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	**5%**	
34		**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**		
	34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	**5%**	
35		**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**		
	35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	**5%**	
36		**Serviços de meteorologia.**		
	36.01	Serviços de meteorologia.	**5%**	
37		**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**		
	37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	**5%**	
38		**Serviços de museologia.**		
	38.01	Serviços de museologia.	**5%**	
39		**Serviços de ourivesaria e lapidação**		
	39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomados do serviço).	**5%**	
40		**Serviços relativos a obra de arte sob encomenda**		
	40.01	Obras de arte sob encomenda.	**5%**	

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DATAXA DELICENÇA PARA LOCALIZAÇÃOE FUNCIONAMENTO DEESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS- ALVARÁ

	VALORES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO		
Cód.	**Descrição dos serviços**	**Período de incidência**	**Valor da Taxa em UPFM**
1	Extração de pedras e materiais em bruto para construção (areia e cascalho), fixo.	Anual	**7**
2	Relojoaria, joalheria, óticas em geral.	Anual	**7**
3	Indústria de artefatos de cimento e cerâmicos em geral, fixos.	Anual	**10**
4	Indústria metalúrgica e serralheria.		
4.1	Até 200 m2 fixo	Anual	**5**
4.2	Acima de 200 m2	Anual	**7**
5	Indústria madeireira (serraria pica-pau)	Anual	**5**
6	Indústria madeireira (serra fita)	Anual	**10**
7	Indústria madeireira (serra fita com beneficiamento)	Anual	**12**
8	Indústria madeireira (laminadora ou faquiadeira)	Anual	**15**
9	Indústria madeireira (laminadora ou faquiadeira com fabrica de compensado)	Anual	**20**
10	Indústria madeireira (beneficiamento)	Anual	**10**
11	Serviços gráficos e jornais em geral	Anual	**7**
12	Indústria e comércio móveis de madeira		
12.1	Até 200 m2.	Anual	**5**
12.2	Acima de 200 m2.	Anual	**7**
13	Indústria de beneficiamento de produtos alimentares de origem vegetal (café, arroz. Milho, etc).		
13.1	Até 200 m2, fixo	Anual	**7**
13.2	De 201 a 500 m2	Anual	**10**
13.3	De 501 a 800 m2	Anual	**15**
13.4	Acima de 800 m2, fixo.	Anual	**25**
14	Construção civil em geral, fixo.	Anual	**7**
15	Terraplenagem, pavimento de estradas e vias urbanas, fixo.	Anual	**15**
16	Geração e distribuição de energia elétrica	Anual	**80**
17	Abastecimento de água e esgotamento sanitário	Anual	**80**
18	Limpeza pública, remoção e beneficiamento do lixo.	Anual	**20**
19	Farmácias e drogarias		
19.1	Até 100 m2.	Anual	**7**
19.2	De 101 a 200 m2.	Anual	**10**
19.3	Acima de 200 m2.	Anual	**12**
20	Comércio varejista de produtos veterinários e agropecuários		
20.1	Até 200 m2.	Anual	**7**
20.2	De 201 a 400 m2.	Anual	**10**
20.3	Acima de 400 m2.	Anual	**12**
21	Comércio varejista de confecções, tecidos, calçados e armarinhos.		
21.1	Até 50 m2.	Anual	**5**
21.2	De 51 a 100 m2	Anual	**7**
21.3	De 101 a 200 m2	Anual	**10**
21.4	Acima de 200 m2	Anual	**12**
22	Comércio de móveis e eletrodomésticos		
22.1	Até 200 m2.	Anual	**10**
22.2	De 201 A 400 m2.	Anual	**12**
22.2	Acima de 400 m2.	Anual	**15**
23	Comércio de materiais para construção		
23.1	Até 200 m2.	Anual	**7**
23.2	De 201 A 400 m2.	Anual	**10**
23.2	Acima de 400 m2.	Anual	**15**
24	Comércio de peças de veículos e oficina		
24.1	Até 200 m2	Anual	**7**
24.2	Acima de 200 m2.	Anual	**10**

25	Motocicletas novas e usadas, peças, assessórios e oficina.		
25.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
25.2	De 101 A 200 m2.	Anual	**7**
25.2	Acima de 200 m2.	Anual	**10**
26	Bicicletas novas e usadas, peças, assessórios e oficina.		
26.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
26.2	Acima de 100 m2.	Anual	**7**
27	Mercearias		
27.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
27.2	Acima de 100 m2.	Anual	**7**
28	Mercados e empórios		
28.1	Até 200 m2.	Anual	**7**
28.2	Acima de 200 m2.	Anual	**10**
29	Mercados com açougue ou padaria e outros	Anual	
29.1	Até 200 m2.	Anual	**12**
29.2	De 201 a 400 m2.	Anual	**15**
29.3	Acima de 400 m2.	Anual	**20**
30	Supermercados		
30.1	Até 400 m2.	Anual	**25**
30.2	Acima de 400 m2.	Anual	**30**
31	Comércio varejista de combustíveis e derivados do refino de petróleo	Anual	**40**
32	Comércio varejista de material fotográfico e cinematográfico e serviços	Anual	**5**
33	Comércio varejista de material para caça e pesca, artigos desportivos, brinquedos e miudezas em geral		
33.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
33.2	Acima de 100 m2.	Anual	**7**
34	Livraria e papelaria, brinquedos e miudezas em geral.		
34.1	Até 50 m2.	Anual	**5**
34.2	de 51 a 100 m2.	Anual	**7**
34.3	Acima de 100 m2.	Anual	**10**
35	Comércio varejista de artigos usados		
35.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
35.2	Acima de 100 m2.	Anual	**7**
36	Comércio varejista de artigos para presentes e importados		
36.1	Até 50 m2.	Anual	**5**
36.2	Acima de 50 m2.	Anual	**7**
37	Academia de ginástica e arte marciais	Anual	**5**
38	Depósitos:		
38.1	Depósito de gás GLP até 200 m2	Anual	**10**
38.2	Depósito de gás GLP acima 200 m2	Anual	**12**
38.3	Depósito de bebidas até 200 m2	Anual	**10**
38.4	Depósito de bebidas acima de 200 m2	Anual	**12**
38.5	Depósitos de combustíveis inflamáveis e similares	Anual	**20**
38.6	Depósitos de produtos agrícolas e seriais	Anual	**10**
39	Serviço de transporte		
39.1	Transporte rodoviário de passageiros (intermunicipal).	Anual	**10**
39.2	Transporte rodoviário de passageiros (municipal)	Anual	**7**
39.3	Transporte de cargas em geral (intermunicipal)	Anual	**10**
39.4	Transporte de cargas em geral (municipal)	Anual	**7**
41	Serviço de Telecomunicação		
41.1	Provedor de Internet	Anual	**10**

41.2	Telefonia Celular	Anual	**30**
41.3	Empresa de Telecomunicação	Anual	**80**
42	Bar		
42.1	Até 50 m2.	Anual	**3**
42.2	Acima de 50 m2.	Anual	**5**
43	Lanchonete e pizzaria	Anual	
43.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
43.2	De 101 A 200 m2.	Anual	**7**
43.2	Acima de 200 m2.	Anual	**10**
44	Restaurante e churrascaria	Anual	
44.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
44.2	De 101 A 200 m2.	Anual	**7**
44.3	Acima de 200 m2.	Anual	**10**
45	Danceterias, Casa de Shows, Boates, Cinemas, clubes sociais e esportivos.		
45.1	Até 300 m2.	Anual	**10**
45.2	De 301 a 600 m2.	Anual	**12**
45.3	Acima de 600 m2	Anual	**15**
46	Sorveterias		
46.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
46.2	De 101 A 200 m2.	Anual	**7**
46.3	Acima de 200 m2.	Anual	**10**
47	Sucos e frutas, pastelarias, cafés e garapeiras.		
47.1	Até 20 m2.	Anual	**3**
47.2	Acima de 20 m2.	Anual	**5**
48	Hotel, Motel, Pousada e similar.	Anual	
48.1	Por quarto suítes (frigobar, TV a cabo).	Anual	**1,5**
48.2	Por quarto apartamento (banheiro, ar, tv).	Anual	**1**
48.3	Por quarto simples (banheiro corredor, ventilador).	Anual	**0,5**
49	Reparação, manutenção de maquinas e de aparelhos para uso domestico		
49.1	Até 50 m2.	Anual	**5**
49.2	Acima de 50 m2	Anual	**7**
50	Reparação e manutenção de veículos e máquinas pesadas.		
50.1	Até 100 m2.	Anual	**5**
50.2	De 101 A 200 m2.	Anual	**7**
50.3	De 201 A 300 m2.	Anual	**10**
50.4	Acima de 300 m2.	Anual	**12**
51	Serviço de radiodifusão, televisão e diversões.	Anual	**7**
52	Serviços auxiliares (técnico, administrativo, financeiros e intermediação) e diversos.	Anual	**7**
53	Clinicas e consultórios:	Anual	
53.1	Médicas	Anual	**10**
53.2	Dentárias	Anual	**7**
53.3	Massoterapia, massagens e congêneres.	Anual	**7**
53.4	Fisioterapia,	Anual	**7**
53.5	Psicológicas	Anual	**7**
53.6	Oftalmológicas	Anual	**7**
54	Instituições financeiras e postos de atendimento vinculada ao sistema financeiro.		
54.1	Bancos comerciais	Anual	**50**
54.2	Cooperativa de créditos	Anual	**25**
54.3	Caixas Automáticos	Anual	**7**

54.4	Casas Lotéricas	Anual	**15**
54.5	Correspondentes Bancários	Anual	**15**
54.6	Agencia dos Correios	Anual	**20**
55	Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	Anual	**7**
56	Exposições e feiras agropecuárias, leilão de animais, parque de diversões etc.	Anual	**15**
57	Industria de beneficiamento de produtos de origem animal (frigorifico, curtume, laticínio, etc)		
57.1	Até 800 m2,	Anual	**20**
57.2	De 801 a 1.600 m2	Anual	**30**
57.3	De 1.601 a 3.200 m2	Anual	**50**
57.4	Acima de 3.200 m2, fixo.	Anual	**80**
58	Serviço de registro publico, Cartórios e notariais	Anual	**20**
59	Serviços comunitários e sociais (asilos, orfanatos, associações beneficentes, instituições de caridades, etc).	Anual	**isento**
60	Instituições educacionais em geral	Anual	**10**
61	Datilografia e computação	Anual	**5**
62	Cooperativas	Anual	**7**
63	Serviços profissionais autônomos	Anual	**4**
64	Serviços profissionais autônomos de nível médio ou técnico	Anual	**5**
65	Serviços profissionais autônomos de nível superior	Anual	**7**
66	Taxistas	Anual	**3**
67	Serviços Advocatícios.	Anual	**7**
68	Salão de beleza	Anual	**3**
68.1	Estabelecimentos de Corte de Cabelo e barba	Anual	**5**
68.2	Estabelecimentos de Corte de Cabelo e barba, pedicure e manicure, depilação, tratamento limpeza de pele, etc.	Anual	**7**
69	Serviço de Moto taxis	Anual	**2**
70	Recuperadora e recauchutagem de pneus	Anual	**5**
71	Auto Escolas	Anual	**7**
72	Planos de Saúde, previdência.	Anual	**7**
73	Funerários	Anual	**7**
74	Corretora de seguros	Anual	**7**
75	Despachantes	Anual	**7**
76	Locadora de veículos	Anual	**7**
77	Usinagem, tornearia e solda em geral.	Anual	**7**
78	Funilaria, lanternagem e pintura.	Anual	**7**
79	Chaveiros	Anual	**3**
80	Lava Jato	Anual	**3**
81	Lavanderia	Anual	**3**
82	Alfaiataria e costura em geral	Anual	**3**
83	Tapeçaria	Anual	**7**
84	Propaganda de som de rua, com ou sem veículo.	Anual	**7**
85	Serviço de terminais rodoviários	Anual	**7**
86	Floricultura, jardinagem, paisagismo e decorações,	Anual	**7**
87	Pedreiro carpinteiro	Anual	**3**
88	Agência de viagens, turismo e serviços de reservas.	Anual	**7**
89	Franquias	Anual	**7**
90	Vendedor ambulante residente no município	Anual	**5**
91	Vendedor ambulante residente fora do município		
91.1	Ambulante residente fora do município	Dia	**15**
91.2	Ambulante residente fora do município	Mês	**25**
91.3	Ambulante residente fora do município	Anual	**100**

TAXA DELICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE CIRCOS,

PARQUES DE DIVERSÕES ESIMILARES

ITEM	PERÍODO	QUANTIDADE EM UPFM
01	Prazo de até 15 dias	**7,00**
02	Prazo de 16 a 30 dias	**10,00**
03	Acima de 30 dias até dois meses	**15,00**

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E ARTESANAIS

ITEM	PERÍODO	QUANTIDADE EM UPFM BOXE
01	Por dia	**4,00**
02	Por mês	**20,00**

ANEXO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ITEM	DESCRIÇÃODO PERÍODODA LICENÇA	QUANTIDADE EM % NO PERÍODO
1	**Para prorrogaçãodehorário anual**	
1.1	Até às 22h	**30%**
1.2	Além das 22h	**50%**
2	**Para AntecipaçãodeHorário**– Por hora	**5%**
3	**DomingoseFeriados - Por hora**	**7%**

ANEXO IV

TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃODA ESPÉCIEDA LICENÇA	QTDEUPFMAO:		
Dia	**Mês**	**Ano**		
1	**De Comunicação Auditiva**			
1.1	Volante, sem recursos de amplificação de som, por unidade.	0,25	1,50	6,00
1.2	Volante, com recursos de amplificação de som, por unidade.	0,25	2,50	9,00
1.3	Fixa, sem recursos de amplificação de som, por unidade.	0,25	1,00	5,00
1.4	Fixa, com recursos de amplificação de som, por unidade.	0,25	2,00	7,00
2	**De Comunicação Visual**	**-**	**-**	**-**
2.1	Pintada, colada ou afixada em muros, paredes, fachadas ou terreno, por unidade conforme tamanho:	-	-	-
2.1.1	Grande	-	0,75	3,00
2.1.2	Médio	-	0,50	2,50
2.1.3	Pequeno	-	0,25	1,75
2.2	Faixas – por unidade	0,07	2,50	-
3	**Prospecto e/ou Boletim**	**-**	**-**	**-**
3.1	Pelo primeiro milheiro ou fração:	0,12	-	-
3.2	Após o 1º milheiro ou fração, além da importância fixada no item anterior, pelo excedente, por milheiro ou fração	0,03	-	-

ANEXO V

TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO OU

ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE (EM LOCAIS PERMITIDOS)

ITEM	MEIOS/ATIVIDADES	QuantidadedeUPFM		
Dia	**Mêsou fração**	**Ano**		
COMERCIANTESRESIDENTESNO MUNICÍPIO				
01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana.	0,20	1,50	2,50
02	Carroças ou similares por tração animal.	0,25	2,00	3,00
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão).	0,50	3,00	5,00
COMERCIANTESDEOUTROS MUNI-CÍPIOS				
01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana.	2,00	5,00	10,00
02	Carroças ou similares por tração animal.	2,00	5,00	12,00
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão).	4,00	10,00	30,00

ANEXO VI

TAXA DELICENÇA PARA APROVAÇÃO, EXECUÇÃO DEOBRAS, INSTALAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE DE UPFM
01	**Aprovação de Projeto de Edificações, por m² de área total**	**-**
01.1	**Residencial unifamiliar por m²**	**-**
01.1.1	Até 25,0 m²	isento
01.1.2	De 26,00 a 50,00 m²	isento
01.1.3	De 51,00 até 100 m²	2,00
01.1.4	De 101,00 m² a 150 m²	2,50
01.1.5	De 151,00 m² a 200 m²	3,00
01.1.6	De 201,00 m² a 250 m²	3,50
01.1.7	Acima 251 m²	4,00
01.2	**Residencial multifamiliar por m²**	
01.2.1	Com unidade autônoma de até 60,00 m²	3,00
01.2.2	Com unidade autônoma de até 61,00 a 150,00 m²	3,50
01.2.3	Com unidade autônoma de até 151,00 a 350,00 m²	4,00
01.2.4	Com unidade autônoma acima de 350,00 m²	5,00
01.3	**Comercial e prestação de serviços por m²**	
01.3.1	Até 150,00 m²	4,00
01.3.2	De 151,00 a 300,00 m²	4,50
01.3.3	De 300,00 A 500,00 m²	5,00
01.3.4	De 500,00 Acima	5,50
01.4	**Industrial por m²**	

01.4.1	Até 500,00 m²	5,50
01.4.2	De 501,00 a 1.500,00 m²	7,00
01.4.3	Acima de 1.500,00 m²	9,00
01.5	**Institucional por m²**	
01.5.1	Até 150,00 m²	7,00
01.5.2	De 151,00 a 500,00 m²	8,50
01.5.3	Acima de 500,00 m²	10,00
02	**Parcelamento do solo**	
02.1	Consulta prévia de loteamento por ha	2,00
02.2	Desmembramento, remembramento e desdobramento (por lote envolvido)	2,00
02.3	**Aprovação de loteamento**	
02.3.1	Até 5 hectares	115,00
02.3.2	De 6 a 10 hectares	350,00
02.3.3	De 11 a 20 hectares	480,00
02.3.4	Acima de 21 hectares	590,00
03	**Alvará de obras**	
03.1	Obras	1,00
03.2	Reforma	1,00
03.3	Demolição	1,00
04	**Habite-se – Alvará de Aprovação**	
04.1	Residencial até 100 m2	1,00
04.1.1	Residencial de 101 a 300 m2	2,00
04.1.2	Residencial acima de 301 m2	3,00
04.2	Comercial e Prestação de Serviços	3,50
04.3	Industrial	5,00
04.4	Institucional	2,50
05	**Certidões Diversas – Mapas de desmembramentos remembramentos etc**	**2,00**
06	**Colocação de Tapume – por metro linear mais alvará**	**0,90**
07	**Nivelamento de Alinhamento de Testada – metro linear**	**1,50**
08	**Alinhamento de Poste – por unidade**	**0,50**
09	**Canalização e quaisquer escavações em vias e logradouros públicos**	
09.1	Para implantação de anel ótico – por m³	0,35
09.2	Para implantação de manilhas e outras tubulações de diâmetro igual ou superior a 100 mm – por metro linear	0,35
09.3	Outras escavações não especificadas – por metro linear	0,35

Obs.:

o mesmo critério I - Nos casos de prorrogações de prazos, adotar-se-á constantes nos itens acima, com desconto de 50% (cinquenta por cento); Nos casos de regularização de imóveis construídos antes da aprovação desta Lei adota-se o mesmo critério de desconto.

II - Esta Taxa não incide sobre:

a. A construção de madeira com área coberta de até 50 m², provando seu proprietário não possuir outro imóvel no Município;

b. A limpeza ou pintura externa ou interna do prédio, muro ou gradil;

c. A construção ou reforma de passeio quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

d. As áreas públicas quanto ao item 02.3 - Aprovação de Loteamentos, desta tabela.

ANEXOVII

TABELA PARA COBRANÇA DATAXA DELICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO RELATIVA ÁOCUPAÇÃO DE ÁREASEM TERRENOSOU VIAELOGRADOUROS PÚBLICOS

ITEM	TIPODEOCUPAÇÃO	QUANTIDADE DEUPFM	
Mêsou Fração	**Anual**		
01	Balcão, barraca, mesa, tabuleiro, malas, cestas ou similares, por unidade:	1,00	5,00
02	Quiosques, "trailers", "hot-dogs", ou similares, por unidade:	1,00	5,00
03	Bicicleta, triciclo, carroças ou similares, por unidade:	0,50	2,50
04	Vans ou mini-vans, táxi, motociclo, veículos tipo passeio ou similares, por veículos:	1,00	5,00
05	Caminhões, ônibus, caminhonetes ou similares, por veículo:	1,50	5,00
06	Bancas de revistas por m² e por ano ou fração	1,00	12,00
07	Feiras livres, por box - padrão, por local permitido:	ISENTO	
08	Feiras especiais, por barraca e por local permitido:	1,25	5,00
09	Mercados municipais por m²:	0,50	4,00
10	Circos e parques de diversões:	3,00	20,00
11	Estrutura para fixação de placas, painéis, relógios, termômetros e congêneres, por unidade:	1,50	6,00
12	Outras ocupações não especificadas, por unidade:	2,00	6,00

ANEXOVIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA

RELATIVA AO ABATE DE ANIMAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EMUPFM
Animais por unidade inspecionada		

01	Bovino ou vacum	0,25
02	Ovino	0,15
03	Caprino	0,15
04	Suíno	0,15
05	Eqüino	0,20
06	Aves	0,10
07	Outros	0,15

ANEXO IX

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA Á TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EMUPFM
1	**TransportesUrbanos, porvistoria.**	
1.1	Coletivo convencional de passageiros	1,50
1.2	Coletivo de passageiros escolar	1,00
2	**De Passageiro em Veículo de Aluguel, por vistoria e espécie**	
2.1	Veículo de passeio	1,00
2.2	Demais veículos, não especificados no item anterior	1,00
3	**Veículos deCargas, porvistoria e espécie**	
3.1	Caminhão de porte igual/superior a ¾ ou capacidade de carga líquida igual ou superior a 3.000 kg	1,50
3.2	Caminhão/camioneta de porte abaixo de ¾ ou capacidade de carga líquida inferior a 3.000 kg	1,00
3.3	Demais veículos, não especificados nos itens anteriores.	1,00

ANEXO X

TAXA DE CEMITÉRIO

I – INUMAÇÃO E TÚMULO, INCLUSIVE CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO:	COM	A	QUANTIDADE UPFM
a) até 12 anos			01
b) de adulto			02
c) indigentes e sepultamento em área gramada			Isento

II – INUMAÇÃO E TÚMULO PARA CASAIS, INCLUSIVE COM A CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO:	QUANTIDADE UPF	
a) casal	04	
III – INUMAÇÃO E JAZIGO FAMILIAR, INCLUSIVE COM A CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO:		**QUANTIDADE UPFM**
a) familiar		7

IV - REABERTURA DE JAZIGO OU SEPULTURA:	QUANTIDADE UPFM
a) reabertura de jazigo para nova inumação	2,5
b) reabertura de carneira para nova inumação	3,0
c) reabertura de sepultura simples (terra)	2,5

ANEXO XI

TAXAS DE EXPEDIENTE

EXPEDIENTES REALIZADOS	UPF
Requerimentos e petições diversas:	0,30
Atestados e certidões diversas:	0,30
Registro de profissionais liberais:	0,30
Registro de outros profissionais:	0,30
Inscrições de fornecedores:	0,30
Termos e contratos, por lauda:	0,010
Atestados de liberação de quaisquer bens:	0,30
Atestado de vistoria administrativa	0,30
Buscas e desarquivamento de qualquer natureza:	0,50
Atualização ou renovação de ficha cadastral:	0,15
Expedição de segunda via de avisos de lançamentos:	0,15
Certidões negativas por cadastro imobiliário ou por atividades:	0,50
Outras Certidões Diversas	0,50
Protocolo de Loteamentos	7,50
Declarações Diversas	0,30
Expedição de 2° via de Alvará	0,30
Vistoria para Regime Especial	1,00
Renovação de Alvará de Construção	0,45
Regularizações de qualquer tipo de projeto	0,45
ANEXO XII	
VALOR IMPOSTO/TAXAS	
FATOR DE LOCALIZAÇÃO	**Vlr M2**
F01 – Lotes contidos na Av. Mato Grosso entre a Rod. MT 208 e Av. Antonio Joaquim de Azevedo.	**R$ 40,50**
F01A - Lotes que fazem frente para a Praça Bíblia.	**R$ 54,00**
F01B - Lotes contidos nas Quadras: 12: Lotes de n.0 21 a 39 21: Lotes de n.0 22 a 40	**R$ 27,00**

F02 – Lotes contidos na Quadra 36 e os seguintes Lotes contidos na Quadra 38: Lotes de n.0 33 a 42 Quadra 37: Lotes de n.0 01 a 10	**R$ 20,25**
F03 – Lotes contidos nas Quadras: 10: Lotes de n.0 11 a 19 e 31 a 39, 11: Lotes de n.0 11 a 19 e 31 a 39 12: Lotes de n.0 11 a 19, 19: Lotes de n.0 02 a 10 e 22 a 30 20: Lotes de n.0 04 a 10 e 22 a 30, 21: Lotes de n.0 02 a 10 38: Lotes de n.0 02 a 21 e lotes 23 a 31	**R$ 27,00**
F04 – Lotes contidos nas Quadras: 10: Lotes de n.0 01 a 10 e 21 a 30, 11: Lotes de n.0 01 a 10 e 21 a 30 12: Lotes de n.0 01 a 10, 19: Lotes de n.0 11 a 20 e 31 a 40 20: Lotes de n.0 11 a 20 e 31 a 40, 21: Lotes de n.0 11 a 20 15: Lotes de n.0 01 a 19 24: Lotes de n.0 02 a 20	**R$ 27,00**
F05 – Lotes contidos nas Quadras: 01, 02, 03, quadra nº 04 lotes 01 a 13, quadra nº 05, lotes 14 a 26 quadras nº 06 e 07 loteamento São Lucas quadras nº 51 e 52 que fazem frente para a Rod. MT 208	**R$ 10,80**
F06 – Lotes contidos nas Quadras: 15, 16, 24, e 25, exceto os Lotes 20 e 40 da Quadra 15 e Lotes 01 e 21 da Quadra 24. quadras: E e F frente para a av. Paulo Watanuki	**R$ 13,50**
F07 – Lotes contidos nas Quadra: 28: Lotes de nº 21 a 40 29: Lotes de nº 01 a 20 Quadra: 04 Lotes nº 14 a 26 Quadra: 05 e Quadra: 06 lotes 01 a 13	**R$ 16,20**
F07A – Lotes contidos nas Quadras: 29: Lotes de nº 21 a 40 Quadras: 29A e 30;	**R$ 8,10**
F08 – Lotes contidos nas Quadras: 08, 09, 09A , 17,18 e 18A	**R$ 8,10**
F09 – Lotes contidos nas Quadras: 26, 27, 27A 31, 32, 33, 34, 35 e 35A	**R$ 6,75**
F10 – Lotes contidos nas Quadras: G, G1, G2, H, quadra nº 37 lotes 11 ao 19	**R$ 20,25**
F11 – Lote contidos nas Quadras: E e F que fazem frente para Rod. MT 208	**R$ 16,20**
F12 – Lotes contidos nas quadras: A, B, C e D.	**R$ 5,40**
F13 – Chácaras nº 109 a 120 e 17 a 32 e as chácaras 53, 72 e 87.	**R$ 0,35**
F13A – as demais Chácaras localizadas no cinturão de chácaras	**R$ 0,27**
F14 – Lotes contidos nas Quadras 39 e 40.	**R$ 8,10**
F15 – Lotes contidos no Distrito Industrial.	**R$ 2,70**
F16 – loteamento Santo Antonio Quadras: 41, 42, 43, 44 e 45 loteamento São Lucas quadras: 51 lotes 15 a 27 e quadra: 52 lotes 14 a 26 e as quadras: 53, 54, 55, 56, 57 e 58 e loteamento Jardim América.	**R$ 6,75**
F16A – loteamento Parque das Nações loteamento Novo Horizonte loteamento Residencial Acapu	**R$ 5,40**

O valor de metro quadrado do terreno (Vm2t) será obtido através da Tabela de valores de terreno: por nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da Planta de Valores deste Decreto, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido. Segue abaixo a tabela mencionada nesta alínea:

A área do terreno referida pela legenda **"At"**, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário.

O coeficiente corretivo de situação referido pela letra **"S"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
SITUAÇÃO DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
ESQUINA MAIS DE UMA FRENTE	1,10
ENCRAVADO	0,70
MEIO DE QUADRA	1,00
GLEBA	0,90

O coeficiente corretivo de topografia referido pela letra **"T"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
TOPOGRAFIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
PLANO	1,10
ACLIVE	0,90
DECLIVE	0,80
IRREGULAR	0,70

O coeficiente corretivo da pedologia referido pela letra **"P"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
PEDOLOGIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
FIRME	1,00
ALAGADO	0,70
COMBINAÇÃO DAS DEMAIS	0,90
INUNDÁVEL	0,80

II – O valor venal da edificação será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado do tipo da edificação por um percentual indicativo da categoria da edificação dividido por cem e multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente do estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vve = Vm2e x Ae x Ec

onde:

Vve => Valor venal da edificação;

Vm2e => Valor do metro quadrado de edificação;

Ae => Área da edificação da unidade e;

Ec => Estado de conservação.

O valor do metro quadrado da edificação identificado pela legenda **"Vm2e"**, será obtido com base na faixa de pontos que se enquadrar a edificação, cujos parâmetros identificam o padrão e consequentemente os materiais utilizados, determinando os valores embutidos. A faixa de valores de acordo com a pontuação será obtida pela tabela a seguir:

TABELA DE VALORES (R$) POR METRO QUADRADO DE EDIFICAÇÃO E SEUS COMPONENTES BÁSICOS			
RELAÇÃO DE VALORES POR M2 DE ACORDO COM A FAIXA DE PONTOS			
FAIXA DE PONTOS	R$ POR M2	FAIXA DE PONTOS	R$ POR M2

0A4540,34 96A105141,2246A5550,43 106A115220,4656A6563,52 116A125225,5266A7578,63 126A135270,9276A8598,83 136A145325,1786A95122,82 146A...390,34

TABELA DE COMPONENTES DE EDIFICAÇÃO E SUAS PONTUAÇÕES DE ACORDO COM O TIPO						
COMPONENTES	Residência	Apartamento	Sala/Loja	Galpão	Telheiro	Especial
ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO						
ADOBE/MADEIRA RÚSTICA	05	06	04	03	06	08
MADEIRA DE PRIMEIRA	12	12	10	09	20	20
ALVENARIA	16	22	14	12	25	20
CONCRETO	20	27	18	18	30	25
METÁLICA	25	30	20	20	35	30

COBERTURATELHA DE CIMENTO AMIANTO

	06	06	05	08	12	15
TELHA TERMOACÚSTICA	07	07	06	09	13	16
TELHA DE BARRO	09	09	07	10	15	18
METÁLICA	15	15	12	15	20	23
LAJE	18	18	14	20	25	28
ESPECIAL	20	20	15	25	30	30

ESTRUTURA DA COBERTURAMADEIRA SIMPLES

	09	09	08	11	15	18
MADEIRA DE PRIMEIRA	12	12	10	13	25	26
CONCRETO	15	15	12	15	30	24
METÁLICA	18	18	15	18	40	26
ESPECIAL	23	23	18	28	50	33

REVESTIMENTO INTERNOSEM

	00	00	00	00	00	00
EMBOCO	06	10	08	10	00	12
REBOCO	08	12	10	14	00	16
PINTURA SIMPLES	10	14	12	18	00	20
PINTURA LÁTEX	12	18	14	20	00	25
ESPECIAL	20	25	20	25	00	30

REVESTIMENTO EXTERNOSEM

	00	00	00	00	00	00
EMBOCO	06	12	09	12	00	15
REBOCO	08	14	12	16	00	18
PINTURA SIMPLES	10	16	14	20	00	22
PINTURA LÁTEX	12	20	16	22	00	28
ESPECIAL	20	27	22	26	00	35

PAREDESSEM

	00	00	00	00	00	00
ADOBE/MADEIRA RÚSTICA	08	10	08	12	00	15
MADEIRA DE PRIMEIRA	10	15	10	14	00	20
ALVENARIA	14	17	15	16	00	25
CONCRETO	16	20	17	18	00	30
METÁLICA	18	22	20	21	00	32

FORROSEM

	00	00	00	00	00	00
MADEIRA	05	10	05	08	08	15
GESSO	10	15	10	12	15	20
LAGE	14	20	12	15	18	25
PVC	20	25	20	20	20	30
ESPECIAL	25	30	25	25	25	35

PISOTERRA BATIDA

	00	00	00	00	00	00
CIMENTO	06	06	06	08	06	10
CERÂMICA/MOSAICO	10	10	12	15	12	20
MATERIAL PLÁSTICO	17	24	17	20	22	30
ESPECIAL	20	25	20	23	25	35

INSTALAÇÃO SANITÁRIASEM

	00	00	00	00	00	00
EXTERNA	02	02	02	02	02	02
INTERNA SIMPLES	06	06	06	06	06	06
INTERNA COMPLETA	10	10	12	10	12	20
MAIS DE UMA INTERNA	14	14	14	14	14	25

INSTALAÇÃO ELÉTRICASEM

	00	00	00	00	00	00
EXTERNA	02	02	02	03	04	10
EMBUTIDA	06	06	08	08	08	20

ÁREA DE LAZERPISCINA ATÉ 20.000 L

	25	25	25	25	25	25
PISCINA ACIMA 20.000 L	30	30	30	30	30	30
SAUNA	35	35	35	35	35	35
QUADRA DE ESPORTE	40	40	40	40	40	40
OUTROS	00	00	00	00	00	00
NEUTRO	00	00	00	00	00	00

A área edificada da unidade identificada pela legenda **"Ae"**, será obtida pelo cadastro fiscal imobiliário.

O fator do coeficiente do estado de conservação identificado pela legenda "**Ec"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme o seu estado de conservação, cujos parâmetros constam da seguinte tabela:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO		
ORDEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**ÍNDICE**
01	NOVA/ÓTIMA	1,10
02	BOM	1,00
03	REGULAR	0,90
04	RUIM	0,70

º - Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo lote, a área do terreno será substituída pela fração ideal calculada pela seguinte fórmula:

Fi = Ae x At

Ate

Onde:

Fi => Fração ideal;

Ae =>Área edificada da unidade (BCI);

At =>Área do Terreno (BCI);

Ate => Área total edificada no terreno (BCI) e;

BCI => Boletim de Cadastro Imobiliário.

- Constituem instrumento para a apuração da base de cálculo dos impostos:

I – os elementos contidos nos cadastro fiscal imobiliário da Prefeitura e/ou apurados em campo, através dos quais se torne possível a caracterização dos imóveis;

II – as informações dos órgãos técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções, em função dos respectivos tipos;

III – fatores de correção de acordo com a situação, da pedologia e topografia dos terrenos; fatores de correção de acordo com a categoria da edificação e estado de conservação.

º - Os logradouros ou trecho de logradouro que não constarem na Planta Genérica de Valores, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente ao da face de quadra mais próximo existente de acordo com a referida tabela.

- As disposições finais desta Planta Genérica, são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizadas e de expansão urbana.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.465.556/0001-63

Av. Mato Grosso, nº51, Centro, Paço Municipal

CEP:78.593-000 Fone: (66) 3597-2800 / Fax: (66) 3597-2811

Email: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br

www.novamonteverde.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.465.556/0001-63

Av. Mato Grosso, nº51, Centro, Paço Municipal

CEP:78.593-000 Fone: (66) 3597-2800 / Fax: (66) 3597-2811

Email: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br

www.novamonteverde.mt.gov.br

PAGE 168

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 011/2015 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA CONTRATO

PORTARIA N.º 036/2015

09 de Fevereiro de 2015

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 11/2015 DEPTO/RH.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 11/2015 DEPTO/RH, celebrado com amparo no Decreto 016/2015 com **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e EDUARDO ODAIR DARUI,** para a prestação de serviço de Auxiliar de Sala com vigência prevista de 03 (três) meses, a partir da data de 09/02/2015.

Art. 2º - Nomear a servidora **SIDINEIA COLPANI DONIDA**, Matrícula nº1417, CPF nº020.932.689-14, RG nº4.265.502-3 SSP/PR, Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ANDREIA ALVES DA SILVA COELHO**, matrícula nº 2204, CPF nº 990.562.081-87, RG nº 1442220-4 SSP/MT, Coordenador Pedagógico, lotado na Secretaria Municipal de Educação, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 09 de Fevereiro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 042/2015 NOMEAÇÃO PARA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATO

PORTARIA N.º 071/2015

10 de março de 2015

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 42/2015 DEPTO/RH.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 42/2015 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei 737/2015 com **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e ADRIANO GIROTO** para a prestação de serviço de Instrutor de Fanfarra com vigência prevista de 10 (dez) meses, a partir da data de 10/03/2015.

Art. 2º - Nomear a servidora **MAISA DE OLIVEIRA GALVÃO**, Matrícula nº 3141, CPF nº 028.637.951-12, RG nº 1890372-0 SSP/MT, Assistente de Controle Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ADRIANA ALVES GARCIA NAVARRO**, matrícula nº 2469, CPF nº 040.246.439-75, RG nº 7218852-7 SSP/PR, Assessor Especial de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 10 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 196/2015

DECRETO Nº 196/2015

De 07 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo a Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente:

MEMBROS TITULARES:

Ademar Boing;

Manuel Zufino da Silva;

Flávia Martins Corrêa;

Andréia da Cruz Quintino.

MEMBROS SUPLENTES:

Orlando Xavier da Silva;

Lívia de Almeida Nunes Fidelis;

Fernanda Lehman Nagel;

Gildete Celestini.

ARTIGO 2º - O Prazo de validade é de 02 (dois) anos coincidindo com o mandato do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMEA, podendo ser reconduzido ao cargo por mais de uma vez.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 07 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 240/2015 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA CONTRATO

PORTARIA N.º 240/2015

14 de Setembro de 2015

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 69/2015 DEPTO/RH.

FLORISVALDO JOSÉ FERREIRA, Prefeito em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 69/2015 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei 737/2015 com **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e MARCELINO MARTINS DE SOUZA**, para a prestação de serviço de Vigia com vigência prevista de 03 (três) meses e 19 (dezenove) dias, a partir da data de 14/09/2015.

Art. 2º - Nomear o servidor **WILIAN DE OLIVEIRA**, Matrícula nº 3154, CPF nº 044.931.871-07, RG nº1898193-3 SSP/MT, Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear o servidor **CLEBERSON LIMA SATIL**, matrícula nº 3095, CPF nº 031.622.281-07, RG nº 1293224-8 SSP/MT, Professor de Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 14 de Setembro de 2015.

FLORISVALDO JOSÉ FERREIRA

Prefeito em Exercício

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 279/2015

PORTARIA N.º 279/2015

De 04 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: ALTERA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS SEM UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE PARA FUTURA HASTA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO que existem diversos veículos imprestáveis para utilização de propriedade do município de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO que existem diversos veículos que por conta de seu estado de degradação geram mensalmente muito prejuízo aos cofres do município;

CONSIDERANDO a necessidade de renovação da frota do município para atender às necessidades da Administração Pública;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica criada Comissão Especial para avaliação dos veículos sem utilização por parte do município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 2º - A Comissão de Avaliação será constituída pelos seguintes membros:

Romilton Anacleto Noetzold;

Edney Carro de Souza;

Florisvaldo José Ferreira;

Ademir José de Oliveira;

Vilso Luiz Pegorini.

ARTIGO 4º - Compete à Comissão avaliar os bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município que serão colocados à disposição mediante a realização de hasta pública, devendo proceder para tanto com a descrição destes, buscando através dos meios disponíveis a apuração do seu real valor para divulgação em Edital a ser confeccionado pelo Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 5º - A Comissão é instituída em caráter especial e temporário, com prazo de 120 (Cento e vinta) dias para conclusão de seus trabalhos.

Parágrafo único: Como conclusão de seus trabalhos, a comissão emitirá relatório circunstanciado da situação de cada bem a ser disponibilizado para hasta pública com os valores reais atribuídos a estes.

ARITGO 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 073/2015.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 04 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 281/2015

PORTARIA Nº 281/2015

Data 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO".

.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 27 de Novembro de 2015,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidor público efetivo, MANOEL MESSIAS DE JESUS COSTA, cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 08 de Dezembro de 2015, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280/2015

Data 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO".

.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 24 de Novembro de 2015,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidor público efetivo, JUVENAL JACINTO DA SILVA, cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 08 de Dezembro de 2015, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 197/2015

DECRETO Nº 197/2015

De 07 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: NOMEIA A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo a Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Municipal do FETHAB:

Representante do Poder Executivo:

Domingos Carlos Perondi.

Representante do Poder Legislativo:

Romilton Anacleto Noetzold.

3- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Messias Eloi.

Representante da Assossiação dos Produtores de Leite.

José Thomaz da Silva Filho.

ARTIGO 2º - O servidor Domingos Carlos Perondi, Secretário Municipal de Finanças será o presidente da comissão.

ARTIGO 3º - O Prazo de validade é de 01 (um) ano.

ARTIGO 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 07 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI 787 - PARCELAMENTO DO SOLO

LEI Nº 787/2015

DATA: 03 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

A **Câmara Municipal** aprovou e **ARION SILVEIRA** Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º- O parcelamento do solo urbano da sede do Município de Nova Monte Verde – MT, será feito através de loteamento, desmembramento ou remembramento, cujos projetos devem observar as disposições desta Lei, que complementa, com as normas específicas de competência do Município, a Lei Federal 6.766/79 e demais disposições sobre a matéria.

Parágrafo Único – Os loteamentos desmembramentos e remembramentos efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, para extinção de comunhão de bens ou qualquer outro título, também são obrigados a seguir o disposto na presente Lei.

Artigo 2º- Para efeitos de Lei, o loteador é o principal responsável pela execução do projeto de parcelamento do solo urbano, respondendo, civil e penalmente, na forma da legislação vigente, pela inexecução ou pela sua execução em desrespeito as normas legais.

Artigo 3º- As obrigações assumidas pelo loteador perante o Município estendem-se aos adquirentes de lotes, aos seus sucessores ou a quem quer que, a qualquer título, utilize do solo parcelado.

§ 1º- O loteador não pode transferir a terceiro as obrigações assumidas com a execução das obras referidas no Capítulo VI desta Lei.

§ 2º- Para fins previstos neste artigo, o loteador, os adquirentes de lotes e seus sucessores farão sempre constar nos contratos de alienação a obrigatoriedade de respeito às restrições e obrigações a que está sujeito o loteamento, sob pena de responsabilidade.

Artigo 4º- Embora satisfazendo as exigências da presente Lei, qualquer projeto de parcelamento pode ser recusado ou alterado, total ou parcialmente, pelo Município, tendo em vista:

I – As diretrizes municipais para uso e ocupação de solo estabelecidas pelo Plano Diretor e Leis Complementares do mesmo;

II – As diretrizes de desenvolvimento regional definidas em planos oficiais em vigor;

III – Defesa de recursos naturais ou paisagísticos do Município;

IV – Evitar o excessivo número de lotes subutilizados, com consequente aumento de investimento por parte do poder público em obras de infraestrutura e custeio de serviços Públicos.

Artigo 5º- Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em glebas situadas em áreas urbanas, definidas por Lei Nº 772 de 22 de Setembro de 2015 que dispõe sobre a delimitação do Perímetro Urbano, e cumprido os requisitos urbanísticos mínimos.

Parágrafo Único – Somente serão loteadas as glebas com acesso direto à via pública, em boas condições de trafegabilidade, a critério do Poder Público.

Artigo 6º- O parcelamento do solo não será permitido nos seguintes casos:

I – Em terrenos situados nos fundos de vale essenciais para o escoamento natural das águas e/ou abastecimento público;

II – Nas nascentes, mesmo nos chamados “olho d’água”, córregos, rios e lagos, seja qual for sua situação topográfica;

III – Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde;

IV – Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

V – Terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

VI – Em terrenos onde as condições geológicas e topográficas não aconselham a edificação;

VII – Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundação.

Parágrafo Único – Terrenos nas condições citadas nos incisos I, II e VII, próximas ao loteamento deverão constar logradouro público em torno da faixa de preservação, e a área será considerada de preservação permanente.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Artigo 7º- Para efeito de aplicação da presente Lei são adotadas as seguintes definições:

I – Área total do Parcelamento: É a gleba que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;

II – Área de Domínio Público: É a área ocupada pelas vias de circulação, praças e jardins, parques e bosques que não poderão em nenhum caso, ter seu acesso restrito;

III – Área Total dos Lotes: É a resultante da diferença entre a área total do parcelamento e a área de domínio público;

IV – Arruamento: É o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

V – Caixa da Rua: É a largura total da via pública, medida entre os alinhamentos prediais;

VI – Condomínio Horizontal (Loteamento Fechado): É um loteamento especial para fins residenciais ou não, com fechamento das vias internas e controle de acesso para uso exclusivo por condôminos, moradores e pessoas autorizadas;

VII – Desmembramento: É a subdivisão de glebas em lotes, com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento; modificando ou ampliação dos já existentes;

VIII – Equipamentos Comunitários: São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

IX – Equipamentos Urbanos: São os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, coleta de água pluvial e telefonia;

X – Faixa não Edificável: Área da gleba onde não será permitida qualquer construção, salvo aquelas necessárias à correção e proteção de margens de cursos dágua, barrancos e sistemas de circulação, a critério do Poder Público;

XI – Loteamento: É a subdivisão de glebas em lotes, com abertura ou efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamentos ou modificação das vias existentes;

XII – Parcelamento do Solo: Ato de subdividir ou desmembrar glebas e lotes;

XIII – Remembramento: É a fusão de lotes com o aproveitamento do sistema viário existente;

XIV – Testada: É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

XV – Via de Circulação: É a via destinada à circulação de veículos e pedestres.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO

Artigo 8º- Os requisitos urbanísticos serão em função do fim a que o loteamento se destina e a área do perímetro urbano onde se localiza a gleba.

§ 1º- Quanto aos fins, serão válidas as exigências da seção correspondente, para além daquelas fixadas na Seção I deste Capítulo, e poderão destinar-se:

I – Loteamentos Residenciais e Populares;

II – Loteamentos Fechados (Condomínio Horizontal);

III – Para fins Industriais;

IV – Loteamentos Mistos (residencial e comercial).

§ 2º- Quanto a localização, deverão ser observados os parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecida na Lei de Zoneamento e normas de proteção ambiental.

SEÇÃO I

DOS REQUISITOS COMUNS A TODOS OS PARCELAMENTOS

Artigo 9º- Os loteamentos deverão atender pelo menos os seguintes requisitos:

I – Todo projeto de loteamento e ou desmembramento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Poder Público indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade.

II – O comprimento da quadra será definido de acordo com a análise da malha viária próximo do loteamento, fica a critério do departamento de engenharia da prefeitura definir o tamanho da quadra.

III – As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local.

IV – A hierarquia viária deverá respeitar as diretrizes de arruamento ou as dimensões mínimas das alíneas deste inciso:

A – Quando se tratar de via estrutural (Avenidas e via expressas), conforme parâmetros estabelecidos pelo Órgão Público:

Largura mínima da caixa da via estrutural: 30 (trinta) metros;

Duas pistas de rolamento, separadas por um canteiro longitudinal de no mínimo 5 (cinco) metros de largura;

Largura mínima de cada passeio: 3 (três) metros;

Não poderão terminar em ruas sem saída.

B – Quando se tratar de via coletoras de caráter local:

Largura mínima da caixa da rua: de 12 a 15 metros;

Largura mínima da pista de rolamento: 7 metros;

Largura mínima de cada passeio: 2,5 metros;

V – Os parcelamentos situados ao longo de rodovias e ferrovias Federais, Estaduais ou Municipais deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio das referidas estradas, com largura mínima de 20,00 (vinte) metros, atendendo as dimensões mínimas respectivas:

A – Pista de rolamento igual a 10 (dez) metros;

B – Passeio lateral à faixa de domínio igual a 25 (vinte e cinco metros);

C – Passeio do lado do alinhamento predial: 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros);

D – Canteiro longitudinal 5,00 (cinco metros).

VI – Possuir infraestrutura básica definida pela prefeitura, podendo ser constituída por vias abertas, terrenos e quadras devidamente demarcadas e energia elétrica. Estas obras e serviços são de responsabilidade e ônus do loteador.

VII – O loteador será obrigado a deixar a faixa não edificável, com reserva, nas seguintes situações:

A) Observar o que determina a Lei Ambiental ao longo dos rios, córregos ou das águas dormentes.

B) Ao longo das faixas de domínio público, das linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão e outros: 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigência dos órgãos competentes.

C) Terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

D) Em locais destinados a implantação de equipamentos urbanos que serão definidos no Plano Diretor.

Artigo 10º- Em novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, as áreas mínimas dos lotes, bem como as testadas são definidas na Lei de Zoneamento e Uso do Solo.

Parágrafo Único – Em casos de loteamentos populares, os definidos na Seção II deste Capítulo, a área e a testada mínima poderão ser reduzidas, de acordo com a interpretação do Poder Público.

Artigo 11º- O proprietário da gleba a ser loteada será obrigado a ceder ao Município, sem ônus para este, por escritura pública, as seguintes áreas:

I – A utilizada pelas vias públicas que compõem o arruamento do loteamento;

II – Reserva técnica, destinada à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, correspondente a 10% (dez por cento) da área útil parcelada descontando o arruamento, sendo 5% (cinco por cento) destinada ao equipamento comunitário e 5% (cinco por cento) destinada para áreas livres paisagísticas destinadas ao uso público, cuja localização será indicada pelo Município quando da consulta prévia.

III – As especificadas no inciso VII do artigo 9º desta Lei, quando houver.

§ 1º- A percentagem das áreas públicas previstas nos incisos I e II deste artigo não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da gleba.

§ 2º- As áreas das faixas não edificáveis ao longo das águas correntes e dormentes, das rodovias, ferrovias, dutos e linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão não poderão ser computadas para efeito dos percentuais exigidos no inciso II e parágrafo primeiro deste artigo.

SEÇÃO II

DOS LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS E POPULARES

Artigo 12º- São classificados como loteamentos residenciais os que serão concretizados pela iniciativa privada, sem interferência do Poder Público ou órgãos financeiros, na sua execução e comercialização.

Parágrafo Único – Para implantação dos loteamentos residenciais deverão ser observados os parâmetros estipulados na Seção I deste Capítulo.

Artigo 13º- Considera-se loteamento popular aquele executado para atender programas especiais de habitação, como desfavelamento, conjunto habitacionais populares e programas em sistema de mutirão, com participação do Poder Público e/ou instituições financeiras oficiais.

§ 1º- A localização dos loteamentos populares depende de análise do Órgão Público, que considerará nestas decisões disposições do Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Uso do Solo, além de concepções de desenvolvimento do Município.

§ 2º- O arruamento deverá ser projetado levando em conta as seguintes exigências:

I – Deve permitir circulação interna no loteamento, com vias de escoamento que se integrem harmonicamente ao sistema viário existente;

II – Ruas de circulação interna com largura mínima de 12,00 (doze) metros, sendo 7,0 (sete) metros para pista de rolamento e 2,50 metros para cada passeio lateral à pista;

III – As vias internas que se integram como projeção das vias já definidas no sistema viário existente deverão apresentar medidas similares as estabelecidas nos Incisos IV e V do artigo 9º desta Lei.

§ 3º- Os lotes dos loteamentos populares não poderão ter área inferior a 200,00 (duzentos) metros quadrado e nem testada menor de 10 (dez) metros.

SEÇÃO III

DOS LOTEAMENTOS FECHADOS

Artigo 14º- São considerados como loteamentos fechados (condomínios horizontais) os que enquadram na definição constante no inciso VI do Artigo 7º desta Lei.

§ 1º - O parcelamento de glebas em unidades isoladas entre si, sob forma de condomínio horizontais, poderá ser alienado todo ou em parte, cada unidade constituindo-se em propriedade autônoma, sujeitas a limitações que a Lei Regulamentar definir, respeitadas as exigências desta Lei.

§ 2º - Os loteamentos de que trata o caput deste artigo dependerão de aprovação pelo Município; e instrumento contratual onde constarão as restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente; do plano de execução da infra-estrutura; e de equipamentos obrigatórios a serem estabelecidos, de acordo com cada caso, pelo Órgão Municipal.

§ 3º - A aprovação dos loteamentos fechados, especificamente no que se refere a sua localização, dependerá de análise técnica do órgão de planejamento considerando o que dispõe no Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Uso do Solo e Lei do Sistema Viário.

Artigo 15º - As vias de circulação internas nos loteamentos fechados deverão possuir largura mínima de 12,00 (doze) metros, sendo 7 (sete) metros para pista de rolamento e 2,5 (dois metros e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado da pista.

Parágrafo Único - O acesso e saída dos loteamentos fechados deverão ser projetados em locais de acordo com as diretrizes expedidas pela Repartição Pública competente, tendo como precaução viabilizar a situação que implique na menor conturbação possível do tráfego.

Artigo 16º - A execução dos equipamentos urbanos e comunitários especificados nos incisos VIII e IX do Artigo 7º desta Lei e toda infra-estrutura prevista no inciso VI do Artigo 9º desta Lei, dos condomínios horizontais, serão de responsabilidade dos empreendedores.

Parágrafo Único – A manutenção dos equipamentos urbanos e comunitários e da infra-estrutura dos loteamentos fechados será de responsabilidade do condomínio, não havendo, em tempo algum ônus para o Município.

SEÇÃO IV

DOS LOTEAMENTOS PARA FINS INDUSTRIAIS

Artigo 17º- A localização, dimensões mínimas e outros requisitos para implantação de loteamentos industriais deverão ser definidos na Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano e/ou regulamentação específica.

Artigo 18º- A aprovação de loteamentos industriais depende ainda de análise e anuência prévia de órgão público ambiental.

§ 1º- No caso de loteamento destinado a implantação de atividades industriais potencialmente causadoras de significativo degradação do meio ambiente será necessário estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

CAPÍTULO IV

DA CONSULTA PRÉVIA E DAS DIRETRIZES URBANÍSTICAS

Artigo 19º- O interessado em elaborar projetos de loteamento deverá solicitar junto à Prefeitura, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para o uso do solo urbano e sistema viário, apresentando, para este fim, os seguintes documentos:

I – Requerimento assinado pelo proprietário da área ou por seu representante legal;

II – Prova de domínio sobre o terreno a lotear (escritura registrada);

III – Planta planialtimétrica da área a ser loteada, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou por seu representante, indicando:

A – Divisas da propriedade, perfeitamente definidas;

B – Localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte, construções existentes, Linhas Férreas, Rodovias e Linhas de Transmissão de Energia Elétrica (alta Tensão);

C – Arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização de vias de comunicação e de áreas livres, de equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, num raio de 500,0 (quinhentos) metros, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

D – Esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.

IV – Planta de situação da área a ser loteada, com indicação do Norte Magnético, área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

V – O tipo de uso predominante a que o loteamento se destinará.

Parágrafo Único – As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Artigo 20º- Havendo viabilidade de implantação, o órgão de planejamento municipal, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor do Município e/ou demais Leis pertinentes, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelo serviço e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I – As vias de circulação existentes ou projetadas que compõem o sistema viário básico da cidade, relacionadas ao loteamento pretendido, apontando suas dimensões mínimas e o traçado dos eixos;

II – Fixação da zona ou zonas de uso predominante, de acordo com a Lei de Zoneamento e Uso do Solo;

III – Escolha da localização aproximada das reservas técnicas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários e as áreas livres de uso público e indicações das áreas verdes e faixas de servidão ou domínio público, quando houver;

IV – Faixas sanitárias do terreno para escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis, como áreas de reservas florestais e de proteção permanente, conforme estabelece o Código Florestal;

V – Relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º- O prazo máximo para estudo e fornecimento das diretrizes será de 45 (quarenta e cinco) dias, não sendo computados o tempo dispendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º- As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o qual deverá ser solicitada nova consulta prévia.

§ 3º- A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

CAPÍTULO V

DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Artigo 21º- Cumpridas as etapas do Capítulo anterior, o interessado apresentará:

I – Projeto de loteamento, orientado pelo plano traçado e Diretrizes, definidas pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal;

II – memorial descritivo de desmembramento dos lotes;

III – Título de propriedade do imóvel, (escritura registrada);

IV – Certidão de ônus reais e negativa de tributos;

V – Cópia aprovada da planta de diretrizes;

VI – Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais envolvidos no projeto e execução do loteamento;

VII – Parecer do órgão público ambiental Municipal ou Estadual;

§ 1º- O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 45 (quarenta e cinco) dias.

Artigo 22º- O projeto de loteamento deverá conter pelo menos:

I – Planta de situação da área a ser loteada, em 3 (três) vias, e com informações sobre a orientação magnética e equipamentos públicos e comunitários existentes.

II – O desenho do projeto de loteamento em 3 (três) vias, com as seguintes informações:

A – Subdivisão da quadra em lotes, com as respectivas dimensões e numerações;

B – Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, ponto de tangência e ângulos centrais das vias e cotas;

C – Sistema de vias, com respectivas larguras;

D – A indicação das áreas que passarão ao domínio do Município, perfazendo, no mínimo, 10%(dez por cento) da área total loteada;

E – Orientação magnética;

F – Indicação de áreas de reserva técnica, mais áreas verdes e faixas não edificáveis, se houverem;

G – Quadro de áreas: área total do parcelamento, área total dos lotes e áreas públicas, discriminando áreas destinadas à circulação, áreas verdes, áreas destinadas a equipamentos comunitários.

§ 1º- Todas as pranchas de desenho devem obedecer a normatização indicada pela ABTN.

§ 2º- Todas as peças do projeto de loteamento deverão ser assinadas pelo proprietário e responsável técnico, devendo o último mencionar o número do seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Artigo 23º- O memorial descritivo será em 3 (três) vias, devendo conter, no mínimo:

I – Denominação do loteamento;

II – Descrição sucinta do loteamento, com suas características;

III – As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

IV – Indicação das áreas que passarão ao domínio público no ato do registro do loteamento;

V – Relação dos equipamentos urbanos, comunitários, dos serviços públicos e de utilidade pública já existente na área e adjacências, e aqueles que serão implantados pelo loteador;

VI – Limites e confrontações de todos os lotes originários do parcelamento;

VII – Área total do loteamento; área total dos lotes e área total pública, discriminando as áreas do sistema viário, áreas das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários – com suas respectivas percentagens.

Artigo 24º- O interessado deverá apresentar ainda um exemplar de contrato padrão de promessa de venda ou de cessão, do qual constarão, obrigatoriamente, as obrigações previstas no artigo 26º da Lei Federal n.º 6. 766/79, de 19 de dezembro de 1.979.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO E REGISTRO DE LOTEAMENTO

Artigo 25º- O Município tomará as seguintes providências ao receber o projeto de loteamento com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei:

I – Analisará se o projeto cumpre as diretrizes expedidas de acordo com o que alude o artigo 20º desta Lei;

II – Examinará todos os documentos apresentados, tomando por base as exigências especificadas no Capítulo V desta Lei;

Parágrafo Único – O Município poderá exigir modificações que se façam necessário.

Artigo 26º- Atendidas todas as formalidades da Câmara Municipal e exigências desta Lei, o projeto de loteamento será aprovado pelo setor de engenharia do Município.

Artigo 27º- Depois de aprovado o projeto, o município expedirá Alvará de Loteamento.

Artigo 28º- O loteador deverá executar, sem ônus para o Município, todos os serviços e obras de infraestrutura exigidos, em prazo máximo de 2 (dois)anos.

Artigo 29º- A aprovação do projeto de arruamento do loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade por parte do Município quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras e lotes, quanto a direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem os arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicadas.

Artigo 30º- Após executar todas as obras de infraestrutura o loteador deverá solicitar a carta de habitação e o Termo de Desmembramento das áreas para registrar o loteamento no cartório de registro de imóveis do município. Este registro não poderá exceder o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos documentos exigidos pelos respectivos registros.

CAPÍTULO VII

DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E / OU REMEMBRAMENTO E DESDOBRO.

Artigo 31º- A solicitação de desmembramento e/ou remembramento de áreas de lotes será feita mediante requerimento do interessado, junto a Prefeitura Municipal a seu Departamento competente, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Planta de situação do imóvel contendo:

A – Indicação das vias e lotes adjacentes existentes;

B – Dimensões lineares e angulares e áreas, atuais e pretendidas, dos lotes, devidamente numerados, abrangidos pelo desmembramento ou remembramento.

II – Título de propriedade e certidão negativa de ônus dos imóveis abrangidos pelo projeto, fornecidos pelo registro de imóveis;

III – Memorial descritivo dos lotes abrangidos, contendo áreas, medidas e confrontações;

IV – Anotações de responsabilidade técnica emitida pelo(s) profissional (is) responsável pelos projetos.

§ 1º – Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos deverão ser apresentados de acordo com as normas da ABTN e conter as nomes e assinaturas do(s) proprietário(s) e responsável técnico.

§ 2º - Áreas situadas no que define o artigo 5º para efetuar desmembramento e/ou remembramento, obedecerá ao que se trata no Inciso I e IV do artigo 9º.

Artigo 32º- Após analisado o projeto e examinada toda a documentação, será aprovado o projeto de desmembramento ou remembramento, para averbação no registro de imóveis.

Parágrafo Único – Somente após a averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção nos mesmos.

Artigo 33º- A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior só será permitida quando os terrenos resultantes do lote a desmembrar, ainda que edificados, compreendam porções que possam constituir lotes independentes, com acesso direto ao logradouro público observado as dimensões mínimas para a respectiva zona previstas nesta Lei e/ou na Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano.

Artigo 34º- O prazo máximo para aprovação do projeto de desmembramento ou remembramento, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 20 (vinte) dias.

Parágrafo Único – O desdobro assim como o desmembramento e remembramento necessita de aprovação pela municipalidade bem como deve estar previsto em lei municipal, sendo que o desdobro vale dizer é a divisão da área do lote para formação de novo ou de novos lotes. Estes devem atender as exigências mínimas de dimensionamento de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados).

CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Artigo 35º- Qualquer alteração do plano do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como da aprovação do Município, e devendo ser averbada no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º- Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto nesta Lei, para que seja feita a anotação de modificação no alvará de loteamento, pelo Município.

§ 2º- Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado, no todo ou na parte alterada, observando as disposições desta Lei e aquelas constantes no alvará e do decreto de aprovação, expedindo-se então um novo alvará.

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Artigo 36º- Haverá cassação de alvará, embargo administrativo da obra e à aplicação de multa, a partir da publicação desta Lei, quando:

I – For dado início, de qualquer modo, ou efetuado loteamento, desmembramento ou arruamento do solo para fins urbanos, sem autorização do Município, ou em desacordo com as disposições desta lei e das normas Federais e Estaduais pertinentes;

II – For dado início, de qualquer modo, ou efetuado loteamento, desmembramento ou arruamento do solo para fins urbanos, sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III – For registrado loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrado compromisso de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de título, ou efetuado registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º- A multa a que se refere este artigo corresponderá ao valor de 100(cem) a 2.000 (duas mil) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município).

§ 2º- o pagamento de multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator obrigado a legalizar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º- A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão de sua licença para o exercício de suas atividades e de construir no Município pelo prazo de 2 (dois) anos.

Artigo 37º- O responsável pela implantação de arruamento, loteamento ou desmembramento sem autorização do órgão público competente, será notificado pelo Município, tão logo este tome conhecimento da irregularidade, para pagamento de multa prevista e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando suspensa a continuação dos trabalhos.

Parágrafo Único – cumpridas as exigências constantes na Notificação de Embargo, será lavrado o Auto de Infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio de autoridades judiciais e policiais do Estado.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38º- Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em áreas arruadas e loteadas sem prévia autorização da Administração Municipal.

Artigo 39º- Os loteamentos e desmembramentos de terrenos efetuados sem a aprovação do Município, inscritos no Registro de Imóveis ou não, em época anterior à presente Lei, e cujo os lotes já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados por comissão a ser designada pelo Prefeito.

§ 1º- A aprovação de loteamento ou desmembramento dos lotes enquadrados no caput deste artigo será feita mediante Decreto Municipal, baseado no relato da referida Comissão.

§ 2º- A aprovação está condicionada ao pagamento de multa prevista no Capítulo IX desta Lei, à sessão de área para fins de utilidade pública ou o correspondente em dinheiro.

§ 3º- No decreto deverão constar as condições e justificativas que levaram o Município a aprovar esses loteamentos e desmembramentos irregulares.

§ 4º- Caso a comissão designada constate que o loteamento ou desmembramento não possuir condições de ser aprovado, encaminhará expediente ao Prefeito solicitando que o Departamento Jurídico seja autorizado a pleitear a anulação do mesmo, se este estiver registrado junto ao registro de imóveis e responsabilizar o proprietário da área.

Artigo 40º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 03 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 788/2015

LEI Nº 788/2015

DATA: 03 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: "ALTERA A LEI 782/2015 PARA INCLUIR VAGAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo único da Lei 782/2015 para constar o seguinte anexo para a Secretaria Municipal de Obras:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

CARGO DENOMINAÇÃO	CARGA HORARIA	VENCIMENTOS	QUANTIDADE
Operador de Motoniveladora	40 horas	R$ 2.461,00	02
Operador de Motosserra	40 horas	R$ 1.087,00	02
Operador de Pá carregadeira	40 horas	R$ 1.708,00	02
Auxiliar de Mecânico	40 horas	R$ 796,40	02
Mecânico	40 horas	R$ 2.461,00	01

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Nova Monte Verde/MT, 03 de Novembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 199/2015

DECRETO Nº 199/2015

Data: 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: "NOMEIA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 737/2014, de 13 de Abril de 2015.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados (as) para fazer parte da Comissão de Processo Seletivo Simplificado do Poder Executivo Municipal os senhores (as):

PRESIDENTE:

JANETE APARECIDA SOARES

VICE-PRESIDENTE:

REGINA CÉLIA GOMES

SECRETÁRIA:

THAIS MARTINS PAZ

MEMBRO:

FLÁVIA MARTINS CORRÊA

MEMBRO:

ANDREA ALVES DA SILVA COELHO

MEMBRO:

ANA CLAUDIA FERNANDES

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI 783 - REESTRUTURAÇÃO DO PREVVER

LEI Nº 783/2015.

De 03 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Monte Verde/MT e, dá outras providências.

A **Câmara Municipal** aprovou e **ARION SILVEIRA** Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1.º - Fica reestruturado por esta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, consoante aos preceitos e diretrizes emanadas do art. 40 da CF/88, das Emendas Constitucionais n. 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 70/2012, bem como da Lei Federal n.º 9.717/98 e 10.887/2004, Portaria MPS n.º 402/2008 e alterações posteriores, a Lei Federal Complementar n. 142 de 08 de maio de 2013 e a Instrução Normativa SPS n. 2, de 13 de fevereiro de 2014.

SEÇÃO ÚNICA

DO ÓRGÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEUS FINS

Art. 2º - O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde – MT gozará de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica e autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Monte Verde – MT será denominado pela sigla "PREVVER ", e se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

§ 2º - Fica assegurado ao PREVVER, no que se refere a seus serviços e bens, rendas e ação, todos os privilégios, regalias, isenções e imunidades de que gozam o Município de Nova Monte Verde – MT.

§ 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – Servidor a pessoa que exerce cargo Público.

II – Cargo efetivo, o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades especificas, previsto na estrutura organizacional dos entes federativos cometidas a um servidor aprovado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

III – Carreira, a sucessão de cargo efetivo, estruturados em níveis e graus segundo sua natureza, complexidade e grau de responsabilidade, de acordo com o plano definido por lei de cada ente federativo;

IV – Tempo de efetivo exercício no serviço público, o tempo de exercício de cargo, função ou emprego público, ainda que descontínuos, na administração direta, autárquica, ou fundacional de qualquer dos entes federativos;

V – Remuneração do cargo efetivo, os valores constituídos pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidos em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

VI – Remuneração de contribuição, a retribuição pecuniária devida ao segurado, a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em lei, acrescidas das vantagens permanentes do cargo, vantagem individual por produtividade, décimo - terceiro, vencimento, proventos de aposentadoria e pensão;

VII – Provento é a retribuição pecuniária paga ao exercente de cargo público quando passa da atividade para a inatividade, ou seja, quando se aposenta;

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3.º - São segurados obrigatórios do PREVVER os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do Município de Nova Monte Verde – MT.

Parágrafo único - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4.º - A filiação ao PREVVER será obrigatória, a partir da publicação desta lei, para os atuais servidores e para os demais, a partir de suas respectivas posses.

Art. 5.º - Perderá a qualidade de segurado aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVVER.

Parágrafo único - A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6.º O servidor público titular de cargo efetivo do Município de Nova Monte Verde, permanecerá vinculado ao PREVVER nas seguintes situações:

I - quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de outro ente federativo;

II – quando afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município, desde que efetue o pagamento das contribuições previdenciárias referentes à sua parte e a do Município, observados o disposto no art. 49;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo;

IV - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

§ 1º O recolhimento das contribuições relativas aos servidores cedidos e licenciados observará ao disposto no art. 47, inciso I, alíneas a e b.

§ 2º Em não ocorrendo o pagamento das contribuições previdenciárias de que trata o inciso II, o período em que estiver afastado ou licenciado não será computado para fins previdenciários, salvo se restar comprovado, mediante averbação, a efetivação das contribuições para outro regime de previdência.

§ 3º O segurado, exercente de mandato de Vereador, que ocupe, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato filia-se ao PREVVER pelo cargo efetivo, e ao RGPS pelo mandato eletivo.

§ 4º O segurado professor ou médico será vinculado ao regime próprio nos limites de tempo previsto em lei e ou no edital. Havendo alterações da carga horária dos servidores efetivos, mediante Lei, a hora excedente implantada fará parte da condição do cargo efetivo, sendo a contribuição para o regime ao qual já esteja vinculado o servidor.

§ 5º O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Nova Monte Verde/MT, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

§ 6º O servidor que optar em permanecer filiado ao PREVVER conforme inciso II deste artigo, caso recolha a contribuição com atraso, estará sujeito a juros de mora de 1% ao mês mais correção monetária pelo IPCA.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 7.º - São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou inválido;

II - Os pais; e

III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido a maioridade civil ou se inválido.

§ 1º - A existência de dependente indicado no inciso I deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 2º - Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada à dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

Art. 8.º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida, a das pessoas constantes dos incisos II e III deverão comprová-la.

Art. 9.º - A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem a maioridade civil, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau cientifico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pelo matrimônio;

b) pela cessação da invalidez;

c) pelo falecimento.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS

Art. 10. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo público municipal.

Art. 11. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, mediante apresentação de documentos hábeis.

§ 1º Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito à inscrição de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer a comprovação desta condição através de perícia médica.

§ 3º A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVVER fornecer ao segurado, documento que a comprove.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS

SUB-SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 12 - Os servidores abrangidos pelo regime do PREVVER serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:

a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVVER e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado ao PREVVER , na data de sua posse já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da CF/88, na forma da lei.

§ 2º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos abrangidos pelo regime do PREVVER , ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei federal complementar.

§ 3º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no Art. 12, III, "*a*", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 4º - As funções de magistério, mencionadas no parágrafo anterior, são as mesmas descritas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 67, § 2º, com redação dada pela Lei Federal n.º 11.301 de 10 de maio de 2006.

§ 5º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no Art. 40 da Constituição Federal.

§ 6º - Para o cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I, II e III alínea "b" deste artigo, o provento corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, no caso de invalidez permanente.

§ 7º - Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 1° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 8º - O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II.

§ 9º - Nos casos de enfermidade ou deficiência mental o servidor somente será aposentado por invalidez se, anteceder medida judicial de interdição. Neste caso o requerente do benefício será o Curador do Segurado, nomeado pelo Juiz de Direito, conforme artigos 1.767 e seguintes da Lei n.º 10. 406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

§ 10 – O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo, e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do PREVVER, a realizarem-se anualmente.

§ 11 - A concessão de aposentadoria por invalidez bem como o atestado de continuidade do benefício será atestado por no mínimo dois profissionais da junta médica do PREVVER.

Art. 13 - No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto no art.12 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º - Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no *caput*, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º - Os proventos, calculados de acordo com o *caput,* por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 6º - O segurado do PREVVER, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no art. 12, I desta lei, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não lhes sendo aplicáveis as disposições constantes dos itens 7 e 8 do Anexo da Portaria MPAS n. 402, de 10 de dezembro de 2008.

§ 7º - As pensões derivadas dos proventos dos segurados de que trata o parágrafo anterior, quando falecidos depois de 31 de dezembro de 2003, serão reajustadas da mesma forma.

Art. 14. O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito à aposentadoria integral.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 21 do art. 40 da Constituição Federal e no art. 44, § 1º, desta Lei, considera-se doença incapacitante: sarcoidose; doença de Hansen; tumores malignos; hemopatias graves; doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos; cardiopatias reumatismais crônicas graves; hipertensão arterial maligna; cardiopatias isquêmicas graves; cardiomiopatias graves; acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações; vasculopatias periféricas graves; doença pulmonar crônica obstrutiva grave; hepatopatias graves; nefropatias crônicas graves, doenças difusas do tecido conectivo; espondilite anquilosante e artroses graves invalidantes, bem como, as doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social.

SUB-SEÇÃO II

AUXÍLIO DOENÇA

Art. 15 - O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, e corresponderá a média da remuneração de contribuição do segurado dos últimos 12 meses, acrescido do 13º salário proporcional do período em que durar o benefício, pago na última parcela.

§ 1º - Não será devido auxílio-doença ao segurado que filiar-se ao PREVVER na data de sua posse e que já seja portador de doença ou lesão invocada como causa para concessão do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º - Será devido auxílio-doença ao segurado que sofrer acidente de qualquer natureza.

Art. 16 - Durante os primeiros trinta dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao município pagar ao segurado sua remuneração.

§ 1º - Cabe ao município promover o exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros trinta dias de afastamento.

§ 2º - Após os sessenta dias do afastamento, o segurado será submetido à perícia médica do PREVVER.

§ 3º - Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, o município fica desobrigado do pagamento relativo a este período de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados, se for o caso.

§ 4º - Se o segurado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante trinta dias, retornando à atividade no trigésimo primeiro dia, e se dela voltar a se afastar dentro de sessenta dias desse retorno, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

§ 5º O auxilio doença será cancelado se ficar comprovado que o segurado voltou a trabalhar, hipótese em que este ficará obrigado a restituir as importâncias indevidamente recebidas a partir da data em que voltou ao trabalho, corrigidos monetariamente.

§ 6º O primeiro laudo médico pericial deverá ser elaborado por um profissional integrante da junta médica do PREVVER .

§ 7º O segurado será submetido obrigatoriamente a novo laudo médico pericial com no mínimo um dia antes do vencimento do laudo anterior salvo caso de tratamento fora do Estado, caso em que comprovará com atestado médico sobre a necessidade de sua permanência fora por mais tempo, autorizado pela junta médica do PREVVER.

§ 8° As Divisões de Pessoal da Prefeitura, suas autarquias e fundações e da Câmara Municipal, incumbem comunicar ao PREVVER todos os casos de afastamento por doença por tempo igual ou superior a 30 (trinta) dias, até o 5º dia após o afastamento, para as providencias a que se refere o art. 20 desta lei.

Art. 17 - O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do PREVVER a cada seis meses, e se for o caso a processo de readaptação profissional.

Parágrafo Único – A perícia médica indicada no *caput* será obrigatória a cada seis meses, e caberá ao Diretor Executivo do PREVVER solicitar novas perícias, além das obrigatórias, quando achar conveniente.

Art. 18. O segurado em gozo de auxílio-doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou, quando considerado não recuperável, deverá ser aposentado por invalidez.

Parágrafo único. O benefício de auxílio-doença será cessado quando o servidor for submetido a processo de readaptação profissional para exercício de outra atividade, ficando este a expensas do erário municipal.

Art. 19 - O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, pela readaptação profissional ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Parágrafo primeiro: Ao servidor que no curso do período aquisitivo tiver percebido do PREVVER prestações de acidente de trabalho e auxilio doença por um período superior a 06 (seis) meses embora descontínuos, perderá o direito a férias.

Parágrafo segundo: Comprovando-se, mediante processo disciplinar, ter sido gracioso o laudo médico pericial, o segurado beneficiado será demitido a bem do serviço publico, aplicando-se igual penalidade ao médico, se este for servidor do município.

SUB-SEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 20 - O salário-família será devido, mensalmente, aos segurados que tenha renda bruta mensal igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º - Quando o pai e a mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família.

§ 2º - As cotas do salário-família, pagas pelo município, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de pagamento.

Art. 21 - O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Parágrafo único - O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido, é o mesmo definido pelo RGPS.

Art. 22 - A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do PREVVER .

Art. 23 - Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente aquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

Art. 24 - O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade; ou

IV - pela perda da qualidade de segurado.

Art. 25 - O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

SUB-SEÇÃO IV

DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 26 - Será devido salário-maternidade à segurada gestante, durante cento e vinte dias consecutivos, com início vinte e oito dias antes e término noventa e dois dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no § 1º.

§ 1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º - Em caso de parto antecipado ou não, a segurada tem direito aos cento e vinte dias previstos neste artigo.

§ 3º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º - O salário-maternidade corresponderá a média da remuneração de contribuição do segurado dos últimos 12 meses, acrescido do 13º salário proporcional correspondente a 4/12, pago na última parcela.

§ 5º Em caso de natimorto, ou que a criança venha falecer durante a licença-maternidade, o salário maternidade não será interrompido

Art. 27 - O início do afastamento do trabalho da segurada será determinado com base em atestado médico.

§ 1º - O atestado deve indicar, além dos dados médicos necessários, os períodos a que se referem o art. 26 e seus parágrafos, bem como a data do afastamento do trabalho.

§ 2º - Nos meses de início e término do salário-maternidade da segurada, o salário-maternidade será proporcional aos dias de afastamento do trabalho.

§ 3º - O salário-maternidade não pode ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º - Quando o parto ocorrer sem acompanhamento médico, o atestado será fornecido pela junta médica do PREVVER .

§ 5º - A segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

I – 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 01 (um) ano de idade;

II – 60 (sessenta) dias, se a criança tiver mais de 01 (um) de idade.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUB-SEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 28 - A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 1º - A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 2º - Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 3º - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé comprovada.

§ 4º - Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

§ 5º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 29 - A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do dia do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

Art. 30 - A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVVER .

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 31 - A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9.º.

Art. 32 - Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do art. 28, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo Primeiro - Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Parágrafo Segundo – Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge, companheiro ou companheira, e de mais de duas pensões a cargo do PREVVER .

SUB-SEÇÃO II

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 33 - O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal igual à totalidade dos vencimentos percebidos pelo segurado, acrescido do décimo terceiro proporcional enquanto durar o beneficio, concedida ao conjunto de seus dependentes, desde que sua renda bruta mensal seja igual ou inferior ao teto definido para este benefício no Regime Geral de Previdência Social, que esteja recolhido à prisão, e que por este motivo, não perceba remuneração dos cofres públicos.

§ 1º - O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 2º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 3º - Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será interrompido e restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º - Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e,

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 5º - Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVVER pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 6º - Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 7º - Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

§ 8º - Não fará jus a este benefício o segurado preso que estiver cumprindo pena em regime aberto ou semiaberto.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 34 - O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, salário maternidade, auxilio reclusão e auxilio doença pagos pelo RPPS.

Parágrafo único - O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a 1/12 (um doze avos), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 35 - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Parágrafo único - O índice de reajustamento dos benefícios de que trata o *caput*, para os aposentados e pensionistas que se tornaram beneficiários após a promulgação da EC. 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, será o mesmo estipulado pelo Governo Federal ao Regime Geral de Previdência Social, na mesma proporção e data.

Art. 36 - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.

Art. 37 - É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 38 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 39 - Além do disposto nesta Lei, o PREVVER observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Parágrafo único - O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 40 - Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo único - Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (PREVVER), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 41 - As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVVER e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 42 - O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do PREVVER que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Parágrafo único - O pagamento do abono de permanência de que trata o art. 12, § 7º, art. 85, § 3º e art. 88, § 1º é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante opção expressa pela permanência em atividade

Art. 43 - Prescreve em três anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo PREVVER , salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 44 - A receita do PREVVER será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo art. 4º da Lei Federal n.º 10.887, igual a 11% (onze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 11% (onze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo Art. 2º da Lei Federal n.º 9.717, alterado pelo Art. 10º da Lei Federal n.º 10.887, de 16,72 % (dezesseis inteiros e setenta e dois por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

IV - de um custo suplementar mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para o equacionamento do déficit atuarial apurado na Avaliação Atuarial anual, estruturado sob a forma de aplicação de alíquotas progressivas, igual a 9,12% (nove inteiros e setenta e dois por cento), conforme Anexo II, parte integrante desta Lei;

V - de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

VI - de uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VII - pela renda resultante da aplicação das reservas;

VIII - pelas doações, legados e rendas eventuais;

IX - por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

X - dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 1º - A contribuição prevista no inciso II deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, for portador de doença incapacitante prevista no parágrafo único do art. 14 desta lei;

§ 2º - Constituem também fontes de receita do PREVVER as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, IV e V incidentes sobre o auxílio doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

§ 3º - O não-recolhimento das contribuições a que se referem este artigo, no prazo de 30 dias, ou em caso de parcelamento de contribuições devidas e não repassadas, implicará na atualização monetária destas de acordo com o IPCA – Índice Nacional de preços ao consumidor Amplo, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 45 - Considera-se base de cálculo das contribuições, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, décimo terceiro vencimento, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado.

§ 1º Excluem-se da remuneração de contribuição as seguintes espécies remuneratórias:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte e horas extras;

IV - o auxílio-alimentação e o auxílio-creche;

V - a gratificação de 1/3 de férias prevista no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;

VI - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

VIII - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IX - as demais vantagens de natureza temporárias não previstas nos incisos anteriores.

§ 2º O salário família não está sujeito, em hipótese alguma, a qualquer desconto pelo PREVVER.

§ 3º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4º Fica instituído aporte financeiro mensal, a ser pago pelo Município, tendo como base a remuneração de contribuição dos segurados ativos, no percentual de 1,50 % (um inteiro e cinquenta décimos por cento), com finalidade exclusiva para custear os gastos administrativos do PREVVER .

Art. 46 - Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 47 - A arrecadação das contribuições devidas ao PREVVER compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, as importâncias de que trata os incisos I e II, do art. 44, observado:

a) Na cessão de servidores para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de sua responsabilidade o desconto da contribuição devida pelo servidor e a contribuição devida pelo ente de origem, cabendo ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor à unidade gestora do RPPS do ente federativo cedente;

b) Na cessão de servidores para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente, o desconto e o repasse das contribuições à unidade gestora do RPPS.

II - **caberá do mesmo modo, aos setores mencionados no inciso I, recolher ao PREVVER ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso III, do art. 44, conforme o caso**.

Parágrafo único - O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao PREVVER relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 48 - O não-recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do art. 44 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.

Parágrafo único - O recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do art. 44 desta Lei, referente ao mês de dezembro, será recolhido aos cofres do PREVVER, obrigatoriamente na mesma competência.

Art. 49 - O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6.º fica obrigado a recolher mensalmente, na rede bancária, mediante boleto bancário emitido pelo PREVVER , as contribuições devidas.

§ 1º Caso o recolhimento de que trata o caput não seja efetuado pelo servidor nos respectivos meses em que se der o afastamento ou licença sem remuneração, poderá ser efetuada a contribuição retroativa, pelo próprio servidor, desde que atualizada com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

§ 2º A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria.

Art. 50 - As cotas do salário-família, salário maternidade, auxílio doença e auxílio reclusão, serão pagas pelo Município de Nova Monte Verde/MT, mensalmente, junto com a remuneração dos segurados, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições ao PREVVER.

Parágrafo Único – Os demais benefícios serão pagos diretamente pelo PREVVER ao segurado, devendo este requerer nos moldes legais.

SUB-SEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 51 - O PREVVER poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

Parágrafo único - A fiscalização será feita por diligência e, exercida por qualquer dos servidores do PREVVER, investido na função de fiscal, através de portaria do Diretor Executivo.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 52 - As importâncias arrecadadas pelo PREVVER são de sua propriedade, e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 53 - Na realização de reavaliação atuarial em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados no anexo I da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 54 - As disponibilidades de caixa do PREVVER, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 55 - A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - segurança quanto à recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo único - É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o *caput* em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público, inclusive a suas empresas controladas.

Art. 56 - Fica o PREVVER, autorizado a movimentar ou aplicar suas disponibilidades de caixa, em instituições financeiras oficiais.

I – Os recursos deverão ser aplicados nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

II - Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVVER realizará as operações em conformidade com o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho Curador.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 57 - O orçamento do PREVVER evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observados o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1.º - O orçamento do PREVVER integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2.º - O Orçamento do PREVVER observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 58 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 59 - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1.º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2.º - Entende-se por relatórios de gestão, o balancete mensal de receitas e despesas do PREVVER e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3.º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

Art. 60 - O PREVVER observará ainda o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e do ente estatal, conforme diretrizes gerais.

Art. 61 - Aplicam-se as seguintes normas e no que couber o disposto na Portaria MPAS n.º 4858, de 26 de novembro de 1998, que dispõe sobre contabilidade de entidades fechadas de previdência privada.

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

III - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do ente público;

IV - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V - o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração do resultado do exercício;

c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;

d) demonstração analítica dos investimentos.

VI - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII **-** as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 62 - O PREVVER afixará no mural, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

I - o valor de contribuição do ente municipal;

II - o valor de contribuição dos servidores públicos ativos;

III - o valor de contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas;

IV - o valor da despesa total com pessoal ativo;

V - o valor da despesa com pessoal inativo e com pensionistas;

VI - o valor da receita corrente líquida do ente municipal, calculada nos termos do § 1º, do art. 2º, da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998;

VII - os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º, do art. 2º da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Parágrafo único - O PREVVER, encaminhará a Secretaria de Previdência Social – MPAS até 30 trinta dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias desse período e acumuladas do exercício em curso, informando, conforme anexo II da Portaria MPAS n.º 4992 com as alterações contidas na Portaria MPAS n.º 3385 de 14/09/2001.

SEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 63 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

§ 1º - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

§ 2º – O limite de gastos administrativos do PREVVER será de 2% (dois por cento) sobre o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados a este regime próprio, relativo ao exercício financeiro anterior.

§ 3º – O PREVVER poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração mencionada no parágrafo anterior.

Art. 64 - A despesa do PREVVER se constituirá de:

I - pagamento de prestações de natureza previdenciária;

II - aquisição de material de consumo e de outros insumos necessários ao funcionamento do PREVVER;

III - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle;

IV - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e serviços mencionados na presente Lei;

V - pagamento de vencimentos do pessoal que compõem o quadro de servidores do PREVVER.

SEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 65 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

‘’’’**Art. 66** – A organização administrativa do PREVVER compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III - Diretor-Executivo, com função executiva de administração superior.

SUB-SEÇÃO ÚNICA

DOS ÓRGÃOS

Art. 67 - Compõem o Conselho Curador do PREVVER os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, sendo dois suplentes.

§ 1º Os membros do Conselho Curador, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida participação de servidores inativos.

§ 2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 04 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 68 - O Conselho Curador se reunirá sempre com a maioria de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regimento interno;

II - eleger o seu presidente;

III - aprovar o quadro de pessoal;

IV - decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal;

V - julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo não sujeitos a revisão daquele;

VI - apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.

§ 1º - As deliberações do Conselho Curador serão promulgadas por meio de Resoluções.

§ 2º - O Secretário será indicado pelo Conselho Curador, podendo ser um membro do próprio Conselho ou outro servidor municipal, não percebendo pelo desempenho, conforme dispõe o art. 70 desta Lei.

Art. 69 – A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor do PREVVER de sua escolha, ou por um membro do Conselho quando o PREVVER tiver somente o funcionário Diretor-Executivo.

Art. 70 - Os membros do Conselho Curador, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 71 - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I - elaborar seu regime interno;

II - eleger seu presidente;

III - acompanhar a execução orçamentária do PREVVER;

IV - julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, garantida participação de servidores inativos, para mandato de 04 (quatro) anos.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 72 - O provimento do cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, far-se-á por escolha de um, dentre os nomes constantes da lista tríplice, que para este efeito, o Conselho Curador encaminhará ao Prefeito Municipal, que o nomeará, em Comissão.

Art. 73 - O Diretor Executivo do PREVVER, bem como os membros dos Conselhos Curador e Fiscal, respondem diretamente por infração ao dis-

posto nesta Lei e na Lei n.º 9.717 de 27 de novembro de 1998, sujeitando-se no que couber, ao regime repressivo da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subsequentes, além do disposto na Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 74 - As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 75 - Não será permitida a indicação de um membro do Conselho Curador para ocupar o cargo de Diretor Executivo do PREVVER.

Art. 76 - A exoneração do Diretor Executivo se dará por ato do Prefeito Municipal, somente após aprovada, em reunião do Conselho Curador, por no mínimo 2/3 dos votos do total de seus membros.

Art. 77 - Compete especificamente ao Diretor Executivo:

I - representar o PREVVER em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

II - comparecer às reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto;

III - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador;

IV - propor, para aprovação do Conselho Curador, o quadro de pessoal do PREVVER;

V - nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PREVVER;

VI - apresentar relatório de receitas e despesas (relatório de gestão) mensais ao Conselho Fiscal;

VII - despachar os processos de habilitação a benefícios;

VII – movimentar as contas bancárias do PREVVER conjuntamente com o Tesoureiro;

IX - fazer delegação de competência aos servidores do PREVVER;

X - ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração.

Art. 78 - O Diretor Executivo será assistido, em caráter permanente ou mediante serviços contratados, por Assessores incumbidos de colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e técnicos-atuariais do PREVVER.

Art. 79 - Para melhor desenvolvimento das funções do PREVVER poderão serem feitos desdobramentos dos órgãos de direção e executivo, por deliberações do Conselho Curador.

SEÇÃO II

DO PESSOAL

Art. 80 - A admissão de pessoal à serviço do PREVVER se fará mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, segundo instruções expedidas pelo Diretor Executivo.

Art. 81 - O quadro de pessoal com as tabelas de vencimentos e gratificações será proposto pelo Diretor Executivo e aprovado pelo Conselho Curador.

Parágrafo Único. Os direitos, deveres e regime de trabalho dos servidores do PREVVER reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 82 - O Diretor Executivo poderá requisitar servidores municipais, por necessidade administrativa, mediante requerimento ao Prefeito Municipal.

Art. 83 – Em caso de ausência por motivo de viagem, doença ou qualquer outra situação que impeça o Diretor Executivo de assumir temporariamente suas funções, o cargo será ocupado interinamente por um servidor efetivo, escolhido dentre os membros do Conselho Curador.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 84 - Os segurados do PREVVER e respectivos dependentes poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados, das decisões da Diretoria Executiva.

Art. 85- Aos servidores do PREVVER é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Diretor Executivo que considerarem lesivas aos seus direitos.

Art. 86 - O Diretor Executivo, bem como, segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 87- Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 88 - Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Parágrafo único- O órgão recorrido poderá reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 89 - São deveres e obrigações dos segurados:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER ;

II - aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - dar conhecimento à direção do PREVVER das irregularidades de que tiverem ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - comunicar ao PREVVER qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo único - O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6.º desta Lei, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos para com o PREVVER mensalmente, diretamente na Tesouraria do PREVVER , ou na rede bancária autorizada com guia emitida por esta Autarquia.

Art. 90 - O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVVER ;

II - apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - comunicar por escrito ao PREVVER as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVVER.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91 - Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.

§ 1 º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º - O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta Lei.

§ 4º - Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 92 - Observado o disposto no art. 37, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 93 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 91 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41 de 19 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 12 desta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 2º - Fará jus a revisão dos proventos mencionados no parágrafo anterior, o servidor que tenha implementados todos os requisitos para aposentadoria conforme este artigo, ate a promulgação da Emenda Constitucional n.º 47 de 05 de julho de 2005.

Art. 94 - É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n. 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º - O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta lei.

§ 2º - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 95 - Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional n.° 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 96 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 12 desta Lei, ou pelas regras estabelecidas pelos artigos 91 e 93 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício de serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12, inciso III, alínea “a”, desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadoria concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, desta Lei observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

CAPÍTULO X

DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 97 – No cálculo dos proventos de aposentadoria referidas nos art. 12 e 96 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a

competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1o As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

§ 2o A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3o Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 4o Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1o deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5o Os proventos, calculados de acordo com o ***caput*** deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no Art. 103 desta Lei.

§ 6o Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada a fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais.

§ 7o Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto no § 6º serão considerados em número de dias.

Art. 98 – Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os Artigos 12 e 96 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, de acordo com a variação e índice indicados anualmente pelo Governo Federal.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 99 – É vedada à inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou de abono de permanência de que trata os artigos 12, 91 e 94 desta Lei.

Parágrafo único – O disposto no caput não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme o artigo 94, respeitando, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 5º do citado artigo.

Art. 100 – Ressalvado o disposto nos Art. 12, I e II a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 101 – A vedação prevista no § 10 do art. 37 da Constituição Federal, não se aplica aos membros de Poderes e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressados novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o Artigo 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 102 – Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 103 – Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 104 – Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 105 – Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código civil Brasileiro.

Art. 106 – O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente de sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 107 – Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º - O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovada:

I – ausência, na forma da Lei Civil;

II – moléstia contagiosa; ou

III – impossibilidade de locomoção.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago ao procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda a seis meses, renováveis.

§ 3º - O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da Lei.

Art. 108 – Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I – a contribuição prevista no inciso I e II do Artigo 44 desta Lei;

II – o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III – o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;

IV – o imposto de renda retido na fonte;

V – a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

VI – as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 109 – Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e nas hipóteses dos artigos 20 a 25, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário mínimo nacional.

Art. 110 – Concedida à aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único – Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

Art. 111 – É vedada a celebração de convênios, consórcios ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estados, Distrito Federal ou outro Município.

Art. 112 – Os regulamentos gerais de ordem administrativa do PREVVER e suas alterações serão baixados pelo Conselho Curador.

Art. 113 – A junta médica pericial do PREVVER será composta no mínimo por 03 (três) ou mais médicos ou hospital contratado para prestar serviços solicitados, na contratação deverão ser observados os procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº. 8666/93 com as alterações posteriores.

Parágrafo primeiro. A junta médica pericial prestará contas com o Diretor Executivo do PREVVER e atenderá todas as normas editadas por esta Lei.

Parágrafo segundo. O valor de cada laudo e exame feito pela junta médica e será de acordo com a tabela da A.M.B (Associação Médica Brasileira), ou valores definidos pela administração junto ao Conselho Curador e Fiscal através de Resolução.

Parágrafo terceiro. A junta médica pericial do PREVVER será contratada nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e, regulamentada através de portaria editada e assinada pelo Diretor Executivo do PREVVER , após deliberação do Conselho Curador.

Art. 114 – PREVVER procederá, no máximo a cada 04 (quatro) anos, o recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social;

Parágrafo único. O recenseamento de que trata o caput será regulamentado por ato administrativo.

Art. 115 – O PREVVER disponibilizará e garantirá pleno acesso a todos os servidores segurados ativos, inativos e pensionistas as informações relativas às contas do fundo de previdência, às movimentações financeiras e atos praticados pela diretoria executiva, garantindo maior controle e fiscalização da gestão da carteira previdenciária.

Art. 116 – Fica o Executivo Municipal autorizado através de Decreto, estabelecer os parâmetros para as eleições dos membros do conselho curador e fiscal, dentre os servidores públicos efetivos do município de Nova Monte Verde-MT.

§ 1º - O PREVVER poderá realizar as despesas necessárias visando custear a realização das eleições para os membros do conselho curador e fiscal.

§ 2º - As eleições serão realizadas sempre no primeiro bimestre, com inicio do mandato a partir do dia 01/04.

Art. 117 – O Município de Nova Monte Verde – MT será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do PREVVER , decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 118 – Os reajustes salariais concedidos ao servidores efetivos serão estendidos automaticamente ao servidores que estiverem afastados temporariamente por motivo de recebimento de auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão, proporcionalmente ao reajuste dado aos seus respectivos cargos.

Art. 119 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 120 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei - 495/2011 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 03 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 043/2015 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA CONTRATO

PORTARIA N.º 188/2015

26 de junho 2015

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 43/2015 DEPTO/RH.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 43/2015 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei 737/2015 com **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e LUCAS NOETZOLD DURSKI** para a prestação de serviço de Instrutor de Fanfarra com vigência prevista de 10 (dez) meses, a partir da data de 10/03/2015.

Art. 2º - Nomear a servidora **MAISA DE OLIVEIRA GALVÃO**, Matrícula nº 3141, CPF nº 028.637.951-12, RG nº 1890372-0 SSP/MT, Assistente de Controle Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ADRIANA ALVES GARCIA NAVARRO**, matrícula nº 2469, CPF nº 040.246.439-75, RG nº 7218852-7 SSP/PR, Assessor Especial de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 26 de junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 791/2015

LEI Nº 791/2015

Data 08 de Dezembro de 2015.

SÚMULA: ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 750/2015, A VERBA INDENIZATÓRIA EM RAZÃO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o Parágrafo Primeiro do art. 1º da Lei nº 705/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído na Câmara Municipal de Nova Monte Verde uma verba de caráter indenizatório aos Vereadores, pelo exercício da atividade parlamentar, sob o titulo Verba Indenizatória, no valor de R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais), dentro da permissibilidade prevista na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, consolidada pelo entendimento esposado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso na Resolução de Consulta nº 29/2011, originada no processo nº 20736-5/2010.

Parágrafo primeiro. A Verba Indenizatória será paga mensalmente, excetuando os meses de dezembro e janeiro, aos Vereadores de Nova Monte Verde para ressarcimento de despesas com locomoção, combustível, alimentação, hospedagem e telefone no desenvolvimento das atividades parlamentares.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde MT, em 08 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI 784 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

LEI Nº 784/2015.

De 03 de Dezembro de 2015.

***SÚMULA:* DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE NOVA MONTE VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

A **Câmara Municipal** aprovou e **ARION SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei disciplina o uso e a ocupação do solo urbano da Cidade de Nova Monte Verde, as atividades de urbanização realizadas por agentes públicos e privados, observadas, no que couber, a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes. **Art. 2º** Esta lei dispõe sobre as compartimentações das macrozonas da Cidade de Nova Monte Verde, estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade.

Art. 3º O zoneamento, a subdivisão das Macrozonas Urbanas da Cidade de Nova Monte Verde, objetiva dar a cada região melhor utilização em função do sistema viário, da topografia e da infraestrutura existente, através da criação de zonas, setores de uso e ocupação do solo e adensamentos diferenciados.

Parágrafo Único - As zonas e setores serão delimitadas por vias, logradouros públicos, acidentes topográficos e divisas de lote.

Art. 4º As disposições desta lei deverão ser observadas obrigatoriamente:

I - na concessão de alvarás de construção; **II -** na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas; **III -** na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza; **IV -** na urbanização de áreas; **V -** no parcelamento do solo.

CAPÍTULO II AS ZONAS DE USO

Art. 5º O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo tratam da implantação de atividades e empreendimentos na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Monte Verde.

Parágrafo Único - A Macrozona Urbana é a parcela do território do Município de Nova Monte Verde, delimitada pelo perímetro urbano da Cidade de Nova Monte Verde.

Art. 6º O uso do solo urbano fundamenta-se na compatibilidade de vizinhança.

Parágrafo Único - A compatibilidade de vizinhança é a capacidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na Macrozona Urbana da Cidade de Nova Monte Verde.

Art. 7º A Área Urbana da Cidade de Nova Monte Verde divide-se em 02 (duas) categorias de áreas:

I - Área de Urbanização - AU;

II - Área de Expansão Urbana - AEU.

Art. 8º A Área de Urbanização - AU - compreende áreas que possibilitem baixo, médio e altos potenciais construtivos, compatíveis com suas condições geomorfológicas e de infraestrutura, com diferentes características ou com destinação específica e com normas próprias de uso e ocupação do solo e edilícias, podendo ser subdivididas em:

I - Zona Central - ZC;

II - Zonas Habitacionais - ZH;

III - Zonas de Interesse Ambiental - ZIA;

IV - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

V - Zonas Industriais - ZI;

VI - Zona Especial do Aeroporto - ZEA.

Art. 9 Zona Central - ZC - área caracterizada pela alta intensidade de uso e ocupação do solo, onde se concentram atividades urbanas consolidadas e diversificadas, notadamente as de comércio e serviços.

Art. 10 Zonas Habitacionais ZH - áreas destinadas ao uso habitacional, segundo suas características, e intensidade de uso e ocupação do solo, subdivide-se em:

a) Zona Habitacional Um - ZH-1 - áreas destinadas à ocupação estritamente residencial, unifamiliar.

b) Zona Habitacional Dois - ZH-2 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local.

c) Zona Habitacional Três - ZH-3 - áreas destinadas à ocupação, predominantemente residencial, unifamiliar, admitindo-se o uso residencial multifamiliar e o uso comercial e de serviço, de âmbito local.

Art. 11 Zonas de Interesse Ambiental - ZIA - áreas que têm por objetivo a preservação e/ou a conservação ambiental, destinadas, preferencialmente, ao lazer e ao uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, observada à legislação ambiental.

Art. 12 Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa e média renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e de regularização fundiária.

Parágrafo Único - A Habitação de Interesse Social - HIS é aquela destinada às famílias com baixa renda, tendo como padrão de unidade habitacional um sanitário, até uma vaga de garagem e área útil de, no máximo, 50,00m² (cinquenta metros quadrados), construídas pelas famílias, em regime de mutirão ou não, de promoção pública ou conveniada com o Poder Público, com possibilidades de ampliação, quando as famílias beneficiadas estiverem envolvidas diretamente na produção das moradias.

Art. 13 Zonas Industriais - ZI - áreas destinadas aos usos industriais e às atividades não habitacionais, classificadas como Geradores de Impacto - Não Compatível.

Parágrafo Único - As Zonas Industriais, subdividem-se em:

a) Zona Industrial 1 - ZI 1 - áreas destinadas às indústrias com alto potencial poluidor, alta demanda por infraestrutura, geradoras de tráfego de veículos pesados ou que apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados.

b) Zona Industrial 2 - ZI 2 - áreas destinadas às indústrias e às atividades e aos empreendimentos classificados como Geradores de Impacto - Não Compatível, com baixo ou médio potencial poluidor, média demanda por infraestrutura, geradoras de tráfego de veículos médios e que não apresentem periculosidade em função dos produtos manuseados e/ou armazenados.

Art. 14 Zona Especial do Aeroporto - ZEA - áreas destinadas à implantação do aeroporto da cidade e de atividades complementares.

Art. 15 A Área de Expansão Urbana - AEU - compreende áreas não parceladas e/ou parceladas em chácaras, dentro do perímetro urbano, destinadas a um primeiro processo de ampliação da ocupação urbana.

Art. 16 A planta indicada no Anexo 01 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Monte Verde - integrante desta lei, apresenta as áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo.

CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO DOS USOS

Art. 17 Para os fins desta lei, os usos urbanos classificam-se nos seguintes tipos:

I - habitacional - uso destinado à moradia;

II - não-habitacional - uso destinado ao exercício de atividades comerciais, de serviços, industriais e/ou institucionais;

III - misto - uso constituído de mais de um uso (habitacional e não-habitacional) ou mais de uma atividade, ou empreendimento urbano dentro de um mesmo lote.

Art. 18 Os diversos tipos de uso do solo urbano, pelo seu caráter de incomodidade, classificam-se nas seguintes categorias, conforme o anexo 2 da Tabela Tipo de Uso:

I - Grupo 1 - Não Geradores de Incômodo - são os usos que não apresentam caráter de incomodidade, incluindo-se a atividade habitacional unifamiliar;

II - Grupo 2 - Compatíveis - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infraestrutura, podem e devem integrar-se à vida urbana, adequando-se aos padrões comuns de funcionamento, estabelecidos pelo Código de Posturas;

III - Grupo 3 - Geradores de Incômodo - são os usos que, por seu nível de incomodidade, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e incremento da demanda por infraestrutura, podem integrar-se à vida urbana comum, adequando-se às exigências do Código de Posturas, mas que precisam de análise especial para verificar a possibilidade de convivência com o uso habitacional.

IV - Grupo 4 - Geradores de Impacto - são os usos que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor, potencial gerador de tráfego e de incremento da demanda por infraestrutura, devem submeter-se às condições especiais para sua localização e instalação, e se dividem nas seguintes subcategorias: **a)** Grupo 4 a - Geradores de Impacto Compatível: abrange as atividades e empreendimentos, que apesar de seu caráter altamente impactante, não podem afastar-se do meio urbano comum.

b) Grupo 4 b - Geradores de Impacto Não Compatível: abrange as atividades e empreendimentos altamente impactantes que precisam ser afastados do meio urbano comum, localizando-se na Zona Industrial.

Art. 19 As categorias definidas no artigo 18 terão suas atividades, empreendimentos e condicionantes, mantidos atualizados e aprovados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA.

Art. 20 As atividades e empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Compatível, estão sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e a sua aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA.

Art. 21 Para efeito desta Lei são consideradas as seguintes definições:

I - Área Construída - AC: é a soma das áreas dos pisos, cobertos ou não, com as áreas horizontais das paredes de todos os pavimentos de uma edificação, inclusive as áreas destinadas ao estacionamento de veículos;

II - Área Instalada - AI: é a área, construída ou não, efetivamente ocupada por uma Atividade ou Empreendimento;

III - Área Privativa - AP: é a área da unidade autônoma somada à área da(s) vaga(s) privativa(s) de estacionamento, excluindo-se a fração correspondente das dependências de uso comum e coletivo.

IV - Condomínios Fechados Horizontais ou Verticais: é o agrupamento de unidades habitacionais isoladas, geminadas, em fitas ou superpostas, em condomínio.

§ 1º Integram a Área Instalada - AI - as áreas destinadas a estocagens diversas, secagens, lavagens, pátio de manobras, shows, feiras, exposição, eventos diversos e outras destinadas à realização de funções intrínsecas ao funcionamento da atividade ou empreendimento que ocupa a área em questão.

§ 2º Exclui-se da Área Instalada - AI - as áreas mínimas de estacionamento de veículos, destinadas ao público usuário da edificação ou empreendimento, exigido por lei.

Art. 22 Para efeito da apreciação técnica das atividades e empreendimentos classificados como geradores de incômodo fica criada a Análise de Atividade - AA - a ser realizada por uma comissão especial, formada por técnicos dos órgãos competentes, para as análises relativas ao uso e à ocupação do solo, ao meio ambiente, ao trânsito e ao transporte, a ser criada através de Decreto, que avaliará as características impactantes de uma atividade ou empreendimento para o ambiente próximo.

§ 1º A Análise de Atividade, de que trata o caput deste artigo, avaliará as características impactantes potencialmente geradoras de incompatibilidade de vizinhança, quanto:

a) à poluição sonora;

b) aos efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos;

c) à poluição atmosférica (material particulado, gases e vapores);

d) aos riscos de segurança (explosivos, inflamáveis líquidos, GLP);

e) à geração de tráfego.

§ 2º A Análise de Atividade resultará em parecer favorável ou desfavorável ao processo em análise.

§ 3º Em caso de parecer favorável, a Análise de Atividade poderá estabelecer exigências técnicas adicionais às definidas nesta Lei, a serem atendidas, de acordo com normas técnicas e resoluções oficiais, bem como com a legislação ambiental e urbanística pertinentes.

§ 4° O parecer técnico da AA deverá ser homologado pelo Conselho Municipal de Ambiente para ter validade legal.

§ 5º Deverá ser dada publicidade ao parecer com o resultado da Análise de Atividade.

Art. 23 Integram a categoria de uso Não Geradores de Incômodo as seguintes atividades e empreendimentos:

I - habitações unifamiliares;

II - postos policiais: civis, militares e de bombeiros;

III - abrigos de ônibus;

IV - abrigos de táxi;

V - bancas de jornal e revistas;

VI - serviços pessoais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços pessoais de âmbito local, tais como cabeleireiro (a), manicura, pedicura, massagistas e afins;

VII - serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de consultoria, de assessoria, de vendas e de representações prestadas por profissionais liberais, técnicos ou universitários, ou de apoio ao uso residencial;

VIII - ateliê de artes plásticas;

IX - ateliê de costura e alfaiataria;

X - chaveiro;

XI - manufatura de doces, de salgados, de licores, de congelados e de comida preparada em embalagens.

§ 1º Para efeito do que trata o caput deste artigo, serão consideradas Não Geradores de Incômodo as atividades ou empreendimentos discriminados nos incisos V ao XI deste artigo, que possuírem até 2 (dois) funcionários;

§ 2º Nas edificações habitacionais multifamiliares será admitido licenciamento das atividades da categoria Não Geradores de Incômodo, a que se refere o inciso VII deste artigo, desde que autorizadas pelo condomínio, sem contratação de funcionários e sem estocagem de mercadorias.

Art. 24 Integram a categoria Compatível as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso:

I - Comércio de Abastecimento de Âmbito Local - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos alimentícios, sem fabricação e com consumo no local, tais como: confeitaria, padaria, venda de bombons, doces e chocolates;

II - Comércio Diversificado - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos, relacionados ou não ao uso residencial, tais como: farmácias, drogarias, perfumarias, óticas, materiais fotográficos, joias, relógios, floricultura, venda de flores ornamentais e afins;

III - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços técnicos de reparo ou de apoio ao uso residencial, tais como: sapateiros, relojoeiros e afins;

IV - Serviços de Educação:

a) Estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar e creches;

b) Estabelecimentos de ensino: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com até 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada;

c) Estabelecimentos de ensino complementar: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com até 1.500,00m² (mil e quinhentos metros quadrados) de área instalada.

V - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada.

Parágrafo Único - Integram ainda a categoria Compatível todas as atividades e empreendimentos não discriminados e aquelas cuja Análise de Atividade definir o enquadramento nesta categoria, conforme o disposto nesta lei.

Art. 25 Integram a categoria Geradores de Incômodo, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso:

I - Uso Habitacional - Condomínios fechados horizontais ou verticais, entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² de área privativa total, excluindo-se vagas privativas de garagens;

II - Comercial Varejista:

a) Comércio de alimentação e/ou associado a diversões: estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios, com consumo no local, e/ou ao desenvolvimento de atividades de lazer e diversão, tais como: boliches, fliperamas, "lan house" e afins;

b) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) a 10. 000,00m² (dez mil metros quadrados);

c) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento) com capacidade de estocagem máxima de 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível;

d) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento de até 520kg (quinhentos e vinte quilos) de GLP;

e) Comércio de fogos de artifício com estocagem de até 5Kg (cinco quilos) de produtos explosivos.

III - Comercial Atacadista:

a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada de até 10.000,00m² (dez mil metros quadrados);

b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada de até 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados).

IV - Serviços Técnicos de Confecção ou Manutenção - Estabelecimentos destinados à prestação de serviços mecânicos, de reparos em geral e de confecção ou similares; **V -** Serviços de Alojamento e Alimentação:

a) Hotéis, hospedarias, pousadas, pensões e similares com mais de 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área instalada;

b) Motéis;

c) Bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias e similares com mais de 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área instalada.

VI - Serviços de Educação:

a) Estabelecimentos de ensino seriado: estabelecimentos destinados ao ensino fundamental e médio da educação formal, com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada;

b) Estabelecimentos de ensino não seriado: estabelecimentos destinados ao ensino complementar, aos cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, ou à educação informal em geral, com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada.

c) Instituições de ensino superior, com até 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada;

d) Ensino especializado: institutos/escolas de idiomas, autoescolas, escolas de informática e similares com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada.

VII - Serviços de Lazer, Cultura e Esportes - Espaços ou estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à prática de esportes ou ao condicionamento físico, tais como: institutos/escolas de música, idiomas, academias de ginástica, de dança, de artes marciais, natação e similares, com até 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada;

VIII - Serviços de Saúde e Assistência Social:

a) Clinicas e consultórios médicos, odontológicos e áreas afins com mais de 5 (cinco) unidades de atendimento (gabinetes);

b) Postos e centros de saúde, ambulatórios, policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, prontos-socorros, casas de saúde, spas e similares com até 100 (cem) leitos;

c) Laboratórios de análises clínicas e de exames especializados;

d) Clínicas e hospitais veterinários;

e) Serviços de assistência social, asilos, abrigos, sanatórios, albergues e similares.

IX - Telecomunicações:

a) Emissoras de rádio, televisão, jornais e agências de notícias;

b) Torres de telecomunicações.

X - Serviços Públicos:

a) Órgãos públicos federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, não relacionados em outros itens desta lei, com área instalada superior a 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados);

b) Delegacias de polícia;

c) Quartéis e corporações militares.

XI - Serviços Financeiros:

a) Agências e postos bancários, cooperativas de crédito e postos de autoatendimento 24 (vinte e quatro) horas e afins;

b) Superintendências, unidades administrativas e regionais.

XII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público:

a) Salas de reuniões, templos, cinemas, teatros, auditórios, e similares com mais de 100 (cem) lugares;

b) Parques de diversões;

c) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos com capacidade de até 3.000 (três mil) lugares;

d) Sindicatos e associações com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados);

e) Clubes esportivos, recreativos, de campo e agremiações carnavalescas;

f) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com até 10. 000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada;

g) Casas de jogos, boates, clubes noturnos e similares;

h) Funerárias com velórios.

XIII - Serviços de Transporte e Armazenamento:

a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas com até 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada;

b) Estações e terminais de ônibus urbano;

c) Empresas transportadoras de valores

d) Estacionamentos rotativos e edifícios garagens;

e) Oficinas de assistência técnica, reparação e manutenção de veículos leves, máquinas e equipamentos com área instalada superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados);

f) Outros serviços de transporte e armazenamento.

XIV - Industrial:

a) Fabricação de doces, salgados, licores, congelados, comida preparada em embalagens e sorvetes;

b) Fábrica de confecções.

Art. 26 Integram a subcategoria Grupo 4a - Geradores de Impacto Compatível, as seguintes Atividades e Empreendimentos, por tipo de uso:

I - Habitacional:

a) Condomínios fechados horizontais ou verticais com mais de 15. 000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área privativa total, excluindo-se vagas privativas de garagens.

II - Comercial Varejista:

a) Venda e revenda de veículos automotores, máquinas, equipamentos, mercadorias em geral, lojas de departamentos, mercados, supermercados, hipermercados, conjuntos comerciais, shopping center com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados);

b) Comércio varejista de combustíveis (Postos de abastecimento), com capacidade de estocagem superior a 60.000,00 (sessenta mil) litros de combustível;

c) Comércio varejista de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com armazenamento entre 520Kg (quinhentos e vinte quilos) e 1.560Kg (Um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás;

d) Comércio de fogos de artifício, com estocagem entre 5Kg (cinco quilos) e 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos.

III - Comercial Atacadista:

a) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios com área instalada superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados);

b) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada entre 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) e 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados).

IV - Serviços de Educação - Instituições de ensino superior, com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área instalada;

V - Serviços de Saúde e Assistência Social - Policlínicas, hospitais gerais e especializados, maternidades, prontos-socorros, casas de saúde, "spas" e similares com mais de 100 (cem) leitos;

VI - Serviços Públicos - Cadeias e albergues para reeducando.

VII - Atividades e Empreendimentos de Reuniões e Afluência de Público:

a) Casas de shows e espetáculos, ginásios, estádios complexos esportivos, com capacidade superior a 3.000 (três mil) lugares;

b) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com mais de 10. 000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada.

VIII - Serviços de Transportes e Armazenamento:

a) Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas, com mais de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) de área instalada;

b) Terminais rodoviários interurbanos de passageiros;

c) Aeroportos.

IX - Outros Serviços:

a) Crematórios e cemitérios verticais e horizontais;

b) Caixa forte central.

X - Energia:

a) Linhas de transmissão;

b) Subestações.

Art. 27 Integram a subcategoria Grupo 4b - Geradores de Impacto Não Compatível, as seguintes atividades e empreendimentos, por tipo de uso:

I - Comercial Varejista:

a) Comércio e depósito de fogos de artifício e explosivos, com estocagem superior a 20Kg (vinte quilos) de produtos explosivos.

b) Comércio varejista de insumos e defensivos agrícolas.

II - Comercial Atacadista:

a) Distribuidoras de combustíveis e derivados de petróleo;

b) Empresas de envasilhamento de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) ou distribuidoras/revendedoras com estocagem superior a 1.560Kg (um mil quinhentos e sessenta quilos) de gás;

c) Comércio atacadista atrator e/ou usuário de veículos leves e/ou médios e pesados com área instalada superior 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados);

d) Comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas.

III - Serviços Públicos - Espaços, estabelecimentos ou instalações sujeitos a controle específico ou de valor estratégico para a segurança e serviços públicos, tais como presídios, penitenciários e afins.

IV - Serviços de Transportes e Armazenamento:

a) Garagens e oficinas de empresas de transporte urbano e/ou interurbano de passageiros com mais de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) de área instalada;

b) Garagens e oficinas de empresas transportadoras de cargas perigosas;

c) Terminais de cargas;

d) Serviços de oficina mecânica, assistência técnica, reparação, manutenção, retífica e demais serviços de veículos pesados.

V - Industrial:

a) Instalações industriais, inclusive da construção civil;

b) Armazéns e silos para produtos agrícolas;

c) Empreendimentos geradores de impacto ambiental: aqueles que possam causar alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente e que direta ou indiretamente afetem:

c.1 - a saúde, a segurança e o bem estar da população;

c.2 - as atividades sociais e econômicas;

c.3 - a biota;

c.4 - as condições paisagísticas e sanitárias do meio ambiente;

c.5 - a qualidade dos recursos ambientais.

VI - Energia - Usinas de geração.

Art. 28 As atividades e empreendimentos que agruparem duas ou mais categorias de uso, serão analisadas de acordo com a classificação de maior exigência. **Art. 29** Não poderão ser ampliados às atividades ou empreendimentos que estiverem em desacordo com esta lei, na data de sua publicação, exceto nos casos de obras necessárias para a adequação à Legislação Municipal.

Art. 30 São admitidos usos mistos em lotes e edificações localizadas em qualquer zona de uso, desde que se trate de usos permitidos na zona e sejam atendidas, em cada caso, as características e exigências estabelecidas nesta lei.

CAPÍTULO II DO APROVEITAMENTO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 31 De acordo com sua categoria, porte e natureza, em cada zona ou setor as atividades urbanas, serão consideradas como:

I - Permitidas - compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona ou setor correspondente;

II - Permissíveis - compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona ou ao setor, dependerá da análise, ou da regulamentação específica para cada caso;

III - Proibidas - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona ou do setor correspondente.

§ 1º As atividades permissíveis serão apreciadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA que, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos nesta lei, em especial quanto:

a) à adequação à zona ou setor onde será implantada a atividade;

b) à ocorrência de conflitos com o entorno de implantação da atividade, do ponto de vista de prejuízos à segurança, ao sossego e à saúde dos habitantes vizinhos e ao sistema viário.

§ 2º A permissão para a localização de qualquer atividade de natureza perigosa, incômoda ou nociva, dependerá de licença ambiental expedida pelo órgão competente.

Art. 32 A classificação das atividades como de uso permitido, permissível ou proibido, segundo a qualidade de ocupação determinada pela zona ou setor de uso, é a constante no Anexo 3, da Tabela de Uso e Ocupação do Solo, que faz parte integrante desta lei.

Art. 33 Ficam vedadas:

I - A construção de edificações para atividades, que sejam consideradas como de uso proibido, na zona ou setor onde se pretenda sua implantação;

II - A realização de quaisquer obras de ampliação ou reforma de edificação existente, destinada às atividades consideradas como de uso proibido na zona ou setor onde se situam.

§ 1º Não se incluem na vedação prevista no inciso II, as obras necessárias à segurança e higiene das edificações, ou as destinadas às atividades de lazer e de recreação. **§ 2º** Aprovados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA, poderão ser liberados alvarás para reformas de edificações onde funcionem atividades comunitárias, comerciais, de serviços ou industriais já licenciadas, não enquadradas nas vedações previstas nos incisos I e II deste artigo, desde que fique comprovado que os direitos de vizinhança não estejam prejudicados. **Art. 34** Aprovada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA, a transferência ou modificação de alvará de estabelecimento comercial, de serviço ou industrial, já em funcionamento, em zona ou setor onde a atividade seja considerada como de uso proibido, poderá ser autorizada, desde que:

I - haja apenas modificação da razão social da empresa;

II - o novo ramo de atividade não contrarie expressamente as disposições desta lei e demais regulamentos;

III - não ofenda os direitos de vizinhança, as disposições expressas desta lei e outras ditadas pelo interesse da coletividade.

Art. 35 Para efeitos desta lei, em cada zona ou setor, os critérios de assentamento e implantação da edificação no terreno, são estabelecidos pelos seguintes parâmetros de ocupação:

I - Taxa de ocupação (TO) - é o percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação ou edificações sobre o plano horizontal e a área do lote ou terreno onde se pretende edificar.

II - Coeficiente de aproveitamento (CA): é o fator estabelecido para cada uso nas diversas zonas, que multiplicado pela área do terreno, define o Potencial Construtivo computável, admitido nesse mesmo terreno, podendo ser:

a) Básico (CAB), que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes urbanos;

b) Máximo (CAMax), em função da infraestrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote;

c) Mínimo (CAMin), abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado.

III - Potencial Construtivo (PC) de um lote: é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento podendo ser:

a) Básico - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico;

b) Máximo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo, definido em função da infraestrutura disponível ou fixado para a zona onde está localizado o lote;

c) Mínimo - que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento mínimo fixado para a zona onde está localizado o lote;

d) Adicional - que corresponde à diferença entre o potencial construtivo igual ou inferior ao máximo e ao potencial construtivo básico.

IV - Altura da edificação: é a dimensão vertical máxima da edificação, expressa em metros, quando medida de seu ponto mais alto, até o nível mais alto do terreno, ou em número de pavimentos a partir do térreo, inclusive.

V - Alinhamento predial: é a distância fixada pelo Município dentro do lote, paralela ao alinhamento do lote ou sobre o mesmo, a partir da qual é permitida a edificação, incluindo o subsolo.

VI - Afastamento das divisas: é a distância mínima perpendicular entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, determinada pela relação entre a altura da edificação e o índice estabelecido nas Tabelas Anexas, que fazem parte integrantes desta lei;

VII - Taxa de permeabilidade (TP): é o percentual da área do terreno que deve ser mantido permeável.

VIII - Dimensão do lote: é estabelecida para fins de parcelamento do solo e ocupação do lote e indicada pela testada e área mínimas do lote.

IX - Solo urbano subutilizado: é o terreno onde o coeficiente de aproveitamento utilizado não atinge o mínimo definido para o local, excetuando aqueles:

a) integrantes do Sistema Municipal de Áreas Verdes do Município;

b) ocupados por estacionamento e outras atividades econômicas que não necessitem de edificação, e que estejam de acordo com o uso definido para a Zona, onde estejam instalados.

X - Transferência de potencial construtivo: é o instrumento que permite transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável de um imóvel para outros imóveis, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas às disposições instituídas em legislação específica.

§ 1º Quando se tratar de loteamentos existentes com lotes com padrão inferior ao estabelecido para a zona ou setor, nos lotes de esquina, com profundidade inferior a 15,00m (quinze metros), o recuo mínimo estabelecido nesta lei, poderá ser reduzido na proporção de 0,50m (cinquenta centímetros) por metro ou fração de redução, até um máximo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º De acordo com o tipo de atividade e a zona ou o setor onde se localiza o imóvel, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, substituída ou complementada através da implantação de mecanismos de contenção de cheias, que serão objeto de regulamentação específica.

Art. 36 A Taxa de Ocupação máxima é igual a 75% (setenta e cinco por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 37 A Taxa de Permeabilidade mínima é igual a 20% (vinte por cento) da área do lote, salvo exigências diferenciadas para as Zonas de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 38 Os parâmetros de Uso e de Ocupação do solo urbano, são aplicados na parcela de terreno denominado lote.

Art. 39 Os novos parcelamentos, unificações e subdivisões, serão permitidos quando, em cada um dos lotes resultantes, forem atendidas plenamente todas as características de dimensionamento do lote, previstas para a zona de uso, onde o terreno se localiza.

§ 1º O lote já edificado poderá ser desdobrado desde que a edificação existente seja regular perante a Municipalidade, atendidas as disposições do caput deste artigo, bem como as demais disposições legais.

§ 2º Para fins de parcelamento do solo, nos terrenos de esquina, a testada mínima estabelecida para o lote, deverá ser acrescida do recuo obrigatório, previsto para a zona ou setor, onde o terreno se localiza.

§ 3º O lote que possuir mais de uma edificação, além de atender ao disposto nesta lei, deverá observar as disposições que assegurem a insolação e a ventilação das edificações.

§ 4º O lote que estiver localizado em mais de uma zona deverá atender ao parâmetro urbanístico de maior exigência.

§ 5º Toda edificação deverá ser edificada sobre um único lote.

Art. 40 O lote máximo permitido na macrozona urbana tem área igual a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados).

Parágrafo Único - Poderão ser tratadas como lotes as áreas superiores a 26.000,00m² (Vinte e seis mil metros quadrados), desde que sejam circundadas por vias ou logradouros públicos e que não interrompam vias planejadas, classificadas como Arteriais, Principais ou Coletoras.

Art. 41 A testada mínima do lote é de 10,00m (dez metros).

Parágrafo Único - Poderá ser admitida a testada mínima de 5,00m (cinco metros), conforme Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/79, desde que seja utilizada exclusivamente para acesso ao lote, não sendo permitido nenhum tipo de construção ao longo da área com essa testada.

Art. 42 Para garantia de insolação e ventilação, os recuos laterais e de fundos das edificações, deverão estar de acordo com o Código de Posturas do Município.

Art. 43 As Atividades e Empreendimentos deverão destinar área mínima de estacionamento na proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00m2 (cem metros quadrados) ou fração de área construída computável, salvo exigências diferenciadas, indicadas no Anexo 4 da Tabela de Exigências Mínimas de Vagas de Estacionamento.

§ 1º As habitações unifamiliares deverão destinar área para no, mínimo, 01 (uma) vaga de estacionamento, qualquer que seja a sua área construída.

§ 2º Os empreendimentos habitacionais, multifamiliares, deverão destinar área para no mínimo 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 100,00m (cem metros quadrados), ou fração de área privativa por unidade autônoma residencial que o compõe.

§ 3º As atividades e empreendimentos de reunião e afluência de público deverão destinar 01 (uma) vaga de estacionamento para cada 5 (cinco) pessoas que compõem a capacidade máxima de usuários, salvo exigências diferenciadas para cada atividade e empreendimento.

Art. 44 Nas chácaras integrantes das Áreas de Urbanização - AU, que ainda não passaram por processo de parcelamento, não será exigida a adequação do coeficiente de aproveitamento, conforme o estabelecido na legislação urbanística pertinente.

Art. 45 Aos lotes com frente para mais de uma via de circulação, aplicam-se as seguintes disposições:

I - Poderão ser instalados os usos e utilizados os índices urbanísticos permitidos em qualquer uma das vias, exceto nos casos de imóveis situados nas Zonas de Interesse Ambiental;

II - Fica vedado o acesso, tanto de veículos como de pedestres, para a via onde o uso a ser instalado não é permitido de acordo com as demais disposições desta lei.

Parágrafo Único - O imóvel que limitar com mais de uma via pública obedecerá ao afastamento frontal mínimo, para cada via que o limita.

Art. 46 O Município exigirá vagas de estacionamento em função da classificação dos usos e das zonas urbanas.

§ 1º Nos acréscimos ou ampliações de edificações, aprovadas antes da publicação da presente lei, o número de vagas de estacionamento será calculado de acordo com a área a ser ampliada.

§ 2º Nos casos de reformas em edificações existentes, que não impliquem em aumento de área construída, não serão aplicadas as exigências de vagas de estacionamento.

§ 3º Na regularização de edificações, ou ampliação destas, serão aplicadas as exigências da presente Lei, sobre a área total da edificação.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO USO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I DA ÁREA DE URBANIZAÇÃO – AU

Art. 47 Na Área de Urbanização - AU, somente será permitido o licenciamento de atividades e empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, na zona ZI 1.

Art. 48 A aprovação de atividades ou empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo em Área de Urbanização - AU, fica condicionada à Análise de Atividade - AA.

Art. 49 No prazo máximo de 01 (um) ano, as concessionárias de energia elétrica e telefonia, deverão substituir os postes de madeira por postes de concreto, inclusive nas Zonas de Diretrizes Específicas.

SEÇÃO II DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA - AEU

Art. 50 O parcelamento, para fins urbanos, na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA.

Art. 51 O licenciamento de atividade e ou de empreendimentos na Área de Expansão Urbana - AEU, deverá ter parecer favorável do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA, com similaridades das exigências do Uso do Solo, estabelecidas para as demais Zonas Urbanas.

Art. 52 Os condomínios fechados, os conjuntos residenciais, os loteamentos e os desmembramentos situados na Área de Expansão Urbana - AEU, aprovados após a publicação desta Lei, passarão a integrar a Área de Urbanização - AU, quando o empreendimento estiver devidamente registrado em Cartório de Imóveis.

SEÇÃO III DAS ZONAS HABITACIONAIS – ZH

Art. 53 Nas Zonas Habitacionais - ZH, não serão permitidos o licenciamento de atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto.

Parágrafo Único - Nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem a Zona Habitacional - ZH serão admitidas as atividades e os empreendimentos da categoria Compatível, desde que ouvida a comunidade diretamente envolvida, moradores da área delimitada como ZH, através de consulta popular realizada em Audiência Pública, onde forem computados 50% (cinquenta por cento) mais um, de votos favoráveis dos presentes.

SEÇÃO IV DA ZONA CENTRAL – ZC

Art. 54 Na Zona Central - ZC, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível.

Art. 55 O licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Incômodo na Zona Central - ZC, fica condicionado ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA.

Art. 56 O Município de Nova Monte Verde, concederá incentivos fiscais específicos, para as atividades de estacionamentos rotativos e edifícios garagens instalados na Zona Central - ZC, na forma da lei.

Art. 57 Na Zona Central - ZC, não serão permitidas construções de edificações em madeira.

SEÇÃO V DAS ZONAS DE INTERESSE AMBIENTAL – ZIA

Art. 58 Nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, não é permitido ultrapassar o potencial construtivo básico, não se aplicando para os imóveis contidos na mesma a outorga onerosa, ou a recepção de potencial construtivo.

Parágrafo Único - O potencial construtivo de imóveis localizados nas Zonas de Interesse Ambiental - ZIA, somente poderá ser transferido para imóveis localizados na Área de Urbanização - AU.

Art. 59 As Zonas de Interesse Ambiental serão regulamentadas por legislação especifica.

SEÇÃO VI DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - (ZEIS)

Art. 60 Nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, não será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da categoria Geradores de Impacto Não Compatível.

Parágrafo Único - Serão admitidos às atividades e os empreendimentos das categorias Geradores de Incômodo e Geradores de Impacto - Compatível, nos trechos das Zonas de Corredores de Transporte - ZCT, que cortem as Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS, condicionado à aprovação e ao atendimento das exigências definidas na Análise de Atividade - AA e no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, respectivamente. **SEÇÃO VII DAS ZONAS INDUSTRIAIS - (ZI)**

Art. 61 Nas Zonas Industriais - ZI, somente será permitido as atividades e os empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível.

Art. 62 O licenciamento de atividades e de empreendimentos discriminados nesta lei e pertencentes à subcategoria Geradores de Impacto Compatível, na Zona Industrial, estarão sujeitos às condições de uso e de funcionamento desta.

Art. 63 O licenciamento de atividades e de empreendimentos abaixo relacionados, nas Zonas Industriais, fica condicionado à elaboração de estudos realizados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde – COMMEA: **I -** fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos;

II - fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação;

III - fabricação de produtos alimentícios: estabelecimentos destinados à produção de óleos, gorduras, beneficiamento de arroz, fabricação de rações balanceadas, dentre outros, que exigem soluções tecnológicas complexas ou onerosas para seu tratamento;

IV - curtimento e outras preparações de couro: indústrias com alto potencial de poluição do meio ambiente, tanto pelas emanações odoríferas, como pela qualidade dos efluentes e resíduos sólidos industriais gerados, que, em geral, necessitam de pré-condicionamentos para disposições conjuntas em sistemas de tratamento públicos ou privados;

V - fabricação de celulose e pastas para fabricação de papel;

VI - fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares: indústrias com alto potencial de poluição das águas e do ar, gerando resíduos sólidos, que exigem tratamento e/ou disposição final complexa e onerosa, além de possuírem alta periculosidade, riscos de incêndios e de explosões, e causarem sérios incômodos à população;

VII - fabricação de produtos químicos: indústrias com processos e operações com potencial de insalubridade, periculosidade e incomodidade, podendo gerar emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos, altamente nocivos para a saúde pública e ao meio ambiente;

VIII - fabricação de borracha: indústrias com operações de beneficiamento ou regeneração de borracha;

IX - fabricação de produtos de minerais não metálicos: estabelecimentos destinados à fabricação de cimento, de cal, de telhas, de tijolos, dentre outros;

X - metalúrgica básica: estabelecimentos destinados à produção de gusa, de ferro, de aço, de metalurgia dos metais não ferrosos, dentre outros, com alto potencial de poluição do ar, emitindo material particulado, gases tóxicos e incômodos, ruídos e vibrações, além de poluir as águas e de gerar resíduos sólidos que exigem soluções tecnológicas complexas e onerosas para o seu tratamento.

Art. 64 Na Zona Industrial 1 - ZI-1, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial, as atividades e os empreendimentos que envolvam processo produtivo que implique na fixação de padrões específicos em termos de grau de incomodidade e de poluição ambiental, caracterizados pelo seu alto potencial poluidor do meio ambiente, pela emissão de ruídos, de gases, de vapores, de material particulado, de odores, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, cujos incômodos possuem soluções tecnológicas economicamente viáveis para seu tratamento e/ou implantação de medidas mitigadoras.

Parágrafo Único - Fica denominado de uso permissível as edificações habitacionais na Zona Industrial 1 - ZI 1.

Art. 65 Na Zona Industrial 2 - ZI-2, será permitido o licenciamento de atividades e de empreendimentos da subcategoria Geradores de Impacto - Não Compatível, em especial de atividades e de empreendimentos com condições de instalação e de funcionamento, caracterizados pelo seu bai-

xo potencial de poluição ambiental, não gerando efluentes líquidos industriais, emissões atmosféricas e resíduos sólidos, cuja incomodidade potencial está vinculada aos processos e às operações utilizados, à possível geração de ruídos e à emanações odoríferas passíveis de tratamento e de medidas mitigadoras.

Parágrafo Único - A instalação do uso habitacional na Zona Industrial 2 - ZI-2, fica permitido em caso de unidade habitacional unifamiliar e nos casos de unidade multifamiliar horizontal fica condicionada à análise prévia do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde - COMMEA.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 66 A inobservância das disposições estabelecidas nesta parte da lei e respectivas regulamentações ensejarão a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência ou notificação;

II - embargo da obra;

III - multa;

IV - cassação de Alvará ou Licença;

V - interdição;

VI - demolição da obra ou edificação. **Art. 67** Consideram-se infrações nas disposições desta Lei:

I - construir, reformar ou ampliar qualquer edificação em desacordo com as suas exigências;

II - inobservar projeto aprovado;

III - ocupar terrenos em desacordo com as restrições estabelecidas;

IV - exercício de atividades e de empreendimentos em desacordo com as exigências da Lei e de seus desdobramentos;

V - desrespeitar embargos, intimações, prazos e outras determinações previstas na Lei e em seus desdobramentos;

VI - outras ações em desacordo com a presente Lei e com seus desdobramentos.

§ 1º Para os incisos I a III do caput deste artigo aplicam-se, no que couber, as seguintes penalidades: advertência ou notificação, interdição, cassação de Alvará ou Licença, embargo e/ou demolição.

§ 2º Para o inciso V aplica-se multa, a ser definida pelo órgão competente do Município.

Art. 68 A modificação da denominação das vias públicas urbanas utilizadas como limites nas zonas descritas nesta Lei não altera os perímetros das mesmas.

Art. 69 Integram esta Lei os seguintes anexos:

ANEXO 1 - Mapa das Zonas Urbanas da Cidade de Nova Monte Verde na escala de 1:10.000;

ANEXO 2 – Tipos de Uso;

ANEXO 3 – Tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Cidade de Nova Monte Verde;

ANEXO 4 – Exigências Mínimas de Vagas de Estacionamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 70 As edificações executadas antes da publicação desta Lei, que não estejam de acordo com as exigências aqui estabelecidas, somente poderão ser ampliadas ou modificadas, quando tais ampliações ou modificações não venham transgredir esta legislação.

Art. 71 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Complementar Nº 137/1997 de 15 de dezembro de 1997 nos incisos que tratam sobre a Lei de Zoneamento, ocupação e uso do solo, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde - MT, em 03 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

MAPA DAS ZONAS URBANAS DA CIDADE DE NOVA MONTE VERDE

ANEXO I.I

MAPA DAS ZONAS URBANAS DA CIDADE DE NOVA MONTE VERDE

ANEXO II

TIPOS DE USO

I - USO HABITACIONAL

Edificações destinadas à habitação permanente ou transitória subclassificando-se em:

I.1 - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR – Grupo 1

Edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família;

I.2 - HABITAÇÃO COLETIVA - Grupo 1

Edificação que comporta mais de 02 (duas) unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso único ao logradouro público;

I.3 - HABITAÇÕES UNIFAMILIARES EM SÉRIE – Grupo 1

02 (duas) ou mais unidades autônomas de residências unifamiliares agrupadas horizontalmente (geminadas ou isoladas) paralelas o u transversais ao alinhamento predial;

I.4 - HABITAÇÃO INSTITUCIONAL – Grupo 1

Edificação destinada à assistência social, onde se abrigam estudantes, crianças, idosos e necessitados, tais como:

Albergue;

Alojamento Estudantil, Casa do Estudante;

Asilo;

Convento, Seminário;

Internato;

Orfanato;

I.5 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA – Grupo 1

Edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes mediante remuneração, subclassificando-se em:

I.5.1 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 1 – Grupo 1

Apart-Hotel;

Pensão;

I.5.2 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 2 – Grupo 1

Hotel, Pousada;

I.5.3 - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 3 – Grupo 1

Motel.

II - USOS COMUNITÁRIOS

Espaços, estabelecimentos ou instalações destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos, subclassificando-se em:

II.1 - COMUNITÁRIO 1

Atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial, tais como:

Ambulatório, Unidade de Saúde;

Assistência Social;

Berçário, Creche, Hotel para Bebês;

Biblioteca;

Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância;

Escola Especial;

II.2 - COMUNITÁRIO 2

Atividades que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, níveis altos de ruídos e padrões viários especiais, subclassificando-se em:

II.2.1 - COMUNITÁRIO 2 - LAZER E CULTURA – Grupo 2

Auditório;

Boliche;

Cancha de Bocha, Quadra Poliesportiva, Campo de Futebol;

Casa de Espetáculos Artísticos;

Casa de Eventos e Festas;

Centro de Convenções, Centro de Exposições;

Centro de Recreação

Cinema;

Colônia de Férias;

Ginásio de Esportes;

Museu;

Piscina Pública;

Ringue de Patinação;

Sede Cultural, Esportiva e Recreativa;

Sociedade Cultural;

Teatro;

II.2.2 - COMUNITÁRIO 2 – ENSINO – Grupo 2

Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio;

II.2.3 - COMUNITÁRIO 2 – SAÚDE – Grupo 2

Casa de Saúde;

Hospital;

Maternidade;

Pronto Socorro;

Sanatório

Somatoconservação de Cadávares / Tanatopraxia.

II.2.4 - COMUNITÁRIO 2 – CULTO – Grupo 2

Casa de Culto;

Templo Religioso;

II.3 - COMUNITÁRIO 3 – Grupo 4

Atividades de grande porte, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, não adequadas ao uso residencial sujeitas a controle específico, subclassificando-se em:

II.3.1 - COMUNITÁRIO 3 – LAZER – Grupo 4b

Autódromo, Kartódromo, Motódromo;

Centro de Equitação, Hipódromo;

Circo, Parque de Diversões;

Estádio, Pista de Treinamento;

Pistas de Automodelismo e Aeromodelismo;

Rodeio;

II.3.2 - COMUNITÁRIO 3 – ENSINO – Grupo 2

Campus Universitário;

Estabelecimento de Ensino de 3º Grau.

III - USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS – Grupo 2

Atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual.

III.1 - COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL – Grupo 2

III.1.1 - COMÉRCIO VICINAL

Atividade comercial varejista de pequeno porte, disseminada no interior das zonas, de utilização imediata e cotidiana, entendida como um prolongamento do uso residencial, subclassificando-se em:

III.1.1.1 - COMÉRCIO VICINAL 1

Açougue;

Armarinhos, Roupas;

Casa lotérica;

Drogaria, Ervanário, Farmácia;

Floricultura, Flores Ornamentais;

Mini-Mercado, Mercearia;

Hortifrutigranjeiros;

Papelaria, Revistaria;

Posto de Venda de Pães;

Vídeo-locadora, Games.

III.1.1.2 - COMÉRCIO VICINAL 2

Bar;

Cafeteria, Cantina, Casa de Chá, Confeitaria;

Comércio de Refeições Embaladas;

Lanchonete;

Leiteria;

Livraria;

Panificadora;

Pastelaria;

Posto de Venda de Gás Liquefeito;

Relojoaria;

Sorveteria.

III. 1.2 - SERVIÇO VICINAL

Atividades profissionais e serviços pessoais de pequeno porte não incômodas ao uso residencial, subclassificando-se em:

III. 1.2.1 - SERVIÇO VICINAL 1

Atelier de Profissionais Autônomos;

Manicuro e Montagem de Bijuterias;

Profissionais Autônomos;

Serviços de Datilografia, Digitação.

III. 1.2.2 - SERVIÇO VICINAL 2

Agência de Serviços Postais;

Bilhar, Snooker, Pebolim;

Consultórios Médicos, Odontológicos;

Escritório de Comércio Varejista;

Instituto de Beleza, Salão de Beleza;

Jogos Eletrônicos.

III. 2 - COMÉRCIO E SERVIÇO DE BAIRRO – Grupo 2

Atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços de médio porte destinadas a atendimento de determinado bairro ou zona, tais como:

Academias;

Agência Bancária;

Borracharia;

Choperia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria;

Comércio de Material de Construção;

Comércio de Veículos Automotores e Acessórios;

Escritórios Administrativos;

Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres;

Estacionamento Comercial;

Joalheria;

Laboratórios Análises Clínicas, Radiológicos e Foto

gráficos;

Lavanderias;

Mercados;

Restaurante,

Rotisseria.

III.3 - COMÉRCIO E SERVIÇO SETORIAL – Grupo 2

Atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas a um atendimento de maior abrangência, tais como:

Buffet, Salão de Festas;

Centros Comerciais;

Clínicas;

Edifícios de Escritórios;

Entidades Financeiras;

Escritórios de Comércio Atacadista;

Imobiliárias;

Lojas de Departamentos;

Sedes de Empresas;

Serv-Car;

Postos de Serviço e Lavagem de Veículos;

Ataúdes funerários e Urnas;

Serviços Públicos;

Supermercados;

Unidades Comerciais em Série.

III.4 - COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL - Grupo 2

Atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas a atender à população em geral, que por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria, tais como:

Agenciamento de Cargas;

Canil;

Marmorarias;

Comércio Atacadista;

Comércio Varejista de Grandes Equipamentos;

Depósitos, Armazéns Gerais;

Entrepostos, Cooperativas, Silos;

Oficinas de Manutenção de Veículos Automotores;

Oficinas de Funilaria, Lataria e Pintura;

Hospital Veterinário;

Hotel para Animais;

Impressoras, Editoras, Gráficas;

Transportadora;

Garagem de ônibus e caminhões;

Segregação

III.5 - COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO - Grupo 2

Atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial, subclassificando-se em:

III.5.1 - COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 1 – Grupo 2

Centro de Controle de Voo;

Comércio Varejista de Combustíveis Líquidos e Gasosos;

Comércio Varejista de Derivados de Petróleo;

Oficinas de Manutenção de Aeronaves;

Posto de Abastecimento de Aeronaves;

Posto de Combustíveis e Serviços;

Serviços de Bombas de Combustível para Abastecimento de Veículos da Empresa.

III.5.2 COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 2 - Grupo 2

Capela Mortuária;

Cemitério;

Ossário.

IV - USO INDUSTRIAL – Grupo 4

Atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos, subclassificando-se em:

IV.1 - INDÚSTRIA TIPO - Grupo 4a

Atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno, tais como:

Confecção;

Malharia;

Fabricação de:

Absorventes

Acessório do Vestuário

Acessórios para Animais

Adesivos

Aeromodelismo

Arts de Artesanato

Arts de Bijuteria

Arts de Colchoaria

Arts de Cortiça

Arts de Decoração

Arts de Joalheria

Arts para Brindes

Arts para Cama, Mesa e Banho

Bengalas

Bolsas

Bordados

Calçados

Capas para Veículos

Clichês
Etiquetas
Fraldas
Gelo
Guarda-chuva
Guarda-sol
Material Didático
Material Ótico
Mochilas
Peças Cerâmicas e Cimentícias
Pastas Escolares
Perucas e Cabeleiras
Produtos Desidratados
Relógio
Rendas
Roupas
Sacolas
Semi-jóias
Suprimentos de Informática

IV.2 - INDÚSTRIA TIPO – Grupo 4a

Atividades industriais compatíveis com seu entorno e parâmetros construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos, tais como:

Cozinha Industrial;
Fiação;
Funilaria;
Indústria de Panificação
Indústria Gráfica;
Indústria Tipográfica;
Serralheria;
Fabricação de:
Acabamentos para Móveis
Acessórios para Panificação
Acumuladores Eletrônicos
Agulhas
Alfinetes
Anzóis
Aparelhos de Medidas
Aparelhos Fotográficos e Cinematográficos
Aparelhos Ortopédicos
Artefatos de Cartão
Artefatos de Cartolina
Artefatos de Lona
Artefatos de Papel e Papelão
Arts de Caça e Pesca
Arts de Carpintaria
Arts de Esportes e Jogos Recreativos
Arts Diversos de Madeira
Arts Têxteis
Box para
Banheiros Brochas
Capachos
Churrasqueiras
Componentes Eletrônicos
Componentes e Sistema de Sinalização
Cordas e Barbantes
Cordoalha
Correias
Cronômetro e
Relógios Cúpulas para
Abajur Embalagens
Espanadores
Escovas
Esquadrias
Estandes para Tiro ao Alvo
Estofados para Veículos
Estopa
Fitas Adesivas
Formulário Contínuo
Instrumentos Musicais
Instrumentos Óticos
Lareiras
Lixas
Luminárias
Luminosos
Materiais Terapêuticos
Molduras
Móveis
Painéis e Cartazes Publicitários
Palha de Aço
Paredes Divisórias
Peças e Acessórios e Material de Comunicação
Peças p/ Aparelhos Eletroeletrônicos e Acessórios
Persianas
Pincéis
Portas e Divisões Sanfonadas
Portões Eletrônicos
Produtos Veterinários
Sacarias
Tapetes
Tecelagem
Toldos
Varais
Vassouras

IV.3 - INDÚSTRIA TIPO – Grupo 4b

Atividades industriais que impliquem na fixação de padrões específicos, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de localização,

de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, tais como:

Construção de Embarcações;

Entreposto de Madeira p/ Exportação;

Geração e Fornecimento de Energia Elétrica;

Indústria Cerâmica;

Indústria de Águas Minerais;

Indústria de Artefatos de Amianto;

Indústria de Artefatos de Cimento;

Indústria de Bobinamento de Transformadores;

Indústria de Compensados e/ou Laminados;

Indústria de Fumo;

Indústria de Implementos Rodoviários;

Indústria de Madeira;

Indústria de Mármore e Granito;

Indústria de Plásticos;

Indústria de Produtos Biotecnológicos;

Indústria Eletromecânica;

Indústria Mecânica;

Indústria Metalúrgica;

Montagem de Veículos;

Peletário;

Produção de Óleos Vegetais;

Produção de Óleos, Gorduras e Ceras Vegetais e Animais;

Reciclagem de Sucatas Metálicas;

Reciclagem de Sucatas não Metálicas;

Refinação de Sal de Cozinha;

Sementação de Aço;

Tanoaria;

Têmpera de Aço;

Torrefação e Moagem de Cereais;

Tratamento e Distribuição de Água;

Usina de Concreto;

Zincagem;

Fabricação de:

Açúcar

Antenas

Aparelho, Peças e Acessórios p/ Agropecuária

Aparelhos e Equipamentos Eletrônicos, Terapêuticos
e Eletroquímicos

Aquecedores, Peças e Acessórios

Arames Metálicos

Argamassa

Armas

Artefatos de Borracha

Artefatos de Concreto

Artefatos de Espuma de Borracha

Artefatos de Fibra de Vidro

Artefatos de Metal

Artefatos de Parafina

Arts de Caldeireiros

Arts de Cutelaria

Arts de Material Plástico e/ou Acrílico

Arts de Tanoaria

Arts Diversos de Fibra

Arts para Refrigeração

Asfalto

Bebidas

Bicicletas

Biscoitos e Bolachas

Bombas e Motores Hidrostáticos

Brinquedos

Caçambas

Café

Cal

Caldeiras, Máquinas, Turbinas e Motores

Marítimos Câmaras de Ar

Canos

Canos Metálicos

Carretas para Veículos

Carroças

Carrocerias para Veículos Automotores

Casas Pré-Fabricadas

Chapas e Placas de Madeira

Cimento

Componentes e Turbinas

Cristais

Doces e confeitos

Elevadores

Equipamentos Contra Incêndio

Equipamentos de Controle Visual / Pedagógico

Equipamentos de Proteção e Segurança do Trabalho

Equipamentos Eletrônicos e/ou Elétricos

Equipamentos Esportivos

Equipamentos Hospitalares

Equipamentos Industriais, Peças e Acessórios

Equipamentos Náuticos

Equipamentos p/ Transmissão Industrial

Equipamentos para Telecomunicação

Equipamentos Pneumáticos

Espelhos

Estruturas de Madeira

Estruturas Metálicas

Fermentos e Leveduras

Ferramentas

Fios e Arames de Metais

Fios Metálicos Gelatinas
Graxas
Impermeabilizantes
Laminados
Laminados de Metais
Laminados Plásticos
Lâmpadas
Licores
Louças
Malte
Manilhas, Canos, Tubos e Conexão de Material Plástico
Máquinas e Aparelhos p/ Produção e Distribuição de
Energia Elétrica
Máquinas e Equipamentos Agrícolas
Máquinas Motrizes não Elétricas
Máquinas p/ Meio-Fio Máquinas,
Peças e Acessórios Massas
Alimentícias
Massas para Vedação
Mate Solúvel
Materiais p/ Recondicionamento de Pneumáticos
Materiais para Estofos
Material Eletroeletrônico
Material Hidráulico
Material p/ Medicina, Cirurgia e Odontologia
Medicamentos
Moldes e Matrizes de Peças e Embalagem Plástica
Tratores, Máquinas, Peças e Acessórios e Aparelhos de Terraplenagem
Motociclos
Motores para Tratores Agrícolas
Oxigênio
Peças de Gesso
Peças e Acessórios para Máquinas Agrícolas
Peças e Acessórios para Motociclos
Peças e Acessórios para Veículos
Peças e Equipamentos Mecânicos
Pisos
Pneumáticos
Produtos Alimentícios
Produtos de Higiene Pessoal
Rações Balanceadas e Alimentos Preparados p/ Animais
Rebolo
Relaminados de Metal e Ligas de Metais não Ferrosos
Resinas de Fibras
Sebos
Secantes
Soldas
Tanques, Reservatórios e outros Recipientes Metálicos
Tecidos
Telhas Cerâmicas
Telas Metálicas
Telhas
Trefilados de Ferro, Aço e de Metais não Ferrosos
Triciclos
Tubos Metálicos
Veículos
Vidros
Vinagre
Vinho
Xarope

IV.4 - INDÚSTRIA TIPO - Grupo 4b

Atividades industriais que impliquem na fixação de padrões específicos, quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, especialmente aqueles que impliquem em potencial contaminação do ambiente, tais como:

Curtume;
Frigorífico;
Desdobramento de Madeira;
Destilação de Álcool;
Fundição de Peças;
Fundição e Purificação de Metais Preciosos;
Indústria de Abrasivos;
Indústria Petroquímica;
Produção de Elementos Químicos e de Produtos Inorgânicos ou Orgânicos; Recuperação de Materiais;
Recuperação de Resíduos Têxteis;
Reciclagem de Plásticos e Metais
Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos
Descontaminação e outros Serviços de Gestão de Resíduos
Fabricação de:
Adubos
Álcool
Alvaiade Água
Sanitária
Anodos
Arts Pirotécnicos
Borracha e Látex Sintéticos
Cartão
Cartolina
Celulose
Ceras para Assoalhos
Cola
Combustíveis e Lubrificantes
Concentrados Aromáticos
Corretivos do Solo
Cosméticos

Desinfetantes

Defensivos Agrícolas

Esmaltes

Espumas de Borracha

Explosivos

Fertilizantes

Fósforos

Formicidas e Inseticidas

Fungicidas

Gás de Hulha e Nafta

Germicidas

Glicerina

Lacas

Massa Plástica

Material Fotográfico

Matéria Primas p/ Inseticidas e Fertilizantes

Munição para Caça e Esporte

Munições

Papel

Papelão

Placas de Baterias

Preparados p/ Limpeza Polimentos

Produtos Agrícolas

Produtos de Perfumaria

Produtos Derivados da Destilação do Carvão de Pedra

Produtos Químicos em Geral

Sabões

Saponáceos

Solventes

Tintas

Vernizes

V - USO AGROPECUÁRIO – Grupo 4b

Atividades de produção de plantas, criação de animais e piscicultura, tais como:

Abate de Animais

Aração e/ou Adubação

Cocheira

Colheita

Criação de Chinchila

Criação de Codorna

Criação de Escargot

Criação de Minhocas

Criação de Peixes

Criação de Rãs

Criação de Répteis

Granja

Pesque e Pague

Produção de Húmus

Serviços de Imunização e Tratamento de Hortifrutigranjeiros

Serviços de Irrigação

Serviços de Lavagem de Cereais

Serviços de Produção de Mudas e Sementes

Viveiro de Animais

VI - USO AGROINDUSTRIAL – Grupo 4b

Atividades de beneficiamento e produção estreitamente relacionados à atividade agropecuária, tais como:

Indústria de Beneficiamento;

Fabricação de Produtos Naturais;

Produtos Alimentícios com Forno a Lenha;

Secagem e Salga de Couro e Peles;

Lavador de Batatas e outros tubérculos;

Processamento de hortaliças e hortifrutigranjeiro

Processamento de mel;

Fabricação de:

Artigos de Couro

Artigos de Pele

Artefatos de Bambu

Artefatos de Junco

Artefatos de Vime

Conservas e embutidos

Móveis de Vime

Palha Traçada

Produtos Alimentícios

Produtos Lácteos (laticínios)

Produtos Naturais

Vassouras de Palha

VII - USO EXTRATIVISTA – Grupo 4b

Atividades de extração mineral e vegetal, tais como:

Extração de Areia

Extração de Argila

Extração de Cal

Extração de Caolim

Extração de Cimento

Extração de Madeira

Extração de Minérios

Extração de Pedras

Extração Vegetal

Olaria

ANEXO III

TABELA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Classificação, definição e relação dos usos do solo para a aplicação da Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo no Município de Nova Monte Verde, conforme definição a seguir:

1. QUANTO À DEFINIÇÃO DOS USOS DO SOLO

1.1 - HABITACIONAL

Edificação destinada à habitação permanente ou transitória.

1.2 - COMUNITÁRIO

Espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social e culto religioso.

1.3 - COMERCIAL E DE SERVIÇO

Atividade caracterizada pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou pelo préstimo de mão de obra e assistência de ordem intelectual ou espiritual.

1.4 - INDUSTRIAL

Atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos.

1.5 - AGROPECUÁRIO

Atividade caracterizada pela exploração dos recursos naturais visando à produção agrícola (semeadura, cultivo e colheita de produtos vegetais), a criação animal e a produção de produtos animais, a produção de madeira e a exploração de espécies florestais.

1.6 - AGROINDUSTRIAL

Atividade caracterizada pelo beneficiamento dos produtos oriundos da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal.

1.7 - EXTRATIVISTA

Atividade caracterizada pela extração mineral e vegetal.

2. QUANTO À ESCALA DAS ATIVIDADES

PORTE	ITEM 1 Enquadramento Fiscal	ITEM 2 Plano de Gerenciamento de Resíduos	ITEM 3 Lote mínimo previsto para a Zona ou Setor
PEGUENO	Microempreendedor Individual - MEI	Simplificado	Até 01 (uma) vez o módulo mínimo
MÉDIO	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Completo	Entre 01 (uma) e 05 (cinco) vezes o módulo mínimo
GRANDE	Empresa de Médio ou Grande Porte	Completo	Acima de 05 (cinco) vezes o módulo mínimo

Critérios de enquadramento:

Enquadramento do porte a partir de 2 (dois) ou mais itens assinalados na mesma linha.

Deverão ser assinalados 03 (três) itens para análise.

Caso haja empate será adotada a classificação de maior porte.

3. QUANTO À NATUREZA DAS ATIVIDADES

3.1. PERIGOSAS

Atividades que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras, exalações e detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam por em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas.

3.2. NOCIVAS

Atividades que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, o solo e/ou os cursos d água.

3.3. INCÔMODAS

Atividades que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego, induções à implantação de atividades urbanisticamente indesejáveis, que venham incomodar a vizinhança e/ou por em risco o zoneamento.

4. QUANTO AO GRAU DE ADEQUAÇÃO À ZONA

4.1. PERMITIDAS

Compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona ou setor correspondente.

4.2. PERMISSÍVEIS

Compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona ou setor dependerá da análise ou regulamentação específica para cada caso.

4.3. PROIBIDAS

Compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona ou setor correspondente.

ANEXO IV

EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

Tipo de Empreendimento	Exigências Mínimas
Habitações unifamiliares e uso residencial não especificado abaixo. Habitações multifamiliares Habitações de interesse social Apart-hotéis	01 vaga para cada unidade 01 vaga para 90 m² de unidade ou fração. 01 vaga para cada 03 unidades para HIS 01 vaga para cada apartamento
Galerias comerciais (mín. de 04 e máx. de 10 unidades comerciais agrupadas; sendo que o conjunto deverá ter no mín. área de 160 m² e máx. de 1.200 m²)	01 vaga cada 40 m² ou fração
Shopping centers: acima de 10 unidades comerciais agrupadas com área total superior a 1.200 m2	01 vaga cada 35 m² ou fração
Supermercados (cálculo sobre área de vendas) Áreas: até 500 m² de 501 a 1.500 m² Acima de 1.500 m²	01 vaga cada 35m² ou fração 01 vaga cada 20m² ou fração 01 vaga cada 12,5m² ou fração
Lojas de departamentos (cálculo sobre área útil, exceto área de depósito). Áreas: até 400 m² acima de 400m²	01 vaga cada 45m² ou fração 01 vaga cada 35m² ou fração
Entrepostos e depósitos atacadistas	01 vaga cada 200m² ou fração
Locais de Culto: Áreas: até 150m² de 151 a 500m² Acima de 500m²	01 vaga cada 50 m² ou fração 01 vaga cada 30 m² ou fração 01 vaga cada 10 m² ou fração
Cinemas, Teatros e congêneres (cálculo sobre a área da plateia)	01 vaga cada 8m² ou fração
Edificações para escritórios ou consultórios (cálculo sobre a metragem quadrada das salas)	01 vaga cada 60m² ou fração
Clínicas, laboratórios de análises e postos de saúde.	01 vaga cada 35m² ou fração
Hospitais (cálculo sobre o número de leitos) Leitos: até 50 unidades de 51 a 200 unidades acima de 200 unidades	01 vaga cada leito 1,5 vaga cada leito 02 vaga cada leito
Prontos-socorros (atendimentos de urgência e ambulatorial)	01 vaga cada 35 m² ou fração
Instituições privadas/públicas de ensino de 1° ou 2° grau	01 vaga cada 35m² ou fração
Instituições privadas / públicas de ensino de 3° grau: Setores Administrativos Salas de Aula (incluindo laboratórios) - área útil por sala	01 vaga cada 40m² ou fração 01 vaga cada 2m² ou fração
Escolas profissionalizantes, de ginástica, dança e congêneres	01 vaga cada 35m² ou fração
Restaurantes, choperias, casas noturnas	01 vaga cada 15m² ou fração
Agências de bancos	01 vaga cada 50m² ou fração
Oficinas de conserto de carros	01 vaga cada 50m² ou fração
Hotéis (Cálculo sobre a área dos apartamentos. No caso de usos específicos abertos ao público, o cálculo deve ser feito em separado, conforme demais classificações desta tabela).	01 vaga cada 3 apart. (para área do apart. até 50m²)

	01 vaga cada 1 apart. (para área do apart. superior a 50m²)
Centros ou salas de convenções	**01 vaga cada 40m²**
Farmácias e drogarias	**01 vaga cada 50m² ou fração**
Órgãos ou Instituições Públicas	**01 vaga cada 40m² ou fração**
Clubes e Serviços Esportivos (excetuando área de ginásio de esportes)	**01 vaga cada 12,5m² ou fração**
Ginásios, Complexo de Quadras Poliesportivas e Estádios de Futebol.	**01 vaga cada 8 assentos nas arquibancadas.**
Motéis	**01 vaga cada apartamento**

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde - MT, em 03 de Dezembro de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI Nº450 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI Nº450 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

(Projeto de Lei nº 011 de 05 de Outubro de 2015 – Do Executivo).

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016, e dá outras providencias".

A Sra. Railda de Fátima Alves, Prefeita Municipal de Nova Nazaré – Estado do Mato Grosso, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal Aprovou, e ela sanciona a seguinte Lei:

L

E

I

Artigo 1º - O Orçamento do município de Nova Nazaré – Estado do Mato Grosso, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades da administração municipal;

III – a Estrutura dos Orçamentos;

IV – as diretrizes para elaboração do Orçamento do Município;

V – as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI – as disposições sobre as despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;

VIII – as disposições Gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Artigo 2º - Em cumprimento ao estabelecido Artigo 4º da Lei complementar nº. 101, de 4 de maio de 2001, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida pública para o exercício de 2016, estão identificados nos demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº. 587, de 29 de agosto de 2005 – STN.

Artigo 3º - A Lei Orçamentária anual abrangerá as entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Artigo 4º - Os anexos de metas fiscais referidos no artigo 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I – Metas Anuais

Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais atuais comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio líquido;

Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

Demonstrativo VI – Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita; e

Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo Único – Os demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada unidade gestora e a sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

METAS ANUAIS

Artigo 5º - Em cumprimento ao § 1º, do Artigo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas anuais, será elaborado em valores correntes e constantes, relativos à receitas, despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2012, 2013, 2014 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultante da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela portaria nº. 587/2005 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCICIO ANTERIOR

Artigo 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 5º Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº. 587/2005 – STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2015.

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe aqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2008.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCICIOS ANTERIORES

Artigo 7º - De acordo com o § 2º, do Artigo 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais atuais comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, de receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2015.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsidio às analises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Artigo 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio liquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada ente do município e sua consolidação.

Parágrafo Único – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Artigo 9º - O § 2º, inciso III, do Artigo 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por Lei aos regimes de Previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATURIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Artigo 10 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a" do Artigo 4º, da LRF, o anexo de metas fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio das servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI – Receitas e despesas previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da portaria nº. 587/2005 – STN, estabelece um comparativo de receitas e despesas previdenciárias, terminando por apurar o resultado previdenciário e a disponibilidade financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Artigo 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Artigo 4º, da LRF, o anexo de metas fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renuncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsidio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Artigo 12 - O Artigo 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Artigo 13 - O § 2º, inciso II, do Artigo 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único – De conformidade com a Portaria nº. 587/2005 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2012, 2013 e 2014.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Artigo 14 - A finalidade do Conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos Orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através da portaria expedida pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Artigo 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida consolidada, da qual deverá ser reduzido o ativo disponível, mais haveres financeiros menos restos a pagar processados, que resultará na dívida consolidada líquida, que somada às receitas de privatizações e deduzidos os passivos reconhecidos, resultará na dívida fiscal líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Artigo 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza a base de dados de balanços e balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2012 e 2014.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL

Artigo 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Artigo 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresa Pública e outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Artigo 19 - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades gestoras, especificando aqueles vínculos a fundos, autarquias e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividades ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão estar anexadas os anexos exigidos nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Artigo 20 - A mensagem de encaminhamento da proposta Orçamentária de que trata o Artigo 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá:

I – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (princípio da transferência, artigo 48 da LRF);

II - Quadro demonstrativo da evolução das receitas correntes liquida despesas com pessoal e seu comprometimento, de 2011 a 2013 (artigo 20, 71 e 48 da LRF);

III – Quadro demonstrativo das despesas com serviços de terceiros e seu porcentual de comprometimento das receitas correntes liquidas de 2012 a 2014 (artigo72 da LRF).

IV – Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);

V – Demonstrativo dos recursos vinculados e ações públicas de saúde (artigo 77 dos ADCT);

VI – Demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da proposta do Legislativo – (Principio da transparência, artigo 48 LRF);

VII - Quadro demonstrativo do saldo da divida fundada, com identificação dos credores no encerramento do ultimo semestre (Principio da transparência, artigo 48 da LRF).

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 21 - O Orçamento para o exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras (artigos 1º, § 1º 4º I, “a” e 48 LRF).

Artigo 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos e a alteração da legislação tributária incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (Artigo 12, § 3º da LRF).

Artigo 23 - Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (artigo 9º da LRF):

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação do empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Artigo 24 - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente liquidam, programadas para 2014, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2016 (artigo 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em anexo desta Lei.

Artigo 25 - Constitui riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (artigo 4º, § 2º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará o Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Artigo 26 - O Orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a reserva de contingência, não inferiores a 1% das receitas correntes liquidas previstas e 20% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de créditos adicionais suplementares. (artigo 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, artigo 5º e Portaria STN nº. 163/2001, artigo 8º (artigo 5º, III, “b” da LRF).

§ 2º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretize até o dia 1º de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (artigo 5º, § 5º da LRF).

Artigo 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as unidades gestoras, se for o caso (artigo 8º da LRF).

Artigo 29 - Os Projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo da caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (artigo 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Artigo 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2016, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (artigo 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF).

Artigo 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei especifica (artigo 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (artigo 70º, parágrafo único da Constituição Federal).

Artigo 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tra-

ta o artigo 16º, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/1993, devidamente atualizado (artigo 16, § 3º da LRF).

Artigo 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (artigo 45 da LRF).

Artigo 34 - Despesa de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (artigo 62 da LRF).

Artigo 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Artigo 36 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, atividades ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo (artigo 167, VI da Constituição Federal).

Artigo 37 – Durante a execução orçamentária de 2016, o Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de credito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 (artigo 167, I da Constituição Federal).

Artigo 38 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no artigo 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (artigo 4º, "e" da LRF).

Artigo 39 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2013 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimentos das metas físicas estabelecidas (artigo 4º, I, "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 40 – A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observando o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Artigo 41 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei especifica (artigo 32, parágrafo único da LRF).

Artigo 42 – Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Artigo 43 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante a Lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de Lei, observados os limites e as regras da LRF (artigo 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2016.

Artigo 44 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2013, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Liquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de 10%, obedecido o limite prudencial de 51, 30% e 5,70% da Receita Corrente Liquida, respectivamente (artigo 71 da LRF).

Artigo 45 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da LRF (artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Artigo 46 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassemos limites estabelecidos na LRF (artigo 19 e 20 da LRF).

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Artigo 47 – Para efeito desta Lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Pública Municipal, desde que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contrato ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Artigo 48 – O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributaria com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (artigo 14 da LRF).

Artigo 49 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscrito em divida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renuncia de receita (artigo 14, § 3º da LRF).

Artigo 50 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (artigo 31, § 3º, da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 51 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o inicio do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Artigo 52 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência da tesouraria.

Artigo 53 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 54 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Artigo 55 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, aos 17 dias do mês de Novembro de 2015.

Railda de Fátima Alves Carvalho

Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 053/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2015 / PMNO

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA J A C DE LIMA-ME, CADASTRADO NO CNPJ 02.172.093/0001-67

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS FUNERARIOS DESTINADOS A PESSOAS CARENTES PARA O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

VALOR: R$ 487.447,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS)

VIGENCIA 08/12/2015 A 08/12/2016

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2015.

Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 138/2014, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas **à AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS DEPARTAMETNOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.**Cumprindo o encargo que nos foi confiado adjudicamos vencedoras dos itens a empresas com seus respectivos valores totais: **ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA - ME** R$ 52.215,70 (cinquenta e dois mil duzentos e quinze reais e setenta centavos); a empresa: **VERONESE & ROCHA LTDA - ME** R$ 50.007,07 (cinquenta mil sete reais e sete centavos); a empresa: **NASCIMENTO BRITO E CIA LTDA – ME** R$ 252.059,14 (duzentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e nove reais e quatorze centavos); a empresa: **F. R. DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA ME** R$ 48.061,42 (quarenta e oito mil, sessenta e um reais e quarenta e dois centavos); a empresa: **RICARDO C. COSTA EIRELI - ME** R$ 184.519,58 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos); a empresa: **JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS-COMERCIO ME** R$ 694.292,70 (seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos) e atender os requisitos do processo licitatório.

Nova Olímpia, 08 de dezembro de dois mil e quinze.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 393/2015.

De 12 de Novembro de 2015.

"***Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2016 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012-STN, prorrogada e alterada pela Portaria n.º 537, de 18 de setembro de 2013-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 637, de 18 de outubro de 2012-STN, prorrogada e alterada pela Portaria n.º 537, de 18 de setembro de 2013-STN, e Portaria Conjunta n. º 001/2014 de 10/12/2014, parte da 6ª Edição do Manual de Elaboração válida para o exercício financeiro a partir de 2016.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º **-** Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2016 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 637/2012 da STN, prorrogada e alterada pela Portaria n.º 537, de 18 de setembro de 2013-STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou

não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO

REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 637/2012- STN, prorrogada e alterada pela Portaria n.º 537, de 18 de setembro de 2013-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE

CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 637/2012-STN, prorrogada e alterada pela Portaria n.º 537, de 18 de setembro de 2013-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2016, 2017 e 2018.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida

Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2016, 2017 e 2018.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999, 163/2001 e Portaria Conjunta n.º 02/2014 de 10/12/2014 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2016, poderão ser expandidas em até 6%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Cará-

ter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2015 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2016 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2016, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF) e Lei Municipal n.º 381/2015 de 19 de Março de 2015.

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta n.º 002/2014 de 10/12/2014.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2016, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2016, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo e o Legislativo Municipal adotarão as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Mundo - MT, 12 de Novembro de 2015.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

Nos termos do Contrato nº. 124/2015, de 24/11/2015, firmado entre o Município de **NOVO SÃO JOAQUIM**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e a empresa **A. PANUCCI E FILHOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.851.101/0001-88, para EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CURRAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E LEILÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO, fica a **CONTRATADA AUTORIZADA** a executar os serviços caracterizados abaixo: **Serviço:** CURRAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E LEILÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM. **Local:** MT-110, KM 01, CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM. **Valor Global:** R$ **240.319,14 (duzentos e quarenta mil trezentos e dezenove reais e quatorze centavos)**, conforme planilha de preços em anexo. **Prazo de Execução:** 60 (sessenta) dias. Novo São Joaquim - MT, 08 de Dezembro de 2.015.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

HIGGOR PINHO E SILVA - CREA MG175819/LP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1283/2015

LEI Nº 1283 /2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS

SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE

ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, Srº. VILSON PIRES, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I – Suplementação de :

Fonte.: 0.1.14.00000 – Transferência de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS. Manut. E Encargos c/ o Centro de Saúde PSF. 05.001.10.301.0004.2015.3190.11.00.00. (237).....	R$ 500.000,00
02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS. Manutenção Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS. 05.001.10.301.0004.2017.3190.11.00.00. (254).....	R$ 40.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS. Manut. das Vig. Epidemiologia e Controle de Doenças - TFVS. 05.001.10.305.0007.2024.3190.11.00.00. (335).....	R$ 30.000,00
	Total da Fonte..0.1.14.0000 Recursos dos SUS	**R$ 570.000,00**

Parágrafo II – Suplementação de.:

Fonte.: 0.1.18.00000 – Transferência de recursos do FUNDEB.

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Manutenção e Encargos com o FUNDEB 60% . 06.002.12.361.0009.2032.3190.04.00.00. (405)..... 06.002.12.361.0009.2032.3190.11.00.00. (406).....	R$ 180.000,00 R$ 250.000,00
02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Manutenção e Encargos com Educação Infantil FUNDEB 60% . 06.002.12.365.0010.2036.3190.04.00.00. (454)..... 06.002.12.365.0010.2036.3190.11.00.00. (455)..... 06.002.12.365.0010.2036.3190.13.00.00. (456).....	R$ 120.000,00 R$ 110.000,00 R$ 90.000,00
	Total da Fonte..0.1.18.0000 Recursos do FUNDEB	**R$ 750.000,00**

Total das Suplementações.....R$ 1.320.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação no presente exercício financeiro,Conforme Artigo 43, § 3º, da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.14.00000 – Transf. do Sistema Único de Saúde - SUS.....R$ 570.000,00

Parágrafo II – Excesso de :

Fonte.:0.1.18.00000 – Transferência de recursos do FUNDEB.....R$ 750.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 1.320.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 08 de dezembro 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORT CONV 2312015

PORTARIA Nº 231/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr. Vilson Pires**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público n° 001/2015, pelo Decreto n° 1147/2015 de 21 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, em 24 de agosto de 2015 e;

Considerando a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

RESOLVE:

Art. 1°: Ficam **CONVOCADOS**, os candidatos aprovados no Concurso Público n° 001/2015, citados e relacionados no **Anexo I**, a comparecerem no Departamento Pessoal do Município de Paranatinga-MT, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta Portaria, munidos da documentação relacionada no **Anexo II**, para posse.

Parágrafo Único: Não serão admitidos os exames médicos exigidos no **Anexo III**, que tenham sido realizados há mais de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 2º: Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega de toda a documentação, no prazo estabelecido por nesta Portaria, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo para o qual foi aprovado no Concurso Público nº 001/2015.

Art. 3º: Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício imediatamente na data da posse.

Art. 4º: Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º: Os candidatos convocados poderão dirimir suas dúvidas, junto ao Departamento pessoal, situado na Avenida Brasil, nº 1900, Centro, na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, ou pelos telefones (66) 3573-1329 e (66) 3573-1756.

Art. 6º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

Prefeito Municipal

ANEXO I

I – Candidatos Convocados:

Cargo: AAE I – Agente de Serviços Gerais - Município

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	01027	EDIVANIA DONATA DE OLIVEIRA
02	Aprovado	01159	RAQUEL ROCHA MELO DE SOUZA

Cargo: AAE I – Agente de Serviços Gerais – Área Indígena Xavante

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	01019	ROMARIO RSIROBOWE

Cargo: AAE I – Agente de Serviços Gerais – Área Indígena Bacairi

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	00252	VALMIR MUREA RONDON

Cargo: AAE I – Merendeira - Município

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	01244	MARLENE GONÇALVES DA SILVA SANTOS

Cargo: AAE I – Agente de Serviços Gerais – Área Indígena Bacairi

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	00091	ANGELA MARIA DA COSTA

Cargo: Professor B – Pedagogia - Município

Class:	Situação:	Inscrição:	Nome do Candidato:
01	Aprovado	00951	SIDONIA HARDT
02	Aprovado	01764	ROBSON RUY OLIVEIRA BARBOZA
03	Aprovado	00044	JÂNIA GOULART DA SILVA
04	Aprovado	01337	DEUSA FRANCISCA DA SILVA
05	Aprovado	01357	JOANA MOREIRA FARIA
06	Aprovado	01386	ADRIELE DALLETEZZE
07	Aprovado	00626	MARIA ROSA VILELA
08	Aprovado	00936	CRISTINA IZABEL HAGMUSSI ANGELIM
09	Aprovado	00409	ELIARA PRISCILA ANDRADE DA MATA
10	Aprovado	00850	ODERLÉIA APARECIDA GOMES
11	Aprovado	01434	ARLINDO DE ALMEIDA SILVA

ANEXO II

I – Os candidatos aprovados deveram apresentar documentação fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3 – Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (Arts. 12 e 37, I da CF/88);

4 - Título de Eleitor;

5 – Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral ou pela Internet http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);

6 – Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

7 – Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

8 – Comprovante de endereço atualizado;

9 – Carteira de Trabalho;

10 – Carteira Nacional de Habilitação – CNH (exigidos para os cargos de motorista);

11 – Declarações de bens (se não possuir, emitir certidão de que não possui bens);

12 – Certidão de Nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e ser de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento\);

13 – Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

14 – Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o histórico);

15 – Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

16 – Certidão negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Paranatinga-MT);

17 – Declaração junto ao INSS – Extrato Previdenciário (qualquer agência do INSS);

18 – Certidão negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

19 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal;

20 – Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo que exercerá sua função;

21 – Exames médicos pré-admissionais e atestado admissional;

22 – 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

23 – Número de Conta Corrente ou Conta Salário – Banco do Brasil.

ANEXO III

Item I – Exames pré-admissionais:

1 – Hemograma completo em jejum, plaquetas, velocidade de hemossedimentação (VHS), creatinina;

2 – Glicemia em jejum;

3 – Reação sorológica para lues (VDRL);

4 – Gama G.T. (gama glutamil transferase);

5 – Perfil lipídico (colesterol L.D.L., colesterol H.D.L. e triglicerídeos);

6 – Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação de médico cardiologista;

7 – RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;

8 – E.A.S. (exame de urina tipo I);

9 – Laudo de sanidade mental focado para o exercício da função pública emitido por médico psiquiatra (com indicação do Conselho Federal de Medicina – C.F.M.) contendo: I – qualificação; II – exame e III – conclusão;

10 – Teste Palográfico (avaliação psicológica);

11 – Eletroencefalograma (E.E.G.) com avaliação de médico neurologista (para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

12 – Colpocitologia oncótica (para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

13 – P.S.A. – antígeno Prostático (específico para homens com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

14 – Tempo de tromboplastia total e parcial ativada (TTPA);

15 – Toxicológico.

Item II – ao cargo de Professores:

1- Exames do Item I;

2- Laringoscopia de cordas vocais com avaliação de médico otorrinolaringologista;

3- Audiometria tonal (com avaliação do fonoaudiólogo e se houver perda auditiva avaliação do médico otorrinolaringologista);

4- Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

Item III – ao cargo de Merendeira, Cozinheira e funções ligadas a alimentos:

1 – Exames do Item I;

2 – Parasitológico de feses;

3 – Bacteriológico de secreção nasofaringea;

4 – Pesquisa de BK no escarro;

5 – Avaliação de médico dermatologista (quanto a saúde da pele);

6 – Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

Resultado de Laudo Médico Pericial: Munido de todos os documentos e exames médicos os candidatos se apresenta na prefeitura para agenda-

mento da perícia médica que será emitido por médico credenciado junto à Prefeitura Municipal.

Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) será expedido de acordo com exigências da Administração Municipal, mediante todos os exames, a serem entregues no Departamento de Recursos Humanos.

Os exames médicos admissionais solicitados, serão de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Paranatinga se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1287/2015

LEI Nº 1287/2015

"Altera denominação de logradouro público municipal Loteamento Colina Verde".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº. VILSON PIRES**, faz saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica alterado a denominação do Loteamento Colina Verde no Bairro Teles Pires, as quais passaram a ter as seguintes denominações:

Avenida: Av: das Violetas

Rua 1- Rua Barú

Rua 2- Rua Mangaba

Rua 3- Rua Rosa Morena

Rua 4- Rua Jaborandi

Rua 5- Rua Pequi

Rua 6- Rua Alecrim do Campo

Rua 7- Rua dos Cajás

Rua 8- Rua Samambaia

Rua 9- Rua Pingo de Ouro

Rua 10- Rua Guarantã

Rua A - Rua Andiroba

Rua B - Rua dos Ingás

Rua C - Rua Juazeiro

Rua D - Rua Jabuticaba

Rua E - Rua das Romãs

Rua F - Rua Flor de Pérola

Rua G - Rua Flor do Cerrado

Art. 2º- O Poder Executivo Municipal, fará consignar nos Orçamentos anuais, dotações suficientes para a cobertura das despesas decorrentes desta Lei.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1282/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1282/2015

Altera a Lei 98/2004, para o Reenquadramento da Planta Genérica de Valores do Município de Paranatinga, assim como o enquadramento dos imóveis prediais e territoriais.

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **Srº. VILSON PIRES**, faço saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e promulgou, e eu *SANCIONO* a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei readéqua a Planta Genérica de valores venais dos imóveis do Município de Paranatinga, criando as zonas de ocupação, define os critérios para os tipos de moradia, mediante critérios técnicos e objetivos.

Art. 2º - Ficam instituídas alíquotas para cobrança de IPTU, conforme dispõe o Código Tributário do Município de Paranatinga, da seguinte forma: I – quando à imóvel edificado a) padrão ou tipo de construção b) área construída c) valor unitário do metro quadrado d) serviços públicos ou de utilidade publica existentes nas imediações e) valores aferidos no mercado imobiliário II – quando o imóvel não edificado a) área, dimensões, localização e outras características b) área destinada à construção c) zoneamento d) destinação ou natureza de utilização.

Art. 3º - O valor do imóvel urbano predial por metro quadrado fica avaliado pelo valor de m² (metros quadrados) de construção, de acordo com as seguintes especificações abaixo:

ZONA VERDE – CENTRO, extensões da AV. MATO GROSSO, BANDEIRANTES, BRASIL E XV DE NOVEMBRO, independente dos bairros.

Valor do imóvel área construída – alvenaria

Classe (a) - Fino R$ 241,50;

Classe (b) - Médio R$ 220,50;

Classe (c) - Popular R$ 199,50.

Valor do imóvel área construída - Madeira

Classe (a) – Médio R$ 157,50;

Classe (b) – Popular R$ 136,50.

ZONA AZUL – Bairros Vista Alegre, Panorama, Novo Horizonte, União, Jardim Primavera I e II, Vila Nova, Jardim Ypê Florido e Recanto das Acácias.

Valor do imóvel área construída – alvenaria.

Classe (a) - Fino R$ 210,00;

Classe (b) - Médio R$ 189,00;

Classe (c) - Popular R$ 168,00.

Valor do imóvel área construída – Madeira

Classe (a) – Médio R$ 136,50;

Classe (b) – Popular R$ 105,00.

ZONA AMARELA – Demais Bairros.

Valor do imóvel área construída – alvenaria

Classe (a) – Fino R$ 157,50;

Classe (b) – Médio R$ 126,00;

Classe (c) – Popular R$ 105,00.

Valor do imóvel área construída - Madeira

Classe (a) – Médio R$ 94,50;

Classe (b) – Popular R$ 73,50.

Art. 4º - O valor do imóvel urbano territorial por metro quadrado fica instituído por zoneamento, conforme distinguido na Planta Genérica de Valores, de acordo com as seguintes especificações abaixo: Zonas:

I - Verde R$ 42,00;

II -Azul R$ 21,00;

III-Amarelo R$ 10,50.

Art. 5º - As alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de imóveis não edificados, será calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis respectivos, da alíquota de 2%, (dois por cento) para terreno sem construção; b) 1 % (um por cento) para terreno com construção.

Parágrafo único – Para fins de enquadramento às disposições da alínea "b" deste artigo considera-se terreno com construção aquele que possuir, pelo menos, muro e calçamento.

Art. 6º. O imposto previsto nesta lei poderá ser pago em parcela única com desconto ou dividido em 06 (Seis) parcelas, com o seguinte vencimento:

1° Parcela: Cota Única 20% de desconto – mês: 15/06

2° Parcela: 001 de 006 – mês 15/07

3° Parcela: 002 de 006 – mês 15/08

4° Parcela: 003 de 006 – mês 15/09

5° Parcela: 004 de 006 – mês 15/10

6° Parcela: 005 de 006 – mês 15/11

7° Parcela: 006 de 006 – mês 15/12

Parágrafo único - O não pagamento na data do vencimento acarretará correção monetária mais multa de 2% (dois por cento e juros de mora de 1% um por cento) ao mês.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto sobre o valor devido do IPTU não quitado nos exercícios anteriores, da seguinte forma:

I- 20% relativo ao IPTU lançado e não arrecadado dos exercícios de 2011 e 2012;

II- 15% relativo ao IPTU lançado e não arrecadado do exercício de 2013 e 2014;

III-10% relativo ao IPTU lançado e não arrecadado do exercício de 2015.

Art. 8º - Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo Municipal, aprimorando o sistema tributário municipal em relação ao lançamento, a efetiva cobrança e a arrecadação do IPTU, com vistas à consecução de seus objetivos.

Art. 9º - O Prefeito Municipal fica autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, tributárias, fiscais e contábeis, para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 10º - Esta Lei depois de aprovada pelo Poder Legislativo Municipal será sancionada e publicada na forma legal, e somente entrará em vigor a partir de 01 de janeiro do ano/exercício de 2016.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de Janeiro de 2016, revogando em especial a LEI COMPLEMENTAR Nº 959 de 18 de dezembro de 2012.

Paranatinga-MT; 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TIPOS, PADRÕES E VALORES DAS CONSTRUÇÕES

TIPO 1 - RESIDENCIAL HORIZONTAL DE ALVENARIA

Residências Térreas e Assobradadas, com ou sem Subsolo

Padrão Alto:

Prédios com um ou dois pavimentos; estrutura de concreto e alvenaria; projeto arquitetônico e funcional com jardins decorativos; mais de um banheiro social; dependências para um empregado; garagem para no mínimo dois carros; vãos grandes preenchidos com caixilhos de ferro ou alumínio; acabamento fino e esmerado.

Padrão Médio:

Prédios com um ou mais pavimentos; estrutura de concreto e alvenaria; dependências para um empregado; garagem; venezianas e vitrôs de boa qualidade; acabamento médio.

Padrão Baixo:

Prédios com um ou dois pavimentos; estrutura de alvenaria; área geralmente inferior a 100 m²; um único banheiro; sem dependências para empregado; sem garagem; venezianas e vitrôs; acabamento econômico e simples.

TIPO 2 - RESIDENCIAL HORIZONTAL E VERTICAL DE MADEIRA

Residências Térreas e Assobradadas, com ou sem Subsolo

Padrão Alto:

Prédios com um ou dois pavimentos; estrutura de madeira; projeto arquitetônico e funcional com jardins decorativos; mais de um banheiro social; dependências para pelo menos um empregado; garagem para no mínimo dois carros; vãos grandes preenchidos com caixilhos especiais de ferro ou alumínio; acabamento fino e esmerado.

Padrão Médio:

Prédios com um pavimento; estrutura de madeira; dependências para um empregado; garagem; venezianas e vitrôs de boa qualidade; acabamento médio.

Padrão Baixo:

Prédios com um pavimento; estrutura de madeira; área geralmente inferior a 100 m²; um único banheiro; sem dependências para empregado; sem garagem; venezianas e vitrôs comuns; acabamento econômico e simples.

Paranatinga-MT; 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1286/2015

LEI N 1286/2015

"Dispõe sobre a isenção no âmbito municipal as taxas de inscrição nas competições esportivas realizadas pela Secretaria Municipal de Esportes".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº. VILSON PIRES**, faz saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Torna-se isento do pagamento de taxas de inscrição as equipes que participarem das competições esportivas realizadas pela Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º- O Poder Executivo Municipal, fará consignar nos Orçamentos anuais, dotações suficientes para a cobertura das despesas decorrentes desta Lei.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal-MT; 08 de dezembro de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
RESCISÃO NOVEMBRO- 2015

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição

AVELINO TSEREWADE	APOIO ADM. EDUCACIONAL I	05/11/2015	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
AYDAN QUEIROZ DE OLIVEIRA	AGENTE DE INSPEÇÃO SANITARIA III	01/11/2015	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
PATRICIA VITALINA DOS SANTOS	TECNICO ADM. EDUCACIONAL II	04/11/2015	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado.

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATO NOVEMBRO/2015

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
279/2015	CLEUBI FERREIRA MARTINS	18/11/2015 a 31/12/2015	AGENTE DE INSPEÇÃO SANITARIA III	R$ 1.244,06

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1285/2015

LEI Nº 1285/2015.

"Dispõe sobre doação de terreno para o Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante **e dá outras providencias".**

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **VILSON PIRES**, faz saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e promulgou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.394.544/0050-63, com sede Rua Pires de Campos nº 681, Bairro: Centro, na cidade de Barra do Garças/MT, o terreno de propriedade do Município de Paranatinga/MT, denominado lote de nº 03 e 04 da Quadra de nº 05, do Loteamento Primavera II, totalizando uma área de terras com 720,00m² (setecentos e vinte metros quadrados) situado no Bairro: Vila Nova, no município de Paranatinga/MT, sob as Matrículas de nº 4.132, livro nº 2-U, Ficha: 01, datado do dia 02/08/2007 e a Matricula de nº 4.133, Livro nº 2-U, Ficha: 01, datado do dia 02/08/2007, todos registrados no 1º Serviço de Registro de Imóveis de Paranatinga-MT, conforme matrícula em anexo.

Art. 2º - Os terrenos acima se destinam a construção da CASAI - Casa de Apoio à Saúde Indígena (Etnia Xavante).

Art. 3º - A construção declinada no artigo anterior deverá ser iniciada no prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da publicação desta lei, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio publico municipal e reintegração da posse imediata, independente de notificação ou providências judiciais, ressalvado os casos devidamente justificáveis.

Parágrafo 1º - O prazo para a conclusão total da obra será de 02(dois) anos, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio publico municipal e reintegração da posse imediata, independente de notificação ou providências judiciais, ressalvado os casos devidamente justificáveis.

Parágrafo 2° - A Escritura de doação ficará condicionada a efetiva construção da CASAI - Casa de Apoio à Saúde Indígena (Etnia Xavante), sob pena de revogabilidade, sem qualquer direito de indenização ou retenção por parte do donatário.

Art. 4º - Todas as despesas relacionadas com a transferência do imóvel correrão por conta do respectivo donatário Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante.

Art. 5º - O Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante construirá nestes 02(dois) lotes doados pelo Município de Paranatinga-MT, a CASAI - Casa de Apoio à Saúde Indígena (Etnia Xavante).

Art. 6º - O Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante são os responsáveis pela elaboração do projeto, execução da obra, manutenção e bem como a conservação.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga MT, 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1284/2015

LEI Nº 1284/2015.

"Dispõe sobre doação de terreno para a IGREJA PENTECOSTAL CIDADE SANTA NOVA JERUSALÉM DE DEUS e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga, *VILSON PIRES*, faz saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e promulgou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a **IGREJA PENTECOSTAL CIDADE SANTA NOVA JERUSALEM DE DEUS**, inscrita no CNPJ sob nº 08.110.133/0001-22, com sede Administrativa na Avenida D, s/nº, Bairro: Parque Residencial Universitário, na cidade de Rondonópolis/MT, o terreno de propriedade do Município de Paranatinga/MT, denominado lote de nº 04/A da Quadra de nº 04, do Loteamento Primavera II, com uma área de terras com 264,43m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados e quarenta e três decímetros quadrados) situado no Bairro Vila Nova, no município de Paranatinga/MT, a desmembrar do Lote de nº 04 da Quadra de nº 04, Matricula de nº 4.128, com uma área 489,24m² (quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados e vinte e quatro decímetros quadrados), conforme matrícula em anexo.

Art. 2º- O terreno acima se destina a construção de uma Igreja.

Art. 3º- A construção declinada no artigo anterior deverá ser iniciada no prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da publicação desta lei, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio publico municipal e reintegração da posse imediata, independente de notificação ou providências judiciais, ressalvado os casos devidamente justificáveis.

Parágrafo 1°- O prazo acima poderá ser prorrogado mediante autorização legislativa.

Parágrafo 2°- A Escritura de doação ficará condicionada a efetiva construção e funcionamento da Igreja, sob pena de revogabilidade, sem qualquer direito de indenização ou retenção por parte do donatário.

Art. 4º - Todas as despesas relacionadas com a transferência do imóvel correrão por conta da respectiva Igreja.

Art. 5°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Paranatinga MT, 08 de dezembro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

ATA DE ABERTURA LICITAÇÃO 019/2015

ATA DE ABERTURA LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 019/2015.

Às quatorze horas do dia sete de Dezembro do ano de dois mil e quinze, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de

Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 164/2015, de 05 de maio de 2015. O objetivo da referida reunião é proceder ao recebimento dos envelopes relativos ao convite em epígrafe, que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DO VEÍCULO, ORIGINAIS DE FÁBRICA OU NÃO GENUÍNAS, Á FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT.** O resumo do Edital de Convite nº 019/2015-CC fora publicado no dia 30 de Novembro de 2015 no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Foram convidadas as seguintes empresas: **1º - MARCELO ORLATO - ME CNPJ: 01.946.746/0001-55; 2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 22.104.298/0001-12; 3º- J. L. LEMPKE & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 09.556.730/0001-48.** Enviaram os envelopes: **1º - MARCELO ORLATO - ME CNPJ: 01.946.746/0001-55;** Compareceram as empresas: **2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 22.104.298/0001-12;** representada pelo Sr**.** Miguel Pinto de Magalhães, portador do RG de Nº 1155715-0 SSP/MT; a empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME**, **inscrita no CNPJ: 15.593.959/0001-55** representada pelo Sr**.** Anderson Ricardo Hatshbach, portador do RG de Nº 1850461-2 SEJUSP/M**;** e **05º**- **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA**, **inscrita no CNPJ: 09.619.626/0001-55** representada pelo Sr**. Edmilso**n Antônio do Nascimento, portador do RG de Nº 57796766 SSP/PR**.** Em seguida os membros da comissão recolheram os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" na data e horário pré-estabelecidos. Após constatada a integridade dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" repassou-os aos presentes para que procedessem a rubrica dos mesmos. Após isso foi dado inicio a fase de habilitação, onde se autorizou a abertura dos envelopes de "DOCUMENTAÇÃO". A Empresa **1º - MARCELO ORLATO – ME** deixou de apresentar o**s itens 6.1.2 (**Registro comercial, no caso de empresa individual)**, 5. 1.3 (**Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado**) e 5.3.9 (**Certidão Negativa expedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), (original ou cópia autenticada) do presente edital ficando **INABILITADA** para próxima fase do certame. Em seguida a Empresa **2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME,** que apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitado** para a próxima fase do certame. Empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME,** que apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitado** para a próxima fase do certame. Epor ultimo a empresa **05º**- **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA** que apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitada** para a próxima fase do certame. A empresa **2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 22.104.298/0001-12** manifesta interesse em impetrar recurso sobre a falta de carimbo CNPJ no **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** na documentação da empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME**, **inscrita no CNPJ: 15.593.959/0001-55,** o representante da empresa **2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME** o Sr. Miguel Pinto de Magalhães pede para constar em ATA que acompanhará os orçamentos fornecidos pelas empresas vencedoras do certame. A presidente de Licitação informou que a prefeitura já dispõe de fiscais de contrato nomeados por portarias que já fazem esse acompanhamento, e instruiu que ele faça esse acompanhamento como cidadão comum com as ferramentas que são disponibilizadas para tal fim. Encerrada a fase de habilitação, inicia-se a fase de julgamento da proposta, onde aberto o envelope de Proposta de Menor Percentual por Lote de desconto, que lido em voz alta, evidenciou o seguinte **2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 22.104.298/0001-12** com a oferta de 12% (doze)por cento em **TODOS** os lotes **I, II, III** e **IV**. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Menor Percentual por Lote de desconto da empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME** que lido em voz alta, evidenciou o seguinte: Lote I: 35%(trina e cinco) por cento, Lote II: 55%(cinquenta e cinco) por cento e Lote III: 64%(sessenta e quatro) por cento, a empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME** Não manifestou interesse no Lote IV. Em seguida e por ultimo foi aberto o envelope de Proposta de Menor Percentual por Lote de desconto da empresa **05º**- **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA** que lido em voz alta, evidenciou o seguinte: A empresa não manifesta interesse nos Lotes I, II, e III apresentando proposta apenas para o Lote IV de 32%(trinta e dois) por cento.Em ato contínuo, depois de analisada, conferida e validada as Proposta de Preço apresentadas pela licitantes presentes habilitadas, constatou-se que atende ao Edital Convite nº 019/2015, e está apta a submeter-se ao julgamento. Utilizando dos critérios previstos no Edital, o tipo Proposta de Menor Percentual por Lote de desconto, a Comissão de Licitação **DECLARA** vencedoras a empresas empresa **04º - CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME**, **inscrita no CNPJ: 15.593.959/0001-55** com as Propostas de Menor Percentual por Lote de desconto no Lote I de 35%(trinta e cinco) por cento, No Lote II com Proposta de Menor Percentual por Lote de desconto de 55%(cinquenta e cinco) e Menor Percentual por Lote de desconto também no Lote III que é de: 64%(sessenta e quatro). **DECLARA** também **VENCEDORA** a empresa **05º**- **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA**, **inscrita no CNPJ: 09.619.626/0001-55 que** ofertou proposta de Menor Percentual por Lote de desconto de 32% (trinta e dois) por cento no Lote IV. Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e acordado, vai assinada pela Comissão e demais presentes**.**

Pedra Preta - MT, 07 de Dezembro de 2.015.

_____ _____

_____ **Erazilene Valentim Silva Luzane F. Gomes Alexsandro dos S. Souza**

Presidente da CPL Membro da CPL Secretario da CPL

Representantes:

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELE – ME.

ATA DE ABERTURA LICITAÇÃO 020/2015

ATA DE ABERTURA LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 020/2015.

Às quatorze horas do dia oito de Dezembro do ano de dois mil e quinze, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 164/2015, de 05 de maio de 2015. O objetivo da referida reunião é proceder ao recebimento dos envelopes relativos ao convite em epígrafe, que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE FORMA CONTÍNUA, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMAS, RETIFICA DE MOTORES, TRANSMISSÃO, DIREÇÃO, SUSPENSÃO: DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, ARREFECIMENTO, ELÉTRICO, ELETRÔNICO, BALANCEAMENTO DE RODAS, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO, MANUTENÇÃO EM DIREÇÃO HIDRÁULICA, BEM COMO QUALQUER OUTRO CONSERTO NECESSÁRIO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS PERTENCENTES OU QUE VENHAM A PERTENCER À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT.** O resumo do Edital de Convite nº 020/2015-CC fora publicado no dia 02 de Dezembro de 2015 no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Foram convidadas as seguintes empresas: **1º - MARCELO ORLATO - ME CNPJ: 01.946.746/0001-55; 2º - RM COMERCIO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 22.104.298/0001-12; 3º- FONCATTI**

& FONCATTI LTDA –ME, inscrita no CNPJ: 11.007.637/0001-26. Compareceu apenas a empresa: **1º - MARCELO ORLATO - ME CNPJ: 01.946.746/0001-55.** Por não haver no mínimo 3 (três) licitantes participantes, a Presidente da CPL decidiu em acordo com a comissão, prorrogar o prazo para a abertura do certame em virtude da não obtenção do numero mínimo de propostas validas, conforme rege súmula 248 do TCU. Fica fixado a nova data de abertura para o dia 15/12/2015, as 13h00min horas.

Pedra Preta - MT, 08 de Dezembro de 2.015.

_____ _____

Erazilene Valentim Silva Luzane F. Gomes Alexsandro dos S. Souza

Presidente da CPL Membro da CPL Secretario da CPL

Representantes:

MARCELO ORLATO - ME CNPJ: 01.946.746/0001

ATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO 018/2015

ATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 018/2015.

As quatorze horas do dia quatro de Dezembro do ano de dois mil e quinze, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 0164/2015, de 05 de Maio de 2015. O objetivo da referida reunião é proceder ao recebimento dos envelopes relativos ao convite em epígrafe, que tem por objetivo a SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O MUNÍCIPIO DE PEDRA PRETA/MT – CONFORME ESPECIFICAÇÕES TECNICAS DO EDITAL. O resumo do Edital de Convite nº 018/2015-CC fora publicado no dia 27 de Novembro de 2015 no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Foram convidadas as seguintes empresas: **1º - NOVA VISÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSULTORIA E CONCURSOS LTDA, inscrita no CNPJ: 07.312.843/0001-72; 2º - ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 36.879.070/0001-09; 3º- STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 19.335.762/0001-77 E 4ª - ATAME - ASSESSORIA CONSULT. E PLANEJ., CURSOS E POS GRADUACAO LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 00.839.039/0001-05.**Enviaram os envelopes: **1º - NOVA VISÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSULTORIA E CONCURSOS LTDA, inscrita no CNPJ: 07.312.843/0001-72; 2º - ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 36.879.070/0001-09; 3º- STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 19.335.762/0001-09** E **4ª - ATAME - ASSESSORIA CONSULT. E PLANEJ., CURSOS E POS GRADUACAO LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 00.839.039/0001-05.** Em seguida os membros da comissão recolheram os envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA” na data e horário pré-estabelecidos. Depois de constatada a integridade dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA” repassou-os aos presentes para que procedesse a rubrica dos mesmos. Após isso foi dado inicio a fase de habilitação, onde se autorizou a abertura dos envelopes de “DOCUMENTAÇÃO”. A Empresa **1º - NOVA VISÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSULTORIA E CONCURSOS LTDA** apresentaram todos os documentos pedidos em Edital, ficando assim **habilitada** para a próxima fase do certame. Em seguida a Empresa **2º ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA,** que apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitado** para a próxima fase do certame, na sequencia a Empresa **3º- STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA** que também apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitado** para a próxima fase do certame, e por ultimo Empresa **4ª - ATAME - ASSESSORIA CONSULT. E PLANEJ., CURSOS E POS GRADUACAO LTDA EPP**, que apresentou todos os documentos pedidos em Edital ficando assim **habilitado** para a próxima fase do certame. Encerrada a fase de habilitação, iniciou-se a fase de julgamento da proposta. Seguindo o presente EDITAL onde se aplica a PROPOSTA DE PREÇO E TECNICA obtivemos as seguintes propostas com a abertura dos envelopes: Empresa:**1º - NOVA VISÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSULTORIA E ONCURSOS LTDA,** com proposta comercial no valor de: R$ 65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais) e com pontuação técnica de 92 (noventa e dois) pontos. Em seguida a Empresa: **2º - ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA** com proposta comercial no valor de**:** R$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais) e com pontuação técnica de 50(cinquenta pontos). Em seguida foi a vez da Empresa: **3º- STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA**com proposta comercial no valor de: R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais). A empresa **3º- STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, NÃO** apresentou o **ANEXO 2 (PROPOSTA TÉCNICA)** citado no Item 5.0 do presente **Edital** onde se disponibilizou modelo nas paginas 20 – 21do mesmo ficando assim DESCLASSIFICADA. E por ultimo a Empresa: **4ª - ATAME - ASSESSORIA CONSULT. E PLANEJ., CURSOS E POS GRADUACAO LTDA EPP, que apresentou proposta comercial no valor de: 74.990,00 (setenta e quaro mil e novecentos e novena reais)** e com pontuação técnica de 75 (setenta e cinco) pontos. Utilizando dos critérios previstos no Edital, o tipo Convite, e menor preço global, a Comissão de Licitação **DECLARA** vencedora a Empresa **1º - NOVA VISÃO EM GESTÃO PÚBLICA CONSULTORIA E CONCURSOS LTDA,** com proposta comercial no valor de: **R$ 65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais) e com pontuação técnica de 92 (noventa e dois) pontos**. Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão e pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 04 de Dezembro de 2.015.

_____ _____

Erazilene Valentim Silva Luzane F. Gomes Alexsandro dos S. Souza

Presidente da CPL Membro da CPL Secretario da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2015

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **M R DEL PAPA & CIA LTDA – EPP**

O presente Contrato é para: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE ESCOLA IRMÃ DULCE, LOCALIZADA NA RUA OSMAR NUNES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, TOTAL DA ÁREA A SER REFORMADA 253,61m2, CONFORME CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO”

Fica alterada a Cláusula QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO: ficando acrescentado ao valor inicial, R$ 18.922,25 (Dezoito mil novecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).

Fica alterada a Cláusula SEXTA – Da vigência de Registro de Preço: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 30/03/2016.

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA – PREGÃO 21/2015

Processo Licitatório nº: 21/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COM OBJETIVO DE PROMOVOR AVALIAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRO DA FOLHA DE PAGAMENTO E CONCESSÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICIPIO DE POCONÉ/MT.

O Pregoeiro da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Poconé/MT, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados na Licitação pregão presencial n° 21/2015, que tem como objeto o acima descrito, informa que não acudiram interessados na presente licitação, sendo esta declarada DESERTA.

Poconé 08 de dezembro de 2015.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 109/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, DE Nº. 109/2012, POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 23/06/2015

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 006/2012, CONVÊNIO Nº. 007/2012/SETPU

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 23/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 121/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA SANTA EUNICE CONSTRUTORA CIVIL LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 121/2012, POR MAIS 86 (OITENTA E SEIS) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 26 DE MARÇO DE 2016

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2012, TERMO COMPROMISSO PAC202630/2012

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 26/03/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

DECIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 135/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, POR MAIS 02 (DOIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 29/02/2016

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2010, CONTRATO DE REPASSE N.º 0312924-63/2009/ MINISTÉRIO DA CIDADES/CAIXA, CELEBRADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDITO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PRÓ-MUNICÍPIO PEQUENO PORTE

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 29/02/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA PRATA & CIA LTDA-EPP

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 042/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º. 0352392-74/2011/MCIDADES/PAC2/ PROGRAMA FNHIS

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 240/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA EMA LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTIPULADO NO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 236/2013, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, VISANDO DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS CONTRATADOS NO EXERCÍCIO DE 2013.

DISPOSIÇÕES GERAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2009, CONTRATO DE REPASSE Nº. 2628.0263065-23/2008/MINISTÉRIO DO ESPORTE

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 31/12/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 302/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, POR MAIS 91 (NOVENTA E UM) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 31/03/2016

DISPOSIÇÕES GERAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2009, VINCULADO AO CONVÊNIO N. º 717768/2009 DO CONVÊNIO CRT/MT N.º

001/2009, PROCESSO 54210.002379/2008-54, CELEBRADO COM INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA E O MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 31/03/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR A CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 022/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º. 0338845-54/2010, CELEBRADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E ESTADO DE MATO GROSSO

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

DECISÃO ADMINISTRATIVO

REF: Parecer Jurídico nº 193/2015

Pregão nº 126/2015

Art. 49 c/c art. 3º, §3° da Lei 8.666/93

Decisão face ao Recurso Administrativo apresentado pela **EMPRESA ECONT COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA**, face ao Pregão Registro de Preços nº 126/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE RELOGIOS DE PONTO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE USO DOS RELOGIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA. **Considerando** a fundamentação do Parecer Jurídico nº 193/2015 em observância ao Princípio da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, com fulcro nos procedimentos da Lei 10.520/02 e da Lei 8.666/93, **determino** não sejam acatadas em todos os seus termos as razões do Recurso Administrativo interposto pela Recorrente **EMPRESA ECONT COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA**, recomendo ao Senhor Pregoeiro que mantenha a declaração da Empresa **SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELLI-ME** vencedora do certame. Encaminhe-se cópia deste para ao Senhor Pregoeiro para as providências que entender de direito. **Determino** a Comissão de Pregões que encaminhe cópia do presente Parecer a Recorrente **EMPRESA ECONT COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA.** Notifique-se, Publique-se.

Pontes e Lacerda-MT, 07 de dezembro de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 060/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA EMAD CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL DE NÚMERO 060/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2015

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2012, VINCULADO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº. 0352392-74/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CASA DA LAVOURA LTDA-EPP

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 064/2015, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 30/04/2016

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO 065/2015, CONTRATO DE REPASSE N.º. 807190/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA CELEBRADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MAPA APOIO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO-SOMENTE AQUISIÇÃO

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/04/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 065/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA AGRITECH LAVRALES S/A

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO ORIGINAL, DE NÚMERO 065/2015, POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 31/03/2016

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO 065/2015, CONTRATO DE REPASSE N.º. 807190/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA CELEBRADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MAPA APOIO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO-SOMENTE AQUISIÇÃO

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 31/03/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA T ALVES

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 079/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 053/2012

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA R. M. DA SILVA JÚNIOR & CIA LTDA-ME.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 040/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º. 0352392-74/2011/MCIDADES/PAC2/ PROGRAMA FNHIS

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA R. M. DA SILVA JÚNIOR & CIA LTDA-ME.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 040/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º. 0352392-74/2011/MCIDADES/PAC2/ PROGRAMA FNHIS

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 30/06/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA PRATA & CIA LTDA-EPP

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 041/2012, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE JUNHO DE 20166.

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º. 0352392-74/2011/MCIDADES/PAC2/ PROGRAMA FNHIS

DATA: 30/06/2015

PRAZO: 31/12/2016

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA/ DEZEMBRO/2015

Decreto nº 185/2015

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB

Data: 08/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA/ DEZEMBRO/2015

Decreto nº 184/2015

Dispõe sobre a Composição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Data: 08/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/DEZEMBRO/2015

DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA EMA LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR A CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 035/2012, POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2012, CONTRATO DE REPASSE N.º 0348620-59/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/ CAIXA, CELEBRADO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E PONTES E LACERDA

DATA: 04/12/2015

PRAZO: 28/062016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 005/2015/SME/PAN/MT

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT
CNPJ.: 03.238.672/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Santa Inês, Setor dos Esportes – CEP 78.655-000 – Fone: (66) 3569-1874

PORTARIA 005/2015/SME/PAN/MT
Dispõe sobre organização do quadro de pessoal das Escolas do Campo no ano de 2016 e, dá outras providências.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,
considerando a Lei n. 9694 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Decreto Presidencial n. 7.352 de 02 de novembro de 2010,
considerando a Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo,
considerando a Resolução CEE/MT 126 de 12 de agosto de 2003 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Mato Grosso.
e, considerando a necessidade de definir critérios para a de turmas, atribuição de cargos e contratações de profissionais da educação nas especificidades das escolas do campo;
RESOLVE:
Art.1º. Para atender a organização escolar própria da **Educação do Campo**, o calendário escolar poderá ser adequado à realidade de cada região, mediante encaminhamento para Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o calendário Municipal.
DA COMPOSIÇÃO DE TURMAS
Art. 2º. A composição das turmas na educação do campo será feita com base no número de alunos obedecendo aos seguintes critérios:
I - No Ensino Fundamental – CICLO/:

a. 1º Ciclo - de no mínimo de 15 (quinze) alunos a 23 (vinte e três) alunos;
b. 2º Ciclo e 3º Ciclo - de 15 (quinze) a 27 (vinte e sete) alunos;
III - Em turmas multi-fase/ciclo/ano:
a. Ensino Fundamental- Ciclo- de 15 (quinze) a 30 (trinta) alunos;
§ 1º. Não deverá ser aberta outra turma enquanto não atingir o número total de alunos conforme disposto nos itens acima.
§ 3º. A formação de turmas multicicladas e ou multifaseadas, será liberada mediante análise e aprovação da SME.
DA CONTAGEM DE PONTOS
Art. 3º Quanto à contagem de pontos/classificação dos professores para o exercício de 2014, será considerado os critérios que constam nos Anexos da IN 001/14/SME/PAN/MT.
DA NUTRIÇÃO ESCOLAR
Art. 6º. Escola sede ou salas anexas concentradas, a partir de 100 (cem) alunos por turno - 01 (um) cargo de AAE/Nutrição.
DO APOIO ADM. EDUCACIONAL – LIMPEZA
Art.7º. Escola sede ou salas anexas onde estiverem concentrados a partir de 100 (cem) alunos - 01 (um) cargo de AAE/limpeza.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 8. Para atendimento das Escolas do Campo e salas anexas que atenderão por alternância será disponibilizado os cargos e funções de acordo com o projeto apresentado e validado pela SME.

Art.9. Para composição da Comissão de Atribuição da unidade escolar, contagem de pontos e Etapas/Fases de atribuição dos profissionais, além dos dispositivos desta Portaria aplica-se no que couber os dispositivos estabelecidos na Port. 004/15/SME/PAN/MT Port. 003/15/SME/PAN/MT e IN nº 001/15/SME/PAN/MT.
Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelas SME.
Art. 11. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para dois anos letivos, sujeita as adequações de datas estabelecidas de acordo com calendário de cada ano letivo, para organização do processo referente ao ano letivo em vigência, revogadas as disposições em contrário.
PORTO ALEGRE DO NORTE, 01 de Dezembro de 2015.

MARIA ELICIA MONTEIRO S. AMORIM
Secretária Municipal de Educação,
Cultura, Esporte e Lazer
Portaria 018/2013

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 004/15/SME/PAN/MT.

PORTARIA Nº. 004/15/SME/PAN/MT.

Dispõe sobre registro de Assiduidade dos Profissionais da Educação Básica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuiçõesque lhe são conferidas por Lei,

considerando a Lei Municipal nº 148, de 16 de março de 1992, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do município.

considerando a Lei Municipal n.° 617, de 6 de Dezembro de 2010, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Porto Alegre do Norte/Mato Grosso;

considerando o Decreto n. 5263, de 14 de outubro de 2002 que institui o regulamento de Perícias Médicas do Estado de Mato Grosso e no Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Disciplinar o registro de assiduidade dos Profissionais da Educação Básica lotados nas Unidades Escolares e Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. O registro de assiduidade do servidor deverá ser feito em livro ponto que contenha termo de abertura discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade/Diretor e o registro de entrada e saída de cada profissional, de acordo com a jornada diária de trabalho.

§ 2º. A assinatura no livro de assiduidade será permitida somente ao profissional detentor do cargo.

§ 3º. O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado ou posterior, nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas.

Art. 2º. Para efeito de jornada de trabalho/carga horária do professor será considerado:

Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	20 horas	10 horas
25 horas	Se 20 horas	Igual a 5 horas

1º. A jornada de trabalho do professor fora da regência de sala de aula, em situação de Dedicação Exclusiva, é de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º. A jornada de trabalho do Professor no exercício de outras funções, fora da regência de sala de aula, ou em readaptação de função, será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art.3º. A jornada de trabalho do profissional administrativo será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 4º. Os professores efetivos e contratados temporariamente deverão cumprir integralmente a carga horária atribuída em regência de classes e/ou aulas.

Art. 5º. Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado à hora-atividade.

à 1º. Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º. A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da unidade escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da unidade escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da equipe pedagógica.

§ 3º. O professor efetivo que possui dois vínculos na rede municipal, com jornada semanal limitada a 60 (sessenta) horas, deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos vínculos na unidade escolar, devendo realizar sua atribuição em unidades que atendam nos três turnos.

§ 4º. Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

a) atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

b) participação no Projeto Sala do Educador e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar *e ao aperfeiçoamento*

profissional;

c) preparação e avaliação do trabalho didático (incluindo o Diário);

d) atividades propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas, assembléias e outros e à articulação com a comunidade.

§ 5º. O professor com atribuição em *FUNÇÃO* (Diretor, Coordenador Pedagógico), deverá cumprir integralmente a carga horária específica da função na unidade de lotação a qual está designado.

Art.6º. O profissional administrativo (Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional) efetivo ou contratado temporariamente deverá cumprir a carga horária de 6 horas diárias, em apenas um turno de funcionamento da Unidade Escolar, EXCETO profissionais que atuam nos laboratórios e bibliotecas que deverão distribuir a jornada de trabalho de acordo com os turnos de funcionamento da Unidade Escolar.

Parágrafo único. O profissional administrativo na função de Secretário Escolar deverá cumprir integralmente a carga horária específica da função (40 horas semanais) na unidade de lotação, com escala para atendimento nos dois turnos.

Art. 7º. O cumprimento integral da jornada de trabalho dos profissionais da educação na unidade escolar e administrativa será acompanhado pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. O cumprimento da jornada de trabalho do Professor (hora aula e hora atividade) ficará sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar a Secretaria Municipal de Educação o relatório das faltas a serem lançadas no Departamento de Pessoal.

§ 2º. O cumprimento da jornada de trabalho dos servidores Apoio Administrativo Educacional, Técnico Administrativo Educacional, em Readaptação de Função e servidores em atribuição de função (Diretor, Coordenador Pedagógico,) ficará sob a responsabilidade do Diretor.

Art. 8º. O servidor que se ausentar das atividades do cargo, docência ou hora atividade, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 1º. As faltas injustificadas, além do registro no livro de assiduidade, deverão ser encaminhada a Secretaria Municipal de Educação até o décimo quinto dia de cada mês.

§ 2º. A unidade escolar e/ou unidade administrativa deverá manter em arquivo da unidade, relatório mensal de faltas injustificadas, encaminhada a Secretaria Municipal de Educação, devidamente assinado pelo Diretor epelo Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

§ 3°. As faltas injustificadas repostas pelo professor, dentro do mês em que ocorreram com acompanhamento do Coordenador Pedagógico e observação no livro ponto, não deverão ser encaminhada a Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prêmio, na proporção de um mês para cada três faltas.

§ 5º. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 09. O desconto na folha de pagamento das faltas injustificadas terá como

parâmetro:

I - para desconto de faltas injustificadas do professor em regência e hora atividade, será utilizada como parâmetro a hora aula;

II - para desconto de faltas injustificadas do professor em situação de Dedicação Exclusiva, fora da regência de sala de aula, em readaptação profissional ou no exercício de outras funções, será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência;

III - para desconto de faltas injustificadas do servidor administrativo, será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência.

Art. 10. Sem qualquer prejuízo, poderá o Profissional da Educação Básica ausentar-se do serviço:

I – por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II – por 01 (um) dias, para se alistar como eleitor;

III – por 08 (oito) dias consecutivos, em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

IV – por 02 (dois) dias, para cada dia de trabalho prestado por requisição da Justiça Eleitoral, nos termos do Art. 98, da Lei n. 9.504, de 01.10.97.

Parágrafo único. Para gozo dos dias dispostos acima, o servidor deverá comprovar documentalmente a situação geradora do afastamento.

Art. 11. Para os servidores efetivos e contratos, a ausência do servidor (licença), por motivo de saúde igual ou inferior a 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, independerá de perícia médica realizada pelo INSS, podendo ser concedida pelo superior hierárquico, de ofício ou a pedido do servidor.

§ 1º. O servidor terá o prazo máximo de 48 horas, para apresentação do atestado médico ao seu superior hierárquico;

§ 2º. A não apresentação do atestado médico pelo servidor, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, caracterizará falta injustificada ao serviço.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13**.** Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para dois anos letivos, sujeita as adequações de data estabelecidas de acordo com calendário de cada ano letivo, para organização do processo referente ao ano letivo em vigência, e as demais disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte-MT, 01 de Dezembro 2015.

MARIA ELICIA MONTEIRO S. AMORIM

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer

Portaria 018/2013

ANEXO I

FORMULA PARA DESCONTO DE FALTAS INJUSTIFICADAS

PROFESSOR EM REGÊNCIA DE CLASSE – desconto em horas aulas (Inciso I)

VALOR A SER DESCONTADO = {(R$ SUBSÍDIOS) *(1/30) ÷ (6) * FALTAS}

CARGO	REG. DE TRABALHO	FATOR	VALOR DESCONTO
Professor em regência de classe	30 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)* (1/30) ÷ (6)}	= (FATOR * FALTAS)
	20 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)÷ (1/30) ÷ (4)}	= (FATOR * FALTAS)

PROFESSOR SEM REGÊNCIA DE CLASSE, ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO E SERVIDORES ADMINISTRATIVOS – desconto em dias - (Inciso II e III),

VALOR A SER DESCONTADO = {(R$ SUBSÍDIOS) * (1/30) * FALTAS}

CARGO	REG DE TRABALHO	FATOR	VALOR DESCONTO
Professor sem regência de classe.	30 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)*(1/30)}	= (FATOR * DIAS FALTOSOS)
	20 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)* (1/30)}	= (FATOR * DIAS FALTOSOS)
Especialista da Educação e/ou Professor em situação de Dedicação Exclusiva.	40 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)* (1/30)}	= (FATOR * DIAS FALTOSOS)
Administrativos.	30 h	FATOR = {(R$ SUBSÍDIOS)* (1/30)}	= (FATOR * DIAS FALTOSOS)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015 - SRP Nº 044/2015 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 044/2015-Registro de Preços nº 044/2015.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO OU PEQUENAS EMPRESAS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeira senhora Thais Ferreira dos Santos, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 044/2015**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA ELETRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ELETRICAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT**, conforme termos constantes no anexo 01-termo de referência do edital, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 14/12/2015 às 09:00 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, Nº 1.173 – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº. 03/15/SME/PAN/MT

PORTARIA INTERNA Nº. 03/15/SME/PAN/MT

Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei nº. 9.394/96 e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do

Conselho Estadual de Educação;

considerando a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas das Escolas Estaduais e a organização de seus respectivos Quadro de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que compete à Secretaria Municipal de Educação, Equipe Gestora e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar a organização e a composição de turmas, nas unidades escolares.

Parágrafo único – As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidades oferecidas e turnos de funcionamento da escola.

Art. 2º. Para o ingresso na primeira fase do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31/03/16, em que ocorrer a matrícula.

Parágrafo único - Os alunos que completarem 06 anos após 31/03/16, conforme resolução do CEE|MT deverão ser matriculados na Educação Infantil.

Art. 4º. Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando o ensino fundamental deverão ser atendidospreferencialmente em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 5º. A composição das turmas será feita com base no número de alunos obedecendo aos critérios:

I – Educação Infantil:

a) Maternal I – de 20 a 25 alunos; (a partir de 1 ano)

b) Maternal II – de 20 a 25 alunos;

c) Pré I e II – 20 a 25 alunos;

II - no Ensino Fundamental:

a) 1º Ciclo - de no mínimo 23 (vinte e três) alunos a 27 (vinte e sete) alunos, no máximo;

b) 2º Ciclo - de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos;

c) 3º Ciclo - de 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) alunos;

d) 1º Segmento/EJA - de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos;

Art. 6º. Nas unidades escolares do ensino regular, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais será no máximo 02 (dois) alunos para compor uma turma de até 20 (vinte) alunos e na modalidade EJA a composição da turma será de no máximo 05 (cinco) alunos com deficiência para compor uma turma de até 20 (vinte) alunos.

Art. 7º. As unidades escolares que não conseguirem compor as turmas de alunos, conforme prevê esta Portaria, a composição dessa turma ficará condicionada a análise e deferimento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º. As unidades escolares deverão promover as adequações no seu quadro de pessoal, com o devido suporte, orientação e monitoramento pela Secretaria Municipal de Educação, principalmente nos casos de redução e ampliação de turmas e movimentação dos profissionais.

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar, acompanhar e fiscalizar a composição de turmas, bem como, a organização do Quadro de Pessoal e fazer cumprir o disposto nesta Portaria.

Art. 10º. Compete à Equipe Gestora da Unidade Escolar e à Secretaria Municipal de Educação acompanhar bimestralmente a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta Portaria e proceder ao ajuste de turma e do Quadro de Pessoal da Escola, se necessário.

Art. 11º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para dois anos letivos, sujeita as adequações de data estabelecidas de acordo com calendário de cada ano letivo, para organização do processo referente ao ano letivo em vigência, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte-MT, 01 de Dezembro de 2015.

MARIA ELICIA MONTEIRO S. AMORIM

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer

Portaria 018/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - PORTO DOS GAUCHOS - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, de 08 de Dezembro de 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e
Intimação (ITR)		
EURICO BAPTISTA DE CARVALHO JUNIOR	301.500.009-87	9135/00066/2015
LEONARDO CRESTANI JUNIOR	815.185.441-34	9135/00070/2015
RONDOFERTIL PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	00.233.910/0001-14	9135/00074/2015
RONDOFERTIL PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	00.233.910/0001-14	9135/00075/2015

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: ILARIO REZER Matrícula: 00000147

Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS Assinatura:

Data de afixação:	08/12/2015
Data de desafixação:	23/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01 - 2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2015

O Senhor **CARLOS ANTÔNIO DOCARMO**, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista os Pareceres da Comissão e Jurídico, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:,

HOMOLOGAR, com fundamento nos termos do Artigo 109, inciso 1, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite nº 01/2015, a favor da empresa/fornecedor : **Fancar Distribuidora de Veículos LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 00.784.470/0001-93, Inscrição Estadual nº 13.012.882-1, situada a Rua Fernando Correa da Costa nº 3244 Jardim Guanabara – Rondonópolis - MT, que apresentou a proposta no valor de **R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais**) um Veiculo de Passeio ECOSPORT FRESTYLE Ano 2015 Modelo 2016, com direção elétrica, vidros da 4 portas com 1 toque para cima e para baixo, air bag duplo, freios abs com ebd e controle eletrônicos de estabilidade e tração (esc e Tcs), sensor de esta-

cionamento traseiro, faróis de neblina, rodas de liga leve 16, computador de bordo, cinto passageiro três pontos, faróis meia luz em Led, Bancos de Couro, Cor Branca e com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo DENATRAN.

A Câmara Dara em Dação como parte de pagamento, um veiculo MARCA: FORD, MODELO: KA SE, MOTORIZACAO: 1.0, CÂMBIO: MANUAL Ano/ Modelo: 2014/2015, Placa QBE 2771 Cor: Branca, Combustível: FLEX, Renavan: 01037284973, Chassi: 9BFZH55L4F8L69504,no Valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), ficando o Poder Legislativo repassar a diferença no valor de R$ 41.600,00 quarenta e um mil e seiscentos reais a devida empresa preponente.

Poxoréu – MT em, 09 de dezembro de 2015.

_____

Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVOÀ PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 041/2015

REGISTRO DE PREÇOS N.º 035/2015

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para **Registro de preço Aquisição Futura de Materiais de Construção, Hidráulico e Elétrico para Atender as Secretarias Municipais,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 23/12/2015, ÀS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá entregar o recibo de retirada do edital, pessoalmente ou encaminha–lo para o e-mail licitacao@poxoreu.mt.gov.br, **o não envio do recibo exime a CPL de qualquer responsabilidade de informações suplementares.**

Poxoréu-MT, 08 de dezembro de 2015.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

Tipo: Maior Oferta

A Prefeitura Municipal de POXORÉU-MT torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 039/2015**, cujo objeto é contratação de instituição financeira para prestação de serviços de pagamento da folha de salário dos servidores ativos, efetivos, contratados, comissionados, inativos e pensionistas da Prefeitura de Poxoréu e concessão de crédito consignado em folha de pagamento, em conformidade com as ***condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos***, cuja a abertura ocorreu as dez horas, do dia 08 de dezembro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 08 de dezembro de 2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

CÂMERA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 01/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 01/2015

O Senhor **Carlos Antônio do Carmo,** Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista os Pareceres da Comissão e Jurídico, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:,

ADJUDICAR, com fundamento nos termos do Artigo 109, inciso 1, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite nº 01/2015, a favor da empresa/ fornecedor : **Fancar Distribuidora de Veículos LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 00.784.470/0001-93, Inscrição Estadual nº 13.012.882-1, situada a Rua Fernando Correa da Costa nº 3244 Jardim Guanabara – Rondonópolis - MT, que apresentou a proposta no valor de **R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais**) um Veiculo de Passeio ECOSPORT FRESTYLE Ano 2015 Modelo 2016, com direção elétrica, vidros da 4 portas com 1 toque para cima e para baixo, air bag duplo, freios abs com ebd e controle eletrônicos de estabilidade e tração (esc e Tcs), sensor de estacionamento traseiro, faróis de neblina, rodas de liga leve 16, computador de bordo, cinto passageiro três pontos, faróis meia luz em Led, Bancos de Couro, Cor Branca e com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo DENATRAN.

A Câmara Dara em Dação como parte de pagamento, um veiculo MARCA: FORD, MODELO: KA SE, MOTORIZACAO: 1.0, CÂMBIO: MANUAL Ano/ Modelo: 2014/2015, Placa QBE 2771 Cor: Branca, Combustível: FLEX, Renavan: 01037284973, Chassi: 9BFZH55L4F8L69504,no Valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), ficando o Poder Legislativo repassar a diferença no valor de R$ 41.600,00 quarenta e um mil e seiscentos reais a devida empresa preponente.

Poxoréu – MT em, 09 de dezembro de 2015.

_____

Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
RESCISÃO DE CONTRATO

Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT 25 de Novembro de 2015

Ref: Rescisão Unilateral do "Contrato de Serviços 03/2015"

Consta do banco de documentos desta Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, um contrato de prestação de serviços onde a Casa Legislativa é contratante, e contratada a empresa "**Francisco de Assis Advogados Associados",** sediada à Rua Niterói, 734, Sala 01, Jardim Popu-

lar, em São José dos Quatro Marcos-MT. Na cláusula Primeira do referido contrato, a contratação tem por objeto a assessoria geral do Legislativo (Cláusula Primeira, incisos I a X).

A referida contratação foi ato discricionário da Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Eva Marra da Silva Castro, dispensada a licitação, que agora se encontra afastada pelo cometimento de infração político- administrativa, em processo de cassação de mandato (fase de defesa prévia), cuja contratação ocorreu sem o conhecimento dos demais vereadores da Edilidade.

O prazo do contrato teve início em 01 de junho de 2015, sendo o seu término marcado para o dia 31 de dezembro de 2015, consoante consta da Cláusula quarta. O valor global dos serviços advocatícios contratados foi de R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), sendo pago mensalmente na ordem de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

A cláusula oitava do mesmo contrato, tratando da sua "Rescisão", trata-se de cláusula leonina, uma vez que somente beneficia a contratada (particular) em caso de desfazimento, sem dar à Administração Pública o direito de fazê-lo "*ad nutum",* o que seria o correto.

Pois bem, é consabido que os contratos administrativos têm como sua maior particularidade a busca constante pelo interesse público e a conseqüente sujeição aos princípios basilares do Direito Público, quais sejam, o da **supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público.** Isto acaba por fazer com que as partes do contrato administrativo não sejam colocadas em situação de igualdade, uma vez que, conforme amplamente sabido, são conferidas à Administração Pública prerrogativas que lhe colocam em patamar diferenciado, de superioridade em face do particular que com ela contrata. São as chamadas "cláusulas exorbitantes", que constituem poderes conferidos pela lei à Administração no manejo contratual que extrapolam os limites comumente utilizados no Direito Privado.

O art. 58 da Lei 8.666/93, que trata dessas cláusulas, dispõe nos seguintes termos:

"Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II – rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III – fiscalizar-lhes a execução;

IV – aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

(...)

Tal como é autorizado pela lei em comento, e ainda considerando a supremacia do interesse público, como se vê, a possibilidade de a Administração, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. O art. 79, I, referido no dispositivo transcrito, assevera:

"Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;"

Na mesma trilha, entendemos, à luz da doutrina e da jurisprudência dominantes, que o contrato administrativo firmado, além de ser mal elaborado, conferindo direitos incompatíveis ao particular em detrimento do interesse coletivo, esta, a sua finalidade precípua, coloca ainda mais em risco a atuação temerária da Vereadora Eva Marra da Silva Castro e então Presidente da Edilidade, a firmar o esdrúxulo contrato de "Prestação de Serviços".

Mister, para o caso, colacionar o artigo 78, inciso XII, da mencionada Lei 8666/93, a autorizar a rescisão unilateral, muito mais ainda em se considerando a inviabilidade de a contratada continuar a prestar "assessoria" à edilidade, quando a mesma propôs Processo Administrativo para apuração de "infração-político administrativa" contra a sua própria contratante. Portanto, não somente há as irregularidades noticiadas, como também a completa suspeição da empresa contratada, para assistir a Câmara Municipal e a Comissão Processante, senão vejamos:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;"

A rescisão unilateral, neste caso, nem sequer se procede pelo inadimplemento, mas porque a própria Administração Pública não pode e não deve manter a contratação (assessoria jurídica) tendo em vista os vínculos entre a contratante, ora processada, e a contratada, bem como a necessidade de contratação de outro profissional mais gabaritado. Neste diapasão o Poder Público promove a rescisão por verificar que, por melhor que seja executado o objeto contratual, as necessidades perseguidas pelo Estado não serão satisfeitas, eis que isso somente se dará por meio de uma contratação distinta.

Assim sendo, a Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, por seu atual Presidente em exercício, Romilso de Oliveira Silva, e no uso das suas atribuições legais, resolve:

1. Rescindir o contrato de prestação de serviços firmado entre a Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, e a contratada "**Francisco de Assis Advogados Associados"**, tendo em vista a supremacia do interesse público, e a necessidade de contratação de outro profissional, com o devido pagamento referente ao que foi efetivamente trabalhado (art. 79, § 2º II da Lei 8666/97).

_____

ROMILSO DE OLIVEIRA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

GABINETE
569/2015

Lei nº. 569/2015 De 02 de Dezembro de 2015

"DISPOE SOBRE A CRIAÇAO DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE RIBEIRAOZINHO – MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **Aparecido Marques Moreira**, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º. – Fica criado o Perímetro Urbano do Município de Ribeirãozinho – MT, conforme as seguintes denominações e limites:

IMÓVEL : PERIMETRO URBANO DE RIBEIRÃOZINHO

MUNICÍPIO : RIBEIRÃOZINHO

ÁREA : 255,3753há

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do ponto P-01, de coordenada Plana UTM SIRGAS-2000 E=319.473,338m e N=8.177.508,140m, situado na confluência do Córrego dos Bois com o Córrego Ribeirãozinho, deste segue confrontando com o Córrego Ribeirãozinho pela margem esquerda, à montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 98°53'01" e 99,08m até o ponto P-02, de coordenadas E=319.571,231m e N=8.177.492,84m; 85°06'24" e 91,03m até o ponto P-03, de coordenadas E=319.661,932m e N=8.177.500,60m; 147°28'12" e 60,01m até o ponto P-04, de coordenadas E=319.694,202m e N=8.177.450,01m; 164°22'15" e 98,23m até o ponto P-05, de coordenadas E=319.720,666m e N=8.177.355,41m; 145°23'49" e 53,99m até o ponto

P-06, de coordenadas E=319.751,328m e N=8.177.310,97m; 149°04'01" e 85,83m até o ponto P-07, de coordenadas E=319.795,446m e N=8.177.237,35m; 150°03'05" e 113,26m até o ponto P-08, de coordenadas E=319.851,989m e N=8.177.139,21m; 180°06'18" e 70,94m até o ponto P-09, de coordenadas E=319.851,859m e N=8.177.068,27m; 184°09'36" e 66,53m até o ponto P-10, de coordenadas E=319.847,033m e N=8.177.001,92m; 180°42'15" e 72,49m até o ponto P-11, de coordenadas E=319.846,142m e N=8.176.929,43m; 176°24'51" e 75,74m até o ponto P-12, de coordenadas E=319.850,879m e N=8.176.853,84m; 166°17'25" e 57,81m até o ponto P-13, de coordenadas E=319.864,580m e N=8.176.797,68m; 206°44'38" e 35,56m até o ponto P-14, de coordenadas E=319.848,577m e N=8.176.765,92m; 173°29'40" e 37,21m até o ponto P-15, de coordenadas E=319.852,793m e N=8.176.728,95m; 220°06'55" e 34,54m até o ponto P-16, de coordenadas E=319.830,535m e N=8.176.702,53m; 209°39'01" e 40,13m até o ponto P-17, de coordenadas E=319.810,681m e N=8.176.667,66m; 213°53'52" e 43,92m até o ponto P-18, de coordenadas E=319.786,187m e N=8.176.631,20m; 183°49'15" e 40,98m até o ponto P-19, de coordenadas E=319.783,456m e N=8.176.590,31m; 173°56'16" e 64,29m até o ponto P-20, de coordenadas E=319.790,246m e N=8.176.526,38m; 181°54'47" e 54,79m até o ponto P-21, de coordenadas E=319.788,417m e N=8.176.471,62m; 189°43'12" e 47,99m até o ponto P-22, de coordenadas E=319.780,314m e N=8.176.424,31m; 199°43'44" e 49,31m até o ponto P-23, de coordenadas E=319.763,669m e N=8.176.377,90m; 195°23'23" e 48,10m até o ponto P-24, de coordenadas E=319.750,903m e N=8.176.331,52m; 175°12'58" e 20,88m até o ponto P-25, de coordenadas E=319.752,644m e N=8.176.310,71m; 213°19'56" e 19,50m até o ponto P-26, de coordenadas E=319.741,931m e N=8.176.294,43m; 178°50'15" e 69,40m até o ponto P-27, de coordenadas E=319.743,339m e N=8.176.225,04m; 238°22'12" e 50,74m até o ponto P-28, de coordenadas E=319.700,136m e N=8.176.198,43m; 214°01'26" e 71,14m até o ponto P-29, de coordenadas E=319.660,330m e N=8.176.139,47m; 237°48'38" e 26,43m até o ponto P-30, de coordenadas E=319.637,959m e N=8.176.125,39m; 197°16'50" e 38,06m até o ponto P-31, de coordenadas E=319.626,653m e N=8.176.089,05m; 200°38'04" e 75,23m até o ponto P-32, de coordenadas E=319.600,140m e N=8.176.018,64m; 204°26'12" e 55,58m até o ponto P-33, de coordenadas E=319.577,146m e N=8.175.968,04m; 184°42'16" e 51,10m até o ponto P-34, de coordenadas E=319.572,955m e N=8.175.917,11m; 191°22'10" e 33,88m até o ponto P-35, de coordenadas E=319.566,276m e N=8.175.883,89m; 206°34'23" e 51,10m até o ponto P-36, de coordenadas E=319.543,418m e N=8.175.838,19m; 190°09'45" e 50,21m até o ponto P-37, de coordenadas E=319.534,558m e N=8.175.788,76m; 210°26'56" e 51,26m até o ponto P-38, de coordenadas E=319.508,583m e N=8.175.744,58m; 228°42'25" e 69,66m até o ponto P-39, de coordenadas E=319.456,246m e N=8.175.698,61m; 216°57'11" e 40,80m até o ponto P-40, de coordenadas E=319.431,716m e N=8.175.666,00m; 213°53'32" e 43,93m até o ponto P-41, de coordenadas E=319.407,221m e N=8.175.629,54m; 218°27'23" e 55,70m até o ponto P-42, de coordenadas E=319.372,580m e N=8.175.585,92m; 228°07'23" e 36,17m até o ponto P-43, de coordenadas E=319.345,646m e N=8.175.561,77m; 217°58'10" e 61,08m até o ponto P-44, de coordenadas E=319.308,070m e N=8.175.513,63m; 215°11'01" e 59,82m até o ponto P-45, de coordenadas E=319.273,603m e N=8.175.464,74m; 179°28'47" e 0,77m até o ponto P-46, de coordenadas E=319.273,610m e N=8.175.463,96m; 229°28'24" e 45,58m até o ponto P-47, de coordenadas E=319.238,968m e N=8.175.434,35m, deste segue confrontando com o Córrego Cabeceira Baixa pela margem esquerda, à montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 241°36'07" e 23,04m até o ponto P-48, de coordenadas E=319.218,700m e N=8.175.423,39m; 200°04'56" e 23,98m até o ponto P-49, de coordenadas E=319.210,465m e N=8.175.400,87m; 161°03'44" e 21,52m até o ponto P-50, de coordenadas E=319.217,448m e N=8.175.380,51m, deste segue confrontando com Terras de Shirley José Ribeiro, com azimute de 265°41'57" e distância de 160,25m, até o ponto P-51, de coordenadas E=319.057,645m e N=8.175.368,496m, deste segue confrontando com Avenida Senador João Villas Boas, com azimute de 4°27'01" e distância de 93,85m, até o ponto P-52, de coordenadas E=319.064,927m e N=8.175.462,063m, deste segue confrontando com o Córrego Ribeirãozinho pela margem esquerda, à montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 274°01'22" e 19,46m até o ponto P-53, de coordenadas E=319.045,518m e N=8.175.463,43m; 353°47'23" e 23,01m até o ponto P-54, de coordenadas E=319.043,029m e N=8.175.486,30m; 276°45'37" e 37,56m até o ponto P-55, de coordenadas E=319.005,733m e N=8.175.490,72m; 224°40'35" e 0,75m até o ponto P-56, de coordenadas E=319.005,205m e N=8.175.490,19m; 222°05'24" e 25,15m até o ponto P-57, de coordenadas E=318.988,344m e N=8.175.471,52m; 237°50'40" e 75,63m até o ponto P-58, de coordenadas E=318.924,312m e N=8.175.431,27m; 288°37'02" e 35,49m até o ponto P-59, de coordenadas E=318.890,679m e N=8.175.442,60m; 316°59'05" e 48,06m até o ponto P-60, de coordenadas E=318.857,892m e N=8.175.477,74m; 294°16'19" e 41,62m até o ponto P-61, de coordenadas E=318.819,948m e N=8.175.494,85m; 217°43'21" e 40,41m até o ponto P-62, de coordenadas E=318.795,225m e N=8.175.462,89m; 277°21'24" e 42,45m até o ponto P-63, de coordenadas E=318.753,129m e N=8.175.468,32m; 263°01'38" e 51,79m até o ponto P-64, de coordenadas E=318.701,724m e N=8.175.462,03m; 227°11'32" e 76,25m até o ponto P-65, de coordenadas E=318.645,781m e N=8.175.410,22m; 258°55'21" e 60,63m até o ponto P-66, de coordenadas E=318.586,277m e N=8.175.398,57m; 272°38'19" e 57,57m até o ponto P-67, de coordenadas E=318.528,772m e N=8.175.401,22m; 286°56'26" e 50,34m até o ponto P-68, de coordenadas E=318.480,613m e N=8.175.415,89m; 252°43'02" e 54,52m até o ponto P-69, de coordenadas E=318.428,552m e N=8.175.399,69m; 258°47'29" e 63,59m até o ponto P-70, de coordenadas E=318.366,173m e N=8.175.387,33m; 244°06'05" e 38,52m até o ponto P-71, de coordenadas E=318.331,521m e N=8.175.370,50m; 273°54'24" e 61,09m até o ponto P-72, de coordenadas E=318.270,573m e N=8.175.374,66m; 294°21'31" e 52,32m até o ponto P-73, de coordenadas E=318.222,913m e N=8.175.396,24m; 258°14'08" e 48,39m até o ponto P-74, de coordenadas E=318.175,540m e N=8.175.386,38m; 287°13'25" e 51,59m até o ponto P-75, de coordenadas E=318.126,263m e N=8.175.401,65m; 260°59'53" e 47,99m até o ponto P-76, de coordenadas E=318.078,869m e N=8.175.394,14m; 282°23'44" e 63,30m até o ponto P-77, de coordenadas E=318.017,044m e N=8.175.407,73m; 273°21'15" e 34,88m até o ponto P-78, de coordenadas E=317.982,220m e N=8.175.409,77m; 252°40'42" e 65,28m até o ponto P-79, de coordenadas E=317.919,904m e N=8.175.390,34m; 235°27'19" e 50,58m até o ponto P-80, de coordenadas E=317.878,241m e N=8.175.361,66m; 232°46'40" e 39,46m até o ponto P-81, de coordenadas E=317.846,816m e N=8.175.337,78m; 238°10'41" e 78,69m até o ponto P-82, de coordenadas E=317.779,955m e N=8.175.296,29m; 230°41'47" e 72,12m até o ponto P-83, de coordenadas E=317.724,147m e N=8.175.250,61m; 235°42'42" e 52,33m até o ponto P-84, de coordenadas E=317.680,909m e N=8.175.221,13m; 262°54'18" e 54,94m até o ponto P-85, de coordenadas E=317.626,388m e N=8.175.214,34m; 270°32'31" e 41,86m até o ponto P-86, de coordenadas E=317.584,531m e N=8.175.214,74m, deste segue confrontando com Terras de Valdivino Clemente, com azimute de 10°43'03" e distância de 758,03m, até o ponto P-87, de coordenadas E=317.725,497m e N=8.175.959,541m, deste segue confrontando com Rodovia Mt-463, com azimute de 91°40'09" e distância de 529,45m, até o ponto P-88, de coordenadas E=318.254,719m e N=8.175.944,120m, deste segue confrontando com Terras de Antenor Rodrigues, com azimute de 26°51'22" e distância de 1.034,29m, até o ponto P-89, de coordenadas E=318.721,960m e N=8.176.866,855m, deste segue confrontando com o Córrego dos Bois pela margem direita, à jusante, com os seguintes azimutes e distâncias: 88°35'30" e 115,02m até o ponto P-90, de coordenadas E=318.836,949m e N=8.176.869,68m; 57°15'06" e 98,87m até o ponto P-91, de coordenadas E=318.920,103m e N=8.176.923,17m; 27°50'35" e 60,46m até o ponto P-92, de coordenadas E=318.948,339m e N=8.176.976,62m; 22°35'41" e 46,56m até o ponto P-93, de coordenadas E=318.966,226m e N=8.177.019,60m; 25°43'54" e 36,89m até o ponto P-94, de

coordenadas E=318.982,243m e N=8.177.052,84m; 51°57'20" e 72,43m até o ponto P-95, de coordenadas E=319.039,283m e N=8.177.097,47m; 52°04'51" e 64,09m até o ponto P-96, de coordenadas E=319.089,843m e N=8.177.136,86m; 39°18'25" e 93,45m até o ponto P-97, de coordenadas E=319.149,040m e N=8.177.209,17m; 51°04'47" e 65,80m até o ponto P-98, de coordenadas E=319.200,235m e N=8.177.250,51m; 46°25'03" e 59,86m até o ponto P-99, de coordenadas E=319.243,597m e N=8.177.291,78m; 38°41'52" e 75,36m até o ponto P-100, de coordenadas E=319.290,716m e N=8.177.350,59m; 56°06'18" e 67,22m até o ponto P-101, de coordenadas E=319.346,516m e N=8.177.388,08m; 32°14'32" e 44,55m até o ponto P-102, de coordenadas E=319.370,285m e N=8.177.425,77m; 62°34'51" e 54,27m até o ponto P-103, de coordenadas E=319.418,456m e N=8.177.450,76m; 30°55'06" e 46,39m até o ponto P-104, de coordenadas E=319.442,293m e N=8.177.490,56m; 60°28'22" e 35,68m até o ponto P-01, início desta descrição.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO RESUMIDO

Partindo do ponto P-01, de coordenada Plana UTM SIRGAS-2000 E=319.473,338m e N=8.177.508,140m, situado na confluência do Córrego dos Bois com o Córrego Ribeirãozinho, deste segue confrontando com o Córrego Ribeirãozinho pela margem esquerda à montante, até o ponto P-47, deste segue confrontando com o Córrego Cabeceira Baixa pela margem esquerda à montante, até o ponto P-50, desse confrontando com Terras de Shirley José Ribeiro, até o ponto P-51, deste segue confrontando com a Avenida Senador João Villas Boas, até o ponto P-52, deste segue confrontando com o Córrego Ribeirãozinho pela margem esquerda à montante, até o ponto P-86, desse segue confrontando com Terras de Valdivino Clemente até o ponto P-87, desse segue confrontando com a Rodovia MT-463, até o ponto P-88, desse segue confrontando com Terras de Antenor Rodrigues até o ponto P-89, deste segue confrontando com o Córrego dos Bois pela margem direita à jusante, até o ponto P-01, início dessa descrição.

Artigo 2º. – As modificações da denominação das vias publicas urbanas, bem como, limites de propriedades utilizadas como limites do perímetro acima descrito, não altera os limites dos mesmos.

Artigo 3º. – Integra a presente Lei, mapa municipal que expressa graficamente os limites do perímetro urbano do Município de Ribeirãozinho – MT.

Artigo 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI 570/2015

Lei nº. 570/2015 De, 02 de Dezembro de 2015

"DISPOE SOBRE A CRIAÇAO E DELIMITAÇAO DO DISTRITO INDUSTRIAL, COMERCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃOZINHO – MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **Aparecido Marques Moreira**, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º. – Fica criado e delimitado o Distrito Industrial, Comercial e Prestador de Serviços do Município de Ribeirãozinho – MT, conforme as seguintes denominações e limites:

PONTO INICIAL E FINAL: CRUZAMENTO DA RUA "A" COM A RUA "D"; POR ESTA ATE A RUA "C"; POR ESTA ATE O LIMITE DE EXPANSAO URBANA; POR ESTE ATE A RUA "A"; POR ESTA ATE A RUA "D", PONTO INICIAL E FINAL.

Artigo 2º. – As modificações da denominação das vias publicas urbanas, bem como, limites de propriedades utilizadas como limites Distrito acima descrito, não altera os limites dos mesmos.

Artigo 3º. – Integra a presente Lei, mapa municipal que expressa graficamente os imites do Distrito Industrial, Comercial e Prestador de Serviços do Município de Ribeirãozinho – MT.

Artigo 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois e quinze.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI 571/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 571/2015 DE, 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a proceder abertura de credito adicional suplementar pela tendência do exercício por excesso de arrecadação no valor de R$ 667.470,39, no Orçamento vigente e dá outras providencias.

O Sr. **APARECIDO MARQUES MOREIRA**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2015, um credito adicional suplementar pela tendência do exercício por excesso de arrecadação no valor de **R$ 667.470,39(SEISCENTOS E SESSENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS**), para reforço das dotações orçamentárias das Despesas a seguir:

DESPESAS CONSTITUCIONAIS E ESSENCIAIS	VALOR
Folha de Pagamento/Encargos Sociais	639.470,39
Fatura de Energia Elétrica	8.000,00
Fatura Telefônica	5.000,00
Contribuições Federais, Constitucionais - PASEP	15.000,00
TOTAL	**667.470,39**

Art. 2º - Para cobertura do crédito de que se trata o artigo anterior, fica indicado como recurso, o disposto no *inciso II, § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 tendência* de Provável Excesso de Arrecadação, conforme Demonstrativo em Anexo.

Parágrafo Único – as suplementações constantes desta Lei serão regulamentadas por Decreto do Executivo demonstrando a utilização do Excesso de Arrecadação de acordo com a necessidade e disponibilidade proveniente da tendência, a cobertura das despesas o fechamento do exercício corrente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos orçamentários e financeiros a partir do dia 01/12/2015 e será afixado na forma de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – MT, 02 de Dezembro de 2015.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR 75/2015

Lei Complementar nº. 75/2015 De, 02 de Dezembro de 2015.

EMENTA:

"Dispõe sobre alteração de dispositivos das Leis Complementares números 64/2013 e 69/2013, criação de cargo que mencionam e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **APARECIDO MARQUES MOREIRA**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, cargo de natureza permanente e de provimento efetivo do Plano de Carreira, Cargos e Salário dos Servidores Públicos do Município de Ribeirãozinho/MT, sendo a seguinte vaga e cargo, conforme descrição do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Para cumprimento desta Lei, o Executivo Municipal, observará os dispositivos contidos na Constituição Federal em seu artigo 37 e demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º - Os reajustes salariais ao servidor a que menciona o Art. 1º, Anexo I, da presente Lei, dar-se-ão de forma linear e na mesma data dos demais servidores públicos municipais, conforme Plano de Carreira, Cargos e Salário dos Servidores Públicos do município de Ribeirãozinho/MT, segundo iniciativa do Chefe do Executivo e disponibilidades financeiras do município.

Art. 4º - O cargo criado nesta Lei será regido pelo Regime Estatutário, aplicados aos demais servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho.

Parágrafo Primeiro: A jornada de trabalho do referido profissional será de 8 (oito) horas diárias, não excedendo a 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Segundo – O referido profissional desempenhará suas funções em todos os setores pertencentes à estrutura administrativa da municipalidade.

Art. 5º - O Anexo VIII da Lei Complementar nº. 64/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VIII

PERFIL PROFISIONAL E OCUPACIONAL

QUADRO DO PROFISSIONAL DE NIVEL MÉDIO TÉCNICO

PERFIL PROFISIONAL	**CARGO**
- Nível Médio Técnico	Técnico em Agropecuária
Técnico em Informática	
Técnico em Segurança do Trabalho	

Art. 6º - O Anexo XV da Lei Complementar nº. 64/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XV

Quadro de Referência Salarial do Profissional de Nível Médio, Profissional de Nível Médio Técnico.

CARGOS: Agente Administrativo – Técnico em Agropecuária – Técnico em Informática –Técnico em Segurança do Trabalho - Fiscal de Rendas e Tributos – Recepcionista - Monitor de Assistente Social.

Nível	Período	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
Classe Inicial Nivel Medio	Nível Médio Técnico ou Nível Superior Tecnológico	Nível Superior Graduação em Licenciatura Plena ou Bacharelado	Especialização Minimo 360 h.	Mestrado/Doutorado		
COEFICIENTE	**1**	**1,36**	**1,56**	**2,22**	**2,59**	
1		1.042,34	1.417,58	1.626,05	2.313,99	2.699,66
2	3 anos	1.073,61	1.460,11	1.674,83	2.383,41	2.780,65
3	6 anos	1.105,82	1.503,91	1.725,08	2.454,92	2.864,07
4	9 anos	1.138,99	1.549,03	1.776,83	2.528,56	2.949,99
5	12 anos	1.173,16	1.595,50	1.830,13	2.604,42	3.038,49
6	15 anos	1.208,36	1.643,37	1.885,04	2.682,55	3.129,64
7	18 anos	1.244,61	1.692,67	1.941,59	2.763,03	3.223,53
8	21 anos	1.281,95	1.743,45	1.999,84	2.845,92	3.320,24
9	24 anos	1.320,40	1.795,75	2.059,83	2.931,30	3.419,85
10	27 anos	1.360,02	1.849,62	2.121,63	3.019,24	3.522,44
11	30 anos	1.400,82	1.905,11	2.185,27	3.109,81	3.628,12
12	33 anos	1.442,84	1.962,26	2.250,83	3.203,11	3.736,96
13	36 anos	1.486,13	2.021,13	2.318,36	3.299,20	3.849,07

Art. 7º - O artigo 5º da Lei Complementar Municipal número 69/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - *O quadro de servidores efetivos de carreira da municipalidade, exceto os da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde que possuem legislação própria, passa a ser de* ***91 (noventa e um) cargos****, conforme demonstrado no Anexo II da presente Lei.*

Art. 8º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentária, constantes do orçamento vigente e posteriores.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

Aparecido Marques Moreira

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Número de Vagas	Cargo/Função	Escolaridade	Lotação
01	Técnico em Segurança do Trabalho	Nível Médio Técnico Completo com registro no referido Conselho de Classe	Secretaria Municipal de Finanças

ANEXO II

QUADRO DO PESSOAL DE CARREIRA

PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR EM ÁREA ESPECÍFICA	
Cargos/Categorias Funcionais	**Número de Vagas**
Contador	01
Assistente Social	01
Controlador Interno	01
Auxiliar de Controle Interno	01
Médico Veterinário	01
Engenheiro Agrônomo	01
Químico	01
Professor de Educação Física	01
Psicólogo	01
Sub-Total	**09**
PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO	
Cargos/Categorias Funcionais	**Número de Vagas**
Técnico em Agropecuária	01
Técnico em Informática	01
Técnico em Segurança do Trabalho	01
Sub-Total	**03**
PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	
Cargos/Categorias Funcionais	**Número de Vagas**
Agente Administrativo	19
Monitor de Assistente Social	01
Fiscal de Rendas e Tributos	02
Recepcionista	01
Sub-Total	**23**
PROFISSIONAL DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO	
Cargos/Categorias Funcionais	**Número de Vagas**
Operador de Máquinas Pesadas	03
Motorista	06
Mecânico	01
Encarregado de Serviços Urbanos	01
Sub-Total	**11**
PROFISSIONAL DE SERVIÇOS DE APOIO	
Cargos/Categorias Funcionais	**Número de Vagas**
Auxiliar Mecânico	01
Agente Ambiental	02
Jardineiros	02
Encanadores	02
Guardas	09
Agentes Serviços Gerais	12
Gari	16
Coveiro	01
Sub-Total	**45**
TOTAL GERAL DE CARGOS 91	

Aparecido Marques Moreira

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015 – PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE ADESÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015 – PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará adesão a Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 031/2015 da Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, cujo o objeto é o Registro de Preço para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES DE MADEIRA DO MUNICIPIO DE MARCELANDIA – MT",** , onde a Prefeitura de Rio Branco – MT interessou-se em aderir a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens da empresa: **MADEIREIRA FLORESTA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ nº. 11.825.967/0001-29.

Rio Branco – MT, 08 de dezembro de 2015.

Vanderléia Rodrigues Alves

Pregoeira

Daniel Gomes Barbosa

Secretário Municipal de Administração

Antonio Xavier de Araújo

- Prefeito -

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 001/2015

PARTES: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO MT

UNIAO DAS CAMARAS MUNICIPAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR R$2.400,00

PRAZO: 02/01/2015 A 31/12/2015

OBJETO: O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal e Vereadores do Município de RIO BRANCO**/MT** à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais Do Estado de Mato Grosso.

CONTRATO N.º 002/2015

PARTES: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO MT

IDELCI ALVES PEREIRA

VALOR r$ 577,86

PRAZO: 16/03/2015 A 04/04/2015

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços gerais, na limpeza em substituição a servidora em período de férias, como zeladora junto a Câmara Municipal de Rio Branco-MT.

CONTRATO N.º 003/2015

PARTES: ***CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-MT***

GERCINO FERREIRA ALMANDES

VALOR R$4.200,00

PRAZO: 10/06/2015 A 30/06/2015

OBJETO: 1 - Prestação de Serviços Contabeis, em substituição a servidora em período de férias

CONTRATO 004/2015

PARTES: CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO MT

A . DALCICO ME

VALOR r$5.000,00

PRAZO: 03/11/2015 A 20/12/2015

OBJETO: O objeto do presente contrato é de Prestação de serviço de digitalização das leis municipais de Rio Branco-MT, com suas respectivas sumulas, datas e informações atualizadas e suas revogações quando existir, do período de 1983 ate o ano de 2015, criação de banco de dados para cadastros e consultas on-line das mesas junto ao site da Câmara Municipal.

RIO BRANCO-MT, 10 DE JUNHO DE 2015

.....

ADNILSON ZANOL

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 073/2015

3º ATO

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, e Decreto 1.133/GAB/PMR de 25 de Novembro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 073/2015,** cujo **Objeto: " Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na realização de Exames Laboratoriais (Valor Referência Tabela SUS), para atender a necessidades do Centro Municipal de Saúde"** processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 136/2015 – SEMUSA **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 02 de Dezembro de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 149/2015

Modalidade: Tomada de Preços nº 004/2015

Objeto: *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROJETO PROINFANCIA – TIPO 2 DO MEC E FNDE NA SEDE DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAC 2 11696/2014 PROGRAMA PROINFANCIA , FIRMADO ENTRE O FNDE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA. "*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROJETO PROINFANCIA – TIPO 2 DO MEC E FNDE NA SEDE DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAC 2*

11696/2014 PROGRAMA PROINFANCIA , FIRMADO ENTRE O FNDE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA. " e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Tomada de Preços nº 004/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar a presente Tomada de Preços supracitada, o objeto do certame à;

DISTRINORTE DISTRIBUIDORA , CNPJ: 18.450.143/0001-60 , com sede na RUA: Dos Suruis Vingre, Nº 3823 Teixeirão Cacoal – RO o valor global de R$ **1.342.977,11 (Hum milhão trezentos e quarenta e dois mil novecentos e setenta e sete reais e onze centavos).**

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 07 de Dezembro de 2015.

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

PROCESSO N° 153/2015

TOMADA DE PREÇOS - N° 005/2015

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada através do Decreto nº 1.045/GAB/PMR/2015 de 05 de Janeiro de 2015, e Decreto 1.134/GAB/PMR/2015 de 25 de Novembro de 2015 **TORNA PÚBLICO,** para todos os interessados que esta instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015, Objeto: **"Execução de Obra para a Implantação do Sistema de distribuição e abastecimento de Água com ligações domiciliares em área urbana no Município de Rondolandia/MT , Conforme o Termo de Convênio 802526/2014, II Etapa."**, processado nos autos do processo Administrativo de nº 153/2015 – SEMUSA.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala CPL, sede do Município de Rondolândia, Av. Joana Alves de Oliveira, Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira, pelo valor de R$ 150,00 (Cento e Cinqüenta reais), mediante depósito referenciado na conta corrente de nº 55.894-X, Agência: 0951-2 – Banco do Brasil.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá no dia 30/12/2015 às 09h00min, nos termos da Lei 8.666/1993.

Rondolândia - MT, 08 de Dezembro de 2015.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

Decreto n° 1.045/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

O Município de Rosário Oeste/MT,através da Pregoeira torna público para quem possa interessar que a licitação supracitada que tem por objeto*:* **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTICIOS (CESTA BÁSICA) PARA ATENDER A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT** Foi declarada **vencedora do certame a empresa**– CARLOS DALMOLIN ER CIA LTDA –ME. Informo ainda que a integra dos autos acham-se á disposiçãodos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste – MT, 04 de Dezembro de 2015.

Eziele Regina B.de Santana

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR

OBJETO: SEGUNDO ADITIVO DE VALOR AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 - CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 117.120,00 (CENTO E DEZESSETE MIL, CENTO E VINTE REAIS)

IMPPA SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 045/2015

O Município de Rosário Oeste/MT,através da Pregoeira torna público para quem possa interessar que a licitação supracitada que tem por objeto*:* **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Foi declarada **vencedora do certame a empresa**– G I MENDES –ME. Informo ainda que a integra dos autos acham-se á disposiçãodos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste – MT, 08 de Dezembro de 2015.

Eziele Regina B.de Santana

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 9.785,40 (NOVE MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 21 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

OBJETO: PRIMEIRO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO AO CONTRATO Nº 028/2015 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS DOS ÓRGÃOS FEDERAIS EM BRASÍLIA - DF DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO VEICULO/MODELO	%	LICITADO	V. ATUAL
01	02	**CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO 14 T** Caminhão basculante com 3 eixos (trucado) diesel, capacidade minima de caçamba 12 m3. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	15%	69,00	79,35
02	02	**CAMINHÃO PIPA** acoplado para molhar pista com capacidade mínima de 15.000 l. Ano de fabricação não inferior a 2008. Com barramento, sistema de bombeamento de água em alta pressão, abastecimento através de sistema de bomba de sucção independente, acompanhado com 8 metros de mangueira ¾ de alta pressão, com bico de pressão, (Com Motorista, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por conta da empresa contratada).	18,80%	80,00	95,00
03	01	**CAMINHÃO MUNCK** Toco 15 Toneladas Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Motorista, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	89,70	112,13
04	01	**ESCAVADEIRA HIDRÁULICA** sobre esteiras, potencia mínima no volante do motor de 100hp, potência bruta mínima de 120hp, torque de giro mínimo de 40kN/m, com fornecimento de operador, combustível, manutenção, deslocamento, estadia e refeição por conta da contratada.	25%	150,70	188,70
05	02	**MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA** 4x4 - Traçada 75 HP de Potência. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	145,00	181,25
06	02	**MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA HIDRÁULICA** - Sobre Pneus, Articulada, 105 HP de Potência. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	84,00	105,00
07	02	**MOTO NIVELADORA 14 CV,** 120 a 140 hp a diesel. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	88,00	110,00
08	01	**ROLO COMPACTADOR** Velocidade 6 km/h, Largura do rolo 1,676 m. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	59,00	73,75
09	01	**ROLO COMPACTADOR**, vibratorio pe de carneiro para solos, potencia 80 HP. Peso Maximo 8,8T. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	83,00	103,00
10	02	**TRATOR DE ESTEIRA 104 CV,** com lamina reta, com potência mínima de 170 hp e lamina com largura 3,86 m e altura de 1,16m, peso operacional mínimo de 17.000 kg. Ano de fabricação não inferior a 2008. (Com Operador, Combustível, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada).	25%	88,00	110,00

IMPPA SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SETIMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 19/2012

OBJETO: SETIMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 19/2012 – EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ROSÁRIO OESTE/MT

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2012

PRAZO: 10/01/2016

HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 134/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTETICO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM SEUS USUÁRIO DOS SUS, EM FUNÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROTESES DENTARIA.

PRAZO: 19/12/2015

VALOR: R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

RONY MILITÃO DA SILVA

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE NOVEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 082/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 082/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeada a Sra. **ANDREIA ALBRECHET,** inscrito no **CPF: 036.743.821-64**, para ocupar ocargo de **TESOUREIRA MUNICIPAL,** na Secretaria Municipal de Finanças,do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 077/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 077/2015 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica exonerada a Servidora em cargo de Comissão, a Sra. **MONIKELLY DA SILVA GUEDES,** do cargo de **ENCARREGADO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - A citada servidora foi nomeada via Decreto n° 0144/2013 de 04 de outubro de 2013.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario e em especial o decreto nº. 0144/2013 de 04 de outubro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 080/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 080/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeada a Sra. **MARLI APARECIDA VINHAL,** inscrito no **CPF: 796.946.161-15**, para ocupar ocargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA,** na Secretaria Municipal de Saúde,do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 081/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 081/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica exonerado o Servidor em cargo de Comissão, o Sr. **ALTAMIRO CORREA LEITE JUNIOR,** do cargo de **TESOUREIRO MUNICIPAL,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - O citado servidor foi nomeado via Decreto n° 037/2015 de 03 de junho de 2015.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario e em especial o decreto nº. 037/2015 de 03 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

FINANCEIRO
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015.

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio torna público para o conhecimento dos interessados o resultado do processo licitatório nº 004/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, no qual sagrou-se vencedora a empresa **SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.860.168/0001-89,com a proposta de preço no valor global de R$ 93.640,00 (noventa e três mil seiscentos e quarenta reais), pelo que se tornou adjudicatária do seguinte objeto:

Aquisição de veículo zero quilômetro, utilitário do tipo *pick-up* (camionete), cabine dupla com capacidade para 05 ocupantes, ano de fabricação correspondente ao da emissão da nota fiscal, conforme especificações técnicas contidas no edital do certame e seus anexos, em especial no termo de referência, do qual consta a dação em pagamento pelo valor de R$30.000,00 (trinta mil reais) mediante entrega do veículo usado de propriedade da Câmara (Renault Duster) para quitação parcial do veículo novo.

Santa Cruz do Xingu – MT, 08 de dezembro de 2015.

_____

Simone Carvalho

Pregoeira

_____ **Veracy Soares de Souza** Membro da equipe de apoio para Pregões	_____ **Lorena Britzius** Membro da equipe de apoio para Pregões

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 030/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO DE CARREIRA TERMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA LOTADA NO QUADRO DE CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O Senhor **VANDIR MATSCHINSKE**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto nos Artigos 11, 21, 22 § 6º da Lei Complementar nº 063/2014,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira a servidora de carreira efetiva aprovada em concurso publico da seguinte forma:

Servidor	Cargo	Referência Salarial	Classe/ Grau Atual	Classe/Grau Progressão	Pontos
Adriani Aparecida de melo	Auxiliar Administrativo I	CE-03	A-II	A-III	57

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Portaria são válidos a partir da folha de pagamento do mês de dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 08 de dezembro de 2015.

Vandir Matschinske

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se

Na data supra de 08.12.2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO AO CONTRATO Nº 58/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

CONTRATADA: A. BIRK & CIA LTDA.

CNPJ Nº 05.123.504/0001-12

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE/PRÉ ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT PROGRAMA PRÓ INFÂNCIA

VIGÊNCIA: 9 (NOVE) MESES

VALOR TOTAL: R$ 1.309.708,67 (um milhão e trezentos e nove mil e setecentos e oito reais e sessenta e sete centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 98, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015 - RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

Decreto nº 98, de 07 de dezembro de 2015.

"Dispõe sobre o horário de funcionamento administrativo e de atendimento ao público da Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, no período de 10/12/2015 a 07/02/2016, estabelece paralisação das atividades administrativas do serviço público e dá outras providências".

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a paralisação mencionada proporciona redução nos gastos da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO ter que manter em dia a folha de pagamento dos servidores municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de que os servidores desenvolvam trabalhos internos de levantamentos de dados que permitam fechar o exercício de 2015 e iniciar a abertura do exercício de 2016, elaborando o planejamento de 2016 e apresentando propostas para a solução dos eventuais problemas detectados na análise dos dados do exercício de 2015;

CONSIDERANDO ser imprescindível assegurar o regular funcionamento dos serviços essenciais a cargo do Município, com a continuidade dos atendimentos à comunidade em suas necessidades essenciais, sem perda de qualidade;

CONSIDERANDO a necessidade de exercer maior controle da despesa pública neste final do exercício de 2015 e início do exercício de 2016;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Decretado o recesso nas repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta, no período de 10/12/2015 a 07/02/2016.

Parágrafo Único. De 10/12/2015 até 07/02/2016 as repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta entrarão em recesso de final de ano, para o fechamento do exercício de 2015, ficando, o Paço Municipal fechado para atendimento ao público, à exceção dos atendimentos definidos no artigo 2º deste decreto;

Art. 2º Não haverá recesso no período mencionado no artigo 1º, para os órgãos elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, por serem considerados de relevante importância ou de prestação de serviços essenciais:

I – Secretaria Municipal de Saúde:

a) Unidades Municipais de Saúde – (PSF´s Urbano e Rural)

b) Centro de Reabilitação; CAPS

c) Secretaria Municipal de Saúde.

II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social:

a) CREAS – Centro de Referencia Especializada de Assistência Social;

b) CRAS – Centro de Referencia e Assistência Social.

III – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

a) Setor de Licitação;

IV – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

a) Serviços de Limpeza Pública e Coleta de Lixo;

b) Serviços de Iluminação Publica;

V – Secretaria Municipal de Educação:

a) Secretaria Municipal de Educação;

VI – Gabinete do Prefeito Municipal:

a) DAE – Departamento de Água e Esgoto;

§ 1º As Secretarias Municipais da **SAÚDE, EDUCAÇÃO e AÇÃO SOCIAL** promoverão a fixação de seus horários através de ato de seus respectivos Secretários para atender as peculiaridades atinentes aos serviços típicos de cada uma delas.

§ 2º A Secretaria Municipal de **FINANÇAS** promoverá a fixação de seu horário de funcionamento com vistas à continuidade dos trabalhos de planejamentos, recebimentos de recursos, pagamentos de despesas, e, principalmente, fechamento das contas do exercício de 2015 e abertura do exercício de 2016 em interação direta com o Setor de Contabilidade e área responsável pelo envio dos dados do APLIC e do GEO-OBRAS.

§ 3º No Período de 10/12/2015 até 07/02/2016, à exceção dos feriados e finais de semana, o Departamento Municipal de **TRIBUTOS** funcionará das 08:00 horas às 13:00 horas, no sistema de plantão.

Art. 3º Os Secretários Municipais e os respectivos Chefes dos Departamentos cientificarão os servidores escalados para o cumprimento do sistema de plantão.

Art. 4º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 5º Todos os Secretários Municipais deverão apresentar, até, no máximo, o dia 11 de janeiro de 2016, ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento, o seu planejamento anual para o exercício de 2016, em especial as suas necessidades de compras, de acordo com o PPA, LDO e LOA, para que sejam iniciados os procedimentos licitatórios que se fizerem necessários pra o exercício de 2016 e o planejamento anual de férias dos servidores lotados nas respectivas Secretarias.

Art. 6º A partir do dia 08 de fevereiro de 2016, a jornada de trabalho semanal retornará ao seu horário normal, iniciando-se às 08:00 horas e encerrando-se às 13:00 horas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Felix do Araguaia – MT, 07 de dezembro de 2015.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
EDITAL Nº. 006/2015 NÃO IMPUGNAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE ÁREA

O Município de São José do Povo - MT, através do Prefeito Municipal Arivaldo Medeiros de Santana, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Art. 3º, da Lei Municipal 416/2008, de 25 de Julho de 2008, **AUTORIZA** o a regularização fundiária da Quadra 02, situada na Rua Licurgo Pimentel, centro, neste Município de São José do Povo-MT, não havendo **NENHUMA IMPUGNAÇÃO**, por parte deste poder público pois obedece as leis ambientais e municipais, e não há impugnação por parte de terceiros. Tornando público através deste a **NÃO-IMPUGNAÇÃO** de regularização da área, referente a Quadra 02.

São José do Povo-MT, 04 de Dezembro de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 044/2015 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora as Empresas: **JC FERRAGENS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 02. 487.122/0001-80** com o valor total de **R$ 1.382.176,54** e **O.G. MATERI - EPP**, **CNPJ: 04.604.593/0001-56** com o valor total de **R$ 506.654,00**.

São José do Rio Claro – MT, 08 de Dezembro de 2015.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO MÊS 11/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 17/2015. ASS: 11/11/2015; VCT: 29/06/2016. Contratado: **AUTO POSTO JP LTDA**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que o produto OLEO DIESEL S-10, item do Pregão Presencial 029/2015 e Ata de Registro de Preço 017/2015, passará de R$ 3,56 para R$ 3,64, o produto DIESEL COMUM passará de R$ 3,36 para R$ 3,41 e o produto GASOLINA COMUM passará de R$ 3,79 para R$ 3,83.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 17/2015. ASS: 12/11/2015; VCT: 29/06/2016. Contratado: **AUTO POSTO JP LTDA**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que que o produto ETANOL, item do Pregão Presencial 029/2015 e Ata de Registro de Preço 017/2015, passará de R$ 2,27 para R$ 2,51.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO

-TERMO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO N.º 049/2015. ASS: 15/09/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **RODRIGUES & TREVISAN LTDA - ME.** Objeto: Fica ajustado entre as parte que o item XELODA (CAPECITABINA), sofrerá supressão no valor de **R$ 1.321,85 (Um mil trezentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos)**, por caixa, passando de R$ 3.199,80 (Três cento e noventa e nove reais e oitenta centavos) para R$ 1. 877,95 (Mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme autoriza o Art. 65, I, da Lei 8.66/93.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 11/2015

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 058/2015. ASS: 03/11/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **C BROLIO REZENDE - ME**. Objeto: Aquisição de manilhas de concreto para atender as necessidades da secretaria Municipal de Infraestrutura. Valor: R$ 47.494,00.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 059/2015. ASS: 06/11/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **AKDD ELETÔNICOS E PAPELARIA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME.** Objeto: Aquisição de móveis e materiais permanentes para atender as demandas das secretarias do município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 38.779,54.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 060/2015. ASS: 06/11/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **VINCITORE INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA - ME.** Objeto: Aquisição de móveis e materiais permanentes para atender as demandas das secretarias do município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 5.391,66.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 061/2015. ASS: 19/11/2015; VCT: 30/11/2015, Contratado: **AMARAL & SANTOS LTDA.** Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de São José do Rio Claro a Cuiabá. Valor: R$ 11.500,00.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 062/2015. ASS: 23/11/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **C BROLIO REZENDE - ME.** Objeto: Aquisição de manilhas de concreto para atender as necessidades da secretaria Municipal de Infraestrutura. Valor: R$ 3.931,56.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 063/2015. ASS: 23/11/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **L. CARLESSO ME**. Objeto: Locação de tendas para atender as demandas das Secretarias Municipais de Administração e Educação e Cultura. Valor: R$ 6.504,55.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 064/2015. ASS: 27/11/2015; VCT: 27/02/2016, Contratado: **ELETROLUZ RIO CLARO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRONICOS LTDA ME.** Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de Iluminação na PRAÇA DOMINGOS BRIANTE no Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 112.115,66.

Natanael Casavechia – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS MÊS 11/2015

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2015. ASS: 13/11/2015; VCT: 13/11/2016; Fornecedor: Empresa **DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**. Objeto: futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 136.989,40.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2015. ASS: 13/11/2015; VCT: 13/11/2016; Fornecedor: Empresa **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME.** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 122.098,00.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 025/2015. ASS: 13/11/2015; VCT: 13/11/2016; Fornecedor: Empresa **RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME.** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 107.244,00.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 026/2015. ASS: 13/11/2015; VCT: 13/11/2016; Fornecedor: Empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME.** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 113. 140,00.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 027/2015. ASS: 19/11/2015; VCT: 19/11/2016; Fornecedor: Empresa **MOREIRA – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA .** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, consumo e higiene pessoal para atender as necessidades das secretarias do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 851.335,32.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2015. ASS: 19/11/2015; VCT: 19/11/2016; Fornecedor: Empresa **SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME.** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, consumo e higiene pessoal para atender as necessidades das secretarias do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 39. 518,60.

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2015. ASS: 19/11/2015; VCT: 19/11/2016; Fornecedor: Empresa **ORALLS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME.** Objeto: futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, consumo e higiene pessoal para atender as necessidades das secretarias do Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 759,98.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, com sede à Rua Rui Barbosa, n.º 335, nesta cidade de São Pedro da Cipa- MT, inscrita no CNPJ n.º 37.464.948/0001-08, através da Comissão de Licitação, torna público a Inexigência de Licitação nº. 001/2015 para "**Contratação da empresa A ALVES GODINHO NETO EIRELLI ME, para realização de Show Artístico para apresentação durante a festa Gastronômica e a 2ª Amostra Agricultura Familiar nos dias 18, 19 e 20" ao valor global de R$ 49. 000,00, (quarenta e nove mil reais)"**, sendo a empresa a representante exclusiva das artistas mencionadas, nos termos do Art. 25, da Lei 8.666/ 93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883, de 08 de junho de 1994**. São Pedro da Cipa-MT, 08/12/2015. Fabiana Nunes Ruiz – Presidente da CPL.**

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N°. 504/2015,DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

LEI MUNICIPAL N°. 504/2015 01 DE DEZEMBRO 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alexandre Russi, Prefeito Municipal De São Pedro Da Cipa, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º.A Lei Municipal nº 465/2014, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de São Pedro da Cipa-MT – CTM, passa a vigorar com a seguintes alterações:

(...)

Art. 146.(...)

(...)

§3º.**(...)**

(...)

e) (...)

II.empresa: 3% (três por cento) sobre o valor do serviço, por mês, excetuando-se os itens 7.01, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.06, 15.01, 15.02, 15. 03,15.04,15.05,15.06, 15.07, 15,08, 15.09, 15.10, 15.11, 15.12, 15.13, 15. 14, 15.15, 15.16, 15.17, 15.18, 18.01, 19.01, 21.01, 22.01 e 26.01, que serão de 5% (cinco por cento).

Art. 2º. A Tabela I, anexa a Lei Municipal nº 465/2014, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de São Pedro da Cipa-MT – CTM, passa a vigorar com a seguintes alterações:

TABELA I TABELA DA LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS		
DESCRIÇÃO	**Alíquota**	**Local Recolhimento**
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.06. Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,0%	Estabelecimento Prestador.

15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5,0%	Estabelecimento Prestador.
22. Serviços de exploração de rodovia.		
22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5,0%	Trecho de rodovia explorado compreendido no território do Município.
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.		
26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5,0%	Estabelecimento Prestador.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitando o disposto nas alíneas “b” e “c”, do inciso III do art. 150, da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa– MT, ao 01 de Dezembro de 2015.

S

A

N

C

I

O

N

O

Alexandre Russi

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME:

CHEFIA DE GABINETE
ANEXOS ,DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 1 of 94

Programa: 0001 AÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: DAR CUMPRIMENTO AS FUNCOES BASICAS DO PODER LEGISLATIVO, LEGISLANDO E FISCALIZANDO COM TRANSPARENCIA E SEMPRE EM DEFESA DOS INTERES SES DO MUNICÍPIO E DO CONTRIBUINTE

Justificativa: Necessidade de alocação de recursos para destinados a manutenção dos legislattivos

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃ%	PERCENTUAL	70	90	75	80	85	90

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
2	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA							PROJ. EXECUTADO	UN	1	20.000,00	1	20.000,00	0	0,00	0	0,00
	020101	GABINETE DO PRESIDENTE															
		1002	REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO O PREDIO DA CAMARA														
			01	Legislativa													
				122	Administração Geral												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 2 of 94

Programa: 0001 AÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: DAR CUMPRIMENTO AS FUNCOES BASICAS DO PODER LEGISLATIVO, LEGISLANDO E FISCALIZANDO COM TRANSPARENCIA E SEMPRE EM DEFESA DOS INTERES SES DO MUNICÍPIO E DO CONTRIBUINTE

Justificativa: Necessidade de alocação de recursos para destinados a manutenção dos legislattivos

Público Alvo: População em Geral

2	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA	PRODUTOS ADQUIRIDOS	UN	6	10.000,00	6	10.000,00	6	10.000,00	6	10.000,00
	020101 GABINETE DO PRESIDENTE											
	1180 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS											
	01 Legislativa											
	122 Administração Geral											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	4 DESPESAS DE CAPITAL											
2	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	440.000,00	12	464.000,00	12	509.200,00	12	535.660,00
	020101 GABINETE DO PRESIDENTE											
	2003 MANUTENÇÃO E ENC. O LEGISLATIVO											
	01 Legislativa											
	122 Administração Geral											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 3 of 94

Programa: 0001 AÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: DAR CUMPRIMENTO AS FUNCOES BASICAS DO PODER LEGISLATIVO, LEGISLANDO E FISCALIZANDO COM TRANSPARENCIA E SEMPRE EM DEFESA DOS INTERES SES DO MUNICÍPIO E DO CONTRIBUINTE

Justificativa: Necessidade de alocação de recursos para destinados a manutenção dos legislattivos

Público Alvo: População em Geral

2	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00
020101	GABINETE DO PRESIDENTE										
2250	MANUTENÇÃO E ENC. COM PUBLICIDADE										
01	Legislativa										
122	Administração Geral										
1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00	Recursos Ordinários										
3	DESPESAS CORRENTES										

Total Geral Financeiro	480.000,00	504.000,00	529.200,00	555.660,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 4 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃ%	PERCENTUAL	65	80	68	72	77	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PRODUTO ADQUIRIO	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010201	GABINETE DO PREFEITO															
		1000	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS PARA O GAB. PREFEITO														
			04	Administração													
				122	Administração Geral												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 5 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	REFORMA REALIZADA	UN	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00	0	10.000,00
	010201 GABINETE DO PREFEITO										
	1101 REFORMA E/OU DO PAÇO MUNICIPAL										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	IMOVEL ADQUIRIDO	UN	1	10.000,00	1	20.000,00	1	20.000,00	1	30.000,00
	010201 GABINETE DO PREFEITO										
	1168 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 6 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE EXECUTADA	UN	12	30.000,00	12	35.000,00	12	40.000,00	12	50.000,00
	010201 GABINETE DO PREFEITO										
	2000 MANUTENÇÃO E ENC. COM A CONTROLADORIA INTERNA										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE EXECUTADA	UN	12	145.000,00	12	160.000,00	12	170.000,00	12	180.000,00
	010201 GABINETE DO PREFEITO										
	2004 MANUTENCAO E ENC. COM O GABINETE DO PREFEITO										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 7 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MANTER CONSULTORIA E ASSI	UN	12	65.000,00	12	75.000,00	12	80.000,00	12	100.000,00

010201 GABINETE DO PREFEITO
2006 MANUTENÇÃO E EN. COM A ASSESSORIA JURIDICA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE EXECUTADA	UN	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00	12	20.000,00

010201 GABINETE DO PREFEITO
2205 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PAÇO MUNICIPAL
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 8 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	4.000,00	12	4.000,00	12	4.000,00	12	4.000,00
	010201 GABINETE DO PREFEITO											
	2244 MANUTENÇÃO E ENC. COM PUBLICIDADE											
	04 Administração											
	122 Administração Geral											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE EXEUTADA	UN	12	30.000,00	12	31.200,00	12	36.250,60	12	45.000,00
	010301 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO											
	2111 MANUTENCAO E ENC. COM SEC. DE GOVERNO											
	04 Administração											
	122 Administração Geral											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 9 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CONTRIBUIÇÃO EFETUADA	UN	12	18.000,00	12	20.000,00	12	20.000,00	12	30.000,00

010401 GABINETE DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
2203 CONTRIBUIÇÃO COM AMM
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CONCURSO REALIZADO	UN	1	20.000,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00

010401 GABINETE DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
2204 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 10 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDPO	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010501 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS										
	1100 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS PARA SEC. ADMINISTRAÇ										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MANTER AS ATIVIDADES	UN	12	450.000,00	12	500.000,00	12	520.000,00	12	550.000,00
	010501 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS										
	2008 MANUTENÇÃO E EN. COM A SEC. DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 11 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADA EXECUTADA	UN	12	50.000,00	12	55.000,00	12	60.000,00	12	65.000,00
	010501 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS										
	2201 MANUTENÇÃO E ENC. COM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE										
	04 Administração										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PAGAMENTO EFETUADO	UN	12	229.421,80	12	230.000,00	12	230.000,00	0	0,00
	010507 ENCARGOS GERAIS										
	0001 PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DIVIDA COM O INSS										
	04 Administração										
	123 Administração Financeira										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 12 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PAGAMENTO EFETUADO	UN	12	9.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00

010507 ENCARGOS GERAIS
0002 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
04 Administração
123 Administração Financeira
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CONTRIBUIÇÃO EFETUADA	UN	12	78.880,00	12	82.820,00	12	86.960,00	12	91.309,00

010507 ENCARGOS GERAIS
0003 CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP
04 Administração
123 Administração Financeira
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 13 of 94

Programa: 0002 AÇÃO ADMINISTRATATIVA

Objetivo: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBLICOS E AS ACOES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCIPIO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINIS TRACAO

Justificativa: MELHORAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, BUSCANDO EQUILIBRIO FISCAL, AFIM DE OBTER EXCELENCIA NO ATENDIMENTO DO CIDADÃO E SOCIEDADE.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	DIVIDA QUITADA	UN	12	1.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010507 ENCARGOS GERAIS										
	0004 AMORTIÇÃO DE DIVIDA PÚBLICA										
	04 Administração										
	123 Administração Financeira										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				1.170.301,80		1.258.020,00		1.302.210,60		1.200.309,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 14 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
ATENDIMENTO AOS PRODUTORES	UN	UNIDADE	30	70	40	50	60	70
GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃ	%	PERCENTUAL	50	70	55	60	65	70

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI								ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010902 SEÇÃO DE ESTRADA E RODAGEM																
		2216 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS															
			20 Agricultura														
				606 Extensão Rural													
					1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente												
						00 Recursos Ordinários											
							3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 15 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXCUTADO	UN	1	3.000,00	1	3.000,00	0	0,00	0	0,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1117 IMPLANTAÇÃO DE SIST. DE IRRIGAÇÃO ASSENTAMENTOS
20 Agricultura
607 Irrigação
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	2	1.000,00	2	1.200,00	2	15.000,00	2	2.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1118 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, UTENS. EQUIPAMENTOS
20 Agricultura
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 16 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTOS ADQUIRIDOS	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1119 AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	AREA RECUPERADA	UN	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1120 RECUPERAÇÃO DE AREAS DEGRADADAS
18 Gestão Ambiental
543 Recuperação de Áreas Degradadas
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 17 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	AREA RECUPERADA	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	2.000,00	1	3.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1121 RECUPERAÇAO DE MARGENS E NASCENTES DE RIOS
18 Gestão Ambiental
543 Recuperação de Áreas Degradadas
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	AREA ADQUIRIDA	UN	0	0,00	1	10.000,00	1	10.000,00	0	0,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1122 AQUISIÇÃO DE AREA PARA O ATERRO SANITARIO
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 18 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	0	0,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	30.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1123 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITARIO
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	0	0,00	0	0,00	1	10.000,00	1	30.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1124 MELHORIA DO SISTEMA DE ESGOTO
17 Saneamento
512 Saneamento Básico Urbano
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 19 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00
	011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
	1169 PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS										
	17 Saneamento										
	605 Abastecimento										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PONTE REFORMADA	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
	011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
	1170 REFORMA DE PONTES										
	20 Agricultura										
	606 Extensão Rural										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 20 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	M	12	15.000,00	12	15.000,00	12	15.000,00	12	20.000,00
011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
2088 MANUTENÇÃO C/ CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO SUL										
20 Agricultura										
606 Extensão Rural										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	INCENTIVO CONCEDIDO	UN	12	1.000,00	12	1.200,00	12	1.500,00	12	2.000,00
011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
2212 INCENTIVO A PISICULTURA										
20 Agricultura										
602 Promoção da Produção Animal										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 21 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	INCENTIVO CONCENDIDO	UN	12	1.000,00	12	1.200,00	12	1.500,00	12	2.000,00
011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
2213 INCENTIVO A APICULTURA										
20 Agricultura										
602 Promoção da Produção Animal										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	INCENTIVO CONCEDIDO	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	2.000,00	12	2.000,00
011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
2214 INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR										
20 Agricultura										
606 Extensão Rural										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 22 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALID ADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	INCENTIVO CONCEDIDO	UN	12	1.000,00	12	1.200,00	12	1.500,00	12	2.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2215 INCENTIVO A AGROPECUARIA
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	30.000,00	12	30.000,00	12	30.000,00	12	40.000,00

011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2217 MNUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20 Agricultura
122 Administração Geral
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 23 of 94

Programa: 0003 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROPORCIONAR MEIOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO PRINCIPALMENTE O PEQUENO PRODUTOR

Justificativa: DESENVOLVER O AUMENTO E MELHORAR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA.

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CURSOS	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
	011201 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE										
	2249 REALIZAÇÃO DE CURSO PARA CAPACITAÇÃO PARA PRODUTORES										
	20 Agricultura										
	606 Extensão Rural										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

Total Geral Financeiro	70.000,00	90.800,00	117.500,00	152.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 24 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
AUMENTO DO PERCENTUAL DA TURIS %	PERCENTUAL	0	20	5	10	15	20
GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃ %	PERCENTUAL	50	70	55	60	65	70

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PROJETO EXECUTADO	UN	0	0,00	1	20.000,00	1	30.000,00	1	50.000,00
	011101	GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR															
		1102	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES E LAZER														
			27	Desporto e Lazer													
				695	Turismo												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 25 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJETO EXECUTDO	UN	1	10.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00
	011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR										
	1103 CONSTRUÇÃO DE LOCAL PARA ARTESANATO										
	23 Comércio e Serviços										
	695 Turismo										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJETO EXECCUTADO	UN	4	10.000,00	4	10.000,00	4	20.000,00	4	40.000,00
	011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR										
	1104 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PONTOS TURISTICOS										
	23 Comércio e Serviços										
	695 Turismo										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 26 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXCUTADO	UN	1	10.000,00	1	10.000,00	0	0,00	0	20.000,00

011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR
1158 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	0	0,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00

011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR
1159 CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 27 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI		PROJ. EXECUTADO	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
	011101	GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR										
		1160 INCENTIVO AO TURISMO RURAL										
		23 Comércio e Serviços										
		695 Turismo										
		1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
		00 Recursos Ordinários										
		4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI		MANTER AS ATIVIDADES DA SE	UN	12	30.000,00	12	35.000,00	12	40.000,00	12	50.000,00
	011101	GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR										
		2106 MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE TURISMO E CULTURA										
		04 Administração										
		122 Administração Geral										
		1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
		00 Recursos Ordinários										
		3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 28 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CURSO REALIZADO	UN	1	2.000,00	1	2.000,00	1	2.000,00	1	5.000,00

011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR
2206 REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ARTESANATO
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	EVENTO REALIZADO	UN	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	12.000,00

011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR
2207 REALIZAÇÃO DE EVENTOS
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 29 of 94

Programa: 0004 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO AOS SEGUIMENTOS DA SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A IMPLEMENTAR UMA CADEIA EVOLUTIVA DO TURISMO LOCAL

Justificativa: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	3.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00	12	3.727,60
	011101 GABINETE DO SECRETARIO DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR										
	2247 MANUTENÇÃO E ENC. COM PUBLICIDADE										
	23 Comércio e Serviços										
	695 Turismo										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				76.000,00		106.000,00		111.000,00		186.727,60

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 30 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃ	%	PERCENTUAL	30	50	35	40	45	50
PROMOÇÃO DE EVENTOS	UN	UNIDADE	2	6	3	4	5	6

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI								PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER																
		1129 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS															
			27 Desporto e Lazer														
				812 Desporto Comunitário													
					1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente												
						00 Recursos Ordinários											
							4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 31 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
1130 CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO										
27 Desporto e Lazer										
812 Desporto Comunitário										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
4 DESPESAS DE CAPITAL										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	20.000,00
011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
1131 CONSTRUÇAO DE GINAGIO POLIESPORTIVO										
27 Desporto e Lazer										
812 Desporto Comunitário										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 32 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTOO ADQUIRIDO	UN	6	3.000,00	6	2.000,00	6	3.000,00	6	5.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	1132 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS										
	27 Desporto e Lazer										
	812 Desporto Comunitário										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	1161 CONSTRUÇÃO DE ESTADIO MUNICIPAL										
	27 Desporto e Lazer										
	812 Desporto Comunitário										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 33 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	10.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	1162 CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESPORTIVAS										
	27 Desporto e Lazer										
	812 Desporto Comunitário										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	10.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	2223 MANUTENÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL										
	27 Desporto e Lazer										
	812 Desporto Comunitário										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 34 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER											
	2224 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DESPORTO											
	27 Desporto e Lazer											
	812 Desporto Comunitário											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	EVENTO REALIZADO	UN	2	10.000,00	2	10.000,00	2	10.000,00	2	10.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER											
	2225 REALIZAÇÃO DE EVENTOS											
	27 Desporto e Lazer											
	812 Desporto Comunitário											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 35 of 94

Programa: 0005 ESPORTE EM AÇÃO

Objetivo: PROMOVER E INCENTIVAR O DESPORTO E LAZER, AFIM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Justificativa: FORTALECER E INCENTIVAR A PRODUÇÃO ESPORTIVA E LAZER

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI		INCENTIVO DADO	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	011001	GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	2248	INCENTIVO AO ATLETA REVELAÇÃO										
	27	Desporto e Lazer										
	812	Desporto Comunitário										
	1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00	Recursos Ordinários										
	3	DESPESAS CORRENTES										
		Total Geral Financeiro				88.000,00		92.000,00		73.000,00		100.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 36 of 94

Programa: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Objetivo: DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, ALEM DE FONTES DE RECURSOS PARA ABE RTURA DE CREDITOS ADICIONAIS

Justificativa: VISA ASSEGURAR A RESERVA DE CONTIGENCIA

Público Alvo: Administração em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
RESERVA UTILIZADA	UN	UNIDADE	0	10	2	4	8	10

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							RESERVA DE CONTINGENCIA	UN	12	80.000,00	12	85.000,00	12	90.000,00	12	95.000,00
	019999	RESERVA DE CONTINGENCIA															
		9999	RESERVA DE CONTINGENCIA														
			99	Reserva de Contingência													
				999	Reserva de Contingência												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							9	RESERVA DE CONTINGêNCIA									
								Total Geral Financeiro			80.000,00		85.000,00		90.000,00		95.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 37 of 94

Programa: 0014 MORADIA PARA TODOS

Objetivo: CRIAR CONDICOES DE MELHORIA DE MORADIA PARA FAMILIAS CARENTES

Justificativa: VISA ASSEGURAR A POPULAÇÃO CARENTE MORADIA DIGNA

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
MORADIAS CONSTRUIDAS	UN	UNIDADE	0	50	20	30	40	50

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							OBRA EXECUTADA	UN	10	5.000,00	10	5.000,00	10	5.000,00	10	10.000,00
	010901	GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U															
		1105	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES														
			16	Habitação													
				482	Habitação Urbana												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 38 of 94

Programa: 0014 MORADIA PARA TODOS

Objetivo: CRIAR CONDICOES DE MELHORIA DE MORADIA PARA FAMILIAS CARENTES

Justificativa: VISA ASSEGURAR A POPULAÇÃO CARENTE MORADIA DIGNA

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	5	5.000,00	5	5.000,00	5	5.000,00	5	5.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U											
	1106 DISTRIBUIÇÃO DE KITS PARA CONSTRUÇÃO											
	16 Habitação											
	482 Habitação Urbana											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	4 DESPESAS DE CAPITAL											
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	5	5.000,00	5	5.000,00	5	5.000,00	5	5.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U											
	1107 DISTRIUIÇÃO DE KIT SANITARIO											
	16 Habitação											
	482 Habitação Urbana											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	4 DESPESAS DE CAPITAL											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 39 of 94

Programa: 0014 MORADIA PARA TODOS

Objetivo: CRIAR CONDICOES DE MELHORIA DE MORADIA PARA FAMILIAS CARENTES

Justificativa: VISA ASSEGURAR A POPULAÇÃO CARENTE MORADIA DIGNA

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	REGULARIZAÇÃO FEITA	UN	0	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00
010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
2208 REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA										
16 Habitação										
482 Habitação Urbana										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
Total Geral Financeiro				20.000,00		20.000,00		20.000,00		25.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 40 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
TAXA DE SATIFASÇÃO DA POPULAÇÃC	% PERCENTUAL	0	80	20	40	60	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							AMPLIAR A REDE DE ILUMINAC	UN	6	5.000,00	6	5.000,00	6	10.000,00	6	20.000,00
	010901	GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U															
		1016	AMPLIAR A REDE DE ILUMINACAO PUBLICA														
			15	Urbanismo													
				451	Infra-Estrutura Urbana												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 41 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	RESTAURAR A BR 364/163	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	10.000,00	1	30.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1017 RESTAURAR A BR 364/163 - PERIMETRO URBANO										
	26 Transporte										
	451 Infra-Estrutura Urbana										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	10.000,00	1	10.000,00	1	20.000,00	1	50.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1113 MELHORIA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA										
	17 Saneamento										
	512 Saneamento Básico Urbano										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 42 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1114 EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIARIA										
	26 Transporte										
	451 Infra-Estrutura Urbana										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	IMOVEL ADQUIRIDO	UN	1	20.000,00	1	20.000,00	1	20.000,00	0	0,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1115 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS										
	23 Comércio e Serviços										
	661 Promoção Industrial										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 43 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	REFORMA EXECUTADA	UN	3	10.000,00	3	10.000,00	2	10.000,00	0	0,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1116 REFORMA E/ OU AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PUBLICOS MUNICIPAL										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MAQUINA ADQUIRIDA	UN	1	5.000,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1165 AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 44 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	1166 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÓVEIS E UTENSILIOS										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	500.000,00	12	505.904,00	12	580.000,00	12	590.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	2017 MANUTENÇÃ E ENC. COM A SEC. DE OBRAS, VIACAO, SERVICO PUBLIC										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 45 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	30.000,00	12	35.000,00	12	40.000,00	12	45.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	2209 MANUTENÇÃO E ENC. COM LIMPEZA E CONSERVAÇÃO										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	10.000,00	12	15.000,00	12	20.000,00	12	25.000,00
	010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U										
	2210 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ILUMINAÇÃO PUBLICA										
	15 Urbanismo										
	452 Serviços Urbanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 46 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTAD	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	10.000,00	1	20.000,00
	010903 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO										
	1108 MELHORIA DOS PASSEIOS PUBLICOS										
	15 Urbanismo										
	451 Infra-Estrutura Urbana										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010903 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO										
	1109 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRAÇAS										
	15 Urbanismo										
	451 Infra-Estrutura Urbana										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 47 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	12	20.000,00	12	20.000,00	12	20.000,00	12	50.000,00
010903 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO										
1110 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SARJ GUIAS										
15 Urbanismo										
451 Infra-Estrutura Urbana										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
4 DESPESAS DE CAPITAL										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	12	20.000,00	12	20.000,00	12	20.000,00	12	50.000,00
010903 SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO										
1111 EXECUÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO										
15 Urbanismo										
451 Infra-Estrutura Urbana										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 48 of 94

Programa: 0006 GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: DESENVOLVER AÇOES PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO.

Justificativa: VISA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	50.000,00	12	50.000,00	12	60.000,00	12	60.000,00
	010904 DAE - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO										
	2211 MANUTENÇÃO E ENC. COM O DAE - DEP. AGUA E ESGOTO										
	17 Saneamento										
	512 Saneamento Básico Urbano										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				701.000,00		726.904,00		831.000,00		951.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 49 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÕE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
TAXA DE SATISFAÇÃO DO USUARIO C(	% PERCENTUAL	0	50	20	30	40	50

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	50.000,00	12	55.000,00	12	60.000,00	12	65.000,00
	010801	GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL															
		2081	MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PROMOCAO SOCIAL														
			08	Assistência Social													
				122	Administração Geral												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							3	DESPESAS CORRENTES									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 50 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1125 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MARCENARIA ESCOLA										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1126 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PADARIA ESCOLA										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 51 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1127 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1128 CONSTRUÇÃO DE CENTRO MULTIPLO USO										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 52 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÕE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	0	0,00	1	5.000,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1150 REFORMA DE CENTRO MULTIPLO USO										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1151 CONSTRUÇÃO DE CRAS										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 53 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1152 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA O CRAS										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADI	UN	1	1.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1153 IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOTECA										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 54 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÕE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PREMIAÇÃO	UN	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1154 PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1171 CONSTRUÇÃO DE CREAS										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 55 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÕE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	1172 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO										
	08 Assistência Social										
	241 Assistência ao Idoso										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	4.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2057 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROJETO CONVIVER										
	08 Assistência Social										
	241 Assistência ao Idoso										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 56 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÕE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROGRAMA DE ATENCAO A PE	UN	12	15.000,00	12	15.000,00	12	15.000,00	12	15.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2058 PROGRAMA DE ATENCAO A PESSOA IDOSA - API										
	08 Assistência Social										
	241 Assistência ao Idoso										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2062 MANTUTENÇAO E ENC. COM O PROGRAMA PROJOVEM										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 57 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADES MANTIDA	UN	12	200.000,00	12	215.000,00	12	220.000,00	12	230.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2064 MANUTENÇÃO E ENC. COM O FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROGRAMA DE APOIO A FAMIL	UN	12	10.000,00	12	10.000,00	12	15.000,00	12	15.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2068 PROGRAMA DE APOIO A FAMILIA - PAIF										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 58 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	5.000,00	12	7.000,00	12	7.000,00	12	10.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2069 PROGRAMA DE ACAO SOCIO EDUCACIONAL										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	3.000,00	12	4.000,00	12	4.000,00	12	5.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2130 MANUTENÇÃO E ENC. COM O IGD - PBF										
	08 Assistência Social										
	244 Assistência Comunitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 59 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00
010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
2218 MANUTENÇÃO E ENC. COM OS CONSELHOS SOCIAIS										
08 Assistência Social										
244 Assistência Comunitária										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.500,00	12	1.500,00	12	1.500,00	12	1.500,00
010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
2219 MANUTENÇAO E ENC. COM O PROGRAMA MARCENARIA ESCOLA										
08 Assistência Social										
244 Assistência Comunitária										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 60 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.500,00	12	1.500,00	12	1.500,00	12	1.500,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
	2220 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA PADARIA ESCOLA											
	08 Assistência Social											
	244 Assistência Comunitária											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00
	010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
	2221 MANUTENÇÃO E ENC. COM BENEFICIOS EVENTUAIS											
	08 Assistência Social											
	244 Assistência Comunitária											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 61 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	4.000,00	12	4.000,00	12	4.000,00	12	4.000,00
010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
2242 MANUTENÇÃO E ENC. COM PUBLICIDADE										
08 Assistência Social										
244 Assistência Comunitária										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00	12	5.000,00
010802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
2251 MANUTENÇÃO E ENC. COM IGD-SUAS										
08 Assistência Social										
244 Assistência Comunitária										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 62 of 94

Programa: 0013 PROMOÇÃO SOCIAL PARA TODOS

Objetivo: ESTIMULAR E APOIAR AS ACOES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

Justificativa: VISA ASSEGURAR MELHORIA NO SOCIAL DE TODOS OS MUNICIPES ATRAVES DE AÇÔE E PROJETOS QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE TODOS

Público Alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	120.000,00	12	125.000,00	12	130.000,00	12	135.000,00
	010804 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	2059 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CONSELHO TUTELAR										
	08 Assistência Social										
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROGRAMA EXECUTADO	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	10.000,00
	010804 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	2060 PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - PETI										
	08 Assistência Social										
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				469.000,00		491.000,00		497.000,00		524.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 63 of 94

Programa: 0015 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: PROMOVER AÇOES QUE PROPICIEM O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL DO SERVIDOR

Justificativa: VISA GARANTIR AOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICIPES POR MEIO DE CAPACITAÇÃO

Público Alvo: SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO SEI %	PERCENTUAL	50	80	60	65	70	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							CAPACITAÇÃO REALIADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00
	010501	GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS															
		2231	MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-ADM														
			04	Administração													
				128	Formação de Recursos Humanos												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							3	DESPESAS CORRENTES									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 64 of 94

Programa: 0015 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: PROMOVER AÇOES QUE PROPICIEM O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL DO SERVIDOR

Justificativa: VISA GARANTIR AOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICIPES POR MEIO DE CAPACITAÇÃO

Público Alvo: SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CAPACITAÇÃO REALIZADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00
010601 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO										
2228 MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -EDUCA										
12 Educação										
128 Formação de Recursos Humanos										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CAPAITAÇÃO REALIZADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00
010701 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEAMENTO										
2227 MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -SAUDE										
10 Saúde										
128 Formação de Recursos Humanos										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 65 of 94

Programa: 0015 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: PROMOVER AÇOES QUE PROPICIEM O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL DO SERVIDOR

Justificativa: VISA GARANTIR AOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICIPES POR MEIO DE CAPACITAÇÃO

Público Alvo: SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CAPACITAÇÃO REALIZADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00

010801 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
2229 MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -SOCIA
08 Assistência Social
128 Formação de Recursos Humanos
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CAPACITAÇÃO REALIZADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00

010901 GABINENTE DO SECRETARIO DA SEC. DE OBRAS VIAÇAÕ E SERVIÇOS U
2230 MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-OBRA
15 Urbanismo
128 Formação de Recursos Humanos
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 66 of 94

Programa: 0015 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: PROMOVER AÇOES QUE PROPICIEM O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL DO SERVIDOR

Justificativa: VISA GARANTIR AOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICIPES POR MEIO DE CAPACITAÇÃO

Público Alvo: SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CAPACITAÇÃO REALIZADA	UN	12	2.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	3.000,00
	011001 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER										
	2245 MANUTENÇÃO E ENC. COM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ESPO										
	27 Desporto e Lazer										
	128 Formação de Recursos Humanos										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				12.000,00		12.000,00		18.000,00		18.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013**

Programa: 0010 ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO DA POPULACAO AOS MEDICAMENTOS BASICOS E ELEVAR A DISPONIBILIDADE DE MEDICAMENTOS GENERICOS

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇÃO EM GERAL MEDICAMENTOS GRATUITOS

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
POPULAÇÃO ATENDIDA	%	PERCENTUAL	20	80	30	50	70	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI								PROJ. EXECUTADO	UN	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE																
		1133 IMPLANTAÇÃO DE HORTAS MEDICINAIS															
			10 Saúde														
				303 Suporte Profilático e Terapêutico													
					1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente												
						00 Recursos Ordinários											
							3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 68 of 94

Programa: 0010 ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO DA POPULACAO AOS MEDICAMENTOS BASICOS E ELEVAR A DISPONIBILIDADE DE MEDICAMENTOS GENERICOS

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇÃO EM GERAL MEDICAMENTOS GRATUITOS

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MEDICAMENTO DISTRIBUIDOS	UN	12	40.000,00	12	40.000,00	12	45.000,00	12	45.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2232 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS										
	10 Saúde										
	303 Suporte Profilático e Terapêutico										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MEDICAMENTO ADQUIRIDO	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2233 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES										
	10 Saúde										
	303 Suporte Profilático e Terapêutico										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
		Total Geral Financeiro			46.000,00		46.000,00		51.000,00		51.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 69 of 94

Programa: 0011 VIGILANCIA EM SAUDE

Objetivo: ELIMINAR, DIMINUIR OU PREVENIR RISCOS A SAUDE
Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE QUALIDADE AOS MUNICIPES
Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador		Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
POPULAÇÃO ATENDIDA	%	PERCENTUAL		50	100	60	70	80	100

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PRODUTO ADQUIRIDO	UN	1	500,00	1	500,00	2	1.000,00	2	1.000,00
	010704	SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA															
		1134	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS														
			10	Saúde													
				304	Vigilância Sanitária												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 70 of 94

Programa: 0011 VIGILANCIA EM SAUDE

Objetivo: ELIMINAR, DIMINUIR OU PREVENIR RISCOS A SAUDE
Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE QUALIDADE AOS MUNICIPES
Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	40.000,00	12	40.000,00	12	45.000,00	12	45.000,00
	010704 SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA										
	2054 MANUTENÇÃO E ENC.COM A VIGILANCIA SANITARIA										
	10 Saúde										
	304 Vigilância Sanitária										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	1	1.000,00	1	1.000,00	2	2.000,00	2	3.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1135 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. UTENSILIOS										
	10 Saúde										
	305 Vigilância Epidemiológica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 71 of 94

Programa: 0011 VIGILANCIA EM SAUDE

Objetivo: ELIMINAR, DIMINUIR OU PREVENIR RISCOS A SAUDE
Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE QUALIDADE AOS MUNICIPES
Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2055 MANUTENÇÃO E ENC VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA										
	10 Saúde										
	305 Vigilância Epidemiológica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
		Total Geral Financeiro			81.500,00		81.500,00		88.000,00		89.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 72 of 94

Programa: 0008 ATENCAO BASICA A SAUDE

Objetivo: PROPORCIONAR AMPLO E IRRESTRITO ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS BASICOS EM SAUDE

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇAO ATENÇÃO BASICA A SAUDE

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
Índice de famílias atendidas pelos PSF	%	PERCENTUAL	80	100	85	88	90	100
Taxa de Redução da gravidez na adolesc	%	PERCENTUAL	0	15	5	8	12	15
Taxa de Satisfação do cidadão no atendir	%	PERCENTUAL	50	80	60	65	70	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PROJ. EXECUTADO	UN	1	20.000,00	1	20.000,00	0	0,00	0	0,00
	010705	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE															
		1136	CONSTRUÇÃO DE PSF														
			10	Saúde													
				301	Atenção Básica												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 73 of 94

Programa: 0008 ATENCAO BASICA A SAUDE

Objetivo: PROPORCIONAR AMPLO E IRRESTRITO ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS BASICOS EM SAUDE

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇAO ATENÇÃO BASICA A SAUDE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	20.000,00	1	20.000,00	1	30.000,00	1	40.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1137 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	6	30.000,00	6	3.000,00	6	3.000,00	6	5.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1138 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIP E UTENSILIOS										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 74 of 94

Programa: 0008 ATENCAO BASICA A SAUDE

Objetivo: PROPORCIONAR AMPLO E IRRESTRITO ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS BASICOS EM SAUDE

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇAO ATENÇÃO BASICA A SAUDE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	170.000,00	12	180.000,00	12	195.000,00	12	195.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2044 MANUTENÇÃO E ENC. PROG AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - PACS										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	50.000,00	12	60.000,00	12	70.000,00	12	80.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2045 MANUTENÇÃO E ENC. COM PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 75 of 94

Programa: 0008 ATENCAO BASICA A SAUDE

Objetivo: PROPORCIONAR AMPLO E IRRESTRITO ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS BASICOS EM SAUDE

Justificativa: VISA GARANTIR A POPULAÇAO ATENÇÃO BASICA A SAUDE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	80.000,00	12	80.000,00	12	100.000,00	12	90.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2046 MANUTENÇÃO E ENC. COM O PROGRAMA SAUDE BUCAL										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				370.000,00		363.000,00		398.000,00		410.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 76 of 94

Programa: 0009 ATENCAO MEDIA E ALTA COPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR A OFERTA DE SERVICOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE A POPULACAO DO MUNICIPIO

Justificativa: VISA GARATIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO CARENTE

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
ACRESCENTAR	%	PERCENTUAL	1	5	2	3	0	5

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PROJ. EXECUTADO	UN	1	10.000,00	1	15.000,00	1	20.000,00	1	25.000,00
	010705	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE															
		1137	REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE														
			10	Saúde													
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							3	DESPESAS CORRENTES									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 77 of 94

Programa: 0009 ATENCAO MEDIA E ALTA COPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR A OFERTA DE SERVICOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE A POPULACAO DO MUNICIPIO

Justificativa: VISA GARATIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO CARENTE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROD. ADQUIRIDO	UN	6	5.000,00	6	5.000,00	6	5.000,00	6	5.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1139 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUP. UTENSILIOS										
	10 Saúde										
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UN	6	25.000,00	6	28.000,00	6	30.000,00	6	35.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1140 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES										
	10 Saúde										
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 78 of 94

Programa: 0009 ATENCAO MEDIA E ALTA COPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR A OFERTA DE SERVICOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE A POPULACAO DO MUNICIPIO

Justificativa: VISA GARATIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO CARENTE

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	TRANSPORTE EXECUTADO	UN	12	15.000,00	12	20.000,00	12	20.000,00	12	25.000,00
010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
2235 TRANSPORTE DE PACIENTES P/ CONSULTA E EXAMES										
10 Saúde										
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

Total Geral Financeiro	55.000,00	68.000,00	75.000,00	90.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013**

Programa: 0012 GESTAO DO SUS

Objetivo: APOIAR A IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS DE SAUDE QUE CONTRIBUEM PARA A ORGANIZACAO E EFICIENCIA DO SISTEMA

Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida		Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
Índice de famílias atendidas pelos PSF	%	PERCENTUAL	80	100	85	90	95	100
Taxa de Redução da gravidez na adolesc	%	PERCENTUAL	0	15	5	7	10	15
Taxa de Satisfação do cidadão no atendir	%	PERCENTUAL	50	80	60	65	70	80

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI							PRODUTO ADQUIRIDO	UN	6	2.000,00	6	3.000,00	6	5.000,00	6	5.000,00
	010701	GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEAMENTO															
		1141	AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIP. E UTENSILIOS														
			10	Saúde													
				301	Atenção Básica												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 80 of 94

Programa: 0012 GESTAO DO SUS

Objetivo: APOIAR A IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS DE SAUDE QUE CONTRIBUEM PARA A ORGANIZACAO E EFICIENCIA DO SISTEMA

Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	50.000,00	12	75.000,00	12	80.000,00	12	80.000,00
	010701 GABINETE DO SECRETARIO DA SECRETARIA DE SAUDE E SANEAMENTO										
	2236 MANUTENÇÃO E ENC. COM O GABINETE DO SEC. SAUDE										
	10 Saúde										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	VEICULO ADQUIRIDO	UN	1	30.000,00	1	30.000,00	0	0,00	0	0,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	1167 AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013**

Programa: 0012 GESTAO DO SUS

Objetivo: APOIAR A IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS DE SAUDE QUE CONTRIBUEM PARA A ORGANIZACAO E EFICIENCIA DO SISTEMA

Justificativa: VISA GARANTIR SAUDE DE QUALIDADE A POPULAÇÃO

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADES MANTIDA	UN	12	900.000,00	12	950.000,00	12	1.000.000,00	12	1.050.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2049 MANUTENÇÃO E ENC. COM O CENTRO DE SAUDE										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	CONTRIBUIR COM O CONSORC	UN	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00	12	40.000,00
	010705 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
	2052 CONTRIBUIR COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - PACIS										
	10 Saúde										
	301 Atenção Básica										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
	Total Geral Financeiro				1.022.000,00		1.098.000,00		1.125.000,00		1.175.000,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 82 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

Metas

Indicador	Unidade de Medida	Ind.Recente	Ind.Futuro	2014	2015	2016	2017
AUMENTO DA QUALIDADE DE ENSINO %	PERCENTUAL	0	50	10	20	30	50
DIMINUIÇÃO DE ALUNOS DESISTENTE UN	UNIDADE	65	10	50	30	20	10
DIMUNUIÇÃO DE ALUNOS TRANSFERI(UN	UNIDADE	64	10	50	30	20	10

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	ProjAtiv	Função	SubFun.	FonGr.	FonCód.	Categoria	Bem/Produto/Serviço	Unid.	Meta 2014	2014	Meta 2015	2015	Meta 2016	2016	Meta 2017	2017
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI(							REFORMA REALIZADA	UN	1	10.000,00	1	3.000,00	0	0,00	0	0,00
	010601	GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO															
		1145	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO														
			12	Educação													
				122	Administração Geral												
					1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
						00	Recursos Ordinários										
							4	DESPESAS DE CAPITAL									

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 83 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROD. ADQUIRIDO	UN	6	10.000,00	6	10.000,00	6	10.000,00	6	10.000,00
	010601 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO										
	1148 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIP. UTENSI PARA SEC EDUCAÇÃO										
	12 Educação										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	200.000,00	12	210.000,00	12	220.000,00	12	210.000,00
	010601 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO										
	2122 MANUTENÇÃO E ENC COM GABINETE DA SECRETARIA MUN DE EDUCACAO										
	12 Educação										
	122 Administração Geral										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 84 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00	12	5.000,00
	010601 GABINETE DO SECRETARIADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO											
	2243 MANUTENÇÃO E ENC. COM PUBLICIDADE											
	12 Educação											
	122 Administração Geral											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	3 DESPESAS CORRENTES											
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PRODUTO ADQUIRIDO	UN	6	10.000,00	6	5.000,00	6	5.000,00	5	3.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO											
	1142 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIP. UTENSILIOS											
	12 Educação											
	361 Ensino Fundamental											
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente											
	00 Recursos Ordinários											
	4 DESPESAS DE CAPITAL											

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 85 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	10.000,00	1	10.000,00	1	10.000,00	1	50.000,00

010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO
1143 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	VEICULO ADQUIRIDO	UN	1	30.000,00	1	20.000,00	1	30.000,00	1	30.000,00

010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO
1147 AQUISIÇÃO DE VEICULOS
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 86 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	1155 CONTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	1156 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTE NAS ESCOLAS										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 87 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	PROJ. EXECUTADO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	0	0,00	0	0,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	1157 REFORMA E/OU AMPLIAÇAO DE UNIDADE INFANTIL										
	12 Educação										
	365 Educação Infantil										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	4 DESPESAS DE CAPITAL										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	100.000,00	12	120.000,00	12	130.000,00	12	135.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2025 MANUTENÇÃO E ENC. COM A ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE										
	12 Educação										
	306 Alimentação e Nutrição										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 88 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	920.000,00	12	930.000,00	12	950.000,00	12	960.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2030 MANUTENÇÃO E ENC. COM O ENSINO FUNDAMENTAL -										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	MANTER O TRANSPORTE ESC	UN	12	90.000,00	12	90.000,00	12	100.000,00	12	110.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2032 MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR										
	12 Educação										
	362 Ensino Médio										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 89 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	350.000,00	12	360.000,00	12	370.000,00	12	380.000,00
010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
2036 MANUTENÇÃO E ENC. COM A EDUCACAO INFANTIL - MEI										
12 Educação										
365 Educação Infantil										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										
1 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00
010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
2078 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE										
12 Educação										
361 Ensino Fundamental										
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
00 Recursos Ordinários										
3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 90 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00	12	1.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2078 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE										
	12 Educação										
	365 Educação Infantil										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ACERVO ADQUIRIDO	UN	12	1.000,00	12	2.000,00	12	3.000,00	12	2.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2237 AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRAFICO										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 91 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	UNIFORME ADQUIRIDO	UN	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00	1	5.000,00
	010602 SEÇÃO PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO										
	2241 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	800.000,00	12	850.000,00	12	900.000,00	12	950.000,00
	010607 FUNDEB										
	2026 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 60%										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 92 of 94

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	300.000,00	12	305.000,00	12	312.750,00	12	323.380,00

010607 FUNDEB
2026 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 60%
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	170.000,00	12	180.000,00	12	190.000,00	12	200.000,00

010607 FUNDEB
2027 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40%
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013**

Programa: 0007 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DA EDUCAÇÃO

Objetivo: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Justificativa: GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Público Alvo: População em Geral

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	108.864,00	12	112.810,00	12	117.460,00	12	122.835,00
	010607 FUNDEB										
	2027 MANUTENÇÃO E ENC. COM FUNDEB 40%										
	12 Educação										
	365 Educação Infantil										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CI	ATIVIDADE MANTIDA	UN	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00	12	10.000,00
	010608 FUNDO MUNICIPAL DO SALARIO EDUCAÇÃO										
	2246 MANUTENÇÃO COM O TRANSPORTE ESCOLAR - SALARIO DA EDUCAÇÃO										
	12 Educação										
	361 Ensino Fundamental										
	1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente										
	00 Recursos Ordinários										
	3 DESPESAS CORRENTES										
		Total Geral Financeiro			3.146.864,00		3.239.810,00		3.370.210,00		3.508.215,00

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA
RUA RUI BARBOSA, 335, C
37464948/0001-08

Anexo IV - Programas, Metas e Ações - (PPA Inicial) **Lei: 441, Data: 30/10/2013** Page 94 of 94

Resumo Geral

	2014	2015	2016	2017
Total Geral por Ano:	7.887.665,80	8.282.034,00	8.696.120,60	9.130.911,60
Total Geral do PPA:	33.996.732,00			

ALEXANDRE RUSSI
PREFEITO
866.680.641-91

KATIA MARIA RIBEIRO
CONTADORA
482.024.101-00

ELIANA NOGUEIRA LEÃO DE MORAES
TESOUREIRA
018.040.251-00

Fiorilli SC Ltda - Software

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N°.503/2015 "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016.

LEI MUNICIPAL N°.503/2015 01 DE DEZEMBRO 2015

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor Alexandre Russi Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as metas e prioridades da administração municipal;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. É facultado ao Poder Executivo, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º. As propriedades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social,

obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - Situação econômica do Município

II - Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX - Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12°. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13°. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da

proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2012 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 14°. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de setembro de 2015, na forma prevista, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15°. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2016, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de outubro de 2015.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16°. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17°. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18°. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19°. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, União, e demais órgãos e entidades governamentais e de representação, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20°. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21°. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22°. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23°. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no mínimo 1,0 % (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2016, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 24°. As despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25°. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2015;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2016, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 26° - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, respectivamente da Receita Corrente Liquida, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Art. 27° - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2015, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente

Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 28° - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF. Art. (Art. 22 § único, V da LRF).

Art. 29° - Na execução orçamentária de 2016, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, salvo as exceções da presente lei.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30°. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31°. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2016, e de fevereiro de 2017, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 32°. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 33°. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2015, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2016 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 34°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa– MT, ao 01 de Dezembro de 2015.

S

A

N

C

I

O

N

O

Alexandre Russi

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME:

LEI MUNICIPAL N°.503/2015 01 DE DEZEMBRO 2015

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor Alexandre Russi Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as metas e prioridades da administração municipal;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art.

4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. É facultado ao Poder Executivo, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º. As propriedades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social,

obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - Situação econômica do Município

II - Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX - Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12°. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13°. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2012 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 14°. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de setembro de 2015, na forma prevista, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15°. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2016, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de outubro de 2015.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16°. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17°. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18°. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19°. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, União, e demais órgãos e entidades governamentais e de representação, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20°. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21°. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22°. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23°. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no mínimo 1,0 % (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2016, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 24°. As despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25°. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2015;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2016, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 26° - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, respectivamente da Receita Corrente Liquida, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Art. 27° - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2015, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 28° - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF. Art. (Art. 22 § único, V da LRF).

Art. 29° - Na execução orçamentária de 2016, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, salvo as exceções da presente lei.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30°. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31°. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2016, e de fevereiro de 2017, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 32°. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 33°. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2015, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2016 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 34°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em São Pedro da Cipa– MT, ao 01 de Dezembro de 2015.

S

A

N

C

I

O

N

O

Alexandre Russi

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME:

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

***ANEXO II* - METAS FISCAIS**

Para fins de cumprimento do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são estabelecidas as metas anuais da Administração Municipal, em valores correntes e constantes, para

as receitas, as despesas e para o resultado primário para o triênio 2016 – 2018, conforme quadros anexos:

1) Demonstrativo I - Metas Anuais – período 2016-2018;

2) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - 2014;

3) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas dos 3 Exercícios Anteriores.

4) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

5) Demonstrativo V - Origem e Aplicação de Recursos com Alienação de Ativos.

6) Demonstrativo VI – a) Receitas e Despesas Previdenciárias e Avaliação Atuarial.

7) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

8) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Entende-se por Valores Correntes - os valores estimados com a inflação projetada para o triênio 2016-2018, e como Valores Constantes - os valores estimados com a exclusão da inflação.

Para a elaboração das metas foi adotada a metodologia estabelecida pelo Governo Federal e normatizada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria n° 553, de 24 de setembro de 2014, tendo sido utilizados os seguintes parâmetros para as estimativas da receita:

a) Projeção do PIB – Produto Interno Bruto, conforme cenário macroeconômico do Governo Federal;

b) Índice de inflação – IPCA do IBGE, de acordo com projeções do Governo Federal;

c) Projeção do PIB – MT – constante da LOA 2015 do Governo Estadual;

d) Esforço fiscal para os tributos de competência do município, bem como, expansão da participação na receita Cota-parte do ICMS do Estadual.

O cenário fiscal da LDO 2016-2018 foi elaborado com a utilização dos seguintes parâmetros:

Percentuais					
PARÂMETROS	***2014***	***2015***	***2016***	***2017***	***2.018***
PIB - Brasil	0,09%	-0,9%	1,3%	1,9%	2,4%
PIB-Regional - MT	1,9%	2,2%	3,0%	3,0%	3,0%
IPCA/IBGE	6,41%	8,2%	5,6%	4,5%	4,5%
Expansão IPTU	14,1%	1,0%	4,0%	2,0%	0,0%
ISS esforço fiscal	61,7%	5%	5%	5%	5%
Contribuição de Melhoria	0,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ICMS - 25% Aumento do índice	-5,1%	-10,6%	2%	5%	3%
Dívida Ativa Esforço Fiscal	108,9%	20%	20%	20%	10%
Valor do PIB - MT (Em R$ Milhares)	R$ 99. 869	R$ 102. 066	R$ 112. 028	R$ 123. 090	R$ 127. 399

A memória de cálculo foi a seguinte: para calcular o valor das Receitas Primárias foram deduzidas as receitas financeiras: (rendimentos de aplicações financeiras e alienações de bens).

Da mesma forma, abatendo-se do total da despesa o valor da Amortização e dos Encargos da Dívida, obteve-se as Despesas Primárias.

Do confronto entre a Receita Primária e a Despesa Primária, obteve-se Resultado Primário, que vem a ser a economia da receita que o Município faz, para atender aos pagamentos da Dívida.

Foi adotada a seguinte memória de cálculo:

Receitas Primárias: foram deduzidas as receitas financeiras: (rendimentos de aplicações financeiras e alienações de bens);

Despesas Primárias: foi deduzido do total da despesa o valor da Amortização e dos Encargos da Dívida;

Resultado Primário: é a economia da receita que o Município faz para honrar os compromissos da Dívida Pública: foi obtido do confronto entre a Receita Primária e a Despesa Primária;

Resultado Nominal: indica o esforço que a Administração Municipal fará para a redução da Dívida Consolidada no triênio de 2016-2018, foi obtido pela subtração do Saldo da Dívida Consolidada no final do período seguinte, pelo saldo da Dívida Consolidada no período anterior. Por isso será sempre representado por um valor negativo.

Montante da Dívida Consolidada: corresponde aos valores projetados da dívida de longo prazo contratada pelo Município de Campinápolis, e se refere aos parcelamentos diversos, conforme Anexo 16 do Balanço anual. A meta estabelecida corresponde aos valores pactuados nos respectivos contratos, com a correção pelo IPCA.

Dívida Consolidada Líquida: corresponde a Dívida Consolidada deduzidas as disponibilidades de Caixa, liquidas de Restos a Pagar Processados: partiu-se do princípio do equilíbrio orçamentário, no qual, a Receita Prevista será igual a Despesa Fixada, não havendo assim, sobras de caixa no período de 2014-2016. Portanto, a meta da Dívida Consolidada Liquida será exatamente igual ao valor da Dívida Consolidada.

Esclarecemos que os valores projetados são meramente referenciais, com base nos parâmetros que reflete o comportamento da economia no início do ano de 2015.

Por este motivo as projeções poderão ser modificadas, caso venha a ocorrer mudanças nas variáveis utilizadas, quando da elaboração do Orçamento 2016.

São Pedro da Cipa - MT, 01 de Dezembro de 2015.

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA PARA 2016

ANEXO III - RISCOS FISCAIS

O Anexo de Riscos Fiscais trata da avaliação dos Passivos Contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, conforme exige o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Dessa forma, os “Riscos Fiscais” e as providências cabíveis, caso venham a ocorrer estão discriminados na tabela anexa.

Os riscos podem ocorrer tanto no aumento da despesa, quanto na redução da receita, provocando desequilíbrio financeiro à gestão. No tocante a despesa, os riscos poderão ocorrer caso surja diversos fatores, como decisão judicial em ações de indenizações por desapropriações feitas no passado, ou de reclamações trabalhistas, como também, do aparecimento de eventuais dívidas não previstas.

No âmbito da Receita, podem surgir riscos, dentre outros, devido da provável frustração do ingresso da Transferência de Fomento as Exportações - FEX, cuja receita não repassada pelo Governo Federal no ano de 2014.

Outra incerteza, diz respeito à cota-parte do FETHAB 50%, por força de questionamentos havidos na Lei Estadual nº 10.051, de 10 de janeiro de 2014, a qual poderá sofrer alterações a qualquer momento por parte do Governo de Mato Grosso, o que certamente impactará negativamente a estimativa das receitas municipais.

Caso aconteçam quaisquer riscos fiscais, quer do âmbito da despesa, quanto da receita, utilizar-se-á dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 5, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Caso perdure o desequilíbrio, o Poder Executivo Municipal adotará as medidas previstas no projeto da LDO 2016, a qual estabeleceu o percentual de no mínimo 1% (um por cento) da RCL, para atender aos Passivos Contingentes, conforme evidencia a tabela a seguir.

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

Tabela 1 - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS			
Lei Diretrizes Orçamentárias para 2016			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)	R$ 1,00		
PASSIVOS CONTINGENTES	**PROVIDÊNCIAS**		
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Assunção de Passivos	-	-	-
Assistências Diversas	-	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	-	-
SUBTOTAL	**-**	**SUBTOTAL**	**-**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**PROVIDÊNCIAS**		
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Frustração da Receita da Fomento às Exportações - FEX	150.000,00	Utilizar a Reserva Contingência ou Anulação de Dotações Orçamentárias.	150.000,00
Frustração da Receita da Cota-Parte do FETHAB - 50%	1.150.000,00	Limitação de Empenho	1.150.000,00
Outros Riscos Fiscais	-	-	-
SUBTOTAL	**1.300.000**	**SUBTOTAL**	**1.300.000**
TOTAL	**1.300.000**	**TOTAL**	**1.300.000**

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2014.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2014.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E CONSULFARMA INFORMATICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.191.328/0001-20.

Objetivo: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 072/2014 por 12 (doze) meses, do dia 24/11/2015 a 24/11/2016.

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata o caput desta Cláusula, devido ao fato do sistema de gestão pública já estar implantado e ser de execução continuada, sendo que os serviços destinam-se a atender necessidades públicas permanentes com previsibilidade orçamentária contínua.

Vigência do contrato: 24/11/2015 até 24/11/2016.

Modalidade: Pregão nº 077/2014.

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2013.

EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2013.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E LÓGICA CONSULTORIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.547.564/0001-98.

Objetivo: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo n° 073/2013, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, compreendendo o período de 26/11/2015 a 25/01/2016.

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata o *caput* desta Cláusula, pela necessidade de assessoria da empresa Contratada na elaboração dos projetos de lei para aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano Municipal de Saneamento Básico (PGSB) pelo Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) do Município de Sapezal/MT.

Vigência do contrato: 26/11/2015 até 25/01/2016.

Modalidade: Pregão N° 045/2013.

Secretaria: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E LEANDRO MARQUES DO AMARAL MACIEL ME, inscrita no CNPJ nº 21.772.664/0001-49

Objetivo: Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias a vigência do Contrato Administrativo n° 053/2015, que compreenderá o período de 08/01/2016 a 07/02/2016.

Fica majorado o valor do Contrato Administrativo n° 053/2015, aditando-se ao valor inicial do contrato um percentual aproximado de 16,5 (dezesseis vírgula cinco por cento), que corresponde a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata o *caput* desta Cláusula, devido a necessidade de aprovação dos projetos de climatização das salas de aula junto à ENERGISA, bem como pela inclusão da Escola Municipal Stephano Locks nos referidos projetos.

O presente Termo Aditivo justifica-se pela inclusão da Escola Stephano Locks nos projetos de instalação elétrica para futura climatização das salas de aulas das escolas e creches do Município de Sapezal/MT, em conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Vigência do contrato: 08/01/2016 até 07/02/2016.

Modalidade: Pregão Presencial nº 051/2015.

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO Nº 025/2015

TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO nº 025/2015

Ata de Registro de Preços nº 027/2015

REAJUSTE DE PREÇO DO ITEM 01 e 03 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2015

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA DE SAPEZAL/MT, situada na Av. Antonio Andre Maggi, 1.400, centro, inscrita no CNPJ: 01.614.225/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ILMA GRISOSTE BARBOSA, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob nº 365.515.891-20, residente e domiciliada nesta cidade de Sapezal/MT, doravante denominada GERENCIADORA e a empresa abaixo relacionada, *doravante denominada FORNECEDORA,* ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial c/ SRP nº 010/2015, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes deste Termo de Realinhamento de Preços da Ata de Registro de Preços n° 027/2015, conforme as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir: FORNECEDOR: A. L. F. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n° 03.972.001/0001-96, estabelecida à Av. Antônio André Maggi, n° 1.119, Centro,

Sapezal/MT, neste ato representada pela Sra. LUIZA CLEMENTINA PALAVRO MORO, portadora do RG n° 1145768-6 SSP/MT e CPF n° 499.832.109-91, residente em Cuiabá/MT.

1 - Considerando a Cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preço nº 027/2015**,** com validade 12 (doze) meses, Pregão Presencial nº 010/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTORES (ÁLCOOL, DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM)**; Artigo 65 da Lei 8666/93, considerando, ainda, a solicitação de reajuste feito pela empresa, tendo em vista o reajuste no custo dos combustíveis: Alcool Comum de R$ 0,40 (quarenta centavos) e Gasolina comum de R$ 0,17 (dezessete centavos), majoração esta comprovada através de notas fiscais apresentadas pela Fornecedora. Considerando, ainda, que a Gerenciadora, através de seus prepostos, ao proceder diligência nos postos de abastecimento localizados no Município pode constatar que o preço ofertado pela empresa Fornecedora se encontra dentro dos valores praticados no mercado.

Posto isto, verificamos que realmente os preços tiveram elevação noúltimo mês,conforme Notas Fiscais da fornecedora em anexo. O presente termo será publicado: na imprensa Oficial do Município.

1.1 **- PLANILHA COM VALOR REGISTRADO ANTERIORMENTE:**

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
01	45.200	Litros	ALCOOL AUTOMOTIVA COMUM	R$ 2,35	R$ 106.220,00

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
03	178.000	litros	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM	R$ 3,61	R$ 624.780,00

1.2 - PLANILHA COM VALOR ATUALIZADO/REAJUSTADO:

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
01	45.200	Litros	ALCOOL AUTOMOTIVA COMUM	R$ 2,75	R$ 124.300,00

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
03	178.000	litros	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM	R$ 3,78	R$ 672.840,00

1.3 - OCritério utilizado para o reajuste do valor da Ata de Registro de Preço *nº 027/2015* teve por baseas Notas Fiscais apresentadas pela Fornecedora.

1.4 - Ficam inalterados todos os demais itens, dentro das mesmas normas e procedimentos previstos na Ata e Registro de Preço nº 027/2015.

Sapezal - MT, 08 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO Nº 024/2015

TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO nº 024/2015

Ata de Registro de Preços nº 096/2015

REAJUSTE DE PREÇO DO ITEM 02 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2015

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA DE SAPEZAL/MT, situada na Av. Antonio Andre Maggi, 1.400, centro, inscrita no CNPJ: 01.614.225/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ILMA GRISOSTE BARBOSA, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob nº 365.515.891-20, residente e domiciliada nesta cidade de Sapezal/MT, doravante denominada GERENCIADORA e a empresa abaixo relacionada, *doravante denominada FORNECEDORA,* ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial c/ SRP nº 063/2015, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes deste Termo de Realinhamento de Preços da Ata de Registro de Preços n° 096/2015, conforme as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir: FORNECEDORA: FÓRMULA INDY COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.939.493/0001 - 06, com sede na Avenida Republica do Libano, nº 535, Bairro Despraiado – Município de Cuiabá - MT, representada pelo Sr. Ranmed Leite Moussa, portador do RG nº 342738 SSP/MT e do CPF nº 353.733.341 - 20, residente e domiciliado no Município de Cuiabá – MT.

1 - Considerando a Cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preço nº 096/2015**,** com validade 12 (doze) meses, Pregão Presencial nº 063/2015, Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustíveis automotores (diesel s - 10 e gasolina comum), de posto de abastecimento em Cuiabá - MT; Artigo 65 da Lei 8666/93, considerando, ainda, a solicitação de reajuste feito pela empresa, tendo em vista o reajuste no custo do combustível: gasolina comum de R$ 0,05 (cinco centavos), majoração esta comprovada através de notas fiscais apresentadas pela Fornecedora.

Posto isto, verificamos que realmente os preços tiveram elevação nosúltimos meses,conforme Notas Fiscais da fornecedora em anexo. O presente termo será publicado: na imprensa Oficial do Município.

1.1 **- PLANILHA COM VALOR REGISTRADO ANTERIORMENTE:**

Item	Qd	Unidade	Descrição	
2	9.220	litros	**GASOLINA COMUM** – POSTO DE ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DE CUIABÁ – MT. **Marca: Simarelli**	R$ 3,66

1.2 - PLANILHA COM VALOR ATUALIZADO/REAJUSTADO:

Item	Qd	Unidade	Descrição	
2	9.220	litros	**GASOLINA COMUM** – POSTO DE ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DE CUIABÁ – MT. **Marca: Simarelli**	R$ 3,71

1.3 - OCritério utilizado para o reajuste do valor da Ata de Registro de Preço *nº 096/2015* teve por baseas Notas Fiscais apresentadas pela Fornecedora.

1.4 - Ficam inalterados todos os demais itens, dentro das mesmas normas e procedimentos previstos na Ata e Registro de Preço nº 096/2015.

Sapezal - MT, 08 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E DOIS IRMÃOS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME**,** INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 08.856.758/0001-38.

Objetivo: Fica prorrogado por 02 (dois) meses o prazo de execução dos serviços, bem como o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 064/2014, onde **o prazo de execução dos serviços compreenderá o período de 01/12/2015 até 01/02/2016, e o prazo de vigência do contrato o período de 16/01/2016 até 16/03/2016**.

Justificativa: justifica-se a prorrogação de que trata a Cláusula anterior, devido à necessidade de viabilizar a continuidade dos serviços de recebimento, armazenamento e destinação final adequada aos pneus inservíveis e os restos de borracha existentes no Município de Sapezal, vez que o objeto do Contrato é de execução contínua.

Vigência do contrato: 16/01/2016 até 16/03/2016.

Modalidade: Pregão Presencial nº 064/2014.

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 86.952.587/0001-54.

Objetivo: **Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 071/2014 por 12 (doze) meses, do dia 24/11/2015 a 24/11/2016.**

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata o caput desta Cláusula, devido ao fato do sistema de gestão pública já estar implantado e ser de execução continuada, sendo que os serviços destinam-se a atender necessidades públicas permanentes com previsibilidade orçamentária contínua.

Vigência do contrato: 24/11/2015 até 24/11/2016.

Modalidade: Pregão nº 077/2014.

Secretaria: Secretaria Municipal de Finanças e Gabinete.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E **MILANI & MACHADO LTDA – ME, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 18.204.777/0001-33**.

Objetivo: Fica prorrogado o prazo de execução da obra, bem como o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 041/2015, pelo prazo de 90 (noventa) dias. O prazo de execução da obra compreenderá o período de 29/09/2015 até 28/12/2015, e o prazo de vigência do contrato o período de 24/10/2015 até 22/01/2016.

Justificativa: justifica-se a prorrogação de que trata a Cláusula anterior, devido ao início do período chuvoso e da dificuldade em adquirir o granelite, material indispensável para execução do piso da pista de skate.

Vigência do contrato: 24/10/2015 até 22/01/2016.

Vigência da execução da obra: 29/09/2015 até 28/12/2015.

Modalidade: Tomada de Preço nº 004/2015.

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2014.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2014.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E MILANI & MACHADO LTDA – ME, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 18.204.777/0001-33.

Objetivo: Fica prorrogado o prazo de execução da obra, bem como o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 044/2014, pelo prazo de 90 (noventa) dias. O prazo de execução da obra compreenderá o período de 28/11/2015 até 26/02/2016, e o prazo de vigência do contrato o período de 29/12/2015 até 28/03/2016.

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata a Cláusula anterior, pelos argumentos constantes no Ofício nº 135/2015/SUPO/SAPU/CIDADES, subscrito pelo Superintendente de Projetos e Orçamentos e Equipe Técnica da Secretaria de Cidades de Mato Grosso (SECID/MT), que solicitaram alterações e correções nos projetos enviados (processo nº 436805/2013) para Construção do Pavilhão Comunitário do Bairro Ypê. Embora as correções já tenham sido feitas e reenviadas à Equipe Técnica da SECID/MT, até o presente momento os projetos não foram aprovados, motivo pelo qual se faz necessário este Aditivo.

Vigência do contrato: 29/12/2015 até 28/03/2016.

Vigência da execução da obra: 28/11/2015 até 26/02/2016.

Modalidade: Tomada de Preço nº 003/2014.

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E MILANI & MACHADO LTDA – ME, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 18.204.777/0001-33.

Objetivo: Fica prorrogado o prazo de execução da obra, bem como a vigência do Contrato Administrativo n° 042/2015, pelo prazo de 90 (noventa) dias. O prazo de execução da obra compreenderá o período de 29/11/2015 até 27/02/2016, e o prazo de vigência do contrato o período de 21/12/2015 até 20/03/2016.

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata a Cláusula anterior, devido aos atrasos na execução de infra-estruturas para drenagem da água da chuva e aterros em execução pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, necessárias para a continuidade das reformas, que não estavam contempladas anteriormente para as Unidades de Saúde das Aldeias “Salto da Mulher” e “Vale do Papagaio”.

Vigência do contrato: 21/12/2015 até 20/03/2016.

Vigência da execução da obra: 29/11/2015 até 27/02/2016.

Modalidade: Tomada de Preço nº 005/2015.

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da Concorrência Pública nº 003/2015, referente à “Contratação de Empresa Especializada para execução das obras de Pavimentação Asfaltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária, Local: Bairro Parque das Araras, na Cidade de Sinop/MT, atendendo solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos”. Empresa vencedora: CONSTRUTORA E INCORPORADORA BERNA LTDA, CNPJ/MF nº 22.137.624/0001-98. Homologada em 08 de dezembro de 2015. Sinop, 08 de dezembro de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2015 – SRP 088/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônicon° 027/2015 – SRP 088/2015, referente **Aquisição de Uniformes para Fanfarra Municipal de Sinop conforme solicitação da Secretaria Municipal da Diversidade Cultural.** Empresa Vencedora: **SILVENINA UNIFORMES LTDA – EPP, CNPJ/MF: 183.863.370/001-44,** Item: 01, 02, 03. Homologado em 08 de dezembro de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro – Portaria 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 766/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa os servidores que especifica para exercerem a função de Fiscal da Ata nº 266/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores que especificada para exercerem a função de Fiscal da Ata nº 266/2015, que trata da *"aquisição de gás GLP e vasilhames, para atender as necessidades das Secretarias Municipais"*, referente ao Pregão Presencial nº 091/2015 – SRP 108/2015, conforme segue:

I – Leidiane L. Viegas - mat. nº 8723: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração;

II – Roseli Barbosa Dantas – mat. nº 1973: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude;

III – Wilson Antonio Venâncio - mat. nº 10688: Secretaria Municipal de Administração;

IV – Zenilto Manuel da Silva – mat. 10802: Secretaria Municipal da Diversidade Cultural;

V – Sonia Sousa Silva - mat. nº 4902: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

VI – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira – mat. nº 10871: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

VII – Luciano dos Santos Carneiro – mat. nº 2477: Secretaria Municipal de Agricultura;

VIII – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese – mat. nº 6569: Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

IX – Sônia Pereira Alexandre Fernandes – mat. 6202: Secretaria Municipal de Educação;

X – Patrícia Karina Comiran – mat. 9825: Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

XI – Edevaldo Ferreira Borges – mat. 8892: Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2238/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Sinop – CDL, para os fins que especifica e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros mediante convênio à Câmara de Dirigentes Lojistas de Sinop – CDL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.809.202/0001-89, com sede na Rua das Amendoeiras, nº 63, Centro.

Art. 2º. O convênio de que trata o artigo anterior terá como objetivo a reforma e a ampliação do prédio público, localizado nas datas 02, 03 e 04 A, da Quadra 38-B, do Jardim Imperial, onde funcionava o antigo Centro de Múltiplo Uso do Jardim Imperial, pela CDL, bem como utilizado para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática.

§1º. O imóvel de que trata o *caput* será destinado para a instalação da Casa de Semiliberdade, implementada pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH.

§2º. Após a reforma, fica autorizado o Poder Executivo a repassar o referido imóvel ao Estado de Mato Grosso, através da SEJUDH, nos termos do art. 110 e seguintes da Lei Orgânica Municipal – LOM.

Art. 3º. Caso o imóvel de que trata esta Lei não possa ser utilizado, será o recurso também destinado à locação de outro imóvel para o mesmo fim.

Art. 4º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatori-

amente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2237/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, ao *Conselho Comunitário de Segurança de Sinop* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar no exercício de 2016 recursos financeiros ao *Conselho Comunitário de Segurança de Sinop*, cooperativa sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04. 796.241/0001-40, com sede na Rua das Nogueiras, 1º andar, sala 104, nº 1108, Ed. Sadao Watanabe, centro.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2236/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à "*Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paula"* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar durante exercício de 2016 recursos financeiros para a *"Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paula"*, núcleo de Sinop – Lar dos Vicentinos, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.166.695/0001-01, com sede na Avenida dos Flamboyants, n° 1.819, no Jardim Paraíso.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2235/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Fundação Livre para Viver - FUNVIDA* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar no exercício de 2016 recursos financeiros à *Fundação Livre para Viver - FUNVIDA*, jurídica constituída na forma de Associação, sem fins lucrativo, inscrita no CGC/MF sob nº 10.643.700/0001-58, com sede na MT-220, no Km12.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2234/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Sinop – REFECS e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar durante o exercício de 2016 recursos financeiros à *Rede Feminina de Combate ao Câncer de Sinop - REFECS*, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.742.027/0001-52, com sede na Avenida dos Flamboyants, nº. 2145, no Jardim Paraíso.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2233/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Comunidade Esperança Maria de Nazaré de Assistência e Amparo às Famílias Carentes,* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros à *Comunidade Esperança Maria de Nazaré de Assistência e Amparo às Famílias Carentes*, pessoa jurídica constituída na forma de associação de defesa de direitos sociais, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº 05.163. 719/0001-67, com sede na Rua das Azaleias, nº 2045, centro.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do Plano de Trabalho;

III – cópia do Termo de Convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2232/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, ao *Centro Social Menino Jesus de Sinop* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar durante o exercício de 2016 recursos financeiros ao *Centro Social Menino Jesus de Sinop*, entidade jurídica constituída na forma de associação sem fins lucrativos, inscrito no CGC/MF sob. Nº. 32.944.423/0001-56, com sede na BR. 163, Km 816, Bairro São Cristóvão.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2231/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, ao *Centro de Acolhimento e Proteção ao Adolescente de Sinop – CAOPA,* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar no exercício de 2016 recursos financeiros ao *Centro de Acolhimento e Proteção ao Adolescente de Sinop - CAOPA*, entidade civil, prestadora de serviço, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº. 04.893.021/0001-34, com sede na Rua dos Eucaliptos, s/n, Data 07, Quadra 38-A, Zona 01.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2230/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Associação Vasos do Oleiro de Sinop – AVOS,* e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar durante o exercício de 2016 recursos financeiros a Associação Vasos do Oleiro de Sinop - AVOS, associação de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, de defesa dos direitos sociais, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº. 036/2013, inscrita no CGC/MF sob nº 14.479.087/0001-36, com sede na Rua F-2, nº 32, no Setor Residencial Norte.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do Plano de Trabalho;

III – cópia do Termo de Convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2229/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à Associação Protetora dos Animais do Município de Sinop - APAMS e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros a *Associação Protetora dos Animais do Município de Sinop - APAMS*, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob. nº 07.918.317/0001-50, com sede à Rua dos Imbés, nº 37.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2228/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à Associação Filhas de São Camilo e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros à Associação Filhas de São Camilo, associação civil sem fins econômicos de caráter beneficente, assistencial, promocional, filantrópico, educacional e cultural, inscrita no CGC/MF sob. nº 61.986.402/0006-06, com sede à Avenida das Sibipirunas, nº4. 478, no Jardim Primavera.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI N°. 2227/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de Sinop – ADEVAS* no exercício de 2015 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros à *Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de Sinop – ADEVAS*, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº. 08.166.120/0001-75, com sede na Avenida das Embaúbas, nº 1288, Centro.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2226/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Associação dos Deficientes Físicos de Sinop – ADEFIS* no exercício de 2016 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros *Associação dos Deficientes Físicos de Sinop - ADEFIS*, entidade jurídica constituída na forma de Associação, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob Nº. 02.433.474/0001-52, com sede na Rua dos Ciprestes, Quadra 44, Lote 06, no Parque das Araras.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2225/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Associação de Senhoras de Rotarianos – Casa da Amizade* no exercício de 2016 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, no exercício de 2016, recursos financeiros à Associação de Senhoras de Rotarianos – Casa da Amizade, associação de defesa de direitos sociais, estabelecida na Avenida dos Tarumãs, nº 1039, no Jardim Botânico, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.178.681/0001-82.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2015 SRP 111/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 094/2015, SRP 111/2015, referente: para a **Locação de equipamentos para execução de terraplenagem e escavação em obras de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica, incluindo manutenção, combustível e operação para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.** Empresa Vencedora: **CONSTRUTORA BRASIL CENTRO OESTE LTDA EPP CNPJ/MF:** 03.013.425/0001-23Item:01, 03, 04**. Homologado em 08 de dezembro de 2015.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

GABINETE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº004/2015 – ELEIÇÃO PARA CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O BIÊNIO 2016/2017.

A Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Eleitoral Central, designada pela Portaria nº 697/2015, de 16 de novembro de 2015, e alterações **PUBLICA:**

I - Torna público o presente Edital de Divulgação dos Registros de Candidatura ao cargo de Diretor de Unidade Educativa da Rede Municipal de Ensino de acordo com a Lei Municipal nº 1930 de 29 denovembro de 2013:

NOME DA UNIDADE EDUCATIVA	NOME DO SERVIDOR
EMEB BASILIANO DO CARMO DE JESUS	SIRLEI DOS ANJOS GONÇALVES
ARLINDA STINGHEN	
EMEB UILIBALDO VIEIRA GOBBO	ANA CLAUDIA GARCIA DE SOUSA
CMEI GERSON PIRES	CLEONICE LUCIMAR RIBEIRO NUNES
MARIA AMABILE DEL BEL	
CMEI GENTE FELIZ	CERLI TEREZINHA QUADROS SOARES
KELLEN APARECIDA GALVÃO PINHEIRO	
CMEI CLARA TEIXEIRA	DILEIA ELCIMAR DE SOUZA
CRECHE PALMEIRAS	DIVA FLORENCIO DOMINGO
VERLEDI DAIANA DA SILVA HEIN	
CMEI TARSILA DO AMARAL	MARIA APARECIDA MEDINA GOMES
CRECHE NEUZA GRAF	MARIA ELENA DIAS DA SILVA
MARISA SALETE MASSOLA	
MARLENE LEHRBACH MACIEL	
LEIDIANA ALVES DE OLIVEIRA	
JANAINA DIAS DE OLIVEIRA	
GLADES JAHN RODRIGUES	
LILIAN LUZIA SILA CARNEIRO DE ALMEIDA	
EMEB JARDIM PARAISO	MICHELLY TRIVILIN DE MORAIS
NILVA LORINI SIMIONI	
EMEB ALEIXO SCHENATTO	VIVIANA APARECIDA BENSO
ERIK FABIAM JOSIAS	
CMEI CECILIA MEIRELES	IZAURA F. DE OLIVEIRA
ROSANA BARROS SANTANA	
EMEB SADAO WATANABE	JANIA LUCIA DOS SANTOS
EMEB SILVANA	KEILA REGINA MORAES DA SILVA SOUZA
CRECHE SÃO FRANCISCO	MARCIA SANCHES GARCIA
EMEB JURANDIR LIBERINO. DE MESQUITA	MARCIA TEREZINHA DA SILVA
CMEI ALVORADA	SONIA LUZIA SCHEBELISKI SILVA
EMEB JOSE REINALDO DE OLIVEIRA	ELAINE DE OLIVEIRA RONQUE
CMEI SANTO ANTONIO	ELIS ANGELA KLEGIN YAMAK
ZELENICE INÊS SINONETTO GIRARDI	
EMEB VEREADOR RODOLFO VALTER KUNZE	ELZA DE FATIMA NUNES DA CRUZ
CMEI TEMPO DE INFANCIA	ERIKA CAROLINA MATIAS LUCATELLI
SOELI BATISTA DA SILVA	
CENTRO EDUC. LINDOLFO JOSÉ TRIERWEILLER	SUELI COSTA DE CAMPOS SOUZA
CMEI DE TODA A GENTE	MARIA NORMA DORO MELLUZZI
CMEI PEQUENO PRÍNCIPE	ROSIMAIRE FERREIRA SILVA
CRECHE SÃO CRISTÓVÃO	LAURA RAFFAELLE RODRIGUES BALASSA BENDER
EMEB ARMANDO DIAS	LOURDES TERESINHA BORRÉ
GUSTAVO DA SILVA MANTOVANELLI	
CMEI MONTEIRO LOBATO	CASSIANI LEMOS DA SILVA
CMEI VINICIUS DE MORAES	ANDREIA APARECIDA MARQUES RIQUETTO MACCARI
CRECHE MUNICIPAL ALTO DA GLÓRIA	MARIA APARECIDA MAIA PIMENTEL
EMEB BELO RAMO	SILVANI MARIA HOHN
EMEB LIZAMARA APARECIDA OLIVA DE ALMEIDA	DINA MARIA BARBOSA
EMEB MARIA APARECIDA AMARO DE SOUZA	RAFAEL GALIOTTO
EMEB PROFª ANA CRISTINA DE SENA	JOSÉ REINALDO DOS SANTOS
GILMAR FREITTAG	
EMEB RODRIGO DAMASCENO	ELAINE BRASIL GONÇALVES
CRECHE UNIÃO	LUCIA PEREIRA DA SILVA
MYRIAN PEREIRA MARTINS	
CRECHE SÃO CRISTOVAO	ELSA BEATRIZ BALBOENA POLONIATO - **DESISTÊNCIA**

Sinop-MT,08 de dezembro de 2015.

JACINTA SALETE SAGGIORATO FRANCIO

Presidente da Comissão Eleitoral Central

GISELE FARIA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2224/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sinop/MT – APAE*, no exercício de 2016 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, durante o exercício de 2016, recursos financeiros à *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sinop/MT – APAE*, entidade civil, prestadora de serviço, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.179.465/0001-51, com sede na Avenida dos Flamboyants, 1.895.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicação das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitação, instaurada pela Portaria n° 382/2014, alterada pelas Portarias nº 604/2014, 373/2015 e 531/2015, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **VERONESE & ROCHA LTDA - ME**, detentora da Ata de Registro de Preços nº 289/2014, originária do Pregão Presencial nº 119/2014 SRP 165/2014, que visava a *"Aquisição de material de expediente para atender às Secretarias Municipais";*

Examinando os documentos anexo ao Processo Administrativo nº 16/2015, em especial o Parecer Jurídico nº 0364/2015 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente, ante as irregularidades praticadas pela empresa **VERONESE & ROCHA LTDA - ME**, e **DEFIRO** pela aplicação da sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES,** prevista no item 7.1., "e" da Ata de Registro de Preços nº 289/2014 e alicerçada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 08 de dezembro de 2015.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicação das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitação, instaurada pela Portaria n° 382/2014, alterada pelas Portarias nº 604/2014, 373/2015 e 531/2015, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **L. P. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇOS**, detentora da Ata de Registro de Preços nº 135/2014, originária do Pregão Eletrônico nº 36/2014 SRP 77/2014, que visava a *"Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Unidade de Pronto Atendimento - UPA";*

Examinando os documentos anexo ao Processo Administrativo nº 01/2015, em especial os Pareceres Jurídicos nº 244/2015 - AJU e nº 0376/2015 - AJU, que destacam a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que os Pareceres retro coadunam com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente, ante as irregularidades praticadas pela empresa **L. P. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇOS**, e **DEFIRO** pela aplicação da penalidade de **ADVERTÊNCIA,** bem comopela aplicação de **MULTA** na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da referida Ata de Registro de Preços, perfazendo o montante de **R$ 8.757,00 (oito mil, setecentos e cinqüenta e sete reais),** nos termos da Cláusula Sétima, alíneas *a* e *d* da Ata de Registro de Preços nº 135/2014.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 08 de dezembro de 2015.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicação das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitação, instaurada pela Portaria n° 382/2014, alterada pelas Portarias nº 604/2014, 373/2015 e 531/2015, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo o pedido de **desistência** da Ata de Registro de Preços nº 183/2014, originária do Pregão Presencial nº 077/2014 SRPP 111/2014, por parte da empresa vencedora do respectivo certame **ELETRO AMÉRICA SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI – ME;**

Examinando os documentos anexo ao Processo Administrativo nº 18/2015, em especial o Parecer Jurídico nº 0365/2015 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente, concluindo que os documentos apresentados pela empresa elucidaram os fatos, não havendo dolo ou culpa pela inexecução dos serviços por parte da detentora da Ata de Registro de Preços nº 183/2014;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente e **DEFIRO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo nº 18/2015.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 08 de dezembro de 2015.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL COMPLEMENTAR Nº003/2015 DO EDITAL Nº002/2015 PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O BIÊNIO 2016/2017

A Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão de Avaliação de Recursos para processo de Eleição de Diretor, designada pela Portaria nº 719, de 19 de novembro de 2015, **PUBLICA:**

I – Torna pública a relação dos recursos deferidos e indeferidos dos candidatos por suas respectivas unidades.

UNIDADE	CANDIDATO	RESULTADO
CENTRO EDUC. LINDOLFO JOSÉ TRIERWEILLER	SUELI COSTA DE CAMPOS SOUZA	DEFERIDO
CMEI “DE TODA A GENTE”	MARIA NORMA DORO MELLUZZI	DEFERIDO
CMEI “PEQUENO PRÍNCIPE”	ROSIMAIRE FERREIRA SILVA	DEFERIDO
CMEI CECÍLIA MEIRELES	ROSANA BARROS SANTANA	DEFERIDO
CMEI GENTE FELIZ	KELLEN APARECIDA GALVÃO PINHEIRO	DEFERIDO
CMEI MONTEIRO LOBATO	CASSIANI LEMOS DA SILVA	DEFERIDO
CMEI VINICIUS DE MORAES	ANDREIA APARECIDA MARQUES RIQUETTO MACCARI	DEFERIDO
CRECHE MUNICIPAL CAMPING CLUBE	MARILEI BARCE	INDEFERIDO o requerimento em razão de que a solicitante não preencheu o requisitodo Inciso I, Artigo 11, da Lei 1930/2013
CRECHE MUNICIPAL NEUZA GRAF	LILIAN LUZIA SILA CARNEIRO DE ALMEIDA	DEFERIDO
CRECHE MUNICIPAL SANTO ANTONIO	ZELENICE INÊS SIMONETTO GIRARDI	DEFERIDO
EMEB ALEIXO SCHENATTO	ERIK FABIAM JOSIAS	DEFERIDO
EMEB BELO RAMO	SILVANI MARIA HOHN	DEFERIDO
EMEB LIZAMARA APARECIDA OLIVA DE ALMEIDA	DINA MARIA BARBOSA	DEFERIDO
EMEB PROFª ANA CRISTINA DE SENA	JOSÉ REINALDO DOS SANTOS	DEFERIDO
EMEB PROFª ANA CRISTINA DE SENA	GILMAR FREITTAG	DEFERIDO
EMEB RODRIGO DAMASCENO	ELIANE BRASIL GONÇALVES	DEFERIDO

.

Sinop-MT, 08 de dezembro de 2015.

_____

Marlão Alves Damaceno

Presidente

_____

GISELE FARIA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 776/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 277/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 277/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 775/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 276/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 276/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 774/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 275/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 275/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 773/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 274/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 274/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 772/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 273/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 273/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2223/2015

DATA: 08 de dezembro de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, à *Assistência Social Beneficente Evangélica – ASBE,* no exercício de 2016 e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso XII do art. 72 da LOM, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar durante o exercício de 2016 recursos financeiros à *Assistência Social Beneficente Evangélica - ASBE*, entidade jurídica, constituída na forma de associação sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob o nº. 00.237.171/0001-39, com sede na Rua das Castanheiras, nº 84.

Art. 2º. A favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em 02 (duas) vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, § 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo órgão ou entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX - cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeira;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 257/2015

DATA: 07 de dezembro de 2015

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa nº 005/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologada pelo Decreto nº 245/2015, de 18 de novembro de 2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologada a alteração da Instrução Normativa nº 005/2015 da Secretaria Municipal de Educação, aprovada pelo Decreto nº. 245/2015, de 18 de novembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 07 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GISELE FARIA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 005/SME/2015

Dispõe sobre o processo de atribuição de turmas e/ou aulas do Professor da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2016.

Art. 1º. O art. 5º da Instrução Normativa nº 005/SME/2015 que regulamenta o processo de atribuição de turmas e/ou aulas do Professor da Educação Pública Básica da Rede Municipal de Ensino para o Ano Letivo de 2016, passa a vigorar acrescido do §3º conforme segue:

"Art. 5º. (...):

I – (...);

II – (...);

III – (...);

IV – (...);

V – (...);

§1º. (...).

§2º. (...).

§3º. As turmas do Programa de Aceleração de Aprendizagem serão atribuídas, preferencialmente, aos professores que atuaram em 2015, desde que apresentado Plano de Trabalho exigido pelo programa, atingido as metas estipuladas. Não havendo Professor para dar continuidade, a U.E. deverá abrir vaga para Professor Pedagogo que apresente disponibilidade em assumir o programa.".

Art. 2º. Os incisos I, II e III do art. 6º da Instrução Normativa nº 005/SME/2015 passa a vigorar conforme segue:

"Art. 6º. (...):

I - realizar ciclos de estudo das Instruções Normativas referentes ao ano letivo de 2016 e contagem de pontos de 07 a 22 de dezembro de 2015;

II - fixar para divulgação no dia 25 de janeiro de 2016, em local de fácil visualização, a relação nominal dos Professores por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de turmas e/ou aulas e regime/jornada de trabalho.

III – organizar o horário de atribuição de turmas e/ou aulas no dia 26 de janeiro de 2016, sendo distribuído entre os turnos de atendimento e fixado em local de fácil visualização;

IV – (...).".

Art. 3º. Esta Instrução Normativa conta com seus efeitos a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Sinop – MT, 07 de dezembro de 2015.

GISELE FARIA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 771/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 272/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 272/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 770/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 271/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 271/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 04/12/2015 VIGÊNCIA: 04/12/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Odontológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde , conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 278/2015 – DENTAL MED EQUIP. MAT ODONTOLOGICOS E HOSPITALARE LTDA - CNPJ 07.978.004/0001-98, **PORTO ALEGRE/RS**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	80	PC	ABAIXADOR DE LINGUA MADEIRA C/100	ESTILO	3,04	243,20
2	250	KT	ÁCIDO FOSFÓRICO GEL 37% - KIT COM 3 UNIDADES	BIODINAMICA	3,33	832,50
19	40	UN	ALVEOLÓTOMO CURVO/PINÇA GOIVA	PRATA	39,20	1.568,00
25	156	UN	BANDEJA EM AÇO INOXIDÁVEL 22X12CM	AÇONOX	15,20	2.371,20
41	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1090 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
42	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1092 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
43	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1093 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
44	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1095 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
45	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1153 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
46	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1190 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
47	170	UN	BROCA DIAMANTADA 2136 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
48	170	UN	BROCA DIAMANTADA 2135 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
49	170	UN	BROCA DIAMANTADA 2200 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
50	170	UN	BROCA DIAMANTADA 3083 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20

51	170	UN	BROCA DIAMANTADA 3118 FF (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
52	170	UN	BROCA DIAMANTADA 3228 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
53	170	UN	BROCA DIAMANTADA 4084 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
54	170	UN	BROCA DIAMANTADA 4138 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
55	170	UN	BROCA DIAMANTADA 4141 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	ZEEP	1,36	231,20
56	89	UN	BROCA ENDO Z(ENDODONTIA)	LOCHUS	20,80	1.851,20
58	50	UN	BROCA CIRURGICA ZEKRYA 28 MM	LOCHUS	20,80	1.040,00
59	100	KT	BROCA FG 3195/1093/1112/1190/2135/3118/3162/3195. TODAS FF COMP KIT	ZEEP	23,18	2.318,00
60	50	UN	BROCA ENDO Z 21MM	LOCHUS	20,80	1.040,00
78	336	UN	ESCAVADOR/CURETA DE DENTINA N.05	PRATA	3,65	1.226,40
80	50	UN	CONDENSADOR MCSPADDEN Nº 40 - 25 MM(ENDODONTIA)	MK	30,38	1.519,00
92	60	UN	CONE PRINCIPAL 15-40	META	12,99	779,40
96	150	UN	CUNHA DE MADEIRA	SOUZA	4,69	703,50
119	2000	UN	ESCOVA ROBSON CA PLANA BCA	PREVEN	0,85	170,00
127	40	UN	ESPÁTULA DE TITÂNIO P/RESINA COMPOSTA	PRISMA	30,80	1.232,00
130	20	UN	ESPIRAL LENTULO 25MM	MK	24,00	480,00
131	70	UN	ESTOJO DE INOX 18X04X03	AÇONOX	20,59	1.441,30
132	50	UN	ESTOJO DE INOX 20X10X05	AÇONOX	43,18	2.159,00
140	90	UN	FORCEPS ADULTO N. 17 NACIONAL	SKAY	37,10	3.339,00
141	90	UN	FORCEPS ADULTO N. 18R NACIONAL	SKAY	37,10	3.339,00
142	90	UN	FORCEPS AD NR65	SKAY	37,08	3.337,20
143	90	UN	FORCEPS INFANTIL N3	SKAY	37,08	3.337,08
144	90	UN	FORCEPS INFANTIL NR.06	SKAY	37,08	3.337,08
168	3	UN	MOTOR DE SUSPENSÃO(CHICOTE) PARA PRÓTESE	BEITEC	254,30	762,90
178	70	UN	PINÇA KELLY RETA 12CM	ABC	23,04	1.612,80
181	300	CX	APLICADORES MICROBRUSH COM 100 UNIDADES - FINO	KGS	5,74	1.722,00
183	140	UN	FRASCO DAPPEN PLASTICO COLORIDO	MAQUIRA	1,20	168,00
201	50	FR	REVELADOR ODONTOLÓGICO 475ML	CAITHEC	5,60	280,00
206	50	UN	SACA BROCA/REMOVEDOR DE BROCA	DX	13,58	679,00
215	500	UN	SUGADOR CIRURGICO DESCARTÁVEL	MAQUIRA	0,88	440,00
222	50	CX	CONE DE GUTA PERCHA 28MM C/120	META	13,50	675,00
232	60	UN	FIXADOR ODONTOLOGICO 475ML	CAITHEC	5,60	336,00
TOTAL	**R$ 47.808,00**					

ATA Nº. 279/2015 – DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - CNPJ 02.477.571/0001-47, **CURITIBA/PR**

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
5	300	FR	ADESIVO DENTARIO MONOCOMPONENTE	BOND 2.1	9,08	2.724,00
7	15	UN	AFASTADOR FARABEUF PEQUENO - PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO 12 CM. EMBALAGEM: PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CERTIFICAÇÕES: FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. REG. MS.	GOLGRAN	11,35	170,25
26	80	CX	BICARBONATO DE SODIO PARA USO ODONTOLOGICO CX. C/15 PACOTES DE 40G.	AIRON	22,04	1.763,20
95	2	UN	CUBA RIM 26X12CM 740 ML - PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL. EMBALAGEM: PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE. GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO. CERTIFICAÇÕES: FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. REG. MS.	GOLGRAN	27,76	55,52
101	100	UN	EDTA TRISSÓDICO 17% 20ML	MAQUIRA	3,51	351,00
102	30	KT	DISCO DE LIXA PARA ACABAMENTO + MANDRIL (KIT)	DIAMOD PRO	30,87	926,10
123	70	UN	ESCOVA PARA LIMPEZA DE UNHAS. CERDAS DE NYLON COM CABO ANATÔMICO ANTI- DESLIZANTE. 35 X 85 X 24 MM	CONDOR	2,32	162,40
126	20	UN	ESPATULA DE METAL COM CABO DE MADEIRA PARA GESSO	JON	15,80	316,00
138	10	UN	FIO DE AÇO ACIFLEX NR. 01	JOHNSON & JOHNSON	10,16	101,60
172	10	UN	PAVIO P/ LAMPARINA DE PROTESE	JON	0,60	6,00
185	4	CX	PROTETOR GENGIVAL EM PASTA	MAQUIRA	14,00	56,00
192	40	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL INCOLOR 1000G	VIPI CRIL PLUS	73,05	2.922,00
207	200	PC	SACO DE GELADINHO PACOTE C/1000	SEG PLAST	6,36	1.272,00
209	15	FR	SOLVENTE PARA GESSO LIQUIDO	SOLV GESSO	14,20	213,
223	500	CX	HASTES FLEXIVEIS COM PONTA DE ALGODAO C /75	COTONELA	1,23	615,00
230	76	UN	COTONETES, HASTES FLEXIVEL DE PROLIPROILENE, ALGODAO BRANCO, COM REGISTRO NA ANVISA E NO INMETRO, EMBALAGEM COM 150 UNIDADES.	COTONELA	3,12	237,12
238	100	UN	SABONETE LIQUIDO 1000 ML	PREMISSE	12,61	1.261,00
239	100	UN	SELANTE ODONTOLOGICO	MAX SEAL	10,04	1.004,00
245	60	UN	CAPA DE ULTRASSON	AG	14,20	825,00
TOTAL	**R$ 15.008,19**					

ATA Nº. 280/2015 – FARMÁCIA MLIÊNIO LTDA ME - CNPJ 12.193.575/0001-57, **CURITIBA/PR**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL

128	42	UN	ESPELHO DE MAO COMUM 25X20	DEXPRESS	24,00	1.008,00
TOTAL	**R$ 1.008,00**					

ATA Nº. 281/2015 – GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS LTDA ME - CNPJ 15.250.965/0001-00, **SÃO JOÃO DO MERITI/RJ**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
120	30.000	UN	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA	DENTALK	0,29	8.700,00
121	5.000	KT	CONJUNTO DE HIGIENE, USO INFANTIL, COMPOSIÇAO ESCOVA DENTAL, CREME DENTAL (90G), FIO DENTAL (25M), TIPO EMBALAGEM EM BOLSA PLASTICA COM FECHO DE BOTAO OU ZIPER. INFORMAÇOES COMPLEMENTARES: ESCOVA DENTAL INFANTIL (CERDAS DE NAYLON, COM 28 TUFOS AO TOTAL DISTRIBUIDOS DE FORMA OVAL E NA MESMA ALTURA, MACIA, COMPRIMENTO TOTAL DA ESCOVA 15CM, LIGEIRAMENTE FLEXIVEL, RESINA TERMOPLASTICA.) CREME DENTAL (O FLUOR SOLUVEL DEVERA SER DE 1100PPM A 1500PPM. O FLUOR TOTAL NAO PODERA EXCEDER 1500PPM . SABOR DE MENTA, QUANTIDADE 90G.) FIO DENTAL (FIO RESINA TERMOPLASTICA, 25M, NAO APLICAVEL, MENTA NAO APLICAVEL) OBSERVAÇAO: TODOS OS PRODUTOS (ESCOVA DENTAL, FIO DENTAL, CREME DENTAL, INCLUSIVE TODAS AS EMBALAGENS DE PLASTICO) DEVERAO CONSTAR O TEXTO “PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – VENDA PROIBIDA” IMPRESSAO DO NUMERO DO LOTE E DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE EM CADA UNIDADE. AS EMBALAGENS PRIMARIAS E SECUNDARIAS DEVERAO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇAO VIGENTE DO MINISTERIO DA SAUDE E CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	ALG	2,35	11.750,00
TOTAL	**R$ 20.450,00**					

ATA Nº. 282/2015 – IN DENTAL PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ 07.788.510/0001-14, **RIBEIRÃO PRETO/SP**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
3	100	FR	LIQUIDO PARA RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL C/1000ML INCOLOR	TDV	50,48	5.048,00
4	100	FR	LIQUIDO PARA RESINA ACRILICO TERMOPOLIMERIZAVEL 1000 ML	TDV	50,48	5.048,00
6	15	UN	AFASTADOR MINESSOTA - INDUSBELLO	LM	7,48	112,20
9	40	UN	ALAVANCA APICAL DIREITA	LM	12,19	487,60
10	40	UN	ALAVANCA APICAL ESQUERDA	LM	12,19	487,60
11	40	UN	ALAVANCA APICAL RETA	LM	12,19	487,60
12	40	UN	ALAVANCA SELDIN 18CM 305	LM	12,19	487,60
13	40	UN	ALAVANCA SELDIN 1R	LM	12,19	487,60
14	40	UN	ALAVANCA SELDIN 1L	LM	12,19	487,60
15	40	UN	ALAVANCA SELDIN INF. RETA	LM	12,19	487,60
17	200	UN	ALGINATO REFIL 410 GRS	EZACT KROMM	6,88	1.376,00
18	10	UN	ALICATE DE CORTE PARA FIO GROSSO	GOLGRAN	96,14	961,40
20	350	UN	ANESTESICO TOPICO GEL	BENZOTOP	5,63	1.970,50
21	80	UN	APLICADOR DE DYCAL DUPLO	LM	3,74	299,20
22	70	UN	APLICADOR DE DYCAL SIMPLES	LM	3,74	261,80
23	3	UN	AVENTAL PLUMBIFERO ADULTO	UNEMOL	200,00	600,00
24	3	UN	AVENTAL PLUMBIFERO INFANTIL	UNEMOL	200,00	600,00
27	80	UN	BROCA CARBIDE 703 P/ PONTA RETA (BAIXA ROTAÇÃO)	JET	6,63	530,40
28	170	UN	BROCA CARBIDE N 06/ PONTA RETA (BAIXA ROTAÇÃO)	JET	6,63	1.127,10
29	340	UN	BROCA DIAMANTADA 3118 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	340,00
30	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1011 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
31	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1012 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
32	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1013 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
33	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1014 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
34	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1014 HL (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
35	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1015 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
36	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1016 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
37	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1016 HL (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
38	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1036 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
39	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1045 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
40	170	UN	BROCA DIAMANTADA 1047 (P/ ALTA ROTAÇÃO)	MICRODONT	1,00	170,00
65	150	UN	BROCA GATTES Nº1 28MM	LOHCUS	6,00	900,00
66	150	UN	BROCA GATTES Nº2 28MM	LOHCUS	6,00	900,00
67	150	UN	BROCA GATTES Nº3 28MM	LOHCUS	6,00	900,00
68	150	UN	BROCA GATES GLIDEN 4 28MM	LOHCUS	6,00	900,00
69	100	UN	BROCA GATES GLIDEN 6	LOHCUS	7,00	700,00
70	80	KT	BROCA MULTILAMINADA PARA ACABAMENTO DE AMALGAMA (KIT)	MEISINGER	22,50	1.800,00
72	180	UN	BRUNIDOR 33	LM	5,69	1.024,20
73	180	UN	CONDENSADOR DE WARD Nº 01	LM	3,74	673,20
74	180	UN	CONDENSADOR DE WARD Nº 02	LM	3,74	673,20
75	180	UN	CONDENSADOR DE WARD Nº 03	LM	3,74	673,20
76	180	UN	CONDENSADOR DE WARD N 4	LM	3,74	673,20
77	180	UN	CONDENSADOR DE WARD N 5	LM	3,74	673,20
79	50	UN	CONDENSADOR DE GUTTA MCSPADDEM N 35 -25MM	MAILEFER	27,23	1.361,50
81	50	UN	CONDENSADOR MCSPADDEN Nº 45 - 25 MM(ENDODONTIA)	MAILEFER	27,23	1.361,50

82	50	UN	CONDENSADOR DE GUTTA MCSPADDEM N 55 -25MM	MAILEFER	23,27	1.163,50
84	50	UN	CONE DE FELTRO N. 1	MAC	6,80	340,00
85	50	KT	CONE DE PAPEL 1ª SÉRIE 15-40	TANARI	11,25	562,50
86	100	KT	CONE DE PAPEL 2ª SÉRIE 45-80	TANARI	11,25	1.125,00
87	50	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 20	TANARI	11,25	562,50
88	50	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 25	TANARI	11,25	562,50
89	50	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 30	TANARI	11,25	562,50
90	50	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 35	TANARI	11,25	562,50
91	50	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 40	TANARI	11,25	562,50
93	1.000	UN	CREME DENTAL 90 GR, COM FLUOR, REGISTRADO NA ANVISA	ICE FRESH	0,83	830,00
94	15	UN	CUBA REDONDA INOX 08CM - PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL. EMBALAGEM: PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE. GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO. CERTIFICAÇÕES: FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. REG. MS.	FAMI	7,43	111,45
97	240	UN	CURETA PARA DENTINA N 19	LM	3,74	897,60
98	80	UN	CURETAS DE LUCAS 84	LM	5,20	416,00
99	80	UN	CURETAS DE LUCAS 85	LM	5,20	416,00
100	200	UN	CURETA GRACEY 1/2	LM	5,20	1.040,00
103	200	UN	CURETA GRACEY ESPECIAL 1/2	LM	5,20	1.040,00
104	200	UN	CURETA GRACEY ESPECIAL 3/4	LM	5,20	1.040,00
105	200	UN	CURETA GRACEY 13/14 - PRATA	LM	5,20	1.040,00
106	180	UN	CURETA LONGA PULPOTOMIA	LM	3,74	673,20
107	200	UN	CURETA MACCAL 13/14 - PRATA	LM	5,20	1.040,00
109	230	UN	CURETA DENTINA NR.18	LM	3,74	860,20
110	25	UN	DESCOLADOR DE MOLT - PRATA	LM	13,00	325,00
111	20	UN	ENDO-ICE GOLD 200ML	ENDO ICE	16,50	330,00
113	300	CX	ENVELOPE PARA AUTOCLAVE C/100 V 200X300	CIPACK	22,73	6.819,00
114	180	UN	ESCAVADOR PARA PULPOTOMIA	LM	3,74	673,20
115	10	UN	ESCOVA DE BRIM BRANCA	MAC	9,26	92,60
116	10	UN	ESCOVA DE FLANELA - 100X10MM	MAC	14,06	140,60
117	10	UN	ESCOVA DE PELO N. 15 - 15X57MM	MAC	8,00	80,00
124	15	UN	ESPATULA DUPLA NR 31	LM	7,80	117,00
125	31	UN	ESPATULA DUPLA Nº 07	LM	7,80	241,80
133	50	UN	ESTOJO DE INOX 26X12X06	FAMI	70,05	3.502,50
134	40	UN	EUGENOL	BIODINAMICA	6,40	256,00
135	200	UN	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA LÍQUIDO	EVIPLAC	5,44	1.088,00
136	80	KT	EXTIRPA NERVO C/10 20X60	MEDIN	16,78	1.342,40
137	90	UN	EXTRATOR DE TÁRTARO/PONTA MORSE 1/10	GOLGRAN	8,45	760,50
146	350	KG	GESSO COMUM 1KG	RIO	2,00	700,00
147	200	PC	GESSO PEDRA 1KG	RIO	3,30	660,00
148	300	KT	PASTA DE HIDROXIDO DE CALCIO	HYDCAL	8,13	2.439,00
149	600	UN	IONOMERO DE VIDRO R PO/LIQ A2	MAXXION R	10,60	6.360,00
152	25	CX	LAMINA DE BISTURI N°11 CX/100 UND	MAXICOR	18,90	472,50
155	25	UN	LAMINA DE BISTURI N°15 CX/100 UND	MAXICOR	17,50	437,50
156	100	CX	LAMINA DE BISTURI 15C CX.C/100	MAXICOR	18,90	1.890,00
157	10	UN	LAMPARINA HANNAL	MAC	18,90	189,00
158	10	UN	LAMPARINA INOX UNIVERS. 60ML	MAC	22,50	225,00
161	50	UN	LIMA TP K 21MM 15	SYBRON ENDO	11,30	565,00
162	50	UN	LIMA TP K 21MM 15-40 - FLEXOFILE	SYBRON ENDO	11,30	565,00
163	50	UN	LIMA TP K 25MM 15-40 - FLEXOFILE	SYBRON ENDO	11,30	565,00
164	30	UN	LIMA TP K 31MM 15-40 FLEXOFILE	SYBRON ENDO	11,30	339,00
165	30	KT	LIMA TP K 25MM 45-80 2ª SÉRIE - FLEXOFILE	SYBRON ENDO	11,30	339,00
166	410	CX	LIMA TIPO K 90- 140 25MM	SYBRON ENDO	11,30	4.633,00
167	550	UN	MASCARA CIRURGICA TRIPLA (ELASTICO) COM 50 UNIDADES	EMBRAMAC	4,88	2.684,00
169	30	UN	MUFLA Nº 6 DE METAL PARA DENTADURA	MAC	36,00	1.080,00
170	20	UN	NEGATOSCOPIO ODONTOLOGICO PANORAMICO	UNEMOL	130,00	2.600,00
171	100	CX	PASTA ZINCO-ENOLICA	LS	16,80	1.680,00
173	30	PC	PEDRA P/ AFIAR TRIANGULAR	TECNODENT	18,00	540,00

175	210	UN	PINÇA CLINICA PEDIATRICA	LM	5,69	1.194,90
176	70	UN	PINÇA DIETHRICH 16CM	GOLGRAN	61,90	4.333,00
177	70	UN	PINÇA DISSECÇAO 14 CM	GOLGRAN	8,00	560,00
179	200	CX	PLACA BASE C/50 SUP. FINA	DFL	30,00	6.000,00
180	70	UN	PLACA DE VIDRO GROSSA LISA 10MM	PREVEN	9,60	672,00
182	40	UN	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 17CM C/ VIDEA	GOLGRAN	126,59	5.063,60
184	3	UN	PROTETOR DE TIREOIDE ADULTO	UNEMOL	31,25	93,75
186	50	UN	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL INCOLOR 440G.	TDV	30,48	1.524,00
187	50	UN	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL ROSA 440G.	TDV	30,48	1.524,00
188	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAAVEL ROSA MEDIO 440G.	TDV	30,48	1.524,00
189	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL CRISTAL 450 G.	TDV	31,75	1.587,50
190	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL CRISTAL 1000G	TDV	52,64	2.632,00
191	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL CRISTAL 440 G	TDV	31,73	1.586,50
193	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL INCOLOR 440 G.	TDV	30,48	1.524,00
194	50	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL INCOLOR 450G.	TDV	30,48	1.524,00
195	30	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL ROSA CLARO 1000G.	TDV	52,64	1.579,20
196	30	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL ROSA CLARO 440G.	TDV	30,48	914,40
197	30	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL ROSA CLARO 450G.	TDV	30,48	914,40
198	30	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL ROSA MEDIO 1000G.	TDV	52,64	1.579,20
199	40	UN	RESINA ACRILICA TERMO POLIMERIZAVEL ROSA MEDIO 450G.	TDV	30,48	1.219,20
200	100	UN	RESINA COMPOSTA 4G OA3 FOTO COM MICROGLASS	CHARISMA	31,00	3.100,00
203	200	PC	ROLETE DE ALGODAO ODONTOLOGICO C/100 UNI	SOFT PLUS	1,25	250,00
204	300	UN	ROLO P/CONFECÇAO DE ENVELOPE 15X100MM	CIPACK	42,64	12.792,00
208	15	KT	SILICONE DE CONDENSAÇAO (KIT)	PERFIL	64,93	973,95
210	150	UN	SONDA EXPLORADORA N.47	LM	3,74	561,00
211	150	UN	SONDA EXPLORADORA N. 11,5	LM	5,98	897,00
212	150	UN	SONDA EXPLORADORA N. 14	LM	5,98	897,00
214	70	UN	SONDA MILIMETRADA NORTH CAROLINA CPUNC 15	GOLGRAN	15,55	1.088,50
216	40	UN	SUGADOR ODONTOLÓGICO METAL CROM. RETA - JON	LM	12,19	487,60
217	90	UN	TESOURA GOLDMAN FOX 13CM	LM	20,31	1.827,90
218	90	UN	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM	LM	11,38	1.024,20
219	90	UN	TESOURA CIRURGICA EM AÇO INOX RETA 11,5 CM	LM	11,38	1.024,20
220	60	UN	TESOURA UNIVERSAL PARA FIO DE AÇO/PARA OURO 11CM	LM	15,84	950,40
221	250	CX	TIRA LIXA DE AÇO C/150	PDX C/ 12	3,88	970,00
224	200	UN	CURETA GRACEY 9/10	LM	5,20	1.040,00
225	40	UN	ALAVANCA GOIVA 18CM	LM	13,00	520,00
227	200	UN	CURETA MACCAL 11/12	LM	5,20	1.040,00
228	80	UN	BROCA CARBIDE 701 P/ PONTA RETA (BAIXA ROTAÇAO)	JET	6,63	530,40
229	80	UN	BROCA CARBIDE 702 P/ PONTA RETA (BAIXA ROTAÇAO)	JET	6,63	530,40
231	120	UN	CURETA GRACEY N. 3-4	LM	5,20	624,00
233	30	KT	LIMA TP K 31MM 45-80 2ª SERIE - FLEXOFILE	SYBRON ENDO	10,63	318,90
234	30	UN	PEDRA POMES FINA 1KG	RIO	3,50	105,00
235	70	UN	PINÇA CLINICA DENTE DE RATO 16CM - PROFESSIONAL	LM	4,55	318,50
236	80	UN	PONTA MORSEO/00	GOLGRAN	8,45	676,00
237	40	UN	PRENSA - P/ COZINHAR (2 MUFLAS)	ORTO CENTRAL	44,00	1.760,00
240	700	UN	SUGADOR DESCARTAVEL C/ 40	MAX CLEAN	3,13	2.191,00
241	70	UN	PINÇA KELLY CURVA - CONFECCIONADA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO 14 CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM: PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CERTIFICAÇÕES: FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. REG. MS.	LM	17,88	1.251,60
242	50	UN	RESINA COMPOSTA 4G B2 FOTO COM MICROGLASS	CHARISMA	31,08	1.554,00
243	40	UN	PONTA OU TIP PARA APARELHO DE ULTRASSON PERIO SUB CONFECCIONADO E USINADO EM AÇO DE LIGA ESPECIAL, PROTEGIDO CONTRA OXIDAÇAO, COM DUREZA, DESIGN E MASSA QUE PROPORCIONAM UM TRABALHO EM ALTA FREQUÊNCIA: CANAL INTERNO PARA REFRIGERAÇÃO DA PARTE ATIVA DO TIP; ROSCA EXTERNA DE DIAMETRO E COMPRIMENTO PARA TRANSDUTOR DA MARCA DABI ÁTLANTE. É INDICADO PARA AUXILIAR A REMOCAO DE TARTARO SUBGENGIVAL E EM REMOÇAO DE PINOS, CIMENTOS.	HOLDENT	31,25	1.250,00

244	40	UN	PONTA OU TIP PARA APARELHO DE ULTRASSON PERIO SUB CONFECCIONADO E USINADO EM AÇO DE LIGA ESPECIAL, PROTEGIDO CONTRA OXIDAÇAO, COM DUREZA, DESIGN E MASSA QUE PROPORCIONAM UM TRABALHO EM ALTA FREQUÊNCIA: CANAL INTERNO PARA REFRIGERAÇÃO DA PARTE ATIVA DO TIP; ROSCA EXTERNA DE DIAMETRO E COMPRIMENTO PARA TRANSDUTOR DA MARCA DABI ÁTLANTE. E INDICADO PARA AUXILIAR A REMOCAO DE TARTARO EM TODAS AS SUPERFICIES DOS DENTES, SENDO MAIS INDICADO PARA OS DENTES POSTERIORES E TODOS OS ANGULOS AXIAIS.	HOLDENT	31,25	1.250,00
TOTAL	**R$ 176.263,75**					

ATA Nº. 283/2015 – L. P. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA - CNPJ 10.832.896/0001-29, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
8	15	UN	AFASTADOR FARABEUF MODIFICADO	GOLGRAN	14,50	217,50
16	200	FR	ALCOOL ETILICO 96º 1000 ML	RICIE	9,50	1.900,00
71	80	KT	BROCA MULTILAMINADA PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA (KIT)	MICRODONT	51,30	4.104,00
122	40	UN	LIMPADOR DE BROCA/ESCOVA PARA BROCA	PREVEN	5,10	204,00
202	50	UN	CLOREXIDINA 4% DEGERMANTE 1LT	VICPHARMA	19,50	975,00
	TOTAL	**R$ 7.400,50**				

ATA Nº. 284/2015 – SINOMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ 10.317.320/0001-23, **SINOP/MT**

ITEM	QUT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
151	200	KT	KIT PARA CIRURGIA EM TNT	SKY	14,00	2.800,00
159	60	UN	LIMA MILLER P/OSSO N. 1	GOLGRAN	49,50	2.970,00
160	60	UN	LIMA MILLER P/OSSO N. 2	GOLGRAN	49,50	2.970,00
TOTAL	**R$ 8.740,00**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 769/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 270/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 270/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015 SRP 123/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 106/2015, SRP 123/2015, referente: para a **Aquisição de camisetas gola pólo manga longa e curta, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Empresa Vencedora: **IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME. CNPJ/MF:** 08.952.092/0001-11.Item:01, 02**.** Homologado em 08 de dezembro de 2015.

Adriano Santos

Pregoeiro – Portaria 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 768/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 269/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 269/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 767/2015

DATA: 04 de dezembro de 2015

SÚMULA: Designa o servidor EVANIO OLSZEWSKI para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 268/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 263/2013, de 19 de dezembro de 2013, que aprovou a Instrução Normativa nº 032/2009 – 2ª Versão, que trata sobre as rotinas de trabalho, estabelecendo normas e procedimentos para celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos pela Administração Pública Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EVANIO OLSZEWSKI – matrícula 3744, para exercer a função de Fiscal da Ata nº. 268/2015, oriundo do Pregão Eletrônico nº. 033/2015 – SRP 107/2015, para a *aquisição de móveis e eletrodomésticos*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação Continuada, Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de dezembro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 624/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **DESIGNAR** a Senhora **MARIA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1. 347.251-8 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 993.096.961-68, servidora efetiva no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com matrícula no RH nº. 1109, para exercer acumulo de cargo na função de **Vistoriador da Agência Municipal de Trânsito no Município de Tabaporã - MT,** de acordo com Convênio firmado e as Leis Municipais nº. 218/99 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Acumulo se dá devido o Servidor responsável pela vistoria, senhor **Uellington Sousa Candido,** encontrar-se afastado por motivos de doença em Família por tempo indeterminado.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26/11/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 01 de Dezembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 622/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 26/10*/2015, com término em 24/11/2015*, *referente ao período aquisitivo de 26/05/2013 à 25/05/2014,* ao servidor ***THIAGO MOACIR DIAS GUERRA SEMENSATO*,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 975.066 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 994.162.121.72, servidor com matricula no RH nº. 1114, no cargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Novembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 638/2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei e, nos termos do artigo 137, da Lei 218/99, e a teor das justificativas apresentadas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instaurar processo disciplinar, com fulcro no art. 137, da Lei 218/99, contra o Servidor **JOSE CARLOS BARBOSA DE FARIAS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 619.392 SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 607.915.512.53, cadastrado no RH sob a matrícula nº 1053, servidor Estável nocargo de Agente da Administração Publica III – auxiliar de Saneamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Decreto nº 1.649/2008, para apurar falta funcional cometida no exercício de suas funções, que supostamente cometeu infrações aos deveres dos servidores, previsto no ***art. 126, Inciso II, c/c Art. 132, na Lei 218/1999***, haja vista, Memorando n. 269/SECAD/2015, expedido pela Secretaria Municipal Administração, devendo este processo disciplinar ser finalizado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instauração.

Artigo 2º -Constituir a Comissão de Processo Disciplinar Administrativo, composta pelos seguintes servidores: **NEIVA FARTO DE CARVALHO,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo Secretaria Municipal de Administração e, **CRISTIANE BÓBBO,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo Secretaria Municipal de Administração e **ELIETE BENITES PIRES,** Técnica de Nível de médio I – Agente Administrativo Secretaria Municipal de Administração e, para sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração de diligências necessárias à instrução processual.

Dê-se Ciência,

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 08 de dezembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 620/2015

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1°. – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE a partir do dia 25/11/2015*, a* senhora **ROSANA ALVES DE SOUZA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.102.684-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 029.622.341.78, servidora contratada, com matricula no RH nº. 1637 no cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, amparado pelo Art. 26, § 1º, da Lei Municipal nº. 482/2004 e de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 77 e a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Novembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 621/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - TERMINO DE CONTRATO da Senhora **LUCIANNE SOARES DE BRITO RIGOTTI, na data de 24 de Novembro de 2015**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1.102.829-7 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 899.069.421.34, no cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, em virtude de término de contrato ocorrido em 24/11/2015, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Novembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 623/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **MARILUCIA APARECIDA DOS SANTOS FERNANDES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 894.564 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 535.802.491.34, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 98/2015**, firmado com a empresa **APOLINARIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,** representada pelo senhor*Décio Apolinário***;** O primeiro contratante vendedor, Firma Apolinário Empreendimentos Imobiliários Ltda, confessa-se pelo presente ser, senhor, legitimo dono e possuidor dos imóveis: Lotes nºs 02 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1919, nº. 03 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1920, nº. 04 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1921, nº. 05 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1922, nº. 06 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1923, nº. 07 com área de 675,00 m2 matrícula nº. 1924, nº. 08 com área de 675,00 m2 matricula nº. 1925, nº. 09 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1926, nº. 10 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1927, nº. 15 com área de 675,00 m2 matrícula nº. 1932, nº. 16 com área de 675,00 m2 matricula nº. 1933, todos da Quadra nº. 155 perfazendo uma área total de 5.850,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º. Oficio de Tabaporã - MT; Lotes nºs 11 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1912, nº. 12 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1913, nº. 13 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1914, nº. 14 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1915, nº. 15 com área de 675,00 m2 matrícula nº. 1916, nº. 16 com área de 675,00 m2, todos da Quadra nº. 190 perfazendo uma área total de 3.150,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º. Oficio de Tabaporã - MT; Lotes nºs 05 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1899, nº. 06 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1900, nº. 07 com área de 675,00 m2 matricula nº. 1901, nº. 08 com área de 675,00 m2 matricula nº. 1902, nº. 15 com área de 675,00 m2 matrícula nº. 1909, nº. 16 com área de 675,00 m2 matrícula nº. 1910, todos da Quadra nº. 191 perfazendo uma área total de 3.600,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º. Oficio de Tabaporã - MT; Lotes nºs 05 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1889, nº. 06 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1890, nº. 07 com área de 675,00 m2, nº. 08 com área de 675,00 m2 matricula nº. 1892, nº. 09 com área de 450,00 m2 matrícula nº. 1893, nº. 10 com área de 450,00 m2 matricula nº. 1894, todos da Quadra nº. 198 perfazendo uma área total de 3.150,00 m2, sendo todas estas matriculas registradas no Cartório do 1º. Oficio de Tabaporã - MT; Totalizando 15.750,00 m2, de propriedade desta empresa, quais foram destinadas para a Construção de 50 Unidades Habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida neste Município de Tabaporã - MT; O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, e será regido pelos princípios estabelecidos no direito administrativo e, em conformidade com o processo constante no Decreto nº. 3.189 de 24/11/2015 e seus respectivos anexos.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/11/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 25 de Novembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2015/ SAMAE -(CORREÇÃO)

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso, através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 033/2015/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** a empresa **AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MAT. HIDRÁULICOS EIRELI, CNPJ: 09.237.525/0001-10; METALSAF INDUS-**

TRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ: 09.655.998/0001-37; MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS COMERCIAL HIDRÁULICA – CONEXPAR, CNPJ: 11.230.004/0001-82; DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ: 71.619.928/0001-05; FRANCHINI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 09.629.133/0001-04; SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY, CNPJ: 04.916.848/0001-16; ANGOLINI & ANGOLINI LTDA, CNPJ: 44.829.653/0001-53; SANE FORT TUBOS E CONEXÕES EIRELLI, CNPJ: 22.900.869/0001-25; MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI ME, CNPJ: 04.151.335/0001-61; HG COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA – ME, CNPJ: 04.722.894/0001-84.

Nova Publicação referente ao resultado do **Pregão Presencial Nº 033/2015/SAMAE**; pois foi Publicado que a empresa HIDROTAMPER PARTICIPAÇÕES LTDA, seria uma das vencedoras deste Certame, porém esta empresa não venceu nenhum item deste Certame.

Tangará da Serra/MT, 08 de Dezembro de 2015.

Pablo Rodrigo Perez Selle - Coordenador do Setor de Licitação do SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2015/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 035/2015/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX), PARA OS FUNCIONÁRIOS DOS DEPARTAMENTOS: TÉCNICO, ATERRO SANITÁRIO E OPERACIONAL DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 21 de Dezembro 2015**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517

Tangará da Serra/MT, 08 de Dezembro de 2015.

Obs: Estamos Publicando novamente este Certame, tendo em vista que houve alteração na data da Sessão, não sendo mais dia 18/12/2015 e sim 21/12/2015 às 08h00min.

PABLO RODRIGO PEREZ SELLE - Coordenador do Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 156/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 156/2015

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO:COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 03 (TRÊS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 156/2015, DATADO DE 03 DE JULHO DE 2015, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2016.

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2015 CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **TERRA NOVA DO NORTE - MT** E A EMPRESA **SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA- EPP.**

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 110, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Milton José Toniazzo**, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N.º **1003505573** SSP/**RS** e inscrito no CPF sob n.º 227.896.930-72, residente e domiciliado na **Travessa Lucas Toniazzo**, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, como CONTRATANTE, e a empresa **SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA -EPP**, inscrita no CNPJ nº 07.461.414/0001-67, com sede na Rua 51 nº 670, Bairro Boa Esperança, CEP 78068-440, no Município de Cuiabá-MT, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **ABENEL FRANCISCO DE MIRANDA JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº 856134 SSP-MT e CPF nº 689.311.741-87, Residente e domiciliado na rua 51, nº 670 Bairro Boa Esperando, Cuiabá- MT, tendo em vista o que consta do resultado final da Concorrência nº 002/2015, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1– O presente Termo Aditivo tem por objetivo o seguinte:

1.1.1 – Alteração da Clausula Contratual.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Fica alterada a Clausula “CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO” passando a ter a seguinte redação: 8.1. O valor do contrato é de R$ 4.922,939,18 (quatro milhões e novecentos e vinte dois mil e novecentos e trinta e nove reais e dezoito centavos), sendo que destes, 35% (trinta e cinco por cento) refere-se a serviços e 65% (sessenta e cinco por cento) refere-se a materiais e equipamentos, o qual será pago mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais, devidamente atestadas pela Fiscalização.

CLAUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrara em vigor na data da sua assinatura, vigendo concomitante ao Contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇOES FINAIS

4.1. Fica eleito o foro da Terra Nova do Norte -MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 03 (três) testemunhas abaixo assinadas.

Município de Terra Nova do Norte – MT, 27 de Novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

SR. MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP

Sr. ABENEL FRANCISCO DE MIRANDA JUNIOR

SOCIO ADMINISTRATIVO

TESTEMUNHAS:

Elaine Maisa Maciel Raquel Aparecida Zdepski

CPF: 581.769.181-72 CPF: 020.610.331-05

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 76/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE –MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: BALBINOT E SEIBERT LTDA – ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 76/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE –MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: BALBINOT E SEIBERT LTDA – ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 76/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE –MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: BALBINOT E SEIBERT LTDA – ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 76/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE –MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: BALBINOT E SEIBERT LTDA – ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 76/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE –MT, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: BALBINOT E SEIBERT LTDA – ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ERRATA

Na publicação do EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02, AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2015, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2.368, do dia 08 de dezembro de 2015, na página 226, ONDE SE LÊ:

CARGO: ZELADORA – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	*Inscrição*	*Candidato (a)*	*RG*
01	*014*	*Gizele Gizone*	*2450390-8 SSP/MT*
02	*018*	*Rosangela da Silveira Paz*	*2531803-9 SSP/MT*
03	*028*	*Joana Ferreira Silva*	*2191359-5 SSP/MT*
04	*035*	*Valeria Sousa Rocha*	*2418617-1 SSP/MT*
05	*036*	*Andressa da Silva*	*2350995-3 SSP/MT*
06	*044*	*Dulce da Cruz*	*1717608-5 SSP/MT*
07	*052*	*Francileia Cardoso Silva*	*2917512-7 SSP/MT*
08	*053*	*Elaine Colman Rodriguez*	*2908702-3 SSP/MT*
09	*060*	*Maria Madalena de Sousa Lima*	*472371 SSP/MA*
10	*080*	*Maria Ines de Jesus*	*1462899-6 SSP/MT*
11	*098*	*Marlene Fischer*	*14/R-3.181.643 SSP/SC*
12	*104*	*Rosana da Costa*	*1756801-3 SSP/MT*
13	*111*	*Marcia Silva Maia*	*2450480-7SSP/MT*
14	*137*	*Maria de Fatima Gonçalves Santos*	*0335955212007-0 SSP/MA*
15	*142*	*Flavia Regina Mendes Teixeira*	*16457182001-1 SSP/MA*
16	*171*	*Danieli Azevedo da Silva*	*2450531-5 SSP/MT*
17	*173*	*Eliziane Gonçalves da Silva*	*1850835-9 SSP/MT*

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	*Inscrição*	*Candidato (a)*	*RG*
01	*005*	*Josefina Gomes de Oliveira Gonzatti*	*2864754-8 SSP/MT*
02	*008*	*Francieli Ferreira Gomes*	*2041477-3 SSP/MT*
03	*020*	*Rubenilde da Conceiçao Santos*	*2632463-6 SSP/MT*

04	*039*	*Debora Elaine Angelo da Silva*	*2888540-6 SSP/MT*
05	*058*	*PatriciaRando do Nascimento*	*2819880-8 SSP/MT*
06	*067*	*Regina Jaroseski Pena*	*2075448-5 SSP/MT*
07	*072*	*Leticia Rocha do Prado*	*10230570-1 SSP/PR*
08	*102*	*Ana Paula Cantele Romão*	*23510188 SSP/MT*
09	*116*	*Luan Wesley SilverioAraujo*	*1989420-1 SSP/MT*
10	*129*	*Danielle Cristina Gonçalves Braga*	*2709438-3 SSP/MT*
11	*139*	*Neilde Ferreira Silva Gonçalves*	*2796220-2 SSP/MT*
12	*140*	*Crislene Daiane Silva Engster*	*2450397-5 SSP/MT*
13	*158*	*Ana Paula Mendes Velozo*	*207533-0 SSP/MT*
14	*172*	*Karen Fernanda Oliveira de Souza*	*2889312-3 SSP/MT*

LEIA-SE:

CARGO: ZELADORA – Secretaria de Educação

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
01	014	Gizele Gizone	2450390-8 SSP/MT
02	018	Rosangela da Silveira Paz	2531803-9 SSP/MT
03	028	Joana Ferreira Silva	2191359-5 SSP/MT
04	035	Valeria Sousa Rocha	2418617-1 SSP/MT
05	036	Andressa da Silva	2350995-3 SSP/MT
06	052	Francileia Cardoso Silva	2917512-7 SSP/MT
07	053	Elaine Colman Rodriguez	2908702-3 SSP/MT
08	060	Maria Madalena de Sousa Lima	472371 SSP/MA
09	080	Maria Ines de Jesus	1462899-6 SSP/MT
10	098	Marlene Fischer	14/R-3.181.643 SSP/SC
11	104	Rosana da Costa	1756801-3 SSP/MT
12	111	Márcia Silva Maia	2450480-7SSP/MT
13	137	Maria de Fátima Gonçalves Santos	0335955212007-0 SSP/MA
14	142	Flavia Regina Mendes Teixeira	16457182001-1 SSP/MA
15	171	Danieli Azevedo da Silva	2450531-5 SSP/MT
16	173	Eliziane Gonçalves da Silva	1850835-9 SSP/MT

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE – Secretaria de Saúde

Nº. Ordem	Inscrição	Candidato (a)	RG
01	005	Josefina Gomes de Oliveira Gonzatti	2864754-8 SSP/MT
02	008	Francieli Ferreira Gomes	2041477-3 SSP/MT
03	020	Rubenilde da Conceiçao Santos	2632463-6 SSP/MT
04	039	Debora Elaine Angelo da Silva	2888540-6 SSP/MT
05	058	Patricia Rando do Nascimento	2819880-8 SSP/MT
06	067	Regina Jaroseski Pena	2075448-5 SSP/MT
07	072	Leticia Rocha do Prado	10230570-1 SSP/PR
08	075	Cristiana de Lourdes de Araújo	2045294-2 SSP/MT
09	102	Ana Paula Cantele Romão	23510188 SSP/MT
10	116	Luan Wesley Silverio Araujo	1989420-1 SSP/MT
11	129	Danielle Cristina Gonçalves Braga	2709438-3 SSP/MT
12	139	Neilde Ferreira Silva Gonçalves	2796220-2 SSP/MT
13	140	Crislene Daiane Silva Engster	2450397-5 SSP/MT
14	158	Ana Paula Mendes Velozo	207533-0 SSP/MT
15	172	Karen Fernanda Oliveira de Souza	2889312-3 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
LEI 1.157/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015 - LOA 2016

LEI Nº 1.157/2015

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2015

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. NILSO JOSE VIGOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta lei **Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Vera**, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016, em igual valor de **R$ 33.987.000,00** (trinta e três milhões e novecentos e oitenta e sete mil reais), sendo **R$ 32.000.000,00** (trinta e dois milhões de reais) para a administração Direta e para oFundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vera - VERA-PREVI, Administração Indireta, no valor de R$ 1.987.000,00 (hum milhão e novecentos e oitenta e sete mil reais) assim distribuído:

Orçamento Fiscal: R$ 22.952.000,00 e

Orçamento da Seguridade Social: R$ 11.035.000,00

TOTAL R$ 32.910.000,00

Art. 2º - A receita será arrecadada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do “Anexo 2”, observando o seguinte desdobramento sintético:

RECEITAS CORRENTES	Em R$
1.1 - Receita Tributária	3.183.000,00
(-) Deduções da Receita	-31.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	110.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	139.000,00
1.4 - Receita de Servicos	70.000,00
1.7 - Transferências Correntes	28.616.000,00
(-) - Deduções da Receita do FUNDEB	-3.986.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	848.000,00
(-) Deduções da Receita	-62.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**Em R$**
2.1 – Alienacao de Bens	20.000,00
2.2 - Transferências de Capital	3.093.000,00
TOTAL	**32.000.000,00**

Parágrafo Único - O detalhamento da receita do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vera - VERA-PREVI, anexo à presente Lei, será realizado de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	Em R$
1.1 - Receita de Contribuição	1.718.430,00
1.3 - Receitas Patrimoniais	260.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	8.570,00
7. - RECEITAS INTRAORÇAMENTARIAS	
TOTAL	**1.987.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros “Programas de Trabalho” a “Natureza da Despesa”, que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	Em R$
Legislativa	1.380.000,00
Administração	3.830.230,00
Assistência Social	2.006.000,00
Saúde	7.042.000,00
Educação	8.809.000,00
Cultura	837.000,00
Urbanismo	5.222.000,00
Gestão Ambiental	28.000,00
Agricultura	687.000,00
Transporte	1.305.000,00
Desporto e Lazer	525.000,00
Encargos Especiais	278.770,00
Reserva de Contingência	50.000,00

TOTAL	**32.000.000,00**

2 – POR PROGRAMAS:	**Em R$**	
0001	GESTAO POLITICA DO PODER LEGISLATIVO	1.380.000,00
0002	GESTAO POLITICA DO GABINETE DO PREFEITO	850.000,00
0003	TRANSPARENCIA E EFICIENCIA NOS GASTOS PUBLICOS	64.000,00
0004	GESTAO POLITICA DA SECRET. DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	2.776.230,00
0006	OPERACOES ESPECIAIS	278.770,00
0007	GESTAO DA POLITICA DA SECRETARIA DE GOVERNO	140.000,00
0008	GESTAO POLITICA DA SECRET. DE EDUC, ESPORTES E LAZER	2.330.000,00
0009	GESTAO POLITICA SEC DE AGR.PEC.ASS. FUN. E MEIO AMBIENTE	652.000,00
0010	GESTAO POLITICA DA SECRETARIA DA SAUDE	2.069.000,00
0011	GESTAO POLITICA DA SEC. DE INFRA. OBRAS E SERV PUBLICOS	2.925.000,00
0013	GESTAO POLITICA DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.169.000,00
0015	INFRAESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLV. DO MUNICIPIO	3.191.000,00
0016	ACESSO DOS ALUNOS A REDE ESCOLAR	645.000,00
0017	MERENDA ESCOLAR DE QUALIDADE	335.000,00
0018	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	5.534.000,00
0020	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E ATIVIDADE MOTORAS	285.000,00
0021	SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	505.000,00
0022	CIDADE ILUMINADA	215.000,00
0023	POLITICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	23.000,00
0025	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRICOLA	40.000,00
0026	PROTECAO SOCIAL BASICA - MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE	653.000,00
0027	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGD	26.000,00
0028	APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	111.000,00
0029	MUNICIPIO MELHOR NO SOCIAL	4.000,00
0030	FOMENTO AO COMERCIO AO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	38.000,00
0031	MORAR BEM	5.000,00
0032	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	4.522.000,00
0033	PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	347.000,00
0034	VALORIZACAO PROMOCAO E ACESSO A CULTURA E TURISMO	837.000,00
9999	RESERVA DE CONTIGENCIA	50.000,00
TOTAL	**32.000.000,00**	

3 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	**Em R$**
Despesas Correntes	29.397.000,00
Despesas de Capital	2.553.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	**32.000.000,00**

4 - POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	**Em R$**
01 - CÂMARA MUNICIPAL	**1.380.000,00**
01 - Câmara Municipal	1.380.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	**845.000,00**
01 - Chefe de Gabinete	904.000,00
03 – SEC. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS	**3.105.000,00**
01 – Gabinete do Secretário	3.055.000,00
04– SEC. DE INFRA ESTRUTURA	**6.527.000,00**
01 – Gabinete do Secretario	6.527.000,00
05 – SEC. AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	**715.000,00**
01 – Gabinete do Secretario	715.000,00
06 – SEC. DE SAÚDE E SANEAMENTO	**7.042.000,00**
01 – Gabinete do Secretário	1.316.000,00
02 – Fundo Municipal de Saúde	5.726.000,00
07 – SEC. MUNIC. DE EDUC/ CULT. E DESP	**10.171.000,00**
01 – Gabinete Do Secretário	275.000,00
02 – Fundo Municipal de Educação	4.434.000,00
03 – Fundeb 60%	3.100.000,00
04 – Fundeb 40%	1.000.000,00
05 – Departamento de Cultura	837.000,00
06 – Departamento de Desporto	525.000,00
08– SEC. ASSISTENCIA TRABALHO E ACAO SOCIAL	**2.006.000,00**
01 – Gabinete da Sec. de Assistência Social	728.000,00
02 – Fundo Municipal de Assistência Social	937.000,00
03 – Fundo Municipal Criança e Adolescente	291.000,00
04 – Fundo Municipal de Idoso	50.000,00
09 – SEC. DE GOVERNO	**150.000,00**
01 – Gabinete do Secretário	150.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**50.000,00**
99 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	**32.000.000,00**

Parágrafo Único - O detalhamento da despesa do **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vera - VERA-PREVI**, anexo à presente lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

1. - POR FUNÇÕES DO GOVERNO	**Em R$**
09. - PREVIDÊNCIA SOCIAL	**1.987.000,00**

2. POR PROGRAMAÇÃO	**Em R$**
Gestão e Manutenção do RPPS	1.987.000,00
TOTAL DA DESPESA:	**1.987.000,00**

3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	**Em R$**
Despesas Correntes	1.444.620,00
Despesas de Capital	3.600,00
Reserva de Contingência	538.780,00
TOTAL DA DESPESA:	**1.987.000,00**

4. POR ÓRGÃO DA ADM.	**Em R$**
1. Previdência dos Servidores de Vera	**1.987.000,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares, mediante remanejamento, transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, perfazendo o valor de R$ 10.196.100,00 (dez milhões, cento e noventa e seis mil e cem reais) e, realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/00, de 04 de Maio de 2.000;

Parágrafo Único - A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - Quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais;

II - Quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

Nilso Jose Vigolo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2015 – SRP Nº. 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2015 – SRP Nº. 049/2015

O Município de Vera - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 011/2015 de 06/01/2015, torna público, que, em razão do Edital possuir divergências, dificultando sua interpretação no Certame, o Pregoeiro decide por Prorrogar o certame para que seja feita as alterações necessárias no Edital, resolve prorrogar o Pregão Presencial nº. 053/2015 – SRP Nº. 049/2015, passando a sua abertura para as 08:00horas (Horário Oficial de Vera – MT), do dia 16 DE DEZEMBRO DE 2015, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1.651, Bairro Esperança – Vera – MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00, e ou através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 08 de Dezembro de 2015.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
LEI COMPLEMENTAR N.029/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015 - LEI ACS

LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2015

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2015

SÚMULA: Cria os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e dá outras providências.

O SR. NILSO JOSE VIGOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam criados os cargos isolados de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE, com exercício exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, nos termos da Emenda Constitucional nº 051, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

Art. 2º - Os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são de provimento efetivo e sujeitar-se-ão ao regime jurídico estatutário, regulado pela Lei Complementar n° 022, de 11 de novembro de 2014 e suas alterações, ressalvadas as disposições específicas estabelecidas na presente Lei Complementar.

Art. 3º - Os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são de dedicação integral, com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme escala de serviço.

Art. 4º - Constituem atribuições gerais do cargo de Agente Comunitário de Saúde o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, sob a supervisão do gestor municipal de saúde.

Art. 5º - Constituem atribuições gerais do cargo de Agente de Combate às Endemias o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, em especial, de combate e prevenção de endemias, vistoria, detecção e eliminação de focos endêmicos e sua notificação, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e sob a supervisão do gestor municipal de saúde.

Art. 6º - Os quantitativos, os vencimentos e os adicionais devidos aos ocupantes dos cargos criados por esta Lei Complementar são os especificados a seguir:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE
Quantitativo: 10
Vencimento: R$ 1.014,00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS
Quantitativo: 25
Vencimento: R$ 1.014,00

Art. 7º - A investidura nos cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE dar-se-á mediante aprovação em Processo Seletivo Público, de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para a sua atuação, nos termos da CF/88 e da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

§ 1º - Entende-se por Processo Seletivo Público, o procedimento administrativo, de provas ou de provas e títulos, executado de forma mais simples, rápida e objetiva e que atenda aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, destinado à admissão de pessoal para os cargos públicos de ACS e ACE.

§ 2º - O Edital do Processo Seletivo Público deverá ser divulgado, pelo menos uma vez e com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização das provas, em jornal de circulação local, na imprensa oficial do Município, bem como em outros meios que ampliem a publicidade do certame.

§ 3º - Se adotada no Processo Seletivo Público a modalidade de provas e títulos, essa deverá guardar pertinência com as atividades desempenhadas e terá caráter meramente classificatório.

§ 4º - O Processo Seletivo Público, referido no caput deste artigo, poderá ser realizado em mais de uma fase, inclusive com realização de Prova de Capacidade Física em caráter eliminatório, conforme dispuser o Edital.

§ 5º - O prazo de validade do Processo Seletivo Público será de, no máximo, 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, conforme interesse da Administração Municipal.

§ 6º - O Edital do Processo Seletivo Público para provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, deverá estabelecer a inscrição por Área de Abrangência, previamente definida pelo Município, observando-se o seguinte:

I - a classificação dos aprovados, no Processo Seletivo Público, deverá ser feita por Área de Abrangência;

II - a admissão dos aprovados deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação por Área de Abrangência;

Parágrafo único - No caso de convocação de todos os aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde em determinada Área de Abrangência, poderá ser realizado novo Processo Seletivo Público para recomposição da reserva técnica.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo definirá as Áreas de Abrangência do Município para atuação do ACS, de acordo com as peculiaridades da região, observados, também, os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º - O Agente Comunitário de Saúde – ACS deverá preencher, além dos requisitos básicos para ingresso no serviço público do Município, previstos na Lei Complementar nº 022/2014 e suas alterações, os seguintes pré-requisitos para o exercício do cargo:

I- residir, desde a data da publicação do Edital do Processo Seletivo Público, na Área de Abrangência de atuação para a qual se inscreveu, medi-

ante comprovação de endereço domiciliar, com declaração elaborada de próprio punho pelo candidato, a ser apresentada no ato da posse;

II - apresentar Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;

III - ter sido aprovado em Processo Seletivo Público;

IV - haver concluído, com aproveitamento, Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.

Art. 10º - O Agente de Combate às Endemias – ACE deverá preencher, além dos requisitos básicos para ingresso no serviço público do Município, previstos na Lei Complementar nº 022/2014 e suas alterações, os seguintes pré-requisitos para o exercício do cargo:

I - apresentar Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;

II - ter sido aprovado em Processo Seletivo Público.

III - haver concluído, com aproveitamento, Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.

Art. 11º - Ficam terminantemente proibidos a disponibilidade, o aproveitamento e a movimentação (remoção, redistribuição, cessão) dos servidores ocupantes dos cargos ora criados, bem como o desvio de função, sob pena de responsabilidade do Titular do Órgão.

Art.12º - Será aplicada a penalidade de demissão do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nas seguintes hipóteses:

I - na ocorrência de prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 156, da Lei Complementar nº 023/2014;

II- insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico, dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - No caso específico do Agente Comunitário de Saúde, este também poderá ser demitido, nas seguintes hipóteses:

I- não atendimento ao disposto no inciso I, do art. 9°, desta Lei Complementar, em razão da apresentação de declaração falsa de residência;

II - deixar de residir, a qualquer tempo, na Área de Abrangência de sua atuação, na qual está lotado.

Art.13º - Poderá ocorrer a dispensa unilateral do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias quando caracterizada a necessidade de redução do quadro de pessoal, por excessos de despesa, nos termos da Lei Federal n° 9.801, de 14 de junho de 1999.

Art. 14º - O Processo Administrativo Disciplinar para a demissão dos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, nas hipóteses previstas no artigo 12 e 13, desta Lei Complementar, será instaurado de imediato, pela autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço, devendo ser julgado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, por uma Comissão Especial de Inquérito designada especificamente para tal, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 15º - Não se aplicam as disposições da Lei n° 8.916, de 02 de junho de 2010, aos cargos criados por esta Lei Complementar.

Art. 16º - Para a cobertura das despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais de natureza suplementar ou especiais, no Orçamento anual do Município, observados os regramentos da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, bem como proceder às alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, visando a harmonização dessas peças legislativas.

Art. 17º -. Esta Lei Complementar será regulamentada, no que couber, pelo Chefe do Poder Executivo, inclusive a descrição detalhada dos cargos ora criados.

Art. 18º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a 1º de janeiro de 2016, revogando as disposições em contrario .

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

Nilso Jose Vigolo

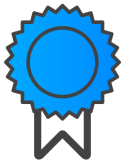
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

Registrado Nesta Secretaria e Publica no lugar de Costume, 08/12/2015.

Weber Vieira Martins
Secretário de Administração e Finanças

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Dec 08 22:14:07 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)